



PROSPECTO DEFINITIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE DE EMISSÃO DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES

PETROBRAS BR2 - INDUSTRIAL E SERVIÇOS

R\$80.000.000,00

DISTRIBUIDOR, INSTITUIÇÃO
ADMINISTRADORA E CUSTODIANTE



ESTRUTURADORA E GESTORA



AUDITORIA



AGÊNCIA CLASSIFICADORA
DE RISCO



ASSESSOR LEGAL



FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 - INDUSTRIAL E SERVIÇOS

CNPJ/MF: 10.814.233/0001-81

Devedora dos Direitos Creditórios:



PETROBRAS

no montante de

R\$80.000.000,00

Classificação de Risco Preliminar das Cotas Seniores da 1ª Série - Fitch Ratings Brasil Ltda. - AA(bra)
Classificação de Risco Preliminar das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial - Fitch Ratings Brasil Ltda. - A(bra)

Código ISIN para as Cotas Seniores da 1ª Série: BRFBRDCTF003
A Oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/029

Oferta pública de cotas seniores da 1ª série (“Cotas Seniores da 1ª Série”) de emissão do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 - INDUSTRIAL E SERVIÇOS” (“Fundo”), deliberada pela instituição administradora deste em 17 de julho de 2009. O Fundo e a distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série (“Oferta”) foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 18 de dezembro de 2009, sendo que a Oferta foi registrada sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/029.

A primeira emissão de cotas do Fundo compreende a emissão de (i) 3.200 (três mil e duzentas) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor inicial de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o valor total inicial de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), as quais são objeto de distribuição pública junto a Investidores Autorizados, conforme definidos neste prospecto (“Prospecto”). Os direitos e características das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos neste Prospecto e no regulamento do Fundo (“Regulamento”), que integra este Prospecto como seu Anexo I. Também serão emitidas 400 (quatrocentas) cotas subordinadas da primeira classe especial (“Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial”), com valor inicial de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação; e 400 (quatrocentas) cotas subordinadas da classe júnior (“Cotas Subordinadas Classe Júnior”), com valor inicial de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o total de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), as quais não serão objeto de oferta pública e serão subscritas privadamente pela Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.

A deliberação de constituição do Fundo e o Regulamento foram registrados sob o nº 481.407 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 7 de abril de 2009. A deliberação de primeira alteração do Regulamento, que também deliberou a emissão das Cotas e a oferta pública das Cotas Seniores da 1ª Série, foi averbada sob o nº 487.570 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 20 de julho de 2009. A deliberação de segunda alteração do Regulamento foi averbada sob o nº 487.859 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 27 de julho de 2009. A deliberação de terceira alteração do Regulamento foi averbada sob o nº 489.258 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 20 de agosto de 2009. A deliberação de quarta alteração do Regulamento foi averbada sob o nº 489.842 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 1º de setembro de 2009. A deliberação de quinta alteração do Regulamento foi averbada sob o nº 493.419 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2009. O Fundo é administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 01.701.201.0001-89.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS SENIORES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 34 A 39.

Veja outros avisos importantes na página 1 deste prospecto.

Somente investidores qualificados, conforme definidos na regulamentação vigente, e os demais investidores autorizados pela legislação pertinente podem adquirir Cotas Seniores da 1ª Série.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas a Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços”.

DISTRIBUIDOR, INSTITUIÇÃO
ADMINISTRADORA E CUSTODIANTE



ESTRUTURADORA E GESTORA



AUDITORIA



AGÊNCIA CLASSIFICADORA
DE RISCO



ASSESSOR LEGAL



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS DA ANBID E OUTROS AVISOS IMPORTANTES

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte da Instituição Administradora de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento e a este Prospecto, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do fundo, de sua política de investimento, da composição da carteira, da taxa de administração devida pelo Fundo, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, bem como, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido no Fundo.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Cota se comparada à de fundos similares com prazo médio inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor. Não há garantias de que o tratamento tributário aplicável aos investidores quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas Seniores será o mais benéfico entre os previstos na legislação tributária vigente.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ÍNDICE

AVISOS DA ANBID E OUTROS AVISOS IMPORTANTES	1
GLOSSÁRIO	9
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA	19
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA E DO FUNCIONAMENTO DO FUNDO.....	21
Informações relativas à Oferta.....	21
Informações relativas ao Fundo	23
<i>Público alvo.....</i>	<i>24</i>
<i>Assembléia Geral.....</i>	<i>24</i>
Fluxograma da securitização	25
TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.....	27
Características da Oferta	27
<i>A Oferta</i>	<i>27</i>
<i>Público alvo.....</i>	<i>27</i>
<i>Registro da Oferta</i>	<i>27</i>
<i>Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta.....</i>	<i>27</i>
<i>Preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série.....</i>	<i>27</i>
<i>Preço de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série durante o prazo de colocação.....</i>	<i>28</i>
Procedimento de distribuição	28
Cronograma de etapas da Oferta	29
Coleta de intenções (bookbuilding).....	29
Regime de distribuição	29
Início e encerramento da distribuição	29
<i>Divulgação de anúncios relacionados à Oferta.....</i>	<i>30</i>
<i>Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação.....</i>	<i>30</i>
<i>Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta</i>	<i>30</i>
<i>Devolução e reembolso aos investidores</i>	<i>31</i>
Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série	31
Negociação das Cotas Seniores da 1ª Série.....	32
<i>Demonstrativo do custo da Oferta</i>	<i>32</i>
Outras informações	33
FATORES DE RISCO	34
Risco de mercado	34
<i>Flutuação de preços dos ativos.....</i>	<i>34</i>
<i>Descasamento de taxas</i>	<i>34</i>
Risco de crédito	34
<i>Fatores macroeconômicos.....</i>	<i>34</i>
<i>Cobrança judicial e extrajudicial</i>	<i>35</i>

Risco de Liquidez	35
<i>Fundo fechado e mercado secundário</i>	35
<i>Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios</i>	35
<i>Insuficiência de recursos no momento da liquidação do fundo</i>	35
Risco proveniente do uso de derivativos	36
<i>Oscilações no patrimônio do fundo</i>	36
Riscos específicos	36
<i>Riscos operacionais</i>	36
Falhas do Agente de Recebimento.....	36
Guarda dos Documentos Comprobatórios.....	36
Verificação do lastro dos Direitos Creditórios.....	36
<i>Risco dos originadores</i>	37
Inadimplemento dos Contratos.....	37
<i>Risco de descontinuidade</i>	37
Liquidação Antecipada.....	37
<i>Outros</i>	37
Intervenção ou liquidação do Custodiante.....	37
Intervenção ou liquidação do Agente de Recebimento.....	37
Redução das Cotas Subordinadas.....	38
Risco de concentração.....	38
Alteração do Regulamento.....	38
Despesas com a defesa dos direitos dos Cotistas.....	38
Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios.....	39
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	40
Base legal e classificação ANBID	40
Objeto	40
Forma de constituição	40
Prazo de duração	40
Objetivo de investimento	40
Política de investimento	40
<i>Aplicação em Direitos Creditórios</i>	40
Critérios de Elegibilidade.....	41
Condições de Cessão.....	43
Formalização da cessão.....	44
Condições mínimas de contratação de seguro.....	44
<i>Aplicação da parcela remanescente do PL</i>	46
<i>Operações com derivativos e demais operações permitidas</i>	46
<i>Operações vedadas</i>	46
<i>Preço de Cessão</i>	47
<i>Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo</i>	48
Ordem e aplicação dos recursos	48
Regras de movimentação	49

Cotas	49
<i>Características gerais.....</i>	49
<i>Classes de Cotas</i>	50
<i>Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores</i>	50
<i>Classificação de risco preliminar das Cotas Seniores da 1ª Série</i>	50
<i>Novas emissões</i>	51
<i>Valorização das Cotas.....</i>	51
Valorização excedente	51
Amortização e resgate das Cotas.....	52
<i>Disposições gerais</i>	52
<i>Amortização das Cotas Seniores da 1ª série.....</i>	53
<i>Amortização das Cotas Subordinadas de Classe Especial.....</i>	53
<i>Amortização das Cotas Subordinadas de Classe Júnior</i>	54
<i>Outras informações a respeito da amortização de Cotas</i>	54
Manutenção de reservas.....	55
<i>Reserva de Amortização</i>	55
<i>Reserva de Pagamento.....</i>	55
<i>Reserva de Performance.....</i>	56
Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe	57
<i>Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos.....</i>	57
<i>Metodologia de avaliação das Cotas.....</i>	58
Assembleia Geral	59
<i>Competência</i>	59
<i>Procedimentos de convocação e instalação</i>	59
<i>Direito de voto e critérios para apuração das deliberações.....</i>	60
<i>Representante dos Cotistas.....</i>	62
<i>Divulgação e eficácia das deliberações da Assembleia Geral</i>	62
Liquidação do Fundo.....	63
<i>Eventos de Avaliação.....</i>	63
<i>Eventos de Liquidação Antecipada.....</i>	65
<i>Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.....</i>	65
<i>Custos referentes à defesa dos Cotistas.....</i>	67
Procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos.....	68
Informações complementares	69
<i>Despesas e encargos do Fundo.....</i>	69
<i>Informações obrigatórias e periódicas</i>	70
<i>Publicações.....</i>	72
<i>Atendimento aos Cotistas.....</i>	72

DIREITOS CREDITÓRIOS.....	73
Características e processo de originação	73
<i>Natureza.....</i>	<i>73</i>
<i>Normas aplicáveis aos Contratos</i>	<i>73</i>
<i>Cadastro de Fornecedores.....</i>	<i>73</i>
<i>Cadastro Corporativo.....</i>	<i>74</i>
Categorias de Fornecedores	74
Inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo.....	76
Descrição dos Critérios de Avaliação	79
Critérios de Avaliação obrigatórios e classificatórios	81
CRCC	81
Tabela de pontuação do CRCC	82
Atualização cadastral do Fornecedor	83
<i>Status</i> do Fornecedor no Cadastro Corporativo.....	83
Renovação da inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo.....	84
<i>Avaliação periódica dos Fornecedores</i>	<i>85</i>
BAD	85
Conceitos do BAD	86
Conseqüências da avaliação	86
<i>Conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras.....</i>	<i>87</i>
Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado	88
Manual de Procedimentos Contratuais.....	90
Condições de Fornecimento de Material.....	91
Condições de Reajustamento e Pagamento	93
Recebimento e cobrança dos Direitos Creditórios	94
Concentração dos Direitos Creditórios por devedor	95
Taxas de Desconto.....	96
Pré-pagamentos de Direitos Creditórios.....	96
Verificação do lastro dos Direitos Creditórios.....	96
Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios e preferência na	
aquisição de Direitos Creditórios	97
Número de Direitos Creditórios cedidos e valor total.....	97
Política de concessão de crédito.....	97
Prazos de vencimento e períodos de amortização	97
Inadimplementos e perdas.....	97
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	98
Distribuidor	98
<i>Histórico</i>	<i>98</i>
<i>Remuneração do Distribuidor</i>	<i>98</i>
Instituição Administradora	98
<i>Histórico</i>	<i>98</i>
<i>Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora</i>	<i>99</i>
<i>Contratação de terceiros prestadores de serviço</i>	<i>103</i>
<i>Remuneração da Instituição Administradora</i>	<i>103</i>
<i>Substituição da Instituição Administradora.....</i>	<i>103</i>

Custodiante, agente escriturador e Agente de Recebimento	104
<i>Responsabilidades do Custodiante</i>	<i>104</i>
<i>Remuneração do Custodiante</i>	<i>105</i>
<i>Substituição do Custodiante</i>	<i>105</i>
Gestora	106
<i>Responsabilidades da Gestora</i>	<i>106</i>
<i>Remuneração da Gestora</i>	<i>106</i>
<i>Substituição da Gestora</i>	<i>107</i>
Auditor	107
<i>Remuneração do Auditor</i>	<i>107</i>
<i>Substituição do Auditor</i>	<i>107</i>
Agência Classificadora de Risco	107
<i>Remuneração da Agência Classificadora de Risco</i>	<i>107</i>
<i>Substituição da Agência Classificadora de Risco</i>	<i>107</i>
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO	108
Taxa de Administração	108
Taxa de custódia	109
Taxa de performance.....	109
Outras despesas	109
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	110
Contratos de Cessão	110
<i>Procedimentos de cessão</i>	<i>110</i>
<i>Responsabilidades do Fornecedor.....</i>	<i>111</i>
<i>Recompra de Direitos Creditórios.....</i>	<i>113</i>
<i>Resolução da cessão dos Direitos Creditórios</i>	<i>113</i>
Contrato de Colocação.....	114
<i>Objeto</i>	<i>114</i>
<i>Obrigações das partes</i>	<i>114</i>
<i>Resilição involuntária.....</i>	<i>118</i>
<i>Remuneração do Distribuidor</i>	<i>118</i>
Valores dos contratos relevantes e respectivos responsáveis pelos pagamentos.....	118
GERENCIAMENTO DE RISCOS	119
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE	120
REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO	121
Tributação do Fundo.....	121
Tributação dos Cotistas	121
INFORMAÇÕES RELATIVAS À PETROBRAS	122
Histórico	122

Atividades	123
<i>Visão geral</i>	123
Abastecimento.....	124
Exploração e Produção.....	125
Gás e Energia	126
Distribuição.....	127
Internacional.....	128
PROMINP.....	128
Composição do capital social	129
Administração	129
<i>Conselho de Administração</i>	129
Dilma Vana Rousseff.....	130
José Sergio Gabrielli de Azevedo	130
Guido Mantega.....	130
Silas Rondeau Cavalcanti Silva.....	131
Francisco Roberto de Albuquerque.....	131
Luciano Galvão Coutinho	132
Fabio Colletti Barbosa.....	132
Jorge Gerdau Johannpeter	132
Sérgio Franklin Quintella	133
<i>Diretoria executiva</i>	133
Renato de Souza Duque	133
Guilherme de Oliveira Estrella.....	134
Maria das Graças Silva Foster.....	134
Paulo Roberto Costa.....	134
Almir Guilherme Barbassa.....	135
Jorge Luiz Zelada.....	135
Demonstrações financeiras	135
Experiência prévia em outras operações de securitização.....	135

ANEXOS

Anexo I - Regulamento	139
Anexo II - Relatório de Ratings	281
Anexo III - Relatório da KPMG.....	299
Anexo IV - Estatuto Social da Petrobras	351
Anexo V - Demonstrações Financeiras da Petrobras Relativas ao Exercício Social Encerrados em 31 de Dezembro de 2008	371
Anexo VI - Declarações do Distribuidor e da Instituição Administradora.....	645
Anexo VII - Modelo de Contrato de Cessão.....	655
Anexo VIII - Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores	703

GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, nº 904, 4º andar, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33
Agente de Recebimento	HSBC
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta
Assembléia Geral	Assembléia geral de cotistas do Fundo
Auditor	KPMG
Autorização de Cessão	“Autorização de Cessão de Direitos Creditórios” emitida pela Petrobras, cujo modelo é anexo do Contrato de Cessão.
BACEN	Banco Central do Brasil
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho, elaborado pela Petrobras para cada contrato em vigor. Por meio deste documento, o funcionário da Petrobras responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato atribui ao Fornecedor uma nota que varia de um mínimo de 0 a um máximo de 10
BI Capital	BI Capital Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na São Benedito, 634, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.449.499/0001-32, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 7981 a prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública com sede na Avenida República do Chile, nº 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89
BR	Petrobras Distribuidora S.A.
Cadastro Corporativo	Conjunto de informações sobre fornecedores habilitados a participar de licitações na Petrobras, em base de dados única, disponível eletronicamente para todas as unidades da Petrobras. A inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo é comprovada pelo CRCC
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Classe Especial	Classes especiais de Cotas Subordinadas emitidas nos termos do Regulamento
Classe Júnior	Classe de Cotas Subordinadas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Condições de Cessão	São as condições que devem ser atendidas antes da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pela Gestora
Condições de Fornecimento de Material	Documento editado pela diretoria executiva da Petrobras, com vigência desde 1º de novembro de 2005, que estabelece as condições aplicáveis e o conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras cujo objeto seja o fornecimento de material ou equipamento à Petrobras, bem como a prestação dos serviços associados

Condições de Reajustamento e Pagamento	Documento editado pela diretoria executiva da Petrobras, com vigência desde 14 de outubro de 2003, que integra os contratos celebrados entre Fornecedores e a Petrobras, estabelecendo as condições de reajustamento de preços e de seus respectivos pagamentos aplicáveis a estes contratos
Conta de Recebimento	Conta reserva de titularidade do Custodiante na qual deverão ser depositados e/ou transferidos pela Petrobras os recursos decorrentes do pagamento de cada Contrato
Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras, cujos Direitos Creditórios tenham sido adquiridos pelo Fundo de acordo com os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão
Contrato de Cessão	Contrato com cláusulas padronizadas celebrado entre o Fundo e cada Fornecedor por meio do qual estes últimos comprometem-se a entregar Direitos Creditórios ao Fundo em contrapartida do pagamento do preço de cessão, cujo modelo integra o presente Prospecto como Anexo VII
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores como os titulares de Cotas Subordinadas
Cotas	Significa, em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotas Seniores da 1ª Série	São as Cotas Seniores integrantes da primeira série de Cotas emitidas pelo Fundo
Cotas Subordinadas	São, em conjunto, as Cotas Subordinadas de Classe Especial e as Cotas Subordinadas Classe Júnior

Cotas Subordinadas Classe Júnior	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial	São as Cotas Subordinadas de Classe Especial integrantes da primeira Classe Especial emitida pelo Fundo
CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor dos Fornecedores que estiverem devidamente inscritos no Cadastro Corporativo
CrITÉrios de Avaliação	Cinco classes de parâmetros utilizados pela Petrobras para fins de aceitação ou recusa da inscrição de Fornecedor no Cadastro Corporativo. Têm a finalidade de aferir a capacidade dos Fornecedores na produção de bens e na gerência de contratos que exigem altos níveis de excelência. Cada Critério de Avaliação se desdobra em indicadores, que se estruturam em requisitos, com aumento da especificidade das informações exigidas do Fornecedor, gerando um universo de dados detalhado a respeito de cada Fornecedor
CrITÉrios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, definidos na cláusula 11 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo - Política de investimento - Aplicação em Direitos Creditórios - Critérios de Elegibilidade”, os quais serão verificados pelo Custodiante
Custodiante	HSBC
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Subscrição Inicial	Data a partir da qual as Cotas emitidas serão subscritas e integralizadas, a ser determinada pela Instituição Administradora

Data de Amortização	Cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações periódicas das Cotas Seniores de cada Série, conforme fixadas no Suplemento de cada Série
Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
Direitos Creditórios	Significa cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e /ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, adquirida ou passível de aquisição pelo Fundo
Direito Creditório Não-performado	Significa um Direito Creditório cuja prestação ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, pelo Fornecedor, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato
Direito Creditório Performado	Significa um Direito Creditório cuja prestação é exigível da Petrobras
Distribuidor	HSBC Corretora
Documentos Comprobatórios	Toda a documentação que formaliza os Contratos que dão origem a Direitos Creditórios
Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, o Termo de Cessão e a Autorização de Cessão
Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorram, ensejarão convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo, listados no item 23.1.1 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação” deste Prospecto

Eventos de Liquidação Antecipada	Eventos definidos no item 23.3 do Regulamento e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação Antecipada” deste Prospecto, que ensejam a liquidação antecipada do Fundo
Famílias de Materiais	Conjunto de materiais assemelhados ou afins, fabricados e/ou comercializados por um determinado conjunto de Fornecedores qualificados
Famílias de Serviços	Serviços de interesse permanente da Petrobras em que os Fornecedores de serviços ou executantes de obras podem ser cadastrados para fornecimento
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fornecedor	Pessoa jurídica que tenha celebrado com a Petrobras contrato de prestação de serviços, de compra e venda e/ou de fornecimento de bens
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços
Gestora	BI Capital
HSBC	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89
HSBC Corretora	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.229.246/0001-10
Investidor Autorizado	São os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas

Instituição Administradora

HSBC

ISO 9001

Significa a norma ABNT NBR ISO 9001, que estabelece requisitos para o sistema de gestão da qualidade de uma organização, não significando, necessariamente, conformidade de produto às suas respectivas especificações. Seu objetivo é prover confiança ao consumidor de que o fornecedor poderá fornecer, de forma consistente e repetitiva, bens e serviços de acordo com as especificações fixadas pelo consumidor

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar

Lei de Falências

Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Manual de Procedimentos Contratuais

Manual editado pela diretoria executiva da Petrobras que complementa as disposições do Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado

Materiais NRQT

Equipamentos ou materiais que não requerem qualificação técnica do respectivo fabricante, pois a performance do equipamento ou do material no processo industrial da Petrobras não pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras, nem ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, não podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras

Materiais RQT

Equipamentos ou materiais que requerem qualificação técnica do respectivo fabricante, pois a performance do equipamento ou do material no processo industrial da Petrobras pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras e ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras

OCDE

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Oferta	A presente distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série de emissão do Fundo.
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas
PL	Valor do patrimônio líquido do Fundo
Portal de Cadastro	Sítio eletrônico da Petrobras por meio do qual é realizado o cadastro dos Fornecedores
Prazo de Carência	Significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações de cada Série, pelo Regime de Caixa, definido no respectivo Suplemento
Prospecto	O presente prospecto de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série
Regime de Caixa	Significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, quando do pagamento dos Direitos Creditórios e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo
Regulamento	O regulamento do Fundo

Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado	Regulamento que estabelece procedimento licitatório simplificado aplicável à Petrobras, anexo ao Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 125%
Relatório de Avaliação	Formulário preenchido pelo Fornecedor durante sua inscrição no Cadastro Corporativo para demonstrar que atende os Critérios de Avaliação
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo
Reserva de Performance	Reserva de Outros Ativos utilizada somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem ou serviço prestado pelo Fornecedor; e/ou (ii) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo
Reserva de Amortização	Reserva para o pagamento das amortizações e resgate das Cotas Seniores
Seguradora(s) Autorizada(s)	Sociedade devidamente habilitada a operar com seguros cuja contratação seja autorizada pela Instituição Administradora e seja ratificada pela Agência Classificadora de Risco sem que implique no rebaixamento de qualquer classificação de risco das Cotas
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Série	Qualquer série de Cotas Seniores
Serviços Críticos	Serviços indicados pelas áreas de negócios da Petrobras cujo desempenho, confiabilidade e garantia do respectivo contrato, além do atendimento aos requisitos de saúde, meio-ambiente e segurança, são considerados vitais para a atividade-fim da Petrobras

Sistema de Consequências	Conjunto de ferramentas que permite à Petrobras avaliar o desempenho dos fornecimentos realizados pelos Fornecedores, bem como registrar e avaliar ocorrências ao longo do relacionamento comercial do Fornecedor com a Petrobras
SMS	Saúde, meio-ambiente e segurança
Suplemento	Documento que contém as características de cada Série ou de cada Classe Especial que eventualmente venham a ser emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, constituirá parte integrante do Regulamento
Taxa de Administração	Valor a ser pago pelo Fundo à Instituição Administradora como contrapartida pelos serviços de administração por ela prestados
Taxa de Performance	Corresponde a 20% do valor excedente após a distribuição dos rendimentos às Cotas Subordinadas Classe Júnior
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 dias úteis
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Cessão	Instrumento por meio do qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Cessão
Valor Máximo de Amortização	Valor máximo fixado no Suplemento de cada Série que poderá ser pago a cada um dos titulares de Cotas Seniores da respectiva Série, observado o Regime de Caixa, por ocasião de cada Data de Amortização

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA

Distribuidor	<p>HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Fábio Caputo ou Rodrigo Formoso Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 2º andar 01451-000 – São Paulo – SP Telefone: 3371.8188 Fax : (11) 3847.5716 Correio eletrônico: fabio.caputo@hsbc.com.br ou rodrigo.formoso@hsbc.com.br www.hsbc.com.br</p>
Instituição Administradora	<p>HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo At.: Henrique Ferreira de Lima Neto Rua Ten. Francisco Ferreira de Souza, 805 - Bloco 1 - Ala 2 – Vila Hauer 81630-010 – Curitiba – Paraná Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar 01451-000 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3847.9337 Fax : (11) 3847.5502 Correio eletrônico: henfer@hsbc.com.br www.hsbc.com.br</p>
Custodiante, Agente de Recebimento e Escriitorador das Cotas	<p>HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo At.: Rogério Penteado Felgueiras Ten. Francisco Ferreira de Souza, 805 - Bloco 1 - Ala 2 – Vila Hauer 81630-010 – Curitiba – Paraná Telefone: (41) 3777.5382 Fax : (41) 3523.2030 Correio eletrônico: rogerio.p.felgueiras@hsbc.com.br www.hsbc.com.br</p>
Gestora	<p>BI Capital Gestão de Recursos Ltda. At.: Reinaldo Zakalski Rua São Benedito, 634 04735-001 – São Paulo - SP Telefone: (11) 5525-5851 Fax: (11) 5525-5851 Correio eletrônico: reinaldo@bi-invest.com.br www.bi-invest.com.br</p>

Auditor	<p>KPMG Auditores Independentes Ltda. At.: Pedro Zago Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 – São Paulo – SP Telefone: (11) 2183-3000 Fax: (11) 2183-3001 Correio eletrônico: pzago@kpmg.com.br www.kpmg.com.br</p>
Agência Classificadora de Risco	<p>Fitch Ratings Brasil Ltda. At.: Jayme Bartling Rua Bela Cintra, 904, 4º andar 01415-000 - São Paulo - SP Telefone: (011) 4504-2600 Fax: (011) 4504-2601 Correio eletrônico: jayme.bartling@fitchratings.com www.fitch.com.br</p>
Consultores legais	<p>Levy & Salomão Advogados At.: Rubens Vidigal Neto Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.601 – 12º andar 01452-924 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3555-5104 Fax: (11) 3555-5048 www.levysalomao.com.br</p>
Entidade reguladora	<p>Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br</p>
Mercado de negociação primária e secundária	<p>CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar 20031-919 - Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 2276-7474 / 2138-7474 Fax: (21) 2276-7435</p> <p>Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar 01009-000 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400 Fax: (11) 3111-1563 www.cetip.com.br</p>

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA E DO FUNCIONAMENTO DO FUNDO

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série pelo Distribuidor. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características gerais do Fundo” abaixo.

Informações relativas à Oferta

Emissor das Cotas	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 — Industrial e Serviços
Forma de Constituição	Condomínio fechado
Distribuidor	HSBC Corretora
Regime de distribuição	Melhores esforços de colocação
Cedente dos Direitos Creditórios	Fornecedores
Direitos Creditórios	Cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e/ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Seniores da 1ª Série	Emissão de 3.200 Cotas Seniores da 1ª Série no valor de R\$25.000,00 cada, perfazendo o volume total de emissão de R\$80.000.000,00
Valor mínimo de aplicação em Cotas Seniores da 1ª Série	R\$25.000,00
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial	Emissão de 400 Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial no valor de R\$25.000,00 cada, perfazendo o volume total de R\$10.000.000,00. As Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial não serão objeto da presente Oferta
Volume de emissão e valor unitário de Cotas Subordinadas Classe Júnior	Emissão de 400 Cotas Subordinadas Classe Júnior no valor de R\$25.000,00 cada, perfazendo o volume total de R\$1.000.000,00. As Cotas Subordinadas Classe Júnior não serão objeto da presente Oferta
Remuneração alvo das Cotas Seniores da 1ª Série	120% da Taxa DI
Prazo de Carência	24 meses

Amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série

A partir do 25º mês (inclusive) contados da Data de Subscrição Inicial, o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da Presente Série será realizado em 24 parcelas mensais e sucessivas, no mesmo dia de cada mês, o qual será definido pela Instituição Administradora, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização, e limitado, em cada Data de Amortização, ao respectivo Valor Máximo de Amortização, conforme o quadro abaixo, sendo VCS o valor das Cotas Seniores no dia útil anterior à Data de Amortização:

#	Parcelas de Amortização Programada	Amortização Programada
1	1ª parcela	VCS* / 24
2	2ª parcela	VCS / 23
3	3ª parcela	VCS / 22
4	4ª parcela	VCS / 21
5	5ª parcela	VCS / 20
6	6ª parcela	VCS / 19
7	7ª parcela	VCS / 18
8	8ª parcela	VCS / 17
9	9ª parcela	VCS / 16
10	10ª parcela	VCS / 15
11	11ª parcela	VCS / 14
12	12ª parcela	VCS / 13
13	13ª parcela	VCS / 12
14	14ª parcela	VCS / 11
15	15ª parcela	VCS / 10
16	16ª parcela	VCS / 9
17	17ª parcela	VCS / 8
18	18ª parcela	VCS / 7
19	19ª parcela	VCS / 6
20	20ª parcela	VCS / 5
21	21ª parcela	VCS / 4
22	22ª parcela	VCS / 3
23	23ª parcela	VCS / 2
24	24ª parcela	VCS / 1

Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série

O resgate ocorrerá na data da última amortização das Cotas Seniores da 1ª Série.

Reforços de créditos e garantias existentes

O Fundo adotará os seguintes mecanismos de reforço de crédito: (i) manutenção de Relação Mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores equivalente a 125%, que representa a proporção de 20% de Cotas Subordinadas em relação ao total do PL, sendo que a Classe Júnior deverá, isoladamente, representar, no mínimo, 10% do PL, assim como as Classes Especiais em conjunto, e o desenquadramento de qualquer uma destas relações por período superior a 5 dias úteis contados da verificação do desenquadramento constitui Evento de Avaliação; (ii) manutenção de Reserva de Pagamento, mecanismo pelo qual a Instituição Administradora, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, deve segregar Outros Ativos cujo valor de resgate e/ou alienação, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado

	<p>pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo; (iii) em cada cessão de Direito Creditório Não-performado em que o Fornecedor não tenha CRCC, o Fundo deverá reter 10% do preço da cessão do respectivo Direito Creditório para manutenção Reserva de Performance composta por Outros Ativos, utilizada somente (a) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem ou serviço prestado pelo Fornecedor; e/ou (b) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo; (iv) manutenção de Reserva de Amortização composta exclusivamente em Outros Ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, que deverá, 60 dias antes das Datas de Amortização ou da data do resgate, a 50% do valor futuro estimado do respectivo resgate ou do respectivo Valor Máximo de Amortização e, 30 dias antes das Datas de Amortização ou da data do resgate, a 100% do valor do valor futuro estimado do respectivo resgate ou do respectivo Valor Máximo de Amortização, ficando condicionada a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo à observância de tais parâmetros; (v) obrigação de recompra de Direitos Creditórios inadimplidos pelos respectivos Fornecedores, a critério da Gestora, exceto no caso de inadimplemento em decorrência da insolvência da Petrobras, nos termos do Contrato de Cessão; e (vi) obrigatoriedade de contratação de seguro de performance previamente à cessão ao Fundo de Direitos Creditórios Não-performados por Fornecedor que não possua CRCC, devendo o respectivo Fornecedor contratar este seguro de performance junto às Seguradoras Autorizadas, quitar integralmente o respectivo prêmio previamente à cessão, e devendo o referido seguro atender às condições mínimas dispostas no Anexo II do Regulamento e reproduzidas no item “Características gerais do Fundo - Política de Investimento - Aplicação em Direitos Creditórios - Condições mínimas de contratação de seguro” abaixo, bem como cobrir integralmente o valor nominal do respectivo Direito Creditório</p>
Publicações	Valor Econômico
Negociação	As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para negociação no mercado secundário através do SF - Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizada pela CETIP
Público Alvo	Investidores Autorizados

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem como objeto e prioridade a aquisição de Direitos Creditórios. O Fundo pode manter o remanescente de seu PL em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central e cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado DI”, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central e administrados pelo HSBC ou por suas controladas, coligadas ou sociedades

sob controle comum, podendo tais fundos de investimento prever nas respectivas políticas de investimento a utilização de derivativos, exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (*hedge*). O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente a seção “Características gerais do Fundo – Política de investimento”, na página 45.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto na seção “Características gerais do Fundo – Cotas - Amortização e resgate das Cotas” na página 57.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado nas hipóteses expressamente previstas no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo” na página 67.

Cada Série poderá ter prazo de duração distinto, o qual será estabelecido no respectivo Suplemento. O Suplemento relativo às Cotas Seniores da 1ª Série encontra-se no Anexo VIII deste Prospecto.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, está sujeita a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco”, na página 39, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Público alvo

O Fundo é destinado a Investidores Autorizados que busquem retorno no médio e longo prazos de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da 1ª Série, bem como o prazo de maturação do investimento.

Assembléia Geral

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes. No entanto, há deliberações que demandam quórum qualificado.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe.

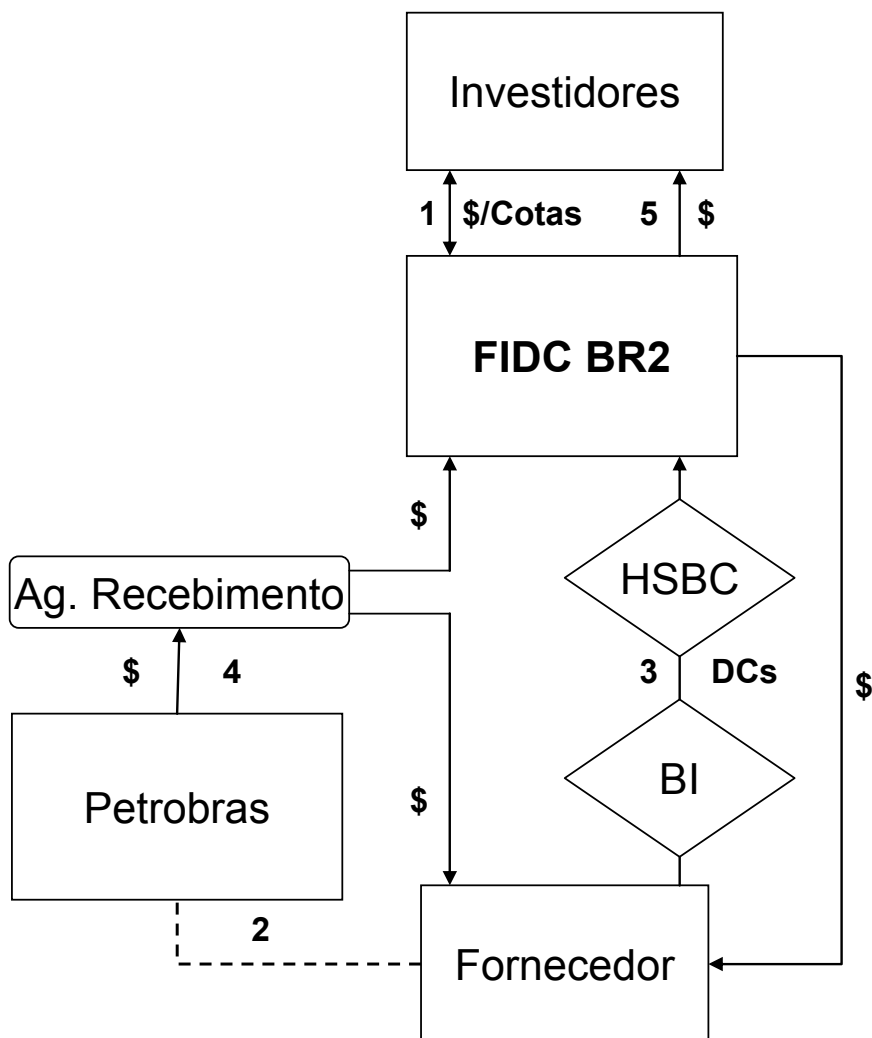
A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 dias.

Descrição detalhada das competências, dos procedimentos de convocação e dos quóruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral estão descritos no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral” abaixo.

Fluxograma da securitização



1. O HSBC, na condição de Instituição Administradora, constitui o Fundo. O Fundo emite Cotas Seniores, Cotas Subordinadas de Classe Especial e Cotas Subordinadas Classe Júnior. O Distribuidor coordena a Oferta das Cotas Seniores da 1ª Série junto a Investidores Autorizados. As Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial são subscritas em oferta pública com esforços restritos de colocação, enquanto as Cotas Subordinadas Classe Júnior são subscritas privadamente pela Petrobras.

2. A Petrobras, no curso normal de seus negócios, celebra com o Fornecedor Contrato de prestação de serviços, de compra e venda e/ou de fornecimento de bens.

3. O Fornecedor oferece Direitos Creditórios à Gestora, que, a seu exclusivo critério, seleciona os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com a Política de Investimento, as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade, bem como recebe do Fornecedor cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, da Autorização de Cessão, do CRCC, do BAD, quando for o caso, e a apólice de seguro-garantia eventualmente celebrada pelo Fornecedor com Seguradora Autorizada, quando for o caso. A seguir, a Gestora encaminha cópia autenticada desta documentação ao Custodiante, que analisará o enquadramento dos Direitos Creditórios com relação aos Critérios de Elegibilidade e à Política de Investimento, de acordo com os procedimentos previstos no Anexo VI do Contrato de Cessão. Se aprovados, os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, que paga ao Fornecedor o preço de cessão relativo aos Direitos Creditórios.

4. A Petrobras deposita valores relativos ao Contrato, nos termos neste acordados, na Conta de Recebimento, mantida pelo Fundo no Agente de Recebimento. O HSBC, na condição de Agente de Recebimento, com base nos relatórios de medição e nos demais documentos relativos ao Contrato fornecidos pela Petrobras ou pelo Fornecedor, realiza a conciliação dos valores depositados na Conta de Recebimento e, conforme o caso, os repassa ao Fornecedor, caso não correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios, ou ao Fundo, quando correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios.

5. Havendo recursos suficientes, as Cotas são amortizadas e/ou resgatadas, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Regulamento.

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Cotas Seniores da 1ª Série serão objeto de distribuição pública. A Oferta será conduzida pelo Distribuidor, contratado pelo Fundo.

Público alvo

O Fundo é destinado a Investidores Autorizados que busquem retorno no médio e longo prazos de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da 1ª Série, bem como o prazo de maturação do investimento.

Registro da Oferta

A Oferta foi registrada na CVM em 18 de dezembro de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/029, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta

A Oferta compreende o total de 3.200 Cotas Seniores da 1ª Série.

Cotas Subordinadas

Adicionalmente, serão emitidas 400 Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial, que serão objeto de oferta pública com esforços restritos, e 400 Cotas Subordinadas Classe Júnior, que serão subscritas pela Petrobras, sendo que ambas não serão objeto da Oferta.

As Cotas Subordinadas não integram a presente Oferta.

Preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série

O preço de emissão das Cotas Seniores da 1ª Série foi fixado em R\$25.000,00 por Cota Sênior da 1ª Série, na Data de Subscrição Inicial, totalizando o montante de R\$80.000.000,00 na referida data. Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos no item “Termos e condições da Oferta - Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.

Preço de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série durante o prazo de colocação

As Cotas Seniores da 1ª Série subscritas após a Data de Subscrição Inicial serão subscritas pelo preço de emissão atualizado de acordo com o disposto no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas” deste Prospecto.

Procedimento de distribuição

O Distribuidor colocará publicamente junto aos Investidores Autorizados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços de colocação, 3.200 Cotas Seniores da 1ª Série, no valor total de R\$80.000.000,00, na Data de Subscrição Inicial.

A colocação pública prevista será realizada na forma e condições seguintes:

- i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série somente terá início após (a) o registro da Oferta na CVM; (b) a disponibilização deste Prospecto ao público; e (c) a publicação do Anúncio de Início;
- ii) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série no âmbito da Oferta ao Distribuidor a qualquer momento durante o prazo de colocação; a subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- iii) a colocação será pública, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e eqüitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- iv) a colocação visará exclusivamente a Investidores Autorizados;
- v) a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de assinatura do respectivo boletim de subscrição;
- vi) as Cotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas via MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP;
- vii) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série será de até 180 dias, a contar do 1º dia útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início;
- viii) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 1ª Série; e
- ix) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do Anúncio de Encerramento.

O Fundo autorizou o Distribuidor a organizar a estratégia e o plano de distribuição, em conjunto com a Gestora, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo o Distribuidor assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da distribuição, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

EVENTOS		DATA⁽¹⁾
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	16.9.2009
2.	Publicação de Aviso ao Mercado	17.9.2009
3.	Divulgação do Prospecto Preliminar	A partir de 17.9.2009
4.	Recebimento de exigências da CVM	15.10.2009
5.	Protocolo do atendimento das exigências da CVM	16.11.2009
6.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	18.12.2009
7.	Publicação do Anúncio de Início	22.12.2009
8.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	A partir de 22.12.2009
9.	Liquidação da Oferta	23.12.2009
10.	Publicação do Anúncio de Encerramento	24.12.2009

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Distribuidor.

Coleta de intenções (*bookbuilding*)

Não será realizado procedimento de coleta de intenções de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série (*bookbuilding*).

Regime de distribuição

Esta Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.

Início e encerramento da distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a divulgação do Prospecto definitivo aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser efetuada no prazo máximo de 180 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início. Após a colocação da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série ou o término do prazo de colocação, aquele que ocorrer antes, a distribuição será encerrada, quando deverá ser publicado o Anúncio de Encerramento.

Frise-se que o Distribuidor deverá suspender a Oferta a qualquer momento na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, serão publicados no jornal “Valor Econômico”.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Distribuidor até o 5º dia útil subsequente (i) à publicação do aviso informando sobre a modificação ou suspensão da Oferta, ou (ii) ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução CVM nº 400/03. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso no mesmo jornal utilizados para a publicação do Anúncio de Início. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pelo Distribuidor a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, o Distribuidor deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, incluindo, mas não se limitando, em caso de rescisão do Contrato de Colocação. Neste caso, o Distribuidor deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 dias úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 1ª Série subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 10 dias úteis contados da notificação aos investidores ou da publicação do Aviso ao Mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, e deduzidos os encargos e tributos devidos.

Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 1ª Série devem contatar o Distribuidor e tomar as providências definidas pela mesma.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Distribuidor; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. Caberá ao Distribuidor assegurar a condição de Investidor Autorizado dos adquirentes das Cotas Seniores da 1ª Série. As Cotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas via MDA - Módulo de Distribuição de Ativos da CETIP.

Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 1ª Série a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00 por investidor.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 1ª Série, não havendo, portanto, requisitos de dispersão.

Negociação das Cotas Seniores da 1ª Série

As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para negociação no mercado secundário através do SF - Módulo de Fundos, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizada pela CETIP.

Demonstrativo do custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA OFERTA
Despesas de registro na CVM	82.870,00	0,103%
Agência Classificadora de Risco	70.000,00	0,087%
Auditores	7.000,00	0,009%
Assessores legais	200.000,00	0,250%
Comissão de colocação	800.000,00	1,000%
Impressões, publicações e material publicitário	60.000,00	0,075%
Total	1.219.870,00	1,525%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	R\$1.219.870,00
Número de Cotas Seniores da 1ª Série	3.200
Custo da Oferta por Cota Sênior da 1ª Série	R\$381,21
Custo percentual unitário	1,525%

Todas as despesas relativas à constituição do Fundo serão da Gestora.

Ressalte-se que o Distribuidor foi contratado para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série por meio de contrato de colocação pública de Cotas Seniores celebrado entre o Distribuidor e o Fundo. Mais informações sobre o referido contrato encontram-se na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Colocação” deste Prospecto. Cópia do Contrato de Colocação encontra-se disponível para consulta na sede da Instituição Administradora.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série encontram-se no capítulo “Operações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses” abaixo.

Outras informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede da Instituição Administradora, do Distribuidor ou da CETIP, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

Distribuidor:

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
At.: Fábio Caputo ou Rodrigo Formoso
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar, 01451-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3371.8188
Fax : (11) 38475716
Correio eletrônico: fabio.caputo@hsbc.com.br ou rodrigo.formoso@hsbc.com.br
www.hsbc.com.br

Instituição Administradora

HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
At.: Henrique Ferreira de Lima Neto
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar, 01451-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3847-9337
Fax : (11) 3847.5502
Correio eletrônico: henfer@hsbc.com.br
www.hsbc.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, n.º 111 - 5º andar
20050-901 - Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza, 01333-010 - São Paulo – SP
www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, 20031-919 - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474 / 2138-7474
Fax: (21) 2276-7435

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, 01009-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

O Prospecto em versão eletrônica também está disponível na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: www.hsbcinvestimentos.com.br.

FATORES DE RISCO

O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série

Risco de mercado

Flutuação de preços dos ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

Descasamento de taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de (i) aumento substancial da Taxa DI; e/ou (ii) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Risco de crédito

Fatores macroeconômicos

O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras e cuja exigibilidade dependerá da performance dos Fornecedores. A solvência da Petrobras e a performance dos Fornecedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc., bem como a decisões ou políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais, o que poderá afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

Cobrança judicial e extrajudicial

No caso de a Petrobras inadimplir as obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

Risco de Liquidez

Fundo fechado e mercado secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas só poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração da Série ou Classe Especial. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas cotas, antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

Insuficiência de recursos no momento da liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo”. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível da Petrobras. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pela Petrobras das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco proveniente do uso de derivativos

Oscilações no patrimônio do fundo

A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas, bem como aplicar recursos do Fundo em fundos de investimento que admitam em sua política de investimento o uso de derivativos para fins de *hedge*. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo, ou pelos fundos de investimento em que aplicar seus recursos, no mercado de derivativos pode ocasionar variações no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas.

Riscos específicos

Riscos operacionais

Falhas do Agente de Recebimento

A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Recebimento. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo e aos Fornecedores. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

A guarda dos Documentos Comprobatórios ficará a cargo dos Fornecedores, na qualidade de fiéis depositários. Apesar de o Custodiante manter cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, da Autorização de Cessão, do CRCC e do BAD do Fornecedor, a guarda dos Documentos Comprobatórios pelos Fornecedores pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos Creditórios e a sua cobrança.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios

O Custodiante fará a verificação periódica do lastro dos Direitos Creditórios por meio da análise de cópias autenticadas dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD do Fornecedor, e da versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos Creditórios, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias autenticadas dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD para a verificação do lastro dos Direitos Creditórios não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

Risco dos originadores

Inadimplemento dos Contratos

Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhum poderá exigir do outro o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Deste modo, caso o Fornecedor, por qualquer motivo, deixe de cumprir suas obrigações contraídas no Contrato, a Petrobras poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos Creditórios, comprometendo o fluxo de caixa esperado do Fundo e prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas.

Risco de descontinuidade

Liquidação Antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao pagamento pela Petrobras das parcelas dos Direitos Creditórios; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas.

Outros

Intervenção ou liquidação do Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

Intervenção ou liquidação do Agente de Recebimento

Os recursos oriundos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão pagos pela Petrobras na Conta de Recebimento mantida junto ao Agente de Recebimento. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados e transferidos ao Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

Redução das Cotas Subordinadas

O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu PL e o valor das Cotas Seniores de 125%. A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores, assim como as Cotas Subordinadas de Classe Júnior arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Subordinadas de Classe Especial. Por diversos motivos, tais como inadimplência da Petrobras e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas, incluindo as Cotas Subordinadas de Classe Especial, poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

Risco de concentração

A totalidade dos Direitos Creditórios será devida pela Petrobras. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Fornecedores, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Despesas com a defesa dos direitos dos Cotistas

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, fica consignado que a Instituição Administradora e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderão ser afetados negativamente.

Invalidez da constituição dos Direitos Creditórios

Diversos fatos podem tornar nulos ou anuláveis os Contratos que deram origem aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A assinatura de Contrato por pessoa que não tenha poderes para representar o Fornecedor ou a Petrobras, a existência de cláusulas impeditivas da cessão no próprio Contrato ou a não observância, por parte da Petrobras, dos requisitos legais para contratação de determinado Fornecedor são exemplos de tais fatos. A identificação de quaisquer deles podem afetar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios

Com relação ao Fornecedor, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real;
- iii) fraude à execução fiscal, se o cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal; e
- iv) fraude falimentar, caso a cessão tenha sido realizada com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o Fornecedor e terceiro, e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida, e desde que não seja aplicado pelo juízo competente o disposto no §1º do artigo 136 da Lei de Falências.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Base legal e classificação ANBID

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução nº 2.907/01, do Conselho Monetário Nacional, e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios e Outros Ativos, nos termos de sua política de investimento.

Forma de constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou Classe Especial, ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Prazo de duração

O Fundo terá prazo de duração indeterminado. O Fundo pode ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral. Cada Série e Classe Especial terá a duração especificada no respectivo Suplemento. As Cotas Seniores da 1ª Série terão prazo de duração de 4 anos, contados da Data de Subscrição Inicial.

Objetivo de investimento

O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição dos Direitos Creditórios, oriundos de Contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores.

Política de investimento

Após 90 dias contados da Data da Subscrição Inicial, o Fundo deverá manter no mínimo 50% de seu PL em Direitos Creditórios.

Aplicação em Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão. Não haverá coobrigação do Fornecedor em relação ao pagamento dos Direitos Creditórios. Não obstante, o Fornecedor é responsável pela existência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável.

Crêterios de Elegibilidade

Os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente, os seguintes:

- i) os Direitos Creditórios devem (a) ser vincendos, (b) ser devidos pela Petrobras, (c) ser oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens (1) firmados com Fornecedores que possuam CRCC cuja média ponderada seja igual ou superior a 7, ressalvado o disposto no subitem (iv) abaixo; e (2) que tenham sido objeto de ao menos uma medição pela Petrobras, comprovada pela entrega de boletim de medição do Contrato pelo Fornecedor   Gestora;
- ii) a data de vencimento dos Direitos Creditórios não poderá (a) ser superior a 24 meses contados da sua data de aquisição pelo Fundo; (b) ocorrer no período de 180 dias anteriores   última data de vencimento dentre as datas de vencimento das Séries em circulação, tampouco após este período; nem (c) ser inferior a 20 dias contados da respectiva aquisição;
- iii) somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios correspondentes a no máximo 50% do valor estimado de cada parcela apontada no cronograma de pagamento do respectivo Contrato, se houver, vedada a aquisição (a) de parcelas não consecutivas de um mesmo Contrato; e (b) da última parcela de um Contrato;
- iv) somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios oriundos de Contratos celebrados com Fornecedor que não possua CRCC quando (a) se tratar de Direito Creditório Performado, sendo, portanto, plenamente exigível da Petrobras; ou (b) sendo um Direito Creditório Não-performado, o Fornecedor tenha contratado seguro de performance junto as Seguradoras Autorizadas, tenha quitado integralmente o respectivo prêmio, e referido seguro atenda às condições mínimas dispostas no Anexo II do Regulamento e reproduzidas no item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento – Aplicação em Direitos Creditórios – Condições mínimas para contratação de seguro” abaixo, bem como cubra integralmente o valor nominal do respectivo Direito Creditório;
- v) na primeira cessão de Direitos Creditórios por um Fornecedor ao Fundo, e se houver BAD emitido para o respectivo Contrato, somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios oriundos de Contrato cuja nota do BAD em vigor seja maior ou igual a 7;
- vi) caso o Fornecedor já tenha cedido Direitos Creditórios ao Fundo, este somente poderá adquirir novos Direitos Creditórios do mesmo Fornecedor caso o BAD dos contratos originadores de Direitos Creditórios já cedidos ao Fundo seja igual ou superior a 7; e
- vii) somente poderão ser adquiridos quaisquer Direitos Creditórios se, uma vez computada *pro forma* a respectiva aquisição, (a) forem mantidos os limites de composição da carteira de Direitos Creditórios do Fundo estabelecidos Regulamento e reproduzidos no presente item, abaixo; e (b) o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo não seja superior a 12 meses, conforme cálculo realizado pelo Custodiante de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\sum_{n=1}^J (VP_{DCV_n} \times T_{DCV_n})}{\sum_{n=1}^J VP_{DCV_n}} \right) \times \frac{1}{22} \leq 12 \text{ meses}$$

onde:

VP_{DCV_n} = valor presente do Direito Creditório vincendo de ordem “n”

T_{DCV_n} = número de dias úteis para o vencimento do Direito Creditório de ordem “n”

J = quantidade de Direitos Creditórios vincendos.

A verificação do disposto nos subitens (v) e (vi) acima ocorrerá exclusivamente com base nos BAD disponibilizados pela Petrobras à Gestora, que os repassará ao Custodiante

A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembléia Geral.

Após a subscrição e integralização das Cotas Subordinadas Classe Júnior e até o início da subscrição e integralização das Cotas Subordinadas integrantes da 1ª Classe Especial, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios independentemente da observância de quaisquer limites de concentração por Fornecedor.

Após o início da subscrição e integralização das Cotas Subordinadas integrantes da 1ª Classe Especial e até o início da subscrição e integralização das Cotas Seniores, somente haverá aquisição de novos Direitos Creditórios se, computada *pro forma* sua aquisição, a soma dos Direitos Creditórios cedidos pelo grupo de 5 Fornecedores que tenham cedido o maior volume financeiro de Direitos Creditórios ao Fundo não represente mais que 50% do PL.

Após o início da subscrição e integralização das Cotas Seniores, a aquisição de novos Direitos Creditórios observará o disposto abaixo:

- i) o total de Direitos Creditórios de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, computada *pro forma*, não pode exceder 10% do PL, ressalvado o disposto nos subitens seguintes;
- ii) o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios devidos pela Petrobras até o limite de 100% de seu PL;

- iii) o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de Fornecedores que atendam os seguintes limites, computados *pro forma*, definidos em conjunto e em função do respectivo CRCC e BAD:

CRCC	BAD	PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO PL
<i>Conceito A ou B</i>	<i>Indiferente</i>	<i>100%</i>
<i>Conceito C</i>	<i>Indiferente</i>	<i>50%</i>
<i>Não possui</i>	<i>Maior ou igual a 8</i>	<i>20%</i>

- iv) sem prejuízo do disposto no subitem anterior, independentemente do respectivo CRCC e BAD, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cedidos por um mesmo Fornecedor até o limite de 2,5% do PL, computada *pro forma* a respectiva aquisição;
- v) somente haverá aquisição de novos Direitos Creditórios se, computada *pro forma* sua aquisição, a soma dos Direitos Creditórios cedidos pelo grupo de 5 Fornecedores que, individualmente, tenham cedido o maior volume financeiro de Direitos Creditórios ao Fundo não represente mais que 10% do PL; e
- vi) somente haverá aquisição de novos Direitos Creditórios se, computada *pro forma* sua aquisição, a soma dos Direitos Creditórios cedidos pelo grupo de 10 Fornecedores que, individualmente, tenham cedido o maior volume financeiro de Direitos Creditórios ao Fundo não represente mais que 20% do PL.

Para fins do cálculo do CRCC de cada Fornecedor previsto no subitem (iii) acima, deve ser considerado o conceito médio de todos os CRCC do respectivo Fornecedor em vigor.

Para fins do cálculo dos limites previstos no presente item, pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo econômico serão considerados um único Fornecedor.

Caso, calculada *pro forma*, a aquisição de Direitos Creditórios pretendida não atenda aos critérios de elegibilidade previstos nos itens 11.3 ou 11.4 do Regulamento e reproduzidos no presente item, os Direitos Creditórios respectivos poderão ser adquiridos pelo Fundo desde que (i) tais Direitos Creditórios atendam a todos os demais critérios de elegibilidade previsto neste Prospecto, e (ii) considerada *pro forma*, a concentração do PL após a aquisição de tais Direitos Creditórios esteja mais próxima do cumprimento dos critérios de elegibilidade previstos nos itens 11.3 ou 11.4 do Regulamento do que antes da aquisição de tais Direitos Creditórios.

Condições de Cessão

Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade, as cessões de Direitos Creditórios deverão observar as seguintes Condições de Cessão, que deverão constar dos respectivos Contratos de Cessão:

- i) o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras; e

- ii) o Fornecedor deverá entregar a Autorização de Cessão, em que declarará, adicionalmente, que o Fornecedor encontra-se adimplente com suas obrigações referentes a todos os contratos em vigor celebrados entre o Fornecedor e a Petrobras.

As Condições de Cessão dispostas acima não consubstanciam Critérios de Elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante.

Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos Critérios de Elegibilidade ou Condições de Cessão acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição Administradora ou o Custodiante, salvo na existência de comprovada má fé ou dolo das partes.

Formalização da cessão

Uma vez selecionados os Direitos Creditórios que o Fundo pretende adquirir, será formalizada a sua cessão, incluindo todos seus acessórios, por meio do Contrato de Cessão e do Termo de Cessão, cuja descrição consta do item “Sumário dos contratos relevantes – Contrato de Cessão” abaixo, a ser celebrado entre o Fornecedor e o Fundo e que preverá, no mínimo:

- i) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios;
- ii) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre o Direito Creditório;
- iii) que a assinatura do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, e conseqüente cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com terceiros;
- iv) que é vedado o recebimento pelo Fornecedor de quaisquer quantias de titularidade do Fundo e que, caso haja recebimento pelo Fornecedor, este as receberá na condição de fiel depositário e deverá transferi-las ao Fundo em 1 (um) dia útil; e
- v) que o Contrato de Cessão será registrado nas sedes dos Fornecedores e do Fundo, cabendo o custo de ambos os registros aos Fornecedores, sendo o valor referente ao registro do Contrato de Cessão na sede do Fundo debitado por ocasião do efetivo pagamento aos Fornecedores.

Condições mínimas de contratação de seguro

As respectivas apólices de seguros, na modalidade seguro garantia, quando exigidas pelo Regulamento, deverão refletir, no mínimo, a previsão dos seguintes procedimentos e condições:

Procedimentos em caso de sinistro:

- i) em até 3 dias das datas previstas para a entrega do produto e/ou prestação dos serviços pelo Fornecedor, a Instituição Administradora notificará em nome do Fundo, por escrito, o Fornecedor para verificar se tal obrigação será cumprida;
- ii) caso a Instituição Administradora não tenha recebido evidências de que o produto foi entregue e/ou o serviço foi prestado, ela notificará por escrito a Seguradora Autorizada;
- iii) mediante o recebimento da notificação da Instituição Administradora, a Seguradora deverá:
 - a) adiantar para o Fundo o valor da indenização devida ao Fundo, nos termos da respectiva apólice, no prazo máximo de até 30 dias a contar do recebimento da mencionada notificação; neste caso, o Fundo terá o dever de devolver quaisquer valores eventualmente adiantados à Seguradora Autorizada caso esta comprove que o sinistro não ocorreu efetivamente, no prazo de até 5 dias a contar de solicitação neste sentido enviada pela seguradora;
 - b) negar o cumprimento da obrigação segurada se ficar comprovado documentalmente que o Fornecedor entregou o produto ou prestou o serviço de forma integral; ou
 - c) se ficar comprovado o descumprimento da obrigação garantida pelo seguro, pagar a indenização ao Fundo, se sub-rogando nos direitos deste perante o respectiva Fornecedor; e
- iv) nas hipóteses previstas acima, caberá à Seguradora Autorizada tomar todas as medidas cabíveis perante o Fornecedor ou qualquer terceiro para certificar-se de que o sinistro efetivamente ocorreu.

Eventos de exclusão do seguro admitidos:

- i) na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- ii) atos ilícitos praticados pelo Fundo e/ou Petrobras que impeçam o cumprimento da obrigação garantida pelo seguro garantia;
- iii) descumprimento das obrigações do Fornecedor em decorrência de atos ou fatos de responsabilidade do Fundo e/ou Petrobras; ou
- iv) alteração ou modificação das obrigações contratuais garantidas pela apólice, que tenham sido acordadas entre Petrobras e Fornecedor, sem prévia anuência da Seguradora Autorizada, exceto no caso de prorrogação do prazo de entrega do produto e/ou da prestação de serviços objeto da garantia.

Aplicação da parcela remanescente do PL

O Fundo pode aplicar o remanescente do PL exclusivamente em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado DI”, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima e administrados pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, suas controladas, coligadas ou sociedades sob controle comum.

Os fundos de investimento indicados no subitem (iii) acima poderão prever nas respectivas políticas de investimento a utilização de derivativos, exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (*hedge*).

Operações com derivativos e demais operações permitidas

É facultado ao Fundo, ainda:

- i) realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados no item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento – Aplicação da parcela remanescente do PL” acima; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Para efeito do disposto nos itens (i) e (ii) acima:

- i) as operações devem ser negociadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros exclusivamente na modalidade “com garantia” de ambas as contrapartes, quando se tratar de operações de *swap*; e
- ii) devem ser considerados, para efeito de cálculo de PL, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Operações vedadas

O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de Outros Ativos ou aquelas compromissadas, em que os Fornecedores ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum destes figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. O Fundo pode realizar operações nas quais a Instituição Administradora atue na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e
- ii) operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Preço de Cessão

Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ValorAquisição = \frac{ValorNominal}{\left(1 + \frac{TaxaAquisição}{100}\right)^{\frac{prazo}{252}}}$$

onde:

“Valor Aquisição” é o valor de aquisição do Direito Creditório;

“Valor Nominal” é o valor nominal do Direito Creditório;

“Prazo” é o número de dias úteis, conforme informação registrada no campo “Cálculo Aquisição” no “Cadastro Fundos de Recebíveis” integrante dos sistemas internos do Custodiante, entre a data de aquisição do Direito Creditório, exclusive, e sua respectiva data de vencimento, inclusive; e

“Taxa Aquisição” corresponde à taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios Performados e Não-performados, que será apurada pela Gestora a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, sendo no mínimo de:

BAD DO FORNECEDOR	TAXA MÍNIMA DE DESCONTO
Abaixo de 7 ou ausente	200% da Taxa DI
De 7 até 7,9	180% da Taxa DI
De 8 até 8,9	170% da Taxa DI
De 9 a 10	160% da Taxa DI

Para efeito do cálculo da Taxa de Aquisição, será utilizado o BAD atribuído ao Cedente com relação ao Contrato de que os respectivos Direitos Creditórios são oriundos. Caso a Petrobras não tenha emitido BAD para o Contrato de que os Direitos Creditórios são oriundos, será utilizada a média das notas dos BAD em vigor atribuídas ao Cedente no cumprimento dos contratos celebrados com a Petrobras nos últimos 12 meses.

Se, por hipótese, em 12 de novembro de 2009¹, o Fundo tomasse a decisão de adquirir R\$ 1 milhão em Direitos Creditórios com vencimento em 60 dias úteis contados da data de aquisição, originados de um único Cedente com BAD equivalente a 8,2, o Valor de Aquisição seria equivalente a R\$ 967.896,80, o que equivale a 97% do valor de face de referidos Direitos Creditórios.

O pagamento do preço de cessão será efetuado na data da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Custodiante, que não poderá exceder a 10 dias da oferta dos Direitos Creditórios pelo Cedente.

Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo

A carteira do Fundo, e por consequência seu PL, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de risco” acima. O investidor, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente este capítulo para que a tomada de decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série seja adequadamente fundamentada.

Ordem e aplicação dos recursos

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, com exceção da Taxa de Performance, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) formação da Reserva de Pagamento e da Reserva de Amortização;
- iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, observada a obrigatoriedade de formação da Reserva de Performance, quando for o caso;
- v) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas de Classe Especial, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento;
- vi) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- vii) pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso.

¹ Nesta data, a Taxa DI aplicável, divulgada pela CETIP, era de 8,64% a.a.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas de Classe Especial, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento;
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- v) havendo eventual excedente, 80% (oitenta por cento) do valor excedente será dividido entre as Cotas Subordinadas, sendo que (a) 40% (quarenta por cento) do valor excedente será dividido pelo número de Cotas Subordinadas de Classe Especial emitidas e ainda não resgatadas e incorporado ao valor de cada uma delas, e (b) os demais 40% (quarenta por cento) do valor excedente serão divididos pelo número de Cotas Subordinadas Classe Júnior emitidas e ainda não resgatadas e incorporado ao valor de cada uma delas, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior; e os 20% (vinte por cento) restantes do valor excedente serão atribuído à Gestora a título de Taxa de Performance, exceto na hipótese de a Gestora ter concorrido com culpa ou dolo para a liquidação do Fundo.

Regras de movimentação

Somente poderão adquirir Cotas os Investidores Autorizados.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, e até a publicação do Anúncio de Encerramento, nos termos do capítulo “Termos e Condições da Oferta” acima.

O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá na data da última amortização pelo valor de abertura da Cota Sênior da 1ª Série na data do resgate. Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. A amortização ou o resgate das Cotas em Direitos Creditórios pode ocorrer na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme os procedimentos descritos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação Antecipada – Procedimentos de Dação em Pagamento”.

O Cotista poderá obter informações referentes a valores de movimentação no endereço da Instituição Administradora, constante do item “Informações Complementares – Atendimento aos Cotistas”.

Cotas

Características gerais

As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembléia Geral.

As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósitos em nome de seus respectivos titulares junto ao Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Cotas. A qualidade de Cotista caracteriza-se, justamente, pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

Classes de Cotas

As Cotas serão Seniores ou Subordinadas.

As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries e as Cotas Subordinadas serão divididas em (i) uma Classe Júnior e (ii) Classes Especiais, a critério da Instituição Administradora e de acordo com o disposto no Regulamento, cujas datas e valores de amortização, resgate e remuneração serão definidos nos respectivos Suplementos, que, uma vez assinados pela Instituição Administradora, passam a integrar o Regulamento.

As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas de Classe Especial são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e que poderão ter diferentes níveis de subordinação entre si, computando-se todas para efeito de cálculo da Relação Mínima. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas de Classe Especial após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e das demais Cotas Subordinadas de Classe Especial a que estiverem subordinadas, se for o caso.

As Cotas Subordinadas Classe Júnior são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial.

Os critérios para amortização das Cotas e distribuição dos rendimentos estão previstos na seção “Características gerais do Fundo – Amortização das Cotas” abaixo.

Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores

A Relação Mínima admitida é de 125%, sendo que a diferença do PL do Fundo é representada por Cotas Subordinadas. Cada uma das classes de Cotas Subordinadas deverá representar, no mínimo, 10% do PL. Essa relação, incluindo a Relação Mínima, deve ser apurada pelo Custodiante e disponibilizada à Instituição Administradora todo dia útil.

Classificação de risco preliminar das Cotas Seniores da 1ª Série

O Fundo e a distribuição de suas Cotas Seniores da 1ª Série obtiveram classificação de risco preliminar AA(bra), conferida pela Fitch Ratings Brasil Ltda.

A nota AA(bra) denota um risco de crédito muito baixo comparado a outros emissores ou emissões no Brasil. O risco de crédito embutido em tais obrigações difere apenas levemente do risco das obrigações com a melhor classificação de risco conferida a emissões no Brasil pela Fitch Ratings Brasil Ltda.

Novas emissões

A Instituição Administradora poderá deliberar sobre a emissão de novas Séries de Cotas Seniores para distribuição pública, sem necessidade de aprovação prévia da Assembléia Geral. Ainda, a Instituição Administradora poderá deliberar sobre a emissão de novas Classes Especiais.

Valorização das Cotas

Independentemente da classe, as Cotas serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

Todo dia útil, desde que o patrimônio do Fundo assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores de cada Série, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, o valor equivalente à porcentagem da Taxa DI prevista no Suplemento da respectiva série, que é de 120% para as Cotas Seniores da 1ª Série, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores.

Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas de Classe Especial, obedecida a ordem de subordinação no recebimento de rendimentos da carteira do Fundo entre as Classes Especiais, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite previsto no suplemento de cada Classe Especial, que é de 120% da Taxa DI para as Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas de Classe Especial.

Ainda todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Subordinadas de Classe Especial, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite de 120% da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior.

Valorização excedente

O eventual valor excedente após a incorporação dos resultados descritos no item anterior para as Cotas Seniores e Subordinadas e após o provisionamento da Taxa de Performance será atribuído, na forma prevista no parágrafo seguinte, aos titulares de Cotas Subordinadas de Classe Especial e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo, proporcionalmente à participação de suas Cotas Subordinadas de Classe Especial e/ou Cotas Subordinadas Classe Júnior no PL.

O valor a ser atribuído aos titulares de Cotas Subordinadas de Classe Especial e de Cotas Subordinadas Classe Júnior nos termos do parágrafo anterior será provisionado diariamente em reserva especialmente constituída para este fim, após o provisionamento da Taxa de Performance, e será distribuído aos respectivos Cotistas semestralmente, na data de pagamento da Taxa de Performance, em moeda corrente nacional.

Caso a valorização dos ativos integrantes da carteira do Fundo não seja suficiente para que seja atingido o valor da remuneração-alvo das Cotas Seniores de cada Série, ou das Cotas Subordinadas de Classe Especial, ou das Cotas Subordinadas Classe Júnior, o valor provisionado nos termos do item anterior deverá ser incorporado ao valor das Cotas cuja remuneração-alvo não tenha sido atingida, obedecida a ordem de preferência entre as diferentes classes de Cotas e proporcionalmente a sua participação no PL, até que a remuneração-alvo das Cotas de todas as Séries e classes seja atingida ou até que se esgote o valor provisionado.

Amortização e resgate das Cotas

Disposições gerais

Observada a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo descrita no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas” acima, a Instituição Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo aos titulares de Cotas correspondentes (i) à amortização e/ou resgate de Cotas Seniores, conforme o respectivo Suplemento, (ii) à amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas de Classe Especial, conforme o disposto no item “Características gerais do Fundo – Amortização das Cotas – Amortização das Cotas Subordinadas de Classe Especial” abaixo, e (iii) ao resgate de Cotas Subordinadas Classe Júnior, neste último caso, exclusivamente após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial.

A Instituição Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no item “Características gerais do Fundo – Liquidação Antecipada – Procedimentos de Dação em Pagamento” abaixo, em Direitos Creditórios.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um dia útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Amortização de Cotas Seniores

Decorrido o Prazo de Carência fixado no respectivo Suplemento, as Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas periodicamente, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização previstas no respectivo Suplemento, e serão resgatadas pelo Fundo no fim do prazo de duração da respectiva Série ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, de acordo com as condições previstas nos respectivos Suplementos, observado o disposto no Regulamento.

A amortização periódica pelo Regime de Caixa das Cotas Seniores de cada Série será limitada, em cada Data de Amortização, ao Valor Máximo de Amortização.

O Valor Máximo de Amortização corresponderá, em cada Data de Amortização, à divisão do valor de cada Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização pelo número de amortizações programadas ainda não realizadas.

Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

Amortização das Cotas Seniores da 1ª série

A partir do 25º mês (inclusive) contados da Data de Subscrição Inicial, o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da Presente Série será realizado em 24 parcelas mensais e sucessivas, no mesmo dia de cada mês, o qual será definido pela Instituição Administradora, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização, e limitado, em cada Data de Amortização, ao respectivo Valor Máximo de Amortização, conforme o quadro abaixo, sendo VCS o valor das Cotas Seniores no dia útil anterior à Data de Amortização:

#	Parcelas de Amortização Programada	Amortização Programada
1	1ª parcela	VCS* / 24
2	2ª parcela	VCS / 23
3	3ª parcela	VCS / 22
4	4ª parcela	VCS / 21
5	5ª parcela	VCS / 20
6	6ª parcela	VCS / 19
7	7ª parcela	VCS / 18
8	8ª parcela	VCS / 17
9	9ª parcela	VCS / 16
10	10ª parcela	VCS / 15
11	11ª parcela	VCS / 14
12	12ª parcela	VCS / 13
13	13ª parcela	VCS / 12
14	14ª parcela	VCS / 11
15	15ª parcela	VCS / 10
16	16ª parcela	VCS / 9
17	17ª parcela	VCS / 8
18	18ª parcela	VCS / 7
19	19ª parcela	VCS / 6
20	20ª parcela	VCS / 5
21	21ª parcela	VCS / 4
22	22ª parcela	VCS / 3
23	23ª parcela	VCS / 2
24	24ª parcela	VCS / 1

O resgate ocorrerá na data da última amortização das Cotas Seniores da 1ª Série.

Amortização das Cotas Subordinadas de Classe Especial

As Cotas Subordinadas de Classe Especial serão amortizadas a critério da Instituição Administradora, pelo Regime de Caixa, em igualdade de condições para todas as Cotas Subordinadas de uma mesma Classe Especial, observadas as seguintes condições:

- i) quaisquer pagamentos relativos à Cotas Subordinadas de Classe Especial deverão ser efetuados até o 5º (quinto) dia útil subsequente à última Data de Amortização;

- ii) não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- iii) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas de Classe Especial, as Cotas Subordinadas de Classe Especial permaneçam representando, no mínimo, 10% (dez por cento) do PL; e
- iv) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas de Classe Especial, todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento, em especial aqueles dispostos nas cláusulas 10 e 11 do Regulamento, e reproduzidos no item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento” deste Prospecto, bem como a Reserva de Amortização e a Reserva de Pagamentos, permaneçam enquadrados.

Amortização das Cotas Subordinadas de Classe Júnior

As Cotas Subordinadas Classe Júnior serão amortizadas e/ou resgatadas exclusivamente após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial, ressalvado o pagamento previsto no item 16.5.1 do Regulamento e descrito no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas – Valorização excedente” acima.

Outras informações a respeito da amortização de Cotas

Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista no item “Características gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas” acima, e desde que o PL permita e haja disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas condições para amortização e resgate de uma ou mais séries específicas de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

O procedimento ora previsto não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Manutenção de reservas

Reserva de Amortização

A Instituição Administradora deverá constituir uma Reserva de Amortização para amortizações e resgates das Cotas Seniores de cada Série. Para tanto, a Gestora deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Creditórios ao cumprimento do cronograma do quadro abaixo:

NÚMERO DE DIAS ANTES DA DATA DE RESGATE OU DAS DATAS DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR DO RESGATE OU DOS VALORES MÁXIMOS DE AMORTIZAÇÃO
60	50%
30	100%

Havendo mais de uma Série emitida e ainda não resgatada, os recursos alocados na Reserva de Amortização serão segregados proporcionalmente à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

A Instituição Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no presente item quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos que integram a Reserva de Amortização, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma constante da tabela acima.

Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, a Gestora deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Amortização exclusivamente em Outros Ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora e da Gestora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Instituição Administradora e pela Gestora.

Caso os montantes disponíveis na Reserva de Amortização deixem de atender ao disposto no item 17.4.5 do Regulamento, cujo teor é reproduzido na tabela que integra o presente item, a Gestora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização, informando este fato à Instituição Administradora.

Reserva de Pagamento

A Instituição Administradora deverá manter a Reserva de Pagamento para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamento destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamento observando que, até o 30º dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Pagamento deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no parágrafo anterior, a Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e comunicar a Instituição Administradora para que esta destine todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

Reserva de Performance

Em cada cessão de Direito Creditório Não-performado em que o Fornecedor não tenha o CRCC, o Fundo deverá reter 10% do respectivo preço de cessão do Direito Creditório, para formação da Reserva de Performance.

Os Outros Ativos segregados na Reserva de Performance deverão ser utilizados somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor ou do recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver; e/ou (ii) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo Contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo.

Por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor, ou em caso de recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver, o Fundo pagará ao Fornecedor quantia correspondente ao valor retido, atualizada por índice de atualização monetária escolhido pelo Custodiante incidente *pro rata temporis* desde a data de aquisição do Direito Creditório pelo Fundo até a data do ressarcimento do valor retido ao Fornecedor, e remunerada pela Taxa DI incidente *pro rata temporis* pelo mesmo período.

A Instituição Administradora poderá alterar o limite previsto acima desde que a Agência Classificadora de Risco afirme, previamente, que tal alteração não afeta a classificação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas de Classe Especial.

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe

Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

A avaliação dos títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo será efetivada de acordo com o disposto na legislação aplicável e no Manual de Precificação de Ativos *Mark-to-Market* do HSBC, disponível para consulta em www.hsbc.com.br.

Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas decorrentes de inadimplência dos Contratos.

O valor das provisões referidas no parágrafo anterior será calculado levando-se em conta o valor total dos Direitos Creditórios inadimplentes, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682/99, do CMN, exceto para os Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 dias de seu vencimento, cujo valor será provisionado segundo a regra determinada abaixo.

Os Contratos que contenham quaisquer Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 dias do respectivo vencimento serão considerados perdas para o Fundo, sendo constituída a correspondente provisão de 100% do respectivo valor.

Caso Direito Creditório Performado seja inadimplido, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cujo pagamento seja de responsabilidade da Petrobras. Por outro lado, caso Direito Creditório Não-performado seja inadimplido, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cedidos pelo Fornecedor que cedeu o Direito Creditório Não-performado inadimplido.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;

- ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordarão com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

Metodologia de avaliação das Cotas

As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do PL pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” deste Prospecto.

O valor unitário das Cotas Subordinadas de Classe Especial será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores do PL, pelo número de Cotas Subordinadas de Classe Especial; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito no “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” deste Prospecto.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Classe Júnior será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Classe de Especial, pelo número total de Cotas Subordinadas Classe Júnior, até o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.

Assembléia Geral

Competência

É da competência da Assembléia Geral:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as suas demonstrações financeiras;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco;
- iv) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos Cotistas;
- v) deliberar sobre a realização de aditamentos aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;
- vi) deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas;
- vii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- viii) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; e
- ix) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos do Regulamento.

A Taxa de Administração a ser percebida pela Instituição Administradora não poderá ser reduzida por determinação da Assembléia Geral sem o expresse consentimento da Instituição Administradora.

Procedimentos de convocação e instalação

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 dias.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no estabelecimento principal da Instituição Administradora, na Cidade de São Paulo; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade do estabelecimento principal da Instituição Administradora.

Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Direito de voto e critérios para apuração das deliberações

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, observado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas nos subitens (iii), (vii) e (viii) do item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações referentes a:

- i) substituição de qualquer dos prestadores de serviço do Fundo;
- ii) alteração:
 - a) da política de investimento;
 - b) dos Critérios de Elegibilidade;

- c) das Condições de Cessão;
 - d) dos direitos políticos atribuídos aos Cotistas;
 - e) dos parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
 - f) das Taxas de Administração e Performance;
 - g) cronograma de amortização das Cotas;
 - h) das condições de formação e re-enquadramento da Reserva de Pagamento; e
 - i) metodologia de avaliação dos ativos do Fundos e das Cotas de cada classe; ou
- iii) cobrança de outras taxas.

Estão subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto, as deliberações referentes a:

- i) Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada do Fundo;
- ii) aporte de recursos adicionais pelos Cotistas; e
- iii) nomeação de representantes dos Cotistas.

As deliberações das Assembléias Gerais de Cotistas decorrentes de Eventos de Avaliação e Liquidação serão consideradas válidas, independente das matérias votadas não terem sido previstas na convocação, desde que estritamente relacionadas aos referidos eventos e/ou a medidas entendidas necessárias em decorrência de referidos eventos.

Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

A divulgação referida no parágrafo anterior deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

Representante dos Cotistas

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, Gestora ou Custodiante, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em Fornecedores cedentes de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora, da Gestora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização. Tal divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

As modificações no Regulamento e no Prospecto aprovadas pela assembléia geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na assembléia geral;
- ii) cópia da ata da assembléia geral; e
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas no Regulamento ou sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim.

Eventos de Avaliação

Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do Regulamento ou dos Documentos do Fundo, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembléia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- i) não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 dias úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- ii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer classe, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- iii) renúncia da Instituição Administradora;
- iv) a inobservância pela Instituição Administradora e/ou Gestora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora e/ou Gestora, conforme o caso, não o fizer no prazo de 5 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento, desde que, se notificado pela Instituição Administradora, pela Gestora ou pelos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante e/ou o Agente de Recebimento não o fizer no prazo de 2 dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- vii) amortização de Cotas Seniores ou Subordinadas de Classe Especial em desacordo com o disposto no Regulamento e no respectivo Suplemento, bem como amortização de Cotas Subordinadas Classe Júnior em desacordo com o disposto no Regulamento;
- viii) resilição do contrato de prestação de serviços de custódia de ativos e de escrituração das Cotas, se houver, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;
- ix) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial por prazo igual ou superior a 60 dias;

- x) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamento e (a) tal evento não seja sanado em 5 dias úteis ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos no Regulamento no prazo de 2 dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- xi) renúncia do Custodiante e/ou do Agente de Recebimento;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) constatação, pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante, de que algum Fornecedor cedeu ao Fundo Direitos Creditórios onerados, gravados ou sem lastro;
- xiv) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no presente item;
- xv) caso haja qualquer modificação substancial nos critérios de cadastramento de Fornecedores e de avaliação do seu desempenho pela Petrobras que se torne de conhecimento da Instituição Administradora;
- xvi) na ocorrência de quaisquer outros eventos que, a exclusivo critério da Instituição Administradora, devam constituir um Evento de Avaliação ; ou
- xvii) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantida pelo Fundo for superior a 5% (cinco por cento) do total de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora suspenderá imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, bem como interromperá o pagamento de amortizações de Cotas Subordinadas.

Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, descritos no item “Características gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo” abaixo.

Eventos de Liquidação Antecipada

São considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) decretação de falência ou recuperação judicial da Petrobras ou falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, Instituição Administradora ou Gestora sem a sua efetiva substituição nos termos do Regulamento;
- ii) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim;
- iii) se durante 3 meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00;
- iv) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- v) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- vi) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento; ou
- vii) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) informar o Custodiante por meio de correio eletrônico com aviso de recebimento para que interrompa imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Cotistas, (iii) suspender imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iv) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo abaixo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Procedimentos de liquidação antecipada do Fundo

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item “Características gerais do Fundo -

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe - Metodologia de avaliação das Cotas” acima, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Classe Especial, conforme a respectiva quantidade de Cotas Subordinadas de Classe Especial de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas, obedecida a ordem de subordinação entre as diferentes Classes Especiais, se for o caso.

Se ainda houver excedente, após os pagamentos mencionados acima, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

O total do eventual excedente será distribuído da seguinte forma:

- i) 80% (oitenta por cento) do valor excedente será dividido entre as Cotas Subordinadas, sendo que (a) 40% (quarenta por cento) do valor excedente será dividido pelo número de Cotas Subordinadas de Classe Especial emitidas e ainda não resgatadas e incorporado ao valor de cada uma delas, e (b) os demais 40% (quarenta por cento) do valor excedente serão divididos pelo número de Cotas Subordinadas Classe Júnior emitidas e ainda não resgatadas e incorporado ao valor de cada uma delas, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior; e
- ii) os 20% (vinte por cento) restantes do valor excedente serão atribuído à Gestora a título de Taxa de Performance, exceto na hipótese de a Gestora ter concorrido com culpa ou dolo para a liquidação do Fundo.

Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos do item “Características gerais do Fundo - Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe - Metodologia de avaliação das Cotas”, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, observados os procedimentos descritos no item “Características gerais do Fundo - Procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos”.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

Custos referentes à defesa dos Cotistas

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização classe de Cotas especificamente emitida para este fim, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos neste item serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas em circulação, não estando a Instituição Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste item, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da totalidade das Cotas reunidos na Assembleia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste item, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva classe de Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este item e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Instituição Administradora e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos deste item, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Outros Ativos

Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas de Classe Especial, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. Feito o resgate das Cotas Subordinadas de Classe Especial, e havendo saldo de ativos remanescente na carteira do Fundo, será realizado o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior. A dação em pagamento de Direitos Creditórios será formalizada por meio da celebração de instrumento de dação em pagamento entre o Fundo e cada um dos Cotistas, conforme o modelo previsto no Anexo VI do Regulamento.

Para fins do disposto acima, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas de Classe Especial e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da assembléia geral que deliberar pelo pagamento por meio de dação em pagamento. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avenças assegurando (i) a contratação do Custodiante para agir como agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização da Petrobras para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas de Classe Especial e Classe Júnior, e, aos condôminos que detinham Cotas Subordinadas de Classe Especial, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos condôminos que foram titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior.

Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no parágrafo anterior e ratificar a contratação ao agente de recebimento acima prevista. Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista Sênior que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionada a obtenção de autorização da Petrobras para a transferência dos Direitos Creditórios, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

Informações complementares

Despesas e encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração descrita no item “Remuneração dos prestadores de serviços – Instituição Administradora – Taxa de Administração” abaixo:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor, encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

Informações obrigatórias e periódicas

A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data da primeira integralização de Cotas do Fundo e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, e (ii) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

Os demonstrativos referidos no parágrafo anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico indicado no item “Características gerais do Fundo – Informações Complementares - Publicações”, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do PL; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) o(s) relatório(s) da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 15º dia após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do PL;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor e quantidade das Cotas de cada classe;
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Cotistas.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração do Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;
- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

Exceto quando expresso de maneira diversa, entende-se por dia útil qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou nas Cidades de São Paulo e Curitiba. Quando um prazo contado em dias previsto no Regulamento não vir acompanhado da indicação da contagem em dias úteis, deverá ser entendido como sendo contado em dias corridos.

Publicações

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas inicialmente no jornal Valor Econômico, com circulação nacional, devendo todos os documentos e informações correspondentes serem remetidos à CVM na mesma data em que for realizada a publicação.

A Instituição Administradora deve fazer as publicações previstas no Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas, por um dos seguintes meios, a critério da Instituição Administradora: (i) carta com aviso de recebimento endereçada aos Cotistas pela Instituição Administradora, ou (ii) publicação de anúncio neste sentido no periódico a ser substituído.

Atendimento aos Cotistas

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os investidores interessados na aquisição de Cotas Seniores da 1ª Série poderão dirigir-se à Instituição Administradora, à CVM, ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Administradora e Demais Entidades Envolvidas na Oferta”.

O prospecto em versão eletrônica também está disponível na seguinte página: www.hsbcinvestimentos.com.br

Os investidores poderão dirigir-se ao Distribuidor para encaminhamento de eventuais dúvidas, sugestões ou reclamações.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características e processo de originação

Natureza

Os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo são originados de contratos de prestação de serviços e/ou de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores.

O desempenho das atividades econômicas exploradas pela Petrobras demanda a compra de materiais produzidos e/ou comercializados por terceiros e a contratação da prestação de serviços por terceiros. Tais produtos e serviços têm natureza variada, estendendo-se desde a limpeza de unidades da Petrobras até a compra de maquinário pesado. Para tanto, a Petrobras celebra contratos de compra e venda mercantil ou fornecimento de produtos e contratos de prestação de serviços com os Fornecedores.

Normas aplicáveis aos Contratos

A Petrobras é sociedade de economia mista e, nesta condição, está sujeita a realização de licitação para a compra de bens e contratação de serviços. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, prevê que a Petrobras estará sujeita a procedimento licitatório simplificado. O procedimento licitatório aplicável à Petrobras é regido pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras, anexo ao Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998.

As contratações da Petrobras também são regidas (i) pelo Manual de Procedimentos Contratuais, editado pela diretoria executiva da Petrobras, que complementa a disciplina estabelecida pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado mencionado acima no que tange aos procedimentos aplicáveis para a seleção e a contratação de Fornecedores; (ii) pelas Condições de Fornecimento de Material, também editadas pela diretoria executiva da Petrobras e cuja versão mais recente está em vigência desde 1º de novembro de 2005, que estabelecem as condições aplicáveis e o conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores de materiais e equipamentos e a Petrobras; e (iii) pelas Condições de Reajustamento e Pagamento da Petrobras, cuja versão mais recente está em vigência desde 14 de outubro de 2003, que estabelecem as condições de reajustamento de preços e de seus respectivos pagamentos aplicáveis aos contratos de fornecimento de materiais e de prestação de serviços celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores, sendo parte integrante destes contratos.

Cadastro de Fornecedores

O Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado e o Manual de Procedimentos Contratuais estabelecem que a Petrobras deve manter cadastro de Fornecedores, com a finalidade de permitir a avaliação prévia de empresas que desejem participar de suas contratações.

O cadastro de Fornecedores cujos materiais e/ou serviços não sejam cadastrados de forma centralizada deve ser realizado junto das organizações de compras da Petrobras com as quais o Fornecedor tenha interesse em manter relacionamento comercial.

Cadastro Corporativo

Além do cadastro local, a Petrobras dispõe de um cadastro centralizado de seus Fornecedores. O Fornecedor que deseja celebrar contrato com a Petrobras pode pleitear sua inscrição no Cadastro Corporativo, base de dados sobre Fornecedores disponível para todas as unidades da Petrobras. Fornecedores inscritos no Cadastro Corporativo não precisam apresentar documentação para comprovar sua qualificação dentro dos critérios exigidos pela Petrobras em cada licitação de que participe, desde que referida licitação diga respeito a Famílias de Bens ou Famílias de Serviços que o Fornecedor esteja habilitado a fornecer de acordo com sua inscrição no Cadastro Corporativo. Esta comprovação será realizada mediante a apresentação de seu CRCC.

O cadastro completo do Fornecedor no Cadastro Corporativo contém as seguintes informações: (i) dados do Fornecedor; (ii) Famílias de Materiais e/ou de Famílias de Serviços que o Fornecedor está habilitado a fornecer à Petrobras; (iii) resultados das avaliações da situação econômico-financeira; (iv) resultados das avaliações da capacidade técnica; (v) resultados das avaliações dos critérios de segurança, meio ambiente e saúde; (vi) requisitos técnicos atendidos; (vii) resultados das avaliações dos critérios gerencial/responsabilidade social; (viii) ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da *performance* do produto fornecido ou do serviço prestado; (ix) tipos de inspeção de fabricação para os Materiais RQT; e (x) avaliações de desempenho do Fornecedor nas suas relações com a Petrobras.

A KPMG foi contratada pela Gestora para analisar a consistência do processo de cadastro dos Fornecedores por meio do Portal de Cadastro, bem como os critérios para concessão de CRCC e realização de avaliação periódica dos Fornecedores por meio do BAD. O relatório da KPMG consta do presente Prospecto como seu Anexo III.

Categorias de Fornecedores

A Petrobras divide os Fornecedores em categorias para efeitos de contratação e cadastro. O Fornecedor, quando da sua inscrição no Cadastro Corporativo, deve selecionar em que categoria se enquadra. Essa escolha determina o formato do Relatório de Avaliação aplicável ao Fornecedor.

Os Fornecedores de materiais, que são aqueles que comercializam equipamento, material ou insumo de interesse da Petrobras, se dividem nas seguintes categorias:

- i) fabricante comerciante: produz equipamento, material ou insumo e o comercializa diretamente com a Petrobras;
- ii) fabricante não comerciante: produz equipamento, material ou insumo e não o comercializa diretamente com a Petrobras, mas por meio de distribuidores ou revendedores;

- iii) unidade fabril: cada uma das unidades de um fabricante, individualmente qualificadas para fornecer os produtos de sua linha, sendo que não é a unidade fabril, mas o fabricante de que é integrante, quem possui relacionamento comercial com a Petrobras;
- iv) fornecedor de bens tecnicamente qualificado: é aquele que tem seu cadastro ou sua renovação cadastral aprovada apenas nos aspectos técnicos, inapto a receber o CRCC, cuja participação nas licitações é restrita à modalidade de convite e decidida a critério da Petrobras, tendo em conta os riscos comerciais e a competitividade do mercado, dentre outros fatores;
- v) revendedor: comercializa os materiais produzidos por terceiros, devidamente credenciados por estes por meio de cartas de credenciamento, cujo modelo é fornecido pela Petrobras, dispensadas somente caso o revendedor seja sociedade controlada pelo fabricante dos produtos que revende; e
- vi) distribuidor: comercializa os materiais produzidos por terceiros, devidamente credenciados por estes por meio de cartas de credenciamento, cujo modelo é fornecido pela Petrobras, dispensadas somente caso o distribuidor seja sociedade controlada pelo fabricante dos produtos distribuídos.

O Fornecedores de materiais podem fornecer Materiais RQT ou Materiais NRQT. Os primeiros fornecem materiais cuja performance no processo industrial da Petrobras pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras e ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras. Fornecedor de Materiais NRQT, por seu turno, fornecem materiais cuja performance no processo industrial da Petrobras não pode comprometer a continuidade da atividade da Petrobras, nem ameaçar a segurança das pessoas, instalações ou do meio-ambiente, bem como os produtos que, incluídos no processo produtivo como matérias-primas, não podem comprometer a qualidade do produto final da Petrobras

Os distribuidores e revendedores somente poderão requerer sua inclusão no Cadastro Corporativo se os fabricantes dos materiais que pretendem comercializar possuírem o *status* “ativo” ou “tecnicamente qualificado” em seu respectivo Cadastro Corporativo nas Famílias de Material que o Fornecedor deseja distribuir ou revender. O *status* dos Fornecedores no Cadastro Corporativo e seu significado estão descritos no item “Direitos Creditórios - Características e processo de originação - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” abaixo. Os distribuidores e revendedores são responsáveis por verificar previamente junto aos fabricantes o *status* destes perante o Cadastro Corporativo.

Fornecedores de Materiais NRQT fabricados por terceiros devem se cadastrar como revendedores. O revendedor de Materiais NRQT cujo fabricante não tenha interesse em se inscrever no Cadastro Corporativo pode realizar a inscrição por este, desde que devidamente autorizado para tanto pelo respectivo fabricante, por meio da carta de compromisso cujo modelo é fornecido pela Petrobras. Neste caso, o fabricante será cadastrado como “fabricante-não-comerciante”.

Os Fornecedores de materiais deverão inscrever no Cadastro Corporativo cada uma de suas filiais que pretenda fornecer equipamentos à Petrobras. Os Fornecedores de serviços, por seu turno, deverão cadastrar apenas a matriz.

Fornecedores de serviços são aqueles que prestam serviços e/ou executam obras em geral, desde que qualificados para um ou mais serviços de interesse permanente da Petrobras. Fornecedores de Serviços Críticos são aqueles que prestam serviços indicados pelas áreas de negócios da Petrobras cujo desempenho, confiabilidade e garantia do contrato, além do atendimento aos requisitos de saúde, meio-ambiente e segurança, são considerados vitais para a atividade-fim da Petrobras.

O Cadastro Corporativo ainda contempla as figuras do representante comercial e do representante legal. O representante comercial é aquele que representa comercialmente o Fornecedor de materiais e/ou serviços perante a Petrobras, através de escritório comercial próprio, do Fornecedor ou de pessoa física ou jurídica credenciada pelo Fornecedor. Os representantes comerciais não são registrados isoladamente no Cadastro Corporativo, mas vinculados ao cadastro de um Fornecedor. Para credenciar um representante comercial junto ao Cadastro Corporativo, o Fornecedor deve apresentar declaração cujo modelo é fornecido pela Petrobras. O representante comercial pode representar mais de um Fornecedor para uma mesma Família de Materiais ou Família de Serviços. Entretanto, não poderá representar mais de um Fornecedor na mesma licitação.

O representante legal é o representante obrigatório de empresa estrangeira que seja Fornecedor de bens ou de serviços, que tem poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente em nome do Fornecedor, podendo ser pessoa física ou jurídica residente no Brasil. Caso o Fornecedor permita que o representante legal atue como seu representante comercial, com poderes para assinar propostas e contratos em nome do Fornecedor, deve emitir declaração específica na licitação ou acrescentar tal autorização a sua carta de credenciamento.

Inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo

A inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo inicia-se com o fornecimento de informações por meio de sítio eletrônico chamado Portal de Cadastro. Neste sítio eletrônico, o Fornecedor deve informar o número de seu CNPJ/MF e sua razão social, bem como endereço de correio eletrônico por meio do qual a Petrobras possa entrar em contato. Deve, ainda, cadastrar uma senha para novos acessos. Esta senha permite que o Fornecedor acesse posteriormente o Portal de Cadastro para completar o preenchimento dos seus dados ou alterar os dados já preenchidos.

O Portal de Cadastro está conectado aos sistemas da Dataprev e da Caixa Econômica Federal. Deste modo, assim que o Fornecedor informa seu número de inscrição no CNPJ/MF, é realizada consulta automática à respectiva situação cadastral perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. O Fornecedor somente prosseguirá em sua inscrição no Cadastro Corporativo caso sua situação cadastral seja regular perante os órgãos mencionados.

A seguir, ainda no Portal de Cadastro, o Fornecedor deve selecionar a categoria de Fornecedor em que se enquadra, dentre aquelas descritas no item “Direitos Creditórios – Características e processo de origemação – Cadastro Corporativo - Categorias de Fornecedores” acima, bem como as Famílias de Materiais e as Famílias de Serviços que pretende fornecer para a Petrobras. As Famílias de Materiais se dividem em

Famílias de Materiais RQT e em Famílias de Materiais NRQT. Estas duas e as Famílias de Serviços se dividem em subgrupos, que correspondem a cada espécie de material ou serviço de interesse da Petrobras. O Fornecedor deverá escolher em que subgrupos atuará. Após a seleção, o sistema eletrônico indicará os requisitos exigidos para o fornecimento das Famílias de Materiais ou das Famílias de Serviços selecionadas.

O Fornecedor deverá preencher e enviar à Petrobras uma carta de compromisso, de acordo com modelo fornecido pela Petrobras, por meio da qual garante a veracidade dos dados fornecidos por meio do Portal de Cadastro.

Também são solicitados os seguintes documentos e informações do Fornecedor:

- i) apresentação de material institucional: o Fornecedor, opcionalmente, pode fornecer apresentações sucintas de divulgação institucional (em vídeo, Power Point ou outros meios eletrônicos), que não dispensam o preenchimento de itens do questionário de avaliação em que sejam expressamente solicitadas;
- ii) dados gerais: o Fornecedor deve informar os seus dados para cadastro, tais como razão social, número de inscrição no CNPJ/MF, endereço da sede, telefone para contato, entre outras;
- iii) filiais: Fornecedores de serviços devem informar as filiais que possuem; Fornecedores de materiais devem observar procedimentos de cadastramento especial com relação a suas filiais;
- iv) representantes comerciais: o Fornecedor deve indicar os representantes comerciais autorizados a se relacionar com as organizações de compras da Petrobras;
- v) credenciamento de revenda e distribuição: se o Fornecedor atuar na condição de distribuidor ou de revendedor, deverá fornecer as cartas de credenciamento relativas a cada um dos fabricantes cujos produtos revenda ou distribua, bem como carta de garantia e compromisso de inspeção, cujo modelo é fornecido pela Petrobras, por meio da qual o fabricante se compromete a permitir a realização de inspeções conforme exigido pelas regras de contratação da Petrobras, acompanhadas de documentos que comprovem os poderes de representação dos signatários;
- vi) comprovação técnica inicial: de acordo com as Famílias de Materiais e/ou Famílias de Serviços selecionadas, o Fornecedor deverá anexar no mínimo três e, no máximo, cinco documentos que comprovem sua experiência prévia no fornecimento e/ou prestação de serviços no seu ramo de atividade, sob a forma de cartas de referência de clientes-usuários finais, certificados de prêmios ou de reconhecimento pela qualidade do produto/serviço oferecido, relatórios de inspeção de recebimento e/ou catálogo técnico.

A próxima etapa do processo de inscrição é o preenchimento do Relatório de Avaliação, questionário que busca aferir o atendimento de cada um dos cinco Critérios de Avaliação pelo Fornecedor. Estes Critérios de Avaliação se dividem em (i) técnico, (ii) econômico, (iii) legal, (iv) SMS e (v) gerencial/responsabilidade social. Cada um dos Critérios de Avaliação se divide em indicadores, e cada indicador se divide em requisitos.

Estes requisitos podem ser (i) mandatórios, quando sua apresentação é obrigatória para obtenção do Cadastro Corporativo; (ii) classificatórios, quando utilizados apenas para pontuação e classificação; e/ou (iii) específicos, quando exigidos somente para determinadas Famílias de Materiais ou Famílias de Serviços devido a sua peculiaridade. Cada requisito se desdobra em solicitações específicas de documentos ou informações relativas ao Fornecedor

O Portal de Cadastro somente disponibiliza para o Fornecedor os indicadores e requisitos correspondentes às Famílias de Materiais e/ou Famílias de Serviços que o Fornecedor escolheu na etapa de seleção de Famílias de Materiais e de Famílias de Serviços. O Fornecedor deve responder às requisições formuladas com relação a cada Critério de Avaliação e anexar a documentação exigida de forma eletrônica.

As informações prestadas no Relatório de Avaliação podem ser comprovadas mediante anexação de documentos. Alguns anexos são de apresentação obrigatória, e ausência de sua apresentação inviabiliza a inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo.

Ao anexar ao Relatório de Avaliação a documentação exigida, o Fornecedor deve observar as seguintes regras:

- i) os documentos deverão estar dentro do prazo de validade e conter a razão social e o endereço constantes na última alteração do contrato social ou do estatuto social do Fornecedor. A validade das certidões fornecidas, quando não mencionada no documento, será de 6 meses contados da sua emissão;
- ii) os documentos obrigatórios emitidos por empresas estrangeiras devem ser notariados, autenticados pelo consulado brasileiro no país respectivo e traduzidos para o português por tradutor público juramentado, se apresentados em outro idioma;
- iii) os carimbos, autenticações e selos precisam estar visíveis e sem rasuras para a validação do documento. Serão aceitas as certidões emitidas por órgãos oficiais obtidas diretamente da Internet, sem a necessidade de autenticação; e
- iv) a documentação referente aos critérios legal e econômico, após a digitalização e inserção no Portal de Cadastro, deve ser encaminhada em via original ou em cópia autenticada ao órgão de cadastramento devido, para conferência e guarda pelos prazos legais.

O Fornecedor pode, antes do fechamento do seu Relatório de Avaliação, interromper o seu preenchimento e retornar para alteração ou complementação. Após o fechamento do Relatório de Avaliação, no entanto, o sistema não permitirá mais alterações, exceto através de solicitação do Fornecedor dirigida à Petrobras.

Quando todos os itens obrigatórios do Relatório de Avaliação estiverem corretamente preenchidos, o Fornecedor poderá fechá-lo e enviá-lo eletronicamente à Petrobras. Após o fechamento do Relatório de Avaliação, as informações nele contidas passarão por uma verificação de existência de pendências e incorreções no preenchimento. A Petrobras comunicará ao Fornecedor a existência de pendências em seu Relatório de Avaliação, por meio de correio eletrônico, e os respectivos itens do Relatório de Avaliação serão reabertos para correção eletrônica. Durante a análise das informações, a Petrobras poderá solicitar ao Fornecedor o agendamento de visita técnica, quando pertinente, ou a complementação de informações.

A análise do Relatório de Avaliação compreende as seguintes etapas:

- i) avaliação documental: uma equipe de avaliadores da Petrobras, especialistas nas áreas correspondentes aos diferentes Critérios de Avaliação, analisa os dados fornecidos pelo Fornecedor após o completo preenchimento e fechamento do Relatório de Avaliação. Nesta etapa será atribuída uma nota de 0 a 10 para cada um dos Critérios de Avaliação. Caso sejam realizadas visitas por avaliadores da Petrobras na sede da empresa e/ou em campo, as notas referentes aos Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial somente serão fixadas após estas visitas.
- ii) avaliação presencial na sede do Fornecedor: opcionalmente, avaliadores da Petrobras ou terceiros por ela contratados para tanto podem visitar a sede do Fornecedor, para avaliação dos Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial, sendo requerida a visita em função da peculiaridade do material ou serviço e/ou do mercado respectivo;
- iii) avaliação presencial de campo: opcionalmente, avaliadores da Petrobras ou terceiros por ela contratados para tanto podem visitar obras em andamento conduzidas por Fornecedores de Serviços Críticos para avaliação dos Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial, sendo requerida a visita em função da peculiaridade do material ou serviço e/ou do mercado respectivo; e
- iv) consolidação: etapa consistente na análise final dos dados recebidos e colhidos e na consolidação dos resultados.

Após a análise, o Fornecedor receberá uma mensagem da Petrobras por correio eletrônico confirmando ou não sua inscrição no Cadastro Corporativo, bem como informando o *status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo.

Descrição dos Critérios de Avaliação

O Relatório de Avaliação verifica o atendimento pelo Fornecedor dos Critérios de Avaliação, descritos abaixo:

- i) Critério de Avaliação técnico: avalia a capacidade técnica do Fornecedor para a produção de materiais e/ou prestação de serviços, avaliando os recursos necessários para o bom desempenho dos equipamentos e dos materiais a serem fornecidos e/ou dos serviços a serem executados, bem como o histórico comercial do Fornecedor na prestação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais que pretenda fornecer à Petrobras (nota de tradição). Compreende os seguintes indicadores: (a) instalações; (b) equipamentos; (c) materiais; (d) pessoal; (e) tecnologia; e (f) porte técnico;

- ii) Critério de Avaliação econômico: avalia a solidez econômica do Fornecedor de forma a assegurar que possa concluir o fornecimento dos materiais e/ou dos serviços, com base em dados de balanços patrimoniais e de demonstrações financeiras, que geram indicadores confiáveis para prever e monitorar o desempenho econômico do Fornecedor. Compreende os seguintes indicadores: (a) credibilidade das contas; (b) estrutura; (c) solvência; (d) rentabilidade; e (e) gestão econômico-financeira;
- iii) Critério de Avaliação legal: avalia a regularidade dos Fornecedores no cumprimento de suas obrigações junto ao mercado, aos órgãos governamentais e à sociedade. Além da análise documental, utiliza instrumentos que permitem o levantamento direto de informações sobre certidões e documentos emitidos por entidades fiscais, possibilitando a atualização freqüente dos indicadores de cumprimento da regularidade fiscal e tributária. Compreende os seguintes indicadores: (a) capacidade jurídica; (b) habilidade jurídica; (c) regularidade jurídico-fiscal; (d) risco; e (e) gestão jurídica;
- iv) Critério de Avaliação SMS: avalia os aspectos relacionados a saúde, meio-ambiente e segurança do Fornecedor, valorizando e estimulando as certificações segundo as normas ISO 14001 e OHSAS 18001. Incluem, ainda, a avaliação de segurança e saúde operacional relativos ao Fornecedor, que envolvem: (a) planejamento para identificação de perigos e avaliação e controle de riscos; (b) estrutura e responsabilidade da empresa; (c) quesitos relacionados ao treinamento, à conscientização e à competência; (d) capacidade de monitoramento e mensuração do desempenho; (e) acidentes, incidentes, não-conformidade e ações corretivas e preventivas; e (f) análises críticas efetuadas pela administração do Fornecedor. O Critério de Avaliação SMS compreende os seguintes indicadores: (a) certidão ISO 14001/OHSAS 18001; (b) política de segurança, meio ambiente e saúde; (c) planejamento; (d) estrutura organizacional e definição de responsabilidades; (e) treinamento em SMS; (f) envolvimento e comunicação; (g) controle de dados e documentos; (h) normas e procedimentos para controle operacional; (i) plano de atendimento a emergências; (j) requisitos do meio-ambiente; (k) avaliação de desempenho e monitoramento; (l) tratamento de acidentes, incidentes, não conformidades e desvios; (m) auditoria do sistema de gestão de SMS; e (n) análise crítica pela alta administração; e
- v) Critério de Avaliação gerencial/responsabilidade social: avalia a postura do Fornecedor na área gerencial e de responsabilidade social, avaliando o compromisso com a qualidade e melhoria contínua, valorizando e estimulando a certificação segundo a norma ISO 9001 e estimulando explicitamente o maior envolvimento dos Fornecedores no contexto social. Compreende os seguintes indicadores: (a) certificação ISO 9001; (b) sistema de gestão de qualidade; (c) responsabilidade da direção; (e) gestão de recursos; (f) planejamento dos processos para a realização do produto; (g) medição, análise e melhoria; e (h) responsabilidade social empresarial.

Critérios de Avaliação obrigatórios e classificatórios

Embora os cinco Critérios de Avaliação sejam aplicados a todos as categorias de Fornecedores, há diferenças no que tange à obrigatoriedade de cada um para cada categoria de Fornecedores. Um Critério de Avaliação é considerado obrigatório quando houver um limite mínimo de cumprimento pelo Fornecedor sem o qual este Fornecedor não pode ser inscrito no Cadastro Corporativo. Por outro lado, o Critério de Avaliação é considerado classificatório quando não existe requisito mínimo a ser cumprido pelo Fornecedor, havendo impacto apenas quanto ao conceito final atribuído ao Fornecedor no CRCC.

Descreve-se abaixo o caráter dos Critérios de Avaliação com relação às categorias de Fornecedores:

- i) Fornecedores de Materiais RQT: os Critérios de Avaliação gerencial, técnico, legal e econômico são obrigatórios, e o critério de avaliação SMS é classificatório;
- ii) Fornecedores de materiais NRQT: são obrigatórios os Critérios de Avaliação técnico, econômico e legal, e são classificatórios os Critérios de Avaliação gerencial e SMS;
- iii) Fornecedores de Serviços Críticos: apenas o Critério de Avaliação SMS é classificatório, sendo obrigatórios os Critérios de Avaliação gerencial, técnico, econômico e legal;
- iv) Fornecedores de serviços não considerados Serviços Críticos: são obrigatórios os Critérios de Avaliação técnico, econômico e legal, e são classificatórios os critérios SMS e gerencial; e
- v) Fornecedores revendedores/distribuidores: são obrigatórios os Critérios de Avaliação econômico e legal e classificatórios os Critérios de Avaliação técnico, SMS e gerencial, sendo que o Fornecedor fabricante a que estejam vinculados terá o Critério de Avaliação técnico como obrigatório.

CRCC

O Fornecedor que atender a todos os Critérios de Avaliação terá os seus dados colocados à disposição de todas as organizações de compras da Petrobras por meio do Cadastro Corporativo e obterá o Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC. O CRCC, durante seu prazo de validade de 1 ano, indica que o Fornecedor está devidamente inscrito no Cadastro Corporativo.

O CRCC atesta a inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo e discrimina as Famílias de Materiais e as Famílias de Serviços para as quais o Fornecedor está habilitado a fornecer à Petrobras, bem como a nota média obtida em seu Relatório de Avaliação para cada uma delas.

Na data do presente Prospecto, existem aproximadamente 4.000 Fornecedores com CRCC.

O uso indevido do CRCC pelo Fornecedor constitui falta grave, passível de sanções cadastrais, podendo o Fornecedor ser impedido de fornecer materiais ou prestar serviços à Petrobras.

Tabela de pontuação do CRCC

O CRCC contém o conceito obtido pelo Fornecedor ao fim de sua avaliação para inscrição no Cadastro Corporativo. Este conceito é obtido a partir de uma pontuação, que corresponde à média das notas obtidas pelo Fornecedor em cada Critério de Avaliação. Este cálculo leva em consideração a obrigatoriedade de cada Critério de Avaliação conforme o tipo de Fornecedor. Conforme o valor numérico obtido neste cálculo, o Fornecedor obtém o conceito, representado por uma letra.

A pontuação relativa ao Critério de Avaliação técnico é obtida conforme a tabela abaixo:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICO		
Pontos	Nota de tradição	Avaliação técnica
Menor ou igual a 2	Não recomendável	Não recomendável
Maior que 2 e menor que 5	2	3
Maior que 5 e menor que 8	4	6
Maior que 8	6	9

Com relação ao Critério de Avaliação econômico, por seu turno, é atribuída nota ao Fornecedor conforma a seguinte fórmula:

$$\text{Nota} = ((\text{NE} \times 3) + (\text{NL} \times 30) + (\text{NR} \times 1))/7,$$

onde:

NE = nota da estrutura;

NL = nota da liquidez; e

NR = nota da rentabilidade

A nota obtida de acordo com a fórmula acima é convertida conforme a seguinte tabela:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO		
Nota	Pontuação	Conceito
Menor ou igual a 2*	Não recomendável	Não recomendável
Maior que 2 e menor que 5	2	Mínimo para cadastramento
Maior que 5 e menor que 8	4	Médio
Maior que 8	6	Máximo

*Esta pontuação é atribuída também a Fornecedor com patrimônio líquido negativo.

A pontuação geral do Fornecedor para fins de obtenção do respectivo conceito é obtida pela soma da pontuação atribuída ao Fornecedor nos Critérios de Avaliação econômico e técnico, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Soma} = \text{Nota de tradição} + \text{Avaliação técnica} + \text{Pontuação do Critério de Avaliação econômico}$$

A partir da pontuação obtida pelo Fornecedor conforme a fórmula acima, é atribuído a ele um conceito, que constará do respectivo CRCC:

CONCEITO DO CRCC	
Soma maior ou igual a 16	A
Soma maior ou igual a 12 e menor que 16	B
Soma maior ou igual a 7 e menor que 12	C
Soma menor que 7	R

O Critério de Avaliação legal possui apenas duas pontuações possíveis, 0 ou 10. Se o Fornecedor não for aprovado neste Critério de Avaliação, sua pontuação será igual a 0 e ele não obterá o CRCC. Se for aprovado, sua pontuação será igual a 10. A pontuação do Critério de Avaliação legal, contudo, não é computada para o cálculo do conceito do Fornecedor no CRCC.

A pontuação do Fornecedor relativa ao Critério de Avaliação SMS não é computada para o cálculo do conceito do Fornecedor no CRCC. Contudo, sempre que houver seleção de Fornecedores com a utilização do Critério de Avaliação SMS, somente serão elegíveis nesta seleção Fornecedores cuja pontuação no Critério de Avaliação SMS seja maior que 1,2.

Atualização cadastral do Fornecedor

O Fornecedor inscrito no Cadastro Corporativo deverá manter os seus dados cadastrais devidamente atualizados. As alterações em sua organização e em sua linha de fornecimento de produtos e serviços à Petrobras, incluindo descontinuidade e obsolescência de produtos, bem como outros dados como endereço, correio eletrônico e números de telefone e fax devem ser imediatamente comunicadas à Petrobras. O Fornecedor deve, também, manter atualizadas todas as certidões e demais documentos exigidos para o preenchimento do Relatório de Avaliação que possuam prazo de validade, bem como manter, anualmente, atualizadas suas informações financeiras, com a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis relativas ao último exercício social.

Status do Fornecedor no Cadastro Corporativo

Diferentes *status* são atribuídos aos Fornecedores inscritos no Cadastro Corporativo, de acordo com a sua regularidade perante o Cadastro Corporativo e o seu relacionamento técnico e comercial junto aos órgãos da Petrobras, a saber:

- i) ativo (“A”): atribuído aos Fornecedores que atendam os Critérios de Avaliação e que estejam com todos os requisitos de cada Critério de Avaliação devidamente atualizados;
- ii) qualificado tecnicamente (“Q”): atribuído apenas os Fornecedores de Materiais RQT, com relação aos fornecimentos para os quais o Fornecedor tem sua inscrição ou renovação cadastral aprovadas apenas nos aspectos técnicos, não recebendo o CRCC, mas permanecendo acessível eletronicamente às organizações de compras da Petrobras no Cadastro Corporativo para consulta;

- iii) cancelado (“C”): atribuído a Fornecedores cujo CRCC tenha seu prazo de validade vencido há mais de 90 dias. Seu *status* será transferido para C, não estando mais disponível para consulta pelas organizações de compras da Petrobras. O fornecedor que tiver seu *status* transferido para C deverá seguir os procedimentos de inscrição no Cadastro Corporativo para retornar ao *status* de A; e
- iv) suspensão (“S”): atribuído a Fornecedores que estão sob sanção de suspensão no Cadastro Corporativo. A validade do CRCC do Fornecedor permanece inalterada, porém o Fornecedor fica proibido, durante a vigência da suspensão, de participar de licitações promovidas por quaisquer unidades da Petrobras, no caso de suspensão corporativa, ou apenas por organizações de compras da Petrobras específicas, no caso de suspensão local.

Após o vencimento do CRCC, caso a certificação do sistema da qualidade do Fornecedor fabricante de Materiais RQT esteja válida, seu *status* será transferido automaticamente para Q. Por outro lado, permanece em A o *status* de Fornecedores que revendam ou distribuam materiais produzidos por Fornecedores fabricantes com *status* Q. O Fornecedor fabricante com *status* Q cuja certificação do sistema da qualidade venha a vencer sem que tenham sido iniciados os procedimentos de renovação da certificação terá seu *status* transferido C. Neste caso, também será transferido para C o *status* de Fornecedores que distribuam ou revendam Materiais RQT produzidos por este Fornecedor fabricante.

Renovação da inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo

O Fornecedor deve solicitar à Petrobras a reabertura dos campos do Relatório de Verificação relativos aos Critérios de Avaliação econômico e legal para atualização de informações e renovação cadastral com antecedência mínima de 60 dias da data de vencimento de seu CRCC. O Relatório de Avaliação do Fornecedor será reaberto e ficará disponível para preenchimento por meio do Portal de Cadastro, contendo todos os itens que devem ser atualizados.

O Fornecedor deve preencher os campos abertos para edição do Relatório de Avaliação, respondendo às solicitações de cada Critério de Avaliação, bem como anexando a documentação exigida de forma eletrônica, e enviando os documentos atualizados em via física para o órgão de cadastramento correspondente, quando exigido, conforme os procedimentos descritos no item “Direitos Creditórios – Características e processo de originação - Cadastro Corporativo - Inscrição do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima.

Os Fornecedores que sejam distribuidores e/ou revendedores deverão, ainda, atualizar as respectivas cartas de credenciamento e cartas de garantia e compromisso de inspeção emitidas pelos fabricantes dos materiais revendidos ou distribuídos.

Avaliação periódica dos Fornecedores

O desempenho do Fornecedor ao longo do seu relacionamento com a Petrobras é um dos fatores observados na seleção de Fornecedores pelas organizações de compras da Petrobras. A Petrobras dispõe de ferramentas para avaliar o desempenho dos fornecimentos realizados pelos Fornecedores, bem como para registrar e avaliar ocorrências ao longo do relacionamento comercial com o Fornecedor e para avaliar da performance dos produtos e serviços fornecidos. Estas ferramentas formam o Sistema de Consequências, que fornece subsídios para cadastramento e reclassificação dos Fornecedores.

BAD

O BAD é um módulo destinado a registrar a avaliação de desempenho técnico-gerencial dos Fornecedores, por meio da mensuração em relação a um determinado período, do cumprimento de obrigações contratuais, tais como: requisitos técnicos, prazos, qualidade, planejamento, preservação de meio ambiente e segurança. A avaliação toma por base famílias de grupos, subgrupos e rubricas também utilizados na avaliação do Fornecedor para fins de inscrição no Cadastro Corporativo. Submetem-se à avaliação por meio do BAD tanto os Fornecedores de materiais quanto os Fornecedores de serviços.

Os aspectos avaliados são os mesmos em todas as unidades da Petrobras para um mesmo item ou subitem de avaliação. O fiscal do instrumento contratual atribui ao Fornecedor nota que varia entre 0 e 10 para cada uma das rubricas constantes de formulário de avaliação padronizado, conforme o desempenho do Fornecedor na execução dos contratos que mantém com a Petrobras e conforme a descrição dos conceitos aplicáveis. A avaliação realizada pelo fiscal do contrato é submetida à aprovação do respectivo gerente do contrato.

Os resultados das avaliações realizadas por meio do BAD são informados aos Fornecedores, possibilitando-lhes aprimorar a qualidade de seus serviços e produtos. Adicionalmente, o BAD permite à Petrobras apurar as faltas eventualmente praticadas pelos Fornecedores durante a execução de seus contratos. A avaliação do desempenho do Fornecedor é realizada com relação a cada um dos contratos que mantém com a Petrobras. O Fornecedor é obrigatoriamente avaliado com relação a cada um destes contratos a cada 90 dias a partir do início da execução do contrato.

O BAD é dotado de uma ferramenta chamada foco, que altera o peso atribuído a cada item da avaliação do Fornecedor caso haja interesse por parte do usuário do BAD em destacar aspecto específico do Fornecedor. Esta alteração de ponderação faz variar o valor da nota final do Fornecedor. Existem quatro tipos de foco no BAD:

- i) básico: utilizado quando não existe preocupação em priorizar nenhum aspecto específico do Fornecedor;
- ii) eficácia: busca medir o quanto é eficiente o modo de execução empregado pelo Fornecedor na execução de seus contratos com a Petrobras;

- iii) RH: prioriza o aspecto de relações humanas, sendo aplicável nos casos em que a qualidade e a disponibilidade do elemento humano são fundamentais na execução do contrato do Fornecedor com a Petrobras; e
- iv) equipamento: prioriza a avaliação dos equipamentos e dos materiais empregados na execução do contrato entre o Fornecedor e a Petrobras.

Os BAD são apreciados por comissão designada pela maior autoridade de cada unidade da Petrobras, chamada “Comissão Especial para Análise de Desempenho”, com a finalidade específica de analisar e propor a aplicação das possíveis consequências da avaliação periódica do Fornecedor. Periodicamente, também é instalada a “Comissão Especial Permanente”, comissão designada no âmbito do departamento jurídico da Petrobras com a finalidade de analisar e verificar o cumprimento das formalidades legais na avaliação dos Fornecedores, bem como a adequação de penalidades eventualmente sugeridas.

Conceitos do BAD

A nota do BAD reflete a média ponderada das avaliações do Fornecedor em cada um dos quesitos considerados. Cada nota atribuída ao Fornecedor no BAD corresponde a um conceito, conforme a tabela abaixo:

CONCEITO	NOTA
Péssimo	0 a 2,9
Insuficiente	3 a 4,9
Regular	5 a 6,9
Bom	7 a 8,9
Excelente	9 a 10

Consequências da avaliação

De acordo com o resultado da avaliação periódica do Fornecedor, podem ser aplicadas a ele diferentes consequências, a saber:

- i) elogio: ato de reconhecimento da Petrobras ao Fornecedor que, na execução de seu contrato, atende os requisitos contratuais estabelecidos;
- ii) premiação: podendo ser corporativa ou local, é ato de reconhecimento público da Petrobras ao Fornecedor com desempenho superior em áreas específicas de interesse da Petrobras;

- iii) advertência: sanção aplicada ao Fornecedor que cometa infrações de natureza leve da qual não resultem prejuízos a bens, instalações e/ou pessoal da Petrobras;
- iv) suspensão: sanção a ser aplicada ao Fornecedor que pratique que possam causar, ou tenham causado dano à Petrobras, ou quando houver reiteração de falhas técnicas que possam comprometer a segurança de bens ou pessoas e a execução do objeto contratual, transferindo o *status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo para “suspensão”, conforme descrito no item “Direitos Creditórios – Características e processos de origemação - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima;
- v) cancelamento da inscrição no Cadastro Corporativo: sanção a ser aplicada em caso de decretação de falência, dissolução ou liquidação do Fornecedor, por deficiências técnicas ou comerciais, ou a requerimento do interessado, transferindo o *status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo para “cancelado”, conforme descrito no item “Direitos Creditórios – Características e processo de origemação - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima, e ficando a aplicação desta suspensão consignada nos órgãos cadastrais da Petrobras ainda que o Fornecedor não esteja inscrito no Cadastro Corporativo; e
- vi) declaração de inidoneidade: sanção a ser aplicada na hipótese de infração de natureza grave em que esteja presente o dolo na prática de ato lesivo à lei ou ao interesse da Petrobras, ou em caso de reincidência em ato punível com a sanção de suspensão, que acarreta inabilitação do Fornecedor para contratar com a Petrobras, transferência do seu *status* no Cadastro Corporativo para “cancelado”, conforme descrito no item “Direitos Creditórios - Características e processo de origemação - Cadastro Corporativo - *Status* do Fornecedor no Cadastro Corporativo” acima, e, a critério da Petrobras, rescisão dos contratos com a Petrobras que estejam em andamento.

A sanção de suspensão pode ser de natureza leve, média ou grave, conforme a gravidade do ato do Fornecedor que a ensejar. O período de suspensão será de 1 a 6 meses contados da informação ao fornecedor da aplicação da penalidade, em caso de suspensão de natureza leve; de 6 a 12 meses, em caso de suspensão de natureza média; e de 12 a 24 meses para suspensão de natureza grave. A critério da Petrobras, as suspensões podem ser convertidas em multa, que será de R\$10.000,00 para suspensões leves, de R\$20.000,00 para suspensões médias e de R\$40.000,00 para suspensões graves.

Conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras

O conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores é estabelecido pelo Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado, pelo Manual de Procedimentos Contratuais e pelas Condições de Fornecimento de Materiais. Ainda, as Condições de Reajustamento e Pagamento são consideradas parte integrante dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras.

Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado

O Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado determina que os contratos celebrados pela Petrobras deverão estabelecer com clareza e precisão os direitos, obrigações e responsabilidades de cada parte contratante. Ainda, estabelece como conteúdo mínimo dos contratos celebrados pela Petrobras o seguinte rol de disposições:

- i) qualificação das partes;
- ii) objeto do contrato e seus elementos característicos;
- iii) forma de execução do objeto do contrato;
- iv) o preço, as condições de faturamento e de pagamento e, quando for o caso, os critérios de reajustamento;
- v) os prazos de início, de conclusão, de entrega, de garantia e de recebimento do objeto do contrato, conforme o caso;
- vi) as responsabilidades das partes;
- vii) quantidades e o valor de multas contratuais;
- viii) a forma de inspeção ou de fiscalização do contrato pela Petrobras;
- ix) condições referentes ao recebimento do material, obra ou serviço objeto do contrato;
- x) responsabilidades por tributos ou contribuições;
- xi) hipóteses de rescisão;
- xii) valor do contrato e a origem dos recursos;
- xiii) forma de solução dos conflitos, o foro do contrato e, quando necessário, a lei aplicável; e
- xiv) estipulação assegurando à Petrobras o direito de, mediante retenção de pagamentos, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela firma contratada, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos, razão pela qual o Fundo só está autorizado a adquirir 50% de cada parcela dos Contratos.

O Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado estabelece, ainda, as hipóteses de rescisão contratual que devem constar dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras. São elas:

- i) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- ii) lentidão no cumprimento do contrato por parte do Fornecedor, levando a Petrobras a presumir a não-conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- iii) atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- iv) paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Petrobras;
- v) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do Fornecedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital de licitação e no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do contrato;
- vi) não atendimento das determinações regulares do preposto da Petrobras designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- vii) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato por parte do Fornecedor, anotadas em registro próprio;
- viii) decretação da falência, o deferimento de recuperação judicial ou a instauração de insolvência civil do Fornecedor;
- ix) dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- x) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do Fornecedor, que, a juízo da Petrobras, prejudique a execução da obra ou serviço;
- xi) protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência do Fornecedor;
- xii) a suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Petrobras, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; e
- xiii) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

A rescisão contratual terá como consequências imediatas a execução da garantia contratual pela Petrobras para ressarcimento dos valores das multas aplicadas e de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas, bem como a retenção dos créditos contra a Petrobras decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Petrobras pelo Fornecedor.

Manual de Procedimentos Contratuais

O Manual de Procedimentos Contratuais determina que os contratos e eventuais aditamentos a contratos celebrados pela Petrobras com Fornecedores deverão ser formalizados por meio de instrumento escrito. Ressalva-se a possibilidade de contratação verbal para pequenos serviços e para compras de pequeno valor.

Este documento especifica o conteúdo das cláusulas consideradas obrigatórias pelo Regulamento do Procedimento Simplificado para contratos celebrados pela Petrobras, classificando-as como essenciais e estabelecendo que:

- i) a cláusula de objeto descreverá pormenorizadamente o serviço ou produto que constitua a principal prestação do contrato, com a indicação complementar, quando for o caso, de especificações, modo de execução, desenhos, cálculos e demais aspectos pertinentes;
- ii) as cláusulas de obrigações relacionarão as responsabilidades do Fornecedor e da Petrobras para a execução do objeto contratual, inclusive no tocante às garantias contratuais;
- iii) as disposições sobre preços e valores constarão de cláusula própria, que definirá, também, a moeda contratual e a quantia a ser paga pela Petrobras ao Fornecedor em virtude da consecução do objeto contratual;
- iv) os prazos de vigência do contrato e de execução do objeto contratual estarão contidos em cláusula própria, usando-se sempre a unidade de tempo em dias, podendo constar previsão de prorrogação e suas eventuais condições;
- v) a cláusula penal estabelecerá penalidades contratuais compensatórias ou moratórias, que não se confundirão com as multas oriundas de sanções administrativas mencionadas no item “Direitos Creditórios - Características e processo de originação - Avaliação periódica dos Fornecedores - Consequências da avaliação” deste Prospecto, limitada a soma do valor das multas moratórias a 30% do valor do contrato;
- vi) a cláusula de fiscalização do contrato expressará claramente a competência e modos de exercício da fiscalização pela Petrobras do cumprimento do contrato pela Petrobras, tendo em vista a proteção dos interesses da Petrobras, devendo constar desta cláusula previsão de que a atuação ou omissão, total ou parcial, da Petrobras no desempenho da fiscalização do contrato não exime o Fornecedor da responsabilidades com relação às suas obrigações contratuais;

- vii) na cláusula de aceitação do objeto contratual pela Petrobras, serão especificados as condições e modo de recebimento do objeto contratual, provisório ou definitivo, bem como disposição explícita de que o recebimento do objeto contratual pela Petrobras não exclui a manutenção, em favor da Petrobras, das garantias contratuais e legais aplicáveis ao caso;
- viii) a cláusula de cessão preverá a possibilidade ou impossibilidade da cessão do contrato ou dos créditos dele oriundos, parcial ou totalmente, pelo Fornecedor, que se realizará mediante aditamento ao contrato, do qual constarão eventuais exceções, bem como a responsabilidade solidária entre Fornecedor e cessionário, dependendo a cessão, em qualquer caso de prévia e expressa anuência escrita da Petrobras, e ficando os pagamentos ao cessionário condicionados ao cumprimento integral das cláusulas contratuais pelo Fornecedor; e
- ix) a cláusula de responsabilidade civil contratual limitará a responsabilidade civil das partes aos danos diretos, de acordo com o Código Civil e legislação aplicável.

Os contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores, ainda, devem conter cláusula de sigilo, cujo teor deve cobrir as informações de titularidade da Petrobras que sejam ou possam ser obtidas pelo Fornecedor em virtude da celebração ou execução do contrato.

Sempre que a natureza do contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras assim exigir, deverá constar do contrato cláusula obrigando a contratação e manutenção de seguros. Todo contrato que, por seu turno, possa gerar direito de propriedade intelectual para o Fornecedor ou para a Petrobras conterá cláusula dispondo sobre a propriedade de resultados.

Por fim, o Manual de Procedimentos Contratuais estabelece também que os contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores poderão conter tantas estipulações quantas se façam necessárias ao efetivo alcance dos interesses almejados pela Petrobras com a contratação do Fornecedor.

Condições de Fornecimento de Material

As Condições de Fornecimento de Material estabelecem as responsabilidades aplicáveis ao Fornecedor de material e à Petrobras que devem constar do respectivo contrato. Deste modo, o Fornecedor deverá:

- i) fornecer os materiais que sejam objeto do contrato celebrado com a Petrobras na forma, prazo e qualidade nele estipulados e nos seus anexos, bem como prestar os serviços associados à plena utilização do material fornecido, conforme previsto no contrato;
- i) assumir, dentro dos limites dispostos no contrato celebrado com a Petrobras, total responsabilidade pelas ações e omissões de seus empregados, fornecedores e pessoas direta ou indiretamente empregadas pelos mesmos, sendo que o contrato não criará relação de qualquer tipo entre qualquer subfornecedor ou subcontratado ligado ao Fornecedor e a Petrobras;

- iii) pagar à Petrobras o valor que dela seja exigido por decisão judicial ou administrativa decorrente do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias do Fornecedor;
- iv) sob pena de rescisão do contrato com a Petrobras, abster-se de utilizar mão-de-obra infantil na execução do contrato celebrado com a Petrobras, bem como exigir que a referida medida seja incluída nos contratos que celebre com seus próprios fornecedores de insumos e/ou prestadores de serviços;
- v) sempre que solicitado pela Petrobras, a emitir declaração, por escrito, de que cumpriu ou cumpre a exigência contida no subitem anterior;
- vi) conduzir a fabricação dos materiais a serem fornecidos à Petrobras em estrita observância aos padrões de segurança, higiene e medicina do trabalho, responsabilizando-se pelas infrações cometidas;
- vii) apresentar, sempre que solicitado pela Petrobras, a documentação relativa a comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias;
- viii) manter a Petrobras informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os detalhes do fornecimento objeto do contrato, bem como elaborar relatórios específicos, quando solicitado pela Petrobras;
- ix) comparecer, quando solicitado pela Petrobras, aos locais definidos de comum acordo entre a Petrobras e o Fornecedor, por meio de representantes devidamente habilitados e credenciados, para exames e esclarecimentos de qualquer problema relacionado ao fornecimento objeto do contrato celebrado com a Petrobras;
- x) facilitar a ação da gerência de contratos da Petrobras e da realização da inspeção do contrato por meio de representantes credenciados pela Petrobras; e
- xi) reparar, às suas expensas, quaisquer divergências e providenciar o retrabalho ou substituição dos materiais fornecidos que não sejam aprovados pelo inspetor do contrato apontado pela Petrobras, com base nos termos do contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras.

A responsabilidade do Fornecedor por perdas e danos será limitada aos danos diretos, de acordo com o Código Civil e legislação aplicável, excluídos os lucros cessantes e os danos indiretos, limitados a 100% do valor contratual reajustado, salvo disposição diversa prevista no contrato celebrado com a Petrobras. A Petrobras possui direito de regresso em face do Fornecedor em caso de eventual reparação de dano causado pelo Fornecedor a terceiros.

Sempre que o material fornecido à Petrobras pelo Fornecedor for fabricado com matéria-prima fornecida pela Petrobras ao Fornecedor, o Fornecedor deverá apresentar prestação de contas da utilização da matéria-prima, conforme definido no contrato celebrado com a Petrobras.

A entrega do material a ser fornecido à Petrobrás deverá ser efetuada pelo Fornecedor em conformidade com o disposto no contrato, não sendo admitidas entregas antecipadas, ressalvada autorização por escrito da Petrobras a respeito previamente solicitada pelo Fornecedor, entendida como antecipada a entrega efetuada com antecedência superior a 15 dias corridos da data contratual de entrega do material.

O Fornecedor garantirá a qualidade dos materiais objeto do contrato por período de 12 meses da data da entrada do material em serviço ou 18 meses a partir da data de entrega do material à Petrobras, aquele que ocorrer primeiro, a menos que outro prazo seja estabelecido no contrato celebrado com a Petrobras. A garantia compreende a recuperação ou substituição, às expensas do Fornecedor, de qualquer componente do material que apresente divergência com as características previstas contratualmente ou quaisquer erros de projeto e/ou defeitos de fabricação.

A Petrobras pagará o Fornecedor pelo material objeto do contrato somente após sua entrega, total ou parcial, no prazo de 30 dias corridos da data do protocolo de entrega da documentação de cobrança pelo Fornecedor no local indicado no contrato. Os pagamentos aos fornecedores serão realizados preferencialmente através de baixa por pagamento de títulos, colocados em cobrança registrada em bancos que realizem envio eletrônico de títulos utilizando o padrão CNAB-240 da Federação Brasileira dos Bancos - Febraban.

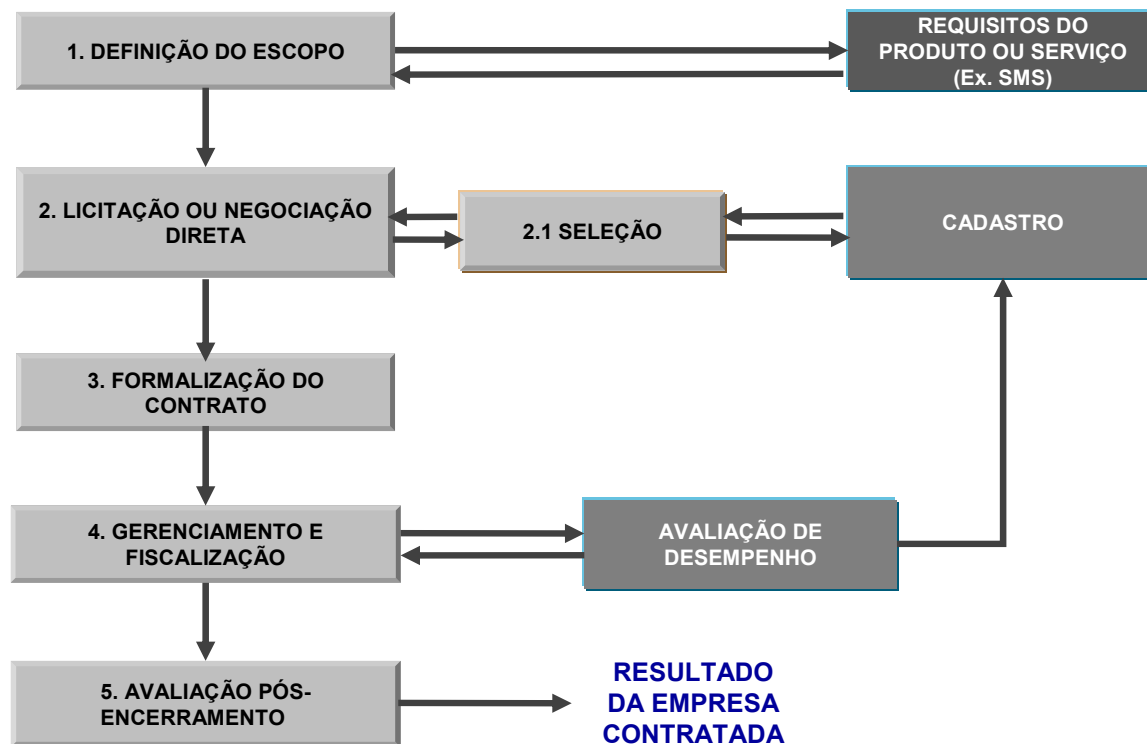
Condições de Reajustamento e Pagamento

Os sistemas de reajustamento de preços adotados nos contratos celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores são de dois tipos:

- i) por período: o reajuste é devido por períodos de tempo pré-estabelecidos, contados desde o mês da data-base do contrato até o mês em que se encerrar o primeiro período de reajustamento, em que será calculado o valor do reajuste do valor principal devido ao Fornecedor, e, a seguir, desde a data de início do novo período até o mês em que se encerrar o segundo período de reajustamento, e assim sucessivamente, até o término do pagamento; ou
- ii) ponto a ponto: o reajuste é devido desde a data-base do contrato até a data do cumprimento de cada evento contratual.

O cálculo de reajustamento de preços é definido por fórmulas paramétricas, constantes das Condições de Reajustamento e Pagamento, compostas de um ou mais índices setoriais representativos da variação dos custos de fabricação ou de realização dos serviços contratados, estabelecidas no contrato as parcelas e os respectivos índices a serem adotados em cada fórmula.

Fluxograma do procedimento de contratação da Petrobras



Recebimento e cobrança dos Direitos Creditórios

Nos termos da Autorização da Cessão, os pagamentos relativos às parcelas dos Contratos que contenham Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deverão ser efetuados pela Petrobras mediante transferência de recursos para a Conta de Recebimento.

Com base nos relatórios de medição e nos demais documentos que evidenciam o adimplemento por parte do Fornecedor do Contrato do qual os Direitos Creditórios são oriundos, periodicamente enviados pela Petrobras ao Custodiante, o Custodiante, na condição de Agente de Recebimento, realizará a conciliação dos valores depositados na Conta de Recebimento de acordo com as instruções do Custodiante, transferindo em até 1 dia útil contados do respectivo recebimento os valores nela depositados pela Petrobras aos seus respectivos titulares.

O Fornecedor não poderá receber, da Petrobras ou de quaisquer terceiros que não o Agente de Recebimento, montantes decorrentes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. Não obstante, o Fornecedor se compromete a transferir à conta corrente de titularidade do Fundo mantida no Custodiante, no dia útil seguinte do recebimento, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Direitos Creditórios eventualmente recebido da Petrobras ou de terceiros, comunicando tal fato à Instituição Administradora.

Se o Fornecedor vier a receber qualquer valor da Petrobras relativo a Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, ficando o Fornecedor nomeado como fiel depositário de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em até 1 dia útil, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Aplica-se ao ora avençado os artigos 627 e seguintes do Código Civil.

Caso a Petrobras não efetue o pagamento na data prevista no respectivo Contrato, o Custodiante deverá imediatamente informar a Gestora, para que esta notifique em até 1 dia útil o respectivo Fornecedor e a Petrobras solicitando esclarecimentos e constituindo o devedor em mora. Na hipótese de o inadimplemento se referir a Direitos Creditórios Não-performados que estejam segurados, a Gestora deverá informar tal fato a Instituição Administradora que, por sua vez, deverá tomar as providências cabíveis em relação à respectiva Seguradora Autorizada, conforme descrito no item “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento – Aplicação em Direitos creditórios – Condições Mínimas para Contratação de Seguro”.

Caso em até 5 dias úteis o Fornecedor ou a Petrobras não prestem esclarecimentos satisfatórios, a Gestora deverá levar a protesto os eventuais títulos de crédito que amparem os Direitos Creditórios detidos pelo Fundo e não pagos.

Em todo o caso, após o prazo referido no parágrafo anterior, a Gestora deverá iniciar os procedimentos de cobrança extrajudicial da Petrobras, do Fornecedor ou da Seguradora Autorizada, conforme o caso.

Caso o não pagamento não tenha sido justificado ou a Gestora não tenha celebrado acordo com a respectiva parte inadimplente no prazo de 30 dias contados da data do vencimento do Direito Creditório, a Gestora poderá iniciar, por si ou por terceiros por ela contratados, a cobrança judicial dos Direitos Creditórios, podendo iniciar tal procedimento em prazo inferior sempre que assim julgar necessário para a preservação dos interesses do Fundo.

A celebração de acordos pela Gestora com a respectiva parte inadimplente deve ser previamente ratificada pela Instituição Administradora.

O Custodiante comunicará à Gestora o integral pagamento pela Petrobras de todos os Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato no dia útil seguinte à ocorrência deste pagamento. Em até 1 dia útil contado desta comunicação, a Gestora solicitará ao Cedente que obtenha junto à Petrobras a transferência do domicílio bancário do Contrato da Conta de Recebimento para outra conta.

O Cedente se compromete a comunicar à Gestora a obtenção da autorização da Petrobras para a transferência do domicílio bancário do Contrato em até 1 dia útil contado da ciência deste fato pelo Cedente, devendo a Gestora, no mesmo prazo, comunicar este fato ao Custodiante, na condição de Agente de Recebimento.

Será função da Gestora a representação do Fundo na aprovação de plano de recuperação judicial de devedor do Fundo, bem como no próprio procedimento de recuperação judicial e de falência de tal devedor. A Gestora poderá, livremente, subcontratar terceiros para o exercício dessa função. A Instituição Administradora deverá outorgar à Gestora os poderes suficientes para que a Gestora exerça essa função, se assim for necessário.

Excetuando-se os Direitos Creditórios Não-performados cujo Fornecedor não possua CRCC, que se cedidos ao Fundo deverão contar com seguro, os demais Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo não serão segurados tampouco contarão com garantia de natureza real ou fidejussória.

Concentração dos Direitos Creditórios por devedor

A Petrobras será a devedora de todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo. Informações relevantes sobre a Petrobras podem ser encontradas no capítulos “Informações relativas à Petrobras”, abaixo.

Taxas de Desconto

A fórmula para o cálculo da Taxa de Desconto aplicada sobre os Direitos Creditórios quando da sua aquisição pelo Fundo está descrita no item “Características gerais do Fundo - Preço de Cessão” acima.

Pré-pagamentos de Direitos Creditórios

De acordo com as Condições de Fornecimento de Material, a Petrobras somente realizará os pagamentos previstos nos Contratos após a entrega dos produtos e/ou serviços devidos pelo Fornecedor. Deste modo, a Petrobras não efetuará pagamentos de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo antes que o Fornecedor execute a prestação devida sob o respectivo Contrato. Outras disposições obrigatórias constantes dos Contratos, determinadas pela legislação e regulamentação aplicável aos contratos celebrados pela Petrobras, encontram-se no item “Direitos Creditórios – Características e processo de originação - Conteúdo mínimo dos contratos celebrados entre os Fornecedores e a Petrobras”.

Caso o Fornecedor cumpra sua prestação em um período de tempo mais curto do que o previsto no cronograma de cumprimento físico-financeiro do Contrato, a Petrobras poderá adimplir os Direitos Creditórios respectivos antes da data estimada de pagamento. Nesta hipótese, não haverá qualquer abatimento ou alteração do valor pago pela Petrobras ao Fundo, não havendo, portanto, qualquer prejuízo para os Cotistas.

Não está prevista a possibilidade de os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serem, por qualquer razão, removidos ou substituídos por outros, mesmo que de igual natureza. Na hipótese de inadimplência da Petrobras, poderão ser acrescidos aos valores originais dos Direitos Creditórios as multas contratuais e juros moratórios eventualmente pactuados no Contrato que lhe deu origem. Não se espera que a inexistência de previsão de substituição ou remoção de Direitos Creditórios, ou que a eventual possibilidade de acréscimo do valor dos Direitos Creditórios referida acima possa representar impacto relevante na amortização das Cotas Seniores da 1ª Série.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios

A verificação do lastro dos Direitos Creditórios será realizada de forma exaustiva pelo Custodiante, previamente à sua aquisição pelo Fundo. A verificação do lastro será realizada por meio da análise de documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tais como: cópia autenticada dos contratos entre Petrobras e seus Fornecedores, cópia autenticada da Autorização da Cessão, cópia autenticada do CRCC do Fornecedor e apólice do seguro garantia, quando for o caso.

Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios e preferência na aquisição de Direitos Creditórios

Na data deste Prospecto não existem outros fundos de investimento em direitos creditórios em funcionamento que adquiram direitos creditórios cedidos pelos Fornecedores.

Número de Direitos Creditórios cedidos e valor total

O Fundo celebrará Contratos de Cessão com diversos Fornecedores que lhe ofereçam Direitos Creditórios que atendam à Política de Investimento, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão. Na data deste Prospecto, no entanto, ainda não houve celebração de Contratos de Cessão entre o Fundo e os Fornecedores. Não é possível saber, deste modo, qual será o número de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, tampouco seu valor total.

Política de concessão de crédito

Dada a diversidade dos Contratos e respectivos Fornecedores, não há uma política de concessão de crédito dos Fornecedores pré-definida.

Prazos de vencimento e períodos de amortização

Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo terão prazo de vencimento de, no máximo, 40 meses contados da respectiva aquisição. Ainda, os Contratos de que decorrem Direitos Creditórios Não-performados são objeto de medição de adimplemento pela Petrobras por períodos de, no máximo, 90 dias. Deste modo, a amortização dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo deverá acontecer a cada 90 dias. No entanto, não se pode garantir que a Petrobras realizará a medição de adimplemento do Contrato e a conseqüente amortização dos Direitos Creditórios neste período, podendo haver adiantamentos ou atrasos a exclusivo critério da Petrobras.

Inadimplementos e perdas

Não foi possível obter informações estatísticas sobre inadimplementos e perdas de créditos de mesma natureza dos Direitos Creditórios, conforme exigido pelo item 2.6 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400/03. Declaração assinada pelo Distribuidor, pela Instituição Administradora e pela Gestora afirmando terem feito esforços razoáveis para obter tais informações integra este Prospecto como seu Anexo VI.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Distribuidor

A distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série será efetuada pela HSBC Corretora.

Histórico

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é subsidiária indireta do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo.

O HSBC é parte do grupo HSBC. No Brasil, na data deste prospecto, o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 2,9 milhões clientes pessoa física e 312 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 1,3 mil agências e postos de atendimento em 559 municípios em todas as regiões do País. O HSBC possui uma infra-estrutura de 5,5 mil caixas automáticos e 2,4 mil ambientes de auto-atendimento, além de canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC - Serviços Bancários.

Remuneração do Distribuidor

O Distribuidor terá direito a receber a remuneração descrita no item “Sumário dos contratos relevantes – Contrato de Colocação – Remuneração do Distribuidor” abaixo.

Instituição Administradora

O Fundo é administrado pelo HSBC. Na condição de Instituição Administradora, o HSBC, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios cedidos, em nome do Fundo.

Histórico

Fundado em 1865 e sediado em Londres, o grupo HSBC é uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo. A rede internacional do grupo HSBC é composta por aproximadamente 9.500 escritórios em 86 países e territórios na Europa, Ásia-Pacífico, Américas, Oriente Médio e África.

O grupo HSBC emprega, aproximadamente, 335 mil colaboradores e atende mais de 100.000.000 de clientes ao redor do mundo. Por meio de uma rede global, o HSBC oferece a seus clientes serviços financeiros diversos.

Em junho de 2009, o HSBC administrava, no Brasil, um patrimônio com mais de R\$60.000.000.000,00, sendo o 6º maior administrador de recursos de terceiros de acordo com o *ranking* divulgado pela ANBID. O HSBC atua como administrador de recursos de terceiros em diversas espécies de fundos de investimento, incluindo fundos de investimento em direitos creditórios.

Em relação à administração de fundos de investimento em direitos creditórios, o HSBC administra um dos maiores fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, bem como outros fundos de investimento em direitos creditórios, totalizando, em junho de 2009, um patrimônio líquido de mais de R\$1.000.000.000,00 sob administração do HSBC.

O HSBC atua, também, prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, como custódia, controladoria, escrituração de ativos.

Na área de custódia de ativos, o grupo HSBC possui equipes atuando exclusivamente nesta atividade em 41 países. O volume financeiro de ativos recursos sob custódia por empresas do grupo HSBC no mundo todo supera a marca de US\$1,5 trilhões na data deste Prospecto.

No Brasil, o HSBC presta serviços de liquidação e custódia para terceiros desde outubro de 1998, data em que o Ato Declaratório nº 7.873, expedido pela CVM, o autorizou pela CVM a prestar tais serviços. O HSBC é filiado à ANBID e adere, portanto, ao Código de Regulação e Melhores Práticas para Serviços Qualificados no Mercado de Capitais, bem como ao Código de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, no tocante à prestação dos serviços de custódia qualificada. A estrutura de custódia do HSBC é organizada dentro dos padrões internacionais do grupo HSBC, que são os mesmos para os 41 países nos quais o grupo HSBC oferece estes serviços.

Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por conta e ordem do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, a Agência Classificadora de Risco e o Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras;
- ii) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- iii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos no Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Relação Mínima e da Reserva de Pagamento;
- iv) monitorar a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante;

- v) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - a) substituição do Auditor ou do Custodiante;
 - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- vi) manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- vii) registrar o documento de constituição do Fundo, o Regulamento e seus anexos e o(s) Suplemento(s), bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de seu domicílio;
- viii) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM nº 356/01;
 - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - g) os relatórios do Auditor; e
 - h) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembléia Geral, bem como independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias da data de sua ocorrência;
- ix) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- x) entregar aos Cotistas, gratuitamente e mediante recibo, exemplar do Regulamento e deste Prospecto;

- xi) cientificar os Cotistas do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;
- xii) providenciar que os Cotistas assinem o termo de adesão ao Regulamento na mesma data de aquisição de Cotas;
- xiii) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, na forma prevista pelos mesmos;
- xiv) custear as despesas de propaganda do Fundo, se houver;
- xv) disponibilizar aos Cotistas e à Agência Classificadora de Risco, mensalmente, em sua sede e dependência, as seguintes informações (a) o número de Cotas detidas pelo respectivo Cotista, (b) o valor atualizado de suas Cotas, (c) a remuneração acumulada das Cotas desde a Data de Subscrição Inicial; (d) o valor do PL; (e) a Relação Mínima; e (f) a Reserva de Pagamento;
- xvi) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia útil do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- xvii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- xviii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classes Especiais;
- xix) divulgar aos Cotistas, na forma prevista no Regulamento, eventual rebaixamento da classificação de risco referida no subitem anterior, no prazo máximo de 3 dias úteis do recebimento de tal informação;
- xx) convocar a Assembléia Geral nos termos do Regulamento; e
- xxi) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, requerer o imediato direcionamento do fluxo de pagamentos dos Direitos Creditórios para outra conta de depósito de titularidade do Fundo e convocar Assembléia Geral para decidir pela contratação de novo custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações acima descritas abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetua-se destas vedações os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) emitir quaisquer Séries ou classes de Cotas não expressamente autorizadas no Regulamento;
- ii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- iii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- iv) aplicar recursos diretamente no exterior;
- v) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- vi) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vii) vender Cotas a prestação;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvada a Contratação da Gestora;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Contratação de terceiros prestadores de serviço

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado nos termos da Instrução CVM nº 356/01, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente autorizados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

A Gestora está autorizada a subcontratar terceiros para a execução de suas responsabilidades previstas no Regulamento. A remuneração global dos terceiros eventualmente subcontratados pela Gestora não excederá a 0,10% ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252, deduzidos da Taxa de Administração.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral, a se realizar em 15 dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e do Regulamento.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

A Assembléia Geral poderá (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora; e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela Assembléia Geral da substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 dias, ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

A remuneração da instituição administradora substituta não poderá ser superior em 10% ao valor corrente da Taxa de Administração.

A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 dias úteis contado da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

A contratação de nova instituição administradora estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial pela Agência Classificadora de Risco.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Custodiante, agente escriturador e Agente de Recebimento

O HSBC prestará ao Fundo os serviços de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM n 356/01, bem como o controle e processamento dos Direitos Creditórios e Outros Ativos e os serviços de tesouraria, escrituração, emissão e resgate de Cotas.

Responsabilidades do Custodiante

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, são deveres do Custodiante:

- i) receber e analisar, de forma exaustiva, os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, dentre eles cópia autenticada dos contratos entre Petrobras e seus Fornecedores, cópia autenticada da Autorização de Cessão, cópia autenticada do CRCC do Fornecedor, apólice do seguro garantia e do BAD, quando houver ou for exigida pelo Regulamento;
- ii) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelos Contratos de Cessão e Documentos Comprobatórios da operação;

- iv) fazer a custódia e realizar o controle dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- v) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, a Autorização de Cessão, o CRCC e BAD entregues pelo Fornecedor e/ou Petrobras, conforme o caso e quando houver, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para empresa de auditoria, Agência de Classificação de Risco e órgãos reguladores;
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados em nome do Fundo, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo;
- vii) prestar serviços de escrituração de cotas; e
- viii) preparar relatório mensal dos índices de inadimplência dos Direitos Creditórios, indicando a classificação dos devedores e respectiva provisão nos termos da Resolução nº 2.682/99, do CMN, bem como das recompras de Direitos Creditórios, se houver, e das taxas de desconto praticadas pelo Fundo, nas respectivas aquisições de Direitos Creditórios.

A guarda dos Documentos Comprobatórios, da Autorização de Cessão, do CRCC e do BAD, quando houver, originais caberá ao respectivo Cedente, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão, devendo o Custodiante manter cópias autenticadas de tais documentos quando recebidos, sem prejuízo da manutenção adicional de cópias eletrônicas.

A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes caberá à Gestora.

Na condição de Agente de Recebimento, o HSBC será responsável por efetuar a conciliação dos valores depositados pela Petrobras na Conta de Recebimento, transferindo ao Fundo e aos Fornecedores os respectivos valores que lhes são devidos nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

Remuneração do Custodiante

Pela prestação dos serviços de custódia, o HSBC terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Custodiante

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, o Custodiante poderá ser substituído.

A contratação de novo Custodiante estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembléia Geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos do Regulamento.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções que lhe são atribuídas nos termos do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a substituição do Custodiante, que deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de 90 dias contados da convocação da Assembléia Geral que escolherá seu substituto ou até que a instituição escolhida assuma a função, o que ocorrer primeiro.

Aplica-se à substituição do Custodiante, no que couber, o disposto no item “Prestadores de serviços – Instituição Administradora – Substituição da Instituição Administradora”.

Gestora

A BI Capital foi contratada pela Instituição Administradora, às suas expensas, para a prestação do serviço de gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, II, da Instrução CVM nº 356/01.

Responsabilidades da Gestora

Caberá à Gestora, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento:

- i) identificar Fornecedores aptos a cederem Direitos Creditórios ao Fundo e formalizar as respectivas cessões, nos termos do Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão;
- ii) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas; e
- iii) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, exceto se aprovado pela Assembléia Geral, sob pena de responsabilização da Instituição Administradora por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do COSIF, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos.

Remuneração da Gestora

Pelo prestação dos serviços de gestão, além da remuneração paga pela Instituição Administradora, descrita no item “Remuneração dos prestadores de serviço – Taxa de Administração – Parcelas da Taxa de Administração atribuídas à Gestora”, a BI Capital terá direito a receber Taxa de Performance descrita no item “Remuneração dos prestadores de serviço – Taxa de Performance” abaixo.

Substituição da Gestora

Aplica-se à substituição da Gestora, no que couber, o disposto no item “Prestadores de serviços – Instituição Administradora – Substituição da Instituição Administradora”.

Auditor

Para realizar os serviços de auditoria do Fundo foi contratada a KPMG.

Remuneração do Auditor

O Auditor terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Auditor

A Instituição Administradora poderá substituir o Auditor a qualquer tempo, desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos do item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

Agência Classificadora de Risco

A avaliação de risco do Fundo será efetuada pela Fitch Ratings Brasil Ltda.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Taxa de Administração

Será devida à Instituição Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, Taxa de Administração, definida no Regulamento, nos seguintes valores:

- i) 1,35% ao ano sobre o PL, à base de 1/252, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente; e
- ii) remuneração equivalente a 3% ao ano sobre o PL, à base de 1/252, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente.

A remuneração indicada no subitem (ii) acima vigorará pelo período máximo de 12 meses contados da Data de Subscrição Inicial e poderá ser reduzida e/ou cancelada a qualquer tempo, a critério da Instituição Administradora, independentemente de deliberação pela Assembléia Geral de Cotistas.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas como encargos e despesas do Fundo, descritas no item “Características gerais do Fundo – Informações Complementares – Despesas e encargos do Fundo”, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

Ressalvada a Taxa de Performance a ser paga à Gestora, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

Parcelas da Taxa de Administração atribuídas à Gestora

Pela prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, além da Taxa de Performance descrita no item “Remuneração dos prestadores de serviço – Taxa de Performance” abaixo, fará jus às seguintes parcelas da Taxa de Administração:

- i) 1,00% ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente, deduzida da parcela da Taxa de Administração prevista no subitem 6.1 (i) do Regulamento; e
- ii) a 100% da parcela da Taxa de Administração prevista no subitem 6.1 (ii) do Regulamento, durante o prazo em que esta vigorar, equivalente a 3% (três por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

O pagamento da remuneração prevista no parágrafo anterior à Gestora será efetivado diretamente pelo Fundo, nas datas e na periodicidade previstas no Regulamento.

Taxa de custódia

Pela prestação dos serviços de custódia ao Fundo, o Custodiante fará jus a remuneração correspondente a 0,15% ao ano sobre o PL do Fundo, descontados da Taxa de Administração descrita no item “Remuneração dos Prestadores de Serviço – Taxa de Administração” acima.

Taxa de performance

A Taxa de Performance corresponderá a 20% do valor que exceder a distribuição de rendimentos à Cota Subordinada de Classe Júnior, conforme descrito no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” acima, será provisionada diariamente e paga semestralmente à Gestora no 5º dia útil de cada semestre do exercício social do Fundo.

Caso, em qualquer dia útil, o patrimônio do Fundo não permitir a distribuição de rendimentos às Cotas até os limites percentuais referidos no item “Características gerais do Fundo - Cotas - Valorização das Cotas” para cada Série ou classe de Cota, será descontado da provisão constituída para a Taxa de Performance o montante necessário para atingir tais percentuais de remuneração, até o limite da provisão.

Outras despesas

Além do valor devido ao HSBC pela prestação de serviços de administração do Fundo e pela prestação dos serviços de custódia, e do valor devido à Gestora a título de Taxa de Performance, são devidas pelo Fundo aos demais prestadores de serviço as seguintes remunerações, descritas abaixo. Não foi concedida prioridade de pagamento a qualquer das despesas abaixo relacionadas.

DESPESA	VALOR/ANO (EM R\$)
Auditoria	25.000,00
Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas de Classe Especial	50.000,00
Total	75.000,00

Para maiores informações sobre a remuneração devida ao Distribuidor, vide o item “Sumário dos contratos relevantes – Contrato de Colocação” abaixo.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contratos de Cessão

Os Fornecedores que desejarem ceder Direitos Creditórios para o Fundo deverão celebrar com ele Contrato de Cessão, de acordo com o modelo que consta do Anexo VII deste Prospecto.

Por meio do Contrato de Cessão, o Fornecedor se compromete a ceder ao Fundo, Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, mediante solicitação da Gestora e de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão.

Ao formalizar a cessão do Direito Creditório por meio de cada Termo de Cessão, o Fornecedor estará cedendo, automaticamente, ao Fundo, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações legal e contratualmente previstos que sejam relativos ao Direito Creditório, inclusive (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do respectivo devedor para exigir o cumprimento da obrigação de pagar deste ou visando resguardar direito do Fundo; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o Direito Creditório vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com o devedor e naquelas previstas na legislação aplicável, cabendo à Gestora informar a Instituição Administradora a respeito. O Fundo, sempre que a Gestora informar a Instituição Administradora a respeito, irá declarar vencida antecipadamente a parcela que lhe couber do Contrato, podendo utilizar, para tanto, os poderes que lhe forem conferidos no mandato outorgado nos termos do Contrato de Cessão.

Procedimentos de cessão

Os Direitos Creditórios serão considerados perfeitamente cedidos e inclusos nos termos do Contrato de Cessão após observado o seguinte procedimento:

- i) apresentação prévia, pelo Fornecedor à Gestora, de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, bem como de cópia autenticada do CRCC e do BAD, quando for o caso;
- ii) seleção pela Gestora, observadas as Condições de Cessão, a Política de Investimento e os Critérios de Elegibilidade, de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como fixação, pela Gestora, do percentual de cada parcela do Contrato que poderá ser adquirida pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade;
- iii) envio pela Gestora ao Custodiante de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, acompanhada de cópia autenticada do CRCC e do BAD, quando for o caso, para que o Custodiante realize análise dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Fornecedor e selecionados pela Gestora, que incluirá a checagem da autenticidade do CRCC e do BAD junto à Petrobras, por meio de procedimento a ser estabelecido pela Petrobras, bem como análise do enquadramento dos Direitos Creditórios com relação à Política de Investimento e aos Critérios de Elegibilidade;

- iv) após a análise referida no subitem anterior, o Custodiante informará seu resultado à Gestora, que solicitará ao Fornecedor que obtenha a Autorização de Cessão junto à Petrobras;
- v) envio, pelo Fornecedor à Gestora, da Autorização de Cessão, por meio da qual a Petrobras manifesta ciência e autorização à cessão dos Direitos Creditórios, pelo Fornecedor ao Fundo, em observância ao artigo 290 do Código Civil, e envio, pela Gestora ao Fornecedor, de Termo de Cessão, gerado pelo Custodiante, contendo indicação dos Direitos Creditórios que a Gestora deseja adquirir para o Fundo e o preço total de aquisição dos referidos Direitos Creditórios, calculado com base nas taxas discriminadas no item “Características gerais do Fundo – Política de Investimento – Preço de cessão” acima;
- vii) envio, pelo Fornecedor à Gestora, que o repassará ao Custodiante, do Termo de Cessão assinado pelos representantes legais do Fornecedor, com reconhecimento de firma dos signatários, e envio, pela Instituição Administradora ao Custodiante, do Termo de Cessão devidamente assinado pela Instituição Administradora;
- viii) após a validação, pelo Custodiante, do Termo de Cessão assinado pela Instituição Administradora e pelo Fornecedor, pagamento do preço de cessão, pelo Custodiante ao Fornecedor; e
- ix) registro do Termo de Cessão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e da sede do Fornecedor, na forma prevista no item 16.2 do Contrato de Cessão.

Responsabilidades do Fornecedor

O Fornecedor será responsável:

- i) pela existência dos Direitos Creditórios cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- ii) pela performance (entrega do bem e/ou prestação do serviço) dos Direitos Creditórios Não-performados cedidos ao Fundo;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pelos Devedores dos Direitos Creditórios cedidos contra o Fornecedor quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e
- iv) por prejuízos sofridos pelo Fundo em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança de Direitos Creditórios cedidos que tenham qualquer vício em sua formação.

Na hipótese de responsabilidade do Fornecedor em qualquer das hipóteses acima, o Fundo poderá compensar a quantia devida com quaisquer valores que tenha a pagar ao Fornecedor.

Se, por qualquer razão, inclusive em decorrência de defeito dos produtos ou dos serviços fornecidos pelo Fornecedor, a Petrobras tiver o direito de reter, deduzir, compensar ou reduzir o valor dos Direitos Creditórios, tal retenção, dedução, compensação ou redução deverá recair sobre a parcela remanescente do

Contrato pertencente ao Fornecedor, se houver. Se o valor de tal parcela não existir ou se o valor da parcela do Fornecedor não for suficiente para cobrir o montante da retenção, dedução, compensação ou redução eventualmente efetuada pela Petrobras, e esta deixar de efetuar o pagamento integral devido ao Fundo, este poderá (i) exigir do Fornecedor a complementação do valor devido ao Fundo, cujo pagamento deverá ser efetuado em até 2 dias a contar do recebimento da competente notificação, ou (ii) instruir o Agente de Recebimento a abater o valor devido ao Fundo de quaisquer quantias de titularidade do Cedente que sejam depositadas na Conta de Recebimento, sem prejuízo da possibilidade de determinar a recompra do Direito Creditório pelo Fornecedor.

Na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo, qualquer fato ou ato praticado pelo Fornecedor, pela Petrobras ou por qualquer terceiro, que não o Fundo, a Instituição Administradora, o Custodiante ou a Gestora, que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ou sua inexigibilidade, inclusive em decorrência do atraso ou vício na entrega do produto ou do fornecimento do serviço, da prorrogação ou da antecipação do prazo de vencimento do respectivo Direito Creditório, da prorrogação ou da antecipação da entrega do produto ou da prestação do serviço contratado ou do cancelamento do pedido de fornecimento do produto e/ou do serviço pela Petrobras no caso de Direito Creditório Não-performado, o Fundo poderá, de igual maneira, exercer a prerrogativa referida descrita acima, sem prejuízo da possibilidade de determinar a recompra do Direito Creditório pelo Fornecedor. Adicionalmente, o Fundo poderá optar por renegociar o preço do Direito Creditório cedido caso ele continue a ser exigível da Petrobras, mediante a devolução do correspondente valor pelo Fornecedor, se for o caso.

Será vedada, a partir da data de celebração de cada Termo de Cessão, a prática de qualquer ato pelo Fornecedor em relação aos Direitos Creditórios objeto daquele instrumento ou a qualquer garantia real ou pessoal eventualmente outorgada pela Petrobras ou terceiro em relação a tais Direitos Creditórios. Qualquer ato praticado pelo Fornecedor em desacordo com o disposto no Contrato de Cessão e no Termo de Cessão será nulo e ineficaz em relação ao Fundo. Isto não exclui qualquer outra penalidade prevista no Contrato de Cessão, no Termo de Cessão ou na legislação aplicável, especialmente o direito de exigir perdas e danos.

Sem prejuízo da proibição acima descrita, se o Fornecedor, sem a anuência prévia e por escrito do Fundo, alterar as condições do Direito Creditório cedido ao Fundo ou da relação comercial estabelecida entre ele e Petrobras, de forma a gerar uma mudança nas condições do Direito Creditório ou na perda do seguro garantia, se houver, o Fornecedor pagará uma multa não compensatória equivalente a 50% da taxa de desconto que tiver sido utilizada para fixação do preço de cessão do respectivo Direito Creditório, a qual poderá ser recebida pelo Fundo mediante compensação de qualquer valor devido por este ao Fornecedor, sem prejuízo do exercício dos direitos previstos acima, quando aplicáveis.

O exercício pelo Fundo de qualquer dos direitos previstos no presente item não extingue os demais estabelecidos no Contrato de Cessão, que poderão ser exercidos concomitantemente ou em diferentes momentos até que o Fundo seja integralmente satisfeito em seu crédito.

Recompra de Direitos Creditórios

Sem prejuízo dos procedimentos de cobrança aplicáveis a Direitos Creditórios inadimplidos, a Gestora poderá solicitar ao Fornecedor a recompra de quaisquer Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento que não decorra da insolvência da Petrobras, comprometendo-se o Fornecedor a recomprá-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação por escrito encaminhada pela Gestora, por seu valor contábil.

Caso o inadimplemento de um Direito Creditório decorra da insolvência da Petrobras, a Gestora não poderá solicitar ao Fornecedor a recompra deste Direito Creditório.

Resolução da cessão dos Direitos Creditórios

Considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Fornecedor e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pela Petrobras por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro ou caso sejam opostas pela Petrobras quaisquer outras exceções quanto à legalidade, legitimidade ou veracidade do Direitos Creditórios e seus respectivos títulos transferidos ao Fundo;
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de direitos, ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição desses pelo Fundo;
- iii) se os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo forem objeto de acordo entre o Fornecedor e a Petrobras, que possa gerar arguição, compensação e/ou outras formas de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos emergentes dos Direitos Creditórios cedidos; e
- iv) não pagamento do Direito Creditório em caso de ato de responsabilidade do Fornecedor; (b) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada em fato de responsabilidade do Fornecedor ou contrário aos termos do Contrato de Cessão; (c) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada na recusa da aceitação de mercadoria e/ou serviço ou qualquer demora, inadimplemento do Fornecedor perante a Petrobras; (d) contra-protesto da Petrobras e/ou reclamação judicial da Petrobras contra o Fornecedor; ou (e) caso fortuito ou força maior.

Sem prejuízo da resolução da cessão, o Fornecedor deverá notificar por escrito a Instituição Administradora da ocorrência de qualquer das condições resolutivas da cessão acima, no prazo de até 48 horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

O Fornecedor estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 10 dias úteis contados da ocorrência de qualquer uma das condições resolutive da cessão, o preço de cessão dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos do Contrato de Cessão, apurado na forma prevista neste Prospecto, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão, e acrescido de 10%, a título de multa. Neste caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão, sem considerar o valor da multa acima, não poderão ser superiores ao valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos ou vincendos.

Contrato de Colocação

O Fundo, a Instituição Administradora, a Gestora e o Distribuidor celebraram o Contrato de Colocação em 16 de setembro de 2009. O Contrato de Colocação tem por objeto a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série sob o regime de melhores esforços de colocação.

Objeto

O Distribuidor colocará, sob regime de melhores esforços de colocação, 3.200 Cotas Seniores da 1ª Série, no montante total de R\$80.000.000,00, na Data de Subscrição Inicial. As Cotas Seniores da 1ª Série serão colocadas pelo Distribuidor em até 180 dias após a data de publicação do Anúncio de Início.

O Distribuidor, ainda, colocará, com esforços restritos, 400 Cotas Subordinadas de Classe Especial, no montante de R\$10.000.000,00, da Data de Subscrição Inicial.

Obrigações das partes

A Instituição Administradora, em nome do Fundo ou em nome próprio, conforme o caso, bem como observado o disposto no Regulamento, obriga-se a:

- i) atender ao disposto na Instrução CVM nº 356/01, na Instrução CVM nº 400, de 27 de dezembro de 2003, naquilo que for aplicável com relação às informações do Fundo e da Instituição Administradora, e no Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, devendo, a qualquer tempo, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos exigidos, conforme o caso, pela legislação, pela CVM, pela ANBID e/ou pelo Distribuidor para o processo de registro do Fundo e da Oferta das Cotas Seniores da 1ª Série na CVM e a elaboração dos prospectos preliminar e definitivo da Oferta das Cotas Seniores da 1ª Série;
- ii) encaminhar à CVM os documentos necessários à obtenção do registro de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série;
- iii) promover a publicação, em jornais de grande circulação, dos anúncios de início e encerramento de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série;

- iv) providenciar o registro do Regulamento em cartório de registro de títulos e documentos;
- v) comunicar imediatamente ao Distribuidor qualquer fato relevante de que tenha conhecimento que possa vir a afetar a decisão por parte dos Investidores Autorizados, de subscrever Cotas Seniores da 1ª Série;
- vi) submeter, na forma da lei, as contas e balanços do Fundo a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- vii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros do Fundo, resultantes de atos de sua gestão, promovendo sua divulgação nos termos exigidos pela legislação aplicável;
- viii) efetuar o recolhimento de qualquer taxa ou tributo incidente ou que venha a incidir sobre o Fundo, bem como a taxa de registro do Fundo na ANBID, quando exigida;
- ix) elaborar, em conjunto com o Distribuidor, o Prospecto, bem como colaborar com a elaboração do material necessário à distribuição, como o boletim de subscrição e os anúncios de início e de encerramento de distribuição;
- x) disponibilizar ao Distribuidor e/ou a seus assessores todas as informações, precisas, suficientes, consistentes, corretas e verazes, relativas ao Fundo e à Instituição Administradora, que sejam relevantes e necessárias ao conhecimento sobre as Ofertas, o Fundo, as Cotas e para elaboração do Prospecto;
- xi) submeter, na periodicidade prevista no Regulamento, as Cotas Seniores da 1ª Série e Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial à revisão e avaliação pela Agência Classificadora de Risco; e
- xii) prestar informações relativas ao Fundo e à Instituição Administradora, por ocasião do registro da Oferta das Cotas Seniores da 1ª Série ou no caso de seu fornecimento ao mercado durante a distribuição, verdadeiras, consistentes, suficientes e de qualidade. A Gestora se obriga a:
 - i) adiantar o pagamento dos custos de confecção do Prospecto, bem como qualquer material publicitário ou apresentações ao mercado (“road shows”), se houver, que se façam necessários ao bom desempenho da operação, sendo tais custos deverão ser posteriormente reembolsados pelo Fundo à Gestora;
 - ii) não divulgar ao público informações referentes à Oferta sem a prévia e expressa anuência do Distribuidor; e
 - iii) adiantar as despesas de publicação dos anúncios de início e encerramento de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série, bem como com a taxa de registro para distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série, sendo tais custos posteriormente reembolsados à Gestora pelo Fundo.

O Distribuidor, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, obriga-se a:

- i) aprovar a documentação elaborada pelos assessores legais, que instruirá o pedido de registro da distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série, e assessorar o Fundo em todas as etapas da distribuição;
- ii) participar ativamente, em conjunto com o Fundo, na elaboração do Prospecto, verificando a consistência, qualidade e suficiência das informações deles constantes, sob pena de responder pela falta de diligência ou omissão;
- iii) prestar assistência ao Fundo no registro de distribuição das Cotas junto à CVM, à ANBID e à CETIP, preparando e acompanhando os respectivos procedimentos;
- iv) receber e processar todos os pedidos de subscrição recebidos;
- v) desenvolver esforços para assegurar que:
 - a) as informações prestadas pelo Fundo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Ofertas; e
 - b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas referentes ao Fundo e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito das Ofertas;
- vi) manter à disposição dos investidores o Prospecto em sua sede e em sua página na rede mundial de computadores (*internet*);
- vii) dar ampla divulgação à distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série, publicando, no periódico utilizado pelo Fundo para divulgação de suas informações, às expensas do Fundo, todos os avisos, atos e decisões decorrentes da respectiva Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores, observados os prazos legais, devendo o Distribuidor comunicar o Fundo de qualquer publicação na mesma data de sua realização;
- viii) acompanhar e controlar o plano de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série;
- ix) controlar os boletins de subscrição ou os recibos de aquisição, devendo devolver à Instituição Administradora os boletins ou os recibos não utilizados, se houver, no prazo máximo de 30 dias após o encerramento da distribuição;
- x) suspender a Oferta das Cotas Seniores da 1ª Série na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do respectivo registro, comunicando imediatamente à CVM a ocorrência do fato, ato ou irregularidade que motive a suspensão da distribuição;
- xi) suspender a Oferta das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial, comunicando imediatamente a CVM deste fato, caso constate qualquer irregularidade;

- xii) guardar, à disposição da CVM, pelo prazo de 5 anos, todos os documentos relativos ao processo de registro de distribuição pública e à elaboração do Prospecto;
- xiii) formar consórcio de distribuição, se for o caso;
- xiv) atender ao disposto na Instrução CVM nº 356/01, na Instrução CVM nº 400/03, e no Código da ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como ao disposto na Instrução CVM nº 476/09, com relação à oferta pública com esforços restritos de colocação das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial, devendo, a qualquer tempo, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos exigidos pela legislação, pela CVM e/ou pela ANBID, conforme o caso;
- xv) recolher o termo de adesão ao Regulamento dos subscritores das Cotas Seniores da 1ª Série e Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial e encaminhá-los à Instituição Administradora;
- xvi) comunicar imediatamente à Instituição Administradora qualquer fato relevante, que tenha conhecimento, que possa vir a afetar a decisão, por parte dos Investidores Autorizados, a subscrever Cotas Seniores da 1ª Série ou Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial;
- xvii) certificar-se de que os investidores no âmbito da oferta das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial procurados são Investidores Autorizados e têm conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial;
- xviii) certificar-se de que o investimento nas Cotas Subordinadas de Classe Especial é adequado ao nível de sofisticação e ao perfil de risco dos investidores procurados no âmbito da Oferta das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial;
- xix) informar à CVM o encerramento da oferta das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial em até 5 dias contados do encerramento, por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores, devendo esta comunicação conter as informações indicadas no Anexo I da Instrução CVM nº 476/09;
- xx) abster-se de buscar investidores para as Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- xxi) obter junto aos subscritores das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial a declaração prevista no artigo 7º da Instrução CVM nº 476/09; e
- xxii) divulgar aos investidores procurados no âmbito da Oferta das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial eventuais conflitos de interesse em que se encontre.

Resilição involuntária

O Contrato de Colocação será resilido involuntariamente nas hipóteses abaixo descritas, devendo a Gestora reembolsar o Distribuidor por despesas por esta comprovadamente incorridas na prestação dos serviços referentes à Oferta:

- i) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie tratada no Contrato de Colocação, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos já incidentes na data do Contrato de Colocação, que justificadamente tornem inviável a continuidade das operações nele descritas;
- ii) ocorrência de alterações nas normas legais ou regulamentares aplicáveis ao mercado de capitais brasileiro que alterem substancialmente os procedimentos jurídicos ou operacionais relacionados, de qualquer forma, à Oferta, ou a qualquer outro elemento envolvido na Oferta que a torne inviável ou desaconselhável a qualquer uma das partes do Contrato de Colocação;
- iii) ocorrência de alterações na política monetária do Governo Federal do Brasil que impactem direta ou indiretamente o setor de atuação da Petrobras e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente as perspectivas futuras dos Fornecedores, ou ainda, que impactem direta ou indiretamente o setor financeiro brasileiro e que, de qualquer modo, possam alterar substancialmente a Oferta, bem como sua precificação; e
- iv) ocorrência de eventos graves, a critério do Distribuidor em mútuo acordo com a Gestora, que possam influenciar de forma relevante o mercado de capitais brasileiro e internacional, alterações no setor financeiro ou imobiliário brasileiro, bem como alterações governamentais que afetem ou que possam, efetiva ou potencialmente, vir a afetar negativamente o preço de mercado das Cotas, ou ainda, quaisquer outros fatos que, direta ou indiretamente, tornem impossível ou desaconselhável a qualquer uma das partes do Contrato de Colocação o cumprimento das obrigações nele assumidas (“*material adverse change*”).

Remuneração do Distribuidor

Pela realização dos trabalhos descritos no Contrato de Colocação relativos à colocação das Cotas Seniores da 1ª Série, o Distribuidor fará jus à remuneração de 1% sobre o valor das Cotas Seniores da 1ª Série efetivamente colocadas, a ser paga pela Gestora.

O pagamento da remuneração devida ao Distribuidor está condicionado ao integral recebimento, pela Gestora, do valor a ela devido nos termos do item 1 (ii) do Anexo I do “Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, celebrado entre o Fundo e a Gestora, com a interveniência e anuência da Instituição Administradora, em 3 de setembro de 2009, correspondente a 100% da parcela da taxa de administração referida no item 6.1 (ii) do Regulamento.

Valores dos contratos relevantes e respectivos responsáveis pelos pagamentos

CONTRATO	RESPONSÁVEL	BENEFICIÁRIO	VALORES ENVOLVIDOS	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO
Contratos de Cessão	Fundo	Cedente	Preço de cessão	A cada cessão de Direitos Creditórios
Contrato de Colocação	Fundo	Distribuidor	Comissão de colocação	Na data de liquidação da Oferta

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os fatores de risco envolvidos na operação do Fundo são gerenciados conforme o seu tipo. O risco de mercado é monitorado através de relatórios de *Value at Risk*, modelo que quantifica qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Estes relatórios são elaborados com o objetivo de estimar perdas potenciais do Fundo decorrentes de flutuações dos preços e das taxas de juros do mercado.

O risco de crédito relativo aos Direitos Creditórios é acompanhado por meio do controle da performance e da inadimplência dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, cujo desempenho é condicionante para novas aquisições de um mesmo Fornecedor, além da verificação dos Critérios de Elegibilidade.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

A Petrobras é um dos principais clientes do HSBC na América Latina. O HSBC é um dos 12 gestores do caixa da empresa, por meio da utilização de fundos de investimento exclusivos. Destacam-se também as os serviços de câmbio pronto, cujas operações em 2008 foram da ordem de US\$3.200.000.000,00, bem como as operações de derivativos, que, em 2008, totalizaram US\$570.000.000,00.

O HSBC presta serviços de administração fiduciária, custódia e controladoria para 4 fundos de investimento geridos pela BI Capital Gestão de Recursos Ltda. Em junho de 2009, o patrimônio líquido destes fundos, somados, correspondia ao montante de cerca de R\$ 22.670.000,00.

O HSBC é controlador da HSBC Corretora, com participação acionária equivalente a 99,96%. Adicionalmente, o HSBC Gestão de Recursos Ltda., empresa controlada pelo HSBC, é o maior cliente da HSBC Corretora.

A KPMG é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Petrobras e de todo grupo econômico do HSBC, o que inclui o próprio HSBC e a HSBC Corretora.

A Agência Classificadora de Risco atribui Rating Nacional de Gestores de Recursos ao HSBC Gestão de Recursos Ltda., empresa controlada pelo HSBC. Adicionalmente, a Agência Classificadora de Risco atribui classificação de risco à Petrobras.

Além das relações societárias e operações comerciais descritas acima, e das relações comerciais relacionadas ao Fundo e à presente Oferta, não existe qualquer relação societária ou ligação comercial relevante entre o HSBC, a HSBC Corretora, a BI Capital, a KPMG, a Agência Classificadora de Risco e a Petrobras.

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, o IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de Cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao Cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá à seguinte tabela:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À PETROBRAS

Histórico

A Petrobras é uma sociedade de economia mista constituída nos termos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. A Petrobras iniciou suas operações no Brasil em 1954, como uma empresa do setor público responsável pelas atividades do setor de petróleo e gás no Brasil. Desde o início de suas operações e até 1995, a Petrobras detinha o monopólio da produção, refino e distribuição de petróleo bruto e gás no Brasil, concedido pela União Federal.

A Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995, alterou a Constituição da República Federativa do Brasil para autorizar o governo federal a contratar empresas públicas ou privadas para exploração e comercialização de petróleo e gás natural no Brasil. Esta modificação pôs fim ao monopólio detido pela Petrobras.

O setor de petróleo e gás natural no Brasil passou por reformas significativas com a promulgação da Lei nº 9.478/97. Uma das principais consequências desta lei foi a introdução da concorrência no mercado brasileiro de petróleo bruto, produtos derivados de petróleo e gás natural, tendo sido concluída a liberalização de preços em 2 de janeiro de 2002.

A Lei nº 9.478/97 criou, ainda, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Cabe à ANP a administração dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, de titularidade da União. A Petrobras, em suas atividades, está sujeita às normas editadas pela ANP.

Em face destas alterações em seu setor de atividade, a Petrobras empreendeu reorganização administrativa para assegurar a sua competitividade e aumento de sua rentabilidade no mercado de petróleo e gás brasileiro que incluiu: (i) criação de unidades de negócio, com a finalidade de melhorar o fluxo das informações e a tomada de decisões; (ii) o estabelecimento de metas de taxa de retorno para cada unidade de negócio; (iii) aumento da ênfase em projetos integrados de energia que permitam a participação de todos os segmentos da cadeia de produção de energia; e (iv) alteração do estatuto social, visando aumentar a transparência e eficiência corporativa.

Em 2007, a Petrobras divulgou a descoberta do campo de Tupi, com reserva estimada entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo leve em águas ultraprofundas, isto é, com mais de 1.500m (metros) de profundidade. Localizada na Bacia de Santos, abaixo de uma camada de sal de dois quilômetros de espessura (pré-sal), essa reserva abriu um novo horizonte para as atividades de exploração da Petrobras e para o mercado de petróleo do Brasil, que poderá entrar o rol dos países exportadores de petróleo

Atividades

Visão geral

A Petrobras é uma empresa integrada de petróleo e gás, a maior no Brasil e uma das maiores na América Latina em termos de produção e reservas de petróleo e gás. Devido a seu histórico como a única fornecedora de petróleo bruto e derivados no Brasil, opera a maioria dos campos produtivos de petróleo e gás do Brasil e detém uma ampla base de reservas provadas e uma infra-estrutura operacional totalmente desenvolvida. Em 2007, a produção média nacional de hidrocarbonetos da Petrobras foi de 2.065.000 boe/d (barris de óleo equivalente por dia), estimado em 98,5% do total da produção brasileira.

Mais de 81% das reservas provadas da Petrobras estão localizadas em grandes e contíguos campos marítimos de alta produtividade na Bacia de Campos, permitindo a concentração de sua infra-estrutura operacional e contendo custos de exploração, desenvolvimento e produção.

A Petrobras desenvolve uma ampla gama de atividades, que incluem: (i) exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto e produtos derivados de petróleo, no Brasil; (ii) refino, transporte e comercialização de petróleo bruto, produtos derivados de petróleo e álcool combustível, incluindo investimentos em produtos petroquímicos; (iii) distribuição de produtos derivados de petróleo e álcool combustível a usuários finais; (iv) comercialização e transporte de gás natural produzido no Brasil ou importado, incluindo a participação em empresas de transporte e distribuição de gás no Brasil, bem como desenvolvimento de projetos de usinas termelétricas e atividades relacionadas; e (v) atividades no âmbito internacional, incluindo exploração e produção, fornecimento, distribuição de petróleo e seus derivados e atividades no setor de gás e energia no exterior.

As atividades da Petrobras são divididas em cinco áreas de negócios, a saber: (i) Abastecimento; (ii) Exploração e Produção (E&P); (iii) Gás e Energia; (iv) Distribuição e (v) Internacional.

A tabela abaixo apresenta informações relativas a cada um dos segmentos de atuação da Petrobras, em 2008:

INFORMAÇÕES RELEVANTES POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO					
Parâmetro	EM MILHÕES DE US\$				
	Exploração e Produção	Abastecimento	Gás e Energia	Distribuição	Internacional
Receita operacional líquida	59.024	96.202	8.802	30.892	10.940
Resultado (perda) antes de tributação e participações minoritárias	31.654	(2.956)	(504)	1.245	(605)
Ativo total em 31 de dezembro	51.326	27.521	14.993	4.775	13.439
Investimentos	14.293	7.234	4.256	309	2.908

Fonte: Formulário 20F – 31 de dezembro de 2008

Mudanças bruscas da economia mundial em 2008 afetaram o mercado de petróleo, com impactos diretos sobre a trajetória dos preços. A cotação do barril de petróleo do tipo *brent* variou de um pico de US\$145,66 a um mínimo de US\$34,04, em grande parte devido às oscilações da demanda durante o ano. O valor médio do barril de petróleo do tipo *brent* ficou em US\$96,99, superando em 33,7% a cotação média de 2007.

O crescimento da demanda dos países asiáticos por óleos leves no primeiro semestre de 2008, em comparação com o mesmo período do ano anterior, foi a principal causa do rápido aumento de preços durante a primeira metade do ano. No entanto, a imediata redução na procura dos países da OCDE no segundo semestre de 2008, aliada às expectativas pessimistas sobre a evolução da demanda, resultou na queda do patamar de preços a partir da segunda metade do ano. Nem a relativa estabilidade da procura por países que não compõem a OCDE, especialmente China e Índia, se mostrou suficiente para manter os preços entre US\$80,00 e US\$100,00 por barril de petróleo do tipo *brent*, semelhante à faixa de valores observada no último trimestre de 2007 e no primeiro trimestre de 2008.

Do lado da oferta, a queda da produção de petróleo por países que não compõem a OPEP, puxada pela Rússia, México e Reino Unido, foi em parte compensada pelos maiores volumes de produção por países integrantes da OPEP entre o segundo e o terceiro trimestres do ano, quando a Arábia Saudita, atendendo aos pedidos da Agência Internacional de Energia, decidiu elevar sua produção em cerca de 300.000 bpd (barris por dia). Entretanto, o agravamento das condições macroeconômicas mundiais a partir de meados do ano, especialmente nos Estados Unidos e Europa, provocou uma queda na demanda, levando a OPEP a anunciar um corte de 1.500.000 bpd (barris por dia) em suas cotas de produção a partir de novembro. Nesse contexto, o nível médio dos estoques de petróleo aumentou em relação a 2007, gerando um superávit no balanço oferta-demanda mundial do produto em 2008.

Os fatores de natureza geopolítica, como os problemas com as guerrilhas na Nigéria, as tensões na fronteira Turquia-Iraque e a incursão russa na Geórgia, além da questão nuclear do Irã, entre outras, parecem ter desempenhado um papel secundário no mercado de petróleo em 2008, em face do cenário econômico.

Abastecimento

A capacidade da Petrobras de refino no Brasil representa 98,4% da capacidade de refino total do país e atende a quase todas as necessidades de produtos refinados dos atacadistas, exportadores e companhias petroquímicas, além das necessidades do segmento de distribuição da própria Petrobras.

A Petrobras possui e opera 11 refinarias no Brasil, com uma capacidade de processamento líquido de 1.942.000 bpd (barris por dia), o que torna a companhia a oitava maior refinadora do mundo entre as companhias listadas em bolsas de valores. A Petrobras opera uma extensa infra-estrutura de dutos e terminais, além de uma frota de navios para o transporte de petróleo bruto e derivados aos mercados nacionais e internacionais. A maioria das refinarias estão situadas perto dos oleodutos da Petrobras, instalações de estocagem, dutos para produtos refinados e principais instalações petroquímicas, para facilitar o acesso tanto às fontes de petróleo bruto quanto aos usuários finais.

A Petrobras também importa e exporta petróleo bruto e derivados. A importação de determinados derivados, especialmente óleo diesel, se destina a suprir a demanda brasileira que excede a capacidade de refino nacional daqueles produtos.

O segmento de abastecimento também inclui atividades nas áreas de petroquímica e fertilizantes que agregam valor aos hidrocarbonetos que a Petrobras produz e fornecem insumos para o crescimento da economia brasileira.

Exploração e Produção

A área de negócios de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras é responsável pela pesquisa, localização, identificação, desenvolvimento, produção e incorporação de reservas de óleo e gás natural dentro do território nacional. Esta área de negócios está estruturada na forma de unidades de negócios. Cada uma das unidades de negócios é responsável pela gestão de um conjunto de concessões exploratórias e de produção, instalações operacionais e administrativas, com apropriação de receitas e custos e responsabilização por resultados. A organização das unidades de negócios respaldou-se em critérios como localização geográfica, semelhança geológica e estágio de desenvolvimento das concessões, além de infra-estrutura disponível e porte.

As atividades da exploração e produção de petróleo e gás no Brasil representam a parte maior do portfólio da Petrobras. Em 1970, a produção média diária da Petrobras foi de 164.000 bpd (barris por dia) de petróleo bruto, condensado e líquidos de gás natural no Brasil. Este valor atingiu, em 2007, a marca de 1.855.000 (barris por dia).

As principais metas da Petrobras nesta área de negócios são:

- i) explorar e desenvolver recursos petrolíferos em águas cada vez mais profundas na Bacia de Campos;
- ii) explorar e desenvolver as outras duas bacias marítimas mais promissoras no Brasil, a saber, Espírito Santo (óleo leve, óleo pesado e gás) e Santos (gás e óleo leve);
- iii) desenvolver os recursos de gás na Bacia de Santos e em outros locais para atender a crescente demanda no Brasil para gás,
- iv) aumentar a contribuição do gás nacional no atendimento a citada demanda;
- v) explorar e desenvolver as jazidas potencialmente consideráveis na camada do pré-sal as bacias de Espírito Santo, Campos e Santos; e
- vi) sustentar e aumentar a produção dos campos terrestres, através de sondagens e técnicas de recuperação avançadas.

Nas novas áreas de exploração, as atividades da Petrobras começam com pesquisas geológicas e atividades sísmicas, seguidas por sondagens exploratórias. Quando os resultados são positivos, seguem-se testes de longa duração, sondagens de desenvolvimento e produção-piloto, que geralmente envolvem investimentos substanciais. São necessários vários anos até que a atividade de exploração bem sucedida seja refletida no aumento das reservas e da produção.

Durante 2008, a produção média mensal de petróleo e de líquidos de gás natural da Petrobras no Brasil foi de 1.978.300 boe/d (barris de óleo equivalente por dia), 1.663.300 boe/d (barris de óleo equivalente por dia) produzidos no mar, sendo que 221.300 boe/d (barris de óleo equivalente por dia) produzidos em terra e 123.600 boe/d (barris de óleo equivalente por dia) produzidos internacionalmente. As reservas provadas líquidas de petróleo bruto e gás natural no Brasil, em 31 de dezembro de 2008, foram estimadas em aproximadamente 11.969.280.000 boe (barris de óleo equivalente).

Em 2008, a produção marítima representou 88% do total da produção da Petrobras e a produção em águas profundas foi responsável por 76% da produção no Brasil. Em 31 de dezembro de 2008, a Petrobras operava 155 poços em lâmina d'água de mais de mil metros. Até 31 de dezembro de 2007, a Petrobras havia perfurado cerca de 300 poços exploratórios em lâmina d'água de mais de mil metros.

Gás e Energia

A área de negócios de Gás & Energia é responsável pela comercialização do gás natural nacional e importado e pela implantação de projetos, em parceria com o setor privado, que irão garantir a oferta deste combustível em todo o país. A estratégia da área de negócios de Gás & Energia envolve desenvolver e consolidar o negócio de gás natural de forma rentável, buscando integração na América do Sul e assegurando a estruturação de um sistema confiável, flexível e competitivo de abastecimento no país. Também tem a função de atuar no negócio de biocombustível de forma integrada, participando da produção nacional de biodiesel e ampliando a participação no negócio de etanol.

As atividades da Petrobras do segmento de gás natural abrangem: (i) comercialização (compra e revenda); (ii) transporte (construindo e operando a rede brasileira de gasodutos); e (iii) a participação no capital das empresas distribuidoras que vendem o gás natural para o consumidor final.

O sistema de transporte para gás natural da Petrobras no Brasil compreende duas redes principais de gasodutos. Com 4.413km (quilômetros) de extensão, a Malha Sudeste liga os principais campos marítimos produtores de gás natural, nas bacias de Campos e Espírito Santo, aos mercados crescentes da região Sudeste, incluindo Rio de Janeiro e São Paulo. Essa rede inclui a parte brasileira do gasoduto Bolívia-Brasil, de 2.593km (quilômetros) de extensão.

Com 1.980km (quilômetros) de extensão, a Malha Nordeste transporta gás de campos terrestres e marítimos de gás natural no nordeste do Brasil até os consumidores daquela região.

Na Região Norte, o gasoduto Urucu-Coari-Manaus ligará a Bacia do Solimões a Manaus, onde o gás natural será usado principalmente para gerar energia elétrica e para suprir a demanda industrial, comercial e de varejo.

Atualmente, a Petrobras possui participação societária em 15 usinas termoeletricas, e é controladora de 13 delas. As usinas termoeletricas a gás têm uma capacidade instalada de 4.550 MW (megawatts), representando cerca de 5% da rede elétrica brasileira. A Petrobras também controla uma usina termoeletrica a petróleo com capacidade instalada de 31,8 MW (megawatts). No final de 2008, porém, a capacidade comercial correspondia a somente a 1815 MW (megawatts), devido a limitações no suprimento de gás.

A Petrobras também investiu em fontes renováveis de geração de energia, incluindo energia eólica, solar e pequenas centrais hidrelétricas. As pequenas centrais hidrelétricas da Petrobras possuem capacidade instalada de 243 MW (megawatts), dos quais 73,4 MW (megawatts) estarão operacionalmente disponíveis em 2009.

No setor de energias renováveis, o objetivo da Petrobras é se tornar um grande produtor brasileiro de biodiesel e ter uma participação ativa na crescente indústria de etanol no Brasil, e especialmente no transporte e exportação de etanol. O Brasil tem clima e condições de solo altamente favoráveis para o cultivo de cana-de-açúcar e culturas oleaginosas e tem uma participação importante no mercado internacional de biocombustíveis.

O etanol produzido da cana-de-açúcar é amplamente usado no Brasil como substituto para a gasolina. A Petrobras não produz o etanol, mas o distribui por meio de seu segmento de distribuição. A área de negócios de Gás e Energia da Petrobras planeja expandir a participação da companhia no negócio de etanol, através de parcerias com produtores e clientes internacionais, nos quais o papel da Petrobras principal seria de transportador e exportador do etanol brasileiro.

Distribuição

O segmento de Distribuição da Petrobras vende produtos derivados de petróleo produzidos principalmente pelo segmento de Abastecimento da Petrobras, e trabalha para expandir o mercado doméstico para estes e outros combustíveis. A Petrobras abastece e opera a Petrobras Distribuidora S.A. – BR, que detém 34,9% do mercado brasileiro de distribuição de acordo com a ANP. A BR distribui produtos derivados de petróleo, etanol e biodiesel, bem como gás natural veicular para consumidores industriais, comerciais e de varejo.

Em 31 de dezembro de 2009, a rede de postos de combustível da BR compreendia 5.998 unidades, ou 17,1% dos postos de combustível do Brasil. Não se incluem neste cálculo os 784 postos de combustível adquiridos localizados no norte, nordeste e noroeste do Brasil adquiridos da Ipiranga em 2007, os quais foram incorporados pela BR em abril de 2009.

Internacional

A Petrobras desenvolve diversas atividades no exterior e mantém uma consistente atividade internacional, com presença em 23 países. Os principais objetivos das operações internacionais da Petrobras são:

- i) aproveitar o conhecimento técnico da Petrobras na exploração e produção em águas profundas para participar da exploração e produção em regiões marítimas que são novas fronteiras de alto potencial;
- ii) agregar valor ao petróleo bruto produzido no Brasil;
- iii) assegurar o suprimento de gás natural para o crescente mercado brasileiro, com o desenvolvimento das reservas;
- iv) expandir a atuação integrada em refino, vendas, comercialização, logística e distribuição, com foco na Bacia do Atlântico; e
- v) desenvolver a marca da Petrobras numa escala internacional.

A estratégia internacional da Petrobras visa à integração das atividades da companhia, aproveitando de sinergias na América Latina e diversificando as atividades de exploração e produção fora da região. A Petrobras atua em regiões como o Golfo do México e o Oeste da África, onde existem oportunidades para aproveitar a vantagem competitiva do conhecimento técnico desenvolvido nas águas profundas do Brasil. A Petrobras também realiza explorações preliminares no Norte da África, Ásia, Europa e o Oriente Médio.

Em 2008, a Petrobras conduziu atividades de exploração e produção em 19 países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru, Venezuela, Estados Unidos da América, Angola, Nigéria, Tanzânia, Moçambique, Senegal, Índia, Portugal, Iran, Paquistão, Líbia e Turquia. Neste mesmo ano, os investimentos da Petrobras para exploração e produção internacional representaram 16,1% dos investimentos da Petrobras em exploração e produção.

PROMINP

O Fundo foi estruturado no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP. O PROMINP foi criado pelo Decreto nº 4.925, de 19 de dezembro de 2003, e visa a fomentar a participação da indústria nacional de bens e serviços, de forma competitiva e sustentável, na implantação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior.

O PROMINP é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, e é composto por um Comitê Diretivo, um Comitê Executivo e por Comitês Setoriais, que exercem de forma compartilhada a gestão do Programa. O órgão hierarquicamente superior do PROMINP é o Comitê Diretivo, composto pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; pelo presidente da diretoria da Petrobras, pelo presidente da diretoria do BNDES, pelo diretor de serviços da Petrobras, pelo presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; e pelo Diretor-Geral da Organização Nacional da Indústria de Petróleo.

O Fundo integra o Programa de Estruturação de Mecanismos Financeiros de Antecipação de Pagamentos Contratuais, coordenado pela Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP. Este programa é também conhecido como PROMINP Recebíveis, e busca alternativas para a obtenção de recursos para os Fornecedores por meio do adiantamento de recebíveis oriundos dos contratos celebrados com a Petrobras.

Composição do capital social

O capital social da Petrobras, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$78.966.691,00, e está distribuído da seguinte forma:

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (MILHARES)	AÇÕES ORDINÁRIAS (%)	AÇÕES PREFERENCIAIS (MILHARES)	AÇÕES PREFERENCIAIS (%)	TOTAL (MILHARES)	TOTAL (%)
União	2.826.516	55,71	0	0,00	2.826.516	32,21
BNDES	94.492	1,86	574.047	15,51	668.539	7,62
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	5.768	0,11	265.811	7,18	271.579	3,10
Ações em Tesouraria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	2.146.571	42,32	2.860.871	77,31	5.007.442	57,07
Total	5.073.347	100,00	3.700.729	100,00	8.774.076	100,00

Administração

A administração da Petrobras é realizada por meio de seu conselho de administração e de sua diretoria executiva.

Conselho de Administração

O conselho de administração da Petrobras, órgão de orientação e direção superior, é composto por no mínimo cinco e no máximo nove membros, e é responsável, entre outras coisas, pelo estabelecimento das políticas comerciais da Petrobras. Os membros do conselho de administração são eleitos na assembléia geral ordinária. A atual composição do conselho de administração da Petrobras é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Dilma Vana Rousseff	Presidente do Conselho de Administração
José Sergio Gabrielli de Azevedo	Conselheiro
Guido Mantega	Conselheiro
Silas Rondeau Cavalcanti Silva	Conselheiro
Francisco Roberto de Albuquerque	Conselheiro
Luciano Galvão Coutinho	Conselheiro
Fabio Colletti Barbosa	Conselheiro
Jorge Gerdaud Johannpeter	Conselheiro
Sérgio Franklin Quintella	Conselheiro

Dilma Vana Rousseff

É economista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1977, com mestrado em Teoria Econômica obtido em 1979 e doutorado em Economia Monetária e Financeira pela Universidade Estadual de Campinas. Foi Secretária da Fazenda de Porto Alegre de 1986 a 1988, Presidente da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, de 1991 a 1993, e Secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande Sul nos períodos de 1993 a 1994 e de 1999 a 2002. Participou da Equipe de Transição Governamental como Coordenadora do Grupo de Infra-Estrutura. Atuou como Ministra de Minas e Energia e atualmente é Ministra da Casa Civil. É membro do conselho de administração da Petrobras desde 2 de janeiro de 2003.

José Sergio Gabrielli de Azevedo

O Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo é professor titular licenciado da Universidade Federal da Bahia. Exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras de 1º de fevereiro de 2003 até 21 julho de 2005, com responsabilidade pelas Gerências Executivas de Contabilidade, Finanças, Financiamento de Projetos, Investidores, Planejamento Financeiro e Tributário. É também membro do Conselho de Administração da Petrobras Energía Participaciones S.A. (PEPSA) e da Petrobras Energia S.A. (PESA).

Durante sua gestão na Petrobras, recebeu os seguintes prêmios: (i) Executivo de Finanças 2004 pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) - Prêmio O Equilibrista; (ii) XX Prêmio ANEFAC Profissionais do Ano de 2004: recebeu o Prêmio como destaque de finanças; e (iii) *International Stevie Business Awards* 2005: Melhor Executivo de Finanças da América Latina.

Formou-se em Economia pela Universidade Federal da Bahia, com mestrado na mesma instituição em Incentivos Fiscais e Desenvolvimento Regional. Em 1987, obteve o título de PhD em Economia pela Boston University, dissertando sobre o financiamento das estatais no período de 1975 a 1979. No período de 2000 a 2001 foi “*Visiting Research Scholar*” na *London School of Economics and Political Science*. Foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do mestrado em economia da Universidade Federal da Bahia e superintendente da Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (Fapex). É autor de diversos artigos e livros sobre reestruturação produtiva, mercado de trabalho, macroeconomia e desenvolvimento regional. Atualmente, é professor titular licenciado da Universidade Federal da Bahia.

Guido Mantega

Formado em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, é professor de economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV desde 1981. Fez doutorado em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com especialização no *Institute of Development Countries* (IDS) da Universidade de Sussex, Inglaterra em 1977. Foi professor de Economia no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP de 1984 a 1987. Foi, também, diretor de orçamento, chefe de

gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, de 1982 a 1992, membro da Coordenação do Programa Econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998, é assessor econômico do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde 1993 e um dos coordenadores do Programa Econômico do PT na campanha presidencial de 2002.

Foi Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão até 18 de novembro de 2004, quando foi nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para exercer o cargo de presidente do BNDES. Em 28 de março de 2006, assumiu o cargo de Ministro da Fazenda e, em 3 de abril de 2006, foi eleito membro do conselho de administração Petrobras.

Silas Rondeau Cavalcanti Silva

É engenheiro eletricista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com especialização em Engenharia de Linhas de Transmissão pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 11 de julho de 2005 assumiu o cargo de Ministro de Estado de Minas e Energia, e em 3 de abril de 2006 foi eleito membro do conselho de administração da Petrobras. Foi presidente da Eletrobrás (2004-2005), da Eletronorte (2003-2004), da Manaus Energia (2000-2002), da Companhia Energética do Amazonas (2000/2002) e da Boa Vista Energia (2002-2003).

Iniciou sua carreira no setor público na Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), onde exerceu vários cargos até chegar a Diretor Técnico e de Distribuição. É professor licenciado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Foi professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/1979-1986). Possui título de *Master of Business Administration* - MBA executivo internacional pela Amana-Key-APG, obtido em 1996, e MBA executivo em finanças pela IBMEC *Business School* de Brasília, obtido em 1999.

Francisco Roberto de Albuquerque

O Sr. Francisco Roberto de Albuquerque é bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, em 1958, mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), título obtido em 1969, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, título obtido em 1977, e bacharel em Ciências Econômicas pela UNIPA, em 1968. Foi comandante do 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, sediado em Itu (1984-1986), chefe de assessoria do Gabinete do Ministro de Exército, Brasília (1986-1987), chefe da Comissão do Exército Brasileiro e Adjunto do Adido Militar em Washington, Estados Unidos da América (1987-1989) e subchefe de Gabinete do Ministro do Exército, Brasília (1989-1991). Foi, também, chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército em Brasília (1991-1994), comandante da 11ª Brigada de Infantaria Blindada em Campinas (1994-1995), mediador militar e coordenador do processo de paz no conflito entre Equador e Peru (1995-1996), subchefe do Estado-Maior do Exército em Brasília (1996-1997), secretário Geral do Exército em Brasília (1997-2000), Chefe do Departamento de Serviços, atual Departamento Logístico, em Brasília (2000-2001), secretário de Tecnologia da Informação e Comandante Militar do Sudeste (2001-2002). De 2003 a 2007, foi o Comandante do Exército Brasileiro. Durante sua carreira militar recebeu ao todo 22 condecorações nacionais e 16 condecorações internacionais.

Luciano Galvão Coutinho

O Sr. Luciano Galvão Coutinho é doutor em Economia pela Universidade de Cornell (EUA) e professor convidado da Universidade de Campinas (Unicamp). Seus estudos acadêmicos sempre tiveram como temas principais a política industrial e o lado real da economia. É especialista em economia industrial e internacional, escreveu e foi organizador de vários livros além de ter extensa produção de artigos, publicados no Brasil e no exterior. Em 1994, coordenou o Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira, trabalho de quase uma centena de especialistas que mapeou com profundidade inédita o setor industrial brasileiro.

Entre 1985 e 1988 foi secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, participando da estruturação do Ministério e na concepção de políticas voltadas a áreas de alta complexidade, como biotecnologia, informática, química fina, mecânica de precisão e novos materiais. É bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo e, durante o curso, recebeu o prêmio Gastão Vidigal como melhor aluno de Economia de São Paulo. Possui mestrado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e foi professor visitante nas Universidades de São Paulo, de Paris XIII, do Texas e do Instituto Ortega y Gasset, além de professor titular na Unicamp. Até assumir a Presidência do BNDES, era sócio da LCA Consultores, atuando como consultor-especialista em defesa da concorrência, comércio internacional e perícias econômicas.

Fabio Colletti Barbosa

Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo em 1976, obteve seu título de *Master of Business Administration* no IMEDE (*Institut for Management and Development*), na Suíça, em 1979. Exerceu funções na Tesouraria da Nestlé, no Brasil e no exterior, no período de 1974 a 1986. No grupo Citicorp, foi diretor de várias áreas financeiras entre 1986 e 1992. Foi Presidente do LTCB Latin America Ltda. entre maio de 1992 e agosto de 1995. A partir de setembro de 1995, transferiu-se para o ABN Amro Bank/São Paulo, onde exerceu a função de diretor do *Corporate Banking & Finance*, até agosto de 1996, quando passou a presidente da instituição.

Com a incorporação do Banco Real S.A. pelo ABN Amro Bank, tornou-se, desde novembro de 1998, o diretor-presidente do Banco ABN Amro Real S.A. Participa do Conselho e da Diretoria Executiva da Federação Brasileira das Associações de Bancos - Febraban, desde 1999. Convidado pelo Presidente da República para o Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, é membro da instituição, desde sua criação, no início de 2003.

Jorge Gerdau Johannpeter

É presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, que ocupa o 24º lugar entre as maiores companhias siderúrgicas do mundo, desde 1983. É também coordenador da organização não governamental Ação Empresarial Brasileira, que trata de questões de desenvolvimento, líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PQGP, referência para os setores público e privado na implementação de gestão de qualidade total, representante no Brasil da *American Society for Quality* (ASQ), presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal, membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), e presidente do Conselho de Administração da Aço Minas Gerais - Açominas.

Sérgio Franklin Quintella

O Sr Sérgio Franklin Quintella é engenheiro civil pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, engenheiro econômico pela Escola Nacional de Engenharia e economista pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, com mestrado em administração de empresas na Itália e título de *Master of Business Administration* pela *Harvard Business School*, é professor regente de cátedra na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professor da Pontifícia Universidade Católica. Foi Presidente da Internacional de Engenharia (1979-1990) e Presidente da Companhia do Jari (1982-1983). Foi, também, membro do Conselho Monetário Nacional (1985-1990), bem como integrou o Conselho de Administração do BNDES (1975-1980).

Foi Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (1993-2005). Atualmente, é vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas e autor de diversas obras, ensaios e artigos.

Diretoria executiva

A diretoria executiva da Petrobras, composta de um presidente e até seis diretores executivos, é responsável pela administração diária da Petrobras. De acordo com o estatuto social da Petrobras, o conselho de administração elege os diretores executivos, incluindo o presidente. O presidente é escolhido entre os membros do conselho de administração. A eleição de diretores pelo conselho de administração deve levar em consideração sua qualificação pessoal, conhecimento evidente e especialização em suas respectivas áreas. O mandato máximo dos diretores executivos é de três anos, sendo permitida a reeleição. A diretoria executiva é composta atualmente da seguinte maneira:

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
José Sergio Gabrielli de Azevedo	Presidente
Renato de Souza Duque	Diretor de Serviços
Guilherme de Oliveira Estrella	Diretor de Exploração e Produção
Maria das Graças Silva Foster	Diretora de Gás e Energia
Paulo Roberto Costa	Diretor de Abastecimento
Almir Guilherme Barbassa	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Jorge Luiz Zelada	Diretor Internacional

Renato de Souza Duque

Engenheiro elétrico formado pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em engenharia do petróleo e título de MBA pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É engenheiro de petróleo sênior da Petrobras, onde ingressou em 1978. Assumiu diversas funções de gerência na empresa (plataformas, unidades de exploração, perfuração, operações especiais). Entre 1995 e 1999, foi gerente de recursos humanos da área de Exploração e Produção, coordenando todas as unidades operacionais nesta atividade. Foi também gerente de Engenharia e Tecnologia de Poço do setor de Exploração e Produção. Desde novembro de 2000 é gerente de contratos da área de Exploração e Produção, em que coordena a especificação técnica, análise de mercado e contratação de sondas de perfuração, embarcações e helicópteros, além da contratação de serviços de perfuração, embarcações especiais de lançamento de linhas e serviços submarinos.

Guilherme de Oliveira Estrella

Geólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é funcionário da Petrobras desde 1965, aposentado em 1994. Tem vasta experiência técnica na Petrobras. Começou seus serviços na Petrobras como geólogo de poço e tornou-se gerente de exploração da Petrobras Internacional S.A. - Braspetro no Iraque (1976-1978). Foi chefe dos setores de Interpretação de Bacias da Costa Leste do Brasil, de Geoquímica Orgânica e da Divisão de Exploração; Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento em Exploração, Perfuração e Produção; e Superintendente Geral do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes). Foi diretor conselheiro e vice-presidente nacional da Sociedade Brasileira de Geologia, integrou a Sociedade Brasileira de Paleontologia e a *American Association of Petroleum Geologists* e foi diretor do Instituto Brasileiro do Petróleo.

Maria das Graças Silva Foster

Ocupa, desde maio de 2006, a presidência da Petrobras Distribuidora S.A. Anteriormente, foi presidente da Petrobras Química S.A. - Petroquisa, cargo que assumiu em setembro de 2005, tendo acumulado, neste período, a diretoria de relações com investidores da mesma companhia. Simultaneamente, desempenhou ainda a função de gerente executiva de petroquímica e fertilizantes, ligada a diretoria de abastecimento da Petrobras.

De janeiro de 2003 até aquela data, exerceu a função de Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Neste período, ainda exerceu, por Decretos Presidenciais, as funções de Coordenadora Interministerial do Programa do Governo Federal de Biodiesel: Produção e Uso de Biodiesel e de Secretária Executiva Nacional do Programa do Governo Federal de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo – PROMINP. Antes já havia ocupado cargos de gerência na unidade de negócios de gás natural, no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello (CENPES) e na Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.

Atualmente é presidente do conselho de administração da Liquigás Distribuidora S.A, vice-presidente do conselho de administração da Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga e membro do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Também já foi membro dos conselhos de administração da Braskem S.A, Petroquímica União S.A, Rio Polímeros S.A, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petrobras Transporte S.A.

Integra o quadro de profissionais de carreira da Petrobras. É bacharel em engenharia química pela Universidade Federal Fluminense, com mestrado em Engenharia Mecânica e Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e com título de MBA em Economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Paulo Roberto Costa

O Sr Paulo Roberto Costa é engenheiro mecânico formado pela Universidade Federal do Paraná em 1976. Participou das instalações de plataformas e do desenvolvimento da produção da Bacia de Campos de 1979 a 1994 nas áreas de Engenharia, Superintendência de Apoio e como Superintendente da Região de Produção do Sudeste.

Em 1995 foi indicado como Gerente Geral da E&P-Sul (Exploração e Produção do Sul), responsável pelas Bacias de Santos e Pelotas. Em 1996 respondeu pela Gerência Geral de Logística da área de E&P. De 1997 até maio de 1999 respondeu pela Gerência de Gás, área responsável pela comercialização do Gás Natural na Petrobras.

Foi diretor da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro de maio de 1997 a dezembro de 2000. De janeiro de 2001 a abril de 2003 foi responsável pela Gerência Geral de Logística da Unidade de Negócios Gás Natural da Petrobras. De abril de 2003 a maio de 2004, foi diretor-superintendente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A.

Almir Guilherme Barbassa

O Sr. Almir Guilherme Barbassa é mestre em economia pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, tendo ocupado o posto de Gerente Executivo de Finanças Corporativas da Petrobras de 12 de julho de 1999 até assumir a posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Ingressou na empresa em 1974 e atuou na Braspetro como Gerente Financeiro no Oriente Médio, África, Estados Unidos e Brasil, e como Diretor Financeiro da mesma entre 1993 e 1999. É Presidente da Petrobras International Finance Company (PIFCO) e da Petrobras Netherlands BV (PNBV). Adicionalmente, foi professor do Departamento de Economia da Universidade Católica de Petrópolis e das Faculdades Integradas Bennett entre 1973 e 1979.

Jorge Luiz Zelada

É engenheiro eletrônico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra o quadro de profissionais de nível superior da Petrobras desde janeiro de 1980, quando começou sua carreira como engenheiro de instrumentação no Grupo Executivo para Desenvolvimento da Bacia de Campos (GECAN), atuando nos projetos das primeiras plataformas para aquela bacia. Sua função anterior na Petrobras, exercida desde fevereiro de 2003, foi a de Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos de Exploração e Produção e Transporte Marítimo da Área de Engenharia, órgão responsável pela construção de plataformas de produção. Exerceu ainda outras funções de gerência nas áreas de engenharia e de perfuração.

Na Petrobras Distribuidora S.A., Jorge Zelada foi Gerente de Desenvolvimento de Projetos de Soluções Energéticas, responsável pela implementação de projetos de energia para clientes e de usinas termelétricas do Programa Emergencial do Governo Federal.

Demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras completas da Petrobras estão contidas no Anexo V deste Prospecto.

Experiência prévia em outras operações de securitização

Os Fornecedores serão os originadores dos Direitos Creditórios. No entanto, os Fornecedores são indeterminados na data deste Prospecto, o que inviabiliza a descrição de sua experiência prévia em operações de securitização.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

ANEXOS

- Anexo I** - Regulamento
- Anexo II** - Relatório de *Ratings*
- Anexo III** - Relatório da KPMG
- Anexo IV** - Estatuto Social da Petrobras
- Anexo V** - Demonstrações Financeiras da Petrobras Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008
- Anexo VI** - Declarações do Distribuidor e da Instituição Administradora
- Anexo VII** - Modelo de Contrato de Cessão
- Anexo VIII** - Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ANEXO AO 10º ATO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E
SUPERVISÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS**

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E
SERVIÇOS**

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



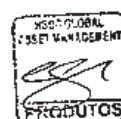
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ÍNDICE

1.	OBJETO	2
2.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO.....	2
3.	PRAZO DE DURAÇÃO.....	2
4.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTORA	3
5.	OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	4
6.	REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	9
7.	SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	10
8.	CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS.....	12
9.	SERVIÇO DE CUSTÓDIA E FUNÇÕES DO AGENTE DE RECEBIMENTO	12
10.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO.....	15
11.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	18
12.	DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	22
13.	FATORES DE RISCO	24
14.	COTAS DO FUNDO	32
15.	CLASSES DE COTAS	33
16.	DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO.....	34
17.	AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS.....	36
18.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE.....	39
19.	DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....	42
20.	ASSEMBLÉIA GERAL.....	44
21.	INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS	49
22.	PUBLICAÇÕES.....	52
23.	EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO... 52	
24.	CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS.....	57
25.	PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	59
26.	ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	60
27.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	62
	ANEXO I.....	64
	ANEXO II	74
	ANEXO III.....	76
	ANEXO IV	79
	ANEXO V	82
	ANEXO VI.....	85
	ANEXO VII.....	90

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS

O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS”, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I do presente Regulamento, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

1. OBJETO

1.1 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios originados em contratos celebrados entre Petrobras e seus Fornecedores, relativos à prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens à Petrobras, nos termos deste Regulamento.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

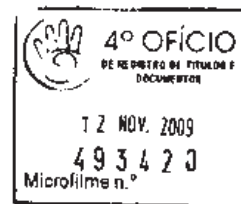
2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo terá prazo de duração indeterminado.

2
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Maj. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





3.2 O Fundo pode ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto neste Regulamento. Cada Série e Classe Especial terá a duração especificada no respectivo Suplemento.

4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E GESTORA

4.1 O FUNDOS é administrado pela Instituição Administradora, **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89.

4.2 A Gestora foi contratada pela Instituição Administradora, às suas expensas, para a prestação do serviço de gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, II, da Instrução CVM nº 356/01.

4.2.1 Caberá à Gestora, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento:

- i) identificar Fornecedores aptos a cederem Direitos Creditórios ao Fundo e formalizar as respectivas cessões, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- ii) iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas; e
- iii) desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao recebimento e à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, exceto se aprovado pela Assembleia Geral, sob pena de responsabilização da Gestora por

3 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do COSIF, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios, assumindo a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos titulares das Cotas, respeitadas as obrigações que lhe são impostas pela legislação e por este Regulamento.

5.2 Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) celebrar os Documentos do Fundo por conta e ordem do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, a Agência Classificadora de Risco e o Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras;
- ii) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- iii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos neste Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Relação Mínima e da Reserva de Pagamento;
- iv) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante;
- v) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:



- a) substituição do Auditor ou do Custodiante;
 - b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada; e
 - c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- vi) manter à disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Instituição Administradora, pelo Custodiante e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- vii) registrar o documento de constituição do Fundo, o presente Regulamento e seus anexos e o(s) Suplemento(s), bem como eventuais alterações e futuras versões deste Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de seu domicílio;
- viii) manter atualizados e em perfeita ordem:
- a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos Cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, §§ 3º e 4º, da Instrução CVM nº 356/01;
 - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - g) os relatórios do Auditor; e



- h) o presente Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembléia Geral, bem como independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, nestes dois últimos casos, providenciar a divulgação das alterações aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua ocorrência;
- ix) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- x) entregar aos Cotistas, gratuitamente e mediante recibo, exemplar deste Regulamento e do prospecto da oferta pública das Cotas, quando houver;
- xi) cientificar os Cotistas do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- xii) providenciar que os Cotistas assinem o termo de adesão a este Regulamento na mesma data de aquisição de Cotas;
- xiii) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, na forma prevista pelos mesmos, em especial as informações discriminadas na cláusula 21 abaixo;
- xiv) custear as despesas de propaganda do Fundo, se houver;
- xv) disponibilizar aos Cotistas e à Agência Classificadora de Risco, mensalmente, em sua sede e dependências, as seguintes informações (a) o número de Cotas detidas pelo respectivo Cotista, (b) o valor atualizado de suas Cotas, (c) a remuneração acumulada das Cotas desde a Data de Subscrição Inicial; (d) o valor do PL; (e) a Relação Mínima; e (f) a Reserva de Pagamento;
- xvi) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia útil



do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

- xvii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- xviii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo;
- xix) divulgar aos Cotistas, na forma prevista neste Regulamento, eventual rebaixamento da classificação de risco referida no item anterior, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis do recebimento de tal informação;
- xx) convocar a Assembléia Geral nos termos deste Regulamento;
- xxi) no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial, renunciar a sua função de Custodiante e de Agente Recebimento e requerer o imediato direcionamento do fluxo de pagamentos dos Direitos Creditórios para outra conta de depósito de titularidade do Fundo e convocar Assembléia Geral para decidir pela contratação de novo custodiante, se for o caso, ou pela liquidação do Fundo; e
- xxi) divulgar à Agência Classificadora de Risco, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês calendário, a Relação Mínima e a Reserva de Pagamento.

5.3 É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e



- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

5.3.1 As vedações de que trata o item anterior abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.4 É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) emitir quaisquer Séries ou classes de Cotas não expressamente autorizadas neste Regulamento;
- ii) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- iii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- iv) aplicar recursos diretamente no exterior;
- v) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- vi) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vii) vender Cotas a prestação;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

8
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvada a contratação da Gestora;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 Serão devidos à Instituição Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, Taxa de Administração, definidas neste Regulamento, nos seguintes valores:

- i) 1,35% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente; e
- ii) remuneração equivalente a 3% (três por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

6.1.1 A remuneração indicada no item 6.1 (ii) acima vigorará pelo período máximo de 12 (doze) meses contados da Data de Subscrição Inicial e poderá ser reduzida e/ou cancelada a qualquer tempo, a critério da Instituição Administradora, independentemente de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas.



6.2 A remuneração acima não inclui as despesas previstas na cláusula 19 abaixo, a serem debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

6.3 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

6.4 Ressalvada a Taxa de Performance a ser paga à Gestora nos termos deste Regulamento, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

6.4.1 A Taxa de Performance corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor que exceder a distribuição de rendimentos à Cota Subordinada Classe Júnior, conforme descrito no item 16.4 abaixo, e será provisionada diariamente e paga semestralmente à Gestora no 5º (quinto) dia útil de cada semestre do exercício social do Fundo.

6.4.2 Caso, em qualquer dia útil, o patrimônio do Fundo não permitir a distribuição de rendimentos às Cotas até os limites percentuais referidos na cláusula 16 abaixo para cada Série ou classe de Cotas, sem considerar o excedente referido no item 16.5 abaixo, será descontado da provisão constituída para a Taxa de Performance o montante necessário para atingir tais percentuais de remuneração, até o limite da provisão.

7. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

7.1 A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no periódico indicado no item 22.1 abaixo e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral, a se realizar em 15 (quinze) dias contados da convocação, para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e deste Regulamento.

10

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





7.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

7.1.2 A Assembleia Geral poderá (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora; e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração da instituição que assumirá, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

7.2 Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral da substituição da Instituição Administradora, a mesma deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

7.3 A remuneração da instituição administradora substituta não poderá ser superior em 10% (dez por cento) ao valor corrente da Taxa de Administração.

7.4 A Instituição Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Instituição Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-la.

7.5 A contratação de nova instituição administradora estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classes Especiais pela Agência Classificadora de Risco.

7.6 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras,

11

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225.3905 - Curitiba - PR





independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

7.7 As regras dispostas nesta seção, no que couber, são aplicáveis à substituição da Gestora.

8. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

8.1 A Instituição Administradora pode, às suas expensas e sem prejuízo de sua responsabilidade e da do diretor designado nos termos da Instrução CVM nº 356/01, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo, prestados por pessoa jurídica habilitada; e
- iii) custódia, prestados por instituição credenciada na CVM para o desempenho dessa atividade.

8.2 A Gestora poderá subcontratar terceiros para a execução de suas obrigações previstas neste Regulamento, sem prejuízo de sua responsabilidade, mediante prévia e expressa autorização da Instituição Administradora. A remuneração global dos terceiros eventualmente subcontratados pela Gestora não excederá a 0,10% (dez décimos por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), deduzida da Taxa de Administração.

9. SERVIÇO DE CUSTÓDIA E FUNÇÕES DO AGENTE DE RECEBIMENTO

9.1 Os serviços de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01, bem como o controle e processamento dos Direitos Creditórios e Outros Ativos, e os serviços de tesouraria, escrituração, emissão e resgate de cotas do Fundo, serão prestados pelo Custodiante.

12

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mat. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





9.2 Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições do Contrato de Cessão, são deveres do Custodiante:

- i) receber e analisar, de forma exaustiva, os documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, dentre eles cópia autenticada dos contratos entre Petrobras e seus Fornecedores, cópia autenticada da Autorização de Cessão, cópia autenticada do CRCC do Fornecedor, apólice do seguro garantia e do BAD, quando houver ou for exigida por este Regulamento;
- ii) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade definidos na cláusula 11 abaixo;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelos Contratos de Cessão e Documentos Comprobatórios da operação;
- iv) fazer a custódia e realizar o controle dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- v) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, a Autorização de Cessão, o CRCC e BAD entregues pelo Fornecedor e/ou Petrobras, conforme o caso e quando houver, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor, Agência de Classificação de Risco e órgãos reguladores;
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados em nome do Fundo, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo;
- vii) prestar serviços de escrituração de cotas; e
- viii) preparar relatório mensal dos índices de inadimplência dos Direitos Creditórios, indicando a classificação dos devedores e respectiva provisão nos termos da Resolução nº 2.682/99, do CMN, bem como das recompras de Direitos Creditórios,

13

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3985 - Curitiba - PR





se houver, e das taxas de desconto praticadas pelo Fundo, nas respectivas aquisições de Direitos Creditórios.

9.3 Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, o Custodiante poderá ser substituído.

9.3.1 A contratação de novo custodiante estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial pela Agência Classificadora de Risco.

9.3.2 Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembléia Geral não aprovarem a substituição do Custodiante, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos deste Regulamento.

9.3.3 Aplica-se aos procedimentos de substituição do Custodiante, no que couber, o disposto na cláusula 7 acima.

9.4 O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções que lhe são atribuídas nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a substituição do Custodiante, que deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da convocação da Assembléia Geral que escolherá seu substituto ou até que a instituição escolhida assuma a função, o que ocorrer primeiro.

9.5 A guarda dos Documentos Comprobatórios, da Autorização de Cessão, do CRCC e do BAD, quando houver, originais caberá ao respectivo Fornecedor, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão, devendo o Custodiante manter cópias autenticadas de tais documentos quando recebidos, sem prejuízo da manutenção adicional de cópias eletrônicas.

9.5.1 A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplentes caberá à Gestora, nos termos do Anexo III deste Regulamento.

14 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





9.6 O Agente de Recebimento será responsável por efetuar a conciliação dos valores depositados pela Petrobras na Conta de Recebimento, transferindo ao Fundo e aos Fornecedores os respectivos valores que lhes são devidos nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

10.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou de fornecimento de bens àquela.

10.1.1 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL em Direitos Creditórios.

10.2 O Fundo pode aplicar o remanescente do PL exclusivamente, em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- iii) cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" ou "Referenciado DI", cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima e administrados pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, suas controladas, coligadas ou sociedades sob controle comum.

10.2.1 Os fundos de investimento indicados no item 10.2 (iii) acima poderão prever nas respectivas políticas de investimento a utilização de derivativos, exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (*hedge*).

10.3 Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do



Brasil ou em instituições autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

10.4 É facultado ao Fundo, ainda:

- i) realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados no item 10.2 (i) e (ii) acima; e
- ii) realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

10.5 Para efeito do disposto em 10.4 (ii) acima:

- i) as operações devem ser negociadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade “com garantia” de ambas contrapartes, quando se tratar de operações de *swap*; e
- ii) devem ser considerados, para efeito de cálculo de PL, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores liquidados das operações.

10.6 O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de Outros Ativos ou aquelas compromissadas, em que os Fornecedores ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum destes figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. O Fundo pode realizar operações nas quais a Instituição Administradora atuem na condição de contraparte do Fundo.

10.7 O Fundo não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e



- ii) operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

10.8 O total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum bem como um mesmo fundo de investimento, não pode exceder 20% (vinte por cento) do PL.

10.9 Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ValorAquisição = \frac{ValorNominal}{\left(1 + \frac{TaxaAquisição}{100}\right)^{\frac{prazo}{252}}}$$

onde:

“Valor Aquisição” é o valor de aquisição do Direito Creditório;

“Valor Nominal” é o valor nominal do Direito Creditório;

“Prazo” é o número de dias úteis, conforme informação registrada no campo “Cálculo Aquisição” no “Cadastro Fundos de Recebíveis” integrante dos sistemas internos do Custodiante, entre a data de aquisição do Direito Creditório, exclusive, e sua respectiva data de vencimento, inclusive; e



“Taxa Aquisição” corresponde à taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios a performar e performados, que será apurado pela Gestora a cada cessão de Direitos Creditórios, sendo no mínimo de:

BAD DO FORNECEDOR	TAXA MÍNIMA DE DESCONTO
Abaixo de 7 ou ausente	200% da Taxa DI
De 7 até 7,9	180% da Taxa DI
De 8 até 8,9	170% da Taxa DI
De 9 a 10	160% da Taxa DI

10.9.1 Para efeito do cálculo da Taxa Aquisição, nos termos do item anterior, será utilizado o BAD atribuído ao Fornecedor com relação ao Contrato de que os Direitos Creditórios são oriundos. Caso a Petrobras não tenha emitido BAD para o Contrato de que os Direitos Creditórios são oriundos, será utilizada a média das notas dos BAD em vigor atribuídas ao Fornecedor no cumprimento dos contratos celebrados com a Petrobras nos últimos 12 (doze) meses.

10.10 O pagamento do preço de cessão será efetuado em até 1 (um) dia útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Custodiante, que não poderá exceder a 10 (dez) dias da oferta dos Direitos Creditórios pelo respectivo Fornecedor.

10.11 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de Outros Ativos que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pela Gestora do Fundo. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente na seção “Fatores de Risco” deste Regulamento, que deve ser lida cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas.

11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

11.1 Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente, os seguintes:



- i) os Direitos Creditórios devem (a) ser vincendos, (b) ser devidos pela Petrobras, (c) ser oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens (1) firmados com Fornecedores que possuam CRCC para a categoria de fornecimento ou prestação de serviço objeto do Contrato com conceito igual ou superior a C, ressalvado o disposto no item 11.1 (iv) abaixo; e (2) que tenham sido objeto de ao menos uma medição pela Petrobras, comprovada pela entrega de boletim de medição do Contrato pelo Fornecedor à Gestora;
- ii) a data de vencimento dos Direitos Creditórios não poderá (a) ser superior a 24 (vinte e quatro) meses contados da sua data de aquisição pelo Fundo; (b) ocorrer no período de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à última data de vencimento dentre as datas de vencimento das Séries em circulação, tampouco após este período; nem (c) ser inferior a 20 (vinte) dias contados da respectiva aquisição;
- iii) somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios correspondentes a no máximo 50% (cinquenta por cento) do valor estimado de cada parcela apontada no cronograma de pagamento do respectivo Contrato, vedada a aquisição (a) de parcelas não consecutivas de um mesmo Contrato; e (b) da última parcela de um Contrato;
- iv) somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios oriundos de Contratos celebrados com Fornecedor que não possua CRCC quando (a) se tratar de Direito Creditório Performado; ou (b) sendo um Direito Creditório Não-performado, o Fornecedor tenha contratado seguro de performance junto as Seguradoras Autorizadas, tenha quitado integralmente o respectivo prêmio, e referido seguro atenda às condições mínimas dispostas no Anexo II deste Regulamento, bem como cubra integralmente o valor nominal do respectivo Direito Creditório;
- v) na primeira cessão de Direitos Creditórios por um Fornecedor ao Fundo, e se houver BAD emitido para o respectivo Contrato, somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios oriundos de Contrato cuja nota do BAD em vigor seja maior ou igual a 7 (sete);



- vi) caso o Fornecedor já tenha cedido Direitos Creditórios ao Fundo, este somente poderá adquirir novos Direitos Creditórios do mesmo Fornecedor caso o BAD dos contratos originadores de Direitos Creditórios já cedidos ao Fundo seja igual ou superior a 7 (sete);
- vii) somente poderão ser adquiridos quaisquer Direitos Creditórios se, uma vez computada *pro forma* a respectiva aquisição, (a) forem mantidos os limites de composição da carteira de Direitos Creditórios do Fundo estabelecidos no item 11.2 e seguintes da presente cláusula; e (b) o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo não seja superior a 12 (doze) meses, conforme cálculo realizado pelo Custodiante de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\sum_{n=1}^J (VP_{DCV_n} \times T_{DCV_n})}{\sum_{n=1}^J VP_{DCV_n}} \right) \times \frac{1}{22} \leq 12 \text{ meses}$$

onde:

VP_{DCV_n} = valor presente do Direito Creditório vencendo de ordem "n"

T_{DCV_n} = número de dias úteis para o vencimento do Direito Creditório de ordem "n"

J = quantidade de Direitos Creditórios vencidos

11.1.1 A verificação do disposto nos itens 11.1 (v) e 11.1 (vi) acima ocorrerá exclusivamente com base nos BAD disponibilizados pela Petrobras à Gestora, que os repassará ao Custodiante.

11.2 Após a subscrição e integralização das Cotas Subordinadas Classe Júnior e até o início da subscrição e integralização das Cotas Subordinadas integrantes da 1ª (primeira) Classe Especial, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios independentemente da observância de quaisquer limites de concentração por Fornecedor.



11.3 Após o início da subscrição e integralização das Cotas Subordinadas integrantes da 1ª (primeira) Classe Especial e até o início da subscrição e integralização das Cotas Seniores, somente haverá aquisição de novos Direitos Creditórios se, computada *pro forma* sua aquisição, a soma dos Direitos Creditórios cedidos pelo grupo de 5 (cinco) Fornecedores que tenham cedido o maior volume financeiro de Direitos Creditórios ao Fundo não represente mais que 50% (cinquenta por cento) do PL.

11.4 Após o início da subscrição e integralização das Cotas Seniores, a aquisição de novos Direitos Creditórios observará o disposto abaixo:

- i) o total de Direitos Creditórios de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, computada *pro forma*, não pode exceder 10% (dez por cento) do PL, ressalvado o disposto nos subitens seguintes;
- ii) o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios devidos pela Petrobras até o limite de 100% (cem por cento) de seu PL;
- iii) o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de Fornecedores que atendam os seguintes limites, computados *pro forma*, definidos em conjunto e em função do respectivo CRCC e BAD:

CRCC	BAD	PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO PL
Conceito A ou B	Indiferente	100%
Conceito C	Indiferente	50%
Não possui	Maior ou igual a 8	20%

- iv) sem prejuízo do disposto no subitem anterior, independentemente do respectivo CRCC e BAD, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios cedidos por um mesmo Fornecedor até o limite de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do PL, computada *pro forma* a respectiva aquisição;

21

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





- v) somente haverá aquisição de novos Direitos Creditórios se, computada *pro forma* sua aquisição, a soma dos Direitos Creditórios cedidos pelo grupo de 5 (cinco) Fornecedores que, individualmente, tenham cedido o maior volume financeiro de Direitos Creditórios ao Fundo não represente mais que 10% (dez por cento) do PL; e
- vi) somente haverá aquisição de novos Direitos Creditórios se, computada *pro forma* sua aquisição, a soma dos Direitos Creditórios cedidos pelo grupo de 10 (dez) Fornecedores que, individualmente, tenham cedido o maior volume financeiro de Direitos Creditórios ao Fundo não represente mais que 20% (vinte por cento) do PL.

11.4.1 Para fins do cálculo do CRCC de cada Fornecedor previsto no subitem 11.4 (iii) acima deve ser considerado o conceito médio de todos os CRCC do respectivo Fornecedor em vigor.

11.5 Para fins do cálculo dos limites previstos nos itens 11.3 e 11.4 acima, pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo econômico serão considerados um único Fornecedor.

11.6 Caso, calculada *pro forma*, a aquisição de Direitos Creditórios pretendida não atenda aos critérios de elegibilidade previstos nos itens 11.3 ou 11.4 acima, os Direitos Creditórios respectivos poderão ser adquiridos pelo Fundo desde que (i) tais Direitos Creditórios atendam a todos os demais critérios de elegibilidade previsto neste Regulamento, e (ii) considerada *pro forma*, a concentração do PL após a aquisição de tais Direitos Creditórios esteja mais próxima do cumprimento dos critérios de elegibilidade previstos nos itens 11.3 ou 11.4 acima do que antes da aquisição de tais Direitos Creditórios.

12. DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

12.1 Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade descritos acima, as cessões de Direitos Creditórios deverão observar as seguintes Condições de Cessão, que deverão constar dos respectivos Contratos de Cessão:



- i) o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras; e
- ii) o Fornecedor deverá entregar a Autorização de Cessão, em que declarará, adicionalmente, que o Fornecedor encontra-se adimplente com suas obrigações referentes a todos os contratos em vigor celebrados entre o Fornecedor e a Petrobras.

12.2 Em cada cessão de Direito Creditório Não-performado em que o Fornecedor não tenha CRCC, o Fundo deverá reter 10% (dez por cento) do respectivo preço de cessão do Direito Creditório, para formação da Reserva de Performance.

12.2.1 Os Outros Ativos segregados na Reserva de Performance deverão ser utilizados somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor ou do recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver; e/ou (ii) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo Contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo.

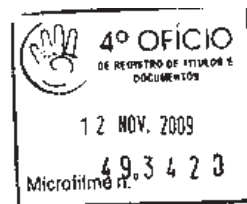
12.2.2 Por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor, ou em caso de recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver, o Fundo pagará ao Fornecedor quantia correspondente ao valor retido, remunerado pela Taxa DI incidente *pro rata temporis* desde a data de aquisição do Direito Creditório pelo Fundo até a data do pagamento do valor retido ao Fornecedor.

12.3 As Condições de Cessão dispostas no item 12.1 acima não consubstanciam Critérios de Elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante, devendo ser verificados pela Gestora.

12.4 Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos Critérios de Elegibilidade ou Condições de Cessão acima descritos após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra a Instituição

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





Administradora ou o Custodiante, salvo na existência de comprovada má-fé ou dolo das partes.

12.5 Uma vez selecionados os Direitos Creditórios que o Fundo pretende adquirir, será formalizada a sua cessão, incluindo todos seus acessórios, através do Contrato de Cessão, a ser celebrado entre o Fornecedor e o Fundo e que previrá, no mínimo:

- i) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios;
- ii) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre o Direito Creditório;
- iii) que a assinatura do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, e conseqüente cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com terceiros;
- iv) que é vedado o recebimento pelo Fornecedor de quaisquer quantias de titularidade do Fundo e que, caso haja recebimento pelo Fornecedor, este as receberá na condição de fiel depositário e deverá transferi-las ao Fundo em 1 (um) dia útil; e
- v) que o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão serão registrados nas sedes dos Fornecedores e do Fundo, cabendo o custo de ambos os registros aos Fornecedores, sendo o valor referente ao registro do Contrato de Cessão na sede do Fundo debitado por ocasião do efetivo pagamento aos Fornecedores.

12.6 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM nº 356/01, as características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo estão descritas no Anexo III deste Regulamento. Tais características não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios, podendo alterar-se a qualquer tempo, mediante aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas.

13. FATORES DE RISCO

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
24 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





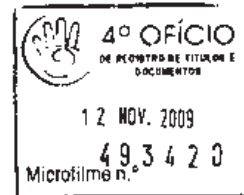
13.1 A carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente esta cláusula. A Instituição Administradora, o Custodiante, a Gestora, os Fornecedores e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo:

13.2 Risco de Mercado

13.2.1 *Flutuação de Preços dos Ativos* – Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

13.2.2 *Descasamento de Taxas* – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de (i) aumento substancial da Taxa DI; e/ou (ii) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

13.3 Risco de Crédito



13.3.1 *Fatores Macroeconômicos* – O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras e cuja exigibilidade dependerá da performance dos Fornecedores. A solvência da Petrobras e a performance dos Fornecedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc., bem como a decisões ou políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais, o que poderá afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

13.3.2 *Cobrança Judicial e Extrajudicial* – No caso de a Petrobras inadimplir as obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

13.4 Risco de Liquidez

13.4.1 *Fundo Fechado e Mercado Secundário* – O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas só poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, do término do prazo de duração da Série ou Classe Especial ou por decisão da Assembleia Geral de Cotistas. Assim, caso o Cotista, por qualquer motivo, decida alienar suas cotas, antes de encerrado referido prazo, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

13.4.2 *Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios* – O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra



e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

13.4.3 *Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo* - O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 23 do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível da Petrobras. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pela Petrobras das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

13.5 Risco Proveniente do Uso de Derivativos

13.5.1 *Oscilações no Patrimônio do Fundo* - A Instituição Administradora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas, bem como aplicar recursos do Fundo em fundos de investimento que admitam em sua política de investimento o uso de derivativos para fins de *hedge*. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo, ou pelos fundos de investimento em que aplicar seus recursos, no mercado de derivativos pode ocasionar variações no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas.

13.6 Riscos Específicos

13.6.1 Riscos Operacionais

27 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





13.6.1.2 *Falhas do Agente de Recebimento* – A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do Agente de Recebimento. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo e aos Fornecedores. Assim, qualquer falha de procedimento do Agente de Recebimento poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.

13.6.1.3 *Guarda dos Documentos Comprobatórios* A guarda dos Documentos Comprobatórios ficará a cargo dos Fornecedores, na qualidade de fiéis depositários. Ainda que o Custodiante mantenha cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, da Autorização de Cessão, do CRCC e do BAD do Fornecedor, a guarda dos Documentos Comprobatórios pelos Fornecedores pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos Creditórios e a sua cobrança.

13.6.1.4 *Verificação do lastro dos Direitos Creditórios* – o Custodiante fará a verificação periódica do lastro dos Direitos Creditórios por meio da análise de cópias autenticadas dos Documentos Comprobatório, do CRCC e do BAD do Fornecedor, e da versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos Creditórios, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias autenticadas dos Documentos Comprobatórios, do CRCC e do BAD para a verificação do lastro dos Direitos Creditórios não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

13.6.2 Risco dos Originadores

13.6.2.1 *Inadimplemento dos Contratos* - Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhum poderá exigir do outro o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Deste modo, caso o Fornecedor, por qualquer motivo, deixe de cumprir suas obrigações contraidas no Contrato, a Petrobras poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos Creditórios, comprometendo o fluxo de caixa



esperado do Fundo e prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas.

13.6.3 Risco de Descontinuidade

13.6.3.1 *Liquidação Antecipada* - O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto neste Regulamento. A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao pagamento pela Petrobras das parcelas dos Direitos Creditórios; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas.

13.6.4 Outros

13.6.4.1 *Intervenção ou Liquidação do Custodiante* – O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.2 *Intervenção ou Liquidação do Agente de Recebimento* – Os recursos oriundos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo serão pagos pela Petrobras na Conta de Recebimento mantida junto ao Agente de Recebimento. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados e transferidos ao Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.3 *Redução das Cotas Subordinadas*– O Fundo terá relação mínima admitida entre o seu PL e o valor das Cotas Seniores de 125% (cento e vinte e cinco por cento). A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com



os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores, assim como as Cotas Subordinadas de Classe Júnior arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Subordinadas de Classe Especial. Por diversos motivos, tais como inadimplência da Petrobras e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas, incluindo as Cotas Subordinadas de Classe Especial, poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

13.6.4.4 *Risco de Concentração* – A totalidade dos Direitos Creditórios será devida pela Petrobras. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Fornecedores, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.5 *Alteração do Regulamento* O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

13.6.4.6 *Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas* - Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, fica consignado que a Instituição Administradora e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não proposição ou prosseguimento de medidas judiciais ou



extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas poderão ser afetados negativamente.

13.6.4.7 *Invalidade da constituição dos Direitos Creditórios* - Diversos fatos podem tornar nulos ou anuláveis os Contratos que deram origem aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A assinatura de Contrato por pessoa que não tenha poderes para representar o Fornecedor ou a Petrobras, a existência de cláusulas impeditivas da cessão no próprio Contrato ou a não observância, por parte da Petrobras, dos requisitos legais para contratação de determinado Fornecedor são exemplos de tais fatos. A identificação de quaisquer deles podem afetar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

13.6.4.8 *Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios*. Com relação ao Fornecedor, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Fornecedor estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Fornecedor fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real;
- iii) fraude à execução fiscal, se o Fornecedor, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal; e
- iv) fraude falimentar, caso a cessão tenha sido realizada com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o Fornecedor e terceiro, e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida, e desde que não seja aplicado pelo juízo competente o disposto no § 1º do artigo 136 da Lei de Falências.

31 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





14. COTAS DO FUNDO

14.1 As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do prazo da respectiva Série ou Classe Especial, ou ainda por decisão da Assembleia Geral.

14.1.1 As Cotas serão divididas em Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

14.1.2 As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries e as Cotas Subordinadas serão divididas em (i) uma Classe Júnior e (ii) Classes Especiais, a critério da Instituição Administradora e de acordo com o disposto neste Regulamento, cujas datas e valores de amortização, resgate e remuneração serão definidos nos respectivos Suplementos, conforme modelos previstos no Anexo IV deste Regulamento, aplicável às Séries de Cotas Seniores, e no Anexo V deste Regulamento, aplicável às Classes Especiais de Cotas Subordinadas, que, uma vez assinados pela Instituição Administradora, passam a ser parte integrante do presente Regulamento.

14.2 Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, independentemente da classe. Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que (i) seja observada a proporção mínima de 20% (vinte por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas em circulação, se houver.

14.2.1 A Relação Mínima admitida é de 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo que a diferença do PL do Fundo é representada por Cotas Subordinadas. A Classe Júnior deverá, isoladamente, representar, no mínimo, 10% (dez por cento) do PL, assim como as Classes Especiais em conjunto. Essa relação, incluindo a Relação Mínima, deve ser apurada pelo Custodiante e disponibilizada à Instituição Administradora todo dia útil.

14.3 As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial, a ser determinada pela Instituição Administradora. Na subscrição de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências.

32

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





14.4 As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas de Classe Especial serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – SF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Autorizado do adquirente das Cotas.

14.4.1 A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

14.4.2 É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas, a adesão do Cotista aos termos do presente Regulamento, por meio da assinatura do termo de adesão a este Regulamento, fornecido pela Instituição Administradora.

14.4.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

14.5 As Cotas só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

14.6 O valor mínimo de aplicação no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

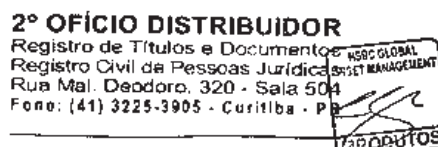
14.7 Somente Investidores Autorizados poderão adquirir as Cotas.

14.7.1 No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição responsável pela colocação assegurar a condição de Investidor Autorizado do subscritor das Cotas, independentemente da classe ou Série a qual pertença.

15. CLASSES DE COTAS

15.1 As Cotas serão seniores ou subordinadas.

33

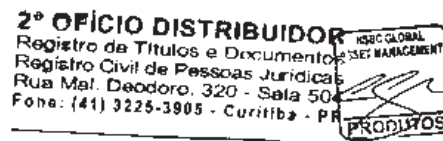




- 15.2 As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais às das Cotas Seniores.
- 15.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
- 15.4 As Cotas Subordinadas de Classe Especial são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e que poderão ter diferentes níveis de subordinação entre si, computando-se todas para efeito de cálculo da Relação Mínima. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas de Classe Especial após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e das demais Cotas Subordinadas de Classe Especial a que estiverem subordinadas, se for o caso.
- 15.5 As Cotas Subordinadas Classe Júnior são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior após a amortização e o resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial.

16. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

- 16.1 Independentemente da classe ou Série, as Cotas serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.
- 16.2 Todo dia útil, desde que o patrimônio do Fundo assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, percentual de variação da Taxa DI definido no respectivo Suplemento da Série, incidente sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da respectiva Série.
- 16.3 Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos





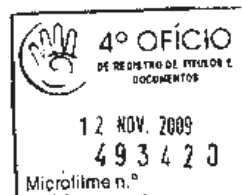
para as Cotas Seniores, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas de Classe Especial, obedecida a ordem de subordinação no recebimento de rendimentos da carteira do Fundo entre as Classes Especiais, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite estabelecido no Suplemento de cada Classe Especial.

16.4 Ainda todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Subordinadas de Classe Especial, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior, até o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas Classe Júnior.

16.5 O eventual valor excedente após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores e Subordinadas e após o provisionamento da Taxa de Performance conforme descrito no item 6.4.1 acima será atribuído, na forma prevista no item 16.5.1 abaixo, aos titulares de Cotas Subordinadas de Classe Especial e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo, proporcionalmente à participação de suas Cotas Subordinadas de Classe Especial e/ou Cotas Subordinadas Classe Júnior no PL.

16.5.1 O valor a ser atribuído aos titulares de Cotas Subordinadas de Classe Especial e de Cotas Subordinadas Classe Júnior nos termos do item anterior será provisionado diariamente em reserva especialmente constituída para este fim, após o provisionamento da Taxa de Performance, e será distribuído aos respectivos Cotistas semestralmente, na data de pagamento da Taxa de Performance, em moeda corrente nacional.

16.5.2 Caso a valorização dos ativos integrantes da carteira do Fundo não seja suficiente para que seja atingido o valor da remuneração-alvo das Cotas Seniores de cada Série, ou das Cotas Subordinadas de Classe Especial, ou das Cotas Subordinadas Classe Júnior, o valor provisionado nos termos do item anterior deverá ser incorporado ao valor das Cotas cuja remuneração-alvo não tenha sido atingida, obedecida a ordem de preferência entre as diferentes classes de Cotas e proporcionalmente a sua participação no PL, até que a



remuneração-alvo das Cotas de todas as Séries e classes seja atingida ou até que se esgote o valor provisionado.

16.6 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes existentes.

17. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

17.1 Decorrido o Prazo de Carência fixado no respectivo Suplemento, as Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas periodicamente, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização previstas no respectivo Suplemento, e serão resgatadas pelo Fundo no fim do prazo de duração da respectiva Série ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, de acordo com as condições previstas nos respectivos Suplementos, observado o disposto neste Regulamento.

17.1.1 A amortização periódica pelo Regime de Caixa das Cotas Seniores de cada Série será limitada, em cada Data de Amortização, ao Valor Máximo de Amortização.

17.1.2 O Valor Máximo de Amortização corresponderá, em cada Data de Amortização, à divisão do valor de cada Cota Sênior no dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização pelo número de amortizações programadas ainda não realizadas.

17.1.3 Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

17.2 As Cotas Subordinadas de Classe Especial serão amortizadas a critério da Instituição Administradora, pelo Regime de Caixa, em igualdade de condições para todas as Cotas Subordinadas de uma mesma Classe Especial, observadas as seguintes condições:

- i) quaisquer pagamentos relativos à Cotas Subordinadas de Classe Especial deverão ser efetuados até o 5º (quinto) dia útil subsequente à última Data de Amortização;



- ii) não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- iii) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas de Classe Especial, as Cotas Subordinadas de Classe Especial permaneçam representando, no mínimo, 10% (dez por cento) do PL; e
- iv) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas de Classe Especial, todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento, em especial os dispostos nas cláusulas 10 e 11, bem como a Reserva de Amortização e a Reserva de Pagamentos, permaneçam enquadrados.

17.3 As Cotas Subordinadas Classe Júnior serão amortizadas e/ou resgatadas exclusivamente após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial, ressalvado o pagamento previsto no item 16.5.1 acima.

17.4 Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista na cláusula 16 acima deste Regulamento, a Instituição Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo aos titulares de Cotas correspondentes (i) à amortização e/ou resgate de Cotas Seniores, conforme o respectivo Suplemento, (ii) à amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas de Classe Especial, conforme o disposto no item 17.2. acima deste Regulamento, e (iii) ao resgate de Cotas Subordinadas Classe Júnior, neste último caso, exclusivamente após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial.

17.4.1 A Instituição Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.

17.4.2 Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate.

17.4.3 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese



prevista na cláusula 25 abaixo, em Direitos Creditórios.

17.4.4 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um Dia Útil, a Instituição Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

17.4.5 A Instituição Administradora deverá constituir uma Reserva de Amortização para amortizações e resgates das Cotas Seniores de cada Série. Para tanto, a Gestora deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Creditórios ao cumprimento do cronograma do quadro abaixo:

NÚMERO DE DIAS ANTES DA DATA DE RESGATE OU DAS DATAS DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR DO RESGATE OU DOS VALORES MÁXIMOS DE AMORTIZAÇÃO
60	50%
30	100%

17.4.5.1 Havendo mais de uma Série emitida e ainda não resgatada, os recursos alocados na Reserva de Amortização serão segregados proporcionalmente à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

17.4.6 A Instituição Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos no item 17.4.5 acima quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos que integram a Reserva de Amortização, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do item 17.4.5 acima.

17.4.7 Quando da execução dos procedimentos definidos nesta cláusula, a Gestora deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Amortização exclusivamente em Outros Ativos com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

17.4.8 Os procedimentos descritos nesta cláusula não constituem promessa ou



garantia, por parte da Instituição Administradora e da Gestora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Instituição Administradora e pela Gestora.

17.4.9 Caso os montantes disponíveis na Reserva de Amortização deixem de atender ao disposto no item 17.4.5 acima, a Gestora deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização, informando este fato à Instituição Administradora.

17.5 Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista na cláusula 16 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo permita e haja disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas condições para amortização e resgate de uma ou mais séries específicas de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas de Classe Especial, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

18. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

18.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

18.2 A avaliação dos títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo será efetivada de acordo com o disposto na legislação aplicável e no Manual de Precificação de Ativos *Mark-to-Market* do HSBC, disponível para consulta em www.hsbc.com.br.

18.3 Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.



18.4 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas decorrentes de inadimplência dos Contratos.

18.4.1 O valor das provisões referidas no item anterior será calculado levando-se em conta o valor total dos Direitos Creditórios inadimplentes, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682/99, do CMN e o disposto no item 18.4.2 abaixo, exceto para os Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 (noventa) dias de seu vencimento, cujo valor será provisionado segundo a regra determinada no item seguinte.

18.4.1.1 Os Contratos que contenham quaisquer Direitos Creditórios vencidos e não pagos após 90 (noventa) dias do respectivo vencimento serão considerados perdas para o Fundo, sendo constituída a correspondente provisão de 100% (cem por cento) do respectivo valor.

18.4.2 Caso um Direito Creditório Performado seja inadimplido por culpa exclusiva da Petrobras, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cujo pagamento seja de responsabilidade da Petrobras. Por outro lado, caso Direito Creditório Não-performado seja inadimplido por culpa do Fornecedor, deverão ser objeto de provisão todos os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo cedidos pelo Fornecedor que cedeu o Direito Creditório Não-performado inadimplido.

18.4.3 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;
- ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;



- iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Autorizados; e
- iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordarão com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

18.4.4 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

18.4.5 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

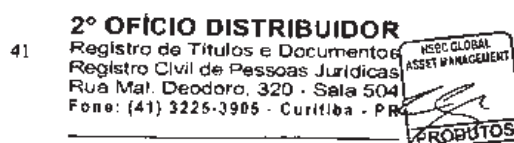
- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

18.5 As Cotas de cada classe ou Série do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil.

18.5.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- i) o resultado da divisão do PL pelo número de Cotas Seniores; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na cláusula 16 deste Regulamento.

18.5.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas de Classe Especial será o menor dos seguintes valores:





- i) o resultado da divisão do saldo apurado mediante subtração do valor das Cotas Seniores, apurado na forma do item anterior, do PL, pelo número de Cotas Subordinadas de Classe Especial; ou
- ii) o valor apurado conforme o método de cálculo descrito na cláusula 16 deste Regulamento.

18.5.3 O valor unitário das Cotas Subordinadas Classe Júnior será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas de Classe Especial, pelo número total de Cotas Subordinadas Classe Júnior, até o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.

18.5.4 Para efeitos de valorização, amortização e resgate de Cotas, será utilizado o valor da cota de abertura do dia da respectiva valorização, amortização ou resgate.

19. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

19.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor, encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;

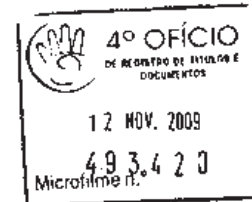


- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

19.2 Quaisquer despesas não previstas no item acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

19.3 A Instituição Administradora deverá manter a Reserva de Pagamento para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamento destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

19.4 A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Outros Ativos na Reserva de Pagamento observando que, até o 30º (trigésimo) dia útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, projetado até tal data de



pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

19.4.1 Na hipótese de a Reserva de Pagamento deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, a Gestora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e comunicar a Instituição Administradora para que esta destine todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. A Instituição Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Instituição Administradora para a referida despesa ou encargo.

20. ASSEMBLÉIA GERAL

20.1 É da competência privativa da Assembléia Geral:

- i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as suas demonstrações financeiras;
- ii) alterar o presente Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco;
- iv) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos Cotistas;
- v) deliberar sobre a realização de aditamentos aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;



- vi) deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas;
- vii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- viii) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; e
- ix) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos deste Regulamento.

20.1.1 O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de Assembleia Geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

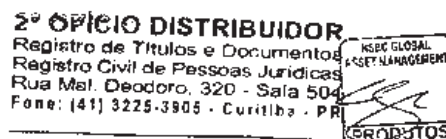
20.1.2 A Taxa de Administração a ser percebida pela Instituição Administradora não poderá ser reduzida por determinação da Assembleia Geral sem o expresse consentimento da Instituição Administradora.

20.1.3 A Assembleia Geral deverá deliberar, no prazo máximo de 6 (seis) meses antes da data de resgate de qualquer Série de Cotas Seniores em circulação, sobre a prorrogação do prazo da referida Série por período não superior ao do prazo original.

20.2 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

20.2.1 Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;





- ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, Gestora ou Custodiante, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- iii) não exercer cargo em Fornecedores cedentes de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

20.3 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora, da Gestora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

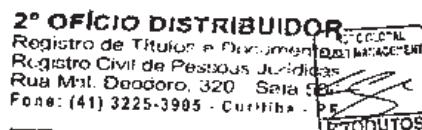
20.4 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico indicado no item 22.1 abaixo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, na qual devem constar dia, hora e local de realização da Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

20.4.1 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado do prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

20.4.2 Não se realizando a Assembléia Geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

20.4.3 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

20.4.4 Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no estabelecimento principal da Instituição Administradora, na Cidade de São Paulo; quando se efetuar em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade do estabelecimento principal da Instituição Administradora.





20.4.5 Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

20.5 Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

20.5.1 A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, observado o disposto no item 20.5.3 abaixo.

20.5.2 As deliberações relativas às matérias previstas no item 20.1 (iii), (vii) e (viii) acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

20.5.3 Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto da classe afetada, sendo tomados em apartado os votos de cada classe afetada, as deliberações referentes a:

- i) substituição de qualquer dos prestadores de serviço do Fundo;
- ii) alteração:
 - a) da política de investimento;
 - b) dos Critérios de Elegibilidade;
 - c) das Condições de Cessão;
 - d) dos direitos políticos atribuídos aos Cotistas;
 - e) dos parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;



- f) das Taxas de Administração e Performance;
- g) cronograma de amortização das Cotas;
- h) das condições de formação e re-enquadramento da Reserva de Pagamento; e
- i) metodologia de avaliação dos ativos do Fundos e das Cotas de cada classe;
ou
- iii) cobrança de outras taxas.

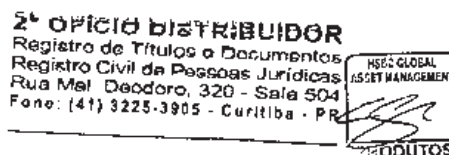
20.5.4 Estão subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas com direito a voto, as deliberações referentes a:

- i) Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada do Fundo;
- ii) aporte de recursos adicionais pelo Cotistas; e
- iii) nomeação de representantes dos Cotistas.

20.5.5 As deliberações das Assembléias Gerais decorrentes de Eventos de Avaliação e Liquidação serão consideradas válidas, independente das matérias votadas não terem sido previstas na convocação, desde que estritamente relacionadas aos referidos eventos e/ou a medidas entendidas necessárias em decorrência de referidos eventos.

20.5.6 Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

20.5.7 Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados, resguardado o direito dos fundos de investimento e carteiras administrados pela Instituição Administradora e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.





20.6 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

20.6.1 A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico indicado no item 22.1 abaixo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

20.7 As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- ii) cópia da ata da Assembleia Geral; e
- iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

21. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

21.1 A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

21.2 A Instituição Administradora deverá informar à CVM a data da primeira integralização de Cotas do Fundo e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

21.3 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, e (ii) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.



21.3.1 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

21.4 A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do PL; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e, se houver, (v) os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

21.5 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, directa ou indirectamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

21.6 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

21.7 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

50

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Rua Mel. Deodoro, 320 - Sala 50

Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

PRODUTOS



- ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

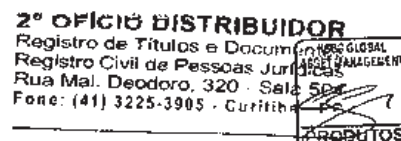
21.8 A Instituição Administradora deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia após o encerramento do mês anterior, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- i) saldo das aplicações;
- ii) valor do PL;
- iii) rentabilidade apurada no período;
- iv) valor e quantidade das Cotas de cada classe;
- v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- vii) número de Cotistas.

21.9 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- i) alteração deste Regulamento;
- ii) substituição da Instituição Administradora;
- iii) incorporação;

51





- iv) fusão;
- v) cisão; e
- vi) liquidação.

21.10 Para os fins deste Regulamento, exceto quando expresso de maneira diversa, entende-se por dia útil qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou nas Cidades de São Paulo e Curitiba. Quando um prazo contados em dias previsto neste Regulamento não vir acompanhado da indicação da contagem em dias úteis, deverá ser entendido como dias corridos.

22. PUBLICAÇÕES

22.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas no jornal Valor Econômico, edição nacional.

22.2 A Instituição Administradora deve fazer as publicações previstas neste Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas, por um dos seguintes meios, a critério da Instituição Administradora: (i) carta com aviso de recebimento endereçada aos Cotistas pela Instituição Administradora, ou (ii) publicação de anúncio neste sentido no periódico a ser substituído.

23. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

23.1 O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento ou sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembléia Geral especialmente convocada para tal fim, nos termos da cláusula 20 acima.

23.1.1 Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração do presente Regulamento ou dos Documentos do Fundo, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembléia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:



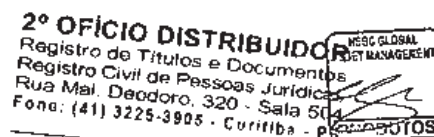
- i) não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- ii) rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer classe, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- iii) renúncia da Instituição Administradora;
- iv) a inobservância pela Instituição Administradora e/ou Gestora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora e/ou Gestora, conforme o caso, não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- v) inobservância pelo Custodiante e/ou pelo Agente de Recebimento dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento, desde que, se notificado pela Instituição Administradora, pela Gestora ou pelos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante e/ou o Agente de Recebimento não o fizer no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- vii) amortização de Cotas Seniores ou Subordinadas de Classe Especial em desacordo com o disposto neste Regulamento e no respectivo Suplemento, bem como amortização de Cotas Subordinadas Classe Júnior em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- viii) rescisão do contrato de prestação de serviços de custódia de ativos e de escrituração das Cotas, se houver, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios, se houver;



- ix) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- x) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamento e (a) tal evento não seja sanado em 5 (cinco) dias úteis ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos neste Regulamento no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- xi) renúncia do Custodiante e/ou do Agente de Recebimento;
- xii) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- xiii) constatação, pela Instituição Administradora ou pelo Custodiante, de que algum Fornecedor cedeu ao Fundo Direitos Creditórios onerados, gravados ou sem lastro;
- xiv) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembleia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no presente item;
- xv) caso haja qualquer modificação substancial nos critérios de cadastramento de Fornecedores e de avaliação do seu desempenho pela Petrobras que se tome de conhecimento da Instituição Administradora;
- xvi) na ocorrência de quaisquer outros eventos que, a exclusivo critério da Instituição Administradora, devam constituir um Evento de Avaliação; ou
- xvii) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantida pelo Fundo for superior a 5% (cinco por cento) do total de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

23.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora suspenderá imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, bem como interromperá o pagamento de amortizações de Cotas Subordinadas.

54





23.2 Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos de liquidação do Fundo, de acordo com a presente cláusula.

23.3 Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada:

- i) decretação de falência ou recuperação judicial da Petrobras ou falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, Instituição Administradora ou Gestora sem a sua efetiva substituição nos termos deste Regulamento;
- ii) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim;
- iii) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- iv) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- v) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- vi) renúncia da Instituição Administradora ou do Custodiante com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento; ou
- viii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada.



23.4 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora deverá (i) informar o Custodiante por meio de correio eletrônico com aviso de recebimento para que interrompa imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Cotistas, (iii) suspender imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; e (iv) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no item 23.6 abaixo. A Instituição Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

23.5 Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

23.6 Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme a cláusula 18 acima, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

23.6.1 O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas de Classe Especial, conforme a respectiva quantidade de Cotas Subordinadas de Classe Especial de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas, obedecida a ordem de subordinação entre as diferentes Classes Especiais, se for o caso.

23.6.2 Se ainda houver excedente, após os pagamentos mencionados nos itens 23.6 e 23.6.1 acima, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

23.6.3 O total do eventual excedente será distribuído da seguinte forma:



- i) 80% (oitenta por cento) do valor excedente será dividido entre as Cotas Subordinadas, sendo que (a) 40% (quarenta por cento) do valor excedente será dividido pelo número de Cotas Subordinadas de Classe Especial emitidas e ainda não resgatadas e incorporado ao valor de cada uma delas, e (b) os demais 40% (quarenta por cento) do valor excedente serão divididos pelo número de Cotas Subordinadas Classe Júnior emitidas e ainda não resgatadas e incorporado ao valor de cada uma delas, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior; e
- ii) os 20% (vinte por cento) restantes do valor excedente serão atribuído à Gestora a título de Taxa de Performance, exceto na hipótese de a Gestora ter concorrido com culpa ou dolo para a liquidação do Fundo.

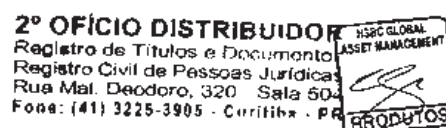
23.6.4 Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos da cláusula 18 acima, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, observados os procedimentos descritos na cláusula 25 abaixo.

23.7 A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

23.8 A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observando as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral.

24. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS

24.1 Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização classe de Cotas especificamente emitida para este fim, a ser





subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

24.2 Todos os custos e despesas referidos nesta cláusula serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas em circulação, não estando a Instituição Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

24.3 A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos desta cláusula, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da totalidade das Cotas reunidos na Assembleia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta cláusula, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva classe ou Série de Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

24.4 Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta cláusula e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

24.5 A Instituição Administradora e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas em decorrência da não proposição ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.



24.6 Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

25. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

25.1 Para efeito do disposto no item 23.6.4 acima, a dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas deverá seguir os procedimentos previstos na presente cláusula. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate das Cotas Subordinadas de Classe Especial, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. Feito o resgate das Cotas Subordinadas de Classe Especial, e havendo saldo de ativos remanescente na carteira do Fundo, será realizado o resgate das Cotas Subordinadas Classe Júnior. A dação em pagamento de Direitos Creditórios prevista no presente item será formalizada por meio da celebração de instrumento de dação em pagamento entre o Fundo e cada um dos Cotistas, conforme o modelo previsto no Anexo VI do presente Regulamento.

25.2 Para fins do disposto nesta cláusula, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas de Classe Especial e de Cotas Subordinadas Classe Júnior, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida no item 23.6.4 acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avenças assegurando (i) a contratação do Custodiante para agir como Agente de Recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a

59 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR





necessidade de autorização da Petrobras para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas de Classe Especial e/ou de Cotas Subordinadas Classe Júnior, e, aos condôminos que detinham Cotas Subordinadas de Classe Especial, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos condôminos que foram titulares de Cotas Subordinadas Classe Júnior.

25.3 Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior e ratificar a contratação do Agente de Recebimento acima prevista. Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista Sênior que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

25.4 O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

25.5 Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido do item 25.2 acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionado à obtenção de autorização da Petrobras para a transferência dos Direitos Creditórios, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

26. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS



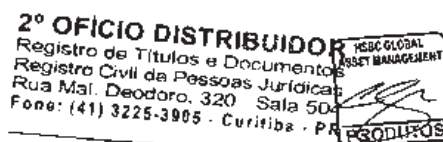
26.1 A partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) formação da Reserva de Pagamento e da Reserva de Amortização;
- iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- iv) pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, observada a obrigatoriedade de formação da Reserva de Performance, quando for o caso;
- v) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas de Classe Especial, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento;
- vi) amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e
- vii) pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso.

26.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;

61





- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas de Classe Especial, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento;
- iv) na amortização de Cotas Subordinadas Classe Júnior, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e
- v) eventual excedente será distribuído entre os Cotistas e a Gestora na forma do item 23.6.3 acima.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições do COSIF, sendo auditadas pelo Auditor de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

27.2 O Fundo terá escrituração contábil própria.

27.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

27.4 Fica eleito o foro da Comarca do Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Curitiba, 10 de novembro de 2009.

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Luiz Roberto de Oliveira

Matr. 4466967

Por:

Luiz Garcia Escorcio
Matr. 3076377

62

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Cargo:

Cargo

(Esta lauda é integrante e inseparável do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores
Petrobrás BR2 – Industrial e Serviços constante do Anexo ao 1.042º Ato do Diretor Responsável pela Gestão e
Supervisão de Recursos de Terceiros)



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
63 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

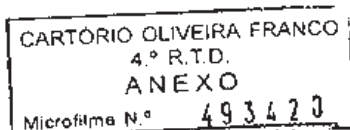


ANEXO I

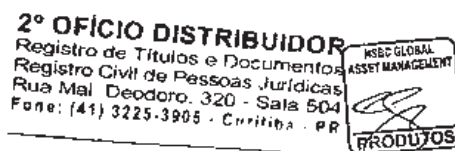
Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços"

GLOSSÁRIO

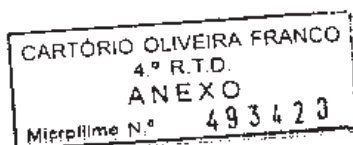
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bela Cintra, nº 904, 4º andar, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 01.813.375.0001-33
Agente de Recebimento	HSBC
Assembléia Geral	Assembléia geral de Cotistas do Fundo
Auditor	KPMG Auditores Independentes Ltda.
Autorização de Cessão	"Autorização de Cessão de Direitos Creditórios" emitida pela Petrobras, cujo modelo é anexo do Contrato de Cessão
Bacen	Banco Central do Brasil
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho elaborado trimestralmente pela Petrobras para cada Contrato em vigor. Por meio deste documento, o funcionário da Petrobras responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato atribui uma nota ao Fornecedor
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos



64



Classe Especial	Classes especiais de Cotas Subordinadas emitidas nos termos deste Regulamento
Classe Júnior	Classe de Cotas Subordinadas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Conta de Recebimento	Conta reserva de titularidade do Custodiante na qual deverão ser depositados e/ou transferidos pela Petrobras os recursos decorrentes do pagamento de parcelas de Contrato que contenham Direitos Creditórios cedidos ao Fundo
Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre o Fornecedor e a Petrobras, cujos Direitos Creditórios tenham sido adquiridos pelo Fundo de acordo com os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão
Contrato de Cessão	Contrato com cláusulas padronizadas celebrado entre o Fundo e cada Fornecedor,



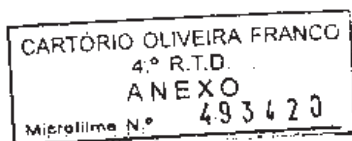
65

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



com interveniência e anuência do Gestor e do Custodiante, por meio do qual estes últimos comprometem-se a entregar Direitos Creditórios ao Fundo, em contrapartida do pagamento do preço de cessão, e cujo modelo integra o presente Regulamento como seu Anexo VII

COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores como os titulares de Cotas Subordinadas
Cotas	Significa, em conjunto, as Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo
Cotas Subordinadas	São, em conjunto, as Cotas Subordinadas Classe de Classe Especial e as Cotas Subordinadas Classe Júnior
Cotas Subordinadas Classe Júnior	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas de Classe Especial para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo

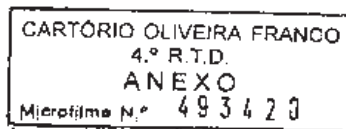


66

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Cotas Subordinadas de Classe Especial	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas Classe Júnior. Sendo emitida mais de uma Classe Especial, as Cotas Subordinadas de Classe Especial podem se subordinar ou não, para tais efeitos, a Cotas Subordinadas de outras Classes Especiais
CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor dos Fornecedores
Crêterios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos na cláusula 11 deste Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante
Custodiante	HSBC
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	Cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações periódicas das Cotas Seniores de cada Série, conforme fixadas no Suplemento de cada Série
Data de Subscrição Inicial	Data a partir do qual as Cotas representativas do patrimônio do Fundo emitidas serão subscritas e integralizadas, a ser determinada

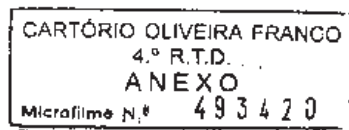


67

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 Sala 504
 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



	pela Instituição Administradora
Direitos Creditórios	Significa cada prestação devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços e /ou contrato de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, adquirido ou passível de aquisição pelo Fundo
Direito Creditório Não-performado	Significa um Direito Creditório cuja prestação ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, pelo Fornecedor, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato
Direito Creditório Performado	Significa um Direito Creditório cuja prestação é exigível da Petrobras em decorrência da entrega de bem ou serviço objeto do respectivo Contrato, pelo Fornecedor
Documentos Comprobatórios	Toda a documentação que formaliza os Contratos que dão origem a Direitos Creditórios, da qual o Custodiante manterá cópia autenticada
Documentos do Fundo	Significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, o Contrato de Cessão, os Termos de Cessão e a Autorização de Cessão
Eventos de Avaliação	Eventos que, caso ocorrerem, ensejarão



68 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3965 - Curitiba - PR



convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação Antecipada; ou (ii) a alteração dos Documentos do Fundo, listados no item 23.1.1 deste Regulamento

Eventos de Liquidação Antecipada

Eventos definidos no item 23.3 do Regulamento, que ensejam a liquidação antecipada do Fundo

FGC

Fundo Garantidor de Créditos

Fornecedor

Pessoa jurídica que tenha celebrado com a Petrobras contrato de prestação de serviços, de compra e venda e/ou de fornecimento de bens

Fundo

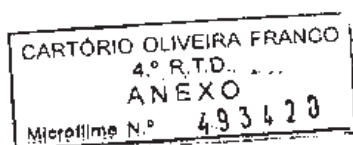
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços

Gestora

BI Capital Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Benedito, 634, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.449.499/0001-32, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 7981 a prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento

HSBC

HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, ou sua sucessora

Investidor Autorizado

São os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas

Instituição Administradora

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, ou sua sucessora

Lei de Falências

Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005

Outros Ativos

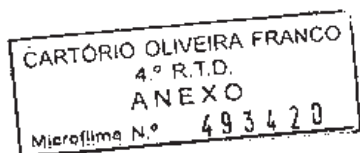
Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional

Petrobras

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas

PL

Valor do patrimônio líquido do Fundo



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

70



Prazo de Carência

Significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações de cada Série, pelo Regime de Caixa, definido no respectivo Suplemento

Regime de Caixa

Significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, quando do pagamento dos Direitos Creditórios e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo

Relação Mínima

Relação mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores, equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento)

Reserva de Amortização

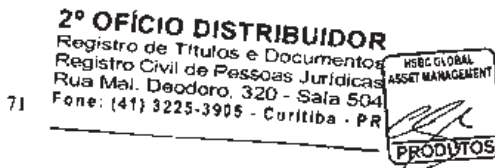
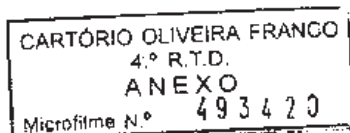
Reserva para o pagamento das amortizações e resgate das Cotas Seniores, constituída de acordo com a cláusula 17 deste Regulamento

Reserva de Pagamento

Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo

Reserva de Performance

Reserva de Outros Ativos utilizada somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem ou serviço prestado pelo Fornecedor; e/ou (ii) para absorção de perdas



ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo Contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo

Seguradora Autorizada

Sociedade devidamente habilitada a operar com seguros cuja contratação seja autorizada pela Instituição Administradora e seja ratificada pela Agência Classificadora de Risco sem que implique no rebaixamento de qualquer classificação de risco das Cotas

SELIC

Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Série

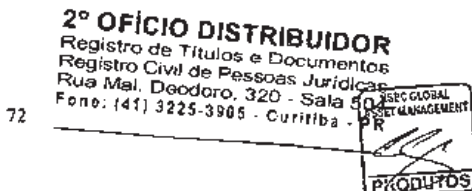
Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento

Suplemento

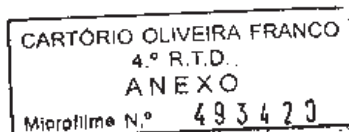
Documento cujos modelos constam do Anexo IV e do Anexo V deste Regulamento, que define as condições de amortização, remuneração e resgate de cada Série e de cada Classe Especial e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, constituirá parte integrante deste Regulamento

Taxa de Administração

Valor a ser pago pelo Fundo à Instituição Administradora como contrapartida pelos serviços de administração por ela prestados



Taxa de Performance	Corresponde a 20% (vinte por cento) do valor excedente após a distribuição dos rendimentos às Cotas Subordinadas Classe Júnior previstos no item 16.4 deste Regulamento
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Termo de Cessão	Instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Fornecedor ao Fundo, nos termos do respectivo do Contrato de Cessão
Valor Máximo de Amortização	Valor máximo fixado no Suplemento de cada Série que poderá ser pago a cada um dos titulares de Cotas Seniores da respectiva Série, observado o Regime de Caixa, por ocasião de cada Data de Amortização



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



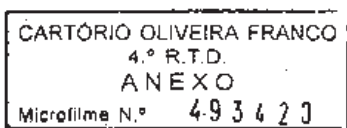
73

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços"

CONDIÇÕES MÍNIMAS DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO

1. As respectivas apólices de seguros, na modalidade seguro garantia, quando exigidas pelo Regulamento, deverão refletir, no mínimo, a previsão dos seguintes procedimentos e condições:
2. Procedimentos em caso de sinistro:
 - i) em até 3 dias das datas previstas para a entrega do produto e/ou prestação dos serviços pelo Fornecedor, a Instituição Administradora notificará em nome do Fundo, por escrito, o Fornecedor para verificar se tal obrigação será cumprida;
 - ii) caso a Instituição Administradora não tenha recebido evidências de que o produto foi entregue e/ou o serviço foi prestado, ele notificará por escrito a Seguradora Autorizada;
 - iii) mediante o recebimento da notificação da Instituição Administradora, a Seguradora:
 - a) irá adiantar para o Fundo o valor da indenização devida ao Fundo, nos termos da respectiva apólice, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da mencionada notificação; neste caso, o Fundo terá o dever de devolver quaisquer valores eventualmente adiantados à Seguradora Autorizada caso esta comprove que o sinistro não ocorreu efetivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar de solicitação neste sentido enviada pela seguradora;



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 100
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba

74



- b) negar o cumprimento da obrigação segurada se ficar comprovado documentalmente que o Fornecedor entregou o produto ou prestou o serviço de forma integral; ou
 - c) se ficar comprovado o descumprimento da obrigação garantida pelo seguro, pagar a indenização ao Fundo, se sub-rogando nos direitos deste perante o respectiva Fornecedor;
- iv) nas hipóteses previstas acima, caberá à Seguradora Autorizada tomar todas as medidas cabíveis perante o Fornecedor ou qualquer terceiro para certificar-se de que o sinistro efetivamente ocorreu.
3. Eventos de exclusão do seguro admitidos:
- i) na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - ii) atos ilícitos praticados pelo Fundo e/ou Petrobras que impeçam o cumprimento da obrigação garantida pelo seguro garantia;
 - iii) descumprimento das obrigações do Fornecedor em decorrência de atos ou fatos de responsabilidade do Fundo e/ou Petrobras; ou
 - iv) alteração ou modificação das obrigações contratuais garantidas pela apólice, que tenham sido acordadas entre Petrobras e Fornecedor, sem prévia anuência da Seguradora Autorizada, exceto no caso de prorrogação do prazo de entrega do produto e/ou da prestação de serviços objeto da garantia.

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493423

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

75

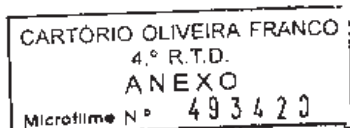
ASAC GLOBAL
ASSET MANAGEMENT
EXCERPTOS

ANEXO III

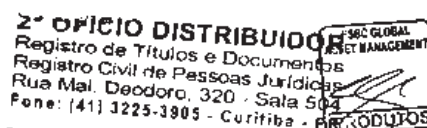
Este Anexo III é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços"

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS A SEREM ADQUIRIDOS PELO FUNDO

1. Os Direitos Creditórios que poderão ser adquiridos pelo Fundo são originados de contratos de prestação de serviços e /ou de compra e venda mercantil ou fornecimento de bens celebrados entre a Petrobras e os Fornecedores. Tais bens e serviços têm natureza variada, estendendo-se desde a limpeza de unidades da Petrobras até a compra de maquinário pesado. Dada a diversidade dos Contratos e respectivos Fornecedores, não há uma política de concessão de crédito dos Fornecedores pré-definida.
2. Por outro lado, o regulamento que estabelece procedimento licitatório simplificado aplicável à Petrobras, anexo ao Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998, e o Manual de Procedimentos Contratuais da Petrobras estabelecem que esta deve manter cadastro de Fornecedores, com a finalidade de permitir a avaliação prévia de empresas que desejem participar de suas contratações.
3. O cadastro completo do Fornecedor no cadastro corporativo da Petrobras contém as seguintes informações: (i) dados do Fornecedor; (ii) famílias de materiais e/ou de serviços que o Fornecedor está habilitado a fornecer à Petrobras; (iii) resultados das avaliações da situação econômico-financeira; (iv) resultados das avaliações da capacidade técnica; (v) resultados das avaliações dos critérios de segurança, meio ambiente e saúde; (vi) requisitos técnicos atendido; (vii) resultados das avaliações dos critérios gerencial/responsabilidade social; (viii) ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da *performance* do produto fornecido ou do serviço prestado; (ix) tipos de inspeção de fabricação para os materiais que requerem qualificação técnica; e (x) avaliações de desempenho do Fornecedor nas suas relações com a Petrobras.
4. Uma vez celebrado Contrato com Fornecedor, a Petrobras define um



76



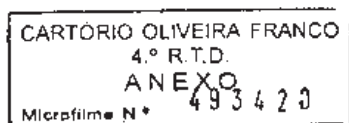
domicílio bancário no qual deverão ser efetuados todos os pagamentos relativos ao referido Contrato. Quando da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Petrobras alterará referido domicílio para uma Conta de Recebimento de titularidade do Custodiante, na qualidade de Agente de Recebimento, na qual deverá efetuar seus pagamentos após a medição e recebimento dos serviços e/ou bens contratados com o Fornecedor. O Custodiante, na qualidade de Agente de Recebimento, efetuará a conciliação dos valores devidos ao Fundo e ao respectivo Fornecedor, devendo transferir ao Fundo, em até 1 (um) dia útil, o valor correspondente aos Direitos Creditórios do Fundo devidamente pago pela Petrobras.

5. Caso a Petrobras não efetue o pagamento na data prevista no respectivo Contrato, o Custodiante deverá imediatamente informar a Gestora, para que esta notifique em até 1 (um) dia útil o respectivo Fornecedor e a Petrobras solicitando esclarecimentos e constituindo o devedor em mora. Na hipótese de o inadimplemento se referir a Direitos Creditórios Não-performados que estejam segurados, a Gestora deverá informar tal fato a Instituição Administradora que, por sua vez, deverá tomar as providências cabíveis em relação à respectiva Seguradora Autorizada, conforme descrito no Anexo II deste Regulamento.

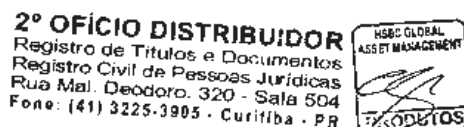
6. Caso em até 5 (cinco) dias úteis o Fornecedor ou a Petrobras não prestem esclarecimentos satisfatórios, a Gestora deverá levar a protesto os eventuais títulos de crédito que amparem os Direitos Creditórios.

7. Em todo o caso, após o prazo referido no item anterior, a Gestora deverá iniciar os procedimentos de cobrança extrajudicial da Petrobras, do Fornecedor ou da Seguradora Autorizada, conforme o caso.

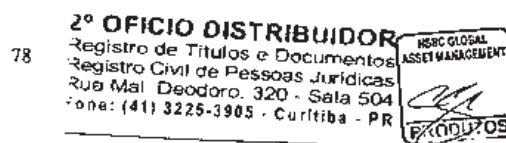
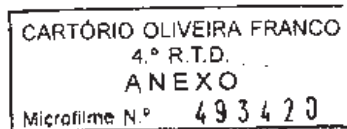
8. Caso o não pagamento não tenha sido justificado ou a Gestora não tenha celebrado acordo com a respectiva parte inadimplente no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do vencimento do Direito Creditório, a Gestora poderá iniciar, por si ou por terceiros por ela contratados, a cobrança judicial dos Direitos Creditórios, podendo iniciar tal procedimento em prazo inferior sempre que assim julgar necessário para a preservação dos interesses do Fundo.



77



9. A celebração de acordos pela Gestora com a respectiva parte inadimplente deve ser previamente ratificada pela Instituição Administradora.



ANEXO IV

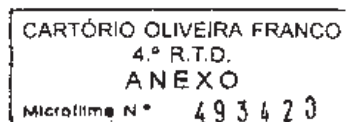
Este Anexo IV é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços"

MODELO DE SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES

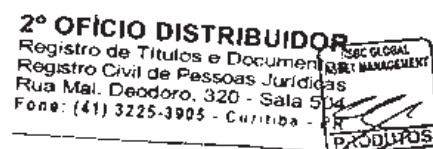
"SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES"

1. Número deste Suplemento:			
2. Número desta Série de Cotas Seniores			"
3. Valor unitário das Cotas Seniores desta Série			R\$
4. Limite mínimo de Cotas Seniores a ser emitido			
5. Limite máximo de Cotas Seniores a ser emitido			
6. Proporção mínima de Cotas Subordinadas em relação ao PL			%
7. Remuneração desta Série			% da Taxa DI
8. Prazos desta Série	8.1	Prazo de duração	anos
	8.2	Prazo de Carência	meses

9. O presente documento constitui o suplemento com o número indicado no item 1 acima ("Suplemento") referente à Série de Cotas Seniores indicada no item 2 acima ("Presente Série") emitida nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços", registrado sob o nº 481.414 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81 e administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89 ("Instituição Administradora").



79



10. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores com o valor unitário indicado no item 3 acima na data da primeira subscrição de cotas da Presente Série ("Data de Subscrição Inicial"). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Seniores da Presente Série a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no Regulamento e (i) o limite máximo de Cotas Seniores da Presente Série indicado no item 5 acima e o número mínimo indicado no item 4 acima de Cotas Seniores da Presente Série; e (ii) a proporção mínima indicada no item 6 acima de Cotas Subordinadas sobre o total de Cotas emitido.

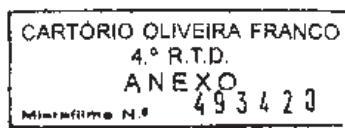
11. Na subscrição de Cotas Seniores da Presente Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva subscrição, observado ainda o disposto no Regulamento quanto à integralização das respectivas Cotas subscritas.

12. A remuneração das Cotas Seniores da Presente Série, calculada na forma prevista na cláusula 16 do Regulamento, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas do Fundo, será equivalente a até o percentual da Taxa DI indicado no item 7 acima, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da Presente Série.

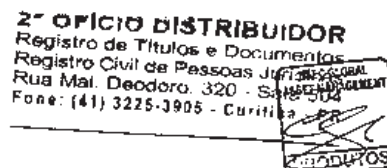
13. [A partir do [COMPLETAR]º mês (inclusive) contados da Data de Subscrição Inicial, o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da Presente Série será realizado [DESCREVER FORMA DE AMORTIZAÇÃO]/As Cotas Seniores da Presente Série não serão amortizadas]

14. As Cotas Seniores da Presente Série deverão ser resgatadas na última data de amortização da respectiva Série pelo seu respectivo valor contábil. O prazo de duração da Presente Série será aquele indicado no item 8 acima, prazo este contado a partir da Data de Subscrição Inicial.

15. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.



80

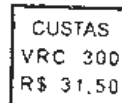
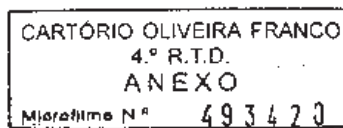


16. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da Presente Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

17. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba

Curitiba, [DATA]

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO,
Instituição Administradora



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

81



ANEXO V

Este Anexo V é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços"

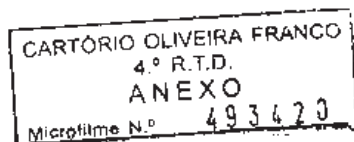
MODELO DE SUPLEMENTO DE CLASSE ESPECIAL DE COTAS SUBORDINADAS

"SUPLEMENTO DE CLASSE ESPECIAL DE COTAS SUBORDINADAS"

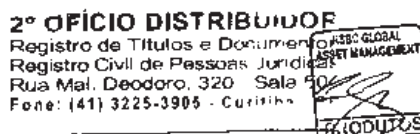
1. Número deste Suplemento	
2. Número desta Classe Especial de Cotas Subordinadas	"
3. Valor unitário das Cotas Subordinadas desta Classe Especial	R\$
4. Remuneração desta Classe Especial	% da Taxa DI
5. Prazo de duração desta Classe Especial	anos
	Indeterminado

6. O presente documento constitui o suplemento com o número indicado no item 1 acima ("Suplemento"), referente à Classe Especial de Cotas Subordinadas com o número indicado no item 2 acima ("Presente Classe Especial") emitida nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços", registrado sob o nº 481.414 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81 e administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89 ("Instituição Administradora").

7. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Subordinadas no valor unitário indicado no item 3 acima na data da primeira subscrição



82



de cotas da Presente Classe Especial ("Data de Subscrição Inicial"). Fica a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas Subordinadas a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no Regulamento.

8. *Na subscrição de Cotas Subordinadas da Presente Classe Especial em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.*

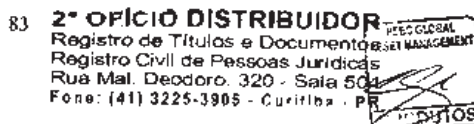
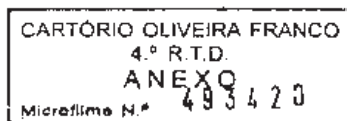
9. *A remuneração das Cotas Subordinadas da Presente Classe Especial, após a distribuição de rendimentos as Cotas Seniores, será até o limite percentual indicado no item 4 acima.*

10. *As Cotas Subordinadas da Presente Classe Especial serão amortizadas a critério da Instituição Administradora, desde que o PL permita, em igualdade de condições para todas as Cotas Subordinadas de Classe Especial em circulação, observado o disposto no Regulamento.*

11. *Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.*

12. *O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Subordinadas da Presente Classe Especial terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Subordinadas, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.*

13. *O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba.*



Curitiba, [DATA]

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO
Instituição Administradora"

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493420

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
8 Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



ANEXO VI

Este Anexo VI é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços"

MODELO DE INSTRUMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

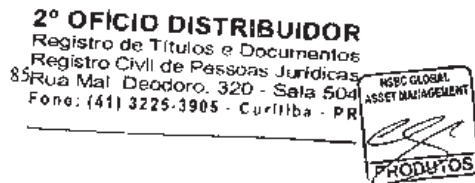
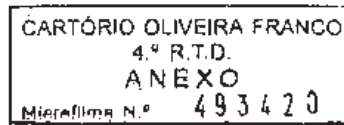
"INSTRUMENTO PARTICULAR DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS"

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, com seu regulamento registrado na 4ª Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba sob o nº 481.414 ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81, doravante designado simplesmente "Fundo", neste ato representado pela sua instituição administradora, **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89, na qualidade de instituição administradora do Fundo, doravante designada "Instituição Administradora"; e

[SE O COTISTA FOR PESSOA FÍSICA]

[NOME DO COTISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº [COMPLETAR] e portador da carteira de identidade RG nº [COMPLETAR] ("Cotista");

[SE O COTISTA FOR PESSOA JURÍDICA]



[NOME DO COTISTA], sociedade com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada nos termos do seu [CONTRATO/ESTATUTO] social ("Cotista");

[SE O COTISTA FOR FUNDO DE INVESTIMENTO]

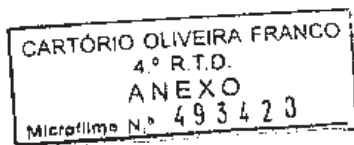
[NOME DO COTISTA], fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio [FECHADO/ABERTO], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [COMPLETAR] ("Cotista"), neste ato representado por sua instituição administradora [NOME DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA], com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada nos termos do seu [CONTRATO/ESTATUTO] social;

os acima qualificados designados individualmente "Parte", e conjuntamente "Partes";

CONSIDERANDO QUE:

- iii) o Cotista é titular de [NÚMERO] ([POR EXTENSO]) Cotas [SENIORES] [SUBORDINADAS DE CLASSE ESPECIAL] [SUBORDINADAS CLASSE JÚNIOR] ("Cotas Detidas");
- ii) em [DATA] foi deliberada, em assembléia geral de cotistas do Fundo ("Assembléia Geral"), (a) a liquidação do Fundo, e (b) nos termos do item 23.6.4 do regulamento do Fundo ("Regulamento"), o pagamento do resgate das cotas do Fundo ("Cotas") por meio da dação em pagamento dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo ("Direitos Creditórios"); e
- iii) referida dação em pagamento deve obedecer os procedimentos previstos na cláusula 25 do Regulamento, inclusive no tocante à celebração do presente instrumento;

Resolvem as Partes celebrar o presente "Instrumento Particular de Dação em Pagamento de Direitos Creditórios" ("Instrumento de Dação em Pagamento"), de acordo com as cláusulas a seguir definidas.



1. Os termos definidos e expressões adotadas neste Instrumento de Dação em Pagamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Regulamento, salvo quando este Instrumento de Dação em Pagamento lhes atribua outro significado.

2. O Cotista, neste ato, recebe a título de resgate das Cotas Detidas, os seguintes Direitos Creditórios:

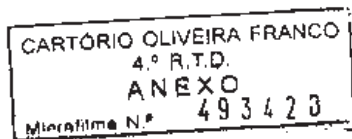
[DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS]

3. O Cotista dá ao Fundo a mais plena, rasa e integral quitação com relação aos valores devidos pelo Fundo sob as Cotas Detidas, nada mais tendo a reclamar do Fundo ou de sua instituição administradora judicial ou extrajudicialmente com relação às Cotas Detidas.

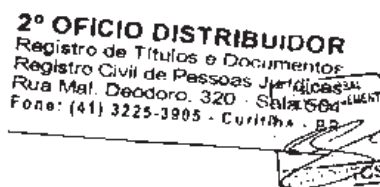
4. O Cotista empreenderá seus melhores esforços para a constituição do condomínio civil de Direitos Creditórios previsto no item 25.2 do Regulamento dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da Assembleia Geral que deliberou a dação em pagamento dos direitos creditórios, bem como para que a convenção de referido condomínio contenha as disposições constantes do item 25.2 do Regulamento.

5. Caso o condomínio civil mencionado no item anterior não seja constituído no prazo indicado, o Cotista se compromete a obter Autorização de Cessão junto a Petrobras para possibilitar a consignação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo em favor do Cotista, nos termos do item 25.5 do Regulamento.

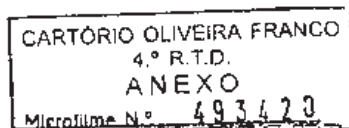
6. Os direitos de cada Parte previstos neste Instrumento de Dação em Pagamento (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) somente admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Instrumento de Dação em Pagamento não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.



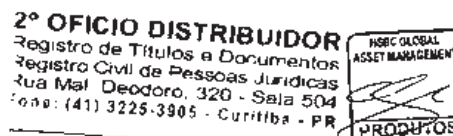
87



7. *As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Instrumento de Dação em Pagamento foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.*
8. *Se qualquer disposição deste Instrumento de Dação em Pagamento for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato de Cessão.*
9. *Para todos os fins e efeitos de direito, as Partes atribuem a este Instrumento de Dação em Pagamento a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os fins do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, reconhecendo, desde já, a liquidez e certeza de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Contrato que venham a ser cobradas por meio de processo de execução por quantia certa contra devedor solvente.*
10. *As Partes reconhecem, desde já, que suas obrigações assumidas nos termos deste Instrumento de Dação em Pagamento estão sujeitas à execução específica nos termos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.*
11. *Toda e qualquer modificação deste Instrumento de Dação em Pagamento somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes.*
12. *As Partes celebram este Instrumento de Dação em Pagamento em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.*
13. *As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Instrumento de Dação em Pagamento.*



88



14. Este Instrumento de Dação em Pagamento será regido pelo direito brasileiro.

15. Com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, as Partes elegem o foro da Comarca do Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento de Dação em Pagamento.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Curitiba, [DATA].

[COTISTA]

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS
FORNECEDORES PETROBRAS BR2 –
INDUSTRIAL E SERVIÇOS**
representado por
**HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO
MÚLTIPLO**

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:

1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493420

89 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR
PRODUTOS

ANEXO VII

Este Anexo VII é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços"

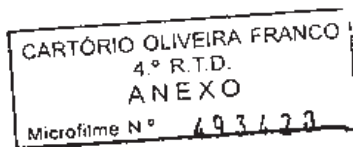
MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO

"CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CRÉDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, doravante denominado simplesmente "Contrato de Cessão".

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL], sociedade com sede na Cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [CNPJ], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], [PROFISSÃO DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado na [ENDEREÇO], inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº [CPF] e portador da Cédula de Identidade nº [IDENTIDADE], expedida pela [ÓRGÃO EXPEDIDOR], doravante designada simplesmente "Fornecedor"; e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, com seu regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81, doravante designado simplesmente "Fundo" ou "Cessionário", neste ato representado pela sua instituição administradora, **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**, abaixo qualificada, doravante designada "Instituição Administradora"; e



90

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai Deodoro 320 Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 Curitiba PR



cada uma das partes também denominada individualmente "Parte", e conjuntamente "Partes";

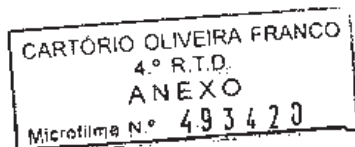
e, como intervenientes,

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89, na qualidade de custodiante dos ativos do Fundo, doravante designado simplesmente "Custodiante"; e

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Benedito, 634, Alto da Boa Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.449.499/0001-32, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 7981 a prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento, doravante denominada simplesmente "Gestora";

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Fornecedor é empresa que celebra Contratos com a Petrobras, constituindo, desta forma, Direitos Creditórios;
- ii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e demais alterações, bem como de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento;
- iii) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01 e do disposto no Regulamento, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo;
- iv) o Fornecedor pretende ceder ao Fundo os Direitos Creditórios que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão; e



91 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- v) o Fundo, por sua vez, tem interesse em adquirir os Direitos Creditórios do Fornecedor, desde que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, tendo em vista que a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios cedidos.

as Partes têm justo e contratado o disposto nas cláusulas a seguir:

1. DEFINIÇÕES

1.1 Quaisquer termos ou expressões iniciados em letras maiúsculas neste Contrato de Cessão, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos no glossário que integra este Contrato de Cessão como Anexo I.

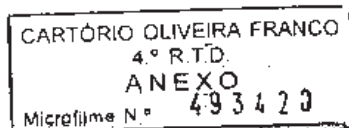
2. PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1 Como elemento essencial do presente negócio, o Fornecedor cederá, ao Fundo, Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, mediante solicitação da Gestora e de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão.

2.1.1 O Fundo não estará obrigado a adquirir Direitos Creditórios que venham a ser ofertados pelo Fornecedor.

2.2 Os Direitos Creditórios serão considerados perfeitamente cedidos e inclusos nos termos do presente Contrato de Cessão, após observado o seguinte procedimento:

- i) apresentação prévia, pelo Fornecedor à Gestora, de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, bem como de cópia autenticada do CRCC e do BAD, quando for o caso;
- ii) seleção pela Gestora, observadas as Condições de Cessão, a Política de



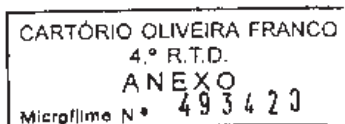
92

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 Curitiba - PR



Investimento e os Critérios de Elegibilidade, de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como fixação, pela Gestora, do percentual de cada parcela do Contrato que poderá ser adquirida pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade;

- iii) *envio pela Gestora ao Custodiante de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, acompanhada de cópia autenticada do CRCC e do BAD, quando for o caso, para que o Custodiante realize análise dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Fornecedor e selecionados pela Gestora, que incluirá a checagem da autenticidade do CRCC e do BAD junto à Petrobras, por meio de procedimento a ser estabelecido pela Petrobras, bem como análise do enquadramento dos Direitos Creditórios com relação à Política de Investimento e aos Critérios de Elegibilidade;*
- iv) *após a análise referida no item anterior, o Custodiante informará seu resultado à Gestora, que solicitará ao Fornecedor que obtenha a Autorização de Cessão junto à Petrobras;*
- v) *envio, pelo Fornecedor à Gestora, da Autorização de Cessão, cujo modelo integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo II, por meio da qual a Petrobras manifesta ciência e autorização à cessão dos Direitos Creditórios, pelo Fornecedor ao Fundo, em observância ao artigo 290 do Código Civil, e envio, pela Gestora ao Fornecedor, de Termo de Cessão, gerado pelo Custodiante, contendo indicação dos Direitos Creditórios que a Gestora deseja adquirir para o Fundo e o preço total de aquisição dos referidos Direitos Creditórios, calculado com base nas taxas discriminadas no item 4.1 abaixo;*
- vii) *envio, pelo Fornecedor à Gestora, que o repassará ao Custodiante, do Termo de Cessão assinado pelos representantes legais do Fornecedor, com reconhecimento de firma dos signatários, e envio, pela Instituição Administradora ao Custodiante, do Termo de Cessão devidamente assinado pela Instituição Administradora;*
- viii) *após a validação, pelo Custodiante, do Termo de Cessão assinado pela Instituição Administradora e pelo Fornecedor, pagamento do preço de cessão, pelo*



2º OFÍCIO DISTRITAL
Registro de Títulos e Documentos
93 Registro Civil de Pessoas Físicas
Rua Mai Deodoro, 120 - São
Paulo - SP
Fone: (11) 3225-3985



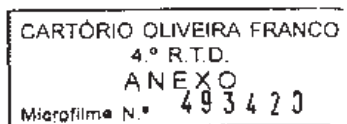
Custodiante ao Fornecedor; e

- ix) *registro do Termo de Cessão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e da sede do Fornecedor, na forma prevista no item 16.2 abaixo.*

2.3 *Ao formalizar a cessão do Direito Creditório por meio de cada Termo de Cessão, o Fornecedor estará cedendo automaticamente, ao Fundo, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações legal e contratualmente previstos que sejam relativos ao respectivo Direito Creditório, inclusive (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face da Petrobras para exigir o cumprimento da obrigação de pagar deste ou visando resguardar direito do Fundo; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o Direito Creditório vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com a Petrobras e naquelas previstas na legislação aplicável, cabendo à Gestora informar a Instituição Administradora a respeito. O Fundo, sempre que a Gestora informar a Instituição Administradora a respeito, irá declarar vencida antecipadamente a parcela que lhe couber do Contrato, podendo utilizar, para tanto, os poderes que lhe forem conferidos no mandato outorgado nos termos deste Contrato de Cessão.*

2.4 *() Fornecedor desde já autoriza que a Petrobras forneça ao Fundo, à Instituição Administradora, à Gestora e ao Custodiante, toda e qualquer informação sobre o Fornecedor e os respectivos Contratos cujos Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo, em especial, mas não somente, os respectivos boletins de medição, CRCC e BAD, quando houver.*

2.5 *() Fornecedor e o Fundo declaram, em caráter irrevogável e irretroatável, que será aplicável a toda e qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios que vier a ser constituída entre eles por meio deste Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão, automaticamente e independentemente de qualquer ulterior formalidade ou manifestação de vontade, o disposto neste Contrato de Cessão, no respectivo Termo de Cessão e nos artigos 286 e seguintes do Código Civil.*



94

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3985 - Curitiba - PR



2.6 Em caso de divergência ou contradição entre os Termos de Cessão e o presente Contrato de Cessão, deverá prevalecer o disposto neste Contrato de Cessão, exceto se o presente Contrato de Cessão determinar expressamente a prevalência do Termo de Cessão.

3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1 O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios que preencham a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, definidos no Regulamento.

3.2 O Fornecedor, neste ato, declara conhecer a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão e entender que o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que não os atendam integralmente.

3.3 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório elegível não dará ao Fundo e seus Cotistas qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Fornecedor, o Custodiante ou terceiros.

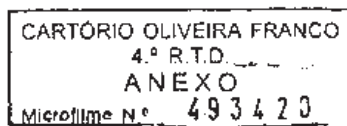
4. DO PREÇO DA CESSÃO E DO PAGAMENTO

4.1 Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

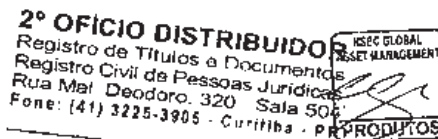
$$\text{ValorAquisição} = \frac{\text{ValorNominal}}{\left(1 + \frac{\text{TaxaAquisição}}{100}\right)^{\frac{\text{prazo}}{360}}}$$

onde:

"Valor Aquisição" é o valor de aquisição do Direito Creditório;



95



"Valor Nominal" é o valor nominal do Direito Creditório;

"Prazo" é a diferença de dias úteis, conforme informação registrada no campo "Cálculo Aquisição" no "Cadastro Fundos de Recebíveis" integrante dos sistemas internos do Custodiante, entre a data de aquisição do Direito Creditório, exclusive, e sua respectiva data de vencimento, inclusive; e

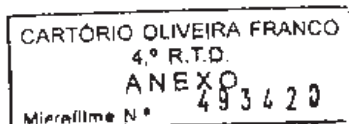
"Taxa Aquisição" corresponde à taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios Performados e dos Direitos Creditórios Não-performados, que será apurado pela Gestora a cada cessão de Direitos Creditórios, sendo no mínimo de:

BAD DO FORNECEDOR	TAXA MÍNIMA DE DESCONTO
Abaixo de 7 ou ausente	200% da Taxa DI
De 7 até 7,9	180% da Taxa DI
De 8 até 8,9	170% da Taxa DI
De 9 a 10	160% da Taxa DI

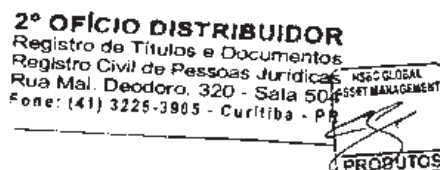
4.1.1 Para efeito do cálculo da Taxa Aquisição, nos termos do item anterior, será utilizado o BAD atribuído ao Fornecedor com relação ao Contrato de que os Direitos Creditórios são oriundos. Caso a Petrobras não tenha emitido BAD para o Contrato de que os Direitos Creditórios são oriundos, será utilizada a média das notas dos BAD em vigor atribuídas ao Fornecedor no cumprimento dos contratos celebrados com a Petrobras nos últimos 12 (doze) meses.

4.2 O pagamento do preço de cessão será efetuado em até 1 (um) dia útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Custodiante, que não poderá exceder a 10 (dez) dias da oferta dos Direitos Creditórios pelo Fornecedor, por meio de TED para a seguinte conta de titularidade do Fornecedor:

Conta nº [COMPLETAR]
Agência [COMPLETAR]
[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA].



96



4.3 *Em caso cessão de Direito Creditório Não-performado em que o Fornecedor não apresente o CRCC, o Fundo reterá 10% (dez por cento) do respectivo preço de cessão do Direito Creditório, para formação de Reserva de Performance.*

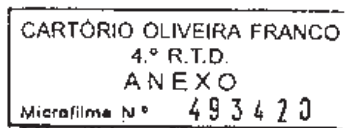
4.3.1 *Os recursos segregados na reserva acima referida deverão ser utilizados somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor ou do recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver; e/ou (ii) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo Contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo, hipótese em que o Fornecedor não fará jus ao recebimento da parcela retida nos termos do item 4.3 acima.*

4.3.2 *Por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor, ou em caso de recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver, o Fundo pagará ao Fornecedor quantia correspondente ao valor retido, remunerada pela Taxa DI incidente pro rata temporis desde a data de aquisição do Direito Creditório pelo Fundo até a data do pagamento do valor retido ao Fornecedor.*

5. **DO RECEBIMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

5.1 *Nos termos da Autorização da Cessão, os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deverão ser efetuados pela Petrobras mediante transferência de recursos para a Conta de Recebimento.*

5.1.1 *Com base nos relatórios de medição e nos demais documentos que evidenciam o adimplemento por parte do Fornecedor do Contrato do qual os Direitos Creditórios são oriundos, periodicamente enviados pela Petrobras ao Agente de Recebimento, este realizará a conciliação dos valores depositados na Conta de Recebimento de acordo com as instruções do Custodiante, transferindo em até 1 (um) dia útil contado do respectivo recebimento os valores nela depositados pela Petrobras aos seus respectivos titulares.*



97

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fones: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



5.1.2.1 Recursos depositados pela Petrobras na Conta de Recebimento que correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios serão transferidos pelo Agente de Recebimento para a seguinte conta de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante:

Conta nº: [COMPLETAR]

Agência nº: [COMPLETAR]

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

5.1.2.2 Recursos depositados pela Petrobras na Conta de Recebimento que não correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios serão transferidos pelo Agente de Recebimento para a seguinte conta de titularidade do Fornecedor:

Conta nº: [COMPLETAR]

Agência nº: [COMPLETAR]

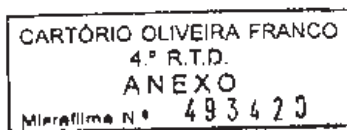
[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]

5.2 O Fornecedor não poderá receber, da Petrobras ou de quaisquer terceiros, montantes decorrentes dos Direitos Creditórios.

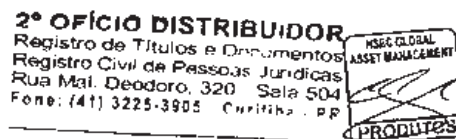
5.3 Não obstante o disposto no item 5.2 acima, o Fornecedor se compromete a transferir à conta corrente de titularidade do Fundo mantida no Custodiante, no dia útil seguinte do recebimento, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Direitos Creditórios eventualmente recebido da Petrobras ou de terceiros, comunicando tal fato à Instituição Administradora.

5.4 O não cumprimento do disposto no item 5.3 acima acarretará para o Fornecedor a obrigação de pagamento de juros de mora correspondentes à mesma taxa de desconto informada no respectivo Termo de Cessão, incidente pro rata temporis desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Fornecedor ao Fundo, acrescido de 1% (um por cento) sobre o valor não transferido, a título de multa.

5.5 As Partes convencionam que, se o Fornecedor vier a receber qualquer valor da Petrobras relativo a Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo por meio deste



98



instrumento e do respectivo Termo de Cessão, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, ficando o Fornecedor nomeado como fiel depositário de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em até 1 (um) dia útil, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Aplica-se ao ora avençado os artigos 627 e seguintes do Código Civil.

5.6 O Custodiante comunicará à Gestora o integral pagamento pela Petrobras de todos os Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato no dia útil seguinte à ocorrência deste pagamento. Em até 1 (um) dia útil contado desta comunicação, a Gestora solicitará ao Fornecedor que obtenha junto à Petrobras a transferência do domicílio bancário do Contrato da Conta de Recebimento para outra conta.

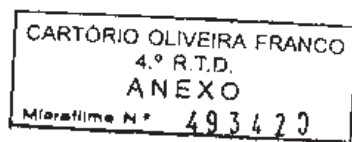
5.7 O Fornecedor se compromete a comunicar à Gestora a obtenção da autorização da Petrobras para a transferência do domicílio bancário do Contrato nos termos do item anterior em até 1 (um) dia útil contado da ciência deste fato pelo Fornecedor, devendo a Gestora, no mesmo prazo, comunicar este fato ao Custodiante, na condição de Agente de Recebimento.

6. DO MANDATO E COBRANÇA

6.1 As Partes convencionam que a aquisição de parcela dos Direitos Creditórios oriundos de um Contrato pelo Fundo não gera qualquer espécie de responsabilidade solidária, condomínio ou propriedade comum entre Fornecedor e Fundo sobre tal Contrato ou direitos dele emergentes, sendo, portanto, a parcela do Fundo e a parcela do Fornecedor divisíveis.

6.2 Não obstante o disposto no item 6.1, o Fornecedor outorga mandato ao Fundo, conforme procuração que integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo IV.

6.3 O mandato a que se refere o item 6.2 acima é outorgado como condição essencial do negócio celebrado neste ato e por ocasião de cada Termo de Cessão e visa garantir plena eficácia ao disposto neste instrumento.



99

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



6.4 Na hipótese de o Fundo decidir exigir extrajudicial (inclusive por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório, cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Fornecedor e que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras, o Fornecedor concorda, em caráter irrevogável e irretratável, que serão tomadas medidas conjuntamente com o Fundo, de acordo com as políticas previstas no Regulamento, visando a buscar o recebimento do valor cabível, devendo as despesas de qualquer natureza, inclusive honorários advocatícios, decorrentes dessas medidas serem rateadas entre Fornecedor e Fundo de forma proporcional entre a parcela do Fundo e a parcela do Fornecedor referente aos Direitos Creditórios. O mandato outorgado na forma do Anexo IV inclui poderes para a nomeação de advogados mediante cláusula "ad iudicia". Caso seja ingressada medida judicial para o fim ora previsto, caberá ao Fundo a escolha do advogado que irá representar as Partes.

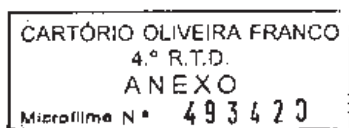
6.5 Para o fim do disposto no item anterior, o Fornecedor deverá disponibilizar todos e quaisquer documentos que vierem a ser solicitados pelo Fundo no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da respectiva solicitação.

6.6 Sem prejuízo do disposto acima, a Gestora poderá solicitar ao Fornecedor a recompra de quaisquer Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento que não decorra da insolvência da Petrobras, comprometendo-se o Fornecedor a recomprá-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação por escrito encaminhada pela Gestora, por seu valor contábil.

6.6.1 Caso o inadimplemento de um Direito Creditório decorra da insolvência da Petrobras, a Gestora não poderá solicitar ao Fornecedor a recompra deste Direito Creditório.

7. DO SEGURO

7.1 No caso de cessão de Direitos Creditórios Não-performados cujo Fornecedor não possua CRCC, o Fornecedor deverá contratar seguro de performance perante Seguradora Autorizada, nos termos do Regulamento, tendo o Fundo como beneficiário. O Seguro deverá garantir o integral adimplemento da obrigação do Fornecedor em relação à Petrobras no que se refere ao fornecimento de produtos e/ou de



100

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 326 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 Curitiba - PR



serviços, mediante a previsão de indenização em quantia que seja suficiente para garantir que o Fundo receba valor integral dos Direitos Creditórios Não-performados a ele cedidos.

7.2 *O custo de contratação do Seguro caberá exclusivamente ao Fornecedor e o respectivo prêmio deve ser integralmente quitado pelo Fornecedor previamente à cessão de Direito Creditório Não-performado ao Fundo.*

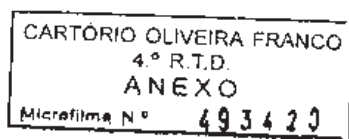
7.3 *Somente serão aceitos seguros cujas apólices e Seguradoras Autorizadas atendam aos termos do Regulamento.*

8. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS

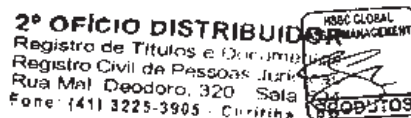
8.1 *Sem prejuízo da guarda pelo Custodiante de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios entregues pelo Fornecedor à Gestora nos termos do item 2.2 (i) acima, a cada cessão de Direitos Creditórios, todos os Documentos Comprobatórios originais ficarão sob a posse do Fornecedor, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de vencimento do Contrato cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo, devendo ser apresentados à Instituição Administradora ou ao Custodiante em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento de solicitação por escrito de qualquer desses.*

8.1.1 *O Fornecedor pagará multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por cada dia útil que extrapole o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tão atraso.*

8.2 *Todos os Documentos Comprobatórios deverão ser guardados em perfeita ordem e estado de conservação pelo Fornecedor em arquivos segregados que permitam sua identificação.*



101



8.3 O Fornecedor não fará jus a qualquer remuneração pelo depósito ora avençado, nem a reembolso por quaisquer despesas decorrentes da prestação de tais serviços.

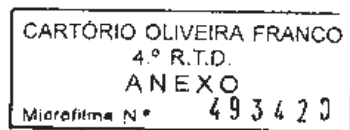
8.4 O Fornecedor se compromete a guardar todos os Documentos Comprobatórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo.

8.5 O Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão realizar a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios, por amostragem ou não, na sede do Fornecedor ou em local que este indicar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar de notificação do Custodiante e/ou da Instituição Administradora neste sentido, conforme o caso.

8.5.1 O Fornecedor pagará multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por cada dia útil que extrapole o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tão atraso.

8.6 O Fornecedor se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

8.7 O Fornecedor declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, de documentos relacionados aos Direitos Creditórios sob sua guarda, nos termos do artigo 652 do Código Civil. O Fornecedor aponta, neste ato, [NOME DA PESSOA FÍSICA]. [NACIONALIDADE, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL], inscrito no CPF/MF sob o nº [COMPLETAR] e portador da cédula de identidade RG nº [COMPLETAR] para ser responsável pessoalmente pelo depósito dos Documentos Comprobatórios, assumindo solidariamente com o Fornecedor as responsabilidades atribuídas ao fiel depositário nos termos da legislação aplicável.



102 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



8.8 *Uma vez decorrido o prazo referido no item 8.1 acima em relação a determinado Documento Comprobatório, o Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão exigir que o Fornecedor deixe a partir de então de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo o Fornecedor neste caso observar as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação deste.*

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DO FORNECEDOR

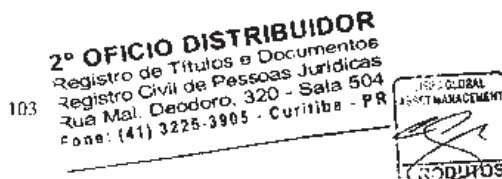
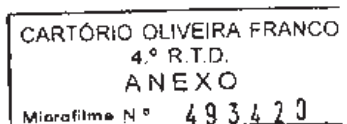
9.1 *O Fornecedor somente oferecerá à cessão ao Fundo Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstas no Regulamento.*

9.1.1 *Sem prejuízo da verificação pela Gestora, a observância das Condições de Cessão será de exclusiva responsabilidade do Fornecedor.*

9.2 *O Fornecedor obriga-se a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.*

9.3 *O Fornecedor será responsável:*

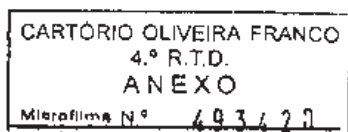
- i) *pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;*
- ii) *pela performance (entrega do bem e/ou prestação do serviço) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;*
- iii) *por eventuais exceções apresentadas pela Petrobras contra o Fornecedor quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e*
- iv) *por prejuízos sofridos pelo Fundo em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança de Direitos Creditórios cedidos que tenham qualquer vício em sua formação.*



9.3.1 *Na hipótese de responsabilidade do Fornecedor conforme o item 9.3 acima, o Fundo poderá compensar a quantia devida com quaisquer valores que tenha a pagar ao Fornecedor.*

9.4 *Se, por qualquer razão, inclusive em decorrência de defeito dos produtos ou dos serviços fornecidos pelo Fornecedor, a Petrobras tiver o direito de reter, deduzir, compensar ou reduzir o valor dos Direitos Creditórios, tal retenção, dedução, compensação ou redução deverá recair sobre a parcela remanescente do Contrato pertencente ao Fornecedor, se houver. Se o valor de tal parcela não existir ou se o valor da parcela do Fornecedor não for suficiente para cobrir o montante da retenção, dedução, compensação ou redução eventualmente efetuada pela Petrobras, e esta deixar de efetuar o pagamento integral devido ao Fundo, este poderá (i) exigir do Fornecedor a complementação do valor devido ao Fundo, cujo pagamento deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da competente notificação; ou (ii) instruir o Agente de Recebimento a abater o valor devido ao Fundo de quaisquer quantias de titularidade do Fornecedor que sejam depositadas na Conta de Recebimento, sem prejuízo da possibilidade de determinar a recompra do Direito Creditório pelo Fornecedor nos termos do item 6.6 acima.*

9.5 *Na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo, qualquer fato ou ato praticado pelo Fornecedor, pela Petrobras ou por qualquer terceiro, que não o Fundo, a Instituição Administradora, o Custodiante ou a Gestora, que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ou sua inexigibilidade, inclusive em decorrência do atraso ou vício na entrega do produto ou do fornecimento do serviço, da prorrogação ou da antecipação do prazo de vencimento do respectivo Direito Creditório, da prorrogação ou da antecipação da entrega do produto ou da prestação do serviço contratado ou do cancelamento do pedido de fornecimento do produto e/ou do serviço pela Petrobras no caso de Direito Creditório Não-performado, o Fundo poderá, de igual maneira, exercer a prerrogativa referida no item 9.4 acima, sem prejuízo da possibilidade de determinar a recompra do Direito Creditório pelo Fornecedor nos termos do item 6.6 acima. Adicionalmente, o Fundo poderá optar por renegociar o preço do Direito Creditório cedido caso ele continue a ser exigível da Petrobras, mediante a devolução do correspondente valor pelo Fornecedor, se for o caso.*



104 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



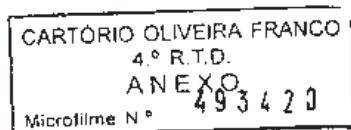
9.6 *Será vedada, a partir da data de celebração de cada Termo de Cessão, a prática de qualquer ato pelo Fornecedor em relação aos Direitos Creditórios objeto daquele instrumento ou a qualquer garantia real ou pessoal eventualmente outorgada pela Petrobras ou terceiro em relação a tais Direitos Creditórios sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora. Qualquer ato praticado pelo Fornecedor em desacordo com o disposto neste instrumento e no Termo de Cessão será nulo e ineficaz em relação ao Fundo. O ora disposto não exclui qualquer outra penalidade prevista neste Contrato de Cessão, nos Termos de Cessão ou na legislação aplicável, especialmente o direito de exigir perdas e danos.*

9.6.1 *Sem prejuízo da vedação disposta no item anterior, se o Fornecedor, sem a anuência prévia e por escrito do Fundo, alterar as condições do Direito Creditório cedido ao Fundo ou da relação comercial estabelecida entre ele e Petrobras, de forma a gerar uma mudança nas condições do Direito Creditório ou na perda do seguro garantia, se houver, o Fornecedor pagará uma multa não compensatória equivalente a 50% (cinquenta por cento) da taxa de desconto que tiver sido utilizada para fixação do preço de cessão do respectivo Direito Creditório, a qual poderá ser recebida pelo Fundo mediante compensação de qualquer valor devido por este ao Fornecedor, sem prejuízo do exercício dos direitos previstos nos itens 9.5 e 9.4 acima, quando aplicáveis.*

9.7 *O exercício de qualquer dos direitos previstos nos itens anteriores não extingue os demais estabelecidos neste Contrato de Cessão, que poderão ser exercidos concomitantemente ou em diferentes momentos até que o Fundo seja integralmente satisfeito em seu crédito.*

9.8 *Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato de Cessão, o Fornecedor também se obriga a:*

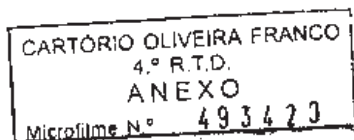
- i) *comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a 2% (dois por cento) de seu PL;*



105 **2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR**
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- ii) *comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a 2% (dois por cento) de seu PL;*
- iii) *comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a 2% (dois por cento) de seu PL;*
- iv) *comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Resilição de que tiver conhecimento;*
- v) *durante o período de vigência do presente Contrato de Cessão, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;*
- vi) *manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações necessárias à execução deste instrumento;*
- vii) *cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente instrumento e perante a Petrobras;*
- viii) *não proceder a alterações, aditamentos ou cessões com terceiros que sejam relativos a Direitos Creditórios cedidos para o Fundo, sem a prévia e expressa anuência do Fundo;*
- ix) *cumprir as obrigações previstas no Contrato, nos documentos ou títulos constitutivos dos Direitos Creditórios cedidos para o Fundo, dentro dos prazos ali estabelecidos;*
- x) *utilizar seus melhores esforços a fim de colaborar com o Fundo em tudo o que se fizer necessário para que o Fundo receba a totalidade dos Direitos Creditórios a este cedidos;*
- xi) *encaminhar à Gestora, durante todo o prazo de vigência deste instrumento, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados do de cada exercício social, cópia*



106

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - P

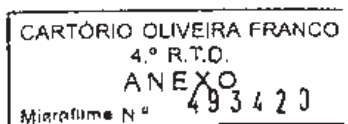


autenticada de suas demonstrações financeiras, relatório de administração e parecer dos auditores independentes ou conselho fiscal, se aplicável;

- xii) informar à Gestora, prontamente, qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira que possam afetar a decisão do Fundo de adquirir Direitos Creditórios do Fornecedor, como, por exemplo, insolvência, oneração de maquinário necessário à execução do Contrato, contingências judiciais que possam alterar a capacidade operacional do Fornecedor, entre outras hipóteses;*
- xiii) entregar à Gestora, nesta data, cópia autenticada de seu estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, bem como apresentar cópias autenticadas dos documentos que alteram o referido estatuto ou contrato social no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua alteração;*
- xiv) encaminhar à Gestora quaisquer comunicações ou notificação recebida da Petrobras, bem como informá-lo a respeito de (i) alterações nas condições dos contratos que originaram os Direitos Creditórios; (ii) atrasos na entrega dos produtos e/ou fornecimento dos serviços; e (iii) recebimento de quaisquer valores e/ou adiantamentos relacionados aos Direitos Creditórios cedidos; e*
- xv) no caso de Direitos Creditórios Não-performados cedidos ao Fundo, informar à Gestora sobre o andamento da obrigação de fazer (i.e. manufatura e entrega do produto e/ou prestação de serviços) mensalmente ou sempre que a Gestora o solicite, informação esta que deverá ser disponibilizada em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da solicitação.*

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS

10.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato de Cessão, o Agente de Recebimento se obriga a cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, os pagamentos dos Direitos Creditórios, transferindo os valores recebidos para a conta corrente do Fundo.



107

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

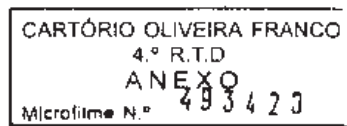


10.2 *A Instituição Administradora se obriga a fornecer ou disponibilizar ao Custodiante cópia de todos os Termos de Cessão celebrados entre o Fornecedor e o Fundo, em até 1 (um) dia a contar da data da respectiva celebração.*

11. DECLARAÇÕES DAS PARTES

11.1 *O Fornecedor, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura à Instituição Administradora que, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo:*

- i) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;*
- ii) a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;*
- iii) os signatários do presente Contrato de Cessão e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, nos termos definidos neste Contrato de Cessão;*
- iv) a situação econômica, financeira e patrimonial do Fornecedor, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;*
- v) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do Fornecedor ou sacados contra este que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a 2% (dois por cento) de seu patrimônio líquido, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou suspensão de seus efeitos;*
- vi) a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos*

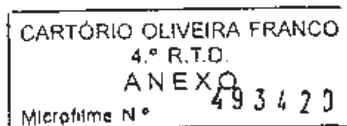


108 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Tribunal Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel Deodoro, 320 - Sala 504
Fone (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais o Fornecedor, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Fornecedor, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Fornecedor, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

- vii) *os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato de Cessão, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a este cedidos, nos termos deste Contrato de Cessão;*
- viii) *os contratos e demais instrumentos que dão origem aos Direitos Creditórios, uma vez obtida a respectiva Autorização de Cessão, não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do Fornecedor ao Fundo ou do Fundo para terceiros;*
- ix) *os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte da Petrobras, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;*
- x) *os Contratos que dão origem aos Direitos Creditórios não apresentam e não apresentarão, no momento da cessão ao Fundo, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;*

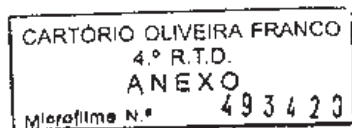


109

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- xi) não está inscrito na SERASA ou qualquer outra entidade cadastral de cheques sem fundo, protesto, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e não possui cheques sem fundo que, considerados em conjunto, sejam superiores a 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido;
- xii) não há e nem tampouco haverá no momento da celebração de cada Termo de Cessão qualquer motivo que permita à Petrobras efetuar deduções, a qualquer título, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- xiii) os documentos que constituem os Direitos Creditórios serão emitidos em conformidade com critérios legais e as determinações da Petrobras, de modo que estes não poderão se recusar a efetuar o pagamento por vício ou defeito de tais documentos;
- xiv) assinará todos e quaisquer documentos e tomará todas as medidas exigidas pela Petrobras e pelo Fundo para que aquela efetue o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- xv) envidará os melhores esforços para que qualquer cessão de crédito que venha a ser formalizada com o Fundo não seja passível de anulação ou nulidade por qualquer terceiro, especialmente em virtude de caracterização de fraude contra credores, fraude à execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; contudo, caso qualquer cessão de crédito venha a ser considerada nula ou anulável, o Fornecedor compromete-se a indenizar o Fundo nos termos deste Contrato de Cessão;
- xvi) leu e compreendeu integralmente o Regulamento, especialmente a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão nele estabelecidos; e
- xvii) todas as declarações e garantias acima são válidas na data deste instrumento e o serão na data de cada Termo de Cessão.



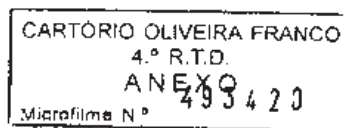
110

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - 3.º. - 50º
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

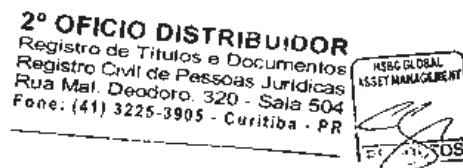


11.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio validamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- ii) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iv) as pessoas que assinam este Contrato de Cessão e os respectivos Anexos em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;
- v) a celebração deste Contrato de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e
- vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários



111

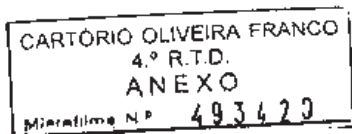


ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

12. DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Fornecedor e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pela Petrobras por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro ou caso sejam opostas pela Petrobras quaisquer outras exceções quanto à legalidade, legitimidade ou veracidade dos Direitos Creditórios e seus respectivos títulos transferidos ao Fundo;*
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de direitos, ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição desses pelo Fundo;*
- iii) se os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo forem objeto de acordo entre o Fornecedor e a Petrobras, que possa gerar arguição, compensação e/ou outras formas de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos emergentes dos Direitos Creditórios cedidos; e*
- iv) não pagamento do Direito Creditório em caso de (a) ato de responsabilidade do Fornecedor; (b) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada em fato de responsabilidade do Fornecedor ou contrário aos termos deste Contrato de Cessão; (c) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada na recusa da aceitação de mercadoria e/ou serviço ou qualquer demora, inadimplemento do Fornecedor perante a Petrobras; (d) contra-protesto da Petrobras e/ou reclamação judicial da Petrobras contra o Fornecedor; ou (e) caso fortuito ou força maior.*



112

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



12.2 Sem prejuízo da resolução da cessão, o Fornecedor deverá notificar por escrito a Instituição Administradora da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

12.3 O Fornecedor estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis contados da ocorrência de qualquer uma das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de cessão dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato de Cessão, (i) apurado na forma da cláusula 4 acima, atualizado pro rata temporis desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão; e (ii) acrescido de 10% (dez por cento), a título de multa. Neste caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão, sem considerar o valor da multa acima, não poderão ser superiores ao valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos ou vincendos.

13. RESILIÇÃO E MORA

13.1 Este Contrato de Cessão poderá ser resilido de pleno direito pela Instituição Administradora a seu exclusivo critério e em nome do Fundo, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, a qualquer tempo, mediante notificação do Fornecedor com 30 (trinta) dias de antecedência.

13.2 Na hipótese de resilição deste Contrato de Cessão, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer, assumidas pelo Fornecedor relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até o resgate das Cotas.

13.3 O descumprimento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de natureza financeira previstas neste instrumento caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação da outra Parte, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (i) juros de mora de 4% (quatro por cento) ao mês; (ii) atualização monetária calculada pelo Índice Geral de Preço – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, em caso de extinção ou

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANK
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493420

113 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 Curitiba - PR



impossibilidade de aplicação, por outro índice que vier a substituí-lo; e (iii) multa de mora convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total devido após juros e atualização monetária. Os juros e a atualização mencionados nos itens (i) e (ii) acima serão calculados sobre o montante devido pro rata temporis desde a data em que o pagamento se tornar devido até o seu integral recebimento pela Parte credora.

14. INDENIZAÇÃO

14.1 O Fornecedor se obriga a indenizar integral e imediatamente o Custodiante, o Fundo e a Instituição Administradora, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, por parte do Fornecedor, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato de Cessão.

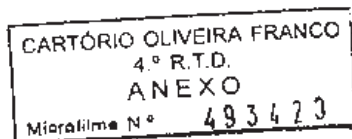
14.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato de Cessão, a Parte prejudicada poderá exigir da parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

15. ANUÊNCIA DA PETROBRAS

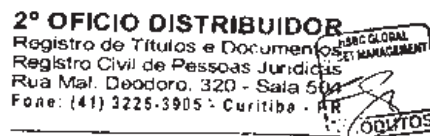
15.1 Para os fins do artigo 290 do Código Civil e como condição para formalização da cessão dos Direitos Creditórios, o Fornecedor deverá apresentar à Gestora a Autorização de Cessão de que trata o item 2.2 (v) acima, devidamente assinada e confirmada pela Petrobras.

16. REGISTRO DO CONTRATO E DOS TERMOS DE CESSÃO

16.1 A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato de Cessão, em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data da sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca de Curitiba, e o Fornecedor o requererá em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, no mesmo prazo, devendo o Fornecedor arcar com todos os custos e despesas decorrentes de ambos os registros.



114



16.2 O Custodiante deverá requerer o registro de cada Termo de Cessão celebrado entre o Fundo e o Fornecedor sob este Contrato de Cessão em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca de Curitiba, e o Fornecedor o requererá em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, no mesmo prazo, devendo o Fundo arcar com os custos e despesas decorrentes do registro requerido pelo Custodiante, e devendo o Fornecedor arcar com os custos e despesas decorrentes do registro por ele requerido.

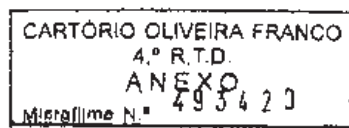
16.3 Os prazos previstos nos itens 16.1 e 16.2 acima deverão ser observados de modo independente pelo Custodiante e pelo Fornecedor, não havendo, em nenhuma hipótese, cumulação entre o prazo para registro da via do Contrato de Cessão ou do Termo de Cessão relativa ao Fundo e o prazo para registro da via do Contrato de Cessão ou do Termo de Cessão relativa ao Fornecedor.

16.4 Caso o último dia dos prazos mencionados nos itens 16.1 e 16.2 acima não seja dia útil, o registro do Contrato de Cessão ou do Termo de Cessão, conforme o caso, deverá ser requerido pelo respectivo responsável no último dia útil que anteceda o decurso destes prazos. Para efeito da presente cláusula, entende-se por dia útil qualquer dia da semana exceto sábados, domingos, feriados nacionais, feriados no Estado do Paraná e na Cidade de Curitiba, e feriados no Estado e na Cidade da sede do Fornecedor.

17. CONFIDENCIALIDADE

17.1 As Partes e o Custodiante se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato de Cessão, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativos aos negócios das Partes e do Custodiante que não sejam de conhecimento público, tais como, a título exemplificativo, custos, lucros, participações de mercado, produtos, serviços, preços, lista de clientes, lista de fornecedores, know-how, técnicas de produção e estratégias de mercado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS



115 2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



18.1 *Este Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de duração do Fundo.*

18.2 *Quaisquer pagamentos efetuados sob este Contrato de Cessão sofrerão dedução de tributos e/ou retenções incidentes diretamente sobre eles, desde que devidos nos termos de qualquer lei ou regulamentação aplicável.*

18.3 *Todas as notificações decorrentes deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, mediante protocolo; ou (ii) após 5 (cinco) dias contados (a) da postagem de carta com aviso de recebimento à Parte a ser notificada ou ao Custodiante ou (b) da transmissão da notificação por fax à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, que também deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias da respectiva transmissão. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes e pelo Custodiante, que poderão ser alterados por notificação enviada por uma Parte ou pelo Custodiante aos demais:*

[FORNECEDOR]

At.: **[RESPONSÁVEL]**

[ENDEREÇO]

fax nº: **[COMPLETAR]**

correio eletrônico: **[COMPLETAR]**

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES

PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, representado por

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

At.: **[RESPONSÁVEL]**

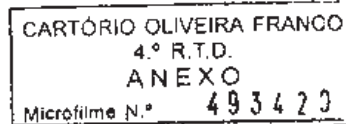
Travessa Oliveira Bello nº 34, 4º andar

80020-030 – Curitiba – PR

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar

01451-000 – São Paulo – SP

fax nº: (11) 3847.5502/(41) 3777-5382



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



correio eletrônico: [COMPLETAR]@hsbc.com.br

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

At.: Reinaldo Zakalski

Rua São Benedito, nº 634

04735-001 - São Paulo SP

fax nº: (11) 5525-5851

correio eletrônico: reinaldo@bi-invest.com.br

18.4 Qualquer alteração ao presente Contrato de Cessão somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por todas as Partes, com interveniência do Custodiante e da Gestora, e registrada nos termos do item 16.1 acima.

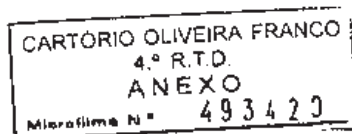
18.5 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato de Cessão (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato de Cessão não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

18.6 Se qualquer disposição deste Contrato de Cessão for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato de Cessão.

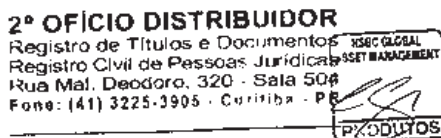
18.7 As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato de Cessão.

18.8 Este Contrato de Cessão será regido pelo direito brasileiro.

18.9 As Partes neste ato elegem o Foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste instrumento.



117



E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Curitiba, [DATA]

[FORNECEDOR]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES
PETROBRAS BR2 - INDUSTRIAL E SERVIÇOS**

representado por

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Por:
Cargo:

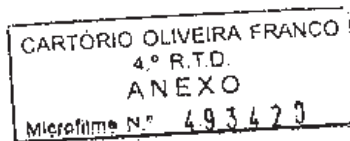
Por:
Cargo:

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
118 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Nome:

R.G.:

Nome:

R.G.:

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493423

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

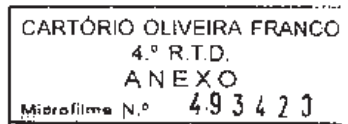


ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

GLOSSÁRIO

<i>Agente de Recebimento</i>	<i>HSBC</i>
<i>Autorização de Cessão</i>	<i>"Autorização de Cessão de Direitos Creditórios" emitida pela Petrobras, cujo modelo consta do presente Contrato de Cessão como seu Anexo II</i>
<i>BAD</i>	<i>Boletim de Avaliação de Desempenho elaborado pela Petrobras para cada Contrato em vigor</i>
<i>CMN</i>	<i>Conselho Monetário Nacional</i>
<i>CNPJ/MF</i>	<i>Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda</i>
<i>Código Civil</i>	<i>Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</i>
<i>Condições de Cessão</i>	<i>São as condições definidas no item 12.1 do Regulamento, que devem ser atendidas antes da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pela Gestora</i>



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mel. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PP



Condições Resolutivas da Cessão

Hipóteses descritas na cláusula 12 deste Contrato de Cessão, em que a cessão será considerada resolvida

Conta de Recebimento

Conta reserva de titularidade do Custodiante, na qualidade de Agente de Recebimento, para receber da Petrobras os recursos oriundos de parcelas de Contrato que contenham Direitos Creditórios cedidos ao Fundo

Contrato

Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre Fornecedor e a Petrobras cujos Direitos Creditórios sejam passíveis de aquisição pelo Fundo de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão

Contrato de Cessão

Este Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças

Cotistas

São os titulares de Cotas

Cotas

São as cotas do Fundo

CPF/MF

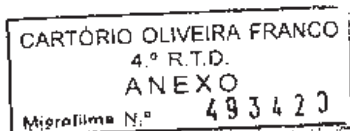
Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda

CRCC

Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor de seus fornecedores

Custodiante

HSBC



121

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Crêterios de Elegibilidade

São os cr terios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos na cláusula 11 do Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante

CVM

Comissão de Valores Mobiliários

Direitos Creditórios

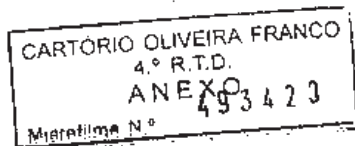
Significa cada presta o devida pela Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administra o ou de serviço, decorrente de contrata o de presta o de serviços, contrato de compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, que estejam de acordo com a Política de Investimento, os Crêterios de Elegibilidade e as Condi es de Cessão

Direito Creditório Não-performado

Significa um Direito Creditório cuja presta o ainda não   exigível da Petrobras em fun o da não entrega, total ou parcial, pelo Fornecedor, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato

Direito Creditório Performado

Significa um Direito Creditório cuja presta o   exigível da Petrobras em decorrência da entrega de bem ou serviço objeto do respectivo Contrato, pelo Fornecedor



122

2  OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



Documentos Comprobatórios

São documentos relacionados aos Direitos Creditórios, incluindo comprovantes de entrega de produtos e/ou prestação de serviços e outros títulos que consubstanciem os Direitos Creditórios ou tenham função de garantia do pagamento dos Direitos Creditórios, se houver

Fornecedor

[COMPLETAR COM O NOME DO FORNECEDOR]

Fundo

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços

Gestora

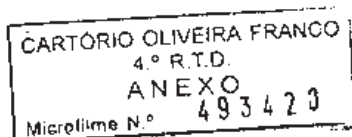
BI Capital Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Benedito, nº 634b, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.449.499/0001-32, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 7981 a prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento

HSBC

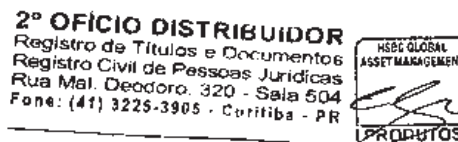
HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, ou sua sucessora

Instituição Administradora

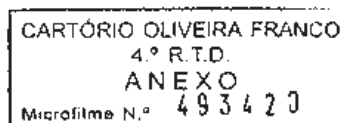
HSBC



123



<i>Petrobras</i>	<i>Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas</i>
<i>Política de Investimento</i>	<i>Significa a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento.</i>
<i>Regulamento</i>	<i>Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 Industrial e Serviços</i>
<i>Reserva de Pagamento</i>	<i>Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo</i>
<i>Reserva de Performance</i>	<i>Reserva composta de ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional, utilizada somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem ou serviço prestado pelo Fornecedor; e/ou (ii) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das</i>



*suas obrigações no respectivo Contrato
que deu origem ao Direito Creditório
adquirido pelo Fundo*

Seguradora Autorizada

*Fator Seguradora S.A., J. Malucelli
Seguradora S.A., Mares-Mapfre Riscos
Especiais Seguradora S.A. e Bradesco
Seguros S.A.*

Seguro

*Seguro de performance a ser contratado
pelo Fornecedor junto a Seguradoras
Autorizadas sempre que exigido por este
Contrato de Cessão e/ou pelo Regulamento*

Taxa DI

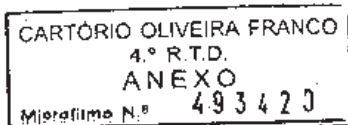
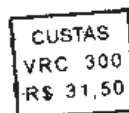
*Taxas médias diárias dos Depósitos
Interfinanceiros - DI de um dia, over
Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela
CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e
cinquenta e dois) dias úteis*

TED

Transferência Eletrônica Disponível

Termo de Cessão

*Instrumento pelo qual é formalizada a
cessão de Direitos Creditórios pelo
Fornecedor ao Fundo a que o primeiro se
compromete por meio do Contrato de
Cessão*



125

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



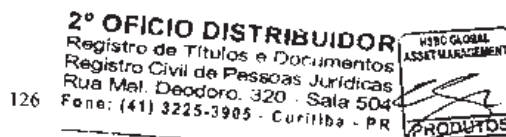
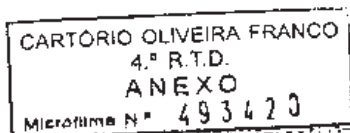
ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº [COMPLETAR], doravante denominada PETROBRAS, atendendo à solicitação da Empresa CONTRATADA [COMPLETAR RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E INSCRIÇÃO NO CNPJ], ora denominada CEDENTE, autoriza condicionalmente, por meio desta, a Cessão de Direitos Creditórios referentes ao Contrato nº ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no [Nº DO CARTÓRIO] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de [COMPLETAR] ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], ora CESSIONÁRIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1. A CEDENTE permanece integralmente responsável perante a PETROBRAS pelo total cumprimento das cláusulas do Contrato, em especial, pela execução dos serviços e/ou entrega dos materiais objeto do Contrato.
2. Os direitos de crédito, objeto da presente autorização, serão efetivados desde que verificado pela PETROBRAS o integral cumprimento pela CEDENTE das obrigações estabelecidas no Contrato. O CESSIONÁRIO não poderá reclamar perante a PETROBRAS pelo não recebimento dos direitos de crédito a ele cedido relativos ao Contrato, se não gerados créditos por falta de cumprimento das obrigações contratuais pela CEDENTE.



3. O relacionamento comercial entre CEDENTE e PETROBRAS não será modificado em razão da presente Autorização.

4. A presente autorização não gera ao CESSIONÁRIO qualquer direito sobre os materiais e/ou serviços objeto do Contrato.

5. Nos termos do art. 290 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02, a PETROBRAS manifesta ciência e autorização à Cessão, pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO abaixo descrito, dos direitos de crédito em razão do Contrato, correspondente a [COMPLETAR]% do valor total do contrato, observadas as condições citadas nesta Autorização.

NOME DO CESSIONÁRIO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS

CNPJ do CESSIONÁRIO: [COMPLETAR]

6. A remessa dos valores a serem remetidos pela PETROBRAS, por conta e ordem da CEDENTE, ao CESSIONÁRIO, será realizada através de transferência bancária, para a seguinte conta indicada pelo CESSIONÁRIO:

Titular da Conta: HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

CNPJ do Titular: 01.701.201.0001-89

Número do Banco: XXX.

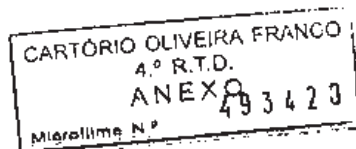
Número da Agência: XXX-X.

Número da Conta Corrente: XXXXXXXX.X.

6.1 Os dados bancários acima indicados, não poderão ser alterados pela PETROBRAS e/ou pela CEDENTE, sem a prévia e expressa autorização do CESSIONÁRIO.

7. A PETROBRAS declara que opõe ao CESSIONÁRIO dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que as remessas ao CESSIONÁRIO estão condicionadas ao preenchimento pela CEDENTE de todas as suas obrigações contratuais.

8. A PETROBRAS não se responsabiliza por quaisquer despesas, seja a que título for, em razão da Cessão dos Créditos objeto da presente AUTORIZAÇÃO.



127

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



9. A CEDENTE desde já autoriza que a PETROBRAS forneça ao CESSIONÁRIO, à sua Instituição Administradora, Gestora, ao Custodiante e Agente de Recebimento, informações sobre o Cedente e os respectivos contratos cujos direitos creditórios serão cedidos ao CESSIONÁRIO, em especial, mas não somente, os respectivos boletins de medição, CRCC e BAD, quando houver.

10. A presente Autorização entra em vigor na data de sua assinatura.

[LOCAL], [DATA]

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Nome da empresa

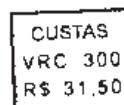
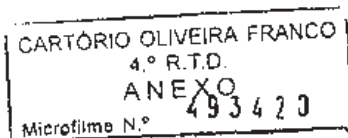
Testemunhas

Nome:

RG:

Nome:

RG:



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

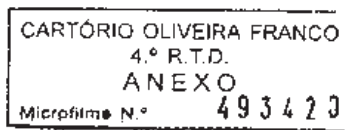


ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº [.]

1. Por meio do presente Termo de Cessão, o [CEDENTE], sociedade com sede na cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº [CNPJ], neste ato representada na forma do seu [ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO SOCIAL], doravante designada simplesmente "Fornecedor", formaliza a cessão de direitos creditórios de sua titularidade ("Direitos Creditórios") ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no [Nº DO CARTÓRIO] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de [COMPLETAR] ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob nº [CNPJ], doravante designado simplesmente "Fundo", neste ato representado pela sua instituição administradora, **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.701.201.0001-89, doravante designada "Instituição Administradora".
2. O presente Termo de Cessão é celebrado em conformidade com o disposto no "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre o Fornecedor e o Fundo, tendo o Custodiante e a Gestora como intervenientes, em [COMPLETAR] ("Contrato de Cessão"). O presente Termo de Cessão está sujeito aos termos e condições do Contrato de Cessão, constituindo parte integrante deste a partir da data de sua assinatura.
3. Os termos e expressões definidos terão o mesmo significado a eles



129

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



atribuídos no Contrato de Cessão.

4. A taxa de desconto a ser praticada na aquisição de cada Direito Creditório é de [COMPLETAR]% ([COMPLETAR] por cento).

5. O valor total a ser recebido pelo Fornecedor em razão da presente cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, apurado com base na taxa referida no item 4 acima, é de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]). [Desse valor, será retido o montante de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]), nos termos do item 4.3 do Contrato de Cessão.]

6. O pagamento ao Fornecedor do valor mencionado acima será efetuado à vista, na data da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios na conta de custódia do Fundo no Custodiante.

7. Os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Fornecedor.

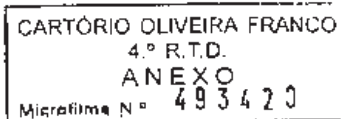
8. O Fornecedor declara que (i) todos os Direitos Creditórios descritos abaixo se enquadram na Política de Investimento, nos Critérios de Elegibilidade e nas Condições de Cessão estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão; (ii) todas as declarações constantes do item 11.1 da cláusula 11 do Contrato de Cessão permanecem verdadeiras; e (iii) os Direitos Creditórios ora cedidos são oriundos de contrato(s) de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens celebrados com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, performados ou a performar, conforme o caso, que são legítimos e que encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

9. As características gerais dos Direitos Creditórios cedidos pelo Fornecedor ao Fundo encontram-se abaixo descritas.

DIREITO(S) CREDITÓRIO(S) CEDIDO(S)

Sacado:

CNPJ/MF:



130

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - P.P.



I.E.:		I.M.:
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.:
		Fax:
		e-mail:
Autorização de Cessão obtida em:		
Documento(s) Originador(es) do(s) Direito(s) Creditório(s):		
Tipo: [Contrato/NF/DM/DS]		Data:
Natureza: [Produtos e/ou Serviços]		
Valor Exigível:		Vencimento:
Data de entrega ou prestação:		Aceito por: [sacado]
Tipo de cobrança:		
Número total de parcelas do Contrato		
Parcelas cedidas:		Da "parcela até a "parcela
Características das parcelas cedidas		
Número da parcela	Data de vencimento	Percentual cedido
Garantias:		
Tipo:		Valor:
Condições:		
Garantidor:		CNPJ/MF - CPF/MF:
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493423

131

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3985 - Curitiba - PR



Seguro Garantia:

Apólice No.:		Valor de Cobertura:
Observações:		
Seguradora:		CNPJ/MF:
SUSEP:		
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

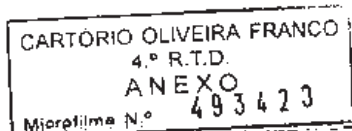
Seguro de Crédito:

Apólice No.:		Valor de Cobertura:
Observações:		
Seguradora:		CNPJ/MF:
SUSEP:		
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

TAXAS COBRADAS DO FORNECEDOR

Denominação da Taxa	Valor da Taxa
Taxa de Desconto	
Despesas Administrativas	
Despesas de Análise e Abertura de Crédito	

10. Este Termo de Cessão de Direitos Creditórios, firmado na presença de 2 (duas) testemunhas, constitui título executivo extrajudicial, de acordo com o art. 585 do Código de Processo Civil, podendo ser executado em face do Fornecedor.



132

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3985 - Curitiba - PR



11. Fica eleito o foro da comarca Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

12. O presente Termo de Cessão deverá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Curitiba e [COMPLETAR] na forma do Contrato de Cessão.

E por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas que também o assinam.

Curitiba, [DIA] de [MÊS] de [ANO].

[FORNECEDOR]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES
PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS
representado por **HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO**

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
R.G.:

Nome:
R.G.:

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493422

133

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR
PRODUTOS

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

REGULAMENTO

2º OFICIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 493423

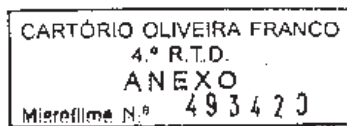


ANEXO V

Este Anexo V é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e B1 Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

PROCURAÇÃO

[CEDENTE], sociedade legalmente organizada e existente sob as leis brasileiras, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [COMPLETAR], com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], neste ato representada nos termos de seu [ESTATUTO/CONTRATO] social ("Outorgante"), nomeia e constitui seu bastante procurador o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Petrobras BR2 – Industrial e Serviços, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81 ("Outorgado"), representado por sua instituição administradora, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89 ("Instituição Administradora"), com poderes para, em nome do Outorgante, (i) receber o valor da parcela de contrato ("Contrato") celebrado entre o Outorgante e a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), devida por esta última, e dar quitação, não podendo o Outorgado transigir ou renegociar o valor dessa parcela (exceto em relação ao direito de declarar vencido antecipadamente o respectivo crédito), sob pena de ser obrigado a responder pelas perdas e danos que seu ato acarretar ao Outorgante; (ii) renegociar o preço do Direito Creditório, conforme definido no regulamento do Outorgado, cedido pelo Outorgante ao Outorgado, caso este Direito Creditório continue a ser exigível da Petrobras, na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Outorgado, qualquer fato ou ato praticado pelo Outorgante, pela Petrobras ou por qualquer terceiro que não o Outorgado, a Instituição Administradora, o custodiante dos ativos de titularidade do Outorgado ("Custodiante") ou a gestora da carteira do Outorgado ("Gestora") que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou sua inexigibilidade; (iii)



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
135 Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



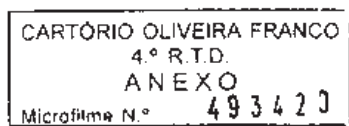
restabelecer as condições do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou da relação comercial estabelecida originalmente entre Outorgante e Petrobras, na hipótese de alteração, pelo Outorgante, sem autorização prévia do Fundo, das condições do Contrato com a Petrobras ou na perda do seguro garantia, se houver; e (iv) escolher e nomear advogados, mediante cláusula "ad iudicia", para exigir extrajudicial (incluindo-se por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Cedente que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras. A Instituição Administradora, na condição de representante do Outorgado, poderá substabelecer, total ou parcialmente, os poderes ora conferidos ao Outorgante. O presente mandato é conferido de modo irrevogável e irretirável, conforme o artigo 684 do Código Civil, extinguindo-se somente ao término da vigência do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" celebrado em [DATA] entre o Outorgante e o Outorgado, com a interveniência da Instituição Administradora e da Gestora, sem prejuízo de outras hipóteses que, por lei, tornem tal extinção obrigatória.

[LOCAL], [DATA]

[CEDENTE]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Relatório de Ratings

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Fluxo Futuro/Brasil
Relatório de Rating
Preliminar**

**Fundo de Investimentos em Direitos
Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 -
Industrial e Serviços**

Classes Sênior e Subordinada Especial - Séries 2009-1

Analistas

Finanças Estruturadas

Jayne Bartling
+55 11 4504-2600
jayne.bartling@fitchratings.com

Ely Mizrahi
+55 11 4504-2600
ely.mizrahi@fitchratings.com

Pesquisa Relacionada

Metodologia

- "Metodologia de Securitização de Fluxos Futuros de Recebíveis no Brasil", 21 de fevereiro de 2005;

Outra Pesquisa

- "Relatório Analítico: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)", 13 de agosto de 2009.

Sumário

Resumo da Transação.....	1
Transação e Estrutura Legal.....	3
Análise de Colateral.....	4
Estrutura Financeira.....	6
Risco de Contrapartes.....	8
Monitoramento.....	9
Apêndice: Resumo da Transação.....	10

Rating Preliminar

Classe/Série	Montante (R\$ MM)	Vencimento Final Legal	Rating	Reforço de Crédito	Perspectiva
Sênior Série 2009-1	80,0	Set./2013	AA(bra)	20,0%	Estável
Sub. Especial Série 2009-1	10,0	Set./2013	A(bra)	10,0%	Estável
Subordinada Júnior	10,0	Set./2013	NA	---	---
Total Emissão	100,0				

O rating preliminar não constitui o espírito de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O rating preliminar está baseado em informações preliminares fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 18 de setembro de 2009. O rating preliminar foi condicionado à confirmação dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Qualquer alteração das informações poderá resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

NA - Não Avaliada

* Reforço de crédito na forma de sobrecolateralização calculado sobre o saldo devedor de carteira de R\$1.100,0 milhões

Fonte: Fitch Ratings

Resumo da Transação

A Fitch Ratings atribuiu os Ratings Nacionais Preliminares 'AA(bra)' e 'A(bra)', respectivamente, à primeira série de cotas seniores e à primeira emissão de cotas subordinadas de classe especial do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços (FIDC BR2). Esta operação consiste na securitização de direitos creditórios de recebíveis a serem performados oriundos de contratos celebrados entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e fornecedores na prestação futura de serviços, compra e venda e/ou aquisição de bens. Ao contrário de operações mais tradicionais de fluxo futuro de recebíveis, esta operação trata de diversos cedentes de interesses econômicos distintos e um único sacado (a Petrobras). A primeira série de cotas seniores será objeto de oferta pública de distribuição, enquanto a emissão de cotas subordinadas de classe especial será distribuída através de esforços restritos de colocação ao mercado. As cotas subordinadas juniores serão integralmente adquiridas pela Petrobras.

Os ratings preliminares atribuídos às cotas seniores e subordinadas de classe especial refletem a capacidade de pagamento integral do principal investido, acrescido dos juros acumulados à taxa anual de 120% do CDI, até o vencimento final legal da transação, em setembro de 2013.

Principais Fundamentos do Rating

Pontos Fortes

- **Reforço de Crédito** - A primeira série de cotas seniores possui reforço de crédito inicial de 20,0%, na forma de sobrecolateralização pelas duas classes de cotas subordinadas. As cotas seniores serão amortizadas em regime pro rata em relação às cotas subordinadas classe especial, à medida que tal reforço de crédito permanece igual ou superior a 20,0%.

Para as cotas subordinadas de classe especial, o reforço de crédito é oriundo da subordinação de 10%, representada pelas cotas subordinadas juniores. As cotas subordinadas de classe especial serão amortizadas em regime sequencial em relação às cotas subordinadas juniores. Ou seja, as cotas subordinadas juniores

serão amortizadas apenas posteriormente ao resgate integral das cotas seniores e subordinadas de classe especial em circulação.

- **Qualidade da Carteira de Crédito** - A carteira de direitos creditórios a ser adquirida advém de fornecedores da Petrobras que alcançaram as melhores qualificações perante o sistema de cadastro (CRCC) e avaliações de desempenho mediante os boletins de avaliação de desempenho (BAD). Além disso, os contratos dos fluxos de recebíveis deverão ter, no mínimo, um relatório de medição emitido pela Petrobras.
- **Risco Operacional do Sacado** - Embora esta transação esteja sujeita ao risco de crédito por parte do único sacado da carteira de direitos creditórios do fundo (a Petrobras), o fundo está exposto aos riscos operacionais da Petrobras, o que é considerado divergente do seu risco de crédito.
- **Pulverização Mínima de Cedentes** - A estrutura do fundo busca assegurar um limite máximo de concentração por cedente individual (calculado por grupo econômico) de 2,5% do patrimônio líquido (PL) do fundo. A partir da emissão de cada classe de cota, certos limites máximos de concentração por somatório dos cinco e dez maiores cedentes deverão ser respeitados. Estes limites também deverão ser verificados enquanto as cotas avaliadas estiverem em circulação. Desta forma, os investidores das cotas seniores e subordinadas de classe especial não estão sujeitos aos riscos de concentração em poucos cedentes durante o período de investimento ('ramp-up') ou desinvestimento ('ramp-down') da carteira de recebíveis.
- **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - Para cada contrato cujas parcelas são cedidas ao fundo, a Petrobras autorizará expressamente a cessão, e será notificada a efetuar todos os pagamentos devidos ao respectivo contrato em conta de recebimento de exclusivo acesso pelo administrador e gestor do fundo.
- **Integridade da Estrutura Jurídica** - Devido à estrutura legal desta operação, a Fitch está convicta de que um evento de insolvência dos cedentes não deverá afetar a integridade e a titularidade dos direitos creditórios do fundo, e de que o FIDC será capaz de honrar os compromissos frente aos investidores.

Pontos Fracos

- **Dados Limitados de Histórico de Performance** - Apesar da solicitação da Fitch, a Petrobras não disponibilizou dados históricos de índice de performance sobre a pontualidade no cumprimento dos cronogramas estabelecidos nos contratos de prestação de serviço e aquisição de bens. Entretanto, a Fitch compilou diversas informações qualitativas e quantitativas a respeito de uma amostra de contratos de fornecimento de construção de diversas empresas fornecedoras.
- **Volatilidade do Fluxo de Caixa dos Recebíveis** - Os contratos celebrados entre as partes determinam prazos, volumes e preços - entre outros elementos -, que estabelecem o cronograma financeiro das parcelas. Entretanto, o recebimento parcial ou integral destas parcelas está sujeito a uma razoável volatilidade devido a diversos riscos de performance. Além do risco de continuidade da empresa fornecedora acima mencionado, o fluxo de caixa dos recebíveis poderá ser exposto aos riscos operacionais de atrasos no cumprimento do cronograma das obras de construção.

Com o objetivo de minimizar certos riscos de performance, a estrutura do fundo prevê a aquisição de até 50% de cada parcela do respectivo contrato. No caso de recebimento parcial de qualquer parcela, o fundo terá prioridade no recebimento até alcançar a sua quitação.

- **Descasamento das Taxas de Juros** - O fluxo futuro de recebíveis de cada

contrato adquirido será descontado pela taxa de cessão estabelecida. Este rendimento prefixado fará frente à taxa benchmark de rendimento pós-fixado das cotas emitidas pelo fundo e, portanto, resultará no descasamento das taxas dentro do prazo dos recebíveis. Apesar da faculdade, e não obrigação, do fundo de contratar instrumentos de derivativos para fazer o hedge desta exposição, este elemento não foi considerado na análise de risco de crédito.

Modelagem, Aplicação de Critério e Adequação de Dados

Análise de Dados

Apesar da solicitação da Fitch sobre as informações históricas de desempenho dos fornecedores, estas não foram integralmente disponibilizadas pela Petrobras. Entretanto, a Fitch compilou diversas informações históricas de desempenho de uma amostra de contratos de fornecimento por empresas fornecedoras para realizar sua análise. Estes contratos representaram um período de vigência entre 2006 e 2009, totalizando cerca de BRL600,0 milhões, visando à construção de diversos projetos de infraestrutura da Petrobras. Algumas informações constantes desta compilação incluem um comparativo de cronograma físico-financeiro previsto *versus* realizado; e valores mensais de medição de serviço prestado, entre outras.

Modelagem

A Fitch utiliza modelos próprios para a modelagem do fluxo de caixa, como parte integrante de seu processo analítico. Este modelo tem como objetivo simular diversos cenários de estresse sobre a operação para avaliar em quanto o reforço de crédito disponível suporta cada série avaliada. A Fitch customiza seu modelo para replicar a estrutura de capital presente na operação, além das características da carteira que lastreia os direitos creditórios.

Aplicação de Critério

Ao analisar esta transação, a abordagem metodológica utilizada para derivar as premissas num cenário base para perda bruta, perda líquida, índices de recuperação e múltiplos de estresse utilizados foi baseada no critério de avaliação para fluxo futuro de recebíveis no Brasil, publicado pela Fitch e disponível em seu website. Para esta operação, o principal ponto analítico divergente em relação a esta metodologia diz respeito ao risco de continuidade, em se tratando de diversos cedentes. Este ponto foi abordado na seção de análise do colateral.



Transação e Estrutura Legal

O FIDC BR2 é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado com prazo indeterminado. O fundo será administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (HSBC) e gerido pela BI Capital Gestão de Recursos Ltda. (BI). O HSBC também exercerá a responsabilidade de custódia e atuará como agente de recebimento dos ativos do fundo. A BI será responsável pela cobrança dos direitos creditórios inadimplidos.

A estrutura do fundo prevê a subscrição de três classes distintas de cotas: sênior, subordinada de classe especial e subordinada de classe júnior. O administrador do fundo poderá promover novas emissões de cotas seniores e subordinadas de classe especial, sem a prévia aprovação de assembleia de cotistas, observadas certas condições previstas no regulamento.

Para esta operação, as cotas subordinadas de classe júnior serão inicialmente subscritas e integralizadas pela Petrobras, no montante de R\$10,0 milhões. A partir da subscrição das cotas subordinadas de classe especial, o somatório dos direitos creditórios cedidos pelos cinco maiores cedentes não deverá representar mais de 50% do PL do fundo. Desta forma, a exposição dos cinco maiores cedentes deverá ser igual ou inferior ao montante de classe júnior subscrita.

Após a subscrição inicial das cotas seniores, o fundo deverá ter obrigatoriamente alcançado uma pulverização mínima da exposição dos dez maiores cedentes, sendo equivalente a, no máximo, 20% do PL do fundo. Ao subscrever as classes de cotas de menor para maior senioridade, a estrutura do fundo busca minimizar os riscos relevantes de concentração por cedente durante a fase inicial de atividades operacionais e de aquisição de direitos creditórios.

Para esta primeira série de cotas seniores, serão emitidos até R\$180,0 milhões, com prazo total de 48 meses. Após um período inicial de carência de 24 meses, as cotas seniores serão amortizadas em regime pro rata em relação às cotas subordinadas de classe especial. Entretanto, as cotas subordinadas de classe júnior somente poderão ser amortizadas e/ou resgatadas após o resgate integral das cotas seniores e subordinadas de classe especial.

Encerrado o período de carência de amortização de 24 meses, as cotas seniores e subordinadas de classe especial serão amortizadas por critério de regime de caixa dos recebimentos previstos dos direitos creditórios do mês imediatamente anterior. Portanto, os valores para a amortização das duas classes serão apurados de forma pro rata e proporcional à sua representatividade no PL do fundo. Entretanto, as cotas seniores terão prioridade no recebimento dos vencimentos efetivamente pagos no mês até seu percentual do PL do fundo.

No decorrer do fundo, os contratos que tiverem parcelas vencidas e não pagas serão provisionados pelo critério da Resolução 2.682 do Banco Central. Entretanto, o critério de provisionamento será feito com base no CNPJ dos cedentes. Quaisquer contratos que tiverem parcelas vencidas e não pagas por mais de noventa dias serão integralmente provisionados como perda efetiva.

Estrutura Legal

Devido à estrutura legal desta operação, a Fitch está convicta de que um evento de insolvência da cedente não deverá afetar a integridade das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas, e de que o fundo será capaz de honrar os compromissos com os investidores. A Fitch solicitou e recebeu parecer legal da assessoria jurídica da transação, atestando quanto à constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização.

Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a Fitch confia na opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal e nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch e nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, eles devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

Análise do Colateral

O fundo irá adquirir de diversos cedentes os direitos creditórios devidos pela Petrobras mediante contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens. O fundo estabelece taxas mínimas de cessão, conforme o nível de CRCC e BAD do cedente. Enquanto a estrutura do fundo poderá adquirir direitos creditórios existentes e performados, a totalidade do seu PL poderá ser alocada em direitos creditórios a performar.

O gestor é responsável pela prospecção de cedentes e direitos creditórios elegíveis. Entre as responsabilidades delegadas pelo administrador ao gestor estão, de forma resumida, a avaliação prévia dos direitos creditórios perante os critérios de elegibilidade; a fixação dos valores de cada parcela adquirida do contrato; o cálculo da taxa de cessão sobre as parcelas a serem cedidas; a preparação em formalização de todos os documentos relacionados à cessão das parcelas, além dos esforços de cobrança das parcelas inadimplidas por qualquer motivo.

Crítérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo fundo serão submetidos previamente a certos critérios de elegibilidade, cuja verificação será de responsabilidade do custodiante. De forma resumida, estes critérios incluem os seguintes requisitos:

- A partir da data de aquisição, as parcelas adquiridas do contrato não poderão ter vencimento inferior a vinte dias e superior a 24 meses;

Taxa Mínima de Cessão por Cedente	
BAD* do Cedente	% do CDI**
Abaixo de 7,0 ou Ausente	200%
7,0 a 7,9	180%
8,0 a 8,9	170%
9,0 a 10,0	160%

BAD – Índice de Avaliação de Desempenho
** Di considera o prazo do direito creditório
Fonte: Fitch Ratings

- Nenhuma parcela adquirida poderá ter vencimento superior a seis meses antes do vencimento final da série de cotas seniores em circulação;
- Ao considerar as parcelas a serem adquiridas, o prazo médio ponderado da totalidade da carteira de direitos creditórios do fundo não deve ser superior a 12 meses;
- As parcelas ofertadas deverão ser consecutivas, e poderão ser adquiridos até 50% do valor estimado de cada parcela, conforme o cronograma físico-financeiro integrante do respectivo contrato. É proibida a aquisição da última parcela de qualquer contrato.
- Os critérios de elegibilidade sobre os cedentes incluem os seguintes critérios:
- O cedente deverá possuir CRCC igual ou superior à nota 'C', e média ponderada de BAD igual ou maior do que sete;
- No caso de cedentes sem CRCC, estes somente poderão adquirir direitos creditórios devidamente performados ou direitos creditórios a performar em que estiver contratado seguro garantia de performance, dentro das condições previstas no regulamento do fundo;
- O somatório do saldo devedor dos direitos creditórios cedidos por um único cedente (ou grupo econômico) não poderá ser superior a 2,5% do PL do fundo.

Os critérios de elegibilidade também estabelecem níveis mínimos de pulverização por cedente, além do limite individual acima, para mitigar os riscos durante os períodos de investimento ('ramp-up') e desinvestimento, sem período de carência para o atendimento deste critério ('ramp-down'). Durante o período de investimento, o investidor poderá estar exposto a um maior risco individual dos tomadores, o chamado risco de 'ramp-up', uma vez que, nesse período, os critérios de concentração dos tomadores não precisam ser atendidos, devido a uma carência para atendê-los. O risco de 'ramp-up' diminui de acordo com a inclusão de mais tomadores à carteira. No final do período de investimento, a carteira deve apresentar os níveis de diversificação determinados pelo regulamento do fundo; assim, o risco de 'ramp-up' deixa de existir. Do mesmo modo, perto do final da operação, a carteira deverá passar por um período de desinvestimento, quando a maior exposição ao risco individual dos tomadores poderá ocorrer novamente - o risco de 'ramp-down' -, e crescer até a liquidação da operação. A Fitch ressalta que a estrutura desta operação mitigará adequadamente esses riscos.

Condições de Cessão

Como condição de cessão para o fundo, os cedentes dos direitos creditórios deverão declarar que não há parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras referentes ao contrato objeto de cessão. Além disso, deverão declarar que estão adimplentes com todas as obrigações previstas no respectivo contrato.

Riscos de Performance

A Fitch identificou riscos distintos de performance inerentes aos direitos creditórios de fluxo futuro: risco de continuidade (performance) do cedente e riscos operacionais de projeto.

Risco de Continuidade dos Cedentes

Para esta operação, o risco de continuidade dos cedentes é pulverizado, e, portanto, reduzido. Uma operação tradicional de securitização de fluxo futuro de recebíveis geralmente se expõe ao risco de continuidade de um único cedente, ou único grupo econômico de cedentes. Assim, a avaliação do risco de continuidade

passa a ser um fator limitante no perfil de risco de crédito da operação estruturada.

Para esta operação, os riscos de continuidade são em grande parte mitigados pela pulverização mínima dos cedentes, em face do reforço de crédito de subordinação presente na estrutura para cada classe de cota avaliada, além da seleção de cedentes com avaliações mínimas de desempenho histórico.

Riscos Operacionais (Projeto)



Grande parte dos contratos celebrados entre a Petrobras e empresas fornecedoras estão relacionados a serviços prestados em projetos de construção e/ou infraestrutura de alta complexidade e potencial implementação em várias fases. A Fitch entende que as parcelas destes contratos poderão sofrer atrasos relevantes com relação ao cronograma físico-financeiro previsto. Os principais motivos de atraso incluem, mas não se limitam a: força maior (condições climáticas, greves, etc.), atrasos em etapas de serviços prestados por fornecedores antes do início do serviço do contrato em questão e outros.

Para mitigar parcialmente o risco de atraso no cronograma físico-financeiro dos contratos objetos de cessão, estes deverão ter pelo menos um relatório de medição apresentado. Entretanto, para os riscos de atraso devido a força maior, a aquisição de no máximo 50% de cada parcela do contrato de fornecimento propicia uma margem para absorver parte deste potencial atraso. Este limite máximo de aquisição por parcela do contrato resulta implicitamente em um índice mínimo de cobertura de serviço de dívida (DSCR) de 2,0 vezes para cada contrato. Entende-se a razão deste DSCR como o valor da parcela dividido pelo valor nominal da parte da parcela adquirida pelo fundo. Entretanto, a Fitch ressalta que este mecanismo de margem excedente de cada parcela é solidário entre cada contrato e/ou cedente.

Das informações levantadas pela Fitch sobre a performance histórica de diversos contratos de fornecimento de construção, grande parte deles teve prazo entre 24 e trinta meses, no período entre 2006 e 2009. A Fitch entende que esta amostra é representativa dos contratos que deverão ser adquiridos pelo fundo, com respeito aos critérios de elegibilidade. O gráfico acima demonstra um exemplo mais característico do cronograma financeiro dos contratos de fornecimento de construção.

Em média, os contratos analisados apresentaram atrasos de cerca de seis meses na realização de seu cronograma financeiro, com relação à previsão inicial. A Fitch também avaliou o valor financeiro previsto versus o realizado (medido) das

parcelas desta base de contratos. Em média, 78% do valor previsto da parcela foram efetivamente pagos dentro do mês contemplado no contrato. Embora esta média seja relativamente elevada, este percentual variou entre 15% e 100% do valor previsto da parcela.

Na base de contratos analisada, os atrasos foram relacionados aos riscos operacionais de projetos de infraestrutura. Não foi identificado nenhum caso de falta de performance por questões de continuidade da empresa fornecedora. E, apesar dos atrasos ocorridos no cronograma financeiro desta amostra, todos os valores foram recuperados até o término do contrato.

Concentração por Sacado

A operação está exposta integralmente a um único grupo econômico, a Petrobras e suas subsidiárias. As dívidas seniores sem garantia da Petrobras são avaliadas pela Fitch com o Rating Nacional de Longo Prazo "AAA(bra)". Além disso, sua capacidade de pagamento dos valores devidos às empresas fornecedoras condiz com este perfil creditício.

Entretanto, o risco operacional associado à Petrobras é um elemento preponderante na análise de influência na performance dos direitos creditórios que lastreiam esta operação estruturada.

Estrutura Financeira e Modelagem de Fluxo de Caixa

Reforço de Crédito

Os investidores seniores contarão com reforço de crédito inicial de 20,0%. Este reforço foi calculado a partir do nível de sobrecolateralização de 20,0%, proporcionado pela diferença entre o saldo devedor total da carteira, de BRL100,0 milhões, e o valor nominal das cotas seniores, de BRL80,0 milhões.

Os investidores de cotas subordinadas de classe especial contarão com um reforço de crédito inicial de 10,0%. Este reforço foi calculado a partir do nível de sobrecolateralização de 10,0%, proporcionado pela diferença entre o saldo devedor total da carteira, de BRL100,0 milhões, e o valor nominal das cotas subordinadas de classe especial, de BRL10,0 milhões.

Reserva de Amortização

Com o fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios, será constituída e mantida uma reserva de amortização para atender a um percentual da estimativa das amortizações vincendas com os valores a serem amortizados das cotas seniores. O administrador do fundo deverá manter 50% e 100%, respectivamente, do valor estimado de amortização de sessenta a trinta dias antes da próxima data programada de amortização das cotas seniores. A Fitch ressalta que não há reserva de amortização para as classes de cotas subordinadas.

Reserva de Pagamento

O administrador deverá estabelecer e manter reserva de pagamento para despesas operacionais do fundo devidas nos trinta dias subsequentes. Estas despesas incluem a taxa de administração e os encargos de terceiros contratados, e exclui a taxa de performance.

Reserva de Performance

Para cada aquisição de direitos creditórios de cedentes que não possuem CRCC, será estabelecida uma reserva de performance equivalente a 10,0% do preço de cessão, já descontado. Este valor será retido do pagamento da cessão e mantido de forma segregada dos demais créditos, e será devolvido ao cedente a partir da aceitação final e definitiva pela Petrobras das respectivas obrigações contratuais de fornecimento.

Do ponto de vista da Fitch, esta reserva de performance não provê um reforço de crédito significativo para os investidores, uma vez que serve apenas para a recuperação parcial sobre os direitos creditórios do próprio cedente dos créditos. Ou seja, esta reserva de performance não poderá ser utilizada para absorver inadimplência ou perdas incorridas por outros cedentes.

Ordem de Prioridade de Pagamentos

Todos e quaisquer valores recebidos mensalmente pelo fundo na conta de recebimento deverão ser alocados da seguinte forma:

- Pagamento de despesas correntes do fundo, exceto a taxa de performance;
- Constituição/reposição da reserva de pagamento;
- Constituição/reposição da reserva de amortização;
- Amortização ou resgate das cotas seniores, conforme previsto no regulamento e suplemento;
- Aquisição de novos direitos creditórios elegíveis;
- Amortização e/ou resgate das cotas subordinadas de classe especial, observadas as condições do regulamento;
- Amortização e/ou resgate das cotas subordinadas de classe júnior, observadas as condições do regulamento;
- Pagamento da taxa de performance.

No caso de liquidação antecipada do fundo, os recebimentos dos direitos creditórios serão distribuídos de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- Pagamento de despesas correntes do fundo, exceto a taxa de performance;
- Amortização e resgate integral das cotas seniores;
- Amortização e resgate integral das cotas subordinadas de classe especial;
- Amortização e resgate integral das cotas subordinadas de classe júnior.

Qualquer recurso excedente após a amortização/resgate integral de ambas as classes de cotas será distribuído de forma pro rata entre as cotas subordinadas de classe especial (40%); as cotas subordinadas de classe júnior (40%); e a taxa de performance devida ao gestor (20%).

Principais Gatilhos Relevantes

Dentre os diversos gatilhos de desempenho da operação (eventos de avaliação e liquidação antecipada), a Fitch destaca os seguintes gatilhos.

- **Relação mínima de subordinação** - Ocorrerá caso a relação mínima de subordinação não seja restabelecida dentro de cinco dias úteis da verificação de desenquadramento. A relação mínima de 125% é verificada diariamente pelo administrador, e é calculada como a razão entre o PL do fundo e o valor das cotas seniores em circulação. Em outras palavras, isto significa uma subordinação mínima de 20,0% quando somados os valores das duas classes de cotas subordinadas.

Em conjunto com a relação mínima de subordinação, ambas as classes de cotas subordinadas não poderão representar, individualmente, menos de 10,0% do PL do fundo.

- **Índice de inadimplência/perda** - Será considerado caso o valor da provisão

para devedores duvidosos do fundo se torne superior a 5,0% do saldo devedor da carteira de direitos creditórios. A Fitch ressalta que os contratos cedidos com parcela vencida e não paga por mais de noventa dias serão considerados como perda efetiva.

- **Pulverização mínima de cedentes** - O fundo deverá respeitar os limites mínimos de pulverização de cedentes (por grupo econômico) durante a vigência do fundo. Durante o início de suas atividades, o fundo deverá obedecer as condições específicas de pulverização de cedente, detalhadas acima neste relatório. Após este período, o somatório do saldo devedor de recebíveis cedidos pelos cinco maiores cedentes não poderá ser superior, em nenhum momento, a 10,0% do PL do fundo. Ao mesmo tempo, o somatório dos cedidos pelos dez maiores cedentes não poderá ser de 20,0% do PL do fundo.

Modelagem de Fluxo de Caixa

A Fitch utiliza o modelo de fluxo de caixa para verificar se o reforço de crédito disponível será suficiente para suportar estresses condizentes com a categoria de rating atribuída às classes de cotas avaliadas.

Através do modelo de fluxo de caixa, a Fitch constituiu um cenário base, simulado para a emissão desta primeira série de cotas seniores e cotas mezanino, e utilizou as seguintes premissas:

- Durante os primeiros noventa dias, são subscritas cotas seniores de BRL80,0 milhões, cotas subordinadas de classe especial de BRL10,0 milhões e cotas subordinadas de classe júnior de BRL10,0 milhões;
- A carteira de direitos creditórios é integralmente composta por contratos de fornecimento a performar voltados a projetos de construção e engenharia, respeitando os limites máximos de concentração por cedente;
- O prazo médio de vencimento das parcelas cedidas dos contratos é de 12 meses, e o prazo máximo, de 24 meses;
- Utilização de taxa mínima de cessão de 160% do CDI de 8,75% ao ano;
- Não foi considerado nenhum índice de antecipação (pré-pagamento) dos pagamentos dos direitos creditórios, uma vez que não há risco relevante para esta operação.

A partir destas premissas, a estrutura de capital da operação foi submetida a diversos cenários de estresse para avaliar em quanto o reforço de crédito suporta a capacidade de pagamento integral das classes de cotas avaliadas. Estes cenários contemplaram a combinação dos seguintes fatores em diversas ponderações, que incluem a elevação gradativa da taxa de juros; atrasos na pontualidade das parcelas entre seis a 12 meses; e a realização de variadas curvas de perdas acumuladas. Com base na análise de fluxo de caixa da operação, o reforço de crédito presente na estrutura do fundo suporta estresses condizentes com as categorias de rating atribuídas para cada classe de cota avaliada.

Riscos de Contrapartes

Commingling e Servicing (Cobrança)

Além dos serviços de administração e custódia, o HSBC foi contratado como agente de recebimento dos direitos creditórios. Mediante termo de autorização de cessão celebrado entre o cedente, o fundo e a Petrobras, o sacado efetuará todos os pagamentos referentes a todas as parcelas do contrato em conta de recebimento domiciliada no HSBC. O agente de recebimento receberá diretamente da Petrobras os relatórios de medição para conciliar os pagamentos recebidos. Todos os

pagamentos referentes às parcelas cedidas ao fundo serão transferidas imediatamente para conta corrente de titularidade do FIDC. Quaisquer pagamentos excedentes serão transferidos para conta corrente designada, de titularidade do cedente. É importante ressaltar que o fundo terá prioridade sobre quaisquer pagamentos parciais das parcelas feitas pela Petrobras. A BI Capital Gestão de Recursos Ltda. (BI), na qualidade de gestora, será responsável pela cobrança administrativa, judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios inadimplidos.

A Fitch entende que a estrutura de recebimentos acima mencionada visa mitigar adequadamente os riscos de *commingling* e o possível desvio dos pagamentos pertencentes ao fundo.

Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	FIDC Fornecedores BR2 - Industrial e Serviços	NA	NA
Cedente/Originaador	Diversos	NA	NA
Administrador	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	NA	NA
Custodiante	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	NA	NA
Gestor	BI Capital Gestão de Recursos Ltda.	NA	NA

NA = Não Avaliado

Fonte: Fitch Ratings

Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação, de forma contínua, até o seu vencimento final. Este acompanhamento visa assegurar que o Rating Preliminar atribuído continue refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, diversos relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente performance aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do Rating Preliminar, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas da Fitch, em www.fitchratings.com.br.

Apêndice A: Originação e Cobrança

Processo de Cadastro de Fornecedores

Ao iniciar um relacionamento comercial com Petrobras, a empresa fornecedora efetua sua inscrição no sistema de cadastro corporativo. Este sistema é acessível via portal eletrônico pela Petrobras, que informa em qual tipo de serviço ou bem de fornecimento ela se enquadra. As informações e os documentos que evidenciam os dados cadastrais são enviados eletronicamente e em forma física para a unidade de cadastro relevante da Petrobras. O processo de validação dos documentos é compartilhado com uma equipe especializada da Petrobras e com empresas privadas terceirizadas, assim como o seu arquivamento.

Os procedimentos e meios de cadastramento pela Petrobras variam conforme o requerimento de qualificação técnica do bem fornecido ou espécie de serviço a ser prestado (como serviços críticos, de interesse permanente ou não centralizados).

Entretanto, a avaliação do fornecedor é desmembrada em cinco critérios: gerenciais; técnicos; econômicos; segurança, meio ambiente e saúde; e legais. Os critérios econômicos contemplam a análise das demonstrações financeiras do fornecedor e sua gestão financeira. Quanto aos critérios jurídicos, são recebidos os documentos da empresa fornecedora e de seus representantes legais. Certidões negativas de débito são obrigatoriamente prestadas para comprovar o adimplemento dos devidos pagamentos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); de tributos federais, estaduais e municipais; além de dívida ativa com a União Federal. Além disso, é realizada uma consulta da situação da empresa no registro de cadastro da Serasa Experian. Durante o processo de avaliação, os representantes da Petrobras fazem uma visita à sede da empresa fornecedora, além de possíveis visitas em campo.

Após a consolidação deste processo de avaliação, a empresa fornecedora recebe o Certificado de Registro de Classificação Cadastral (CRCC), com classificação que varia entre A (melhor); B; C (pior); ou R (não recomendado), com base na pontuação dos cinco critérios acima mencionados. Esta certificação e todas as informações da empresa fornecedora são disponibilizadas para o uso por todos os departamentos da Petrobras. A partir da obtenção do CRCC, a empresa fornecedora está apta a participar de processos licitatórios.

O CRCC tem validade de 12 meses. Sessenta dias antes do vencimento do CRCC, a empresa fornecedora deverá solicitar sua renovação, com a atualização dos critérios econômicos e legais. O CRCC será cancelado automaticamente noventa dias após o vencimento. A critério da Petrobras, o certificado poderá ser suspenso a qualquer momento.

A partir da primeira contratação da empresa fornecedora, a respectiva área de fiscalização e gerenciamento da Petrobras elabora um Boletim de Avaliação de Desempenho (BAD). O BAD é feito pelo menos a cada três meses para cada fornecedor e cada contrato celebrado, com a emissão de uma nota que varia entre 0 (péssimo) e 10 (excelente). Esta nota é ponderada sobre diversos itens, que abrangem requisitos técnicos, qualidade do serviço, prazo, segurança, planejamento, preservação do meio ambiente, entre outros. O desempenho de cada contrato recebe uma nota, ao mesmo tempo em que é calculada a média ponderada de todas as notas atribuídas à respectiva empresa fornecedora. As notas do BAD são disponibilizadas à empresa fornecedora, para que tome quaisquer providências de correção necessárias.

Processo de Contratação

Tendo em vista que a Petrobras é uma empresa de economia mista, todas as contratações de terceiros são regidas por procedimento licitatório em três principais modalidades: concorrência, tomadas de preço e carta-convite.

A Petrobras utiliza contratos padronizados para o fornecimento de bens e prestação de serviços. De certas cláusulas padrões contidas nestes contratos, destacam-se as seguintes:

- Prazo e condições de entrega de material, no caso de fornecimento. Os pagamentos serão feitos pela Petrobras, após a entrega parcial ou total, trinta dias corridos da data do protocolo de entrega da documentação de cobrança no local indicado da entrega;
- No caso de entregas parciais e/ou programadas, serão elaborados relatórios de medição da parcela do contrato já executada para fins de pagamento, o que deverá ocorrer trinta dias corridos após a medição;
- Os preços e volumes são estipulados e constatados através de cronograma físico-financeiro acordado entre as partes, anexado ao contrato;
- Vedação de cessão dos direitos creditórios advindos do contrato, sem expressa e

prévia autorização por parte da Petrobras;

- O fornecedor poderá solicitar, para a análise da Petrobras, a prorrogação do prazo de entrega dos bens, por motivo de força maior.

O contrato poderá ser rescindido pela Petrobras, em sua totalidade ou em parte, com trinta dias de antecedência, mediante a ocorrência das seguintes situações:

- Não cumprimento das cláusulas contratuais;
- Atraso injustificado no início do fornecimento do bem ou do serviço;
- Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que impeça a execução do contrato;
- Decretação de falência ou dissolução de sociedade da empresa contratada;
- Conveniência da Petrobras. Neste caso, serão pagos ao fornecedor os valores correspondentes à parte já executada do contrato.

O contrato poderá ser rescindido pelo fornecedor nas seguintes hipóteses:

- Por ordem expressa da Petrobras, por suspensão da execução do contrato por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Petrobras.

Os contratos poderão também conter critérios de ajuste de preço ao longo da vigência do serviço ou entrega do bem. Estes critérios seguem em linha com as normas vigentes das condições de reajuste e pagamento da Petrobras. Em geral, estes ajustes poderão incorporar correção monetária (pelo Índice de Preços do Consumidor (IPC)) ou variação dos preços de insumo.

Medição de Performance

Os critérios de medição de performance dos serviços ora prestados pelas empresas fornecedoras são descritos nos contratos celebrados, em linha com o manual de procedimentos contratuais da Petrobras. No último dia útil do mês, o técnico fiscalizador designado efetua a medição da quantidade do serviço prestado dentro do mês de competência. Através desta avaliação, é emitido relatório de medição (RM), assinado tanto pela empresa fornecedora como pelo técnico da Petrobras, para destacar os valores brutos e líquidos de relevantes impostos, a serem faturados pela empresa fornecedora. Este documento é disponibilizado à empresa fornecedora até o primeiro dia útil do mês subsequente, que serve como base para a emissão de fatura a ser paga pela Petrobras. Ao emitir e entregar a fatura até o quarto dia útil do mês, a Petrobras fica responsável pelo pagamento até o 25º dia do mesmo mês. Qualquer atraso na entrega da fatura resultará em igual atraso no prazo de pagamento.

Além dos valores a serem faturados, o RM contém o número do contrato, as datas e os períodos de medição, os dados cadastrais da empresa fornecedora e da Petrobras, assim como o local de entrega da fatura. Quaisquer valores de reajuste de preço também serão calculados pela Petrobras e constarão do RM.

Apêndice B: Resumo da Transação

FIDC Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços

Brasil/Fluxo Futuro

Estrutura de Capital

Classe/Série	Ratings Preliminares	Perspectiva	(%)	Montante (BRL MM)	Reforo de Crédito (%)	Taxa (% de CDI)	Benchmark	Pgto. Freq.	Vencimento Final	ISIN
1ª Série Sênior	'AA/Bras'	Estável	80,0	80,0	20,0	120,0	120,0	Mensal	Set/2013	
1ª Emissão Especial	'A/Bras'	Estável	10,0	10,0	10,0	120,0	120,0	Mensal	Set/2013	
Júnior	NA	NA	10,0	10,0	—	120,0	120,0	—	Set/2013	
Total			100,0	100,0						

NA - Não Avaliada

Informações Relevantes

Detalhes:

Data de Início de Distribuição	—
País / Ativo	Brasil / FIDC/Fluxo Futuro
País da SPE	Brasil
Analistas	Jayme Bartling +55 11 4504-2602 Ely Wizarati +55 11 4504-2617
Analista de Monitoramento	Kleber Oliveira +55 11 4504-2613

Partes:

Emissor	FIDC Fornecedores BR2 - Industrial e Serviços
Cedente/Originador	Diversos
Administrador	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Custodiante	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Gestor	BI Capital Gestão de Recursos Ltda.

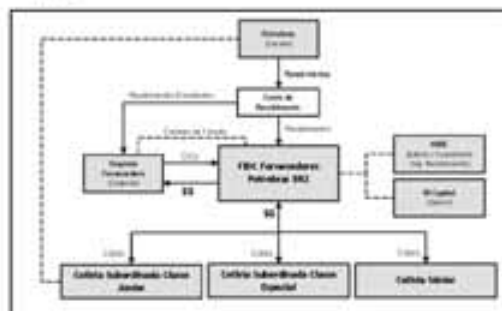
Frequência de Amortização: Mensal

Fundamentos do Rating

- Reforo de Crédito:** A primeira série de cotas sênior possui reforço de crédito inicial de 20,0%, na forma de subordinação pelas duas classes de cotas subordinadas. As cotas sênior serão amortizadas em regime pro rata em relação às cotas subordinadas classe especial, à medida que tal reforço de crédito permaneça igual ou superior a 20,0%. Para as cotas subordinadas de classe especial, o reforço de crédito é o fundo da subordinação de 101, representada pelas cotas subordinadas juniores. As cotas subordinadas de classe especial serão amortizadas em regime sequencial em relação às cotas subordinadas juniores. Ou seja, as cotas subordinadas juniores serão amortizadas apenas posteriormente ao regime integral das cotas sênior e subordinadas de classe especial em circulação.
- Qualidade da Carteira de Crédito:** A carteira de direitos creditórios a ser adquirida abrange fornecedores da Petrobras que alcançam as melhores qualificações perante o sistema de rating (ICBC) e avaliações de desempenho mediante o sistema de avaliação de desempenho (IAD). Além disso, os contratos dos fluxos de recebíveis deverão ter, no mínimo, uma prestação quitada e fluir relatório de medição emitido pela Petrobras.
- Risco de Crédito do Sacado:** Embora esta transação esteja sujeita ao risco de crédito por parte do único sacado da carteira de direitos creditórios do fundo (a Petrobras), o fundo está exposto aos riscos operacionais da Petrobras, o que é considerado divergente do seu risco de crédito.
- Purificação Mínima de Cedentes:** A estrutura do fundo busca assegurar um limite máximo de concentração por cedente individual (calculado por grupo econômico) de 2,5% do patrimônio líquido (PL) do fundo. A partir da emissão de cada classe de cota, certos limites máximos de concentração por cedente dos cinco e dez maiores cedentes deverão ser respeitados. Estes limites também deverão ser verificados enquanto as cotas avaliadas estiverem em circulação. Desta forma, os investidores das cotas sênior e subordinadas de classe especial não estão sujeitos aos riscos de rompimento ou ramp-down da carteira de recebíveis.
- Segregação do Fluxo de Pagamento:** Para cada contrato cujos parcelas são cedidas ao fundo, a Petrobras autorizará expressamente a cédula, e será notificada a efetuar todos os pagamentos devidos ao respectivo contrato em conta de recebimento de exclusivo acesso pelo administrador e gestor do fundo.
- Integridade da Estrutura Jurídica:** Sendo a estrutura legal desta operação, a Fitch está ciente de que um evento de insolvência dos cedentes não deverá afetar a integridade e a solvabilidade dos direitos creditórios do fundo, e de que o FIDC será capaz de fornecer os compromissos frente aos investidores.
- Dados Limitados de Histórico de Performance:** Apesar da solicitação da Fitch, a Petrobras não disponibilizou dados históricos de índice de performance sobre a puntualidade no cumprimento dos cronogramas estabelecidos nos contratos de prestação de serviço e aquisição de bens. Entretanto, a Fitch compilou diversas informações qualitativas e quantitativas a respeito de uma amostra de contratos de fornecimento de construção de diversas empresas fornecedoras.
- Volatilidade do Fluxo de Caixa dos Recebíveis:** Os contratos celebrados entre as partes determinam prazos, volumes e preços - entre outros elementos -, que estabelecem o cronograma financeiro dos parcelas. Entretanto, o recebimento parcial ou integral dessas parcelas está sujeito a uma notável volatilidade devido à diversos riscos de performance.

Além do risco de continuidade da empresa fornecedora acima mencionado, o fluxo de caixa dos recebíveis poderá ser exposto aos riscos operacionais de atrasos no cumprimento do cronograma das obras de construção. Com o objetivo de monitorar certos riscos de performance, a estrutura do fundo prevê a aquisição de até 50% de cada parcela do recebível controlado. No caso de recebimento parcial de qualquer parcela, o fundo terá prioridade no recebimento até alcançar a sua quitação.

Descontamento das Taxas de Juros: O fluxo futuro de recebíveis de cada contrato adquirido será descontado pela taxa de custo estabelecida. Este rendimento pré-fixado será frente à taxa benchmark de rendimento pós-fluxo das cotas emitidas pelo fundo e, portanto, resultará no descaimento das taxas dentro do prazo dos recebíveis. Apesar da faculdade, e não obrigação, do fundo de contratar instrumentos de derivativos para fazer o hedge desta exposição, este elemento não foi considerado na análise de risco de crédito.



Copyright © 2009 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias, One State Street Plaza, NY, NY 10004.

Telefone: 1-800-753-4624, (212) 908-0505; Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de empresas, outros cobrigados, subscritores e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título, o rating não cobre o risco de perda em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título, um relatório que contém um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações necessárias, verificadas e apreendidas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de fiança de impostos ou situação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros cobrigados e subscritores para avaliar os títulos. Esses honorários geralmente variam entre US\$1.000 a US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todos ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou segurados ou garantidos por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implica consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular, devido à relativa eficiência de publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes de estar para os assinantes dos impressos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Relatório da KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ABCD

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.

Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados

KPMG Risk Advisory Services Ltda.
Março de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal: 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3901
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

À
BI Invest Participações e Finanças Corporativas Ltda.
São Paulo - SP

26 de março de 2009

Atenção: Sr. Reinaldo Zakalski

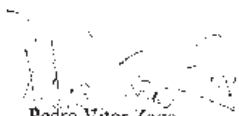
Prezados senhores:

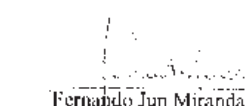
Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, apresentamos nosso relatório a respeito da execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos em conjunto com representantes da BI Invest Participações e Finanças Corporativas Ltda. ("BI Invest") e da Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras" ou "Sacado") e seus parceiros estratégicos, grupo encarregado do processo de estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Nossos trabalhos foram efetuados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Diretor


Fernando Jun Miranda Omori
Gerente sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company, de "responsabilidade limitada" e "com capital de risco" (LLP) de 1995, membro independente na rede KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss controlled, co-operative entity.

1 Objetivo e alcance de nossos trabalhos

A Petrobras e a BI Invest – Grupo Estruturador da operação — estão estruturando um processo de securitização de recebíveis por meio da constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Fundo” ou “FIDC”). De acordo com representantes do Grupo Estruturador, os recebíveis integrantes da carteira do Fundo poderão ser representados por contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços performados e a performar, firmados entre a Petrobras e os seus fornecedores (“Cedentes”). Tais contratos serão cedidos ao FIDC mediante o atendimento de certos critérios de elegibilidade a serem definidos.

Ainda segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, visa a atender aos seguintes principais objetivos:

- Levantar o fluxo operacional da Petrobras relacionado à estrutura de cadastramento de fornecedores de materiais e serviços e seu respectivo processo de avaliação — CRCC — e identificar os respectivos controles internos existentes.
- Levantar o fluxo operacional da Petrobras relacionado ao acompanhamento e à medição da *performance* de fornecedores de materiais e serviços contratados — BAD — e identificar os respectivos controles internos existentes.

Esses objetivos seriam atingidos por meio da aplicação dos seguintes procedimentos pré-acordados:

Descrição do procedimento	Referência interna
(a) Obtenção dos manuais e das políticas com os descritivos dos fluxos operacionais da Petrobras relacionados à estrutura de cadastramento de fornecedores de materiais e serviços e seu respectivo processo de avaliação - CRCC.	Seção 2
(b) Obtenção dos manuais e das políticas com os descritivos dos fluxos operacionais da Petrobras relacionados à estrutura, à medição da <i>performance</i> de fornecedores de materiais e serviços contratados - BAD.	Seção 3
(c) Testes, com base em testes por amostragem, da efetividade dos controles internos relacionados às estruturas acima mencionadas.	Seção 4

Tais procedimentos foram definidos com representantes do Grupo Estruturador e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos considerados mais adequados às suas necessidades. As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir de documentos descritivos e por meio de indagação e questionamentos a representantes da Petrobras.

Indicamos neste relatório as fontes das informações apresentadas. Além do que está indicado neste relatório, não empreendemos nenhum trabalho para estabelecer a confiabilidade das fontes de informação através de referências ou evidências independentes da Petrobras ou de fontes relevantes.

Nossos trabalhos foram executados no período de 15 de outubro de 2008 a 23 de janeiro de 2009 e basearam-se na estrutura de contratação e de monitoramento vigente durante o período de nossos exames.

Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Adicionalmente, de forma consistente com as orientações normativas relativas à execução de trabalhos de revisão, este relatório é de uso exclusivo do Grupo Estruturador, não podendo ser distribuído a terceiros sem nosso consentimento prévio.

2 Processo de cadastro da Petrobras

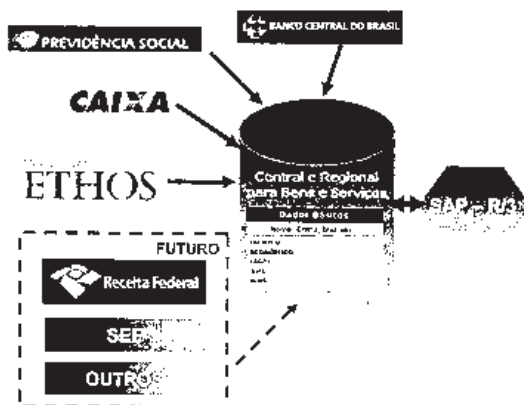
2.1 Inscrição do fornecedor

A inscrição no Cadastro Corporativo da Petrobras de empresas nacionais e estrangeiras é realizada por intermédio do Portal de Cadastro na Internet e abrange todas as etapas do processo de cadastramento descrito neste relatório.

Ao acessar pela primeira vez o site do Portal de Cadastro da Petrobras, a empresa pretendente ao cadastro deverá preencher seu CNPJ (somente fornecedor nacional) e sua razão social, e indicar um e-mail pelo qual se realizará o contato entre a empresa e o cadastro de fornecedores. Deverá, ainda, cadastrar uma senha inicial.

Após o registro da senha, a empresa poderá acessar o Portal quando desejar, e será permitido a esta continuar o preenchimento dos seus dados gerais ou alterar aqueles já informados.

Esse Portal está conectado à Dataprev, à Caixa Econômica Federal, entre outros, e no momento em que o fornecedor insere seu CNPJ no sistema, ocorre automaticamente uma consulta sobre a situação cadastral nesses órgãos, referente a FGTS e INSS. O fornecedor só conseguirá prosseguir para o próximo passo se sua situação estiver regular.



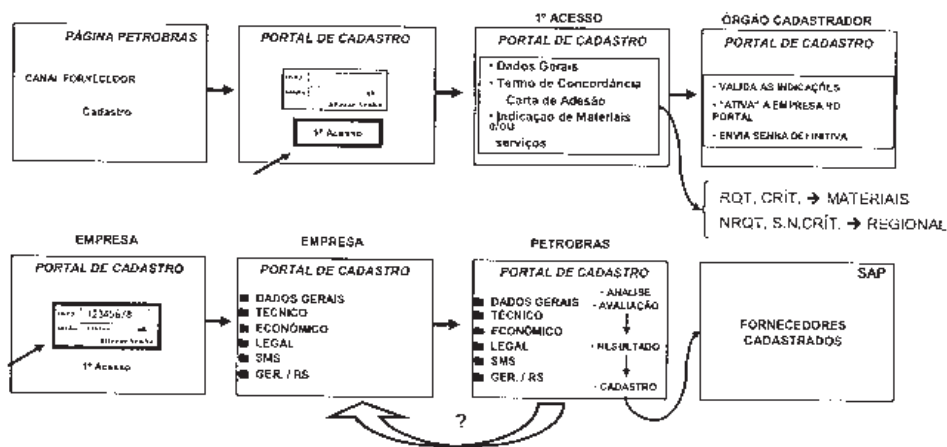
ABCD

*Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados*

O cadastro é efetuado em base de dados única, disponível para toda a Companhia (Organização de Compras), e contém, entre outras, as seguintes informações:

- Dados do fornecedor (razão social, endereço etc.).
- Linha de produtos e/ou serviços.
- Resultados das avaliações da situação econômico-financeira.
- Resultados das avaliações da capacidade técnica.
- Resultados das avaliações dos critérios de Segurança, Meio ambiente e Saúde (SMS).
- Requisitos técnicos atendidos.
- Resultados das avaliações dos critérios gerencial/responsabilidade social.
- Ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da *performance* do produto.
- Tipos de inspeção de fabricação para os materiais que requerem qualificação técnica do fabricante.
- Avaliações de desempenho do fornecedor nas suas relações com a Companhia.

A Visão do fornecedor durante o acesso ao cadastro:



Após o preenchimento de seus dados e a escolha das famílias de materiais e/ou serviços, o fornecedor deverá assinar e entregar a Carta de Compromisso para garantir a veracidade dos dados incluídos no Portal de Cadastro.

A Carta de Compromisso deve ser impressa e assinada pelo responsável, pela empresa ou pela pessoa autorizada, com nome e cargo, anexando o documento capaz de comprovar a sua vinculação com a empresa e a sua autoridade para fazê-lo, e enviada por carta registrada para o órgão de cadastramento correspondente indicado pelo Portal. Deverá anexar também a cópia do Contrato Social ou a Procuração por Instrumento Público. Esses documentos deverão ser enviados ao órgão de cadastramento correspondente.

2.2 Seleção do tipo de fornecedor

Durante o preenchimento do cadastro, a empresa deve selecionar o tipo de fornecedor no qual se enquadra. Essa escolha implicará os questionários que irá responder nas próximas etapas de cadastramento. Os tipos de fornecedores estão descritos a seguir:

- **Fornecedores de bens (materiais)**

Produz e/ou comercializa equipamento, material ou insumo de interesse da Petrobras. Os fornecedores de bens são assim classificados:

- **Fabricante comerciante:** é aquele que produz equipamento, material ou insumo e o comercializa (assina contratos de fornecimento) diretamente com a Petrobras.
- **Fabricante não comerciante:** é aquele que produz equipamento, material ou insumo e não o comercializa diretamente com a Petrobras. Nesse caso, a comercialização é realizada através de distribuidores ou revendedores.

Unidade fabril: quando o fabricante possui mais de uma unidade fabril (endereço distintos) qualificada para fornecer os produtos de sua linha. A unidade fabril não comercializa diretamente seus produtos, a comercialização acontece através do fabricante comerciante principal.

Fornecedor de bens tecnicamente qualificado: é aquele que tem seu cadastro ou sua renovação aprovada apenas nos aspectos técnicos, não vindo a receber o Certificado de Registro e Classificação Cadastral (CRCC). A participação desses fornecedores nas licitações é restrita à modalidade de convite e a critério da Petrobras, que levará em consideração, entre outros, os riscos comerciais e a competitividade do mercado.

No caso de distribuição e/ou revenda, é necessário informar o CNPJ do(s) fabricante(s) dos produtos/equipamentos que pretende comercializar.

Revendedor: é o fornecedor que comercializa os materiais produzidos por terceiros, devidamente credenciados por este. Os revendedores de materiais que requerem qualificação técnica (RQT) só são cadastrados se os respectivos fabricantes possuírem famílias de material ativas ou tecnicamente qualificadas. São canceladas do cadastro as vendas referentes aos fornecedores de bens RQT que venham a ser cancelados ou suspensos do cadastro.

Distribuidor: é o fornecedor de materiais nomeado pelo fabricante que não comercializa diretamente seus produtos. Os distribuidores somente serão cadastrados se os respectivos fabricantes possuírem famílias de material aprovadas ou tecnicamente qualificadas. São automaticamente canceladas do Cadastro as Distribuições que venham a ser canceladas ou suspensas do cadastro.

Os distribuidores e os revendedores somente poderão requerer o seu cadastramento se os respectivos fabricantes dos quais pretendam comercializar os materiais estiverem previamente inscritos no Cadastro Corporativo, em situação de “aprovado” ou “qualificado tecnicamente”. Os distribuidores e os revendedores devem verificar previamente nos fabricantes a situação destes perante o Cadastro Corporativo.

Fornecedores de materiais fabricados por terceiros e que não requerem qualificação técnica (NRQT) devem se cadastrar como revendedores destes.

O revendedor de materiais que não requerem qualificação técnica (NRQT) e cujo fabricante não tenha interesse em se cadastrar pode realizar o cadastramento por este, desde que devidamente autorizado para tal, por meio da Carta de Compromisso. Nesse caso, o fabricante deve estar cadastrado como “fabricante-não-comerciante”.

Linha de fornecimento

Serão incluídas na linha de fornecimento dos distribuidores e/ou dos revendedores somente as famílias de materiais para as quais o fabricante do material tiver sido qualificado.

No caso de distribuição, todas as famílias de materiais que foram qualificadas passarão a fazer parte da linha de fornecimento do distribuidor. Nas vendas, somente as famílias que forem discriminadas pelo fabricante no seu credenciamento constarão na linha de fornecimento do revendedor.

Alterações e cancelamentos de famílias nos fornecimentos do fabricante são automaticamente repassados para o respectivo fornecimento do seu distribuidor/revendedor.

Inclusões de novas famílias na linha de fornecimento do fabricante, mesmo aquelas que por algum motivo tenham sido canceladas, são repassadas para a linha de fornecimento do seu distribuidor. No caso de venda, essas alterações são estudadas, caso a caso, de acordo com o credenciamento dado pelo fabricante ao seu revendedor.

Os distribuidores e os revendedores, por estarem vinculados às famílias de seus respectivos fabricantes, estão sujeitos ao mesmo tipo de inspeção definida para o fabricante de material RQT. Portanto, ao encomendar ou adquirir um material RQT com a intenção de comercializá-lo com a Petrobras, o distribuidor ou o revendedor deve contratar a inspeção requerida para a família.

Em caso de descredenciamento do revendedor/do distribuidor, cabe tanto ao fabricante quanto ao revendedor/do distribuidor informar ao Cadastro Corporativo. Tal contato deve ser realizado pelo Fale com o Cadastro ou pelo Help Desk.

Documentação

Os distribuidores e os revendedores devem cumprir todas as exigências dos critérios Econômico e Legal. Na inscrição ou na inclusão de novo fabricante em sua linha de fornecimento, o revendedor/o distribuidor deve apresentar obrigatoriamente, de cada fabricante, a documentação a seguir que lhe for pertinente:

- **Credenciamento de revenda**
Nos casos de revenda, o fornecedor deverá apresentar Cartas de Credenciamento dos fabricantes dos materiais, informando as famílias credenciadas. Essa declaração pode ser dispensada caso a empresa revendedora comprove ser controlada, de forma majoritária, por sua matriz.
- **Credenciamento de distribuição**
Nos casos de distribuição, o fornecedor deverá apresentar Cartas de Credenciamento dos fabricantes dos materiais, informando as famílias credenciadas. Essa declaração pode ser dispensada caso a empresa distribuidora comprove ser controlada, de forma majoritária, por sua matriz.
- **Garantia e compromisso de inspeção**
Os distribuidores e os revendedores de materiais que requerem qualificação técnica (RQT) devem apresentar a Carta de Garantia e Compromisso de Inspeção.

A Carta de Credenciamento e a Carta de Garantia e Compromisso de Inspeção de Fabricante devem ser apresentadas em papel timbrado do fabricante, citando local e data, com assinatura do representante da empresa, especificando nome e o cargo que ocupa. Serão aceitas até, no máximo, seis meses contados da data de sua emissão.

O representante (presidente, diretor, procurador, sócio) que assina as Cartas de Credenciamento e de Garantia e Compromisso de Inspeção deverá ter autoridade para fazê-lo, comprovada através do Contrato Social, Ata de Assembleia ou Procuração.

A Carta de Credenciamento e a Carta de Garantia e Compromisso de Inspeção, emitidas por fornecedores estrangeiros, podem ser apresentadas nos idiomas português, inglês ou espanhol e devem, obrigatoriamente, ser notariadas no país de origem. Caso sejam apresentadas em outro idioma, devem ser notariadas, autenticadas pelo consulado brasileiro no respectivo país e traduzidas para o português por tradutor público juramentado.

Em caso de controvérsias, o revendedor ou o distribuidor que tiver apresentado a Carta de Credenciamento e a Carta de Garantia e Compromisso de Inspeção nos idiomas português, inglês ou espanhol e, portanto, somente notariadas, compromete-se a reapresentá-las notariadas, autenticadas pelo consulado brasileiro no respectivo país e, quando aplicável, traduzidas para o português por tradutor público juramentado.

Matrizes e filiais dos fornecedores

Este tópico não se aplica a prestadores de serviços. O cadastro de prestadores de serviços é centralizado na matriz e cobre todas as filiais do fornecedor.

As unidades do fornecedor de bens com potencial de assinar contratos com a Petrobras, bem como emitir notas fiscais para entrega do material, deverão estar devidamente cadastradas. Nos casos em que matriz e filial estejam estabelecidas em locais diferentes, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- A matriz deve comprovar todos os indicadores obrigatórios constantes dos critérios Legal e Econômico, referentes ao seu CNPJ. Caso a matriz declare que não recolhe determinado tributo, quando, por exemplo, exerce apenas atividades administrativas, o seu recolhimento deve ser comprovado pela respectiva filial.
- A filial deverá apresentar, além do seu Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e do seu Cartão de inscrição no Cadastro Estadual de Contribuintes (I.E.), toda a documentação relativa a Dívida Ativa da União, Fazendas Federal e Estadual referente ao seu CNPJ. Nos casos em que o tributo da filial seja recolhido de forma centralizada pela Matriz, deverá ser apresentada declaração nesse sentido, e o seu recolhimento deverá ser comprovado pela Matriz.
- As filiais, caso possuam, devem apresentar balanço e demonstrações contábeis próprias. Caso contrário, deverá apresentar os referidos documentos da matriz acompanhados de declaração desta informando que as filiais não os elaboram em separado.
- Tanto a matriz quanto a filial deverão atender aos Requisitos Técnicos e Gerencial/Responsabilidade Social obrigatórios que lhe forem pertinentes, em conformidade com o tipo de fornecedor no qual a matriz e a filial se enquadrarem.

Resumo

Tipo de fornecedor de bens	Fabrica o bem	Comercializa	Existência de CRCC
Fabricante comerciante	Sim	Sim	Sim
Fabricante não comerciante	Sim	-	-
Revendedor	-	Sim	Sim
Distribuidor	-	Sim	Sim
Fabricante comerciante tecnicamente qualificado	Sim	Sim	-
Fabricante não comerciante tecnicamente qualificado	Sim	-	-

- **Fornecedor de serviço**
Presta serviços e/ou executa obras em geral desde que qualificado para um ou mais serviços de interesse permanente da Petrobras. O cadastro de Prestadores de serviços é centralizado na matriz e cobre todas as filiais do fornecedor.
- **Fornecedor de serviços tecnicamente qualificado**
É aquele que tem seu cadastro ou sua renovação aprovada apenas nos aspectos técnicos, não vindo a receber o CRCC. A participação desses fornecedores nas licitações fica restrita à modalidade de convite e a critério da Organização de Compras, que levará em consideração, entre outros, os riscos comerciais e a competitividade do mercado.

- **Representante comercial**

É aquele que representa o fornecedor de bens e/ou serviços comercialmente perante a Petrobras, através de escritório comercial do próprio, do fornecedor ou de pessoa física ou jurídica credenciada por este. Os representantes comerciais não são registrados isoladamente no Cadastro Corporativo, mas vinculados a um fornecedor, que o credencia para agir como tal. Para credenciar um representante no Cadastro Corporativo, o fornecedor cadastrado deve apresentar declaração. Pode representar mais de um fornecedor para uma mesma linha de produto(s). Entretanto, não poderá participar, em uma mesma licitação, representando mais de um fornecedor. Os fornecedores podem nomear um ou mais representantes, por exemplo, para atendimentos regionalizados, podendo ser pessoas físicas ou jurídicas.

- **Representante legal**

Representante obrigatório de empresa estrangeira, fornecedora de bens ou prestadora de serviços, que tem poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente em nome do fornecedor, podendo ser pessoa física ou jurídica residente no Brasil.

Caso o fornecedor permita que o representante legal atue como seu representante comercial, até mesmo assinando propostas e contratos em nome do fornecedor, deve emitir declaração específica na licitação ou acrescentar tal autorização à sua Carta de Credenciamento.

2.3 Seleção de famílias

O fornecedor de bens deve selecionar as famílias de materiais que deseja comercializar, e o fornecedor de serviços deve selecionar as famílias de serviços que deseja prestar. Após a seleção, o sistema indicará os requisitos técnicos exigidos para fornecimento/prestação da família selecionada.

- **Famílias de materiais/equipamentos:** conjunto de materiais assemelhados ou afins, fabricados e/ou comercializados por um determinado conjunto de fornecedores qualificados.
- **Famílias de serviços:** lista de serviços de interesse permanente da Petrobras em que os fornecedores de serviços ou executantes de obras podem ser cadastrados para fornecimento.

Adicionalmente, os bens e os serviços são segregados, pela Petrobras, a partir de suas qualificações e características, de acordo com os conceitos destacados a seguir:

- **Bens que Requerem Qualificação Técnica (RQT)**
Equipamentos ou materiais cuja *performance* no processo industrial da Petrobras possa comprometer a continuidade e ameaçar a segurança de pessoas, instalações ou meio ambiente, e os produtos que, incluídos no processo produtivo como matéria-prima, possam comprometer a qualidade do produto final da Companhia.
- **Bens que Não Requerem Qualificação Técnica (NRQT)**
Materiais e equipamentos constantes do cadastro centralizado da Petrobras por serem considerados relevantes para a Companhia.

- **Serviços críticos**

Serviços indicados pelas áreas de Negócios da Petrobras, cujo desempenho, confiabilidade e garantia do contrato são considerados vitais para a atividade-fim da Petrobras.

Durante o cadastramento, o fornecedor deve indicar qual dos itens abaixo ele fornecerá à Petrobras. Primeiramente, ele terá a opção de se cadastrar com fornecedor de Serviço, de Material RQT ou Material NRQT. Em seguida, terá mais opções que determinarão em que subgrupo atuará.

Para fornecedores de serviços, os subgrupos estão descritos a seguir:

- 1 - Estudos e projetos
- 2 - Serviços técnicos especializados
- 3 - Obras civis
- 4 - Instalações e montagens industriais
- 5 - Manutenção industrial
- 6 - Construção, manutenção e reparo naval
- 7 - Serviços exploração perf e prod poços
- 8 - Serviço de transporte
- 9 - Serviços gerais
- 10 - Serviços de relações institucionais
- 11 - Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS)

Para fornecedores de materiais RQT, os subgrupos estão descritos a seguir:

- 11 - Minerais, têxteis e transformados não alimentares da agropecuária
- 12 - Produtos químicos, bioquímicos e gases
- 13 - Plásticos, borracha e elastômeros
- 15 - Combustíveis, aditivos para combustíveis, lubrificantes e materiais anticorrosivos
- 20 - Maquinaria de mineração e acessórios
- 23 - Maquinaria para a indústria de manufatura e de processo
- 24 - Equipamentos e suprimentos para manuseio, acondicionamento e estocagem de material
- 25 - Veículos componentes e acessórios

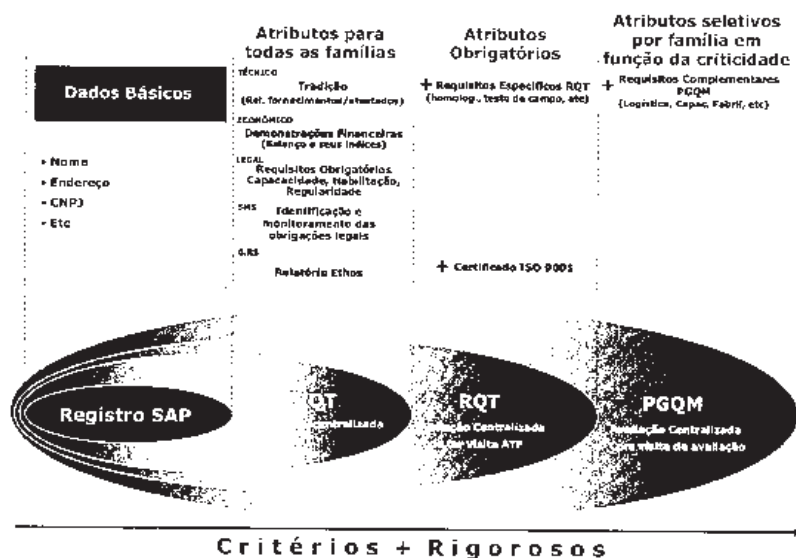
- 26 - Equipamentos para geração e distribuição de energia
 - 27 - Ferramentas e máquinas de uso geral
 - 30 - Estruturas, construções, componentes e suprimentos para construção
 - 31 - Componentes e suprimentos manufaturados
 - 32 - Componentes e suprimentos eletrônicos
 - 39 - Suprimentos e acessórios de eletricidade e iluminação
 - 40 - Sistemas de distribuição e condicionamento, equipamentos e componentes
 - 41 - Equipamentos para medição, testes, observação e laboratório
 - 43 - Componentes e suprimentos de comunicações e informática
 - 46 - Equipamentos e suprimentos de defesa, segurança pessoal, industrial e patrimonial
 - 47 - Equipamentos e suprimentos para limpeza
 - 52 - Mobiliário, eletrodomésticos e produtos eletrônicos pessoais
- Para fornecedores de Materiais NRQT, os subgrupos estão dispostos a seguir:
- 11 - Minerais, têxteis e transformados não alimentares da agropecuária
 - 12 - Produtos químicos, bioquímicos e gases
 - 13 - Plásticos, borracha e elastômeros
 - 15 - Combustíveis, aditivos para combustíveis, lubrificantes e materiais anticorrosivos
 - 20 - Maquinaria de mineração e acessórios
 - 23 - Maquinaria para a indústria de manufatura e de processo
 - 24 - Equipamentos e suprimentos para manuseio, acondicionamento e estocagem de material
 - 25 - Veículos componentes e acessórios
 - 26 - Equipamentos para geração e distribuição de energia
 - 27 - Ferramentas e máquinas de uso geral
 - 30 - Estruturas, construções, componentes e suprimentos para construção
 - 31 - Componentes e suprimentos manufaturados
 - 32 - Componentes e suprimentos eletrônicos

ABCD

*Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados*

- 39 - Suprimentos e acessórios de eletricidade e iluminação
- 40 - Sistemas de distribuição e condicionamento, equipamentos e componentes
- 41 - Equipamentos para medição, testes, observação e laboratório
- 43 - Componentes e suprimentos de comunicações e informática
- 46 - Equipamentos e suprimentos de defesa, segurança pessoal, industrial e patrimonial
- 47 - Equipamentos e suprimentos para limpeza
- 52 - Mobiliário, eletrodomésticos e produtos eletrônicos pessoais
- 53 - Vestuário, malas, bolsas e produtos de toalete
- 54 - Relojoaria, joalheria e pedras preciosas

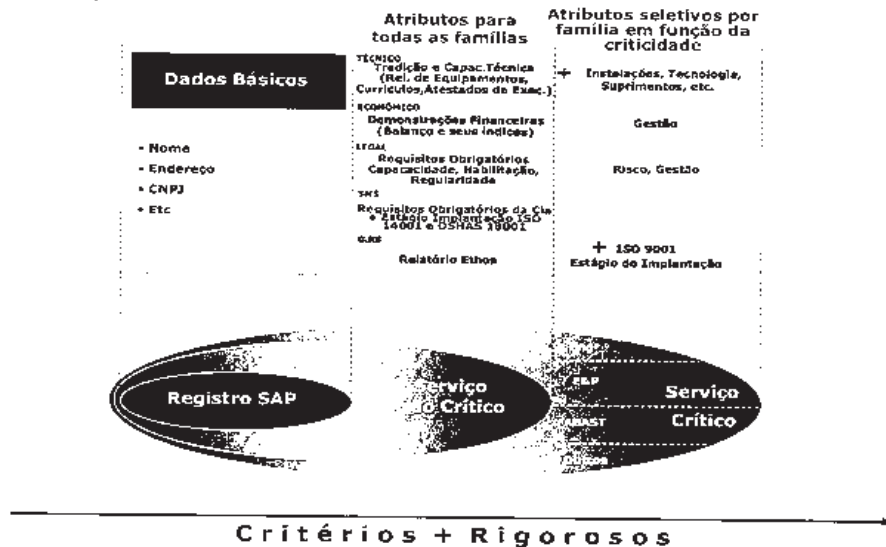
Abaixo apresentamos os atributos exigidos em função da Classificação das Famílias de Materiais de acordo com os critérios:



ABCD

*Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados*

Abaixo apresentamos os atributos exigidos em Função da Classificação das Famílias de Serviços de acordo com os critérios:



Quando todos os itens obrigatórios do relatório de avaliação estiverem corretamente preenchidos, a empresa poderá fechá-lo e enviá-lo à Petrobras. Após o fechamento, a empresa será avaliada por equipe especializada.

As informações contidas no relatório passarão por uma análise na qual serão verificadas pendências e incorreções no preenchimento dos questionários. No caso de essas divergências serem constatadas, ficará a cargo da Petrobras comunicar tal fato à empresa através de correio eletrônico, e os respectivos itens do relatório serão reabertos para correção.

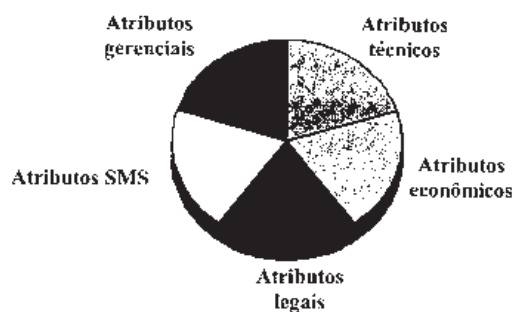
Durante análise das informações, a empresa poderá ser solicitada a agendar visita técnica, quando pertinente, ou complementar alguma informação.

2.4 Avaliação dos fornecedores pela Petrobras

A Petrobras determina cinco atributos principais estabelecidos para avaliar a capacidade das empresas na produção de bens e na gerência de contratos que exigem altos níveis de excelência. Esses atributos são constituídos de diversos requisitos que, a partir de determinados critérios, correspondem a indicadores utilizados para avaliação de *performance*.

ABCD

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados



A seguir, são destacadas as características observadas nos cinco atributos:

- **Atributos gerenciais/responsabilidade social**
Os atributos gerenciais/responsabilidade social visam a conhecer a postura gerencial e de responsabilidade social dos fornecedores, avaliando o compromisso com qualidade e melhoria contínua, segundo a norma ISO 9001, e estimando o grau de envolvimento de participação das empresas no contexto social. São observados nesse atributo os seguintes itens:
 - certificação ISO 9001
 - sistema de gestão de qualidade
 - responsabilidade da direção
 - gestão de recursos
 - planejamento dos processos para a realização do produto
 - medição, análise e melhoria
 - responsabilidade social empresarial.
- **Atributos técnicos**
Os atributos técnicos visam a avaliar a capacidade técnica da empresa para a produção de bens e/ou prestação de serviços, estimando os recursos necessários para o bom desempenho dos equipamentos e dos materiais a ser fornecidos e/ou dos serviços a ser executados. Os principais itens são:
 - instalações
 - equipamentos
 - materiais
 - pessoal
 - tecnologia
 - porte técnico.

- **Atributos econômicos**

Os atributos econômicos buscam evidências da solidez econômica para assegurar que a empresa possa dar continuidade e concluir fornecimentos e/ou serviços com base, principalmente, em dados de balanço patrimonial e demonstrações financeiras, destacando:

- credibilidade das contas
- estrutura
- solvência
- rentabilidade
- gestão econômico-financeira.

- **Atributos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)**

Os atributos relativos à SMS têm por objetivo conhecer o grau de implementação das questões de saúde, meio ambiente e segurança, valorizando e estimulando as certificações segundo as normas ISO 14001 e OHSAS 18001. São avaliados os itens que seguem:

- certidão ISO 14001/OHSAS 18001
- política de segurança, meio ambiente e saúde
- planejamento
- estrutura organizacional e definição de responsabilidades
- treinamento em SMS
- envolvimento e comunicação
- controle de dados e documentos
- normas e procedimentos para controle operacional
- plano de atendimento a emergências
- requisitos do meio ambiente
- avaliação de desempenho e monitoramento
- tratamento de acidentes, incidentes, não conformidades e desvios
- auditoria do sistema de gestão de SMS
- análise crítica pela Alta Administração.

Os atributos de SMS incluem, ainda, a avaliação da Segurança e Saúde Operacional (SSO), que envolvem: (i) planejamento para identificação de perigos e avaliação e controle de riscos; (ii) estrutura e responsabilidade da empresa; (iii) quesitos relacionados ao treinamento, à conscientização e à competência; (iv) capacidade de monitoramento e mensuração do desempenho; (v) acidentes, incidentes, não-conformidade e ações corretivas e preventivas; e (vi) análises críticas efetuadas pela Administração.

ABCD

*Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados*

A efetividade desses procedimentos e a mensuração de seu desempenho são realizados a partir de critérios de pontuação, conforme segue:

Pontuação	Orientação
0	A empresa não possui documentos de medição nem monitoramento para eventos de SSO.
3	A empresa possui procedimentos documentados de medição e monitoramento para eventos de SSO.
5	A empresa possui procedimentos documentados de medição e monitoramento para eventos de SSO, porém não foram estabelecidos nem mantidos em sua totalidade e/ou não foram aplicados periodicamente e/ou não avaliam o atendimento à legislação e aos regulamentos de SSO pertinentes.
7	A empresa possui procedimentos documentados de medição e monitoramento para eventos de SSO aplicados de forma consistente à maioria das atividades, incluindo aqueles relativos à avaliação periódica do atendimento da legislação e dos regulamentos de SSO pertinentes.
9	A empresa possui procedimentos documentados de medição e monitoramento para eventos de SSO aplicados sistematicamente a todas as atividades em toda a Organização.
10	A empresa possui certificação que abrange todos os sites aplicáveis ao serviço, e o sistema está bem aplicado.

Após a parametrização e a avaliação dos atributos referentes à SSO e à SMS, cada fornecedor é enquadrado em uma matriz segregada por graus de risco, como destacado:

Grau de avaliação em SMS de uma empresa no cadastro	Enquadramento da empresa na categorização do risco do escopo
Abaixo de 1,2	NR (Não Recomendável)
De 1,2 a 2,9	Quadrante I
De 3,0 a 4,9	Quadrante II
De 5,0 a 6,9	Quadrante III
De 7,0 a 10,0	Quadrante IV

A classificação NR indica que o fornecedor não é recomendável à contratação. Nesses casos, poderão ser exigidas contratualmente ações a serem implementadas pela empresa no decorrer do contrato, que assegurem seu desempenho adequado. Os quadrantes I, II, III e IV definem os tipos de serviços objeto de contratação e os riscos associados.

- Atributos legais**

Os atributos legais objetivam conhecer e acompanhar a regularidade das empresas no cumprimento de suas obrigações com o mercado, os órgãos de governo e a sociedade. Além da análise documental, esse atributo utiliza instrumentos que permitem o levantamento direto de informações sobre certidões e documentos emitidos por Entidades Fiscais, possibilitando a atualização frequente dos indicadores de cumprimento das regularidades fiscal e tributária. Os principais critérios observados são os seguintes:

- capacidade jurídica
- habilidade jurídica
- regularidade jurídico-fiscal
- risco
- gestão jurídica.

2.4.1 Atributos obrigatórios vs. atributos classificatórios

Embora os cinco atributos sejam aplicados para todos os tipos de fornecedores, há diferença de obrigatoriedade para cada família.

- **Fornecedores de materiais RQT**
São obrigatórios os atributos: Gerencial com o Certificado ISO 9001 e Atributo Técnico com requisitos específicos, como exemplo: Teste de Campo e Atributo Legal e Econômico. O critério SMS é apenas classificatório.
- **Fornecedores de materiais NRQT**
São obrigatórios os critérios Técnico, Econômico e Legal. Os critérios Gerencial e SMS são apenas classificatórios.
- **Família de Serviços - Fornecedor de serviço não crítico**
Serão obrigatórios os critérios: Técnico, Econômico e Legal. Os critérios SMS e Gerencial são apenas classificatórios.
- **Família de Serviços - Fornecedor de serviços críticos**
Apenas o critério SMS é classificatório. O Atributo Gerencial é obrigatório (ISO 9001 mesmo que em estágio de implantação) bem como possuir tradição a ser comprovada por meio de atestados de capacidade. Os critérios Técnico, Econômico e Legal também são obrigatórios.
- **Fornecedores revendedores/distribuidores**
São obrigatórios somente os critérios Econômico e Legal, pois seu fornecedor fabricante terá de possuir obrigatoriamente o critério Técnico.

2.4.2 Cadastramentos especiais

Os distribuidores e os revendedores somente poderão requerer o seu cadastramento se os fabricantes dos quais pretendam comercializar os produtos/equipamentos estiverem previamente inscritos no cadastro corporativo.

São incluídas na linha de fornecimento dos distribuidores e/ou revendedores somente as famílias de materiais para as quais o fabricante do material/produto tiver sido qualificado. No caso de distribuição, todas as famílias de materiais que foram qualificadas passam a fazer parte da linha de fornecimento do distribuidor. Nas vendas, somente as famílias que forem discriminadas pelo fabricante constarão na linha de fornecimento do revendedor.

Alterações de cancelamento de famílias nos fornecimentos do fabricante são automaticamente repassadas para o respectivo fornecimento do seu distribuidor/revendedor.

As inclusões de novas famílias e a ativação de famílias canceladas na linha de fornecimento do fabricante são repassadas para a linha de fornecimento do seu distribuidor. No caso de revenda, essas alterações são estudadas, caso a caso, de acordo com o credenciamento dado pelo fabricante a seu revendedor.

Os distribuidores e os revendedores devem cumprir com todas as exigências obrigatórias constantes dos requisitos econômico e legal.

2.4.3 Avaliação documental

A revisão dos dados inseridos pelo fornecedor e das documentações que evidenciem os dados informados é realizada por uma empresa terceirizada chamada BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda.

Para cada critério de análise, participam os seguintes grupos específicos:

- **Critério Técnico:** é avaliado pela BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda., pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV) e por áreas ou unidades usuárias da Petrobras, conforme particularidade do fornecedor.
- **Critério Econômico:** é avaliado pela BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda. e pela área de Contabilidade da Petrobras.
- **Critério Legal:** é analisado somente por avaliadores da BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda.
- **Critérios Gerencial e de SMS:** são utilizados por avaliadores da BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda. e pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini.
- **Critério de responsabilidade social:** a Petrobras possui um convênio com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, que analisa o fornecedor sobre esse quesito.

Nessa etapa será atribuída uma nota de zero a dez para todos os critérios. Caso tenham sido realizadas visitas por avaliadores da Petrobras na sede da empresa e/ou em campo, as notas referentes aos critérios Técnico, Gerencial e de SMS somente serão consolidadas após tais visitas.

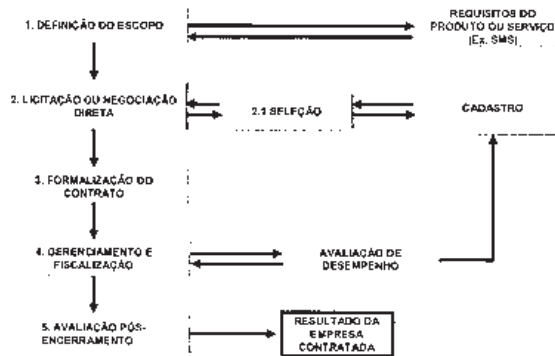
Após a análise, a documentação segue para o arquivo que é centralizado e de responsabilidade da biblioteca, a qual é ligada à unidade de Serviços Compartilhados, que possui contrato com duas empresas: uma é responsável pela coleta e pelo transporte dos documentos, chamada ICCA, e a outra faz a guarda dos documentos, chamada Recall. Quando é necessário resgatar algum documento, o pedido é feito diretamente à Recall, que tem um prazo de dois dias para entregá-lo.

2.4.4 Avaliação presencial

Nesta etapa é realizada visita à sede da empresa, para avaliações técnica, gerencial e de SMS, por uma equipe da Petrobras ou por esta designada. Essa etapa é opcional por parte da Petrobras e é requerida em razão da peculiaridade do material ou do serviço e do mercado fornecedor.

2.4.5 Consolidação

Nesta etapa são feitas a análise final e a consolidação dos resultados. A empresa é cadastrada nos sistemas da Petrobras e tem o CRCC emitido. As avaliações e as informações do cadastro da empresa ficam disponibilizadas para utilização por toda a Companhia, visando à seleção de fornecedores para licitações e contratações.



2.5 Tabela de pontuação

A tabela de pontuação do CRCC exibe a média das notas emitidas pelo fornecedor de acordo com o critério analisado atentando-se a obrigatoriedade do critério para cada tipo de fornecedor.

A capacidade técnica do fornecedor é avaliada, e a média de suas notas em diversos quesitos terá a pontuação de acordo com a faixa de pontos abaixo.

Pontos	Critério Técnico (*)	
	Nota da tradição	Avaliação Técnica
Menor ou igual a 2	Não recomendável	Não recomendável
Maior que 2 e menor que 5	2	3
Maior que 5 e menor que 8	4	6
Maior que 8	6	9

(*) Não se aplica aos serviços *offshore* e laboratoriais

A média das notas referentes ao critério Econômico também terá sua pontuação de acordo com a faixa de pontos abaixo. Esse critério determina se o fornecedor tem pontuação mínima para o cadastramento.

Pontos	Critério Econômico	
	Nota da avaliação	Conceito
Menor ou igual a 2 ou patrimônio líquido < 0	Não recomendável	Não recomendável
Maior que 2 e menor que 5	2	Mínimo para o cadastramento
Maior que 5 e menor que 8	4	Médio
Maior que 8	6	Máximo

Fórmula do Critério Econômico

$$\text{Pontos} = ((NE \times 3) + (NL \times 30) + (NR \times 1)) / 7$$

Legendas

NE = Nota da Estrutura

NL = Nota da Liquidez

NR = Nota da Rentabilidade

O critério Legal possui apenas duas alternativas para notas, zero e dez, ou seja, o fornecedor está ou não apto legalmente. Se o fornecedor tiver nota zero nesse critério, não fará parte do cadastro de fornecedores.

Critério Legal	
Pontos	Nota da avaliação
Menor que 10	Não recomendável
10	10

O critério SMS não é obrigatório, ele tem caráter classificatório, porém se há seleção de fornecedores que possuem critério de SMS, só apareceram aqueles que atingiram a pontuação maior que 1,2, como descrito na tabela abaixo:

Critério SMS	
Pontos	Nota da avaliação
Menor que 1,2	Não recomendável
De 1,2 até 10	Igual à pontuação

As somas desses valores atribuirão uma nota alfabética que classificará o fornecedor.

Avaliação CRCC
(Soma = Tradição + capacidade técnica + Nota de avaliação econômica)

A = Soma maior que 16

B = Soma entre 12 e 16

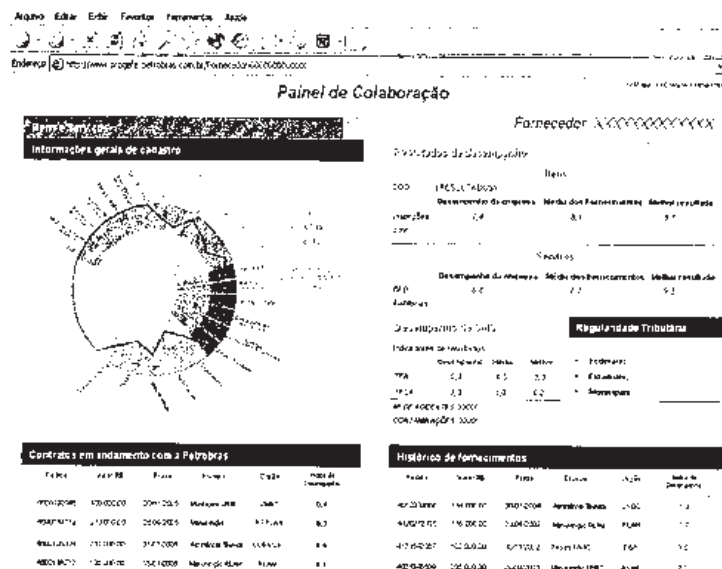
C = Soma entre 7 e 11

R = Soma menor que 7

2.6 Emissão do CRCC, suas características e critérios de acompanhamento

O CRCC é o documento fornecido à empresa que teve sua inscrição, renovação ou ampliação de escopo aprovada após a análise da Petrobras, indicando que, durante a sua validade, a empresa possui registro no cadastro corporativo de fornecedores.

O fornecedor que atender a todos os critérios para cadastramento terá os seus dados colocados à disposição de todas as Organizações de Compras da Companhia através de sistema corporativo informatizado e obterá o CRCC. A visão que o fornecedor terá no Portal de Cadastro está representada abaixo:



- O CRCC terá validade de, no máximo, um ano, em conformidade com o item 4.3 do Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras.
- Os revendedores e os distribuidores somente serão cadastrados se os respectivos fabricantes, além de cadastrados, também estiverem aprovados ou tecnicamente qualificados, respectivamente.
- As vendas e as distribuições que venham a ser canceladas ou suspensas do cadastro terão esses fabricantes automaticamente cancelados e retirados do seu CRCC.
- O uso indevido do CRCC constitui falta grave passível de sanções cadastrais, podendo a empresa ficar impedida de transacionar com todo o sistema Petrobras.

2.6.1 Situações do fornecedor no cadastro (status)

O fornecedor inscrito pode estar em distintas situações (*status*) registradas nos sistemas de informação da empresa, de acordo com a sua regularidade perante o cadastro e o seu relacionamento técnico e comercial com os órgãos da Petrobras. São destacados a seguir os *status* encontrados:

- **Ativo - "A":** é atribuído aos fornecimentos dos fornecedores que atenderem aos critérios de cadastramento e que estejam com esses critérios atualizados.

- **Qualificado tecnicamente - “Q”:** refere-se somente aos fabricantes de bens que Requerem Qualificação Técnica (RQT). É atribuído aos fornecedores do fabricante que tem seu cadastro ou sua renovação aprovada apenas nos aspectos técnicos, não recebendo o CRCC, mas permanecendo nos sistemas para consulta.
 - Após o vencimento do CRCC, caso a certificação do sistema da qualidade do fabricante esteja válida, este terá os seus fornecedores passados automaticamente para “Q”. As vendas e as distribuições desses fabricantes permanecem com sua situação inalterada.
 - O fabricante com situação “Q”, cuja certificação do sistema da qualidade venha a vencer sem que este tenha iniciado os procedimentos de renovação, terá a sua situação passada para Cancelado. As vendas e as distribuições terão excluídas do seu CRCC os fornecedores desses fabricantes.
- **Cancelado - “C”:** o fornecedor cuja validade do CRCC tenha expirado há mais de 90 dias terá os seus fornecedores passados automaticamente para Cancelado, não estando mais disponível para consulta pelas Organizações de Compras da Companhia. O fornecedor que tiver sua situação passada para Cancelado deverá, caso deseje retornar à sua situação de Ativo, seguir os procedimentos de inscrição.
- **Suspenso - “S”:** é atribuído ao fornecedor que for suspenso do cadastro corporativo ou local. A validade do seu CRCC permanece inalterada, porém o fornecedor fica proibido, durante a vigência da sanção, de participar de licitações no âmbito da Petrobras (suspensão corporativa) ou das Organizações de Compras das quais foi suspenso (suspensão local).

2.6.2 Sistema de consequências

O desempenho do fornecedor, ao longo do seu relacionamento com a Petrobras, é um dos fatores observados na seleção das empresas pelas Organizações de Compras.

O sistema de consequências estabelece diretrizes gerais para os órgãos da Companhia na aplicação de elogios e sanções administrativas.

Os dados provenientes de ferramentas e programas adotados pela Petrobras, relacionados a fornecedores e ao desempenho de seus fornecedores, ocorrências resultantes do relacionamento comercial e da *performance* do produto, consubstanciadas no sistema de consequências, fornecem subsídios para cadastramento e reclassificação das empresas.

2.6.3 Obrigações do fornecedor perante o cadastro de fornecedor

O fornecedor cadastrado deverá manter os seus dados atualizados. As alterações na sua organização e na sua linha de fornecimento (incluindo descontinuidade e obsolescência de produtos), tais como endereço, *e-mail*, telefone, fax e contato, devem ser imediatamente comunicadas. Deve, também, manter atualizados todos os certificados e os demais documentos exigidos para cadastramento que possuam validade e manter, anualmente, atualizadas suas informações financeiras, com a apresentação do balanço e das demonstrações contábeis do último exercício social.

2.6.4 Renovação do cadastro

Para renovar seu cadastro corporativo na Petrobras, a empresa deverá solicitar abertura dos critérios Econômico e Legal para atualização de informações e renovação cadastral 60 dias antes do vencimento de seu CRCC.

O questionário da empresa será reaberto e ficará disponível para preenchimento, com todos os itens que devem ser atualizados.

Os distribuidores e os revendedores deverão atualizar as respectivas cartas de credenciamento e garantia e compromisso de inspeção emitidas pelo fabricante do material.

A empresa deve preencher os questionários, responder às perguntas de cada critério, anexar a documentação necessária de forma eletrônica e enviar os documentos atualizados para o órgão de cadastramento correspondente.

3 BAD - Sistema de avaliação de empresas prestadoras de serviços

O Boletim de Avaliação de Desempenho (BAD) é um módulo destinado a registrar a avaliação de desempenho técnico-gerencial das empresas contratadas, através da mensuração do resultado alcançado, em um determinado período, em cumprimento de obrigações contratuais, tais como requisitos técnicos, prazos, qualidade, planejamento, preservação de meio ambiente e segurança.

Segundo informações contidas em manuais, os aspectos a ser avaliados são uniformes em toda a Petrobras para um mesmo item ou subitem de cadastro de fornecedores.

A avaliação toma por base famílias de grupos, subgrupos e rubricas que pertencem aos itens do cadastro.

A nota do BAD é resultante da soma de todos os produtos das médias obtidas a partir das notas dadas a cada conjunto de rubricas pelo peso de cada subgrupo.

As avaliações do BAD são informadas às empresas contratadas para possibilitar que estas tomem ações corretivas, visando a atingir patamares mais elevados de desempenho.

Adicionalmente, através do BAD, a Petrobras terá subsídios para apurar as faltas de natureza grave praticadas pelas contratadas.

A avaliação de desempenho de empresas contratadas em todos os contratos com a Petrobras é obrigatória e deve ser emitida, no máximo, a cada 90 dias a partir do início dos serviços.

3.1 Foco

O Foco é uma ferramenta do BAD através da qual há a seleção de diversos conjuntos de variáveis elaboradas em função das diversas situações e momentos da execução do contrato em que, nem sempre, a utilização de uma única tabela é apropriada. Através desse módulo é possível ponderar sobre os boletins de avaliação, sem deixar de considerar a qualidade dos serviços como fator preponderante.

A utilidade do Foco está relacionada ao fato de que a tabela única de variáveis quase nunca é a melhor alternativa para avaliar adequadamente o fornecedor, uma vez que influências externas, tais como aspectos regionais, níveis diferenciados de exigências contratuais e duração de serviços, podem afetar o seu desempenho. Existem quatro tipos de Foco:

- **Básico:** seleção de ponderação apropriada, quando não existe preocupação em priorizar um aspecto — rubrica — de avaliação em especial (uso genérico); por exemplo: serviços de transporte terão peso maior em equipamentos e segurança, e serviços de projetos terão maior peso em sistema da qualidade e prazos.
- **Eficiência:** prioriza o aspecto voltado ao sucesso nos resultados obtidos pelo fornecedor ou prestador de serviços, buscando medir o quanto é eficaz o modo de execução empregado na prestação de serviços; por exemplo: serviços de construção e montagem terão maior peso em planejamento, prazos e segurança.
- **RH:** prioriza o aspecto de Relações Humanas, ou seja, nos casos em que a qualidade e a disponibilidade do elemento humano são fundamentais na prestação dos serviços; por exemplo: treinamentos e desenvolvimento de sistemas.
- **Equipamento:** prioriza o emprego dos equipamentos e dos materiais na prestação dos serviços; por exemplo: aluguel de equipamentos.

3.2 Métodos de pontuação

São atribuídos pesos a cada um dos itens a serem avaliados (de acordo com o Foco escolhido) de modo que se obtenha a influência de sua importância no resultado final da avaliação.

Cabe ao fiscal do instrumento contratual atribuir graus (números inteiros variando de zero a dez) a cada rubrica aplicável ao instrumento contratual a ser avaliado, conforme tabela de conceitos.

O sistema calcula a média obtida pela contratada para cada grupo da planilha e a média final da avaliação associada ao conceito correspondente.

A avaliação adotada pelo BAD é subdividida em conceitos, conforme tabela a seguir:

Conceito	Nota
Péssimo	0 a 2,9
Insuficiente	3 a 4,9
Regular	5 a 6,9
Bom	7 a 8,9
Excelente	9 a 10

3.3 Resultados do BAD

Os BADs são realizados por “Comissão Especial para Análise de Desempenho”, comissão designada pela maior autoridade de cada Órgão/Unidade da Petrobras, com a finalidade específica de analisar e propor a aplicação de “elogios” ou “sanções administrativas”.

Adicionalmente, é formada também, periodicamente, a “Comissão Especial Permanente”, designada no âmbito do jurídico com a finalidade de analisar e verificar o cumprimento das formalidades legais e a adequação das penalidades sugeridas.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir do BAD:

- **“Elogio”**: ato de reconhecimento à empresa fornecedora pelos resultados apresentados na prestação dos serviços quanto ao atendimento dos requisitos contratuais estabelecidos.
- **“Premiação”**: reconhecimento público da Petrobras à fornecedora quanto ao desempenho em áreas específicas de interesse da empresa, como qualidade, segurança ou tecnologia.
- **“Advertência”**: penalidade a ser aplicada em face da prática de infrações de natureza leve da qual não resultem prejuízos a bens, instalações e/ou pessoal da Petrobras ou quando, por característica contratual, não for prevista sanção mais grave.
- **“Suspensão”**: penalidade a ser aplicada quando forem praticados atos que sejam suficientes à realização de propósito desejado que puder causar, ou tenha causado, dano à Petrobras ou ainda quando houver reiteração de falhas técnicas que possam comprometer a segurança de bens ou pessoas e a perfeição do objeto contratual.
- **“Cancelamento de cadastro”**: penalidade a ser aplicada em face da decretação da falência, dissolução ou liquidação da empresa, pela declaração de inidoneidade da empresa pela prática de qualquer ato ilícito ou requerimento do interessado.
- **“Declaração de inidoneidade”**: penalidade aplicada na hipótese de infração de natureza grave em que esteja presente o dolo (vontade consciente) na prática de ato lesivo à lei ou ao interesse da Companhia, não podendo assinar nenhum instrumento contratual.

3.4 Outras ferramentas de avaliação de fornecedores

Além do BAD, existem outras ferramentas também utilizadas para o controle e a avaliação de fornecedores, conforme segue:

- **Comunicação de Ocorrência de Divergência (COD)**: documento de formalização da ocorrência de algum tipo de divergência de ordem técnica ou comercial, quando do atendimento de um contrato para fornecimento de um material ou equipamento. Objetiva acionar o fabricante do material para que efetue a análise das causas das divergências, implementando ações corretivas em seu sistema de qualidade para reduzir a possibilidade de que essas divergências venham a ocorrer novamente.
- **Programa de Garantia da Qualidade de Materiais e Serviços Associados (PGQMSA)**: objetiva atuar proativamente no fornecedor, no sentido de contribuir para o aumento da disponibilidade e confiabilidade das instalações, permitindo desempenho de alta *performance* e operações seguras e não agressivas ao meio ambiente.

- **Inspecção de fabricação:** é a atividade desenvolvida pela Petrobras, através de seus órgãos de inspeção ou por empresas por ela contratadas, com o objetivo de verificar, nas instalações do fornecedor, a conformidade dos produtos fabricados com os documentos contratuais.
- **Auditoria Técnica de Fornecimento (ATF):** visa a verificar se os fornecedores certificados por terceira parte estão observando, contratualmente, o cumprimento da norma NBR ISO 9000.

4 Verificação do Cadastro de Fornecedores

Com o objetivo de verificar a conformidade da avaliação e atribuição do CRCC para os diversos tipos de fornecedores da Petrobras, selecionamos 30 fornecedores aleatoriamente, de diferentes tipos de famílias, para verificação da documentação no Portal de Cadastramento. O resultado está apresentado a seguir:

Família/Fornecedor	Atributo Técnico	Atributo Econômico	Atributo Legal	Atributo Gerencial	Atributo SMS
Construção de pequenas obras					
1	✓	✓	✓	(d)	(a)
2	✓	✓	✓	✓	(a)
3	✓	✓	✓	(d)	(a)
4	✓	✓	✓	(d)	(a)
5	✓	✓	✓	(d)	(a)
Válvula borboleta de aço carbono					
6	✓	✓	✓	✓	(a)
7	✓	✓	✓	✓	(a)
8	(b)	✓	✓	(b)	(a)
9	(b)	✓	✓	(b)	(a)
10	✓	✓	✓	✓	(a)
Montagem de sistema de instrumentação					
11	✓	✓	✓	(d)	(a)
Fornecimento e aplicação de concreto projetado					
12	✓	✓	✓	(d)	(a)
Conservação predial					
13	✓	✓	✓	(d)	(a)
Locação de equipamento de reprografia					
14	✓	✓	✓	(d)	(a)
Fabricação e montagem de divisórias					
15	✓	✓	✓	(d)	(a)
16	✓	✓	✓	(d)	(a)
17	✓	✓	✓	(d)	(a)
18	✓	✓	✓	(d)	(a)
Perfuração de poços de petróleo terrestre					
19	✓	✓	✓	✓	(a)
20	✓	✓	✓	✓	(a)
Permutador de calor; casco tubo					
21	✓	✓	✓	✓	(a)
22	✓	✓	✓	✓	(a)

ABCD

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados

Família/Fornecedor	Atributo Técnico	Atributo Econômico	Atributo Legal	Atributo Gerencial	Atributo SMS
23	✓	✓	✓	✓	(a)
24	✓	✓	✓	✓	(a)
25	✓	✓	✓	✓	(a)
Barra de carbono ou aço liga					
26	✓	✓	✓	(d)	(a)
27	(b)	✓	✓	(b)	(a)
28	✓	(c)	(c)	(d)	(a)
Graxa lubrificante					
29	✓	✓	✓	(d)	(a)
30	✓	✓	✓	(d)	(a)

Notas:

- (a) Não obrigatório.
- (b) Empresa revendedora ou representante comercial que não possui avaliação Técnica nem Gerencial.
- (c) Fornecedor fabricante que possui apenas avaliação Técnica.
- (d) Fornecedor de materiais NRQT ou fornecedor de serviço que não crítico que não necessitam de avaliação Gerencial.

ABCD

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados

Constatações observadas

A verificação dos 30 fornecedores com CRCC emitido não apresentaram desvio em relação às políticas estabelecidas pela Petrobras para obtenção do Cadastro, considerando-se as especificidades de cada tipo de fornecedor ou família de serviços/materiais.

Anexos

- Anexo 1 - Exemplo de Carta de Compromisso
- Anexo 2 - Exemplo de Relatório Técnico, SMS e Gerencial
- Anexo 3 - Exemplo de Relatório Legal e Econômico
- Anexo 4 - Exemplo de CRCC Fornecedor de Serviços
- Anexo 5 - Exemplo de CRCC Fornecedor de Bens
- Anexo 6 - Exemplo de BAD
- Anexo 7 - Tabela de Pesos

CARTA DE COMPROMISSO

À PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS

A _____ vem por meio desta manifestar formalmente a concordância em participar do Cadastro Corporativo de Fornecedores da Petrobras e fornecer as informações necessárias ao processo de avaliação.

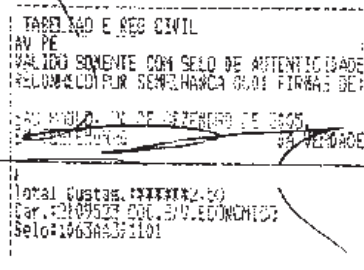
Outrossim, manifesta a sua anuência para que os dados fornecidos nas respostas do questionário, relativos ao indicador de Responsabilidade Social, presentes no relatório de avaliação do Portal de Cadastro, sejam disponibilizados para o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, visando a formação de parâmetros de avaliação das empresas em conformidade com os indicadores Ethos, propiciando um melhor conhecimento das práticas de responsabilidade social empresarial evidenciadas pelo mercado.

Também por meio da presente, designa como seu representante o assessor comercial, Endereço:

E-mail:

para fins de coordenação na execução do preenchimento do cadastro e para o acompanhamento das atividades desenvolvidas durante o processo de avaliação.

Rio de Janeiro 19 de dezembro de 2005



Razão Social:		CNPJ:		Data de emissão: 26/10/2008	
Endereço:		Insc. Estadual:		Código SAP: 00180	
Cidade:		Bairro:			
Telefone:		CEP:			
Responsável:		E-Mail:			
Contato:		E-Mail:		com.br	
Tipo: Prestador de Serviços		Fax:			

NOTAS DA AVALIAÇÃO - PROCESSO Nº 8980					
Serviço	TÉCNICO - 14/03/2008			GERENCIAL - 14/03/2008	
	Tradução	Avaliação Técnica	Habilitação Técnica	Avaliação Gerencial	SMS - 14/03/2008
1. 01.01 - Arquitetura Paisagismo e Urbanismo (59000306)	2	3	10	NA	6,8
2. 01.02.01 - Projeto de Fundações Profundas (59000301)	2	8	10	5,1	6,8
3. 01.02.02 - Projeto de Fundações Diretas (59000302)	2	3	10		6,8
4. 01.03.01.01 - Projeto Estruturas de Concreto Armado (59000305)	2	3	10		6,8
5. 01.03.01.02 - Proj. Estruturas Concreto Protendido (59000306)	2	3	10		6,8
6. 01.03.01.03 - Projeto de Estruturas Metálicas (59000307)	2	6	10	5,1	6,8
7. 01.03.02.01.01 - Proj. Estruturas Offshore Metá. Fixa (59000309)	2	6	10	4,9	6,8
8. 01.03.02.02.02 - Proj. Estruturas Offshore Metá. Móvel (59000310)	2	6	10		6,8
9. 01.04.01 - Proj. Inst. Predial Hidráulica/San. (59000311)	2	6	10		6,8
10. 01.04.02 - Proj. Inst. Predial Hidráulica/San. (59000312)	2	6	10		6,8
11. 01.04.03 - Proj. Inst. Predial Contra Incêndio (59000313)	2	6	10		6,8
12. 01.05.01 - Proj. Capt. Adução/Distrib. Água (59000316)	2	6	10		6,8
13. 01.05.02 - Proj. Estação de Tratam. e Distrib. Água (59000317)	2	6	10		6,8
14. 01.07.01 - Proj. Estação de Tratamento de Água (59000318)	2	6	10	3,1	6,8
15. 01.07.02 - Proj. Estação de Tratam. Espec. Despejos (59000319)	2	3	10		6,8
16. 01.08 - Proj. Tubul. e Equip. de Caldeira (59000321)	2	6	10		6,8
17. 01.09 - Projeto de Obras Portuárias (59000321)	2	6	10		6,8
18. 01.11.01 - Proj. de Ecod. / Gás. Terrestres (59000323)	2	6	10		6,8
19. 01.11.02 - Projeto de Ecod. Terrestres (59000324)	2	6	10	5,1	6,8
20. 01.11.03 - Proj. Gás. Terrestres Distribuição (59000325)	2	6	10		6,8
94. 04.14.01 - Inst. Telecomunicações - Transmissão (59000326)	2	3	10	4,0	6,8
95. 04.14.02 - Inst. Telecomunicações - Telecomando e Telemetria (59000327)	2	3	10	4,0	6,8
96. 04.14.03.01 - Inst. Telecomunicações - Comunicação - Satélites (59000328)	2	3	10	4,0	6,8
97. 04.14.03.02 - Inst. Telecomunicações - Comunicação - Satélites (59000329)	2	3	10	4,0	6,8
98. 04.14.04 - Inst. Telecomunicações - Vídeo e CFTV (59000330)	2	3	10	4,0	6,8
99. 04.14.05 - Inst. Telecomunicações - Rede de Comunicação - Com Oudor (59000331)	2	3	10	4,0	6,8
100. 04.14.06 - Inst. Telecomunicações - Telefonia (59000332)	2	3	10	4,0	6,8
101. 04.14.07 - Inst. Telecomunicações - Sistema de Monitoramento e Alarme (59000333)	2	3	10	4,0	6,8
102. 04.14.08 - Inst. Telecomunicações - Sistema de Segurança (59000334)	2	3	10	4,0	6,8
103. 04.14.09 - Inst. Telecomunicações - Infraestrutura de Rede de Dados (59000335)	2	3	10	4,0	6,8
104. 04.16 - Instalação e Manutenção de Equipamentos (59000336)	2	3	10	4,0	6,8
119. 05.12.01.01 - Manutenção Hidráulica e San. (59000337)	2	3	10		6,8
120. 05.12.01.02 - Manutenção Hidráulica e San. (59000338)	2	3	10		6,8
121. 05.12.01.03 - Manutenção Hidráulica e San. (59000339)	2	3	10		6,8

(NR) = Não Recomendável, (NA) = Não se Aplica.

TABELAS DE PONTUAÇÃO						
CRITÉRIO TÉCNICO			CRITÉRIO LEGAL		CRITÉRIO SMS	CRITÉRIO GERENCIAL
Pontos	Nota da Tradução	Aval. Técnica	Pontos	Nota da Avaliação	Pontos	Nota da Avaliação
menor ou igual a 2	Não Recomendável	Não Recomendável	menor que 10	Não Recomendável	menor que 1,2	menor que 1,0
maior que 2 e menor que 3	2	2	10	Recomendável	de 1,2 até 1,4 igual a pontuação	1,0
maior que 3 e menor que 4	4	5				Recomendável
maior que 4 e menor que 5	6	9				de 1,4 até 1,6 igual a pontuação
Não se aplica para os serviços Off-Shore e Laboratoriais.						
CRITÉRIO ECONÔMICO			STATUS CORPORATIVO		AVALIAÇÃO CRCG	
Pontos	Nota de Avaliação	Conceito	A - Aprovado	(Soma = Tradução + Capacidade Técnica + Nota Aval. Econômica)		
menor ou igual a 2		Não Recomendável	Q - Quase Totalmente Negativo	A - Soma entre 1 e 15		
maior que 2 e menor que 3	NR			Q - Soma entre 16 e 18		
maior que 3 e menor que 4	2			C - Soma entre 19 e 21		
maior que 4 e menor que 5	3			R - Soma maior que 2		
maior que 5 e menor que 6	4					
maior que 6	5					
					Fórmula do Critério Econômico	
					$Pontos = (TE \times 2) + (TL \times 2) + (NR \times 1) \times 2$	
					Legendas	
					TE = Nota da Tradução	
					TL = Nota da Licitação	
					NR = Nota de Rentabilidade	

Razão Social:	CNPJ:	Data de Emissão: 29.10.2008
Endereço:	Inscrição:	Código SAP: 00100
Cidade:	Bairro:	
Telefone:	CNPJ:	
Responsável:	E-Mail:	
Contato:	E-Mail:	
Tipo: Prestador de Serviços	Fax:	

NOTAS DA AVALIAÇÃO - PROCESSO Nº 19862					
Liquida: 24/05/2008					
Serviço	Capacidade Jurídica	Habilitação Jurídica	Regularidade Fiscal	Avaliação Legal	Habilitação Técnica
1 01.01 - Arquitetura Paisagismo e Urbanismo (9900010)	10,0	10,0	10,0	10,0	NR
2 01.02.01 - Projeto de Fundações Profundas (9900001)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
3 01.02.02 - Projeto de Fundações Cristas (9900002)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
4 01.03.01.01 - Proj.Estruturas de Concreto Armado (9900001)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
5 01.03.01.02 - Proj.Estruturas Concreto Potenciado (9900006)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
6 01.03.01.03 - Projeto de Estruturas Metálicas (9900007)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
7 01.03.02.01.01 - Proj.Estruturas Off-Shore Metal, Fixa (9900009)	10,0	10,0	10,0	10,0	NR
8 01.03.02.02.02 - Proj.Estruturas Off-Shore Metal,Movel (9900010)	10,0	10,0	10,0	10,0	NR
9 01.04.01 - Proj.Instal.Preca-arquitetura (9900011)	10,0	10,0	10,0	10,0	NR
10 01.04.02 - Proj.Instal.Preca-arquitetura (9900012)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
11 01.04.03 - Proj.Instal.Preca-arquitetura (9900014)	10,0	10,0	10,0	10,0	NR
12 01.06.01 - Proj.Cupl.Adição/Modif.de Água (9900016)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
13 01.06.02 - Proj.Egote.Oren.Pluvial e Industrial (9900017)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
14 01.07.01 - Proj.Estação de Tratamento de Água (9900018)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
15 01.07.02 - Proj.Estação Tratam. Esgotos,Usoespeis (9900019)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
16 01.08 - Proj.Tabul. e Equip.de Celd.em Geral (9900020)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
17 01.09 - Projeto de Obras Periféricas (9900021)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
18 01.11.01 - Proj.de Gêd. Gêd. Têcnico (9900022)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
19 01.11.02 - Projeto de Circuitos Têcnicos (9900024)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
20 01.11.03 - Proj.Usul.Emest.Sist.Usul. Gê. Net. (9900025)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
21 01.10.01.01 - Manutenção Hidr-Medcom/Vanica (9900026)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
22 01.10.01.02 - Manutenção Hidr-Conversores Têcnico (9900027)	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0

ECORÔNICO - 27/06/2008

Patrimônio Líquido (Saldo de 2007) : R\$ 40.251.000,00 x 1

Imobilização do Capital Próprio	7,0	
Capitalização	8,1	Nota da Estrutura: 6,7
Endividamento	6,0	
Liquidez Geral	10,0	
Liquidez Corrente	7,1	Nota da Liquidez: 8,7
Rentabilidade Pat. Lq.	10,0	
Rentabilidade do Ativo	8,0	Nota da Rentabilidade: 8,4
Giro do Ativo	6,0	

Pontos	Avaliação	Conceito
7-6	4	Médio

(NR) = Não Recomendável, (NA) = Não se Aplica.

CRITÉRIO TÉCNICO			CRITÉRIO LEGAL		CRITÉRIO SMS		CRITÉRIO GERENCIAL	
Pontos	Nota de Avaliação	Aval. Técnica	Pontos	Nota de Avaliação	Pontos	Nota de Avaliação	Pontos	Nota de Avaliação
menor ou igual a 2	Recomendável	Recomendável	menor que 10	Recomendável	menor que 10	Recomendável	menor que 10	Recomendável
maior que 2 e menor que 3	2	3	10	10	10	10	10	10
maior que 3 e menor que 4	3	4						
maior que 4 e menor que 5	4	5						
maior que 5 e menor que 6	5	6						
maior que 6 e menor que 7	6	7						
maior que 7 e menor que 8	7	8						
maior que 8 e menor que 9	8	9						
maior que 9 e menor que 10	9	10						
maior que 10 e menor que 11	10	11						
maior que 11 e menor que 12	11	12						
maior que 12 e menor que 13	12	13						
maior que 13 e menor que 14	13	14						
maior que 14 e menor que 15	14	15						
maior que 15 e menor que 16	15	16						
maior que 16 e menor que 17	16	17						
maior que 17 e menor que 18	17	18						
maior que 18 e menor que 19	18	19						
maior que 19 e menor que 20	19	20						
maior que 20 e menor que 21	20	21						
maior que 21 e menor que 22	21	22						
maior que 22 e menor que 23	22	23						
maior que 23 e menor que 24	23	24						
maior que 24 e menor que 25	24	25						
maior que 25 e menor que 26	25	26						
maior que 26 e menor que 27	26	27						
maior que 27 e menor que 28	27	28						
maior que 28 e menor que 29	28	29						
maior que 29 e menor que 30	29	30						
maior que 30 e menor que 31	30	31						
maior que 31 e menor que 32	31	32						
maior que 32 e menor que 33	32	33						
maior que 33 e menor que 34	33	34						
maior que 34 e menor que 35	34	35						
maior que 35 e menor que 36	35	36						
maior que 36 e menor que 37	36	37						
maior que 37 e menor que 38	37	38						
maior que 38 e menor que 39	38	39						
maior que 39 e menor que 40	39	40						
maior que 40 e menor que 41	40	41						
maior que 41 e menor que 42	41	42						
maior que 42 e menor que 43	42	43						
maior que 43 e menor que 44	43	44						
maior que 44 e menor que 45	44	45						
maior que 45 e menor que 46	45	46						
maior que 46 e menor que 47	46	47						
maior que 47 e menor que 48	47	48						
maior que 48 e menor que 49	48	49						
maior que 49 e menor que 50	49	50						
maior que 50 e menor que 51	50	51						
maior que 51 e menor que 52	51	52						
maior que 52 e menor que 53	52	53						
maior que 53 e menor que 54	53	54						
maior que 54 e menor que 55	54	55						
maior que 55 e menor que 56	55	56						
maior que 56 e menor que 57	56	57						
maior que 57 e menor que 58	57	58						
maior que 58 e menor que 59	58	59						
maior que 59 e menor que 60	59	60						
maior que 60 e menor que 61	60	61						
maior que 61 e menor que 62	61	62						
maior que 62 e menor que 63	62	63						
maior que 63 e menor que 64	63	64						
maior que 64 e menor que 65	64	65						
maior que 65 e menor que 66	65	66						
maior que 66 e menor que 67	66	67						
maior que 67 e menor que 68	67	68						
maior que 68 e menor que 69	68	69						
maior que 69 e menor que 70	69	70						
maior que 70 e menor que 71	70	71						
maior que 71 e menor que 72	71	72						
maior que 72 e menor que 73	72	73						
maior que 73 e menor que 74	73	74						
maior que 74 e menor que 75	74	75						
maior que 75 e menor que 76	75	76						
maior que 76 e menor que 77	76	77						
maior que 77 e menor que 78	77	78						
maior que 78 e menor que 79	78	79						
maior que 79 e menor que 80	79	80						
maior que 80 e menor que 81	80	81						
maior que 81 e menor que 82	81	82						
maior que 82 e menor que 83	82	83						
maior que 83 e menor que 84	83	84						
maior que 84 e menor que 85	84	85						
maior que 85 e menor que 86	85	86						
maior que 86 e menor que 87	86	87						
maior que 87 e menor que 88	87	88						
maior que 88 e menor que 89	88	89						
maior que 89 e menor que 90	89	90						
maior que 90 e menor que 91	90	91						
maior que 91 e menor que 92	91	92						
maior que 92 e menor que 93	92	93						
maior que 93 e menor que 94	93	94						
maior que 94 e menor que 95	94	95						
maior que 95 e menor que 96	95	96						
maior que 96 e menor que 97	96	97						
maior que 97 e menor que 98	97	98						
maior que 98 e menor que 99	98	99						
maior que 99 e menor que 100	99	100						

Habilitação Técnica

Este critério é avaliado por dois critérios: Técnico e Legal. Por serem as avaliações de fluxos independentes, as notas atribuídas podem ser distintas. O sistema considera como válida a avaliação mais recente. As notas de referência são apresentadas em toda a tabela de notas.

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente
MATERIAIS
Data Emissão
11 de Setembro de 2008
Data Validade
03 de Julho de 2009
Fornecedor
Empresa 1

No.
015597

Rev.
01


Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.
Não substitui comprovação
da qualificação técnico -
profissional.

CERTIFICAMOS que a empresa acima identificada encontra-se regularmente inscrita no Cadastro de Fornecedores de Materiais e/ou Serviços da PETROBRAS e habilitada para as especialidades indicadas conforme relação em anexo.

A inscrição, representada pelo presente Certificado, não importa em obrigação de contratar, ficando o titular do mesmo sujeito aos procedimentos licitatórios pertinentes, quando for o caso.

RESSALTAMOS A IMPORTÂNCIA DE COMUNICAR-NOS QUALQUER ALTERAÇÃO EM SEUS DADOS CADASTRAIS (ENDEREÇO COMPLETO, DDD, TELEFONE, FAX, e-MAIL, PESSOA DE CONTATO, ETC.), A FIM DE EVITAR PREJUÍZOS NO RELACIONAMENTO ENTRE ESSA EMPRESA E A PETROBRAS.

O USO INDEVIDO DESTES CRCC CONSTITUI FALTA GRAVE PASSÍVEL DE SANÇÕES NO CADASTRO DE BENS E SERVIÇOS DA PETROBRAS, PODENDO A EMPRESA FICAR IMPEDIDA DE TRANSACIONAR COM TODO O SISTEMA PETROBRAS.


Assinado de forma digital
por Roberval Ernesto
Schiffler Filho
Gerente do Cadastro de Fornecedores

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente
MATERIAIS

No.
015597

Rev.
01

Pág. 002

Data Emissão

11 de Setembro de 2008

Data Validade

03 de Julho de 2009

Fornecedor

Empresa 1

**Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.**

CNPJ/CPF.

Este fornecedor está habilitado a fornecer as seguintes especialidades/materiais:

Atenção! Quando do processo de contratação/compra, a habilitação de cada material deverá ser confirmada no sistema de informação da PETROBRAS (SAP R/3), em decorrência de possíveis alterações na qualificação técnica que possam ocorrer durante a vigência do presente CRCC.

Especialidades de serviço :

001 - 99.000.001 - FS-Projeto de Fundações Profundas

Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S010201

Grupo de avaliação: B

002 - 99.000.002 - FS-Projeto de Fundações Diretas

Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S010202

Grupo de avaliação: C

003 - 99.000.005 - FS-Proj. de Estruturas de Concreto Armado

Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S01030101

Grupo de avaliação: C

004 - 99.000.006 - FS-Proj. Estruturas Concreto Protendido

Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S01030102

Grupo de avaliação: C

005 - 99.000.007 - FS-Projeto de Estruturas Metálicas

Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S01030103

Grupo de avaliação: B

006 - 99.000.013 - FS-Proj. Instal. Prediais-ar cond./refrig

Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S010402

Grupo de avaliação: B

007 - 99.000.016 - FS-Proj. Capt./Adução/Distrib. de Água

Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S010601

Grupo de avaliação: B

**** Fim de página ****

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente
MATERIAIS

No.
015597

Rev.
02

Pág. 003

Data Emissão

11 de Setembro de 2008

Data Validade

03 de Julho de 2009

Fornecedor

Empresa 1

**Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.**

008 - 99.000.017 - FS-Proj.Esgoto/Dren.Pluvial e Industrial
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S010602**
Grupo de avaliação: **B**

009 - 99.000.018 - FS-Proj.Estação de Tratamento de Água
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S010701**
Grupo de avaliação: **B**

010 - 99.000.019 - FS-Proj.Estação Tratam. Esgotos/Despejos
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S010702**
Grupo de avaliação: **C**

011 - 99.000.020 - FS-Proj.Tubul. e Equip.de Cald.em Geral
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S0108**
Grupo de avaliação: **B**

012 - 99.000.021 - FS-Projeto de Obras Portuárias
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S0109**
Grupo de avaliação: **B**

013 - 99.000.023 - FS-Proj.de Oleod./Gasod. Terrestres
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S011101**
Grupo de avaliação: **B**

014 - 99.000.024 - FS-Projeto de Oleodutos Terrestres
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S011102**
Grupo de avaliação: **B**

015 - 99.000.025 - FS-Proj.Gas.Terrest. Sist.Distrib.Gás Nat
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S011103**
Grupo de avaliação: **B**

016 - 99.000.027 - FS-Proj.Terminais Maritimos e Terrestres
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S0112**
Grupo de avaliação: **B**

017 - 99.000.029 - FS-Proj.Básico-Sist.Process.Petróleo
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): **S011401**
Grupo de avaliação: **B**

**** Fim de página ****



Emittente	No	Rev.
MATERIALS	015597	01

Păg. 010

Data Emissao
11 de Setembro de 2008

Data Validade
03 de Julho de 2009

Fornecedor

Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.

Empresa 1

CNPJ/CPE:

078 - 99.000.618 - FS-Manut.Equip.Hidr.-Atuadores/Macacos
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S05100702
Grupo de avaliação: C

079 - 99.000.619 - FS-Manut.Equip.Hidr-Convertores Torque
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S05100703
Grupo de avaliação: C

080 - 99.000.700 - FS-Gerenciamento EPC Dutos terrestres
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S04040301
Grupo de avaliação: E

081 - 99.000.702 - FS-Gerenciamento EPC Unid Proce Energia
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S04100401
Grupo de avaliação: B

082 - 99.000.703 - FS-Gerenciamento EPC Facil Prod Plat Mar
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S04110401
Grupo de avaliação: A

083 - 99.001.720 - FS-INSPEÇÃO DE FABRICAÇÃO NACIONAL
Código Item de Serviço (Edital de Inscrição de Empresas): S020706
Grupo de avaliação: C

**** Fin de CRCC ****

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente No. Rev.
MATERIAIS 015050 02

Data Emissão

18 de Julho de 2008

Data Validade

09 de Abril de 2009

Fornecedor

Empresa 2

Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.


CNPJ/CPF:

CERTIFICAMOS que a empresa acima identificada encontra-se regularmente inscrita no Cadastro de Fornecedores de Materiais e/ou Serviços da PETROBRAS e habilitada para as especialidades indicadas conforme relação em anexo.

A inscrição, representada pelo presente Certificado, não importa em obrigação de contratar, ficando o titular do mesmo sujeito aos procedimentos licitatórios pertinentes, quando for o caso.

RESSALTAMOS A IMPORTÂNCIA DE COMUNICAR-NOS QUALQUER ALTERAÇÃO EM SEUS DADOS CADASTRAIS (ENDEREÇO COMPLETO, DDD, TELEFONE, FAX, e-MAIL, PESSOA DE CONTATO, ETC.), A FIM DE EVITAR PREJUÍZOS NO RELACIONAMENTO ENTRE ESSA EMPRESA E A PETROBRAS.

O USO INDEVIDO DESTES CRCC CONSTITUI FALTA GRAVE PASSÍVEL DE SANÇÕES NO CADASTRO DE BENS E SERVIÇOS DA PETROBRAS, PODENDO A EMPRESA FICAR IMPEDIDA DE TRANSACIONAR COM TODO O SISTEMA PETROBRAS.


FERNANDO BERNARDO MAGALHÃES
CN - Fernando Bernardo
Magalhães, C - BR, D - ICP-
Brasil, OU = Autenticado por
PETROBRAS

Gerente do Cadastro de Fornecedores

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente
MATERIAIS

No.
015050

Rev
02

Pág. 002

Data Emissão
18 de Julho de 2008

Data Validade
09 de Abril de 2009

Fornecedor
Empresa 2

**Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.**

CNPJ/CPF:

Em caso de revenda/distribuição de produtos de origem estrangeira, o pagamento do material estará vinculado à apresentação do comprovante de importação averbado.

Este fornecedor está habilitado a fornecer as seguintes especialidades/materiais:

Atenção! Quando do processo de contratação/compra, a habilitação de cada material deverá ser confirmada no sistema de informação da PETROBRAS (SAP R/3), em decorrência de possíveis alterações na qualificação técnica que possam ocorrer durante a vigência do presente CRCC.

**** Fim de página ****

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emissão No. Rev.
MATERIAIS 015050 02

Pág. 003

Data Emissão

18 de Julho de 2008

Data Validade

09 de Abril de 2009

Fornecedor

Empresa 2

Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.

CNPJ/CPF

Famílias de material :

001 - 98.000.581

Válvula de elevação pneum gas lift ;

Requisitos Técnicos: ISO 9001

APROVAÇÃO PELO E&P

Detalhamento:

1-Valvula de gas lift de orifício do tipo"venturi"com insertos de tungstênio,aço inox ou aço liga,para os diâmetros de 1" e 1 1/2"

*****MATERIAL FABRICADO SOB O CONTRATO DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL(CARTA PATENTE PI 9300292-0) ENTRE O CENTRO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO

2-Valvula gas lift operada por pressão,diâmetros de 1" e 1 1/2".

Válvula gas lift de orifício convencional,diâmetros 1" e 1 1/2".

Válvula gas lift para coiled tubing,diâmetros 1" e 1 1/2".

Válvula gas lift do tipo cega,diâmetros 1" e 1 1/2".

Travas para válvula gas lift,diâmetros 1" e 1 1/2".

Desviador para válvula gas lift,diâmetros de 1" e mandris de 2 3/8" e 2 7/8",3 1/2" e 4 1/2".

Desviador para válvula gas lift,diâmetros de 1 1/2" e mandris de 3 1/2" e 4 1/2".

Tipo de Inspeção : B - Final fábrica com testemunho

**** Fim de página ****

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente
MATERIAIS
Data Emissão
18 de Julho de 2008
Data Validade
09 de Abril de 2009
Fornecedor
Empresa 2

No. Rev.
015050 02

Pág. 004

**Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.**

CNPJ/CPF:

002 - 98.000.610

Bomba de cavidades progressivas conforme a norma Petrobras N-2506

Requisitos Técnicos: ISO 9001

Detalhamento:

-TUBULAR OU INSERTAVEL, PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 3/8", VAZAO ATE 10 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 150 KGF/CM2 A 75 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-TUBULAR, PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 7/8", VAZAO ATE 20 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 150 KGF/CM2 A 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-TUBULAR PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 7/8", VAZAO ATE 40 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 120 KGF/CM2 A 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-TUBULAR PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 7/8", VAZAO ATE 50 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 100 KGF/CM2 A 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-TUBULAR PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 3 1/2", VAZAO ATE 60 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 80 KGF/CM2 A 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-INSERTAVEL PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 3/8", VAZAO ATE 5 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 180 KGF/CM2 A 75 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-INSERTAVEL PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 3 1/2", VAZAO ATE 9 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 140 KGF/CM2 A 75 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-INSERTAVEL PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 3 1/2", VAZAO ATE 16 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 90 KGF/CM2 A 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

-TUBULAR OU INSERTAVEL, PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 3 1/2", VAZAO ATE 60 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 180 KGF/CM2, 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA E TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS.

**** Fim de página ****

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente	No	Rev.	
MATERIAIS	015050	02	Pág. 005
Data Emissão			
18 de Julho de 2008			
Data Validade			
09 de Abril de 2009			
Fornecedor			
Empresa 2			Esta revisão substitui e cancela as anteriores.

CNPJ/CPF:

ELASTOMERO DE ESPESSURA CONSTANTE; PARA TEORES MAXIMOS (EM V DE 5 % DE AROMATICOS, 5 % DE CO2 E 5 % DE H2S.

-TUBULAR, PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 7/8", VAZAO ATE 30 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 150 KGF/CM2, 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA E TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS. ELASTOMERO DE ESPESSURA CONSTANTE; PARA TEORES MAXIMOS (EM VOLUME)DE 5 % DE AROMATICOS, 5 % DE CO2 E 5 % DE H2S.

-TUBULAR, PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 7/8", VAZAO ATE 60 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 120 KGF/CM2, 90 % DE EFICIENCIA VOLUMETRICA E TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 80 GRAUS CELSIUS. ELASTOMERO DE ESPESSURA CONSTANTE; PARA TEORES MAXIMOS (EM VOLUME) DE 5 % DE AROMATICOS, 5 % DE CO2 E 5 % DE H2S.

-TUBULAR PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 2 7/8", VAZAO ATE 66 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 238 KGF/CM2; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 100 GRAUS CELSIUS.

-TUBULAR PARA COLUNA DE PRODUCAO MINIMA DE 4 1/2", VAZAO ATE 102 M3/DIA/100 RPM, PRESSAO ATE 220 KGF/CM2; TEMPERATURA MAXIMA DE OPERACAO ATE 100 GRAUS CELSIUS.

-SISTEMA DE BOMBEAMENTO HIDRAULICO MOTOGRESSIVO POR PCP INSERTAVEIS, PARA COLUNA DE PRODUCAO DE 2 7/8", VAZAO ATE 70 m3/DIA A 1200 RPM E PRESSAO MAXIMA DE 120 Kgf/cm2.

-SISTEMA PARA BOMBEAMENTO AUXILIAR(CAVIDADE PROGRESSIVA)DE INJEÇÃO DE ÁGUA PRODUZIDA,VAZÃO NOMINAL ATÉ 60 M3/HR A 130 RPM, PRESSÃO ATÉ 120 KG/CM2.

Tipo de Inspeção : B - Final fábrica com testemunho

**** Fim de página ****

Certificado de Registro e Classificação Cadastral - CRCC

Emitente
MATERIAIS

Nº.
015050

Rev.
02

Pág. 018

Data Emissão

18 de Julho de 2008

Data Validade

09 de Abril de 2009

Fornecedor

Empresa 2

**Esta revisão substitui
e cancela as anteriores.**

CNPJ/CPF:

030 - 98.002.211

Sapata de lavagem p/pescaria ;

Requisitos Técnicos: ISO 9001

Detalhamento:

TIPO: "F" E "I"

DIAMETROS: 5 1/2 A 11 3/4 POL

INSERTOS DE TUNGSTENIO.

ROSCA PADRAO

Tipo de Inspeção : L - Liberado de inspeção

031 - 98.003.851

Regulador de fluxo de subsuperfície ;

Requisitos Técnicos: ISO 9001

Detalhamento:

Notas:

1) Para aplicação em niples modelos "DSJ", "DSL" (similares ao da)

2) Tamanhos D.E. 2 3/8pol até 2 7/8pol

Tipo de Inspeção : B - Final fábrica com testemunho

**** Fim de CRCC ****

BADS no fornecedor



Fornecedor: 10 - OLEO E GÁS

Contrato	No.BAD	Especialidade	De	Até	Nota	Conc
4600	000001	99.000.050 FS-Proj.Bas.Marit/Sist.Prod.Pe	13.11.2006	25.01.2007	75	B
4600:	000003	99.000.351 FS-Mont. Unid. Ind.-Sist. Prod	01.10.2006	30.12.2006	74	B
	000031	99.000.351 FS-Mont. Unid. Ind.-Sist. Prod	01.01.2007	28.12.2007	79	B
	000057	99.000.351 FS-Mont. Unid. Ind.-Sist. Prod	29.12.2007	31.03.2008	70	B
	000066	99.000.351 FS-Mont. Unid. Ind.-Sist. Prod	01.04.2008	30.05.2008	73	B
	000085	99.000.351 FS-Mont. Unid. Ind.-Sist. Prod	01.07.2008	31.08.2008	76	B

Boletim de Avaliação de Desempenho de Fornecedor

Contrato/Ped. 4600: Criado por em 19.12.2007
No.boletim 000003 Silva

Contrato Jur.	9507: 9502
Fornecedor	10 OLEO E GÁS
Especialidade	99.000.351 FS-Mont. Unid. Ind.-Sist. Prod. Petróleo
Org.Compra	9502: CDMPI-SERVIÇOS
Chave ponder.	27:
Período aval.	01.10.2006 até 30.12.2006
Situação	A: Aprovado

Avaliação

Nota 74

Conceito B - BOM

Exibir Justificativa do BAD: 4600236849-000003 Idioma PT



Formts.parág. Parágrafo alinhado à esquerda Formts.caracts

Sem sistema de CQ no início do contrato

Falta de comunicação para obtenção de informações

baixa divulgação do organograma interno da organização (Com quem que eu falo?)

Contrato/Ped. 4600 Criado por em 16.10.20
No.boletim 000085

Contrato Jur.	9507	9502
Fornecedor	10	ÓLEO E GÁS
Especialidade	99.000.351	FS-Mont. Unid. Ind.-Sist. Prod. Petróleo
Org.Compra	9502	CDMPI-SERVIÇOS
Chave ponder.	27	
Período aval.	01.07.2008	até 31.08.2008
Situação	A	Aprovado
		Justificativa

Exibir Justificativa do BAD: 4600236849-000085 Idioma



Formts.parág. * Parágrafo alinhado à esquerda Formts.caracts

Análise de BAD realizada em conjunto com equipe de campo.

Seguem comentários gerais:

- Projeto apresenta desvios, ocasionando necessidade de retrabalho.
- Falta verificação antes da emissão do projeto por parte CONTRATADA.

Já tomadas, junto à CONTRATADA, ações corretivas e/ou de mitigação

3ª FAMILIA - SUBITEMS 2.3,2.5,2.8,2.9,2.15,2.20 e 7.11

CO.1 - Classe 13	9	4	3	6	7	3	3	2	2	2	19	3	3	13	8	9	4
CO.2 - Classe 14	5	3	2	4	4	2	2	1	1	1	24	2	2	17	11	13	6
CO.3 - Classe 15	9	4	3	9	10	5	5	2	2	2	17	2	2	11	6	8	3
CO.4 - Classe 16	14	7	3	6	7	3	3	2	2	2	17	2	2	11	6	8	3

4ª FAMILIA - SUBITEMS 2.4 E 2.12

CO.1 - Classe 17	9	4	3	6	7	3	3	2	2	2	8	5	4	21	8	9	4
CO.2 - Classe 18	5	3	2	4	4	2	2	1	1	1	11	3	2	29	11	13	6
CO.3 - Classe 19	9	4	3	9	10	5	5	2	2	2	6	5	4	17	6	8	3
CO.4 - Classe 20	14	7	3	6	7	3	3	2	2	2	6	5	4	17	6	8	3

5ª FAMILIA - SUBITEMS 2.1 (exceto 2.1.2), 2.2 (exceto 2.2.3), 2.6, 2.10.5.2, 2.10.7.2, 2.10.7.3, 2.10.9.2, 2.10.9.3 e 2.10.10,

CO.1 - Classe 21	12	4	6	8	3	2	2	2	2	17	6	2	2	11	7	14	4
CO.2 - Classe 22	7	2	4	5	2	1	1	1	1	19	4	2	16	10	20	6	25
CO.3 - Classe 23	12	4	9	12	5	3	3	2	2	2	15	5	2	9	6	11	3
CO.4 - Classe 24	20	6	6	8	3	2	2	2	2	15	5	2	9	6	11	3	20

6ª FAMILIA - SUBITEMS 2.1.2, 2.2.3, 2.10 (exceto 2.10.5.2, 2.10.7.2, 2.10.7.3, 2.10.9.2, 2.10.9.3 e 2.10.10), 2.11

CO.1 - Classe 25	12	4	6	8	3	2	2	2	2	10	8	3	3	15	7	14	4
CO.2 - Classe 26	7	2	4	5	2	1	1	1	1	14	5	2	20	10	20	6	25
CO.3 - Classe 27	12	4	9	12	5	3	3	2	2	8	8	3	12	6	11	3	20
CO.4 - Classe 28	20	6	6	8	3	2	2	2	2	8	8	3	12	6	11	3	20

7ª FAMILIA - SUBITEMS 2.16 e 2.17, 5.19, ITEM 7 (menos 7.8, 7.11, 7.13 e 7.14)

CO.1 - Classe 29	10	8	5	5	2	3	3	2	2	2	19	4	2	13	9	9	4
CO.2 - Classe 30	6	5	3	3	1	2	2	1	1	22	8	4	10	13	13	6	22
CO.3 - Classe 31	10	8	9	9	3	6	6	2	2	18	4	2	10	7	7	3	17
CO.4 - Classe 32	15	12	5	5	2	3	3	3	2	18	4	2	10	7	7	3	17

8ª FAMILIA - SUBITEMS 7.8 e 7.13

CO.1 - Classe 33	10	8	5	5	2	3	3	2	2	9	6	4	19	9	9	4	22
CO.2 - Classe 34	6	5	3	3	1	2	2	1	1	13	4	2	25	13	13	6	22
CO.3 - Classe 35	10	8	9	9	3	6	6	2	2	7	8	3	16	7	7	3	17
CO.4 - Classe 36	15	12	5	5	2	3	3	3	2	7	8	3	16	7	7	3	17

14	8	22	5	7	2	1	5	5	13	4	10	4	11	3	15
FOCO 3 - CHAVE 03															
14ª FAMILIA - SUBITENS 9.3.2.3, 9.3.6, 9.3.8, 9.3.12, 9.5, até 9.8															
FOCO 3 - CHAVE 03	5	15	5	7	2	1	5	5	9	5	19	4	14	4	22
FOCO 3 - CHAVE 03	3	9	3	4	1	1	3	3	13	3	25	6	20	6	22
FOCO 3 - CHAVE 03	5	15	8	12	3	2	5	5	7	5	15	4	11	3	18
FOCO 3 - CHAVE 03	8	22	5	7	2	1	5	5	7	5	15	4	11	3	18
15ª FAMILIA - ITEM 10															
FOCO 3 - CHAVE 03	15	5	7	10	2	1	3	2	3	2	30	10	10	10	20
FOCO 3 - CHAVE 03	9	3	4	6	1	1	2	1	2	1	42	14	14	14	28
FOCO 3 - CHAVE 03	15	5	11	14	3	2	3	2	3	2	24	8	8	8	16
FOCO 3 - CHAVE 03	22	8	7	10	2	1	3	2	3	2	24	8	8	8	16
FOCO 3 - CHAVE 04															
FAMILIA - SUBITENS 07.1.0.4.01															
FOCO 3 - CHAVE 04	8	12	6	21	10	10	10	2	9	11	11	11	11	11	22
FOCO 3 - CHAVE 05															
FAMILIA - SUBITENS 09.03.1.0.2															
FOCO 3 - CHAVE 05	8	22	5	7	1	1	7	7	10	11	11	11	11	11	22
FOCO 3 - CHAVE 06															
FAMILIA - SUBITENS 05.16.01															
FOCO 3 - CHAVE 06	4	4	7	5	2	2	5	3	35	6	4	5	5	5	15
FOCO 3 - CHAVE 07															
FAMILIA - SUBITENS 05.22.01															
FOCO 3 - CHAVE 07	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	20
FOCO 3 - CHAVE 08															
FAMILIA - SUBITENS 05.22.02															
FOCO 3 - CHAVE 08	20	5	8	10	2	2	3	2	10	15	5	10	10	10	25
FOCO 3 - CHAVE 09															
FAMILIA - SUBITENS 09.01.02.03															
FOCO 3 - CHAVE 09	10	10	5	5	5	30	30	10	10	10	10	10	10	10	20
FOCO 3 - CHAVE 09															
FAMILIA - SUBITENS 09.03.03															
FOCO 3 - CHAVE 09	9	9	8	8	15	3	3	10	15	10	10	10	10	10	20
FOCO 3 - CHAVE 09															
FAMILIA - SUBITENS 09.03.06															
FOCO 3 - CHAVE 09	20	20	10	10	5	60	5	60	5	60	5	60	5	60	15
FOCO 3 - CHAVE 10															
16ª FAMILIA - SUBITENS 02.08.01.02 e 02.08.01.03															
FOCO 3 - CHAVE 10	25	25	25	25	20	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15

30* FAMILIA - SUBITENS 07.20.01.02, 07.20.01.03, 07.20.03.01, 07.20.03.02																
FOCO 5 - Clase 24	8		5	4	4	3		3		2	10	10	8	20	10	10
31* FAMILIA - SUBITENS 07.20.02.06																
FOCO 5 - Clase 15	70				30											
32* FAMILIA - SUBITENS 07.21.01.01 + 07.21.01.02																
FOCO 5 - Clase 26	7		5	5	4	2	4	3	3	2	10	8	7	15	10	15
33* FAMILIA - SUBITENS 09.01.01 + 09.01.02																
FOCO 5 - Clase 31	6		5	5	18	2	5		1	2	10	6		15	15	10
34* FAMILIA - SUBITENS 09.01.09.02																
FOCO 5 - Clase 32	3		3	10	10		5		5	2	10	8	4	15	10	15
35* FAMILIA - SUBITENS 09.03.13																
FOCO 5 - Clase 33	10		10	10	10		3			2	5	5		20	10	15
36* FAMILIA - SUBITENS 09.02.07																
FOCO 5 - Clase 34	24		4	4	6	1	2		2	3	20	4		15	5	15
37* FAMILIA - SUBITENS 09.04.01																
FOCO 5 - Clase 35	15		2	7			20				50			3		3
38* FAMILIA - SUBITENS 09.03.02.01																
FOCO 5 - Clase 32	7		10	10	8		5		5	1	10	4		15	10	15
39* FAMILIA - SUBITENS 09.03.02.02																
FOCO 5 - Clase 33	5		15	7	8	3	2		1	4	10	5		15	15	10

58	01	Organização	73	03	Titular, Não Concomi
58	02	Condições de Segurança			
58	03	Conservação			
59	01	Organização			
59	02	Conservação			
61	01	Qualidade			
61	02	Quantidade			

NOTAS:

- A) FOCO 5 DEPENDE DE ESTUDO POR PARTE DO EAP CORPORATIVO.
- B) AS ALTERAÇÕES AFETARAM SOMENTE OS SUBGRUPOS DE SMS E QUALIDADE.
- C) ESPECIFICAMENTE EM RELAÇÃO A TABELA REFERENTE AOS SUBITEMS 2.16 e 2.17, 5.19, ITEM 7 (menos 7.11 e 7.14) HOUE NECESSIDADE DE AJUSTE EM 3 PESSOAS QUE ESTAVAM ERRADOS DESDE A ÚLTIMA REVISÃO (1999).
- D) OS SUBGRUPOS 530 E 540 FORAM REMANEJADOS PARA O GRUPO 400 QUE PASSOU A SE CHAMAR OSMS.
- E) O SUBGRUPO 550 FOI REMANEJADO PARA 530.
- F) A TABELA REFERENTE AO GRUPO 600 (TURN KEY E LUMP-SUM) NECESSITA SER ADEQUADA À NOVA REALIDADE DA COMPANHIA EM RELAÇÃO A SMS E, PELAS SUAS CARACTERÍSTICAS PARTICULARES, RECOMENDAMOS QUE SEJA OBJETO DE ANÁLISE CONJUNTA ENTRE O SMS CORPORATIVO E A ENGENHARIA (A PARTIR DE SOLICITAÇÃO FORMAL DO FÓRUM DE TERCEIRIZAÇÃO).
- G) FINALMENTE LEMBRO QUE QUANTAS ALTERAÇÕES NO BAI SOMENTE SERÃO EFETIVADAS PELA CONTABILIDADE MEDIANTE APROVAÇÃO FORMAL DA COBAC.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Estatuto Social da Petrobras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA PETROBRAS

Capítulo I Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) e pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O controle da União será exercido mediante a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento, mais uma ação, do capital votante da Sociedade.

Art. 2º A Petrobras tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais, escritórios.

Art. 3º A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§ 1º As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§ 2º A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Capítulo II Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 4º O Capital Social é de R\$ 78.966.690.660,00 (setenta e oito bilhões novecentos e sessenta e seis milhões seiscentos e noventa mil seiscentos e sessenta reais), dividido em 8.774.076.740 (oito bilhões, setecentas e setenta e quatro milhões, setenta e seis mil, setecentas e quarenta) ações sem valor nominal, sendo 5.073.347.344 (cinco bilhões, setenta e três milhões, trezentas e quarenta e sete mil, trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 3.700.729.396 (três bilhões, setecentas milhões, setecentas e vinte e nove mil e trezentas e noventa e seis) ações preferenciais.

§ 1º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, em até R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais), mediante a emissão de ações preferenciais e até o limite quantitativo de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, para integralização: a) em moeda; b) em bens, observada a prévia deliberação da Assembléia

Geral para avaliação destes (inciso IV do art. 122 da Lei das Sociedades por Ações); c) mediante capitalização de crédito.

§ 2º Os aumentos de capital mediante a emissão de ações ordinárias serão submetidos previamente à deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 (trinta) dias para o seu exercício, para os antigos acionistas, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, bem como permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 4º A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor.

§ 5º O capital social poderá ser aumentado com a emissão de ações preferenciais, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado o limite legal de dois terços do capital social, bem como observado o direito de preferência de todos os acionistas.

Art. 5º As ações da Companhia serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, estas sempre sem direito a voto.

§ 1º As ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias, e vice-versa.

§ 2º As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

§ 3º As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado no parágrafo anterior.

Art. 6º A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, dependendo do órgão que autorizou o aumento do capital no limite do autorizado. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo.

Art. 7º As ações da Companhia, todas escriturais, serão mantidas, em nome de seus titulares, em conta de depósito de instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem emissão de certificado.

Art. 8º Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido

ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Art. 9º Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

Parágrafo único. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 10º Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 11 Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembléia Geral.

Art. 12 Além da União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, poderão ser acionistas pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes ou não no País.

Art. 13 O acionista poderá ser representado nas Assembléias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei nº 6.404, de 1976, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

§ 1º A representação da União nas Assembléias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.

§ 2º Na Assembléia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembléia.

Capítulo III

Das Subsidiárias e Coligadas

Art. 14 Para o estrito cumprimento de atividades vinculadas ao seu objeto, a Petrobras poderá, na conformidade da autorização conferida pela Lei nº 9.478, de 1997, constituir subsidiárias, bem como associar-se, majoritariamente e/ou minoritariamente a outras empresas.

Art. 15 Observado o disposto na Lei nº 9.478, de 1997, a Petrobras e suas subsidiárias poderão adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

Art. 16 As sociedades subsidiárias e controladas obedecerão às deliberações dos seus respectivos órgãos de administração, as quais estarão vinculadas às diretrizes e ao planejamento estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras, bem como às regras corporativas comuns fixadas pela Petrobras através de orientação de natureza técnica, administrativa, contábil, financeira e jurídica.

Parágrafo único. As relações com as empresas subsidiárias, coligadas e controladas serão mantidas por intermédio de membro da Diretoria Executiva, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Capítulo IV Da Administração da Sociedade

Seção I Dos Conselheiros e Diretores

Art. 17 A Petrobras será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

Art. 18 O Conselho de Administração será integrado por, no mínimo, cinco membros até nove membros eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas, a qual designará dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão que não poderá ser superior a 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Parágrafo único. No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembléia Geral.

Art. 19 No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembléia Geral de Acionistas serão observadas as seguintes regras:

I - É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger um dos Conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

II - É assegurado aos acionistas titulares de ações preferenciais, que representem em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, excluído o acionista controlador, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembléia Geral, não se aplicando à Companhia a regra contida no § 4º do art. 8º da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001.

III - Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem o direito de eleger Conselheiro, será assegurado à União o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais um, independentemente do número de Conselheiros estabelecido no art. 18 deste Estatuto.

Art. 20 A Diretoria Executiva será composta de um Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até seis Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre brasileiros residentes no País, com prazo de gestão que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

§ 1º O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos Diretores a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Petrobras, permitido, porém, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias, controladas e coligadas da

Companhia, a critério do Conselho de Administração, conforme o Código de Boas Práticas, na forma do inciso VII do art. 29 deste Estatuto.

§ 3º O Presidente e os Diretores farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias, que lhes serão concedidas pela Diretoria Executiva, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

Art. 21 A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelos arts. 147 e 162 da Lei nº 6.404, de 1976, não podendo, também, ser investidos no cargo os que no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal tiverem ascendentes, descendentes ou colaterais.

Art. 22 Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

§ 1º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: (i) a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia; (ii) a anuência aos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por essas entidades, responsabilizando-se pelo cumprimento de tais contratos e respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso, e (iii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

§ 2º A posse do Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do Conselheiro.

§ 3º Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia.

Art. 23 Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei nº 6.404, de 1976, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo sociedades em que participem com mais de 10% (dez por cento), ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.

§ 1º A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§ 2º A garantia prevista no parágrafo anterior se estende aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

Art. 24 Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.

Art. 25 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral, na forma prevista no art. 150 da Lei nº 6.404, de 1976.

Parágrafo único. O Conselheiro, ou membro da Diretoria Executiva, eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído, e, quando findo o prazo de gestão, permanecerá no cargo até a posse do sucessor.

Art. 26 A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, por sua Diretoria, individualmente por seu Presidente, ou por dois Diretores em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.

Art. 27 O Presidente e os Diretores não poderão ausentar-se do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias, sem licença ou autorização do Conselho de Administração.

§ 1º Ao Presidente, na forma do inciso IV do art. 38, compete designar, dentre os Diretores, seu substituto eventual.

§ 2º No caso de ausência ou impedimento de um Diretor, os seus encargos serão assumidos por um substituto escolhido pelo mesmo, dentre outros integrantes da Diretoria Executiva ou um de seus subordinados diretos, este último até um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º No caso da indicação ser feita a um subordinado, condicionada à aprovação do Presidente, o mesmo participará de todas as atividades rotineiras do Diretor, inclusive com a presença em reuniões de Diretoria, para instruir as matérias da área de contato do respectivo Diretor, sem no entanto exercer direito de voto.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 28 O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Petrobras, competindo-lhe:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;
- II - aprovar o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos;
- III - fiscalizar a gestão dos Diretores e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia;

IV - avaliar resultados de desempenho;

V - aprovar, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva, especialmente as previstas nos incisos III, IV, V, VI e VIII do art. 33 deste Estatuto Social, deverão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração;

VI - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VII - fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de investimentos, de meio ambiente e de recursos humanos;

VIII - aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, inclusive contratos de concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva;

IX - deliberar sobre aumento de capital com emissão de ações preferenciais, dentro do limite autorizado, na forma do § 1º do art. 4º deste Estatuto Social.

Art. 29 Compete privativamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I - Plano Básico de Organização e suas modificações, bem como a distribuição aos Diretores, por proposta do Presidente, dos encargos correspondentes às áreas de contato definidas no referido plano;

II - autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, observadas as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

III - aprovação da permuta de valores mobiliários de sua emissão;

IV - eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

V - constituição de subsidiárias, participações em sociedades controladas ou coligadas, ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VI - convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VII - aprovação de um Código de Boas Práticas e do seu Regimento Interno, o qual deverá prever a indicação de Relator e a constituição de Comitês do Conselho compostos por alguns de seus membros, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias;

VIII - aprovação das Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;

IX - escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

X - relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XI - criação do Comitê de Negócios e aprovação das atribuições e regras de funcionamento desse Comitê, consistentes com o Plano Básico de Organização, as quais devem ser divulgadas ao mercado, resumidamente, quando da publicação das demonstrações financeiras da Companhia, ou quando de sua alteração;

XII - assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembléia Geral, dependam de sua deliberação;

Parágrafo único. O Comitê de Negócios de que trata o inciso XI submeterá à Diretoria Executiva seu parecer sobre as matérias corporativas que envolvam mais de uma área de negócios, bem como aquelas cuja importância e relevância demandem um debate mais amplo.

Art. 30 O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditagens ou tomadas de contas na Companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas a sua deliberação.

Art. 31 O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros, ordinariamente, no mínimo a cada trinta dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, vídeo-conferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

§ 2º As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

§ 3º O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar Diretores da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

§ 4º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas.

§ 5º Em caso de empate, o Presidente do Conselho poderá exercer o voto de qualidade.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 32 Cabe à Diretoria Executiva exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 33 Compete à Diretoria Executiva:

I - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais;
- b) o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;
- c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;
- d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia;

II - aprovar:

- a) critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
- b) critérios de aproveitamento econômico de áreas produtoras e coeficiente mínimo de reservas de óleo e gás, observada a legislação específica;
- c) política de preços e estruturas básicas de preço dos produtos da Companhia;
- d) planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos, e mudanças de práticas contábeis;
- e) manuais e normas de contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outros necessários à orientação do funcionamento da Companhia;
- f) normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;
- g) plano anual de seguros da Companhia;
- h) a estrutura básica dos órgãos da Companhia e suas respectivas Normas de Organização, bem como criar, transformar ou extinguir órgãos operacionais ou correspondentes, bem como órgãos temporários de obras, agências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;
- i) planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras;
- j) a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia;

k) a designação dos titulares da Administração Superior da Companhia;

l) os planos anuais de negócios;

m) formação de consórcios, de "*joint-ventures*", e de sociedades de propósito específico, no País e no exterior;

III - autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamento no País ou no exterior, inclusive mediante emissão de títulos;

IV - autorizar a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

V - autorizar a aquisição, na forma da legislação específica, de bens imóveis, navios e unidades marítimas de perfuração e produção, bem como gravame e a alienação de ativos da Companhia;

VI - autorizar a alienação ou gravame de ações ou cotas de sociedades nas quais a Companhia detenha mais de 10% (dez por cento) do capital social, bem como a cessão de direitos em consórcios ou "*joint-ventures*" em que a Companhia possua mais de 10% (dez por cento) dos investimentos, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

VII - autorizar a celebração de convênios ou contratos com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

VIII - autorizar, na forma da legislação específica, atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Presidente ou Diretores;

IX - acompanhar e controlar as atividades das subsidiárias e empresas das quais a Petrobras participe ou com as quais esteja associada;

X - deliberar sobre marcas e patentes, nomes e insígnias;

XI - criar outros Comitês, vinculados ao Comitê de Negócios, aprovando as respectivas regras de funcionamento e atribuições, consistentes com o Plano Básico de Organização.

Art. 34 A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria de seus membros, dentre eles o Presidente ou o seu substituto, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de dois terços dos Diretores.

Parágrafo único. As matérias submetidas à apreciação da Diretoria Executiva serão instruídas com as manifestações da área técnica, do Comitê de Negócios, e ainda do parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

Art. 35 Além das matérias de competência originária de deliberação colegiada previstas no art. 33 deste Estatuto, a Diretoria Executiva poderá deliberar sobre os atos de gestão

de negócios de responsabilidade individual de cada um dos Diretores, dentro das áreas de contato fixadas pelo Conselho de Administração no Plano Básico de Organização. Compete ainda aos Diretores:

I - instruir os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais, aprovadas pela Diretoria Executiva;

III - designar empregados da Companhia para missões no exterior;

IV - assinar atos, contratos e convênios, bem como movimentar os recursos monetários da Companhia, sempre em conjunto com outro Diretor.

Art. 36 As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.

Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente poderá exercer o voto de qualidade.

Art. 37 A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Seção IV Do Presidente

Art. 38 Cabem ao Presidente a direção e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva, competindo-lhe:

I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

II - propor ao Conselho de Administração a distribuição, entre os Diretores, das áreas de contato definidas no Plano Básico de Organização;

III - propor ao Conselho de Administração os nomes para Diretores da Companhia;

IV - designar, dentre os Diretores, seu substituto eventual, em suas ausências e impedimentos;

V - acompanhar e supervisionar, através da coordenação da ação dos Diretores, as atividades de todos os órgãos da Companhia;

VI - designar os representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das suas subsidiárias, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

VII - prestar informações ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional.

Capítulo V **Da Assembléia Geral**

Art. 39 A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 40 A Assembléia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I - reforma do Estatuto;

II - aumento do limite do capital autorizado;

III - aumento do capital social, ressalvado o disposto no § 1º do art. 4o deste Estatuto;

IV - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;

V - redução do capital social;

VI - emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;

VII - incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;

VIII - participação da Companhia em grupo de sociedades;

IX - alienação do controle do capital social de subsidiárias da Companhia;

X - destituição de membros do Conselho de Administração;

XI - alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias;

XII - fixação da remuneração dos administradores;

XIII - cancelamento do registro de Companhia aberta;

XIV - escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista triplíce de empresas especializadas, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou do desenquadramento às regras de padrão de governança societária, definidas por bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, visando o cumprimento das regras estabelecidas na competente regulamentação de práticas diferenciadas de governança corporativa editada por tais entidades, e de acordo com os termos dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com essas mesmas entidades;

XV - renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas.

§ 1º A deliberação da matéria prevista no inciso XIV deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.

§ 2º Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

Art. 41 A Assembléia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica.

Art. 42 As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Assembléia escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

Capítulo VI Do Conselho Fiscal

Art. 43 O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de até cinco membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, acionistas ou não, dos quais um será eleito pelos detentores das ações ordinárias minoritárias e outro pelos detentores das ações preferenciais, em votação em separado.

§ 1º Dentre os membros do Conselho Fiscal, um será indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

§ 2º Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, do qual constará: (i) a anuência aos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, responsabilizando-se pelo cumprimento de tais contratos e respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso, e (ii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

Art. 44 O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de um ano, permitida a reeleição.

Art. 45 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembléia Geral que os elegeu, observado o limite estabelecido na Lei nº 9.292, de 1996.

Art. 46 Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembléia Geral:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral;

III - opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembléia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembléia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V - convocar a Assembléia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI - analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;

VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII - exercer essas atribuições durante a liquidação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII

Dos Empregados da Companhia

Art. 47 Os empregados da Petrobras estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia, observando-se as normas legais aplicáveis aos empregados das sociedades de economia mista.

Art. 48 A admissão de empregados pela Petrobras e por suas subsidiárias e controladas obedecerá a processo seletivo público, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 49 As funções da Administração Superior e os poderes e responsabilidades dos respectivos titulares serão definidos no Plano Básico de Organização da Companhia.

§ 1º As funções a que se refere o *caput* deste artigo poderão, excepcionalmente e a critério da Diretoria, ser atribuídas a técnicos ou especialistas estranhos ao quadro permanente da Companhia.

§ 2º As funções gerenciais que devam integrar o quadro organizacional da Companhia, nos demais níveis, terão os poderes e responsabilidades dos titulares definidos nas normas dos respectivos órgãos.

Art. 50 Sem prejuízo das requisições previstas em lei, a cessão de empregados da Petrobras e de suas subsidiárias ou controladas dependerá de autorização, em cada caso, da Diretoria Executiva e será feita, sempre que possível, mediante o reembolso dos custos correspondentes.

Art. 51 A Companhia destinará uma parcela dos resultados anuais a ser distribuída entre seus empregados, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração, observada a legislação em vigor.

Capítulo VIII

Disposições Gerais

Art. 52 As atividades da Petrobras obedecerão a um Plano Básico de Organização, aprovado pelo Conselho de Administração, que conterà a estrutura geral e definirá a natureza e as atribuições de cada órgão, as relações de subordinação, coordenação e controle necessárias ao seu funcionamento, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 53 O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 54 Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital da sociedade, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Art. 55 A Petrobras destinará, do lucro líquido apurado no seu Balanço Anual, a parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o capital social integralizado, para constituição de reserva especial, destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

Parágrafo único. O saldo acumulado da reserva prevista neste artigo não poderá exceder 5% (cinco por cento) do capital social integralizado.

Art. 56 Após deliberada a distribuição do dividendo mínimo previsto no art. 8º deste Estatuto, poderá a Assembléia Geral, observados os termos da legislação societária e as normas federais específicas, atribuir percentagens ou gratificação aos membros da Diretoria Executiva da Companhia, por conta de participação nos lucros.

Art. 57 A Diretoria Executiva poderá autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, inclusive a doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais, na forma prevista no § 4º do art. 154 da Lei nº 6.404, de 1976.

Art. 58 Deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, tendo por objeto a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes dos contratos eventualmente celebrados pela Petrobras com bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, tendo por objetivo a adoção de padrões de governança societária fixados por estas entidades, e dos respectivos regulamentos de práticas diferenciadas de governança corporativa, se for o caso.

Parágrafo único. As deliberações da União, através de voto em Assembléia Geral, que visem à orientação de seus negócios, nos termos do art. 238 da Lei nº 6.404, de 1976, são considerados formas de exercício de direitos indisponíveis e não estarão sujeitas ao procedimento arbitral previsto no *caput* deste artigo.

Art. 59 Os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, na forma do regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998.

Art. 60 Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedem as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convite, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercitada sem penalidade ou indenização de qualquer espécie no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, posteriormente, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.

Art. 61 A União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva deverão:

I - Abster-se de negociar os Valores Mobiliários nos seguintes períodos:

a) no período de um mês que antecede ao encerramento do exercício social até a publicação do edital, colocando à disposição dos acionistas as demonstrações financeiras da Companhia ou sua publicação, prevalecendo o que primeiro ocorrer;

b) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos ou bonificação em ações ou emitir outros Valores Mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

II - Comunicar à Companhia e à bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, os seus planos de negociação periódica de valores mobiliários, caso os possuírem, assim como as subsequentes alterações ou descumprimento de tais planos. A comunicação deverá conter, no mínimo, se o plano é de investimento ou desinvestimento programado, a periodicidade e as quantidades programadas.

ANEXO V

Este Anexo V é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Demonstrações Financeiras da Petrobras Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
4 - NIRE 33300032061		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 24º ANDAR			2 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO		
3 - CEP 20031-912		4 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 3224-2040	8 - TELEFONE 3224-2041	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 021	12 - FAX 3224-9999	13 - FAX 3224-6055	14 - FAX 3224-7784		
15 - E-MAIL petroinvest@petrobras.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Almir Guilherme Barbassa				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 65 - 23º ANDAR			CENTRO	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
20031-912	RIO DE JANEIRO			RJ
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
021	3224-2040	3224-2041	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
021	3224-9999	3224-6055	3224-7784	
16 - E-MAIL				
barbassa@petrobras.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOMENCLATURA SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes	5 - CÓDIGO CVM 00415-9	
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Manuel Fernandes Rodrigues de Souza	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 783.840.017-15	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Numero de Ações (Mil)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	5.073.347	2.536.674	2.536.674
2 - Preferenciais	3.700.729	1.850.364	1.850.364
3 - Total	8.774.076	4.387.038	4.387.038
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatual Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1010 - Petróleo e Gás
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prospecção Petróleo e Gás, Refino e Prod. de Derivados
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	19/12/2008	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,8000000000
02	RCA	19/12/2008	Juros Sobre Capital Próprio		PN	0,8000000000
03	RCA	06/03/2009	Dividendo		ON	0,3300000000
04	RCA	06/03/2009	Dividendo		PN	0,3300000000

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 10/03/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	311.010.867	211.233.010	179.614.554
1.01	Ativo Circulante	51.256.607	40.154.095	49.443.798
1.01.01	Disponibilidades	11.268.314	7.847.949	20.098.892
1.01.01.01	Caixa e Bancos	394.220	866.147	2.219.519
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	10.874.094	6.981.802	17.879.373
1.01.02	Créditos	17.370.050	12.036.476	10.376.356
1.01.02.01	Clientes	17.370.050	12.036.476	10.376.356
1.01.02.01.01	Clientes	3.550.726	3.445.477	4.248.112
1.01.02.01.02	Subid. Contr. Coligadas Princ. p/ Vendas	12.042.894	7.699.158	5.105.482
1.01.02.01.03	Outras Contas a Receber	2.067.895	894.533	1.210.244
1.01.02.01.04	Provisão para Cred. Liq. Duvidosa	(281.265)	(202.692)	(187.482)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	13.847.969	12.800.138	12.968.740
1.01.04	Outros	8.770.274	7.469.532	5.999.810
1.01.04.01	Dividendos a Receber	987.986	668.501	777.593
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	8.273.161	5.125.217	4.381.752
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	1.078.815	1.095.815	669.892
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	430.312	579.999	170.573
1.02	Ativo Não Circulante	259.754.260	171.078.915	130.170.756
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	107.619.248	63.949.619	45.184.676
1.02.01.01	Créditos Diversos	4.945.849	4.834.031	1.418.762
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Alcool - STN	809.673	797.851	785.791
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.597.762	3.386.999	8.062
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	1.366	1.366	1.366
1.02.01.01.04	Outras contas a receber	537.048	547.815	623.543
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	91.089.343	47.555.806	34.282.729
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	1.488
1.02.01.02.02	Com Controladas	91.089.343	47.555.806	34.281.241
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	11.584.056	11.559.762	9.483.185
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	2.039.293	1.503.713	927.830
1.02.01.03.02	Imposto Renda e Contrib. Soc. Diferidos	477.183	1.776.187	1.363.928
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	1.538.410	755.058	693.776
1.02.01.03.04	PASEP/COFINS Diferido	4.599.148	3.026.238	1.704.753
1.02.01.03.05	Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	0	0	115.923
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.542.378	1.445.658	1.438.384
1.02.01.03.07	Adiantamento p/ Plano de Pensão	0	1.295.810	1.242.268
1.02.01.03.08	Adiantamento a Fornecedores	416.745	396.781	564.266
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	444.904	809.332	818.953
1.02.01.03.10	Estoques	303.929	236.753	464.783
1.02.01.03.11	Outros Ativos Realizáveis a longo prazo	222.066	313.252	148.321

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1.02.02	Ativo Permanente	152.135.012	107.129.296	84.986.080
1.02.02.01	Investimentos	28.306.947	26.068.788	22.776.506
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	2.352.999	132.444	98.470
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	25.803.668	23.509.345	22.444.836
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	150.280	349.852	233.200
1.02.02.01.06	Direitos/Adiant.-aquisição investimentos	0	2.077.148	0
1.02.02.02	Imobilizado	119.207.092	77.252.144	58.682.236
1.02.02.03	Intangível	3.781.716	3.074.677	2.778.773
1.02.02.04	Diferido	839.257	733.686	748.565

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	311.010.867	211.233.010	179.614.554
2.01	Passivo Circulante	111.698.595	60.385.858	51.183.457
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.506.156	748.518	1.279.445
2.01.01.01	Financiamentos	2.276.822	625.922	1.141.352
2.01.01.02	Juros sobre Financiamentos	229.334	122.596	138.093
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	10.186.552	7.413.054	5.427.331
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	10.537.882	8.493.492	6.854.934
2.01.05	Dividendos a Pagar	9.914.707	8.580.557	7.896.589
2.01.05.01	Divid. e Juros s/Capital Próprio a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	3.825.367	3.090.081	2.963.043
2.01.06.01	Salários, férias e encargos	1.561.017	1.375.912	1.137.832
2.01.06.02	Provisão para contingências	54.000	54.000	54.000
2.01.06.03	Plano de Pensão	579.051	386.091	391.783
2.01.06.04	Plano de Saúde	493.221	429.666	386.428
2.01.06.05	Part. empregados e administradores	1.138.078	844.412	993.000
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	61.845.850	29.043.500	23.473.128
2.01.07.01	Fornecedores	61.845.850	29.043.500	23.473.128
2.01.08	Outros	12.882.081	5.016.656	3.288.907
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	298.032	120.326	1.119.891
2.01.08.02	Projetos Estruturados	401.148	408.234	1.565.296
2.01.08.03	Comprom. o/transf Benef Risc Control Bens	5.052.563	0	0
2.01.08.04	Receita Diferida	0	0	0
2.01.08.05	Outros	7.130.338	4.488.096	603.720
2.02	Passivo Não Circulante	55.261.133	34.834.917	29.048.763
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	55.261.133	34.834.917	29.048.763
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.456.564	4.811.988	5.094.223
2.02.01.01.01	Financiamentos	11.456.564	4.811.988	5.094.223
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	23.501.300	21.335.040	17.873.052
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	9.510.037	8.554.276	7.382.761
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	203.285	208.415	190.671
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	2.966.084	4.138.672	2.777.184
2.02.01.03.04	Impostos e Contrib. Sociais Diferidos	10.821.894	8.433.677	7.522.436
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.100.528	2.374.256	2.506.957
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	19.202.741	6.313.633	3.574.531
2.02.01.06.01	Provisão para desmantelamento de áreas	5.975.787	5.854.072	2.979.031
2.02.01.06.02	Comprom. o/transf Benef Risc Control Bens	12.701.708	0	0
2.02.01.06.03	Receita Diferida	76.574	0	0
2.02.01.06.04	Outras Contas e Despesas a Pagar	448.672	459.561	595.500

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	144.051.138	116.012.235	99.382.334
2.05.01	Capital Social Realizado	78.966.691	52.644.460	48.263.983
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	78.966.691	52.644.460	48.263.983
2.05.01.02	Correção Monetária de Capital	0	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	514.857	1.553.831	372.064
2.05.02.01	Subvenções AFRMM	0	169.142	158.298
2.05.02.02	Incentivos fiscais - IR	514.857	1.384.689	213.766
2.05.03	Reservas de Reavaliação	10.284	61.520	66.423
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	10.284	61.520	66.423
2.05.04	Reservas de Lucro	64.442.783	61.752.424	50.679.864
2.05.04.01	Legal	9.435.985	7.612.508	6.511.073
2.05.04.02	Estatutária	899.378	504.544	1.249.441
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	53.650.237	53.635.372	42.919.350
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	557.183	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	116.524	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	(336.180)	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	452.704	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	207.990.449	170.244.954	162.225.973
3.02	Deduções da Receita Bruta	(46.280.943)	(43.477.953)	(42.508.173)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	161.709.506	126.767.001	119.717.800
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(97.343.992)	(70.444.686)	(65.942.183)
3.05	Resultado Bruto	64.365.514	56.322.315	53.775.617
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(11.873.869)	(24.239.344)	(16.111.706)
3.06.01	Com Vendas	(5.325.507)	(5.314.132)	(4.975.402)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(5.017.346)	(4.488.210)	(3.607.991)
3.06.02.01	Honor. Diretora e Cons. Administração	(5.153)	(4.034)	(3.898)
3.06.02.02	De Administração	(5.012.193)	(4.484.176)	(3.604.093)
3.06.03	Financeiras	(1.059.155)	1.565.482	812.195
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.991.531	4.662.159	3.038.657
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(7.050.686)	(3.096.677)	(2.226.462)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.724.241)	(15.359.105)	(8.764.505)
3.06.05.01	Tributárias	(425.978)	(717.092)	(679.756)
3.06.05.02	Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(1.690.702)	(1.700.342)	(1.575.723)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	(602.675)	(45.248)	(40.395)
3.06.05.04	Custo Explor. p/ Extração Petróleo e Gás	(2.550.569)	(1.211.923)	(1.118.839)
3.06.05.05	Plano de Pensão e Saúde	(1.343.773)	(2.359.108)	(1.823.391)
3.06.05.06	Variação Monetárias e Cambiais Líquidas	8.256.134	(4.713.938)	(778.277)
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(3.366.678)	(4.611.454)	(2.748.124)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.252.380	(643.379)	423.995
3.07	Resultado Operacional	52.491.645	32.082.971	37.663.909
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	52.491.645	32.082.971	37.663.909
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(9.147.126)	(8.590.720)	(9.366.173)
3.11	IR Diferido	(5.736.692)	(619.148)	(1.241.563)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.138.078)	(844.412)	(993.000)
3.12.01	Participações	(1.138.078)	(844.412)	(993.000)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	36.469.549	22.028.691	25.063.173
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	8.774.076	4.387.038	4.387.038
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	4,15651	5,02131	5,94095
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.775.744	40.206.117	35.286.350
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.513.029	33.171.526	33.043.945
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	36.469.549	22.028.691	26.063.173
4.01.01.02	Part. dos Acionistas não Controladores	0	0	0
4.01.01.03	Resultado da Part. em Invest. Relevantes	(2.494.234)	641.238	(411.993)
4.01.01.04	Ágio/Deságio - Amortização	241.854	20.343	(12.002)
4.01.01.05	Depreciação, Depleção e Amortização	7.952.428	5.798.802	4.934.119
4.01.01.06	Perda na Recuperação de Ativos	891.258	87.146	0
4.01.01.07	Baixa de Poços Secos	1.291.395	320.502	0
4.01.01.08	Valor Resid. de Bens Perman. Baixados	5.817	151.737	452.160
4.01.01.09	Var.Camb./Monet./Enc. s/ Financ. e Mútuo	(21.581.931)	3.503.919	482.549
4.01.01.10	Imposto Renda e Contrib. Soc. Dif. Liq.	5.736.893	619.148	1.535.939
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28.488.274	7.993.454	977.165
4.01.02.01	Contas a Receber	(1.079.071)	1.109.284	260.237
4.01.02.02	Estoques	(1.205.349)	354.734	(2.603.181)
4.01.02.03	Contas Petróleo e Alcool - STN	(11.822)	(12.060)	(16.267)
4.01.02.04	Var. Cambial de Ativo Permanente	0	0	0
4.01.02.05	Fornecedores	3.272.052	1.865.843	945.773
4.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	(4.523.328)	264.880	(1.957.790)
4.01.02.07	Obrigações com Projetos Estruturados	147.389	(934.153)	(486.306)
4.01.02.08	Plano de Pensão e de Saúde	1.336.498	2.570.549	2.250.145
4.01.02.09	Oper. Curto Prazo com Subid/Contr/Colig.	28.551.905	2.654.387	2.584.554
4.01.03	Outros	774.441	(958.853)	1.267.240
4.01.03.01	Outros Ativos	(145.209)	(684.729)	1.228.015
4.01.03.02	Outros Passivos	919.650	(274.134)	39.225
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(35.154.628)	(29.910.027)	(17.402.567)
4.02.01	Investimentos nos Segmentos de Negócio	(33.748.861)	(26.122.594)	(16.876.087)
4.02.02	Investimentos em Títulos e Valores Mobili	(95.543)	(3.259.628)	0
4.02.03	Outros investimentos	(1.256.367)	(775.571)	(730.615)
4.02.04	Dividendos Recebidos	1.272.481	929.126	928.551
4.02.05	Empreendimentos em Negociação	(1.326.338)	(681.360)	(724.416)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(17.200.751)	(22.547.033)	(15.268.446)
4.03.01	Financiamentos e Operações de Mútuo, Liq	(14.774.380)	(17.051.010)	(8.517.142)
4.03.02	Fundo Inv. em Direito Cred. Não-Padron.	3.786.197	1.978.332	0
4.03.03	Dividendos Pagos a Acionistas	(6.212.568)	(7.474.355)	(6.751.304)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	3.420.365	(12.250.943)	2.617.337
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.847.949	20.098.892	17.481.555
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.268.314	7.847.949	20.098.892

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	52.844.469	1.533.831	61.520	61.752.424	0	0	116.012.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	1.366.691	0	1.366.691
5.03	Saldo Avaliado	52.844.469	1.533.831	61.520	61.752.424	1.366.691	0	117.308.926
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	38.456.549	0	38.456.549
5.05	Destinuições	0	0	0	27.992.769	(37.607.470)	0	(9.014.701)
5.06.01	Dividendos	0	0	0	0	(2.895.445)	0	(9.914.701)
5.06.02	Lucro sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(7.010.261)	0	0
5.06.03	Outras Destinuições	0	0	0	27.992.769	(27.992.769)	0	0
5.08	Realização de Reservas de Lucro	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	116.524	116.524
5.07.01	Ajustes da Titulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	(336.180)	(336.180)
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	452.704	452.704
5.07.03	Ajustes de Continuação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução de Capital Social	28.322.211	(1.019.821)	0	(25.302.410)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	(18.153)	0	0	0	0	(18.153)
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(51.238)	0	51.238	0	0
5.13	Saldo Final	78.956.691	514.857	10.264	84.442.763	0	116.524	144.051.138

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
S.01	Saldo Inicial	48.203.983	372.064	86.423	50.679.864	0	0	99.382.334
S.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
S.03	Saldo Ajustado	48.203.983	372.064	86.423	50.679.864	0	0	99.382.334
S.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	22.028.591	0	22.028.591
S.05	Destinações	0	0	0	15.453.007	(22.033.594)	0	(6.580.557)
S.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(219.352)	0	(219.352)
S.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(8.361.205)	0	(8.361.205)
S.05.03	Ganhos Desistências	0	0	0	15.453.007	(15.453.037)	0	0
S.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
S.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
S.07.01	Ajustes de Título e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
S.07.02	Ajustes Acumulados do Convênio	0	0	0	0	0	0	0
S.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
S.08	Aumento/Redução do Capital Social	4.380.477	0	0	(4.380.477)	0	0	0
S.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	1.181.767	0	0	0	0	1.181.767
S.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
S.11	Outras Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0
S.12	Outros	0	0	(4.903)	0	4.903	0	0
S.13	Saldo Final	52.644.460	1.553.831	81.520	61.752.424	0	0	116.012.235

01.01 - IDENTIFICAÇÃO	
1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
	3 - CNPJ
	33.000.167/0001-01

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2006 (Reale Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	33.235.445	372.064	80.120	47.035.837	0	0	80.703.266
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	480.366	0	480.366
5.03	Saldo Ajustado	33.235.445	372.064	80.120	47.035.837	480.366	0	81.183.832
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	26.063.173	0	26.063.173
5.05	Destinações	0	0	0	19.050.451	(29.553.120)	0	(7.898.669)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(7.898.669)	0	(7.898.669)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	18.656.451	(18.656.451)	0	0
5.06	Recalculo de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	15.028.538	0	0	(15.012.224)	0	0	18.314
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Apólos em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	6.303	0	0	9.581	15.884
5.13	Saldo Final	48.263.983	372.064	86.423	50.678.894	0	0	99.342.364

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	241.900.142	192.415.878	163.154.611
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	210.066.823	171.949.673	163.126.417
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	31.821.891	20.481.214	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(88.572)	(15.211)	28.194
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(117.953.364)	(81.645.309)	(44.650.653)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(31.043.270)	(15.901.622)	(9.823.773)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(41.119.679)	(33.653.046)	(20.282.577)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(891.258)	(87.146)	0
6.02.04	Outros	(44.899.157)	(32.003.495)	(14.544.303)
6.03	Valor Adicionado Bruto	123.946.778	110.770.367	118.503.958
6.04	Retenções	(7.952.428)	(5.798.802)	(4.934.119)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(7.952.428)	(5.798.802)	(4.934.119)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	115.994.350	104.971.565	113.569.839
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.662.685	2.688.620	3.424.120
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.494.233	(641.238)	411.993
6.06.02	Receitas Financeiras	7.254.449	2.893.929	2.596.945
6.06.03	Outros	914.003	435.929	415.182
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	126.657.035	107.660.185	116.993.959
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	126.657.035	107.660.185	116.993.959
6.08.01	Pessoal	11.169.727	11.454.285	7.927.275
6.08.01.01	Remuneração Direta	7.619.460	5.913.866	4.776.086
6.08.01.02	Benefícios	3.024.841	5.094.184	3.151.189
6.08.01.03	F.G.T.S.	525.628	446.255	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.298.840	57.170.888	71.238.234
6.08.02.01	Federais	53.855.165	42.652.147	49.348.873
6.08.02.02	Estaduais	12.363.557	14.470.588	21.841.752
6.08.02.03	Municipais	80.118	48.153	47.609
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.718.919	17.006.321	11.765.277
6.08.03.01	Juros	57.470	5.929.226	2.583.027
6.08.03.02	Aluguéis	12.661.449	11.077.095	9.202.250
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.469.549	22.028.691	26.063.173
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.019.261	6.361.205	7.896.669
6.08.04.02	Dividendos	2.895.445	219.352	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	26.554.843	15.448.134	18.166.504
6.08.05	Outros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	292.163.842	231.227.800	210.538.129
1.01	Ativo Circulante	83.575.278	53.373.766	67.219.423
1.01.01	Disponibilidades	15.888.596	13.070.849	27.829.105
1.01.01.01	Caixa e Banco	2.622.270	2.329.575	3.886.868
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	13.266.326	10.741.274	24.142.239
1.01.02	Créditos	14.903.732	11.328.967	13.432.524
1.01.02.01	Clientes	14.903.732	11.328.967	13.432.524
1.01.02.01.01	Clientes	12.314.354	10.451.975	11.735.593
1.01.02.01.02	Subid. Créditos com Pessoas Ligadas	1.003.734	314.927	573.293
1.01.02.01.03	Outras Contas a Receber	3.085.414	1.885.561	2.375.051
1.01.02.01.04	Provisão para Créd. Lq. Duvidosa	(1.499.770)	(1.323.496)	(1.251.413)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	19.977.171	17.599.001	15.941.033
1.01.04	Outros	12.805.779	11.374.949	10.016.761
1.01.04.01	Dividendos a Receber	20.101	80.596	47.462
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	9.641.247	7.781.536	6.825.757
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	1.393.879	1.429.829	998.477
1.01.04.04	Outros Ativos Circulantes	1.461.801	1.493.200	1.165.430
1.01.04.05	Títulos e Valores Mobiliários	288.751	589.788	979.635
1.02	Ativo Não Circulante	228.588.564	177.854.034	143.318.706
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.254.843	22.022.837	16.360.511
1.02.01.01	Créditos Diversos	6.061.630	6.776.599	2.800.551
1.02.01.01.01	Contas Petróleo e Álcool - STN	809.673	797.851	785.791
1.02.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.066.280	3.922.370	409.531
1.02.01.01.03	Investimentos em Empresas Privatizáveis	3.228	3.228	3.228
1.02.01.01.04	Contas a Receber, Líquidas	1.182.449	2.053.150	1.602.001
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	144.073	848.752	174.429
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	144.073	848.752	174.429
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	15.049.140	14.397.486	13.385.531
1.02.01.03.01	Projetos Estruturados	0	0	0
1.02.01.03.02	Imposto Renda e Contrib. Soc. Diferido	2.970.881	3.921.534	3.496.368
1.02.01.03.03	ICMS Diferido	1.998.157	990.878	959.602
1.02.01.03.04	PASEP/COFINS Diferido	4.842.359	3.145.403	1.704.753
1.02.01.03.05	Empréstimos Compulsórios Eletrobrás	10	0	203.728
1.02.01.03.06	Depósitos Judiciais	1.853.092	1.693.495	1.750.119
1.02.01.03.07	Adiantamento pl Plano de Pensão	0	1.298.810	1.242.268
1.02.01.03.08	Adiantamento a Fornecedores	453.237	396.781	766.746
1.02.01.03.09	Despesas Antecipadas	1.400.072	1.514.301	1.838.778
1.02.01.03.10	Estoques	303.929	236.753	464.783

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1.02.01.03.11	Outros Impostos	426.911	275.675	237.809
1.02.01.03.12	Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo	800.492	925.856	780.577
1.02.02	Ativo Permanente	207.333.721	155.831.197	126.958.195
1.02.02.01	Investimentos	5.106.495	7.822.074	4.755.148
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	4.069.632	2.460.567	3.335.235
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	944.448	2.537.100	1.140.946
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	92.415	747.259	278.967
1.02.02.01.07	Direitos/Adiant-aquisição Investimentos	0	2.077.148	0
1.02.02.02	Imobilizado	190.754.167	139.840.726	114.103.091
1.02.02.03	Intangível	8.003.213	5.532.053	5.651.646
1.02.02.04	Diferido	3.469.846	2.538.344	2.448.310

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	292.163.842	231.227.800	210.538.129
2.01	Passivo Circulante	82.557.161	47.555.011	48.564.250
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	13.274.467	8.501.230	12.522.276
2.01.01.01	Financiamentos	12.451.137	7.853.781	11.932.301
2.01.01.02	Juros sobre Financiamentos	823.330	647.449	589.975
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	17.027.579	13.791.188	11.510.186
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	12.741.382	10.006.272	8.413.040
2.01.05	Dividendos a Pagar	9.914.707	6.580.557	7.896.669
2.01.06	Provisões	4.566.658	3.634.669	3.524.226
2.01.06.01	Salários, Férias e Encargos	2.016.430	1.688.960	1.451.660
2.01.06.02	Provisão para Contingências	54.000	54.000	54.000
2.01.06.03	Plano de Pensão	627.988	424.259	414.821
2.01.06.04	Plano de Saúde	523.714	455.736	406.827
2.01.06.05	Part. Empregados e Administradores	1.344.526	1.011.914	1.196.918
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	5.032.368	5.040.885	4.697.873
2.01.08.01	Adiantamento de Cliente	666.107	493.217	1.991.177
2.01.08.02	Projetos Estruturados	188.858	41.470	34.163
2.01.08.03	Comprom. c/ transf. Benef. Risc. Control. Bens	585.045	0	0
2.01.08.04	Receita Diferida	5.929	0	0
2.01.08.05	Outros	3.586.429	4.506.198	2.672.533
2.02	Passivo Não Circulante	88.588.325	63.512.565	56.967.832
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	88.588.325	63.512.565	56.967.832
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	50.049.441	29.806.589	31.542.849
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	27.827.718	24.825.051	20.690.284
2.02.01.03.01	Plano de Saúde	10.296.679	9.272.183	8.012.344
2.02.01.03.02	Provisão para Contingências	890.326	613.969	513.880
2.02.01.03.03	Plano de Pensão	3.475.581	4.520.145	3.047.789
2.02.01.03.04	Imposto e Contrib. Sociais Diferidos	13.100.459	10.352.712	9.116.271
2.02.01.03.05	Outros Impostos Diferidos	64.673	66.042	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	49.289	94.684	48.555
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	10.561.877	8.786.261	4.689.144
2.02.01.06.01	Provisão para Desmantelamento de Áreas	6.581.618	6.132.359	3.148.398
2.02.01.06.02	Comprom. c/ transf. Benef. Risc. Control. Bens	804.998	0	0
2.02.01.06.03	Receita Diferida	1.292.906	1.391.788	413.378
2.02.01.06.04	Outras Contas e Despesas a Pagar	1.982.355	1.262.114	1.126.368
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	2.653.074	6.308.097	7.475.399

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2.05	Patrimônio Líquido	138.365.282	113.854.127	97.530.648
2.05.01	Capital Social Realizado	78.966.691	52.644.460	48.263.983
2.05.01.01	Capital Social Integralizado	78.966.691	52.644.460	48.263.983
2.05.01.02	Correção Monetária de Capital	0	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	514.857	1.553.831	372.064
2.05.02.01	Subvenções AFRMM	0	169.142	158.298
2.05.02.02	Incentivos Fiscais - IR	514.857	1.384.689	213.766
2.05.03	Reservas de Reavaliação	10.284	61.520	66.423
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	10.284	61.520	66.423
2.05.04	Reservas de Lucro	58.643.049	59.594.316	48.828.178
2.05.04.01	Legal	9.435.985	7.612.508	6.511.073
2.05.04.02	Estatutária	899.378	504.544	1.249.441
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	48.307.686	51.477.264	41.067.664
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	230.401	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	(405.863)	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	636.264	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	266.494.080	218.254.174	205.403.037
3.02	Deduções da Receita Bruta	(51.375.544)	(47.876.449)	(47.164.218)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	215.118.536	170.377.725	158.238.819
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(141.623.359)	(104.398.043)	(94.933.511)
3.05	Resultado Bruto	73.495.177	66.179.682	63.305.308
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(25.290.379)	(30.640.395)	(22.699.766)
3.06.01	Com Vendas	(7.162.264)	(6.059.734)	(5.790.648)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(7.247.358)	(6.427.892)	(5.429.296)
3.06.02.01	Honor. Diretoria e Cons. Administração	(35.792)	(29.259)	(31.035)
3.06.02.02	Da Administração	(7.211.566)	(6.398.633)	(5.398.261)
3.06.03	Financeiras	(698.706)	(874.343)	(1.341.554)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.494.429	2.417.659	2.378.793
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.193.135)	(3.292.002)	(3.720.347)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(9.307.833)	(16.813.152)	(9.905.053)
3.06.05.01	Tributárias	(862.766)	(1.255.511)	(1.262.936)
3.06.05.02	Custo Pesq. Desenv. Tecnológico	(1.705.572)	(1.712.338)	(1.586.489)
3.06.05.03	Perda na Recuperação de Ativos	(933.088)	(446.129)	(45.063)
3.06.05.04	Custo Explor. p/ Extração Petróleo e Gás	(3.494.258)	(2.569.724)	(2.036.838)
3.06.05.05	Plano da Pensão e Saúde	(1.427.395)	(2.494.510)	(1.940.582)
3.06.05.06	Variação Monetárias e Cambiais Líquidas	3.627.488	(3.146.547)	9.359
3.06.05.07	Outras Despesas/Receitas Oper. Líquidas	(4.712.243)	(5.188.393)	(3.042.504)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(874.218)	(465.274)	(233.215)
3.07	Resultado Operacional	48.204.798	35.539.287	40.605.542
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	48.204.798	35.539.287	40.605.542
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(11.192.026)	(10.795.524)	(11.130.072)
3.11	IR Diferido	(4.769.951)	(477.234)	(766.329)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.344.526)	(1.011.914)	(1.196.918)
3.12.01	Participações	(1.344.526)	(1.011.914)	(1.196.918)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	2.089.497	(1.742.826)	(1.593.303)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	32.987.792	21.511.789	25.918.920
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	8.774.076	4.387.038	4.387.038
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	3,75969	4,90349	5,90807
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2008
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
------------	---------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.951.785	42.238.733	43.658.528
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	56.986.992	34.867.576	41.496.097
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	32.987.792	21.511.789	25.918.920
4.01.01.02	Part. dos Acionistas e Controladores	(2.089.497)	1.742.826	1.593.303
4.01.01.03	Resultado de Part. em Invest. Relevantes	115.790	367.361	189.936
4.01.01.04	Ágio/Deságio - Amortização	756.428	97.913	43.279
4.01.01.05	Depreciação, Depleção e Amortização	11.631.984	10.695.826	9.823.557
4.01.01.06	Perda na Recuperação de Ativos	2.658.224	446.130	0
4.01.01.07	Baixa de Poços Secos	1.524.143	916.080	0
4.01.01.08	Valor Resid. de Bens Perm. Baixados	597.001	398.666	2.292.040
4.01.01.09	Var. Camb. Monet. e Enc. s/ Financ.	4.033.176	(1.786.249)	868.733
4.01.01.10	Imposto Renda e Contrib. Soc. Dif. Liq.	4.789.951	477.234	766.329
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(2.963.303)	10.175.813	4.376.267
4.01.02.01	Contas a Receber	(210.111)	1.384.042	(47.920)
4.01.02.02	Estoques	(1.413.136)	(1.429.937)	(2.334.354)
4.01.02.03	Contas Petróleo e Alcool - STN	(11.822)	(12.060)	(18.267)
4.01.02.04	Var. Cambial de Ativo Permanente	0	6.802.836	3.056.760
4.01.02.05	Fornecedores	648.394	1.549.778	2.463.525
4.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	(3.642.293)	382.622	(1.758.394)
4.01.02.07	Obrigações com Projetos Estruturados	147.389	(934.163)	0
4.01.02.08	Plano de Pensão e de Saúde	1.546.437	2.790.542	2.430.269
4.01.02.09	Oper. Curto Prazo com Subid/Contr/Colig.	(28.161)	(367.847)	580.648
4.01.03	Outros	(4.071.904)	(2.804.658)	(2.213.836)
4.01.03.01	Outros Ativos	(528.823)	(1.272.217)	(1.523.776)
4.01.03.02	Outros Passivos	(3.543.081)	(1.532.439)	(690.060)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(53.425.373)	(45.232.958)	(32.592.150)
4.02.01	Investimentos nos Segmentos de Negócio	(52.117.665)	(41.404.730)	(32.068.655)
4.02.02	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	(273.728)	(3.122.991)	466.506
4.02.03	Outros Investimentos	(1.266.037)	(776.109)	(1.091.510)
4.02.04	Dividendos Recebidos	232.055	70.872	101.509
4.02.05	Empreendimentos em Negociação	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.624.264	(11.422.284)	(6.654.313)
4.03.01	Financiamentos e Operações de Mútuo, Liq.	11.836.832	(3.947.929)	96.991
4.03.02	Fundo Inv. em Direitos Cred. Não-Padron.	0	0	0
4.03.03	Dividendos Pagos a Acionistas	(6.212.568)	(7.474.355)	(6.751.304)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	667.071	(341.747)	0
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	2.817.747	(14.758.256)	4.412.065
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.070.849	27.829.105	23.417.040
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.888.596	13.070.849	27.829.105

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
009511-2	PETROBRAS S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	52.644.460		1.553.851	61.520	81.752.424	0	116.012.235
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	1.360.691	1.360.691
5.03	Saldo Ajustado	52.644.460		1.553.851	61.520	81.752.424	0	117.398.998
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Distribuições	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Designações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Retenções de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Convênio	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução de Capital Social	26.322.231		(1.018.821)	0	(25.302.410)	0	(10.153)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Juros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	78.966.691		514.857	10.284	56.643.048	113.877	138.965.282

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00951-2	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3 - CNPJ 33.000.167/0001-01
---------------------------	--	--------------------------------

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negociação	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução de Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Apósa em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PRÉMIOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Distribuições	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Resolução de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Contribuição de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Adições em Tesourarias	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações do Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Quotas	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	0	0	0	0	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	315.933.330	246.107.023	206.285.196
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	268.936.483	220.153.532	206.298.241
6.01.02	Outras Receitas	0	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	47.163.873	26.057.647	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créd. Liquidação Duvidosa	(167.026)	(104.155)	(13.045)
6.02	Despesas Adquiridas de Terceiros	(166.732.054)	(110.292.287)	(78.476.689)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(53.989.794)	(29.888.395)	(31.470.438)
6.02.02	Matérias-Energia-Servs Terceiros-Outros	(52.590.649)	(42.840.479)	(22.596.832)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(2.658.224)	(480.812)	0
6.02.04	Outros	(57.493.387)	(37.082.601)	(24.409.419)
6.03	Valor Adicionado Bruto	149.201.276	135.814.738	127.808.507
6.04	Retenções	(11.631.984)	(10.695.826)	(9.823.557)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(11.631.984)	(10.695.826)	(9.823.557)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	137.569.292	125.118.910	117.984.950
6.06	Vir Adicionado Recebido em Transferência	3.914.124	2.514.682	2.709.687
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	(115.790)	(367.361)	(189.936)
6.06.02	Receitas Financeiras	3.494.430	2.417.659	2.388.152
6.06.03	Outros	535.484	464.394	511.471
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	141.483.416	127.633.602	120.694.637
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	141.483.416	127.633.602	120.694.637
6.08.01	Pessoal	14.526.830	14.163.085	10.394.800
6.08.01.01	Remuneração Direta	10.448.120	8.052.873	7.149.443
6.08.01.02	Benefícios	3.479.036	5.603.033	3.245.357
6.08.01.03	F.G.T.S.	600.674	507.179	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	85.112.615	73.919.111	72.040.924
6.08.02.01	Federais	62.625.920	50.810.506	57.783.780
6.08.02.02	Estaduais	22.338.990	22.993.351	14.163.495
6.08.02.03	Municipais	147.705	115.254	93.649
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.945.676	16.296.791	10.746.690
6.08.03.01	Juros	1.891.069	7.385.853	3.720.347
6.08.03.02	Aluguéis	9.054.607	8.910.938	7.026.343
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.898.295	23.254.615	27.512.223
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.019.261	6.361.205	7.896.669
6.08.04.02	Dividendos	2.895.445	219.352	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	23.073.086	14.931.232	18.022.251
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	(2.089.497)	1.742.826	1.593.303
6.08.05	Outros	0	0	0

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações da segmentação de negócios e do balanço social, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, representam informações complementares a essas demonstrações, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.
5. Anteriormente, as demonstrações contábeis da Companhia e as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, além das informações complementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado, da segmentação de negócios e do balanço social, foram examinadas por nós, que sobre elas, emitimos parecer sem ressalvas, datado de 3 de março de 2008. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.

6 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC-RJ-052.428/O-2

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras atravessou com tranquilidade o turbulento ano de 2008, venceu desafios tecnológicos e financeiros, e obteve resultados gratificantes, como as importantes descobertas de petróleo na camada pré-sal e o lucro líquido recorde de R\$ 33 bilhões, 53,3% a mais do que em 2007.

A crise econômica internacional, que acarretou escassez de crédito e forte instabilidade nas cotações do petróleo no segundo semestre, não afetou nosso potencial de investimento. Expandimos os recursos previstos no novo Plano de Negócios, mantendo metas agressivas. Desta maneira, continuaremos bem posicionados, com reservas significativas de óleo e gás, e um expressivo volume de produção para atender à demanda brasileira e mundial por petróleo.

A eficácia das estratégias econômicas, financeiras e operacionais adotadas ao longo dos anos faz da Petrobras uma empresa sólida, capaz de enfrentar o atual momento de incertezas no mercado mundial. Em 2008 incorporamos relevantes medidas de controle de custos e mantivemos os princípios de disciplina de capital. Dessa forma, podemos assegurar a execução de nossos projetos e consolidar as perspectivas de crescimento da companhia.

O aumento dos preços médios de petróleo e derivados no mercado internacional e de derivados no mercado doméstico, aliado ao crescimento no volume de vendas, elevou a receita operacional líquida a R\$ 215,1 bilhões, ou seja, um aumento de 26,1% em relação a 2007.

A produção de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior atingiu 2.400 mil boed, o que representa crescimento de 4,3% em relação ao ano anterior. Destacaram-se o início da produção de petróleo na camada pré-sal na Bacia de Campos, no campo de Jubarte, e a produção de gás natural no País, que chegou a 51,1 milhões de m³/dia, 17,8% acima do verificado em 2007.

Mesmo com o continuado aumento da produção, nossas reservas provadas de óleo, condensado e gás natural, no Brasil e no exterior, atingiram 15,08 bilhões de boe em 31 de dezembro de 2008, segundo critério da Society of Petroleum Engineers (SPE). Do total dessas reservas, 93% estão em território brasileiro, onde o índice de reposição foi de 123%, ou seja, agregamos a nossas reservas 23% de petróleo a mais do que toda a produção ao longo do ano. Os volumes apropriados não incluem as descobertas realizadas no pré-sal da Bacia de Santos, ainda em avaliação.

Os investimentos da Petrobras atingiram o marco histórico de R\$ 53,3 bilhões, superando em 17,8% os valores de 2007, com ênfase na ampliação da capacidade futura de produção de petróleo e gás natural no País. Do total investido, 49,1% concentraram-se na área de Exploração e Produção, cujos destaques foram as relevantes descobertas no pré-sal da Bacia de Santos, proporcionando maior conhecimento da região. Em 2009, será realizado o primeiro teste de longa duração no campo de Tupi, e em 2010 será instalado um sistema piloto com capacidade para produzir até 100 mil bpd. São os primeiros passos que levarão à mudança de perfil da produção da companhia, que passará de forma gradual do óleo predominantemente pesado da Bacia de Campos para o óleo mais leve do pré-sal. Isso representa um notável ganho de valor para a companhia, já que o petróleo leve é comercializado a preços mais altos que o petróleo pesado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A manutenção de uma estrutura integrada faz parte da estratégia de longo prazo da Petrobras. Por isso, investimos em todos os segmentos da cadeia de petróleo e gás para valorizar nossa produção. A área de Abastecimento recebeu 22,5% dos investimentos, destinados basicamente à adaptação de unidades de refino para processamento do óleo pesado nacional, aos programas de qualidade dos derivados e à ampliação da capacidade de refino. A companhia também consolidou sua presença na área petroquímica – segmento estratégico para diversificar a oferta de produtos – por meio de novas incorporações.

Os investimentos em Gás e Energia absorveram 13,5% do total efetuado pela companhia, recursos direcionados principalmente à ampliação da malha de gasodutos e à construção dos terminais de regaseificação de GNL. Em 2008, batemos nosso recorde de geração de energia elétrica para o Sistema Integrado Nacional (SIN), gerando 2.025 MW médios no ano, 253% a mais do que em 2007.

Na Distribuição, mantivemos a liderança no mercado e ampliamos ainda mais nossa participação, que chegou a 34,9% do mercado no final do ano. Além disso, foi criada a Petrobras Biocombustível S.A., subsidiária integral da companhia, com o objetivo de desenvolver a comercialização de etanol e a produção de biodiesel, e consolidar nossa atuação nesse segmento.

Fortalecemos nossa presença internacional concluindo a compra da Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS), cujos principais ativos são uma refinaria e um terminal de produtos no Japão. Arrematamos 23 blocos na faixa norte-americana do Golfo do México e seremos operadores em 15 desses blocos. Também assinamos um acordo para a compra da participação da ExxonMobil na Esso Chile Petrolera, o que nos garante participação num dos mais rentáveis mercados da América do Sul. Com atuação em 27 países, a companhia destinou 11,5% dos investimentos às atividades internacionais, a maior parcela para exploração e produção.

O compromisso da Petrobras com o desenvolvimento tecnológico se reflete no volume de recursos destinados às atividades de P&D, que em 2008 atingiu R\$ 1,7 bilhão, mantendo o patamar de 2007. Os resultados têm sido decisivos para nosso avanço no desenvolvimento de projetos para a exploração e produção de petróleo, principalmente para as recentes descobertas no pré-sal e para o aperfeiçoamento de nossa capacitação no refino de óleo pesado.

Todas as nossas operações são pautadas pela preocupação com segurança, meio ambiente e saúde (SMS). Em 2008, foi evitada a emissão de 930 mil toneladas de dióxido de carbono. A partir de janeiro de 2009, a companhia coloca no mercado o Diesel S50, com menor teor de enxofre, seguindo cronograma acertado com o Ministério Público. Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Petrobras tem sua atuação pautada por princípios de transparência e responsabilidade social e ambiental. O bom desempenho nessa área manteve a companhia, pelo terceiro ano consecutivo, no Dow Jones Sustainability Index (DJSI).

Com o objetivo de elevar a liquidez de seus ativos mobiliários, a Petrobras realizou um desdobramento de ações e dos recibos negociados no mercado americano. No final de 2008, a base de acionistas da companhia se aproximou de 1 milhão de investidores, incluindo cotistas de fundos de investimentos e aplicadores de recursos com o FGTS.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Negócios 2009-2013 prevê investimentos de US\$ 174,4 bilhões, um aumento de 55% em relação ao anterior, e incorpora US\$ 28 bilhões destinados a exploração e desenvolvimento das descobertas de petróleo na camada pré-sal. Apesar da crise econômica internacional e da instabilidade dos preços do petróleo, a Petrobras mantém metas audaciosas de crescimento, pois conta com uma carteira de projetos bem estruturados e de elevado retorno.

Os recursos para a execução dos projetos estão assegurados tanto pela geração própria de caixa, quanto por financiamentos. Qualificada como "grau de investimento" pelas agências de certificação de risco, a excelente perspectiva de crescimento garante à companhia acesso a diversas fontes de captação nos mercados de capital e bancário, além das agências de fomento, mesmo no atual cenário de escassez de crédito.

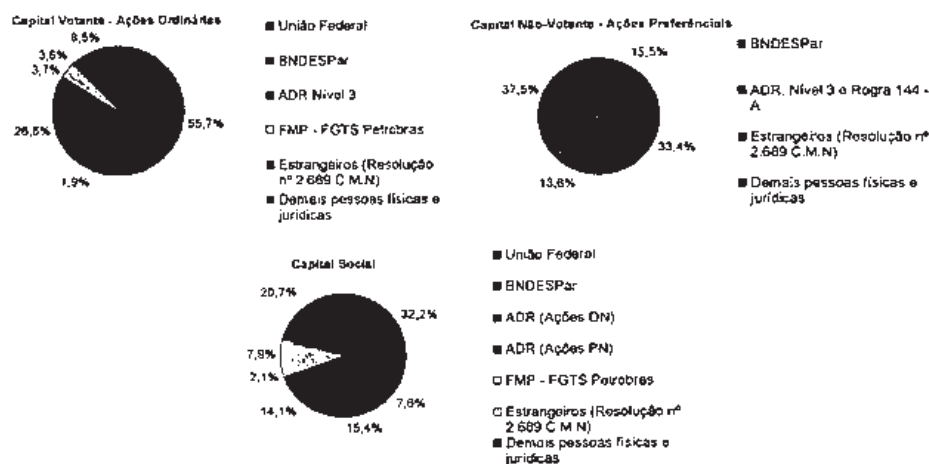
A Petrobras acredita estar no caminho certo para alcançar o que definiu como sua Visão 2020: ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida por seus públicos de interesse.

José Sergio Gabrielli de Azevedo
Presidente da Petrobras

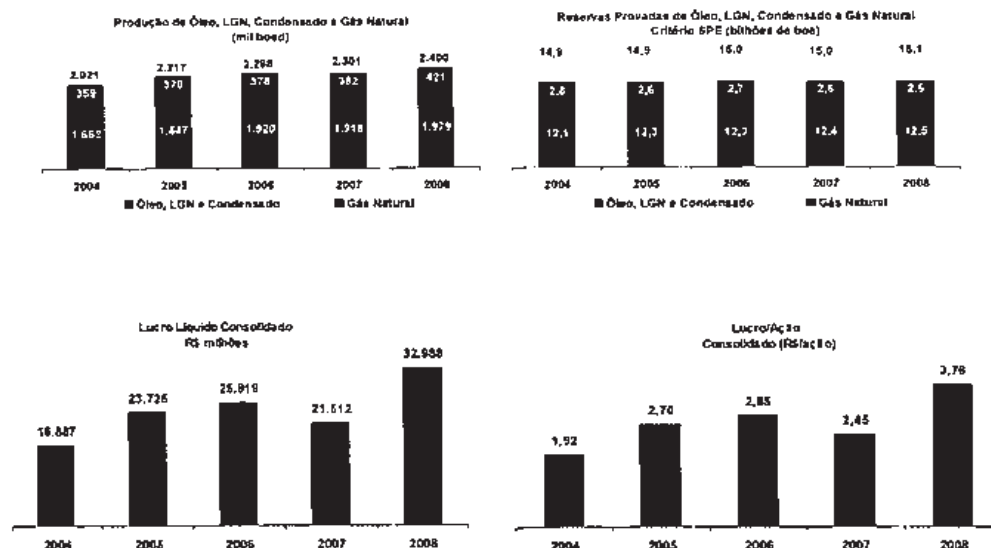
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Posição acionária no encerramento de 2008

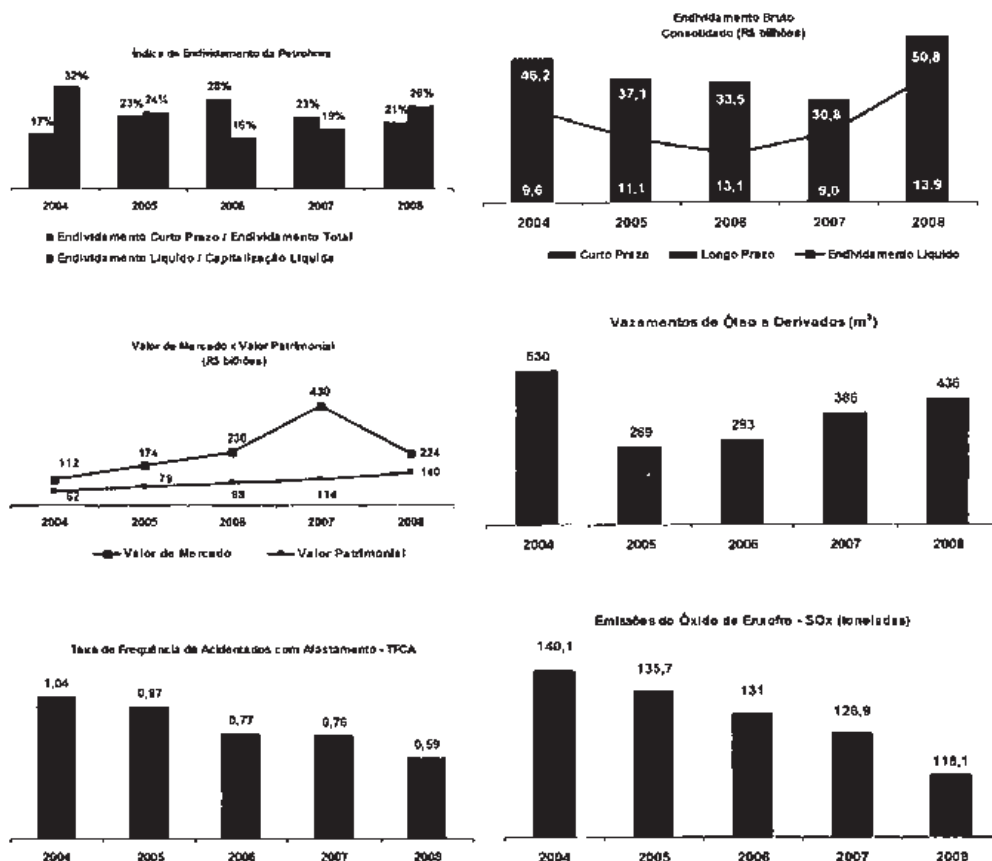


Principais indicadores



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultados e gestão

Análise do mercado de petróleo

Mudanças bruscas da economia mundial em 2008 afetaram o mercado de petróleo, com impactos diretos sobre a trajetória dos preços da *commodity*. A cotação do barril do Brent variou de um pico de US\$ 145,66 a um mínimo de US\$ 34,04, em grande parte devido às oscilações da demanda durante o ano. O valor médio do Brent ficou em US\$ 96,99 o barril, superando em 33,7% a cotação média de 2007.

O crescimento da demanda dos países asiáticos por óleos leves no primeiro semestre de 2008, em comparação com o mesmo período do ano anterior, foi a principal causa do rápido aumento de preços durante a primeira metade do ano. No entanto, a imediata redução na procura dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no segundo semestre de 2008, aliada às expectativas pessimistas sobre a evolução da demanda, resultou na queda do patamar de preços a partir da segunda metade do ano. Nem a relativa estabilidade da procura não-OCDE, especialmente China e Índia, se mostrou suficiente sequer para manter os preços entre US\$ 80 e US\$ 100 o barril, semelhante à faixa de valores observada no último trimestre de 2007 e no primeiro trimestre de 2008.

Do lado da oferta, a queda da produção não-Opec, puxada pela Rússia, México e Reino Unido, foi em parte compensada pelos maiores volumes da Opec entre o segundo e o terceiro trimestres do ano, quando a Arábia Saudita, atendendo aos pedidos da Agência Internacional de Energia, decidiu elevar sua produção em cerca de 300 mil bpd. Entretanto, o agravamento das condições macroeconômicas mundiais a partir de meados do ano, especialmente nos Estados Unidos e Europa, provocou uma queda na demanda da *commodity*, levando a Opec a anunciar um corte de 1,5 milhão de bpd em suas cotas de produção a partir de novembro. Nesse contexto, o nível médio dos estoques de petróleo aumentou em relação a 2007, gerando um superávit no balanço oferta-demanda mundial do produto em 2008.

Os fatores de natureza geopolítica, como os problemas com as guerrilhas na Nigéria, as tensões na fronteira Turquia-Iraque e a incursão russa na Geórgia, além da questão nuclear do Irã, entre outras, parecem ter desempenhado um papel secundário no mercado de petróleo em 2008, em face do cenário econômico.

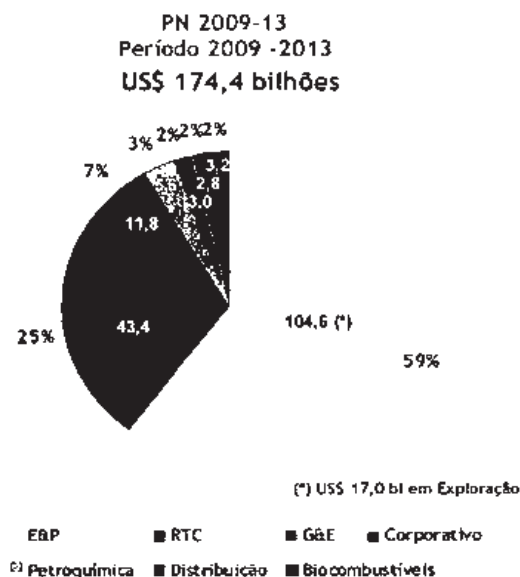
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estratégia e desempenho empresarial

Estratégia

Três fatores de sustentabilidade balizam a estratégia corporativa da Petrobras: crescimento integrado, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental. O comprometimento com o desenvolvimento sustentável também norteia as metas de crescimento do Plano de Negócios 2009-2013, que prevê investimentos de US\$ 174,4 bilhões. Deste total, US\$ 158,2 bilhões estão relacionados a projetos no Brasil e US\$ 16,2 bilhões às atividades no exterior, com foco na América Latina, Estados Unidos e Oeste da África.



Os investimentos se concentram no segmento de E&P, que receberá US\$ 104,6 bilhões, incluindo Brasil e exterior, 59% do total aprovado para o período. Deste montante, cerca de US\$ 28 bilhões destinam-se ao desenvolvimento do pré-sal, cuja produção deverá atingir a média de 219 mil bpd em 2013. O novo Plano incorpora esta nova fronteira exploratória, traçando metas mais agressivas de crescimento de produção em relação ao plano anterior. A produção total de óleo e gás natural deverá alcançar 3.655 mil boed em 2013, sendo 3.314 mil boed no Brasil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

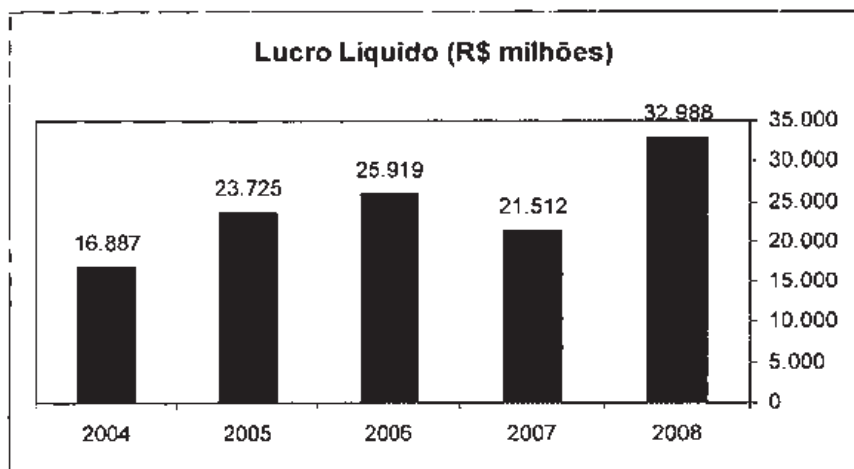
O segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) contará com US\$ 43,4 bilhões, o equivalente a 25% dos investimentos totais, mantendo-se a estratégia de aumentar a capacidade de refino para acompanhar o crescimento da produção de petróleo. Os investimentos serão concentrados na melhoria da qualidade dos combustíveis, na elevação do nível de processamento de óleo pesado e na expansão da capacidade. Com a entrada em operação da Refinaria Abreu e Lima, em 2011, do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em 2012, e da 1ª Fase da Refinaria Premium I, em 2013, a carga processada de petróleo no Brasil deverá atingir 2.270 mil bpd em 2013.

Os investimentos em Gás e Energia totalizarão US\$ 11,8 bilhões. Acompanhando a crescente produção doméstica de gás natural, este montante permitirá a ampliação da capacidade de escoamento, elevando as vendas no mercado interno.

O Plano estabelece que os projetos tenham conteúdo nacional de 64%, gerando encomendas de US\$ 20 bilhões por ano, em média, junto aos fornecedores brasileiros. Cerca de 1 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos serão demandados no País.

Recorde de vendas e lucro líquido

Lucro recorde



O resultado da Petrobras em 2008 foi calculado considerando as mudanças nas práticas contábeis brasileiras, por intermédio da Lei 11.638/07.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Reflexo do bom desempenho operacional, econômico e financeiro, o lucro líquido em 2008 alcançou R\$ 33 bilhões, recorde na história da companhia, superando em 53,3% o do ano anterior. O lucro operacional consolidado atingiu R\$ 46 bilhões, 14,8% acima do registrado em 2007, influenciado pelo maior volume de produção e pelo aumento dos preços médios de realização de petróleo e derivados nos mercados interno e externo. A não recorrência das despesas com repactuação do plano de previdência, que haviam impactado o resultado de 2007, e ganho cambial sobre os ativos monetários líquidos em dólar também contribuíram para o aumento do lucro.

O crescimento no volume de vendas, de 5,5% no mercado interno e de 2% no externo, aliado ao aumento dos preços médios de petróleo e derivados, contribuiu para a elevação da receita operacional bruta consolidada, que atingiu R\$ 266,5 bilhões, superando em 22,1% o valor de 2007. A receita operacional líquida, por sua vez, ficou em R\$ 215,1 bilhões, 26,1% maior do que a do ano anterior.

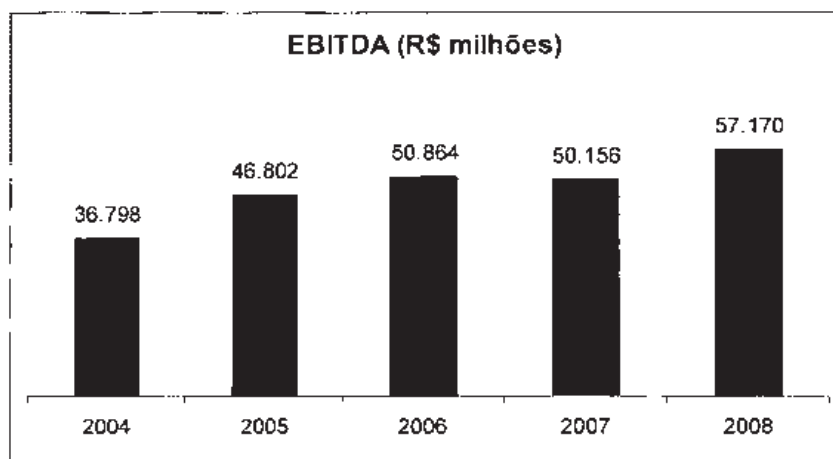
No mercado interno, a receita líquida cresceu 23%, atingindo R\$ 126,9 bilhões, devido, basicamente, ao aumento de R\$ 3,8 bilhões na receita com gás natural, R\$ 2,9 bilhões com energia e R\$ 17,3 bilhões na receita com derivados, sobretudo diesel, QAV, gasolina, óleo combustível e nafta.

Diante da escalada das cotações internacionais – a média do preço do Brent aumentou 33,7% em relação a 2007, ficando em US\$ 96,99 – a companhia reajustou em maio os preços da gasolina (10%) e do diesel (15%), inalterados desde setembro de 2005. Os preços do óleo combustível, da nafta e do querosene de aviação acompanharam as flutuações do mercado internacional e o preço médio dos derivados no mercado interno atingiu R\$ 176,4, 13,5% superior à média de 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EBITDA

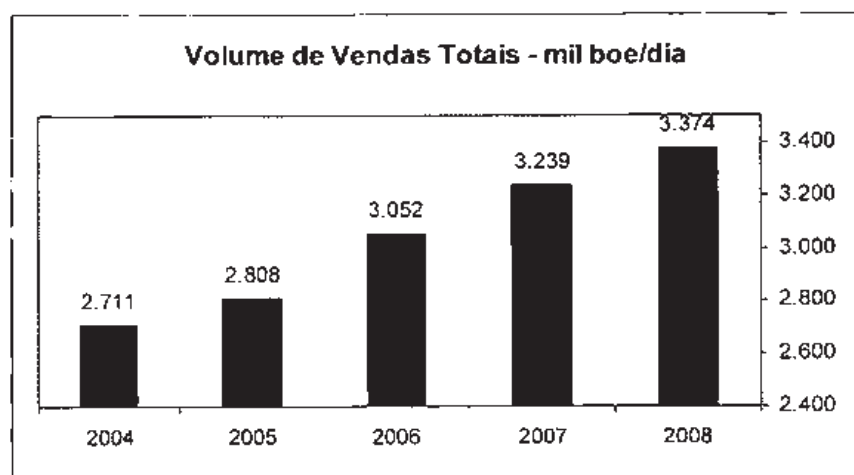


O EBITDA atingiu R\$ 57,2 bilhões em 2008, 14% acima do verificado no ano anterior, assegurando, dessa forma, uma base sólida para o plano de investimentos da Petrobras. O ROCE subiu 1 ponto percentual, em decorrência do aumento no lucro operacional, superando o efeito do maior endividamento provocado pela desvalorização do real e pela aquisição de novos financiamentos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

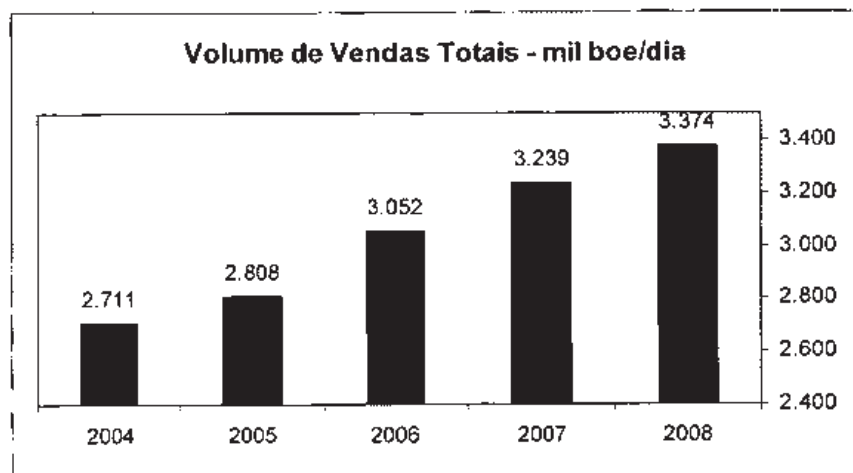
Vendas



As vendas totais da Petrobras, incluindo exportações, gás natural e vendas internacionais, atingiram 3.374 mil boed, uma elevação de 4,2% em relação a 2007. O volume de vendas no mercado interno, sem incluir energia, subiu 5,5% em 2008. Esse resultado foi impactado pela comercialização de derivados, que aumentou 1,3% influenciado pelo crescimento do PIB, pelo funcionamento das térmicas emergenciais a diesel e pelo maior volume de produção e expansão da área plantada da safra de grãos e de cana-de-açúcar. Destacam-se, ainda, as exportações recorde de óleo de 439 mil bpd, 24,4% acima do volume registrado no ano anterior, fruto do aumento de produção da companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

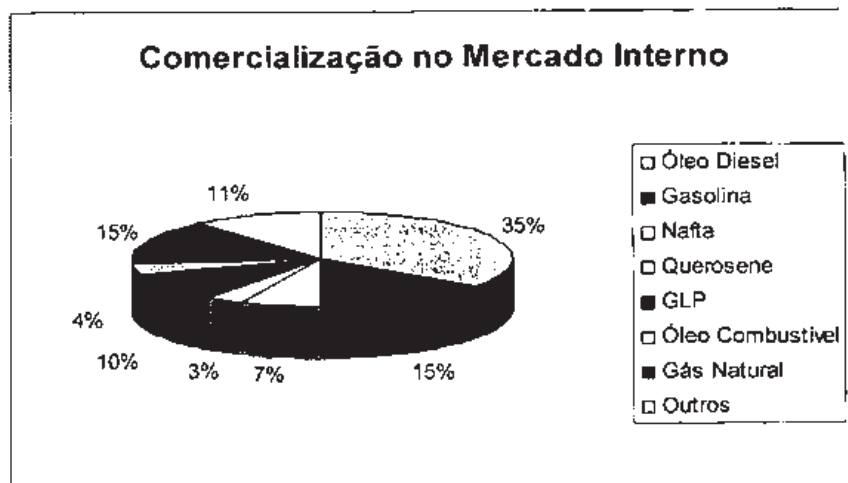


A venda de gás natural no mercado interno cresceu 20% em relação a 2007, atingindo 18.140 milhões de m³ no ano, devido ao acréscimo de 8% (1 milhão de m³/dia) das vendas de gás não térmico para as distribuidoras no estado de São Paulo e ao aumento de 150% (8 milhões de m³/dia) das vendas para o mercado térmico. Essa evolução da demanda foi motivada pela maior oferta de gás, principalmente em função do incremento da produção do campo de Manati, no litoral baiano, e da entrada em operação dos gasodutos Cabiúnas-Vitória e Vitória-Cacimbas.

Além disso, a Resolução 8 de dezembro de 2007 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) permitiu a geração de energia elétrica a partir de usinas termelétricas para preservar os níveis de água dos reservatórios das hidrelétricas. Essa medida influenciou o volume de energia gerado pela Petrobras, que cresceu 253%, atingindo 2.025 MW médios. Destacou-se, ainda, o início do suprimento do primeiro bloco de energia (352 MW médios) contratado nos leilões de energia no ambiente regulado (UTE Leonel Brizola).

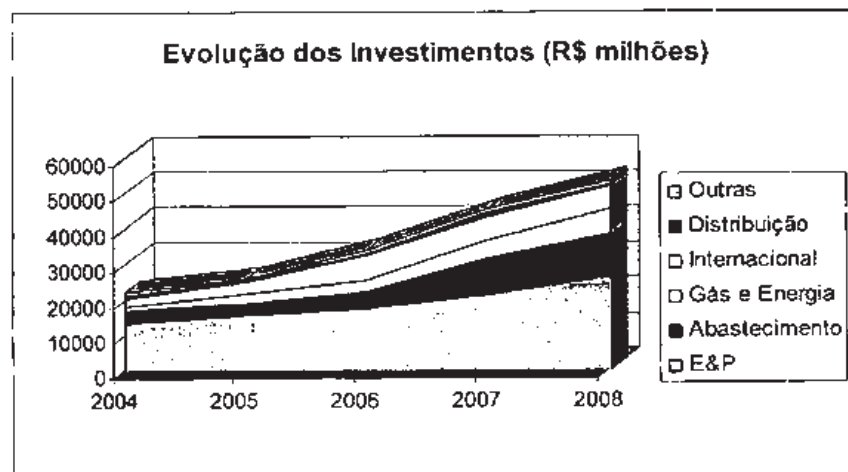
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Investimentos

Em 2008, os investimentos da Petrobras atingiram o marco histórico de R\$ 53,3 bilhões, 17,8% a mais do que em 2007. Este montante está alinhado à estratégia da companhia de ampliar a atuação nos mercados de petróleo, derivados, petroquímicos, gás e energia, biocombustível e distribuição, com destaque para a ampliação da capacidade futura de produção de petróleo e gás natural no País.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Do total investido, 49,1% concentraram-se na área de Exploração e Produção, com o objetivo de viabilizar o crescimento da produção e reservas de petróleo e gás natural, conforme estabelecido no Plano Estratégico 2020. Os investimentos em Exploração atingiram R\$ 6,5 bilhões, contribuindo para a reposição das reservas e para o conhecimento dos reservatórios da camada pré-sal.

A área de Abastecimento recebeu 22,5% dos investimentos, alocados principalmente em conversão, expansão da capacidade do refino e atendimento dos padrões de qualidade, em sintonia com o Plano. Na petroquímica, setor em que a Petrobras vem expandindo suas atividades no Brasil e na América do Sul, destaca-se a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com o objetivo estratégico de produzir grandes volumes de propeno, eteno e aromáticos a partir do petróleo pesado extraído da Bacia de Campos, o que permitirá reduzir a importação de derivados, como a nafta.

Já a área de Gás e Energia respondeu por 13,5% do total dos investimentos, registrando um crescimento de 49,9% em relação a 2007. Esses recursos foram aplicados principalmente na ampliação da malha de dutos, com destaque para os gasodutos Urucu-Coari-Manaus, Cabiúnas-Vitória e Cacimbas-Catu, e na construção dos terminais de regaseificação de GNL, em Pecém (Ceará), e na Baía de Guanabara (Rio de Janeiro), para dar suporte ao volume de vendas de gás natural e energia elétrica fixado no Plano Estratégico.

Este ano, foi criada a Petrobras Biocombustível S.A., subsidiária integral da Petrobras, para o desenvolvimento da produção de etanol, biodiesel e de outros produtos e atividades correlatos, ampliando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável associado à responsabilidade ambiental e social e reforçando sua visão de empresa integrada de energia. O objetivo da companhia é se tornar líder na produção nacional de biodiesel e ampliar a participação no negócio de etanol, para atendimento ao mercado brasileiro, visando também ao mercado internacional e levando em conta a importância do biocombustível no cenário geopolítico no mundo.

Com o objetivo de manter a liderança no mercado brasileiro, fazendo da marca Petrobras a preferida dos consumidores, a companhia destinou 1,1% do total de investimentos à Distribuição, sendo a maior parcela aplicada nos projetos do mercado automotivo. Em linha com o Plano Estratégico, os investimentos foram dirigidos à ampliação, modernização e manutenção da infraestrutura varejista de distribuição de derivados, de forma a assegurar melhor atendimento e entrega de produtos e serviços de alta qualidade, proporcionando aumento de *market share*.

Para a área internacional foram alocados 11,5% dos recursos, voltados principalmente à ampliação das atividades de refino e distribuição no exterior, consolidando a presença da companhia no mercado internacional. A conclusão da compra de 87,5% das ações da refinaria Nansei Sekiyu, em Okinawa, no Japão, que marca a entrada da companhia em refino na Ásia, foi uma importante contribuição para esse posicionamento estratégico. Seguindo a consolidação da presença da Petrobras no segmento de distribuição de combustíveis na América Latina, foi assinado o acordo da compra da participação da ExxonMobil na Esso Chile Petrolera.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Responsabilidade Social e Ambiental

A Petrobras mantém o compromisso de excelência em Responsabilidade Social e Ambiental. Mesmo diante do expressivo crescimento nas operações nos últimos anos, o volume de vazamento de óleo e derivados no meio ambiente foi de 436 m³ em 2008, um pouco superior ao observado em 2007 (386 m³). Este volume está significativamente abaixo do limite máximo admissível, de 694 m³. A Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento, incluindo empregados próprios e contratados, caiu de 0,76, em 2007, para 0,59, em 2008.

Desempenho das ações

Ao longo de 2008, os mercados acionários mundiais caracterizaram-se pela incerteza e crescente aversão ao risco dos agentes econômicos. O acirramento da crise hipotecária norte-americana, os consequentes prejuízos registrados pelas instituições financeiras internacionais e as expectativas de menores taxas de expansão da economia mundial contribuíram para o quadro de deterioração, em escala global, das expectativas de consumidores e investidores.

Para a Petrobras, uma das consequências do agravamento do quadro econômico e financeiro global foi a reversão da trajetória de alta do preço do barril de petróleo, que seguiu a tendência das demais *commodities*. Diante da previsão de menor crescimento mundial, o preço do óleo caiu no segundo semestre do ano, passando de US\$ 93,89 por barril, ao final de 2007, para US\$ 41,76 por barril, ao final de 2008, uma queda de 56%.

O clima de incertezas conduziu a uma forte volatilidade nas bolsas de valores, e, apesar da previsão de que as economias dos países desenvolvidos seriam as mais afetadas, os mercados acionários dos países emergentes estiveram expostos a um processo de realização de lucros. Após sucessivos ganhos anuais, a deterioração das expectativas promoveu, em 2008, significativas quedas nos valores de mercado de companhias de diferentes segmentos, o que demonstrou ser um movimento de caráter geral, não dirigido a um setor específico.

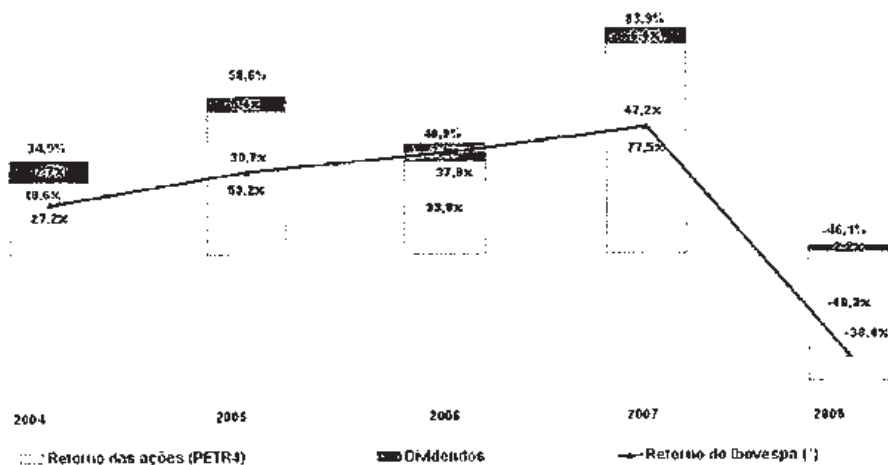
Apesar dos bons resultados dos diferentes segmentos da companhia, das novidades positivas no campo operacional, como as diversas descobertas de petróleo e gás, da geração de caixa e do lucro recorde do ano, as ações e recibos da Petrobras também foram alvo deste efeito de realização de ganhos nos mercados.

As ações ordinárias (PETR3) e preferenciais (PETR4), negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), recuaram 48% no ano. Na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), onde se negociam os recibos ordinários (PBR) e preferenciais (PBR/A), as perdas foram de 57%. Os diferenciais de perdas entre estes mercados estiveram atrelados, fundamentalmente, ao comportamento da taxa de câmbio, que apresentou significativa desvalorização do real no ano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

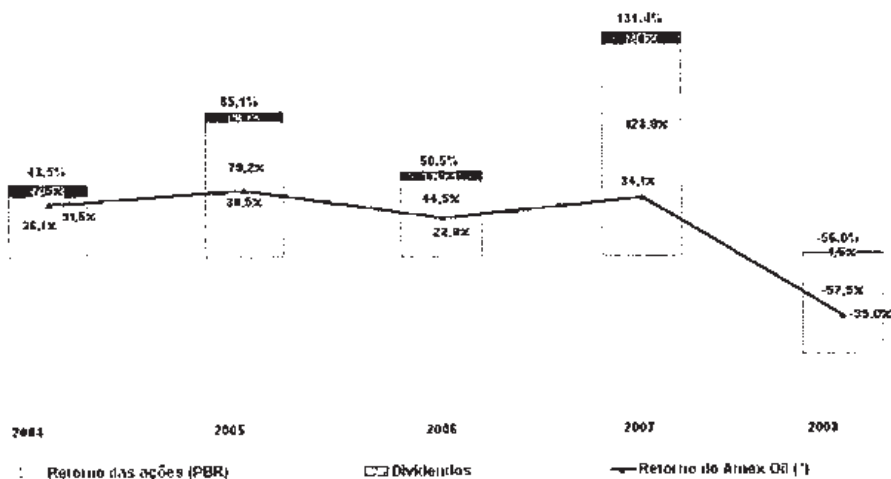
Comparativo dos Retornos Anuais: Petrobras PN (PETR4) e Ibovespa
(supondo reinvestimento de dividendos)



Fonte: Bloomberg

(*) inclui dividendos para fins de comparação

Comparativo dos Retornos Anuais: PBR e Amex Oil
(supondo reinvestimento de dividendos)

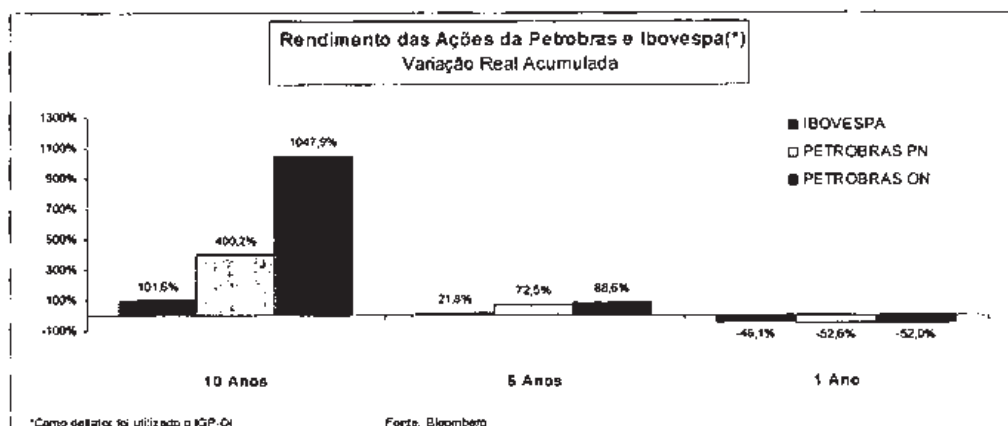


Fonte: Bloomberg

(*) inclui dividendos para fins de comparação

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

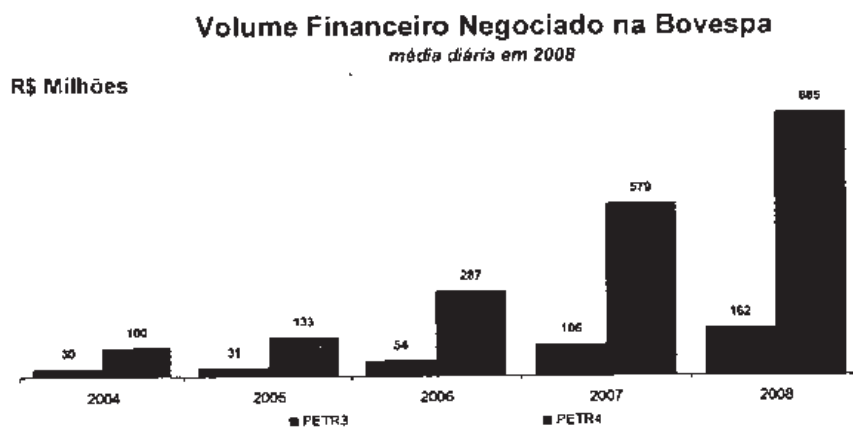
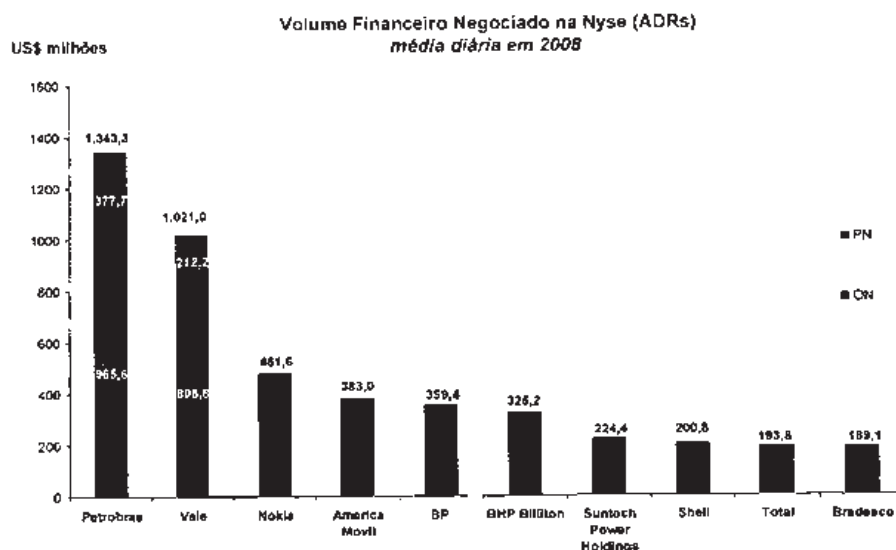
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



As quedas de valores das ações e dos recibos foram acompanhadas pelo aumento dos volumes financeiros negociados tanto no mercado brasileiro como no americano. Se em 2003 os volumes diários na Nyse e na Bovespa atingiam cerca de US\$ 60 milhões, em 2008 este valor se aproximou de US\$ 2 bilhões. O acréscimo do volume negociado na Nyse demonstra que a companhia apresenta crescente e elevada liquidez no principal mercado mundial, capacidade de captação de recursos e potencial de valorização de seus ativos mobiliários em um quadro de instabilidade e restrição de crédito. No ano, as ações e os recibos da Petrobras foram os mais negociados na Bovespa e na Nyse.

00951-2 PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Fonte: Bloomberg

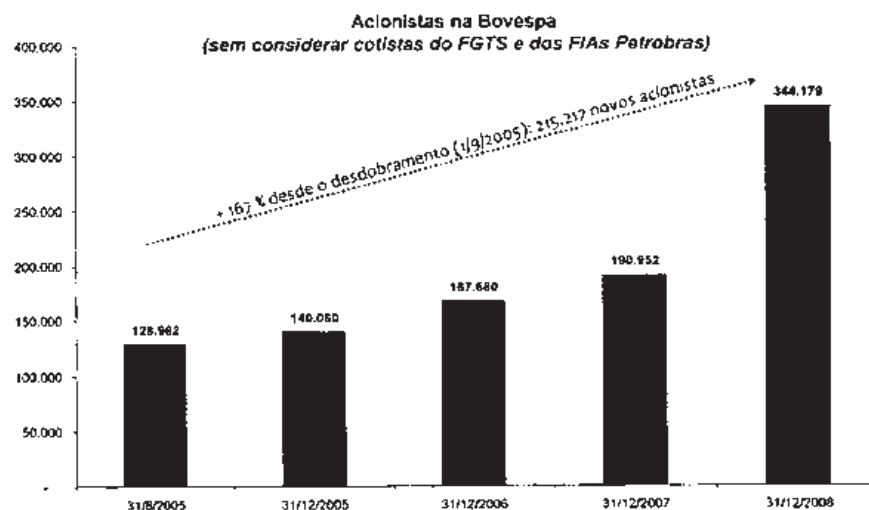
Ampliação da base de acionistas

Em 24 de março de 2008, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a proposta de desdobramento das ações representativas do capital social da Petrobras. Em 25 de abril, para cada ação foi concedida uma nova ação da mesma espécie. Mesma proporção de distribuição foi verificada para o caso dos recibos negociados no mercado americano (ADRs). Com o desdobramento dos recibos e das ações, foi mantida a relação de duas ações para cada recibo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Um dos principais objetivos deste desdobramento foi a elevação da liquidez destes ativos e da base de acionistas da Petrobras. Mesmo em ambiente de incerteza, a base acionária da companhia na Bovespa cresceu 80% no ano, passando de 190.952 acionistas em 2007 para 344.179 ao final de 2008. Adicionando os cotistas de fundos de investimentos em ações da Petrobras (443.209), os aplicadores de recursos com o FGTS (100.426) e os detentores de ADRs (cerca de 82 mil), o total de investidores em ativos mobiliários atrelados à companhia chegou a quase 1 milhão ao término do ano.



Fonte: RI Petrobras

Em 2008, a companhia distribuiu dividendos brutos de R\$ 1,5360 por ação ordinária ou preferencial, referentes ao exercício de 2007. No total, o volume financeiro alcançou R\$ 6,7 bilhões.

Governança Corporativa

A Petrobras adota as melhores práticas de governança corporativa e está plenamente capacitada para utilizar os mais avançados instrumentos de gestão empresarial. Por ser uma companhia de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). No exterior, cumpre as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da New York Stock Exchange (Nyse), nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa de Madri, na Espanha; e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires e da Comisión Nacional de Valores (CNV), na Argentina.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além de aperfeiçoar de forma contínua as práticas de governança corporativa, a companhia segue procedimentos de gestão compatíveis com as normas dos mercados em que atua, garantindo a adoção de padrões internacionais de transparência. Desta forma, reforça sua credibilidade junto ao mercado e aprimora o relacionamento com seus públicos de interesse: acionistas, investidores, clientes, fornecedores, empregados e sociedade, entre outros.

Entre os instrumentos disponíveis para garantir a boa governança corporativa na companhia, destacam-se o Código de Boas Práticas e o Código de Ética. Para evitar a ocorrência de conflitos de interesse, a Petrobras adota um Código de Boas Práticas, que trata de políticas internas como a Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante e a Política de Negociação com Valores Mobiliários, entre outras. Essas políticas estão relacionadas ao uso de informações privilegiadas e de conduta dos administradores e funcionários da Administração Superior da Petrobras.

O Código de Ética, por sua vez, define com clareza os princípios éticos que norteiam as ações do Sistema Petrobras, que incluem: respeito à vida, integridade, verdade, honestidade, justiça, equidade, lealdade institucional, responsabilidade, mérito, transparência, legalidade e impessoalidade. Trata-se, portanto, de um compromisso público da companhia de fazer valer esses princípios em práticas concretas.

A Comissão de Ética da Petrobras, designada pela Diretoria Executiva, tomou posse em 2008. É vinculada à Presidência e tem como finalidade promover a gestão da ética na companhia, atuando como fórum para discussão. A criação da Comissão atribui um caráter formal e oficial ao Sistema de Gestão da Ética na Petrobras.

Em 2008, a Comissão de Governança Corporativa prosseguiu com as atividades de acompanhamento e monitoramento da legislação e demais regulamentações pertinentes, analisando a adequação e a aplicação dos instrumentos de governança adotados na companhia.

Em atendimento à SOX, a Petrobras informa em seu relatório 20-F (*Form 20-F*, exigido pela SEC) que um dos nove membros do Conselho de Administração, eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 4 de abril de 2008, é especialista financeiro.

Controles internos

A Petrobras concluiu a Certificação de Controles Internos de 2007, em atendimento à Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. Os relatórios financeiros consolidados da Petrobras e PIFCo do exercício de 2007 foram certificados e arquivados em 2008, sem ressalvas dos auditores independentes, repetindo o êxito alcançado no exercício de 2006.

Com vistas ao processo de certificação de 2008, cuja finalização ocorrerá em 2009, a área de Controles Internos manteve o assessoramento aos gestores das empresas do escopo da certificação, que concluíram, com sucesso, a autoavaliação dos controles internos. Os testes realizados pelas unidades de Auditoria Interna, vinculadas aos Conselhos de Administração, encontram-se em fase final.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A companhia busca adotar as melhores práticas mundiais de controles internos, incluindo o gerenciamento integrado dos controles em nível de entidade e de processos; a análise e revisão contínua do mapeamento de riscos nos processos; a extensão gradativa dos controles essenciais às unidades da companhia; e o desenvolvimento de programas contínuos de formação de gestores em conceitos e ferramentas padronizadas de mapeamento de processos e avaliação de seus riscos e controles.

Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003

A Petrobras utiliza instrumentos de gestão empresarial pautada em seu Código de ética, Código de Boas Práticas e Diretrizes de Governança Corporativa.

O Estatuto Social da Companhia, no artigo 29, determina que os auditores independentes não poderão prestar serviços de consultoria à Petrobras durante a vigência do contrato de auditoria.

A Petrobras contratou a KPMG Auditores Independentes para a prestação de Serviços Técnicos Especializados em Auditoria Contábil nos exercícios sociais de 2006, 2007 e 2008, desde abril de 2006.

Durante o exercício de 2008, a KPMG Auditores Independentes prestou os seguintes serviços para a Petrobras e suas subsidiárias e controladas:

	RS Mil
Auditoria Contábil.....	20.923
Auditoria SOX	2.750
Serviços relacionados a auditoria	181
Auditoria de Impostos	859
Outros	106
Total dos serviços	24.819

Estrutura de Governança Corporativa

Na estrutura de Governança Corporativa estão o Conselho de Administração e seus comitês, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, a Auditoria Interna, a Ouvidoria Geral, o Comitê de Negócios e os Comitês de Gestão.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, estabelecidas por lei e pelo Estatuto Social, tem como principais atribuições fixar as diretrizes estratégicas da companhia e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. O Conselho tem nove integrantes, eleitos em Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano, permitida a reeleição. Sete representam o acionista controlador; um representa os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias, e outro, os acionistas titulares de ações preferenciais.

Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta pelo presidente e seis diretores eleitos pelo Conselho para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o presidente é membro do Conselho de Administração, sem, no entanto, presidir o órgão.

Conselho Fiscal

Permanente e independente da Administração, como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, é composto por cinco membros, com mandatos de um ano, permitida a reeleição. Um deles representa os acionistas minoritários; outro, os acionistas titulares de ações preferenciais; e três atuam em nome da União – um deles indicado pelo ministro da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional. Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como defender os interesses da companhia e dos acionistas.

Auditoria

A Auditoria Interna planeja, executa e avalia as atividades de auditoria interna e atende às solicitações da Alta Administração e de órgãos externos de controle. A companhia se vale também de auditoria externa, escolhida pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria. É obrigatório, a cada cinco anos, o rodízio entre empresas de auditoria.

Ouvidoria Geral

Vinculada ao Conselho de Administração, a Ouvidoria Geral planeja, orienta, coordena e avalia atividades que visem acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da companhia, promovendo as apurações decorrentes e as providências a adotar. Atua como canal para recebimento e processamento de denúncias a respeito de questões contábeis, controles internos e auditoria, incluindo a submissão confidencial e anônima por empregados, de modo a atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comitês do Conselho de Administração

São três comitês: Auditoria; Meio Ambiente; e Remuneração e Sucessão. Seus integrantes pertencem ao Conselho e o assessoram no cumprimento das responsabilidades de orientação e direção superior da companhia.

Comitê de Auditoria

Atendendo totalmente às exigências da lei Sarbanes-Oxley, é composto por três membros independentes do Conselho de Administração, sendo seu presidente um especialista financeiro – de acordo com as definições da Securities and Exchange Commission (SEC). Tem como função analisar questões relacionadas à integridade dos relatórios financeiros em US GAAP e à eficácia dos controles internos, e supervisionar os auditores externos e internos da Petrobras.

Comitê de Negócios

Fórum de integração, atua na promoção do alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da companhia e as diretrizes do Plano Estratégico, dando suporte ao processo decisório da Alta Administração.

Comitês de Gestão

Fóruns para amadurecimento e aprofundamento de temas a serem apresentados ao Comitê de Negócios, com o qual trabalham de forma articulada. Esta integração também existe entre os Comitês de Gestão e em seu relacionamento com os Comitês do Conselho de Administração.

A companhia conta atualmente com os seguintes Comitês de Gestão: Exploração e Produção; Abastecimento; Gás e Energia; Recursos Humanos; Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Análise de Organização e Gestão; Tecnologia da Informação; Controles Internos; Riscos; Tecnologia Petrobras; Responsabilidade Social e Ambiental; e Marketing e Marcas.

Gerenciamento de riscos

Os resultados da Petrobras são influenciados por variáveis de mercado, como o preço do petróleo e seus derivados, as taxas de juros interna e externa, e taxas de câmbio, além de outras classes de riscos naturalmente relevantes nos segmentos de negócio da companhia. O gerenciamento de riscos se faz de forma alinhada aos objetivos e metas corporativos.

Toda a estrutura integrada de gestão de riscos – constituída por políticas e diretrizes provenientes de orientações dos altos executivos, pelo Comitê de Gestão de Riscos e por sistemas de identificação, quantificação, resposta e controle de riscos – evolui continuamente, seguindo as mais avançadas práticas de governança, na busca do equilíbrio entre o grau de tolerância a riscos e as metas de crescimento e expectativa de rentabilidade propostas no Plano de Negócios.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Riscos de mercado

Ao gerenciar os riscos do mercado de petróleo e seus derivados a partir da avaliação periódica e sistemática da exposição líquida consolidada do risco de preço, a companhia manteve a prática de limitar as operações com derivativos a transações específicas de curto prazo, de até seis meses. Assim, utiliza contratos futuros, *swaps* e opções para proteger o resultado de algumas operações físicas, atendendo aos limites de uma diretriz específica para gestão de riscos de *commodities*. Da mesma forma, em relação às exposições relacionadas a taxas de câmbio e juros, são consideradas posições de caixa, dívida e transações comerciais para quantificação da exposição líquida da companhia e eventual atuação no mercado de derivativos.

A Petrobras adota uma política de gestão de riscos restritiva quanto à utilização de instrumentos derivativos, limitando seu uso apenas a operações de proteção, sob rígido controle.

Crédito

A companhia adota uma política de concessão e de revisão dos créditos de seus clientes, de acordo com os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Os créditos são aprovados, após análise, conforme os níveis de competência, incluindo as Comissões de Crédito e os diretores financeiro e comercial da área de contato do cliente.

O controle da utilização do crédito pelos clientes, no país e no exterior, é feito de forma centralizada, contemplando as subsidiárias Petrobras International Finance Company (PifCo), Petrobras Finance Limited (PFL), Petrobras Singapore Private Limited (PSPL) e Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), em Roterdã.

Os processos de concessão e controle do crédito são aprimorados constantemente, para dar melhor suporte ao crescimento sustentável da atividade comercial, principalmente no exterior, possibilitando maior aproximação com os clientes e a utilização do crédito como instrumento comercial.

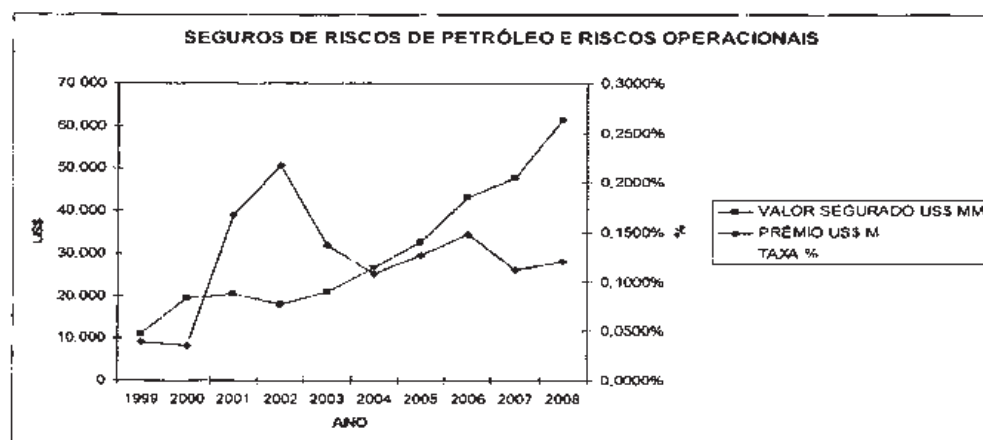
Diante do cenário de crise mundial, a companhia está ainda mais cautelosa na concessão de crédito a seus clientes, com o objetivo de manter a inadimplência extremamente baixa.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Seguros

O prêmio final das principais apólices da Petrobras (riscos operacionais e riscos de petróleo), em termos absolutos, aumentou 7% em 2008, totalizando US\$ 27,9 milhões. Como o valor dos ativos segurados cresceu 28%, atingindo US\$ 61,3 bilhões, verificou-se uma redução relativa do prêmio, da ordem de 17%.



A política da Petrobras em relação ao mercado de seguros, tanto no Brasil quanto no exterior, estabelece a divulgação permanente das práticas de gestão de riscos e a comunicação ágil e transparente de informações relevantes sobre os sinistros.

A companhia assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar a US\$ 50 milhões. A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poço e da malha de dutos no Brasil. As plataformas, refinarias e outras instalações são cobertas por apólices de riscos operacionais e riscos de petróleo.

Os projetos e as instalações em construção com potencial de dano máximo provável superior a US\$ 50 milhões estão protegidos contra riscos de engenharia por seguro contratado pela companhia ou pelas empreiteiras. A movimentação de cargas é coberta com apólices de transporte, enquanto as embarcações estão protegidas por seguro de casco e máquinas. A responsabilidade civil e os riscos ambientais também são cobertos. Na contratação de seguros, os ativos são avaliados a partir do custo de reposição. O limite máximo de indenização (LMI) da apólice de riscos operacionais é de US\$ 800 milhões, considerando-se o dano máximo provável das instalações. O LMI da apólice de riscos de petróleo é de US\$ 1,1 bilhão, o maior valor de reposição das plataformas da Petrobras.

A maior parte do risco da companhia está ressegurada no mercado internacional. As atividades no exterior são seguradas ou resseguradas, em parte, pela Bear Insurance Co. Ltd., seguradora cativa da Petrobras, com sede nas Bermudas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Financiamentos

Financiamentos corporativos

O ano de 2008 apresentou elevada volatilidade nos mercados financeiros, em especial no segundo semestre, quando os efeitos da crise iniciada no mercado de crédito imobiliário dos Estados Unidos se alastraram para a economia mundial. Os reflexos da crise se intensificaram no setor financeiro e provocaram impactos na economia real. Isso reduziu drasticamente as oportunidades de acesso ao mercado de crédito, elevando os custos de novas operações.

Mesmo assim, a Petrobras foi bem-sucedida na implementação de seu plano de captação em 2008 e manteve, ao longo do ano, a estratégia de buscar oportunidades para acessar o mercado quando a volatilidade e o custo estavam em níveis mais baixos. No mercado internacional de capitais, a Petrobras International Finance Company (PIFCo), subsidiária integral da Petrobras, reabriu em janeiro de 2008 seu título com cupom de 5,875% e vencimento em março de 2018. O montante desta reabertura foi de US\$ 750 milhões, e o retorno oferecido ao investidor atingiu 5,860% ao ano. Esta emissão foi considerada um sucesso, atingindo o menor custo histórico de uma companhia brasileira no mercado de dívida em dólares, sendo distribuída para mais de 60 investidores, a maioria dedicada ao mercado de renda fixa de empresas com grau de investimento.

No mercado doméstico, a companhia captou R\$ 400 milhões por meio de emissões privadas de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), adquiridos em sua totalidade por instituições financeiras. Estes recursos foram destinados a dois projetos: extensão do dique seco, no Rio Grande do Sul, para possibilitar a construção e reparo de mais plataformas, e construção da nova sede administrativa na cidade de Vitória. Mesmo diante de um mercado de capitais retraído, o custo destas captações revelou-se bastante atrativo, e o prazo de pagamento foi de até 15 anos. Para a conclusão do prédio em Vitória ainda serão necessários aproximadamente R\$ 300 milhões, que a Petrobras pretende captar no mercado de capitais, a depender das condições apresentadas.

No mercado bancário, 2008 foi marcado pelo retorno consistente da Petrobras às captações no mercado doméstico, impulsionada pela restrição de crédito internacional e pelas flexibilizações nos limites do sistema bancário brasileiro para empréstimo à companhia. Foram contratadas operações em real, totalizando um valor correspondente a US\$ 2,86 bilhões. No mercado bancário internacional foram contratadas linhas no valor de US\$ 580 milhões. Em ambos os mercados, a tônica das contratações foi atender aos objetivos estratégicos da Petrobras e prover o caixa com os recursos necessários às atividades da companhia. A contratação desses recursos foi realizada com preços competitivos, levando-se em conta as alterações de mercado decorrentes da crise internacional.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos financiamentos pelas Agências de Crédito à Exportação (*Export Credit Agencies – ECA*), a Petrobras, por intermédio da PNBV, captou US\$ 1,5 bilhão. Desse total, US\$ 200 milhões foram financiados pelos bancos BNP Paribas (França), Sumitomo (Japão) e BBVA (Espanha), com seguro de crédito da Sace, agência italiana; cerca de US\$ 800 milhões foram captados junto aos bancos japoneses Sumitomo, Mizuho e Tokyo Mitsubishi, com seguro de crédito da Nexi, agência japonesa; e US\$ 500 milhões foram financiados pela EDC, agência canadense.

Para amparar os negócios da companhia, foram contratadas garantias bancárias, nos mercados doméstico e internacional, no montante de US\$ 10,3 bilhões, valor 52,1% acima do verificado no ano anterior.

Financiamentos estruturados

Na área de Gás e Energia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou para o projeto Gasene (gasoduto de interligação Sudeste-Nordeste) US\$ 750 milhões, referentes à operação de repasse do China Development Bank. Em fevereiro, os empréstimos-ponte até então contratados com o BNDES foram quitados com os recursos do financiamento de longo prazo contratado em dezembro de 2007 com o mesmo banco.

A Companhia Mexilhão do Brasil (CMB), sociedade de propósito específico (SPE), assinou com o BNDES um contrato de financiamento no valor de R\$ 528 milhões, já desembolsados, destinado à construção da Plataforma de Mexilhão 1 (PMXL-1), a ser operada pela Petrobras. O financiamento terá vigência durante a fase de construção da plataforma, podendo ser substituído posteriormente por outro de longo prazo.

Em relação ao Projeto Urucu-Coari-Manaus, o BNDES desembolsou, ao longo de 2008, R\$ 1,03 bilhão, referente à linha de financiamento de longo prazo no valor de R\$ 2,49 bilhões contratada em dezembro de 2007.

Adicionalmente, foram realizadas as etapas iniciais para a adequação financeira de alguns projetos, visando estruturar futuras captações de recursos ao longo do exercício de 2009. Entre os projetos trabalhados para esta finalidade, encontram-se o Projeto Belém, Projeto CBIO Itarumã, a Central de Utilidades do Comperj e o Porto de Suape.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

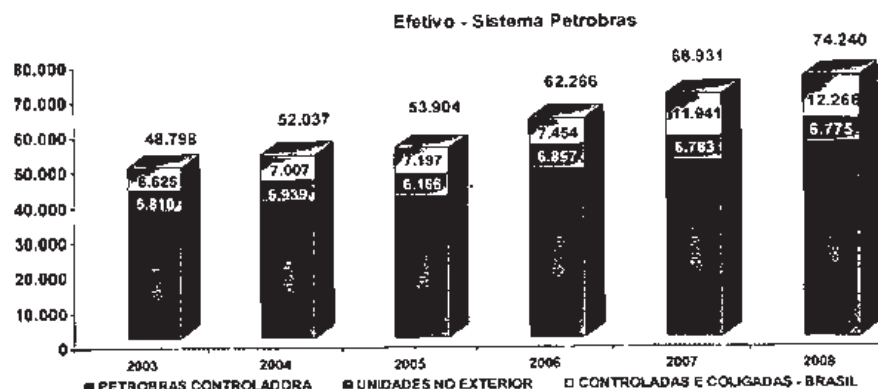
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Recursos Humanos

Os altos investimentos em desenvolvimento e treinamento, a entrada de novos empregados e a preocupação com a sustentabilidade marcaram a atuação da área de Recursos Humanos em 2008. O reconhecimento externo desse esforço transparece nas premiações recebidas. Pelo quarto ano consecutivo, a Petrobras foi eleita a "Empresa dos Sonhos dos Jovens" em pesquisa espontânea realizada pela Companhia de Talentos. Segundo a pesquisa, os desejos e expectativas dos jovens são formados por fatores como bons salários e benefícios, infraestrutura de trabalho, crescimento profissional, boa imagem no mercado, investimento em cursos e treinamento. A Petrobras também recebeu o prêmio *Top of Mind* de RH 2008, na categoria Programa de Retenção de Talentos. A premiação reconhece as empresas pela lembrança da sociedade em determinado segmento. Pelo terceiro ano consecutivo, a Petrobras foi *benchmark* no critério "Desenvolvimento do Capital Humano", do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI).

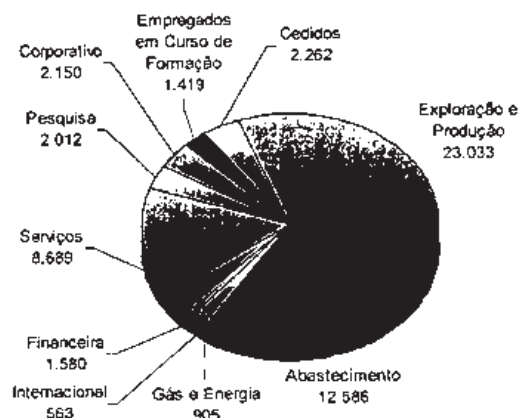
Evolução do efetivo

Para acompanhar o crescimento da companhia e atender às metas do Plano de Negócios 2009-2013, a Petrobras realizou três processos seletivos em 2008, registrando em um deles o recorde de inscrições: 451.712 candidatos concorreram a 2.611 vagas no país inteiro. A companhia encerrou o ano com efetivo de 55.199 empregados, tendo sido admitidos 5.565 profissionais em 2008. Considerando-se toda a Petrobras, incluindo as empresas controladas e coligadas e as unidades no exterior, o efetivo somou 74.240 empregados.

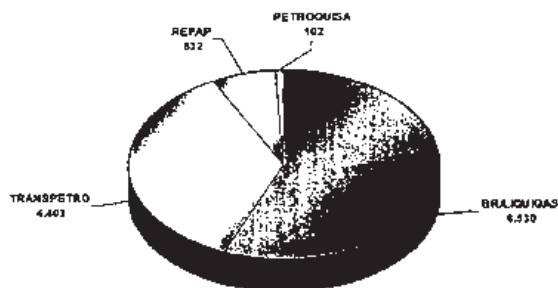


00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	

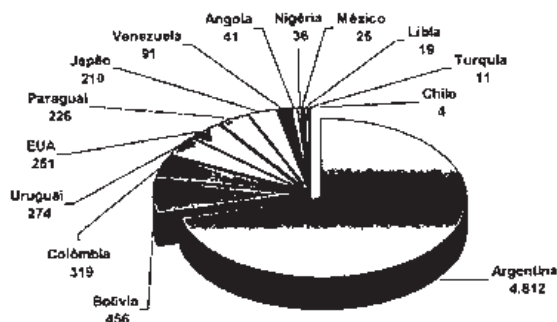
Efetivo Petrobras Controladora



Efetivo Controladas



Efetivo Petrobras Exterior

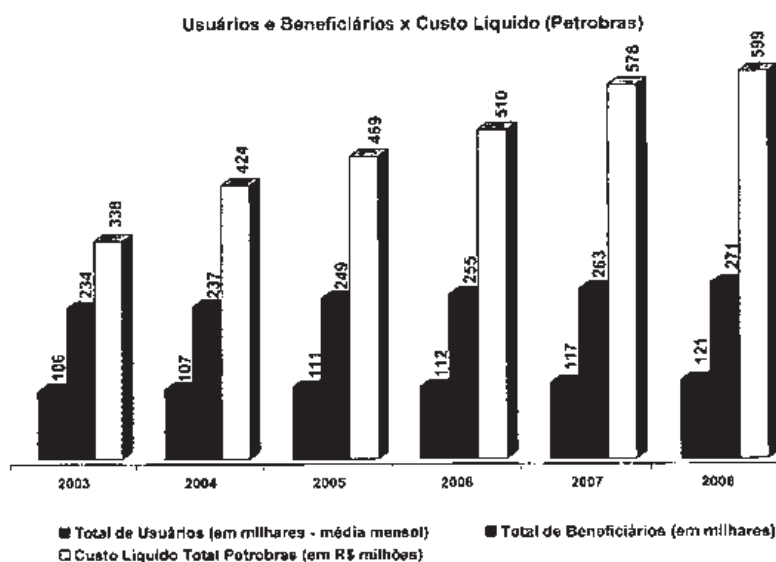


00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Assistência Multidisciplinar de Saúde

Em 21 mil pontos de atendimento da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), foram atendidos 121 mil beneficiários, entre empregados, dependentes, aposentados e pensionistas, totalizando um custo para a companhia de R\$ 599 milhões em consultas, exames e internações em 2008.



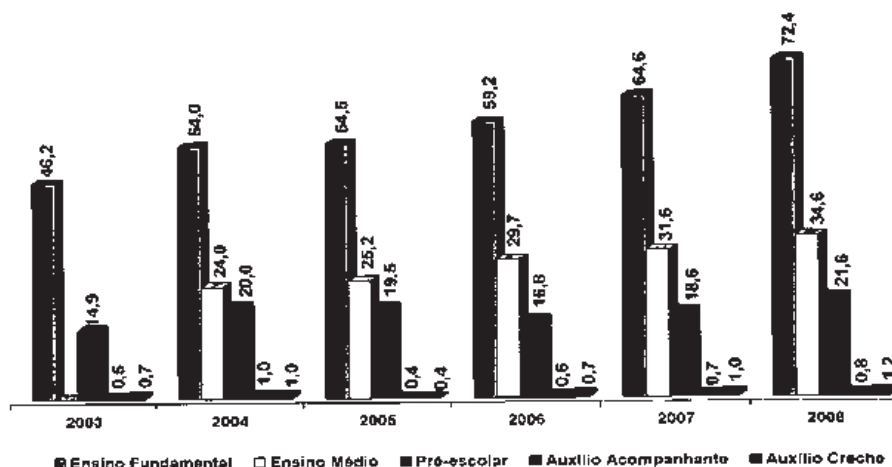
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Benefícios educacionais

Em 2008, a Petrobras reajustou a tabela de benefícios educacionais e fez revisões nos percentuais de reembolso aplicados na tabela do Auxílio Ensino, que inclui Assistência Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A companhia investiu R\$ 130,6 milhões nesses benefícios, atendendo 29.880 filhos de 21.627 empregados.

Evolução dos Custos dos Benefícios Educacionais por Modalidade
(R\$ Milhões)



Acordo coletivo

Após negociações com os sindicatos, a Petrobras firmou o Acordo Coletivo de Trabalho 2008 referente às cláusulas econômicas. As tabelas salariais foram corrigidas em 6,17% (IPCA), e a Remuneração Mínima por Nível e Regime, em 9,89%. Também foi paga gratificação no valor de uma remuneração. Foram mantidas as cláusulas sociais do Acordo Coletivo de Trabalho 2007, cuja validade é de dois anos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

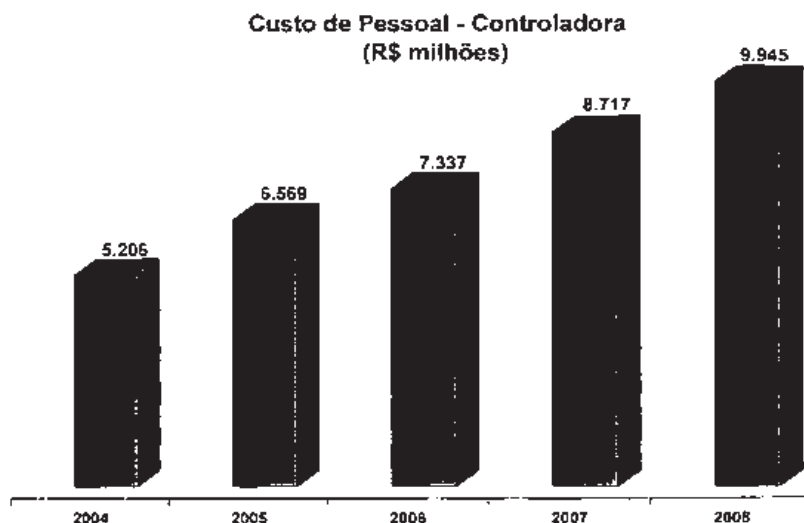
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Política salarial

Além da remuneração fixa de seus empregados, composta por gastos com salários, vantagens, adicionais e encargos, a Petrobras considera também como custo de pessoal as despesas referentes aos benefícios de previdência complementar, Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e Auxílio Educacional.

O custo de pessoal em 2008 totalizou R\$ 9,9 bilhões, 14% acima do ano anterior. Além do reajuste salarial e da expansão de 10% do efetivo, também contribuiu para o aumento do custo de pessoal o crescimento vegetativo da folha de pagamento, decorrente de anuênios e progressão dos empregados na carreira. Considerando toda a Petrobras, com as empresas controladas e coligadas e as unidades no exterior, esse valor atingiu R\$ 12,9 bilhões.

A Participação nos Lucros e Resultados relativa ao exercício de 2007 foi distribuída a todos os empregados da Petrobras no País em duas parcelas, pagas em janeiro e agosto de 2008, totalizando R\$ 1 bilhão.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ambiência organizacional

A Petrobras realiza anualmente uma pesquisa de Ambiência Organizacional, que possibilita aos empregados expressarem suas opiniões e expectativas em relação à companhia, indicando melhorias que possam ser implementadas nas condições de trabalho e na relação empregado-empresa. Os resultados da Pesquisa de Ambiência 2008, que mede o Índice de Satisfação do Empregado (ISE) e o Nível de Comprometimento com a Empresa (NCE), serão divulgados em 2009.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Mais uma vez, o Desenvolvimento de Recursos Humanos balizou as ações de RH, levando a um investimento de R\$ 219,1 milhões, o que resultou em 190.923 participações do efetivo em cursos. O Homem-Hora Treinado (HHT) médio anual por empregado em 2008 foi de 103 horas, superior ao de empresas dos Estados Unidos e Ásia, com 30 horas, da Europa, com 36, e do próprio Brasil, com 37,5, segundo estudos da American Society for Training and Development e da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento.

Grande parte dessas ações de desenvolvimento é realizada na Universidade Petrobras (UP). Em 2008, foi inaugurado o novo prédio da UP no Rio de Janeiro, construído com base nos mais atuais conceitos de sustentabilidade. Esse prédio possui 107 salas de aula, incluindo nove laboratórios especiais e 25 de informática, e ainda 35 cabines de educação à distância e 27 salas de orientação pedagógica.

Comprovando a excelência da Universidade Petrobras, o Conselho Nacional de Educação aprovou o credenciamento especial do Sistema Educacional Corporativo da Petrobras para a oferta de cursos de especialização, em nível de pós-graduação *lato sensu*, em Engenharia de Petróleo e Gás Natural, Geofísica do Petróleo e Gás Natural, e Processamento de Petróleo e Gás Natural. Com o credenciamento, a UP passa a ser reconhecida oficialmente pelo Ministério da Educação, e os diplomas emitidos para os três cursos passam a ter a mesma validade dos de qualquer universidade brasileira reconhecida pelo Governo Federal.

Entre as iniciativas externas, o RH, em parceria com a Fundação Dom Cabral, desenvolveu e apresentou na Assembléia Geral da Globally Responsible Leadership Initiative Foundation uma metodologia para a formação de líderes globalmente responsáveis, com base nos princípios do Pacto Global da ONU.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Negócios

Exploração e Produção

O sucesso da atividade exploratória na seção pré-sal das bacias sedimentares brasileiras do Sul e Sudeste marcou o ano de 2008. A partir desse sucesso a Petrobras construirá os alicerces que sustentarão o crescimento da produção de petróleo nas próximas décadas.

Na Bacia de Santos, em agosto, a companhia descobriu significativa acumulação de óleo leve e gás natural, com volume recuperável estimado entre 3 e 4 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) na área conhecida como Iara (bloco original BM-S-11). Essa descoberta decorreu da perfuração do poço 1-RJS-656, a cerca de 230 km do litoral da cidade do Rio de Janeiro, em lâmina d'água de 2.230 metros. A nova área soma-se à de Tupi, descoberta em 2006 no mesmo bloco, com volume recuperável estimado entre 5 e 8 bilhões de boe, conforme anunciado em novembro de 2007. A Petrobras detém 65% dessa concessão e está associada, na área, à BG Group e à Galp Energia, que participam com 25% e 10%, respectivamente.

Ainda na Bacia de Santos, a companhia identificou a presença de petróleo leve (28° API) na área conhecida como Guará, na seção pré-sal. A jazida se localiza no bloco BM-S-9, operado pela Petrobras (45%), em parceria com BG Group (30%) e Repsol YPF (25%). Na mesma bacia, a companhia anunciou, em 2008, a descoberta de gás natural e condensado na área de Júpiter, localizada no bloco BM-S-24, operado pela Petrobras (80%) em parceria com a Galp Energia (20%). Além disso, o consórcio formado pela Petrobras (66%), Shell (20%) e Galp Energia (14%) comprovou a presença de petróleo em reservatórios do pré-sal, no bloco BMS-8 (Bem-te-Vi), em águas ultraprofundas na Bacia de Santos.

No litoral do Espírito Santo, ao norte da Bacia de Campos, foram feitas duas descobertas importantes na seção pré-sal do Parque das Baleias, nos campos de Baleia Azul e Baleia Franca, com volume recuperável total estimado entre 1,5 e 2 bilhões de boe (30° API). O volume total de óleo estimado na área do Parque das Baleias, incluindo os reservatórios acima e abaixo da camada de sal, chega a aproximadamente 3,5 bilhões de boe.

Em setembro, com o início do teste de longa duração do poço 1-ESS-103A, interligado à plataforma P-34, no campo de Jubarte, no norte da Bacia de Campos, a companhia começou a produzir na seção pré-sal do litoral do Espírito Santo.

Ao longo do ano, duas novas plataformas iniciaram suas operações na Bacia de Campos. Em abril, no campo de Badejo, começou a operar a plataforma FPSO Cidade do Rio das Ostras. Trata-se da primeira unidade projetada para produzir petróleo extrapesado, com capacidade de produção de 15 mil bpd e estocagem de até 200 mil barris de petróleo. Em novembro, no campo de Marlim Leste, entrou em operação a plataforma P-53, com capacidade de produção de 180 mil bpd de óleo e 6 milhões de m³/d de gás natural.

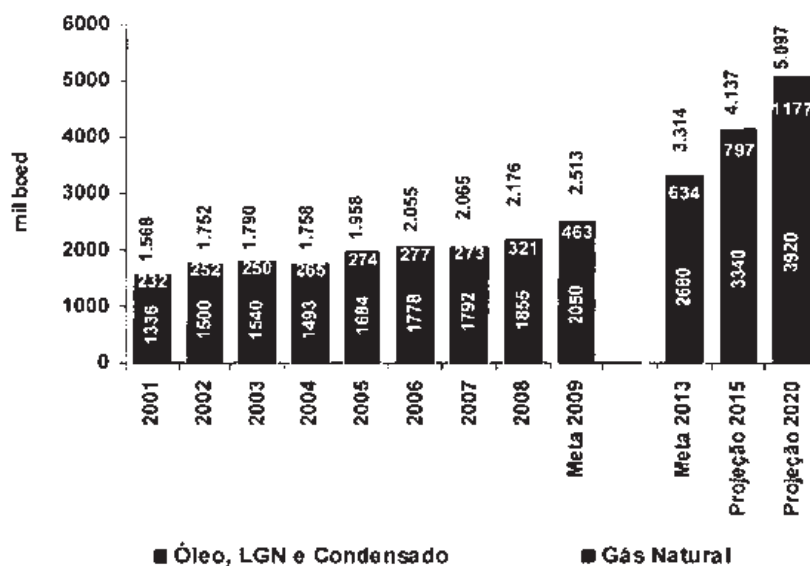
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2008, esses dois projetos, mais o aumento de produção das plataformas instaladas em 2007 (FPSO Rio de Janeiro, Piranema, FPSO Cidade de Vitória, P-52 e P-54), compensaram todo o declínio natural da produção e ainda garantiram à companhia um aumento de 3,5% na produção de óleo e LGN, que alcançou a média de 1.855 mil bpd.

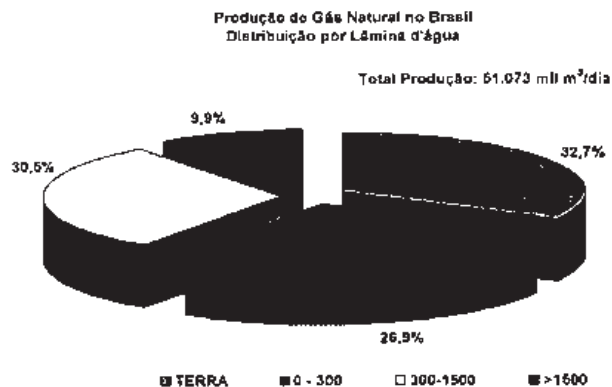
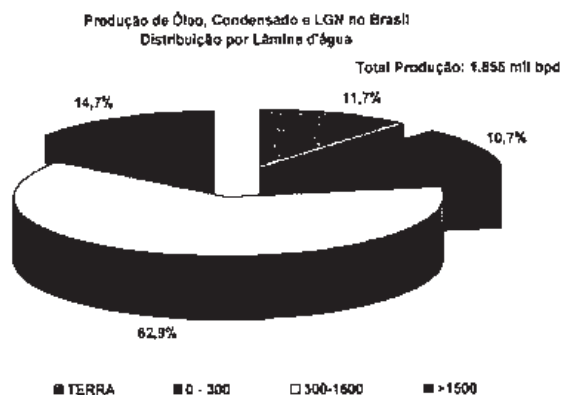
Durante o ano foram perfurados e concluídos 373 poços para o desenvolvimento da produção, dos quais 345 em terra e 28 no mar. Na área de exploração, foram perfurados 135 poços, sendo 88 em terra e 47 no mar, dos quais 37 aguardam avaliação. O índice de sucesso exploratório foi de 44%.

Evolução da Produção de Óleo, LGN, Condensado e Gás Natural



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

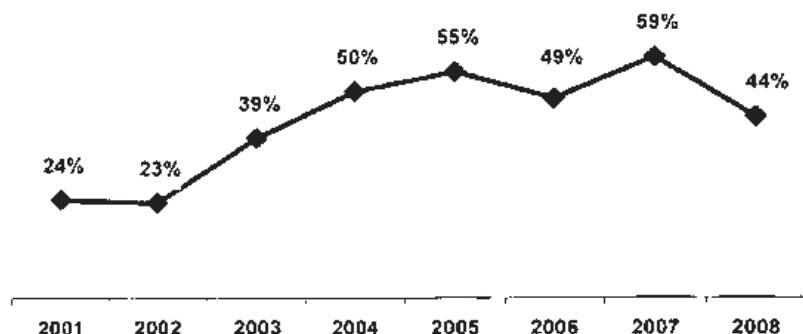
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Índice de Sucesso Exploratório



O custo médio de extração, sem participação governamental, foi de US\$ 9,26 por boe, um acréscimo de 20,3% em relação ao ano anterior. Considerando as participações governamentais, o custo chegou a US\$ 26,08 por boe, 34,5% acima do verificado em 2007. Em reais, o custo médio de extração foi de R\$ 17,08, 14,8% acima do registrado no ano anterior. Incluídas as participações governamentais, o custo foi de R\$ 47,61 um aumento de 28,6% em relação a 2007. A diferença entre o custo em dólar e em real decorreu da apreciação em 6% do real em relação a moeda norte-americana (dólar médio), em comparação com o período anterior.

Produção de gás natural

A oferta de gás natural, no Brasil, registrou crescimento expressivo no ano. Isso se deveu, principalmente, à ampliação da capacidade do sistema de escoamento de gás e à entrada em operação das plataformas P-52 e P-54 no campo de Roncador, no final de 2007, e dos novos sistemas de produção instalados no campo de Peròá.

A produção de gás natural totalizou 51,1 milhões de m³/d, com um aumento de 17,8% em relação a 2007. Esse crescimento deverá manter-se em 2009 com o início de operação das plataformas P-53, no final de 2008, e P-51, no começo de 2009, além da continuidade na implementação de projetos do Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural (Plangás).

O desafio do pré-sal

A seção pré-sal das bacias sedimentares do Sudeste e Sul estende-se, de forma heterogênea, do sul da Bacia de Santos ao norte da Bacia de Campos, numa área de aproximadamente 800 km de comprimento por 200 km de largura, em águas profundas e ultraprofundas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Polo Pré-Sal da Bacia de Santos é composto pelas áreas remanescentes dos blocos BM-S-8, BM-S-9, BM-S-10, BM-S-11, BM-S-21, BM-S-22 e BM-S-24. Esse polo se localiza a cerca de 300 km da costa do estado do Rio de Janeiro e em torno de 350 km da costa do estado de São Paulo, em lâminas d'água ultraprofundas que variam de 1.900 a 2.400 metros.

Com exceção do bloco BM-S-24 (Júpiter), todos os demais possuem planos de avaliação aprovados pela ANP. Esses planos preveem a perfuração de 22 poços de avaliação na área nos próximos cinco anos, juntamente com a execução de sete testes de longa duração (TLD).

Ainda no pré-sal da Bacia de Santos, onde a Petrobras possui cerca de 60% dos interesses econômicos, a expectativa é que a produção de petróleo atinja a marca de 1 milhão de bpd em 2017, apenas 12 anos após a descoberta de Parati no bloco BM-S-10, em 2005.

As descobertas na seção pré-sal ao norte da Bacia de Campos (Parque das Baleias), onde a Petrobras detém a totalidade dos interesses econômicos, confirmam o potencial de toda a extensão da seção pré-sal nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil.

Em função da magnitude e do impacto nos diversos negócios da companhia, o polo pré-sal da Bacia de Santos exigirá que a concepção das estratégias de desenvolvimento, assim como o planejamento e execução dos projetos sejam conduzidos de forma integrada, envolvendo as diversas áreas da companhia.

Para coordenar essa complexa rede de competências, a Petrobras criou, em 2008, uma gerência executiva na área de Exploração e Produção dedicada ao planejamento e à definição da estratégia de desenvolvimento dessa nova fronteira exploratória. Também foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Polo Pré-Sal (Plansal), para potencializar os benefícios de uma visão integrada e de planejamento de longo prazo.

O principal objetivo do Plansal é identificar e priorizar o conjunto de estratégias a serem implementadas nas áreas impactadas, considerando o estágio inicial de conhecimento das características das acumulações de petróleo recém-descobertas e as condições da indústria do petróleo no Brasil, principalmente nos aspectos regulatórios, mercadológicos e de suprimento de recursos críticos.

Entre as oportunidades geradas pelo desenvolvimento da camada pré-sal destacam-se:

- Criação de conhecimentos, programas tecnológicos e parcerias com universidades e institutos de pesquisas, fortalecendo a integração com a comunidade técnica brasileira e internacional;
- Ampliação das oportunidades de emprego, com formação de mão-de-obra especializada;
- Novas soluções de unidades, sistemas e polos de produção (equipamentos e logística);
- Desenvolvimento da indústria de base e expansão das empresas de engenharia, indústria naval e correlatas, e grandes equipamentos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Outras descobertas de petróleo e gás

Além das descobertas na seção pré-sal, a Petrobras obteve relevante sucesso na exploração em outras áreas no Brasil.

O bloco BMS-40, em águas rasas na Bacia de Santos, revelou uma acumulação de petróleo leve na área conhecida como Tiro. Teste realizado pela Petrobras – concessionária exclusiva do bloco – comprovou um potencial de produção estimado em 12 mil bpd. Uma segunda descoberta de petróleo leve ocorreu no mesmo bloco, também em águas rasas, a 9,3 quilômetros de Tiro, na área de Sidon. Dados preliminares dessas duas áreas permitem estimar um volume recuperável de aproximadamente 150 milhões de boe neste bloco.

Já na Bacia do Espírito Santo foi realizada mais uma descoberta no campo de Golfinho, por meio do poço 4-GLF-23-ESS. As estimativas indicam um potencial de 60 milhões de barris de petróleo recuperável. E na parte sul da Bacia do Jequitinhonha, a perfuração do poço 1-BAS-147 comprovou a presença de hidrocarbonetos em reservatórios arenosos acima da camada de sal e a cerca de 3.630 metros de profundidade. O poço está na concessão BM-J-3, em que a Petrobras (operadora) e a StatoilHydro são sócias, com 60% e 40%, respectivamente. Esse bloco está a 74 quilômetros da costa do estado da Bahia, em lâmina d'água de 2.354 metros. Esta descoberta abre grandes perspectivas para essa bacia, onde a Petrobras possui mais duas concessões exploratórias, BM-J-4 e BM-J-5, com 100% de participação.

Áreas marítimas e terrestres

A Petrobras declarou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2008, a viabilidade comercial de 18 descobertas, das quais 17 em terra e uma no mar. Todas as áreas em terra foram incorporadas a campos vizinhos, já em produção. Desses campos, três se localizam na Bacia Potiguar, cinco em Sergipe-Alagoas, um no Recôncavo e seis no Espírito Santo. Ainda em terra, foi declarada a comercialidade dos campos de Corruira, na Bacia do Espírito Santo, e Mutum, na Bacia de Sergipe-Alagoas. No mar, foi declarado comercial o campo de gás na área de Camarupim Norte, continuação do campo de Camarupim, na parte norte da Bacia do Espírito Santo.

Novos blocos exploratórios

Na décima rodada de licitações da ANP, em dezembro de 2008, a Petrobras adquiriu 27 blocos exploratórios, o equivalente a 50% dos 54 blocos leiloados, somando 20,3 mil km². Os bônus oferecidos pela companhia e seus parceiros totalizaram R\$ 56,7 milhões. Desse total, R\$ 40 milhões correspondem à parcela da Petrobras. Dos 27 blocos adquiridos, a companhia é operadora em 22, sendo 5 em associações e 17 com direitos exclusivos. Nos outros 5 blocos a operação cabe a seus parceiros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

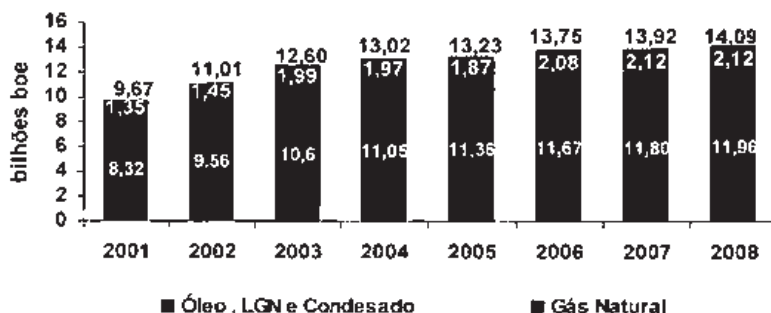
O portfólio de concessões exploratórias da companhia, com as aquisições e as devoluções efetuadas em 2008, passou a contar com 265 blocos, somando 142,3 mil km². Além disso, outras 35 áreas em operação, com 12,7 mil km², encontram-se em fase de avaliação de descobertas. A área exploratória atual da Petrobras totaliza 155 mil km².

Reservas provadas

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no Brasil atingiram 14,09 bilhões de boe em 2008 pelo critério ANP/SPE, volume que corresponde a um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior. Foram apropriados 920 milhões de boe em reservas e produzidos 747 milhões de boe, adicionando às reservas provadas da companhia 173 milhões de boe. Com essa incorporação, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) se manteve em 123%. Isso significa que para cada barril de óleo equivalente produzido no ano foi acrescentado 1,23 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) caiu de 19,6 para 18,9 anos.

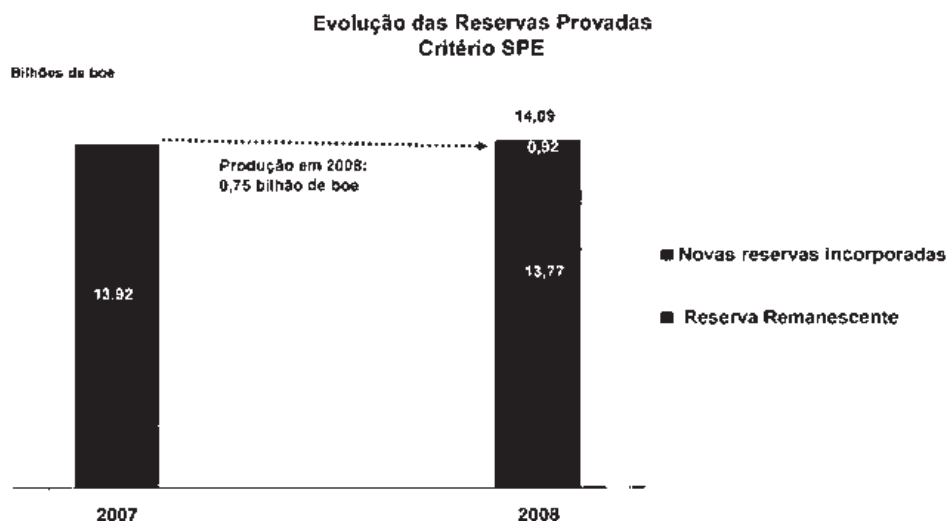
Apropriações em campos existentes em 2008 por meio de projetos de aumento de recuperação foram, em parte, responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Também contribuíram para esse resultado as descobertas em blocos exploratórios incorporados a campos de produção existentes. O pré-sal do Espírito Santo adicionou 128 milhões de boe às reservas provadas.

Reservas provadas de óleo, LGN e Gás Natural no Brasil
Critério SPE



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Projetos para o futuro

As descobertas na camada pré-sal merecerão atenção especial, a começar pelo teste de longa duração (TLD) no campo de Tupi, em 2009. Nesse teste será usado o navio FPSO BW Cidade de São Vicente, com capacidade de produção de 30 mil bpd.

Em 2009, quatro novos sistemas deverão começar a produzir na Bacia de Campos:

- Campo de Marlim Sul, Módulo 2 – Está previsto o início das atividades da P-51, primeira plataforma integralmente construída no Brasil, com investimentos superiores a US\$ 1 bilhão, com capacidade para produzir 180 mil bpd de óleo e 6 milhões de m³/d de gás natural;
- Campo de Marlim Leste – Está programada a entrada em operação do FPSO Cidade de Niterói, com capacidade para produzir 100 mil bpd de óleo e 3,5 milhões de m³/d de gás natural;
- Campo de Frade – Entrará em produção o FPSO de Frade, com capacidade de 100 mil bpd de óleo e 2,5 milhões de m³/d de gás natural, operado pela Chevron, com participação da Petrobras de 30%;
- Parque das Conchas (área integrada pelos campos Ostra, Argonauta e Abalone) – Está previsto o início da produção do FPSO Espírito Santo, com capacidade de 100 mil bpd de óleo e 1,4 milhão de m³/d de gás natural, operado pela Shell, com participação da Petrobras de 35%.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A produção de gás natural também se expandirá com vários projetos de produção de gás não associado. Três desses projetos fazem parte do Plangás: o FPSO Cidade de São Mateus, com capacidade de 10 milhões de m³/d, no campo de Camarupim (Bacia do Espírito Santo); a interligação de um poço do campo de Canapu ao FPSO Cidade de Vitória (Bacia do Espírito Santo), com capacidade de 2 milhões de m³/d; e a interligação de um poço de Lagosta à plataforma de Merluza (Bacia de Santos), com 1,8 milhão de m³/d.

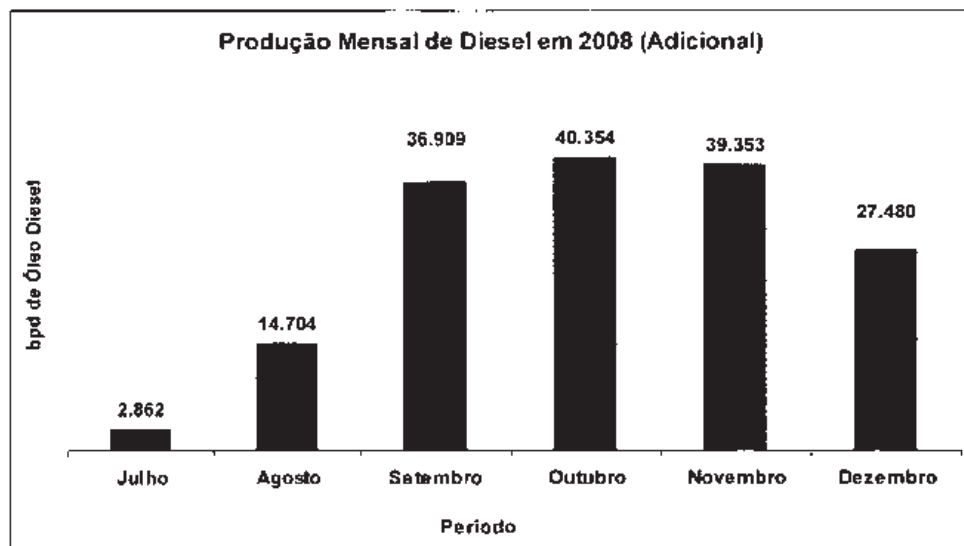
Ainda em 2009, no campo de Manati, no estado da Bahia, a plataforma terá a capacidade de produção ampliada para 8 milhões de m³/dia de gás natural.

Refino e Comercialização

Refino

Em 2008, as 11 refinarias da Petrobras instaladas no país processaram 1.765 mil bpd de carga fresca e produziram 1.787 mil bpd de derivados, utilizando, em média, 90,9% da capacidade de refino. Do volume total do petróleo processado, 77,9% vieram dos campos brasileiros.

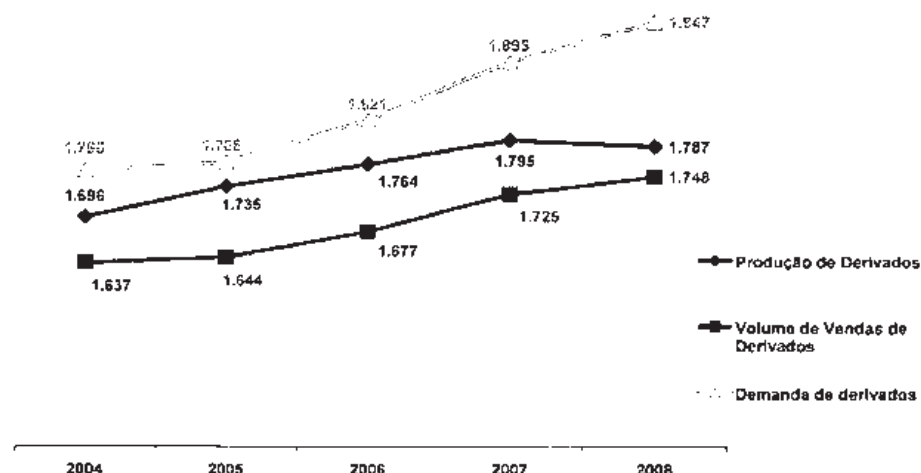
Em julho, foi criado um programa para maximizar a produção de óleo diesel a partir da otimização das condições operacionais das refinarias. Com esse programa, a Petrobras deixou de importar 4,9 milhões de barris de diesel, o que significou uma economia da ordem de US\$ 457 milhões.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Produção, Demanda e Venda de Derivados (mil bpd)



A Petrobras vem investindo em novas unidades de refino e em melhorias tecnológicas para converter o óleo pesado produzido no Brasil em derivados de maior valor. Esses investimentos se fazem mais prementes devido ao aumento da produção nacional com perfil de óleo pesado. Em 2008, entrou em produção a unidade de coqueamento retardado da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Em 2009, o mesmo ocorrerá na Refinaria Henrique Lage (Revap) e, em 2011, na Presidente Getúlio Vargas (Repar).

Esses investimentos conferem maior flexibilidade à companhia para definir a cesta de derivados a ser produzida de acordo com a demanda e os preços de mercado, podendo-se optar pelo uso de óleo importado – mais leve e que possibilita produzir derivados de maior valor – ou pelo refino do óleo pesado nacional.

A melhoria de qualidade dos produtos recebeu importantes investimentos em 2008. Estão em andamento projetos destinados à qualidade do diesel – nas refinarias Henrique Lage (Revap), Getúlio Vargas (Repar), Capuava (Recap) e Landulpho Alves (RLAM) – e da gasolina, nas refinarias de Presidente Bernardes (RPBC), Duque de Caxias (Reduc), Gabriel Passos (Regap), Landulpho Alves (RLAM), Getúlio Vargas (Repar), Henrique Lage (Revap), Capuava (Recap) e Paulínia (Replan).

Em 2008, foram concluídos os projetos nas refinarias Gabriel Passos e Getúlio Vargas para adotar a tecnologia HBIO, que possibilita a inclusão de óleo vegetal na corrente de diesel, resultando em produto de alta pureza. As refinarias Presidente Bernardes, Henrique Lage, Duque de Caxias e Paulínia também estão adotando o uso dessa tecnologia pioneira da Petrobras, que traz avanços na qualidade do diesel e na proteção ambiental.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Já a capacidade de produção de propeno, produto de alto valor agregado, cresceu com a entrada em operação da unidade de propeno da Refinaria Henrique Lage e com os investimentos e otimizações de processo na Refinaria de Capuava, levando a Petrobras a disponibilizar ao mercado 335.921 toneladas. Somadas às 64.689 toneladas produzidas pela Refap S.A., a oferta totalizou 400.610 toneladas. As unidades de propeno das refinarias Gabriel Passos (Regap) e Paulínia (Replan), com início de produção previsto para 2009, acrescentarão 370 mil toneladas anuais à capacidade instalada da Petrobras.

Novos empreendimentos

Com previsão para operar a plena carga em 2011, a Refinaria do Nordeste (Refinaria Abreu e Lima), em Pernambuco, terá capacidade para processar até 230 mil barris de petróleo pesado e produzirá até 162 mil bpd de diesel, seu principal produto. A refinaria também produzirá GLP, nafta petroquímica, óleo combustível para navios e coque de petróleo.

Foram executadas 65% das obras de terraplanagem, e o projeto executivo será concluído em 2009. Os procedimentos licitatórios para a construção das unidades de processamento e utilidades também deverão ser concluídos em 2009, mantendo-se em andamento o processo de aquisição de equipamentos.

Refinarias *premium*

A Petrobras construirá duas refinarias *premium* para produzir derivados de elevada qualidade e baixo teor de enxofre a partir do processamento de petróleo pesado e ácido. O perfil de produção dessas refinarias volta-se basicamente para o diesel, com produção também de GLP, nafta, óleo combustível, asfalto e QAV. Parte do coque produzido será consumida nas próprias unidades para geração de hidrogênio e energia.

A Refinaria Premium I será construída no Maranhão e processará 600 mil bpd, com entrada em operação da primeira fase prevista para 2013, e da segunda para 2015. A Premium II será construída no Ceará, no Complexo Industrial e Portuário de Pecém, com capacidade para processar 300 mil bpd, e início de operação da primeira fase projetado para 2014, e da segunda para 2016.

Comercialização

O aumento da produção nacional de petróleo, a plena utilização da estrutura logística no Brasil e no exterior e o aproveitamento de oportunidades comerciais externas permitiram à Petrobras alcançar, em 2008, excelentes resultados na comercialização, tanto no mercado interno quanto no externo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mercado interno

Em 2008, a Petrobras comercializou no mercado interno 1.748 mil bpd de derivados de petróleo, um aumento de 1,3% em relação a 2007. A companhia bateu o recorde de vendas em outubro, mês em que os efeitos da crise internacional sobre as vendas começaram a ser sentidos, comercializando 1.779 mil bpd.

Os principais produtos em volume de vendas foram o óleo diesel, a gasolina, o GLP, a nafta, o óleo combustível e o QAV. Este último registrou o maior crescimento percentual de vendas (7,1%), devido ao bom desempenho da economia nacional, à valorização média do real e ao aumento do número de voos, principalmente internacionais.

As vendas de diesel subiram 6,1%, superando o crescimento da economia brasileira. O suprimento para atender às termelétricas no início do ano, bem como o aumento do PIB, da safra de grãos e de cana-de-açúcar e do investimento em obras públicas foram os principais fatores que impulsionaram as vendas desse derivado.

Já as vendas de gasolina cresceram 4,3%, refletindo o crescimento de quase 60% da frota de veículos *flex-fuel*, compensando, assim, a queda da frota exclusivamente a gasolina. Esse comportamento do mercado automobilístico, no entanto, contribuiu muito mais para a significativa elevação do consumo de álcool. Além disso, verificou-se forte expansão do consumo das famílias, refletindo um aumento da renda familiar.

A comercialização de GLP subiu 3,4%, resultado atrelado ao crescimento demográfico, ao maior consumo das famílias e ao maior uso industrial. As vendas de óleo combustível (sem *bunker*) sofreram redução de 9,4%, afetadas basicamente pela substituição do produto por outros energéticos. As vendas de nafta registraram queda de 9%, devido, principalmente, às paradas das centrais petroquímicas ao longo do ano.

Exportações x importações

A exportação de petróleo em 2008 atingiu a marca inédita de 439 mil bpd, registrando um aumento de 24,4% em relação ao ano anterior; já a de derivados caiu 10,7%, ficando em 234 mil bpd. As importações de petróleo totalizaram 373 mil bpd, com redução de 4,4%, enquanto as de derivados aumentaram 33,1%, atingindo 197 mil bpd.

Ao longo do ano, a maior atividade econômica do país repercutiu nos níveis de comercialização externa de derivados. Apesar do contínuo investimento no parque de refino e do incremento da produção, a Petrobras manteve seu perfil de importadora de destilados médios (diesel e querosene de aviação) e exportadora de gasolina.

Em relação ao diesel, a importação foi da ordem de 100 mil bpd, indicando um crescimento de 20,5% em relação a 2007, tendo como principais fontes de suprimento os produtores do Médio e

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

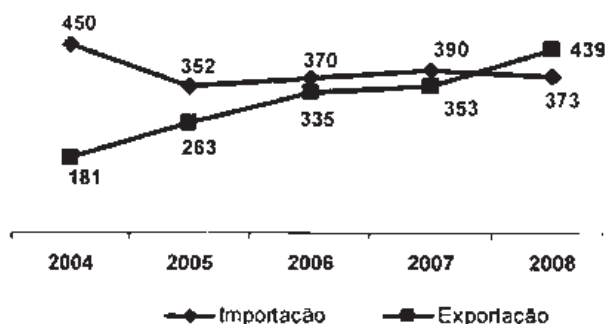
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Extremo Oriente. O QAV registrou o crescimento de importação mais expressivo (92,9%), totalizando 26,5 mil bpd.

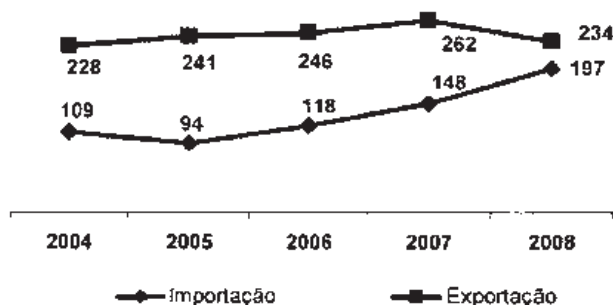
Em relação às exportações, a gasolina se mantém o produto mais representativo, contabilizando 40 mil bpd em 2008, com queda de 31,4% em relação a 2007. Esse comportamento das exportações de gasolina condiz com o crescimento na demanda interna e também com as paradas programadas em algumas unidades das refinarias da Petrobras.

As operações *offshore* com petróleo e derivados realizadas integralmente no exterior alcançaram a média de 552 mil bpd, 5,8% menor que a de 2007. Já a consolidação das operações de *bunker* de baixo teor de enxofre no noroeste da Europa elevou em 51% as vendas do produto em 2008.

Exportação e Importação de Petróleo (Mil bpd)



Exportação e Importação de Derivados (Mil bpd)



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Novos produtos

A Petrobras lançou o *Add Cleaner*, um óleo combustível com aditivos de ação dispersante e detergente. Testes nos laboratórios de combustão do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) do estado de São Paulo indicaram uma redução de 68% na emissão de material particulado em comparação com um óleo combustível comum.

Petroquímica e Fertilizantes

A Petrobras consolidou sua presença na área petroquímica, segmento estratégico que diversifica o portfólio de produtos e valoriza o petróleo e o gás natural.

Em junho de 2008, Petrobras, Petroquisa e Unipar reuniram sob a Quattor Participações (inicialmente denominada Sociedade Petroquímica do Sudeste) todos os ativos objeto do acordo de investimentos: 75% do capital total da Rio Polímeros, 76,6% do capital total da Suzano Petroquímica, 77,2% do capital total da Petroquímica União, 99,9% do capital total da Polietilenos União, e todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam à operação da Unipar Divisão Química (UDQ).

A Quattor Participações passou a ser controlada pela Unipar, com 60% do capital votante e total da sociedade. A participação da Petrobras na Quattor Participações passou a ser de 40% do capital votante e total, distribuídos entre Petrobras e Petroquisa em 31,9% e 8,1%, respectivamente.

Ao longo de 2008, a Quattor Participações promoveu Ofertas Públicas de Ações (OPAs) na Quattor Petroquímica (antes denominada Suzano Petroquímica) e na Petroquímica União, aumentando sua participação nessas empresas. Além disso, essas operações resultaram na descontinuidade das Práticas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa na Quattor Petroquímica e no cancelamento do registro de companhia aberta da Petroquímica União.

No fim do ano, a Quattor Participações detinha 75% do capital total da Rio Polímeros, 99,3% do capital total da Quattor Petroquímica, 99,2% do capital total da Petroquímica União e 100% do capital total da Polietilenos União, além de todos os bens, direitos e obrigações relacionados à operação da UDQ.

Em 30 de maio, foi concluída a primeira fase do processo de consolidação de ativos petroquímicos resultantes do Acordo de Investimento firmado em 30 de novembro de 2007 entre Petrobras, Petroquisa, Odebrecht, Norquisa e Braskem e aditivado em 14 de maio de 2008. Nesta fase, Petrobras e Petroquisa aportaram na Braskem, por meio de sua subsidiária integral Grust Holdings S.A., suas participações em diversos ativos petroquímicos: 36,5% do capital total da Copesul; 40% do capital total da Ipiranga Química S.A. (IQ) e Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ); e 40% do capital total da Petroquímica Paulínia S.A. (PPSA). Com essas operações e o posterior cancelamento das ações em tesouraria, a Petrobras, em conjunto com a Petroquisa, aumentou sua participação de 8,1% para 31% no capital votante da Braskem (6,8% para 23,8% no capital total).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em linha com o Acordo de Investimentos e com a conclusão da primeira fase do processo de consolidação, Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa assinaram novo Acordo de Acionistas da Braskem, ampliando os padrões de governança e possibilitando maior participação da Petrobras no processo decisório, que passou a indicar três conselheiros para o Conselho de Administração (CA) e representantes para todos os comitês de assessoramento ao CA.

Em 30 de setembro, a Braskem concluiu uma importante etapa do processo de consolidação do setor petroquímico brasileiro, com a incorporação da PPSA, da IPQ e, indiretamente, da própria Copesul, incorporada pela IPQ em 11 de setembro. As incorporações promovem a simplificação da estrutura societária, favorecem a ampliação da competitividade da companhia e fortalecem o setor petroquímico nacional.

Projetos

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – Processará 150 mil bpd de petróleo para produção de matérias-primas petroquímicas e derivados a partir de 2012. Além da unidade petroquímica básica (UPB), da central de utilidades e das unidades de segunda geração, o Comperj terá um centro de capacitação de empresas e trabalhadores e uma central de escoamento de produtos líquidos para terminais de carregamento na Baía de Guanabara. As obras de terraplanagem estão em andamento.

Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) – Em agosto, a Citene, sócia da Petroquisa no empreendimento, manifestou a intenção de se retirar da sociedade. Para não comprometer a entrada em operação prevista para 2010, a Petroquisa adquiriu, em setembro, a participação da Citene, tornando-se detentora de 100% do capital. Em 2008, foram iniciadas as fases de construção e montagem industrial.

Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) – A Petroquisa adquiriu a participação da Citene, passando a deter a totalidade do capital no empreendimento. As negociações dos principais equipamentos importados foram concluídas enquanto prosseguem os serviços de terraplanagem.

Com a aquisição pela Petroquisa da totalidade das ações da Citene nas empresas PetroquímicaSuape e Citepe, surgiu a oportunidade de integrar esses projetos e incorporar uma unidade de PET, grau garrafa. As negociações para o ingresso de outro parceiro neste empreendimento integrado estão em andamento.

Coquepar – Em parceria com a Brazil Energy e a Unimetal, a Petrobras construirá duas unidades de calcinação de coque de petróleo, uma no Rio de Janeiro e outra no Paraná, valorizando a produção de coque verde. A capacidade total de produção será de 700 mil toneladas/ano.

Fertilizantes

Em 2008, a Petrobras manteve a liderança no mercado nacional de uréia e amônia, com vendas da ordem de 650 mil toneladas de uréia e 200 mil toneladas de amônia produzidas em suas duas fábricas. A comercialização dos dois produtos gerou receita bruta acima de R\$ 1 bilhão, superando os R\$ 840 milhões verificados em 2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafen-BA) produziu 300 mil toneladas de uréia, o maior volume dos últimos nove anos. Já a produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-SE) ultrapassou 400 mil toneladas de uréia.

Com relação a novos projetos, estão sendo desenvolvidos estudos de viabilidade de uma planta industrial de uréia e amônia no País (UFN-3) e outra de ácido nítrico, na Bahia. A UFN-3 terá capacidade anual de 1 milhão de toneladas de uréia e 760 mil toneladas de amônia, usando gás como matéria-prima. Na Bahia, está prevista a produção de até 120 mil toneladas/ano de ácido nítrico, destinadas ao Polo Petroquímico de Camaçari, com investimentos da ordem de US\$ 260 milhões.

Transporte

Ampliação da frota e da malha de dutos

A Petrobras atua no segmento de transporte e armazenamento de petróleo, derivados, álcool e gás natural por meio da subsidiária Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), que opera 7.033 km de oleodutos, 4.410 km de gasodutos e 46 terminais – 20 terrestres e 26 aquaviários –, além de 54 navios.

Em 2008, foram transportados por navio 59 milhões de toneladas de petróleo e derivados, 4,8% a menos do que em 2007. Além disso, a Transpetro movimentou por seus dutos 670 milhões de m³ de líquidos, volume semelhante ao de 2007, e uma média de 46 milhões de m³/dia de gás natural, 31% superior à do ano anterior.

Novos navios

A companhia prosseguiu em 2008 com o Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro, que prevê a construção de 49 navios petroleiros. Mantendo um índice de nacionalização mínimo de 65% em todas as construções, o programa contribui para consolidar a indústria naval brasileira.

A primeira fase do programa está em andamento. Dez navios Suezmax estão em processo de construção no Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco. Os próximos serão quatro navios de produtos, que começarão a ser montados em 2009 no Estaleiro Mauá, no estado do Rio de Janeiro. O primeiro navio tem entrega prevista para 2010.

Outro passo importante foi dado em dezembro, com a realização da primeira sessão pública de licitação para a segunda fase do programa. Quatro estaleiros apresentaram propostas técnicas e comerciais para a construção de quatro navios Suezmax e três navios Aframax, além de três navios com capacidade de carga de 45 mil toneladas de porte bruto e cinco navios com capacidade de carga de 30 mil toneladas de porte bruto, para transporte de produtos. O resultado da licitação será divulgado em 2009.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Terminais e dutos

Como parte das iniciativas do Plano Nacional de Gás (Plangás), as unidades de Cabiúnas, no Rio de Janeiro, e Cacimbas, no Espírito Santo, terão suas capacidades de processamento de gás natural incrementadas. Para garantir o escoamento da produção de GLP, a Petrobras está construindo e ampliando instalações na Ilha Comprida e na Ilha Redonda, no Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Já no Terminal de Guamaré, no Rio Grande do Norte, a infraestrutura marítima e terrestre será ampliada para permitir a movimentação de derivados da Refinaria Potiguar, que começa a ser montada em 2009. A unidade produzirá diesel e gasolina a partir da mistura de nafta e outros produtos intermediários. O projeto receberá investimentos de R\$ 340 milhões e tem entrada em operação prevista para 2010.

Em 2008, a malha de gasodutos operados pela Transpetro ganhou quase 800 km, sendo cerca de 600 km no Sudeste e 200 km no Nordeste. Entre os novos gasodutos, destacam-se o Gascav (Cabiúnas-Vitória), no Espírito Santo, com 302 km de extensão; o segundo trecho do Campinas-Rio, com 254,5 km; o segundo trecho do Catu-Carmópolis, com 196 km; e o Açú-Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, com 33 km.

Além disso, também entrou em funcionamento a nova estação de bombeamento do oleoduto Osório-Canoas, no Rio Grande do Sul, aumentando a capacidade de escoamento da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 250 milhões no oleoduto.

Corredor de exportação de etanol

A Petrobras deu continuidade em 2008 ao projeto do Corredor de Exportação de Etanol, um sistema de transporte dutoviário exclusivo para a exportação do biocombustível. Com conclusão prevista para 2015 e investimento total superior a US\$ 1 bilhão, o projeto ampliará para 13 milhões de m³/ano a capacidade de exportação do País, permitindo atender à crescente demanda do mercado externo pelo etanol brasileiro.

Além de adaptações e melhorias em instalações existentes, serão construídos dutos, terminais, centros coletores e estações intermediárias de bombeamento, que serão integrados aos modais rodoviário e aquaviário, incluindo a Hidrovia Tietê, em São Paulo.

Até 2010, a Petrobras pretende dobrar a capacidade de exportação de etanol do Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, com a ampliação das instalações da Ilha d'Água. As obras deverão ser iniciadas no primeiro semestre de 2009.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Distribuição

A Petrobras Distribuidora registrou em 2008 o maior resultado financeiro de sua história. Pela primeira vez, o lucro líquido ultrapassou a barreira de R\$ 1 bilhão, atingindo R\$ 1,3 bilhão, 57,1% acima do resultado obtido no ano anterior, em consequência do constante aumento do volume de vendas e do contínuo esforço de manutenção do controle de custos.

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis continuou em expansão, com crescimento de 8,9%, índice superior aos 8,2% verificados em 2007. Para esta expansão contribuíram o crescimento econômico, a ampliação da frota nacional, especificamente dos veículos bicomcombustíveis (*flex*) e a maior quantidade de assentos ofertados pelas companhias aéreas.

Única companhia do setor com presença em todas as regiões do território brasileiro, com 5.998 postos de serviço, a Petrobras Distribuidora teve participação expressiva no atendimento a esse crescimento do mercado. Mais uma vez, registrou recorde de vendas, totalizando 37,8 milhões de m³ comercializados. Além disso, manteve a liderança no mercado, ampliando sua participação e alcançando 34,9% de *market share* no final do ano (0,6 ponto percentual acima dos 34,3% de dezembro de 2007).

Para construir um diferencial de qualidade e fortalecer a marca junto ao mercado, a Petrobras Distribuidora manteve o foco no programa De Olho no Combustível e encerrou o ano com 5.434 postos certificados. Fundamentado nos requisitos de qualidade da norma ISO 9001:2000, este programa abrange desde a realização de testes nos combustíveis em campo até a limpeza de tanques e filtros. Estudos realizados pela companhia, comparando programas de qualidade desenvolvidos por outras empresas do mesmo segmento, indicam que o programa De Olho no Combustível é o mais completo do mercado.

Os investimentos da companhia somaram R\$ 409,6 milhões, concentrados na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e biodiesel, principalmente no desenvolvimento e modernização da Rede de Postos de Serviço, no suporte aos clientes comerciais e industriais, em operações de logística e em programas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. Destaca-se o início da construção do gasoduto para interiorização do gás natural no sul do Espírito Santo, que corresponderá a 60 km de rede de distribuição para fornecimento de gás natural na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, com capacidade para 600 mil m³/dia.

Gás natural

A Petrobras concluiu projetos importantes de infraestrutura, no que se refere tanto a gasodutos como a gás natural liquefeito (GNL), dando continuidade ao processo de expansão da oferta de gás natural. A produção média da companhia, em 2008, atingiu 51,1 milhões de m³/dia, 17,8% a mais que em 2007. Excluindo o gás usado no processo de produção, injeção e perdas, a oferta total doméstica, considerando os parceiros, foi de 29 milhões de m³/dia. Pelo gasoduto Bolívia-Brasil foi disponibilizada ao mercado brasileiro uma média de 29 milhões de m³/dia, um aumento de 12% em relação a 2007, com utilização de 100% da capacidade do gasoduto praticamente o ano todo. A oferta total ao mercado brasileiro foi, em média, de 58 milhões de m³/dia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para que essa movimentação fosse possível, foram investidos no ano R\$ 6 bilhões em infraestrutura de transporte, 71% a mais do que em 2007. Além da expansão da malha, destacam-se a construção dos terminais de importação de GNL e o Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), que deverá elevar a oferta doméstica da Região Sudeste para 55 milhões de m³/dia até dezembro de 2010.

Transporte

A malha de gasodutos de transporte da companhia no País foi incrementada em 776 km, totalizando 6.933 km, com a entrada em operação dos seguintes dutos:

- **Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES)**, trecho inicial do gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), com 303 km e capacidade de 20 milhões de m³/dia, permite o envio do gás natural produzido na Bacia do Espírito Santo à Região Sudeste;
- **Catu (BA) – Itaporanga (SE)**, com 196 km e capacidade de 10 milhões de m³/dia, escoar o gás natural de Manati e do Gasene. Com a conclusão do gasoduto e o aumento de produção de Manati, o estado da Bahia passa a ser exportador de gás natural para a Região Nordeste;
- **Trecho Taubaté-Japeri do gasoduto Campinas-Rio**, com 255 km e capacidade de 8,6 milhões de m³/dia. A entrada em operação do Taubaté-Japeri permite um aporte de até 1,6 milhão de m³/dia de gás ao mercado consumidor, ampliando a entrega dos volumes importados pelo gasoduto Bolívia-Brasil aos mercados do Sudeste;
- **Ramal de gasoduto do terminal de GNL de Pecém**, com 22 km e capacidade de 7 milhões de m³/dia.

As obras do Gasene, que interligam as malhas Sudeste e Nordeste, estão dentro do cronograma. O trecho Cacimbas-Catu, iniciado em 2008, de 954 km e capacidade de 20 milhões de m³/dia, começará a operar no início de 2010.

Na Região Norte, o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, com 660 km, deverá entrar em operação no segundo semestre de 2009. Este empreendimento possibilitará o envio do gás de Urucu para consumo em Manaus com benefícios para o meio ambiente, devido à substituição do óleo combustível e do diesel consumidos nas usinas termelétricas.

Outros projetos iniciados em 2008:

- **Gasduc III**, de 183 km: aumenta a capacidade de transporte entre Cabiúnas e Rio de Janeiro (conclusão em 2009);
- **Caraguatatuba-Taubaté**, de 96 km: possibilita o escoamento da produção de Mexilhão (conclusão em 2010);

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Paulínia-Jacutinga, de 93 km: permite o fornecimento de gás natural ao sul do estado de Minas Gerais (conclusão em 2009);
- Japeri-Reduc, de 45 km: permite o escoamento do GNL e gás natural para atendimento ao mercado termelétrico da Região Sudeste (conclusão em 2009).

Gás natural liquefeito

O projeto GNL Petrobras dará maior flexibilidade e segurança à oferta de gás natural aos mercados térmico e não-térmico. O Brasil é pioneiro ao adotar o modelo de transferência de GNL de um navio supridor para outro navio regaseificador por meio de braços criogênicos – capazes de suportar temperaturas de cerca de 160 °C negativos – instalados em um píer fixo.

Em agosto de 2008, foi inaugurado o primeiro terminal de regaseificação de GNL do País, no Porto Pecém, no Ceará, dando suporte também à atuação da Petrobras como agente no mercado internacional de GNL. O terminal de Pecém tem capacidade para regaseificar 7 milhões de m³/dia.

Para interligar o terminal de Pecém à malha de transporte da Região Nordeste (Gasfor), foi construído um ramal de gasoduto, com a mesma capacidade de 7 milhões de m³/dia. O gás processado em Pecém será usado, prioritariamente, para a geração de energia elétrica nas usinas Termoceará e Termofortaleza, no Ceará, e Jesus Soares Pereira, no Rio Grande do Norte.

Para a regaseificação do GNL a Petrobras afretou duas embarcações: o navio Golar Spirit, que chegou ao Brasil em julho de 2008, e o Golar Winter, em processo de conversão em Cingapura, com previsão de chegada ao Brasil em maio de 2009. No trajeto para o Brasil, o Golar Spirit fez o primeiro carregamento de GNL em Trinidad & Tobago. A embarcação tem capacidade de regaseificação de 7 milhões de m³/dia e de armazenamento de 129 mil m³ de GNL, o equivalente a 77 milhões de m³ de gás natural.

O segundo terminal de regaseificação, com capacidade de 20 milhões de m³/dia, na Baía de Guanabara, deverá ser inaugurado no início de 2009. O ramal de gasoduto do terminal de GNL, com 15 km de extensão, foi concluído em 2008.

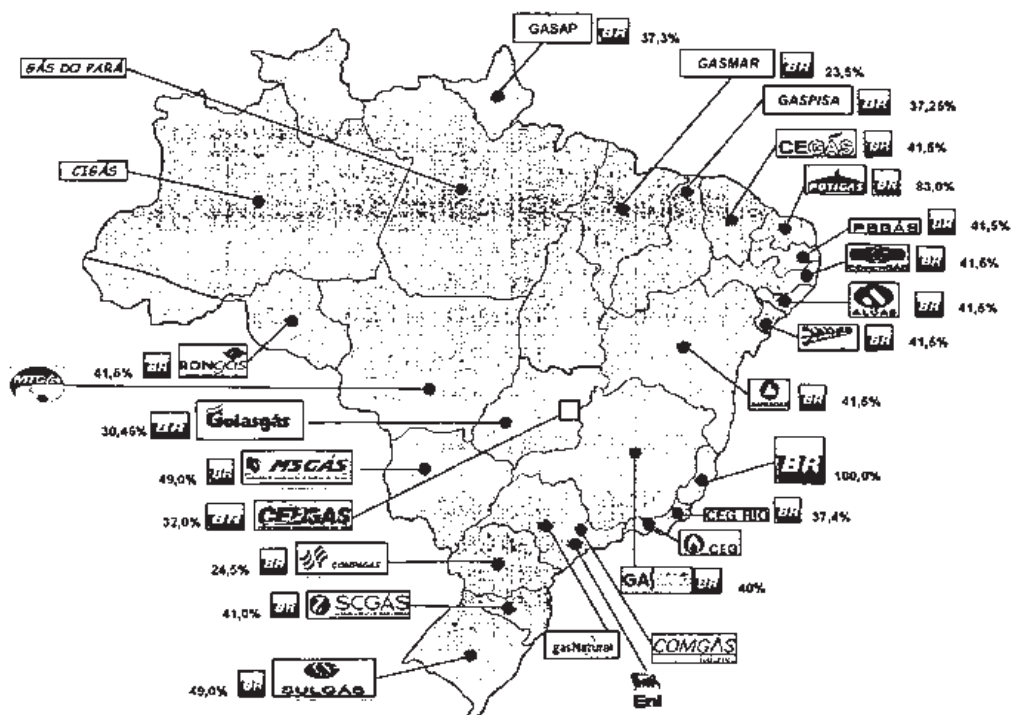
Comercialização

As negociações dos novos contratos de fornecimento de gás natural da Petrobras para as companhias distribuidoras estaduais prosseguiram em 2008. Os novos contratos foram assinados com oito distribuidoras: Algás, BR-ES, CEG, Ceg-Rio, Cegás, Copergás, Potigás e Sergas.

Distribuição

Em 2008, as companhias distribuidoras venderam, em média, 50 milhões de m³/dia de gás natural, um acréscimo de 20% em relação a 2007. A Petrobras mantém participação em 20 das 27 companhias estaduais distribuidoras no Brasil, com percentuais entre 24% e 100%.

Já o consumo de gás para a geração de energia elétrica subiu 150% em relação a 2007, observando-se uma elevada produção das termelétricas praticamente o ano todo.



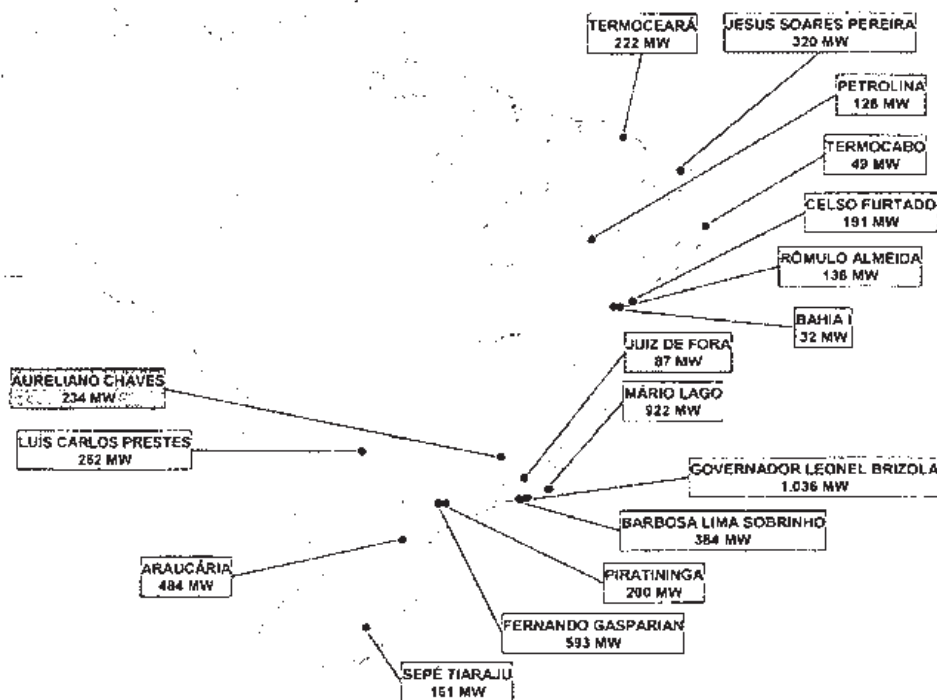
Além da maior oferta e da ampliação da logística de gás natural, também contribuíram para esse resultado as condições de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas e a implementação de regras de operação e de remuneração diversificadas. Destacou-se, ainda, o bom desempenho operacional das 17 usinas termelétricas (UTES) que compõem o parque gerador termelétrico da Petrobras, totalizando a capacidade instalada de 5.443 MW.

¹—Considera UTEs próprias e alugadas (aluguel de 100% da energia).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução da Geração Termelétrica da Petrobras



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Investimentos

Em 2008, os investimentos na área de energia elétrica atingiram R\$ 664 milhões, com destaque para os seguintes projetos:

- Em setembro, foi inaugurada a Usina Termelétrica Jesus Soares Pereira (Termoaçu – RN), acrescentando 320 MW de capacidade instalada para atendimento à Região Nordeste;
- Foram concluídas as conversões para bicomcombustível das UTEs Sepé Tiaraju (Canoas – RS), Termo Ceará (CE) e Barbosa Lima Sobrinho (RJ), aptas a gerar energia elétrica a partir de gás natural e de óleo diesel. Essa flexibilidade permite aumentar a disponibilidade e a confiabilidade na geração de energia para o Sistema Interligado Nacional.

Incorporação de ativos

Os ativos de energia da Petrobras Distribuidora foram transferidos para a área de Gás e Energia da Petrobras. O parque gerador incorporado é composto por participações em 15 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e oito termelétricas a óleo. Considerando-se os ativos em operação comercial e os que estão em fase de construção, esses empreendimentos totalizam uma capacidade instalada de 1.471 MW.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação da Petrobras em empreendimentos de geração

Status	Tipo	Usina	Local	Capacidade Instalada (MW)	Partic. Petrobras (%)	Capacidade Petrobras (MW)	
		Região	Estado				
em operação	PCH	São Joaquim	ES	21	49	10,29	
		Fumaça 4	ES	4,5	49	2,205	
		Calheiros	RJ	19	49	9,31	
		Santa Fé	RJ	30	49	14,7	
		Funil	MG	22,5	49	11,025	
		Carangola	MG	15	49	7,35	
		Bontante	MG	19	49	9,31	
		Irara	GO	30	49	14,7	
		Jatai	GO	30	49	14,7	
							93,6
UTE O.C.	Tambaqui	N	AM	83	30	24,9	
	Jaraqui	N	AM	83	30	24,9	
	Manauara	N	AM	85	52	44,2	
					94,00		
em construção	PCH	São Simão	SE	ES	27	49	13,23
		São Pedro	SE	ES	30	49	14,7
		Monte Serrat	RJ	25	49	12,25	
		Retiro Velho	CO	GO	18	49	8,82
							49,0
		Areia	N	TO	11,4	14	1,596
	UTE O.C.	Agua Limpa	N	TO	14	14	1,96
							3,6
		Arembepe	NE	BA	148	30	44,4
	UTE O.C.	Camaçari Muncy I	NE	BA	148	49	72,52
		Suapec II	PE	350	20	70	
							186,9
	UTE O.D.	Brentech	CO	GO	140	30	42
		CEP	NE	RN	118	20	23,6
						65,6	
TOTAL				1471,4			

Deste total, três termelétricas e nove PCHs estão em operação. Outras PCHs e termelétricas a óleo têm previsão para começar a operar comercialmente em 2009.

Participação nos leilões de energia nova

Em 2008, o Governo Federal realizou Leilões de Compra de Energia Nova para atendimento das distribuidoras de energia elétrica do País, a partir de novas usinas termelétricas. No Leilão A-3, com entrega de energia a partir de 2011, a capacidade instalada total contratada foi de 1.935 MW. A Petrobras fornecerá gás natural para empreendimentos vencedores que correspondem a 26% desta capacidade contratada, o equivalente a 504 MW.

Já no Leilão A-5, com entrega de energia a partir de 2013, a capacidade total contratada foi de 5.566 MW. A companhia fornecerá gás natural para projetos vencedores que correspondem a 20% da capacidade contratada, ou seja, 1.125 MW.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Energias renováveis

A Petrobras prevê investimento de US\$ 669 milhões até 2013 em projetos de energias renováveis, que incluem estudos e geração de energia elétrica por meio de usinas eólicas, solares e PCHs,

Energia eólica

A companhia desenvolveu projetos próprios em locais em que o Cenpes vem realizando a medição do potencial eólico há anos. Algumas parcerias também foram firmadas com a intenção de participação, em 2009, do leilão específico de energia eólica que o Governo Federal está preparando. O primeiro projeto de energia eólica da Petrobras, a Usina Eólica Piloto de Macau, com 1,8 MW instalados, completou cinco anos de operação, atingindo a marca de 24.500 MWh produzidos desde sua implantação, evitando a emissão de cerca de 6 mil toneladas de CO₂ por ano para a atmosfera.

Energia solar

A Petrobras possui oito sistemas termossolares instalados em refinarias, fábricas de fertilizantes e no edifício sede da companhia, para aquecimento da água destinada a vestiários e refeitórios. Ao longo de 2008, esses sistemas, totalizando 2.180 m² de coletores planos fechados, evitaram a emissão de 309 toneladas de CO₂ para a atmosfera. Também em 2008, em busca da conservação energética e contribuição para o meio ambiente, sem perder o foco no vetor econômico, tiveram continuidade os trabalhos de prospecção, análises técnicas e financeiras, e elaboração de projetos básicos. Para 2009, espera-se a instalação de 4.648 m² de coletores, em 14 Unidades de Negócio, passando a evitar a emissão de cerca de 968 toneladas de CO₂ por ano para a atmosfera.

Pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)

Foram realizados estudos de otimização do projeto da PCH Pira, que prevê capacidade instalada de 19,5 MW e será construída pela Petrobras no Rio do Peixe, em Santa Catarina. O impacto ambiental será baixo, pois a área prevista para o seu reservatório é de 0,3 km², considerada pequena mesmo quando comparada à de outras PCHs, que, na maioria dos casos, apresentam áreas de até 3 km². Para 2009 serão desenvolvidos novos projetos de PCHs, visando ampliar a carteira de empreendimentos da companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Biocombustíveis

O Plano de Negócios 2009-2013 dá ênfase ao segmento de biocombustíveis, prevendo investimentos de US\$ 2,8 bilhões. Deste total, US\$ 2,4 bilhões serão destinados à produção de biodiesel e etanol, enquanto US\$ 400 milhões serão voltados para infraestrutura, basicamente alcooldutos. Do valor destinado à produção, 91% serão investidos no Brasil e 9% no exterior. A meta para 2013 é atingir uma produção de 706 mil m³ de biodiesel e 1,25 milhão de m³ de etanol.

Petrobras Biocombustível

Para fortalecer sua atuação no segmento de biocombustíveis, a companhia criou em julho de 2008 a Petrobras Biocombustível, subsidiária integral que reúne as atividades antes distribuídas em diversas áreas da Petrobras. O objetivo da nova subsidiária é desenvolver e gerir projetos de produção de biodiesel e etanol.

A companhia prepara-se, desta forma, para atender parte da demanda mundial crescente por biocombustíveis. Menos poluentes, o biodiesel e o etanol contribuem para a diversificação da matriz energética, com impacto positivo sobre a redução do aquecimento global, pois permitem diminuir o consumo de combustíveis fósseis. A produção de biocombustíveis possibilita ainda a geração de emprego e renda no campo, aproveitando as condições favoráveis do País, como clima, água e uma grande fronteira agrícola a ser explorada, sem a necessidade de avançar sobre áreas florestais ou reservas demarcadas.

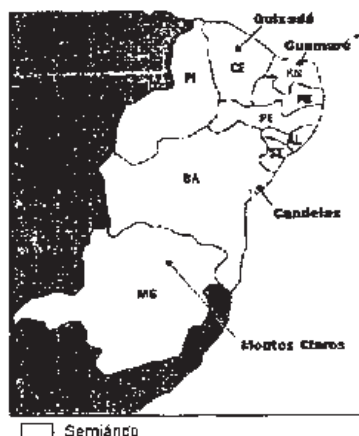
Biodiesel

Além do benefício ambiental, a produção de biodiesel reduzirá a necessidade de importar óleo diesel, o que favorecerá o resultado da balança comercial da companhia. A Petrobras Biocombustível conta com três usinas que produzem biodiesel nos municípios de Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG), com capacidade total de produção de 170 mil m³ por ano. Além dessas, a Petrobras dispõe de duas usinas experimentais em Guamaré (RN), operadas pelo Cenpes, onde desenvolve tecnologia própria para produção de biodiesel.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Localização das usinas de biodiesel da Petrobras



* Guararé: usinas experimentais da Petrobras/Cenpes

A Petrobras Biocombustível segue as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), e as usinas de Candeias e Quixadá já possuem o Selo Combustível Social, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. A usina de Montes Claros deverá ser certificada em breve. A empresa está firmando parcerias com entidades representativas de agricultores familiares para fornecimento de oleaginosas. A meta é trabalhar com 80 mil famílias nas regiões onde estão localizadas as usinas, com assinatura de contratos de longo prazo, garantia de preços justos, distribuição de sementes e prestação de assistência técnica, além de um programa inicial de correção de solo.

As usinas de biodiesel da Petrobras Biocombustível possuem sistemas de instrumentação e controle automatizados, além de flexibilidade no processamento de diversos tipos de óleos vegetais brutos e matérias-primas alternativas, como gordura animal, óleos de frituras e gorduras residuais.

Etanol

Para contribuir com a meta da Petrobras de exportar 4,2 milhões de m³/ano de etanol em 2013, o modelo de produção adotado pela Petrobras Biocombustível considera parcerias com empresas estrangeiras e com produtores nacionais de etanol para a construção de Complexos Bioenergéticos (CBio), que também produzirão energia elétrica aproveitando o bagaço da cana-de-açúcar.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Petrobras intensificou suas operações de *trading* de etanol em 2008 para fortalecer relações de longo prazo com os clientes. O volume de etanol comercializado superou 500 mil m³, com remessas de carga para Europa, Japão e, principalmente, Estados Unidos. A Petrobras America Inc. atuou diretamente na intermediação, armazenagem e comercialização do álcool anidro no mercado norte-americano. Já a Petrobras Singapore Private Limited fez o mesmo em relação ao álcool industrial, destinado ao mercado asiático.

Além do Terminal Marítimo da Ilha d'Água, na Região Centro-Sul, a logística de exportações via portos de Santos e Paranaguá também foi amplamente utilizada devido ao grande volume concentrado no primeiro semestre. A contratação de tancagem na Coreia foi fundamental para o aumento das exportações, atendendo não somente ao mercado coreano, como também ao japonês e ao australiano.

No início de 2009 a Petrobras realizará o primeiro embarque de álcool anidro para a Costa Rica. Essa operação é resultado de um leilão internacional, que reuniu as maiores *tradings* do setor. Além deste volume pioneiro, está previsto outro leilão, para fornecimento de produto durante um ano.

Internacional

Atuação internacional

A descoberta de petróleo na camada pré-sal no Brasil gerou a necessidade de realinhar a estratégia de atuação internacional da Petrobras a partir de 2008. Nesse sentido, o foco passa a ser a conquista de mercados, o crescimento em *downstream*, os negócios de gás natural para complementar o mercado brasileiro, a gestão integrada dos recursos críticos em *upstream* e o alinhamento do portfólio aos segmentos nacionais, visando à geração de valor nos negócios da companhia.

No segmento de Exploração e Produção de petróleo e gás, a companhia mantém ativos em 19 países: Estados Unidos, México, Angola, Nigéria, Tanzânia, Moçambique, Senegal, Índia, Portugal, Irã, Paquistão, Líbia, Turquia, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Argentina. No setor de Refino, atua na Argentina, Estados Unidos e Japão, e, no segmento de Distribuição, no Uruguai, Paraguai, Colômbia, Argentina e Chile. Na Argentina, a companhia também está presente nos setores de petroquímica e energia elétrica.

A Petrobras mantém ainda um acordo de cooperação com Cuba em segmentos diversos da cadeia produtiva de petróleo, além de possuir escritórios de representação no Reino Unido, Japão, China e Cingapura.

A produção no exterior em 2008 foi de 123,6 mil bpd de óleo e 17,1 milhões de m³/dia de gás natural – respectivamente, 6,3% e 25% da produção total da companhia. No ano, os investimentos internacionais somaram R\$ 6,1 bilhões, sendo 66% destinados a manutenção e desenvolvimento da produção de óleo e gás, e 20% destinados à exploração. Os segmentos de Refino e Petroquímica receberam 9%, enquanto aos de Gás e Energia e Distribuição couberam 5%.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

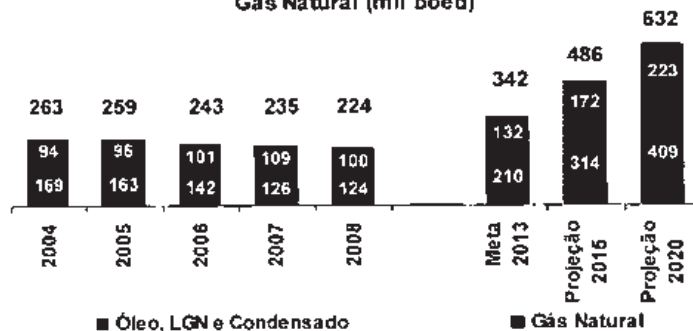
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As reservas provadas internacionais passaram a 0,99 bilhão de boe, volume 9% inferior ao de 2007, correspondendo a 7% das reservas totais da companhia, segundo o critério ANP/SPE. A redução se deve ao volume produzido no ano (82 milhões de boe) e às alterações no Equador, com a devolução do bloco 31 e a diminuição da participação no bloco 18, de 35% para 15%. Além disso, houve redução de reservas da Nigéria, motivada por revisões técnicas.

Na área de gestão, a Petrobras deu continuidade ao Programa de Processos de Integração Internacional (Proani). Destinado a implementar um modelo único de gestão para facilitar a identificação de novas oportunidades de negócios, a troca de informações e o desenvolvimento profissional de funcionários no exterior, o programa teve sua implantação concluída com sucesso na Argentina. As próximas unidades a receberem o Proani serão as de Angola, Estados Unidos e Chile.

Para o período de 2009 a 2013, o novo Plano de Negócios da companhia prevê um investimento para a Área Internacional de US\$ 15,9 bilhões em atividades internacionais. O segmento de Exploração e Produção receberá 79% dos recursos – a maior parte destinada ao desenvolvimento e manutenção da produção dos ativos nos Estados Unidos, Nigéria, Angola e Argentina. Os segmentos de Refino, Transporte, Comercialização e Petroquímica ficarão com 7%, dos quais cerca de 40% voltados para novos negócios. Já aos segmentos de Gás e Energia e Distribuição caberão 13% dos recursos, destinados principalmente a novos negócios.

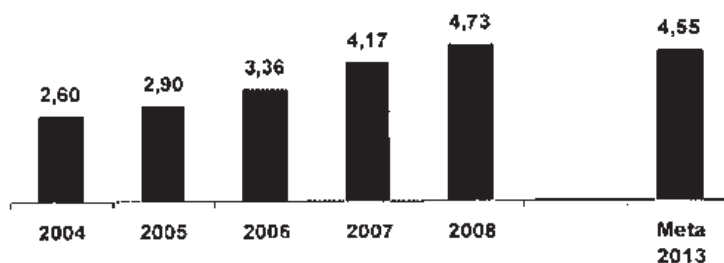
Produção Internacional de Óleo, LGN, Condensado e
Gás Natural (mil boed)



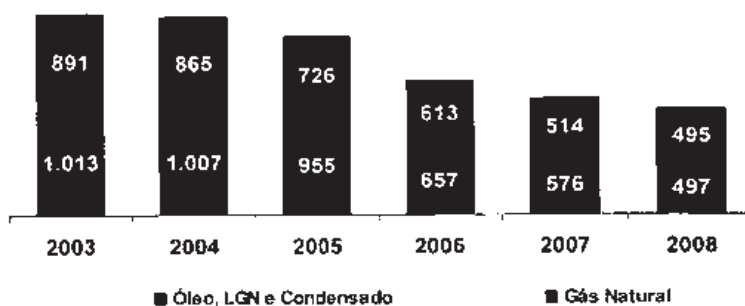
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

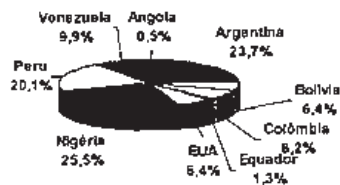
Custo Unitário de Extração Internacional (US\$/bbl)



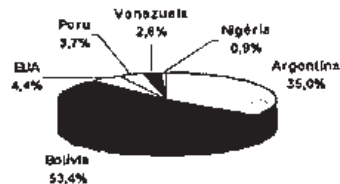
Reservas Provadas Internacionais de Óleo, LGN, Condensado e Gás Natural - Critério SPE (MM boe)



Reservas Provadas Internacionais de Óleo e Condensado por País - Critério SPE



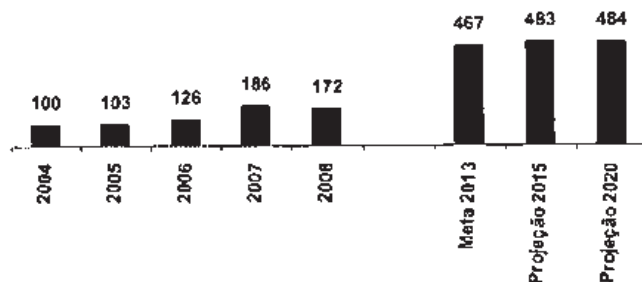
Reservas Provadas Internacionais de Gás Natural por país - Critério SPE



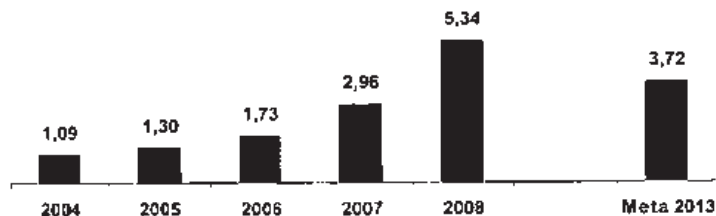
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Carga Processada - Internacional (mil bpd)



Custo Operacional do Refino - Internacional (US\$/bbl)



Expansão dos negócios

Em 2008, a Petrobras buscou ampliar suas atividades internacionais. A companhia assinou acordo para aquisição dos ativos de distribuição da ExxonMobil no Chile por cerca de US\$ 400 milhões e manteve sua estratégia de expansão no Golfo do México, arrematando em leilão 23 novos blocos exploratórios, por US\$ 179 milhões.

A companhia estabeleceu um acordo com a Cupet, empresa estatal petrolífera de Cuba, prevendo cooperação nos segmentos de exploração e produção, lubrificantes, refino, pesquisa, desenvolvimento e recursos humanos.

Também foi estabelecida uma parceria com a empresa americana Oil Shale Exploration Company (Osec) e a japonesa Mitsui para analisar a possibilidade de extração de óleo de rochas betuminosas geradoras, no estado americano de Utah, aplicando a tecnologia Petrosix®, patenteada pela Petrobras.

Em 2008 foram assinados os contratos entre Petrobras, Mitsui e Transocean para a estruturação do projeto do Navio-Sonda Petrobras 10.000. O navio, em construção no estaleiro Samsung, encontra-se em fase de testes. Também foram concluídas as negociações entre Petrobras, Mitsubishi e Schahin para o projeto do Navio-Sonda Petrobras II 10.000, em fase de construção e montagem no mesmo estaleiro.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desenvolvimento dos negócios

América do Sul

Argentina – Em 2008, a Petrobras obteve aprovação regulatória da operação de aquisição da empresa Burlington Resources Argentina Holding Limited, por US\$ 77,6 milhões, que detinha respectivamente 52,4% e 25,7% dos blocos de Parva Negra e Sierra Chata. Com a operação, a companhia, que já operava ambos os ativos, passou a deter 100% de participação em Parva Negra e 45,5% em Sierra Chata.

A produção no país atingiu 51,7 mil bpd de óleo e 8,2 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 100 mil boe diários. Destacaram-se as regiões da Bacia Austral, Medanito, Puesto Hernandez e Entre Lomas. As reservas no país atingiram 290,6 milhões de boe.

Além dos ativos de E&P, a Petrobras possui as refinarias Ricardo Eliçabe e San Lorenzo (com capacidade conjunta de 81 mil bpd), que em 2008 processaram 71,4 mil bpd, com um fator de utilização de 88%. A companhia também detém 28,5% de participação na Refinaria Del Norte (Refinor), via sua subsidiária PESA. No setor de petroquímicos e fertilizantes, são quatro unidades: Puerto General San Martín, Zarate, Campana e Innova, esta última produzindo estireno, poliestireno e etilbenzeno.

A Petrobras também possui uma termelétrica a gás natural (Genelba), uma hidrelétrica (Pichi Picu Leufu) e a Transportadora Gás Del Sur, com a maior rede de gasodutos do país, além das participações na Edesur (distribuidora de energia em Buenos Aires) e na Companhia Mega, que comercializa etano, propano, butano e gasolina natural. Além disso, a companhia comercializa combustíveis e derivados em suas 651 estações de serviço.

Bolívia – A Petrobras manteve sua atuação nos segmentos de exploração e produção de gás e energia, concentrada nos campos de San Alberto e San Antonio. A produção em 2008 foi de 8,4 mil bpd de óleo e 7,8 milhões de m³/dia de gás natural, totalizando 54,5 mil boed, 10% a menos do que em 2007. Esta variação foi motivada pela execução das cláusulas contratuais que estabelecem o repasse da produção, segundo os critérios acordados com a estatal boliviana, apenas a partir de setembro de 2007. Desta forma, os efeitos da queda de produção só foram sentidos integralmente em 2008, já que de janeiro a agosto de 2007 foram mantidos os níveis de produção anteriores ao novo contrato.

Chile – Em agosto, a Petrobras assinou acordo com a ExxonMobil para adquirir, em 2009, por cerca de US\$ 400 milhões, os ativos da empresa no país. Com a operação, a companhia passará a atuar no segmento de Distribuição, com 233 postos de serviço, sendo 109 próprios, entre outros ativos, além de comercializar produtos de aviação em 11 aeroportos. A transação será concluída após a fase de integração dos sistemas operacionais e de informação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colômbia – A Petrobras está presente nos segmentos de E&P e Distribuição, com ativos que englobam 68 estações de serviço, uma base de armazenamento e uma fábrica de lubrificantes em Puente Aranda, comercializando o volume total de 491 mil m³ de combustíveis. A produção no país em 2008 foi de 15,3 mil bpd de óleo e 24 mil m³ dia de gás natural, totalizando 15,5 mil boed.

Equador – Em outubro, foi assinado acordo que estabelece o prazo de um ano para negociar a migração dos contratos de concessão do campo unificado de Palo Azul e do bloco 18, em que a Petrobras tem participação, para um novo modelo de contrato a ser apresentado pelo governo equatoriano. O bloco 18 teve produção média de 11,4 mil bpd.

Em 31 de dezembro, foi devolvido o bloco 31, segundo as condições estabelecidas em acordo com o governo. Os investimentos neste bloco somam cerca de US\$ 200 milhões. Antecipando a dificuldade de desenvolvimento do bloco, a companhia já havia feito provisão para a baixa de ativos (*write-off*) em 2007.

Paraguai – A Petrobras manteve sua atuação no segmento de Distribuição, com 165 postos de gasolina e 55 lojas de conveniência em todo o território paraguaio. A companhia também tem ativos na comercialização de GLP, além de instalações para armazenamento e comercialização de combustíveis e produtos de aviação nos aeroportos de Assunção e Cidade Del Este. Em 2008, 344 mil m³ de produtos foram vendidos no país.

Peru – A companhia fez uma descoberta de gás e condensado no bloco 57, que explora em consórcio, detendo participação de 46,2%. Os testes de produção, ainda em andamento, registram vazão de 1 milhão de m³/dia de gás e 198 m³/dia de condensado. Os dados disponíveis são insuficientes para definir com exatidão os recursos descobertos, mas as dimensões do reservatório permitem acomodar volumes de cerca de 2 TCF (56 bilhões de m³). A produção média no país em 2008 foi de 14,1 mil bpd de óleo e 336 mil m³/dia de gás natural, totalizando 16,1 mil boed.

Uruguai – Em 2008, foram comercializados 147,4 mil m³/dia de gás natural e um total de 458 mil m³ de combustíveis. A companhia atua no segmento de gás natural por meio de duas concessionárias de distribuição, nos mercados de Montevideu e no interior do país, e também no segmento de distribuição de combustíveis, com uma rede de 89 postos de gasolina e instalações para comercialização de produtos de aviação, marítimos, petroquímicos e asfalto.

Venezuela – Em 2008, a produção foi de 12,7 mil bpd de óleo pesado e 222 mil m³/dia de gás, totalizando 14,1 mil boed. Com atuação em quatro blocos, a companhia estuda ampliar suas atividades no país, analisando a possibilidade de produzir petróleo extrapesado em Carabobo I, na faixa do Orinoco, em associação com a Petróleos de Venezuela (PDVSA).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

América do Norte

Estados Unidos – A Petrobras tem participação em 259 blocos marítimos no setor americano do Golfo do México, incluindo os 23 blocos arrematados no leilão realizado em março, sendo a operadora de 161. A companhia detém ainda direitos exploratórios em áreas terrestres no Texas.

O destaque em 2008 foi a participação na descoberta de hidrocarbonetos em águas ultraprofundas, no poço Stones, operado pela Shell, do qual a companhia detém 25%, em consórcio. O volume e a comercialidade da descoberta serão avaliados com perfurações adicionais. As perfurações iniciais demonstram o potencial deste reservatório, situado na área conhecida como Walker Ridge Quadrant, onde a companhia atualmente desenvolve a produção dos campos de Cascade e Chinook.

A produção média da Petrobras no Golfo do México foi de 4,6 mil boed, 60% menor do que a de 2007, em função de problemas de escoamento de produção no campo de Coulumb e do declínio da produção no campo de Cottonwood, além da temporada de furacões que paralisou temporariamente a produção da área.

No segundo ano de operação com a Petrobras como sócia, a Refinaria de Pasadena (PRSI), no Texas, com capacidade de 100 mil bpd, processou 68,8 mil bpd, em razão de paradas não programadas. Em outubro, a Câmara de Arbitragem, em processo internacional, proferiu sentença provisória considerando válida a opção de venda dos 50% de participação da Astra Oil Trading NV na PRSI à Petrobras America Inc., subsidiária da companhia nos EUA. Sendo a sentença confirmada, a companhia passará a deter 100% da PRSI e suas afiliadas.

México – A Petrobras manteve sua participação em dois contratos de serviços múltiplos para a Pemex, nos blocos Cuervito e Fronterizo. A produção média de gás natural atingiu cerca de 414 mil m3/dia.

África

Nigéria – Os projetos de Agbami (bloco OML 127) e Akpo (bloco OML 130) – campos gigantes na Bacia do Delta do Níger – constituem os principais investimentos da Petrobras no país, além do bloco exploratório OPL 315, onde a companhia atua como operadora.

Agbami, cujo pico de produção atingirá 250 mil bpd no início de 2010, iniciou sua produção em julho de 2008. A Petrobras detém 13% de participação nos investimentos do campo e participou ativamente de todas as fases de desenvolvimento da produção. Em Agbami está em operação o maior FPSO do mundo.

Akpo, que entra em produção em 2009, deverá atingir o pico de 185 mil bpd ainda este ano. A parcela da Petrobras nos investimentos do bloco OML 130 é de 20%. Ainda neste bloco foram descobertas outras três acumulações: Egina, Egina Sul e Preowei. O projeto de desenvolvimento de Egina encontra-se em análise pelos órgãos de controle do governo nigeriano.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
--	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No bloco OPL 315, no qual a companhia é operadora com 45% de participação, as atividades exploratórias estão em andamento, e a perfuração do primeiro poço está prevista para 2010. A Petrobras detém ainda 37,5% de participação no OPL 324, onde atua como operadora, tendo concluído os trabalhos exploratórios e os compromissos contratuais, sem perspectiva de novas descobertas.

Angola – Destacaram-se as descobertas de óleo em N'Goma-1 e Sangos, confirmando o grande potencial do bloco 15/06, em que a companhia detém participação de 5%.

O bloco 2 na Bacia do Baixo Congo, onde a Petrobras detém 27,5% de participação, gerou uma produção média de 2,5 mil bpd em 2008. Nos demais blocos em que a Petrobras atua como operadora (6, 18 e 26) e participa de consórcio (34), continuam os trabalhos exploratórios.

Libia – Na área 18 do setor líbio no Mar Mediterrâneo, na qual é operadora com 70% de participação, a Petrobras manteve o programa exploratório, realizando levantamentos sísmicos e interpretação geológica.

Tanzânia – O escritório local encontra-se em fase de abertura. A companhia está presente nos blocos 5 e 6, com 100% de participação. Em ambos foi dada continuidade ao programa exploratório, atendendo aos compromissos contratuais.

Moçambique – No bloco Zambezi Delta, em que a Petrobras possui 17% de participação, segue o cronograma exploratório, com a interpretação do levantamento sísmico realizado em 2008.

Senegal – A companhia detém participação de 40% no bloco Rufisque Profond, em águas profundas, que se encontra em fase de avaliação exploratória.

Ásia

Irã – A Petrobras cumpriu os compromissos contratuais com a realização de levantamentos sísmicos e perfuração de dois poços. Em Taftan-1 a descoberta de petróleo revelou-se subcomercial.

Turquia – Após a aquisição de dados sísmicos nos blocos Kirklarelli e Sinop, nas partes oeste e oriental do setor turco do Mar Negro, o ano de 2008 foi dedicado à continuidade das atividades exploratórias.

Paquistão – A companhia detém participação de 50% no bloco exploratório G, na Bacia dos Indus, no Oriente Médio, em parceria com a Oil and Gas Development Company Limited. O estudo de viabilidade técnica e econômica, em fase final, determinará a opção de ingresso no próximo período exploratório.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Japão – Foi concluída a aquisição do controle da refinaria Nansei Sekiyu, em Okinawa, que tem capacidade para processar 100 mil bpd e armazenar 9,6 milhões de barris de derivados, além de oferecer apoio logístico (pieres e monobóia) para distribuição dos produtos da companhia no mercado asiático.

Índia – A companhia manteve a parceria com a estatal indiana Oil and Natural Gas Corporation, via contrato de exploração e produção em três blocos exploratórios na Bacia de Krishna Godavari, Mahanadi e Cauvery, na costa leste do país.

Europa

Portugal – Ao longo do ano foram realizados investimentos em sísmicas, e os dados seguem em análise para decisão das atividades futuras. A companhia mantém um acordo que permite operar quatro blocos *offshore* na costa do país, na Bacia de Peniche, em parceria com as companhias portuguesas Galp Energia SGPS e Partex Oil and Gas.

Ativos intangíveis

A Petrobras valoriza seus ativos intangíveis, reconhecendo sua importância fundamental para o valor de mercado da companhia e como diferencial competitivo. A estratégia de gestão de recursos intangíveis da Petrobras vem sendo sistematicamente reconhecida pelo mercado.

Em 2008, a companhia ficou novamente entre as 49 finalistas do *Global Most Admired Knowledge Enterprises (Make)*, prêmio concedido pela instituição inglesa Know Network às empresas que se destacam pela inovação e pela aplicação e desenvolvimento do conhecimento empresarial. A Petrobras foi a única finalista da América Latina. A instituição também classificou a companhia como a sexta entre as 18 maiores companhias do setor mundial de petróleo e gás natural.

Na segunda edição do Prêmio Intangíveis Brasil, a Petrobras foi premiada, ficando em primeiro lugar no setor de Infraestrutura e na categoria Conhecimento Corporativo, e em segundo lugar no *ranking* das 50 melhores empresas em gestão de intangíveis no Brasil. Organizada pela revista *Consumidor Moderno* em parceria com a consultoria DOM Strategy Partners, a premiação é concedida a empresas que geram valor a partir da gestão de seus ativos intangíveis.

O modelo de capital intelectual da companhia classifica os ativos intangíveis em capital de domínio tecnológico, organizacional, humano e de relacionamento. Para aprimorar a gestão desses ativos, a Petrobras mantém um projeto em parceria com o Instituto de Energia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro para estabelecer diretrizes e parâmetros de valoração quantitativa e qualitativa de cada um, incorporados a um sistema integrado de gestão.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Capital de domínio tecnológico

O compromisso da companhia com o desenvolvimento tecnológico se reflete no volume de recursos destinados às atividades de P&D, que em 2008 somaram R\$ 1,7 bilhão, mantendo o patamar de 2007.

A Petrobras é a empresa brasileira que mais gera patentes no Brasil e no exterior, e detém o domínio de inúmeras tecnologias. Em 2008, foram depositadas 72 patentes no país, 17% a mais que no ano anterior. O portfólio de patentes abrange todas as áreas de atuação da companhia.

O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) é o responsável pelo desenvolvimento das tecnologias a serem incorporadas nos processos produtivos da companhia, atendendo às necessidades atuais e futuras da Petrobras. Para dar suporte a estas atividades, o Cenpes conta com um quadro técnico qualificado, formado por mais de 2 mil profissionais, 60% com nível de formação universitária, sendo 58% com pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado.

Nos últimos anos, o Cenpes tem ampliado a interação com as comunidades acadêmica e científica do Brasil e do exterior, participando de redes de pesquisa colaborativa e criando núcleos de competência em instituições nacionais, para atender às diversas vocações regionais. A rede de colaboração abrange uma centena de instituições de todas as regiões do País e mais de 70 empresas e instituições de Ciência & Tecnologia internacionais. A parceria envolve projetos multiclientes, pesquisas em sistema de cooperação, alianças estratégicas e intercâmbio tecnológico.

Com investimentos de cerca de R\$ 400 milhões por ano, a parceria com instituições nacionais de ciência e tecnologia tem sido fundamental para posicionar o parque tecnológico brasileiro, que dá suporte à atuação da companhia, em patamar semelhante ao dos mais avançados do mundo.

Projetos

Em 2008 foi concluída a caracterização geoquímica da Bacia do Espírito Santo, que, combinada com importantes avanços tecnológicos, irá contribuir para o desenvolvimento da produção no pré-sal. Também foram realizados testes do sistema de ancoragem do FPSO que irá operar na área de Tupi.

Além disso, em dezembro foi finalizada a modelagem integrada em 3D das bacias de Santos, Espírito Santo e Campos, que será fundamental na exploração das reservas dessas áreas.

Na Bacia de Campos, entrou em operação o projeto piloto de produção do reservatório de Siri, no campo de Badejo – um passo importante para consolidar a posição de liderança tecnológica da Petrobras na produção marítima de óleo extrapesado e viscoso. Outro destaque do ano foi a aplicação na cabeça de um poço produtor, no campo de Roncador, da tecnologia SGN (Sistema Gerador de Nitrogênio), que remove hidratos de gás de poços produtores submarinos, garantindo melhor escoamento do óleo e a continuidade operacional durante a extração.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Expansão da capacidade de processamento

Em 2008, foram concluídos os projetos básicos de engenharia da Refinaria Abreu e Lima, incorporando tecnologias desenvolvidas pelo Cenesq que aumentam a capacidade de processamento de óleos extrapesados e viscosos. O avanço destas tecnologias permitiu o processamento em escala piloto de óleo 8º API, por meio de Craqueamento Catalítico em Leito Fluidificado (*Fluid Catalytic Cracking* – FCC).

Essa nova técnica de processamento de petróleos não gera resíduos sólidos e é autossuficiente em consumo de energia, contribuindo para a sustentabilidade da atividade de refino. Outra tecnologia com foco na sustentabilidade é a captura de CO₂ em unidades de coque, que foi desenvolvida em escala piloto e contribui para tornar o processamento mais limpo.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) também teve seus projetos básicos de engenharia concluídos. O destaque é para a unidade de FCC petroquímico, que emprega tecnologia inovadora desenvolvida pela Petrobras e patenteada em diversos países, a ser aplicada em projetos futuros da companhia nas áreas de refino e petroquímica.

Biocombustíveis

Em 2008 foi desenvolvido o processo de produção de querosene de aviação feito a partir de matérias-primas renováveis (BIOQAV). Até dezembro de 2009, serão produzidos em escala piloto 50 m³ do novo combustível, para que seja realizado o primeiro teste de voo.

A Petrobras também investe no desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração, usando bagaço e palha de cana-de-açúcar como matéria-prima, além de outros resíduos vegetais. Em 2008, prosseguiram os testes em escala piloto para a produção de etanol a partir de bagaço-de-cana. Com base nas informações obtidas, será desenvolvido o projeto de uma unidade de produção em escala de demonstração, com conclusão prevista para 2009.

Capital organizacional

Marca

A marca Petrobras é um ativo estratégico da companhia, sendo uma das dez mais valiosas no Brasil, segundo a consultoria Brand Analytics. Em 2008, seu valor cresceu 28,2% em relação a 2007, passando a R\$ 2,8 bilhões.

No Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI), pelo segundo ano consecutivo a Petrobras foi considerada *benchmark* em gestão de marcas, e, segundo o Reputation Institute, a companhia é a empresa de energia de melhor reputação no mundo, além de ser a empresa de melhor reputação no Brasil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Este ano, a Petrobras concluiu o projeto de identificação das variáveis que compõem e constroem o valor de sua marca, estabelecendo métricas para acompanhar sua evolução e gestão. Esta metodologia permitiu, por exemplo, estimar o retorno, em valor de marca, dos investimentos feitos no patrocínio à Equipe AT&T Williams de Fórmula 1, que se encerrou em 2008.

A crescente internacionalização da companhia tornou as marcas de produtos e serviços da Petrobras potencialmente globais. Dessa forma, o desenvolvimento de marcas e o estabelecimento de cláusulas de proteção passaram a considerar sua possível utilização em diversos mercados do mundo.

Como reflexo de sua estratégia de proteção global de marcas e de desenvolvimento da propriedade intelectual, a companhia recebeu o prêmio de melhor equipe de gestão de marcas da América Latina no World Trademark Review – Industry Awards e também foi nomeada membro dos Comitês de Trabalho da International Trademark Association.

Práticas de gestão

Ao longo do ano, a Petrobras prosseguiu com a implementação das metodologias internacionais Lean & Six Sigma (LSS), que visam aumentar o retorno financeiro sobre os investimentos por meio da otimização de processos. Os projetos piloto, realizados na fábrica de fertilizantes nitrogenados da Bahia e na Universidade Petrobras, e em duas plataformas de produção e duas refinarias, capacitaram 169 pessoas. Os projetos vão garantir à companhia um ganho financeiro inicial de US\$ 250 milhões por ano.

Em 2008, foi concluída a primeira fase do projeto de mapeamento dos macroprocessos da Cadeia de Valor da Petrobras. Já foram identificados os macroprocessos relativos às áreas de negócio, gestão e suporte – os dois últimos já desdobrados até o segundo nível da Cadeia.

Outro projeto concluído foi o de elaboração da Metodologia Corporativa para Gestão de Processos, com a participação de diversos segmentos da companhia, que contribuirá para a integração das iniciativas e processos da Petrobras.

Também foram criadas a Comissão de Organização e Gestão e a Subcomissão de Excelência Operacional, que funcionam como fóruns de otimização de processos, aprofundamento, disseminação, integração e aperfeiçoamento das diversas iniciativas e práticas de organização e gestão na companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Capital humano

Gestão do conhecimento

A Petrobras considera seu capital humano um ativo essencial e proporciona a seus empregados oportunidades de desenvolver e aprimorar competências. Em 2008, pelo terceiro ano consecutivo, a companhia foi considerada *benchmark* no critério Desenvolvimento do Capital Humano do Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI).

Além de cursos, palestras e *workshops* de aperfeiçoamento e treinamento, a companhia promove a troca de experiências entre seus funcionários, como parte de sua estratégia de gestão do conhecimento. A Petrobras concluiu em 2008 o Programa Corporativo de Gestão do Conhecimento, apresentado a todas as áreas da companhia na oficina "A Empresa que Aprende", organizada pela Comissão de Gestão do Conhecimento.

Elaborado com a participação de diversos grupos de trabalho, o programa abrange os temas Estratégia do Conhecimento, Redes e Comunidades, Aprendizagem Organizacional e Gestão do Conhecimento em Projetos, e inclui ainda a metodologia de Diagnóstico e Planejamento de Gestão do Conhecimento. Aplicada com sucesso em projetos piloto na Área Internacional, a metodologia permitirá a cada unidade da companhia realizar a Avaliação de Maturidade e Planejamento de sua Estratégia de Conhecimento.

Outras iniciativas bem-sucedidas foram continuadas e ampliadas, como o Programa de Educação Intercultural, para preparação e aperfeiçoamento da força de trabalho da Área Internacional; o Programa Desafios Petrobras, voltado à preservação e transmissão de conhecimentos técnicos, culturais e de negócio; e o Programa Comunidades de Prática, que promove a troca de experiências e conhecimentos técnicos na área de Exploração e Produção, envolvendo mais de 6 mil empregados. Também se destacaram os programas de Gestão do Conhecimento da Área de Abastecimento e Como a Organização Aprende, na área de Engenharia, baseado em lições aprendidas e boas práticas de gestão de projetos.

Além disso, a Petrobras participou de quatro grupos de estudo internacionais sobre *benchmarking* de práticas de gestão do conhecimento, coordenados pelo American Productivity & Quality Center, com foco nos temas Identificação de Especialistas Internos, Desenvolvimento de Conhecimentos Futuros, Novos Paradigmas na Inovação e Web 2.0.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

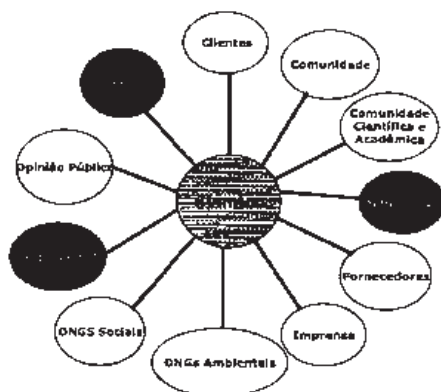
Qualificação de mão-de-obra

Em 2008, a Petrobras investiu cerca de R\$ 55 milhões no Plano Nacional de Qualificação Profissional do Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás).

Desde o seu início, mais de 32 mil alunos foram beneficiados pelo plano, que pretende capacitar, até 2010, 112 mil profissionais em 175 especialidades, do nível básico ao superior. São oferecidos cursos gratuitos em mais de 80 instituições de ensino distribuídas por 17 estados, além de bolsas-auxílio para alunos desempregados durante o curso.

Capital de relacionamento

A Petrobras realiza regularmente pesquisas de opinião para monitorar a imagem e a reputação da companhia diante de seus diversos públicos de interesse. São avaliados 18 indicadores, que abrangem gestão, competitividade, crescimento, atuação no exterior, visão de futuro, apoio social, ética e responsabilidade social e ambiental.



Todas as informações são consolidadas no Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa (Sismico) e acompanhadas pela Administração da companhia, servindo de base para o planejamento das diretrizes e ações de comunicação e práticas de gestão nas diversas áreas.

Relacionamento com investidores

O ano de 2008 foi marcado por um expressivo crescimento da base de acionistas, que chegou a quase 1 milhão de investidores, 40% a mais do que em 2007. O desdobramento das ações da companhia ocorrido no primeiro semestre do ano e as políticas de divulgação e comunicação da Petrobras contribuíram para este aumento.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A companhia realizou mais de 500 reuniões e *conference calls* com investidores institucionais e participou de mais de 40 conferências e eventos no Brasil e exterior. Além de América do Norte e Europa, a companhia também promoveu *roadshows* na Ásia, Oriente Médio e Oceania.

No Brasil, foram organizadas mais de 20 visitas de investidores a unidades operacionais e instalações da Petrobras. Foi mantido o programa de participação de investidores em etapas esportivas patrocinadas, especialmente de Fórmula Truck, Stock Car e Fórmula 1.

Além disso, cerca de 80 mil pessoas participaram de palestras, encontros e *chats*, no Brasil e no exterior. Mais de 16 mil acionistas foram atendidos por telefone, e cerca de 5 mil cartas, faxes e *e-mails* foram respondidos.

Mantendo sua política de transparência, a companhia divulgou cerca de cem comunicados ao mercado, informando sobre aquisições, descobertas, desdobramento de ações e outros temas de impacto direto sobre as cotações de mercado.

Relacionamento com clientes

A relação da Petrobras com seus clientes segue as diretrizes estabelecidas no Modelo de Relacionamento com Clientes. Baseado em princípios de governança corporativa como equidade, transparência e responsabilidade pelos resultados, o modelo procura estimular a cultura pró-cliente na companhia, e lhe confere uma identidade única no trato com o mercado, sem restringir a atuação independente das unidades.

A Petrobras mantém diversos canais de relacionamento. O principal é o Canal Cliente, área do *site* por onde é possível fazer pedidos, agendar retiradas, gerar pagamentos e acompanhar *online* todo o processo comercial. Lançado em 2000, o Canal tem mais de 6.700 usuários cadastrados e funciona diariamente, 24 horas no ar.

Outra ferramenta de relacionamento é a Pesquisa de Satisfação de Clientes, aplicada pela companhia desde 1997, que mede o grau de satisfação quanto à qualidade dos produtos, além de aferir os níveis de insatisfação e de fidelidade dos clientes.

A Petrobras também recebe dúvidas, reclamações e sugestões por meio do seu Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), via *e-mail* e telefone, disponíveis também em seu *website*. Em 2008, foram feitos cerca de 7.700 contatos de clientes diretos pelo SAC.

Relacionamento com fornecedores

A Petrobras tem como diretriz priorizar o mercado nacional de bens e serviços sempre que este se mostrar competitivo e autossustentável. Em 2008, 78% das aquisições da companhia foram realizadas junto a fornecedores brasileiros – um aumento de oito pontos percentuais em relação a 2007. Apenas 19,4% dos bens e 22,5% dos serviços foram adquiridos de fornecedores estrangeiros. Ao todo, foram contratados US\$ 45,2 bilhões – US\$ 7 bilhões em bens e US\$ 38,2 bilhões em serviços.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mais 13 mil novos fornecedores ingressaram no Portal Petronect, o portal de compras eletrônicas da Petrobras, que passou a ter 57 mil registrados, incluindo fornecedores de Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Peru, Cingapura e Venezuela. Desde 2003, a companhia efetuou pelo Portal 526 mil compras e contratações, 298 leilões diretos e 537 leilões reversos.

Para estimular o desenvolvimento de empresas fornecedoras de novos materiais e serviços, a Petrobras estabelece parcerias para cooperação tecnológica e convênios envolvendo fornecedores, universidades e Centros de Excelência. Ao final de 2008, havia 123 projetos de desenvolvimento em andamento, totalizando R\$ 223 milhões.

Procurando fortalecer o segmento de empresas de pequeno porte, a companhia mantém um convênio com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que incentiva a inserção competitiva e sustentável na cadeia produtiva de óleo e gás. Seis mil empresas de 11 estados já participaram das ações desenvolvidas.

Além disso, a Petrobras mantém um cadastro corporativo de fornecedores de bens e serviços, que contempla requisitos técnicos, econômicos, legais e gerenciais, além de requisitos de SMS, específicos para fornecedores de serviços. Com cerca de 4.800 empresas, o cadastro serve de base para a seleção de fornecedores em licitações e contratações. As exigências para cadastramento ficam disponíveis no *site* da companhia.

Para o fornecimento de bens, estão em vigor as Condições de Fornecimento de Materiais (CFM-2005), estabelecidas a partir da interação com associações de classe. Os padrões de contratação e as diretrizes contratuais da Petrobras constam do Manual de Procedimentos Contratuais (MPC). Os documentos também estão disponíveis no *site* da companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Responsabilidade social e ambiental

Gestão em Responsabilidade Social

Em 2008, a Petrobras manteve sua atuação pautada por responsabilidade social e transparência, alinhada aos princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a companhia desenvolveu e apoiou projetos de proteção ao meio ambiente e iniciativas para redução das desigualdades sociais. Foram R\$ 554,5 milhões investidos em 2.323 projetos sociais, ambientais, esportivos e culturais.

O Comitê de Gestão de Responsabilidade Social, ligado ao Comitê de Negócios e composto por gerentes executivos de áreas e de subsidiárias da companhia, reforçou seu papel de discutir questões sobre sustentabilidade e monitorar as atividades e iniciativas relacionadas ao tema. Entre os assuntos tratados em 2008 estão os desdobramentos da Política de Responsabilidade Social da Petrobras, lançada em 2007, e da inclusão do tema como função corporativa no Plano Estratégico 2020. Também foram tratados o Censo para a Diversidade Petrobras e as sistemáticas para investimentos em projetos sociais e ambientais.

O Censo obteve 62% de participação voluntária, resultado considerado excelente para sua primeira edição. A pesquisa teve o objetivo de levantar informações fundamentais para a elaboração de políticas, ações afirmativas e outras iniciativas para a promoção contínua da equidade e o combate à discriminação.

Política de Responsabilidade Social

A Petrobras mantém uma Política de Responsabilidade Social, que reúne as diretrizes sobre atuação corporativa, gestão integrada, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, diversidade, princípios de trabalho, investimento social sustentável e compromisso da força de trabalho, além de expressar o conceito de responsabilidade social para a companhia.

Representações e reconhecimentos internacionais

Em 2008, a Petrobras participou dos principais fóruns e debates internacionais sobre responsabilidade social. A companhia foi convidada para o Fórum do Setor Privado sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio e Sustentabilidade da Produção de Alimentos, organizado pela ONU, participando das mesas-redondas "Energia e Biocombustíveis" e "Pobreza e Fome". Também esteve presente nos debates da International Organization for Standardization (ISO) sobre a elaboração da ISO 26000, norma internacional de responsabilidade social a ser lançada em 2010.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na primeira edição do prêmio *GRI Readers' Choice Awards*, realizada em maio, o Balanço Social e Ambiental 2006 da companhia foi eleito o melhor relatório nas categorias *All Stakeholders* (todos os públicos de interesse) e *Civil Society* (sociedade civil). O prêmio considera as opiniões dos leitores sobre relatórios de sustentabilidade de todo o mundo. Além disso, a Petrobras participou das reuniões do Conselho de *Stakeholders* da Global Reporting Initiative (GRI), como membro representante do setor empresarial.

Em abril, a companhia foi considerada uma das empresas de óleo e gás com alto nível de transparência quanto a seus rendimentos, segundo relatório da organização Transparência Internacional. O estudo avaliou 42 companhias e destacou a participação de 17 na Extractive Industries Transparency Initiative (EITI), da qual a Petrobras faz parte.

A companhia esteve ainda nas reuniões do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), realizadas na Suíça e na África do Sul, e nos debates da Partnering Against Corruption Initiative (PACI), promovidos pelo World Economic Forum, nos Estados Unidos.

O desempenho da Petrobras permitiu à companhia manter-se, pelo terceiro ano consecutivo, no Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI), o mais importante índice mundial de sustentabilidade.

A Petrobras foi a público reafirmar seu compromisso com a responsabilidade social e assegurar que em nenhum momento deixou de cumprir a legislação ambiental vigente no País, em resposta a alegações de que estaria desrespeitando a Resolução 315/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Além disso, comprometeu-se a fornecer o Diesel S-50 (com menor teor de enxofre) já a partir de janeiro de 2009, de acordo com o cronograma acertado entre Ministério Público Federal, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), fabricantes de veículos, fabricantes de motores, Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

O compromisso com segurança, meio ambiente e saúde (SMS) faz parte do planejamento estratégico da Petrobras. Em 2008, a companhia investiu R\$ 2,4 bilhões em segurança, R\$ 1,7 bilhão em ações de proteção ao meio ambiente e R\$ 365 milhões em saúde, totalizando R\$ 4,5 bilhões.

Com o objetivo de alcançar padrões internacionais de excelência em SMS, a Petrobras deu continuidade aos projetos Excelência em SMS e Mudança Climática, que reúnem as principais ações corporativas da companhia na área e constam do Plano Estratégico 2020.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

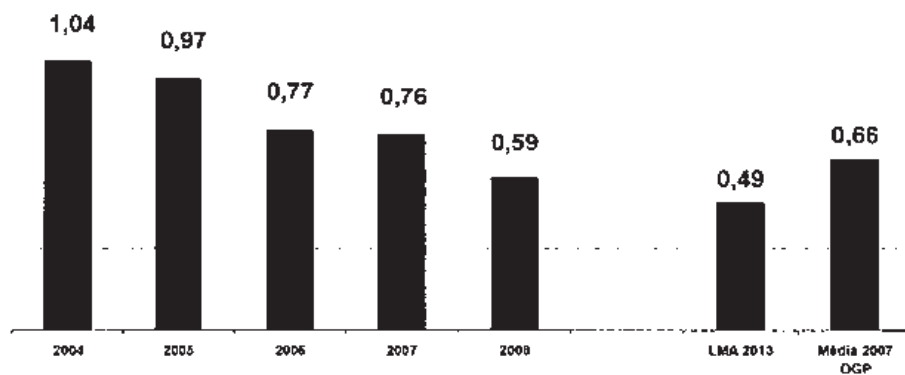
Ao final do ano, 93% das unidades certificáveis no Brasil e no exterior estavam em conformidade com as normas ISO 14001 (relativa a meio ambiente) e BS 8800 ou OHSAS 18001 (relativas a segurança e saúde), recebendo as respectivas certificações, concedidas por organismos nacionais e internacionais. Além disso, 52 unidades operacionais de Brasil, Argentina, Estados Unidos, Peru e Equador passaram pelo processo interno de avaliação da gestão, que mensura a aplicação das práticas de SMS na companhia.

Segurança operacional

Mantendo a tendência dos anos anteriores e alcançando desempenho comparável ao das referências internacionais da indústria de petróleo e gás, a Petrobras registrou em 2008 uma redução para 0,59 na Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA), que corresponde ao número de acidentados com afastamento para cada milhão de homens-horas de exposição ao risco, mesmo em um cenário de aumento da atividade operacional.

Já a Taxa de Acidentados Fatais (TAF), equivalente ao número de fatalidades por 100 milhões de homens-horas de exposição ao risco, passou de 2,28 em 2007 para 2,40 em 2008. O número de fatalidades na força de trabalho, incluindo empregados próprios e terceirizados, foi de 18. Do total de casos, cinco estão relacionados a um acidente aéreo e quatro a acidentes de trânsito – uma acentuada redução em relação às nove fatalidades em acidentes de trânsito registradas em 2007, como resultado das diversas ações de prevenção feitas pela companhia nessa área.

TFCA Composto

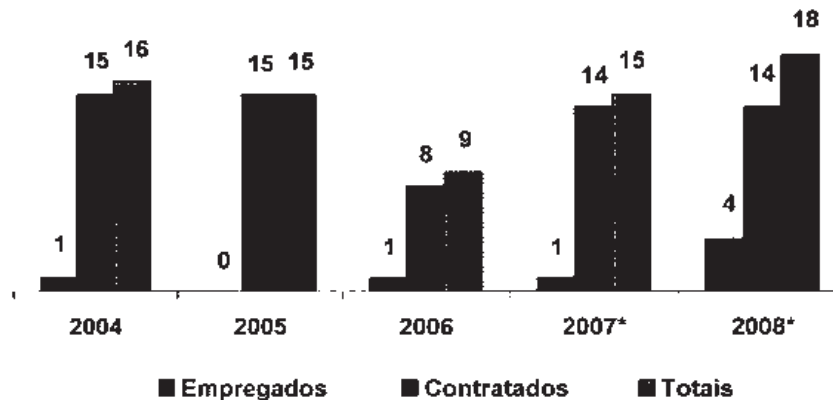


LMA = Limite Máximo Admissível OGP = International Association of Oil & Gas Producers

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

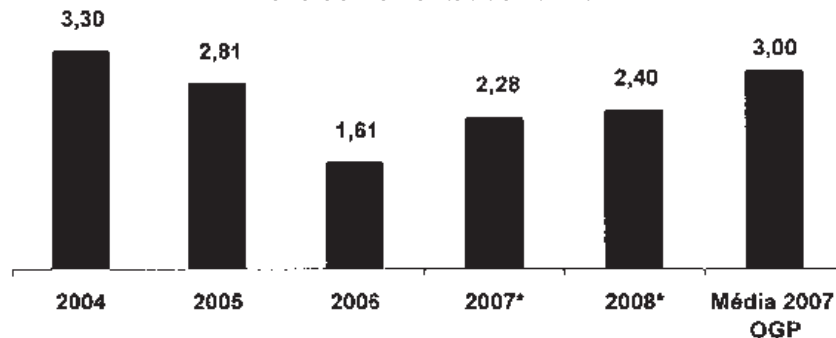
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Número de Fatalidades



(*) - Os indicadores passaram a incluir as fatalidades em acidentes de trânsito na área de distribuição

Taxa de Acidentados Fatais



*Os indicadores passaram a incluir as fatalidades em acidentes de trânsito na área de distribuição

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Meio ambiente

As ações de responsabilidade ambiental tiveram como foco o aumento da ecoeficiência de processos e produtos, visando à redução do consumo de recursos naturais e dos impactos sobre o meio ambiente.

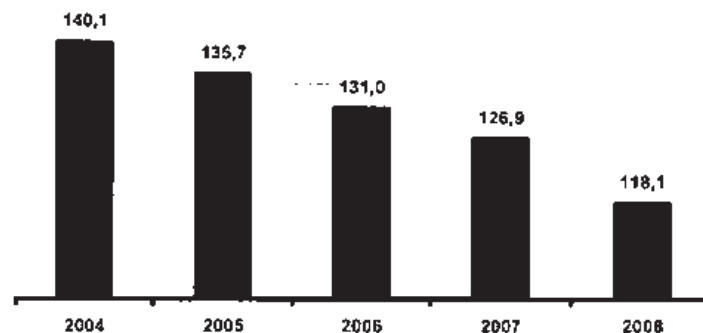
Emissões atmosféricas e mudança climática

O principal objetivo de gestão da Petrobras quanto à mudança climática é reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa (GEE) em seus processos e produtos, de forma a alcançar os níveis considerados de excelência na indústria de energia mundial, contribuindo para a sustentabilidade do negócio e para a mitigação da mudança climática global.

A companhia monitora suas emissões atmosféricas por meio do Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas (Sigea), que faz o inventário das principais emissões, especialmente os GEE (dióxido de carbono, metano e óxido nitroso) e poluentes regulados (monóxido de carbono, óxidos de enxofre e nitrogênio, compostos orgânicos voláteis e material particulado), mantendo um histórico atualizado desde 2002. O acompanhamento da evolução das emissões é fundamental para o planejamento dos esforços de redução pela Petrobras, que priorizam a eficiência energética, a redução da queima do gás associado, o uso de fontes renováveis de energia e a pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Em 2008, a companhia evitou a emissão de 930 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂), conforme registrou seu indicador Emissões Evitadas de Gases de Efeito Estufa. A Petrobras pretende evitar a emissão de 2,3 e 4,5 milhões de toneladas de CO₂ em 2009 e 2013, respectivamente. As metas traçadas pela companhia permitem atenuar a curva de crescimento do volume de emissões sem restringir a expansão dos negócios, considerando-se um cenário de *business as usual* (forma habitual de condução do negócio).

Emissão de Óxidos de Enxofre - SOx (toneladas)



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Recursos hídricos e efluentes

A Petrobras tem em andamento mais de 70 projetos relacionados a sistemas de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de efluentes e reúso de água em diferentes áreas e subsidiárias. Em 2008, a companhia captou 195,2 milhões de m³ de água doce para uso em suas operações.

Entre os projetos, destaca-se o da Refinaria de Capuava (Recap), em São Paulo, a primeira unidade da Petrobras com descarte zero de efluentes. A Estação de Reúso de Água inaugurada na refinaria em 2008 reduzirá a captação de água em cerca de 0,7 milhão de m³ por ano. Além disso, os efluentes da Estação poderão ser usados para fins industriais pela Petrobras e por outras empresas da região.

Já os projetos nas refinarias Henrique Lage (Revap) e Presidente Getúlio Vargas (Repar), com conclusão prevista para 2009 e 2011, respectivamente, permitirão uma economia de mais de 7,6 milhões de m³ de água por ano.

Resíduos

A Petrobras adota diversas medidas para gestão e minimização de resíduos. Em 2008, estabeleceu um limite máximo admissível (LMA) para a geração de resíduos sólidos perigosos em seus processos. O volume de resíduos gerados foi de 233 mil toneladas, ficando abaixo do LMA de 293 mil toneladas definido para o ano, mesmo com o aumento da produção de óleo cru e refinados.

A companhia também investe no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para reaproveitamento e minimização de resíduos, e tem buscado ampliar o percentual de reciclagem e reúso em suas unidades. Em 2008, 30% dos resíduos sólidos perigosos foram reaproveitados.

Biodiversidade

A Petrobras desenvolve inúmeras iniciativas para a preservação e a recuperação da biodiversidade. Em 2008, prosseguiu com o mapeamento de regiões sensíveis, protegidas e vulneráveis em suas áreas de influência. Os dados mapeados alimentarão um sistema de informações geográficas (SIG) que também abrigará outras informações sobre biodiversidade. A base de dados ajudará a companhia a prevenir e solucionar eventuais impactos à biodiversidade do entorno de suas operações.

Além disso, a companhia mantém o Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia (Ceap), que até 2012 receberá cerca de R\$ 500 milhões em investimentos. Por meio do Ceap são estabelecidas parcerias com universidades, instituições de pesquisa, órgãos governamentais e ONGs, com o objetivo de consolidar informações e conhecimentos que ajudem a minimizar o impacto das atividades da companhia sobre o ecossistema da região amazônica.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atuação em emergências

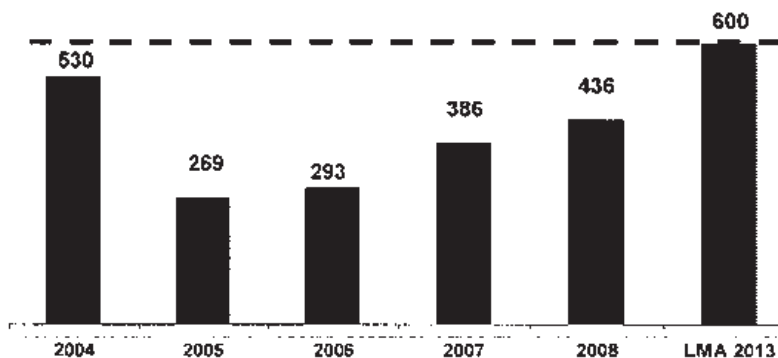
A política de atuação em emergências conta com dez Centros de Defesa Ambiental (CDAs) em operação permanente, equipados com embarcações especiais, recolhedores de óleo e barreiras de contenção e absorção, além de profissionais capacitados. Treze bases avançadas dos CDAs dão cobertura a diversas regiões do País. A companhia também mantém em operação permanente três embarcações para o combate a emergências na Baía de Guanabara, no litoral de São Paulo e na costa de Sergipe e Alagoas.

Em 2008, a Petrobras promoveu sete simulados regionais, envolvendo a Marinha do Brasil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, órgãos ambientais, prefeituras e comunidades locais, além de quatro exercícios simulados de grande porte em unidades da Argentina, Colômbia, México e Uruguai.

Vazamento de petróleo e derivados

O volume de vazamentos em 2008 ficou 40% abaixo do limite máximo admissível (LMA) estabelecido para o ano, mantendo-se em nível compatível com os referenciais de excelência da indústria mundial de petróleo e gás.

Vazamentos de Petróleo e Derivados (m³)



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

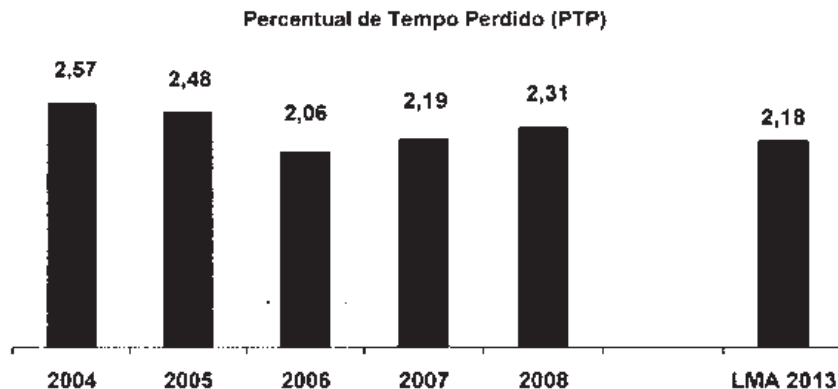
Saúde

A Petrobras desenvolve diversas ações para promover a saúde e o bem-estar de seus funcionários, estimulando práticas organizacionais benéficas e a adoção de um estilo de vida saudável. Em 2008, organizou uma série de iniciativas para a promoção da alimentação saudável, que se somaram às de estímulo à atividade física e de prevenção e controle do tabaco, álcool e outras drogas, já em andamento.

Definidas com base no perfil epidemiológico dos empregados, as ações incluíram avaliação nutricional periódica individual, educação alimentar para funcionários e familiares, e orientação sobre a composição nutricional das refeições servidas nas unidades, além de orientação sobre as exigências de controle higiênico-sanitário em instalações da companhia e de empresas prestadoras de serviço. Essas ações se estendem a todas as situações em que há alimentação fornecida pela Petrobras, incluindo eventos internos e externos.

Em relação à HIV/Aids, a política da Petrobras tem como princípios a não-discriminação, a confidencialidade, o aconselhamento e a adoção de medidas de assistência, educação para saúde e vigilância epidemiológica da doença.

A companhia acompanha os resultados na área de saúde por indicadores como o Percentual de Tempo Perdido (PTP), referente aos afastamentos de empregados do trabalho por doenças ou acidentes. Em 2008, foi registrado um PTP de 2,31%.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Patrocínios

Projetos sociais

Os principais investimentos da companhia em projetos sociais estão concentrados no programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, promovendo inserção social digna e produtiva de pessoas que vivem em situação de desvantagem social. Em 2008, dos R\$ 225 milhões investidos em projetos sociais, 95,7% foram destinados a iniciativas apoiadas pelo programa.

O programa envolve projetos de longo prazo em todo o País, considerando três linhas de ação: geração de renda e oportunidade de trabalho, educação para a qualificação profissional e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Uma das modalidades do Desenvolvimento & Cidadania Petrobras é a seleção pública, que contemplou 72 novos projetos na edição 2007, cujos resultados foram divulgados em maio de 2008.

A Petrobras acompanha o desenvolvimento dos projetos apoiados por meio de um conjunto de indicadores e metas de desempenho, que tornam possível monitorar e avaliar de forma integrada os resultados em todo o território nacional. Em 2008, foi estabelecida uma sistemática de investimentos sociais para a Petrobras e elaborado um manual de boas práticas de gestão de investimentos sociais, que considera as três dimensões da sustentabilidade – econômica, social e ambiental – e tem como referência as metodologias usadas pelo Pacto Global da ONU, GRI, Agenda 21 e WBCSD.

Os resultados parciais do Desenvolvimento & Cidadania Petrobras contabilizam 520 mil pessoas atendidas diretamente, 6.865 postos de trabalhos gerados por investimento direto, elevação de 201% na renda média *per capita* dos participantes dos projetos e 34% dos participantes de cursos profissionalizantes com certificados reconhecidos pelo Sistema Nacional de Certificação Profissional. Além disso, 23% do público atendido está na faixa de 15 a 29 anos, e 96% dos participantes dos projetos voltados à proteção de crianças e adolescentes tiveram o período total de atendimento concluído. As informações foram obtidas junto a 295 projetos corporativos.

Outra ação da Petrobras no âmbito social é o repasse de recursos ao Fundo para a Infância e a Adolescência-(FIA). Em 2008, foram destinados aproximadamente R\$ 48,5 milhões a 268 projetos. As principais iniciativas, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, visam atuar nas seguintes áreas: trabalho infantil, exploração sexual, violência doméstica, medidas socioeducativas e convivência familiar e comunitária, entre outras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
--	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projetos ambientais

A companhia investe em projetos ambientais e apoia iniciativas que visem à preservação ambiental e à difusão da consciência ecológica por meio do Programa Petrobras Ambiental (PPA), colaborando para o desenvolvimento de uma agenda ambiental brasileira. Em 2008, foram investidos R\$ 53 milhões em 173 projetos em todo o País.

Em agosto, a Petrobras lançou a nova etapa do programa, que vai destinar, no período 2008-2012, R\$ 500 milhões a patrocínios e outras ações estratégicas, como o fortalecimento das organizações ambientais e de suas redes e a disseminação de informações para o desenvolvimento sustentável.

O terceiro processo de seleção pública do PPA teve seus resultados divulgados em dezembro. A seleção contemplou 47 iniciativas de todas as regiões do País, que receberão um total de R\$ 60 milhões nos próximos dois anos.

O novo tema do PPA é "Água e clima: contribuições para o desenvolvimento sustentável", ampliando a temática da fase anterior, que abrangia a água e sua biodiversidade. O programa possui três linhas de atuação: gestão de corpos hídricos superficiais e subterrâneos; recuperação ou conservação de espécies e ambientes costeiros, marinhos e de água doce; e fixação de carbono e emissões evitadas.

Programa De Olho no Ambiente

O Programa De Olho no Ambiente foi criado em 2004 com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável em comunidades de baixo índice de inclusão social em áreas de influência das unidades da Petrobras, estreitando o relacionamento da companhia com as comunidades envolvidas e sistematizando um processo de diálogo permanente.

A metodologia do programa fortalece os processos naturais comunitários. Em 2008, o De Olho no Ambiente alcançou 352 agendas comunitárias, em 144 municípios brasileiros. Os produtos gerados colaboram para a identificação de oportunidades de atuação para o Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras e o Programa Petrobras Ambiental.

Patrocínio cultural

A política de patrocínio cultural da Petrobras se alinha ao Planejamento Estratégico da companhia, que, ao lado da rentabilidade, ressalta seu compromisso com a responsabilidade social e com o crescimento do País. A companhia se empenha em defender e valorizar a cultura brasileira por meio de uma política de patrocínios de alcance social, articulada com as políticas públicas para o setor e focada na afirmação da identidade brasileira.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo do ano, a Petrobras destinou R\$ 206,8 milhões para a cultura e patrocinou cerca de mil projetos. Por meio de seleções públicas e escolha direta, as ações apoiadas pela companhia visam contribuir para o fortalecimento das oportunidades de criação, produção, difusão e fruição da cultura brasileira. Além disso, a Petrobras patrocina projetos que buscam contribuir para a permanente construção da memória cultural brasileira, consolidando o trabalho de resgate, recuperação, organização e registro do acervo material e imaterial da nossa cultura, priorizando aqueles em situação de risco, ampliando o acesso a esses acervos.

Em 2008, a companhia lançou a quinta edição do Programa Petrobras Cultural (PPC), que destina R\$ 42 milhões para seleções públicas de projetos. Por intermédio do programa, a Petrobras patrocina projetos de interesse público e proporciona o acesso democrático aos recursos. O PPC é a principal ação da companhia na área cultural e o que mais destina verba a programas de patrocínio à cultura lançados no País. Os processos são transparentes e amplamente divulgados em todo o Brasil.

O PPC é formado pelas linhas de atuação "Produção e Difusão", "Preservação e Memória" e "Formação e Educação para as Artes". Nestes três segmentos são patrocinados projetos que abrangem cinema, literatura, artes cênicas, cultura digital, música, artes visuais e patrimônio imaterial. Os projetos de Patrimônio Edificado são patrocinados mediante convite pela companhia, que, prioritariamente, atende a ações de restauro de bens tombados e de notória importância para a história, a arquitetura e a cultura brasileira, observando-se ainda a urgência da ação de restauro em questão.

Patrocínio esportivo

A Petrobras é uma das maiores incentivadoras do esporte no Brasil. Em pesquisa realizada pela consultoria internacional Market Analysis, a marca Petrobras é apontada como a mais associada ao esporte nacional. Em 2008, a companhia investiu cerca de R\$ 61,4 milhões em projetos de todo o País, por meio dos programas Petrobras Esporte Motor e Petrobras Esporte de Rendimento.

No Programa Petrobras Esporte de Rendimento, a companhia apoia o handebol, o surfe e o tênis, além do futebol, com o patrocínio ao Clube de Regatas do Flamengo, time com o maior número de torcedores no País. Também incentiva o olimpismo brasileiro, com o patrocínio oficial ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Além disso, foi uma das primeiras empresas a utilizar os benefícios da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, patrocinando a preparação da Delegação Brasileira para os Jogos de Pequim em 2008.

No Programa Petrobras Esporte Motor, a companhia atua com foco na cooperação tecnológica, utilizando as pistas de competição para pesquisa e desenvolvimento de seus produtos, sob as condições mais rigorosas. Um exemplo significativo foi a parceria técnica com a equipe Williams de Fórmula 1, encerrada no final de 2008. O resultado foi o desenvolvimento da Gasolina *Podium*, considerada atualmente o melhor combustível disponível no mercado brasileiro, representando a seriedade e o alto nível de comprometimento da Petrobras com o setor.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

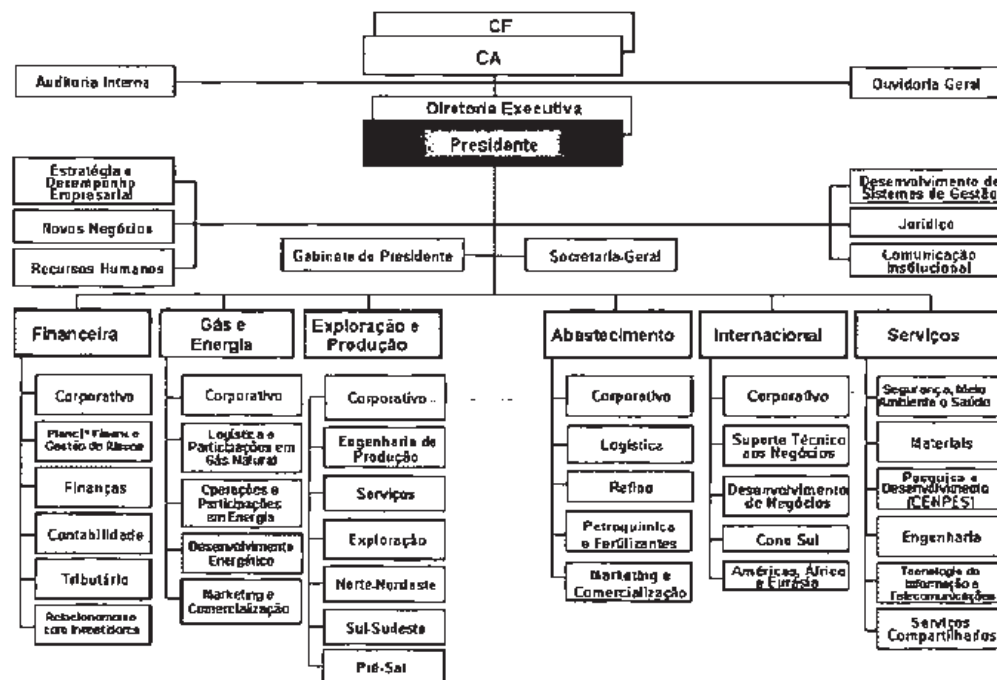
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Organização geral da Petrobras

Aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2000, o modelo de organização da Petrobras vem sendo aprimorado para se ajustar ao Plano Estratégico. Em 2008, foram promovidas mudanças na estrutura organizacional, que resultaram na implementação de novo modelo de organização e gestão em unidades da companhia e na criação da gerência executiva de Pré-Sal na Área de Negócio Exploração e Produção.

Na Área Financeira, foi criado o Centro de Operações Financeiras Petrobras, que passa a executar, de forma concentrada, transações financeiras, contábeis e tributárias. As atividades relacionadas a biocombustíveis foram transferidas para a nova subsidiária integral, Petrobras Biocombustível S.A. Também se deu continuidade à transferência das atividades de telecomunicações para a Área de Serviços, com a criação da gerência executiva de Tecnologia da Informação e Telecomunicações. Além disso, para unidades no exterior vinculadas à Área de Negócio Internacional, foram aprovados projetos de reestruturação.

ORGANIZAÇÃO GERAL PETROBRAS



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE FINANCEIRA

I – Resumo Econômico-Financeiro ⁽¹⁾

	CONSOLIDADO			PETROBRAS		
	2008		2007	2008		2007
	Lei 11.638	Lei 6.404		Lei 11.638	Lei 6.404	
• Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	266.494	284.579	218.254	207.990	207.990	170.245
• Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	215.118	232.183	170.578	161.710	161.709	126.767
• Resultados:						
Atividades Próprias	37.324	37.422	23.778	37.110	37.197	23.570
Subsidiárias/Coligadas	(674)	(399)	(485)	2.252	2.231	(662)
	36.450	37.023	23.313	39.362	39.428	22.908
Itens extraordinários ⁽²⁾	(3.462)	(3.108)	(1.801)	(2.892)	(2.538)	(879)
• Lucro (R\$ milhões)	32.988	33.915	21.512	36.470	36.890	22.029
• Endividamento Líquido ⁽³⁾	48.624	48.624	26.670	(5)	(5)	(5)
• EBITDA (R\$ milhões) ⁽⁴⁾	57.170	57.213	50.156	50.460	47.610	40.885
• Endividamento Líquido/EBITDA (%) ^{(3) (4)}	85	85	53	(5)	(5)	(5)
• Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	138.365	138.368	113.854	144.051	143.602	116.012
• Ativo Permanente ⁽⁵⁾ (R\$ milhões)	207.334	208.830	155.831	152.135	134.009	107.130
• Relação Capital Próprio / Capital de Terceiros ⁽³⁾	50/50	49/51	52/48	48/52	51/49	57/43

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO DO EBITDA

	R\$ milhões			
	Exercício			Δ %
	2008 Lei 11.638	2008	2007	
Lucro Operacional conforme Lei das S.A.	48.205	49.226	35.540	39
(-) Resultado Financeiro	(3.129)	(4.022)	4.021	(200)
(-) Participação em Investimentos	874	399	465	(14)
Prov. p/ Partic. de Lucros/Result. de Empregado	(1.345)	(1.345)	(1.012)	33
Lucro Operacional	44.605	44.258	39.014	13
Depreciação/Amortização	11.632	12.030	10.696	12
Perda na recuperação dos ativos	933	925	446	107
EBITDA	57.170	57.213	50.156	14
Margem EBITDA (%)	27	25	29	(4)

Notas:

1. Os valores expressos em Reais (R\$), foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas da legislação societária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
2. Inclui endividamento contraído através de leasing.
3. Resultado antes dos impostos, das participações dos acionistas não controladores, do resultado financeiro líquido, das participações em investimentos relevantes, e da depreciação, amortização e previsão para perda na recuperação de ativos;
O EBITDA não é um indicador calculado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e, possivelmente, pode não servir de base de comparação com indicadores com o mesmo nome apresentados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado como um indicador substituto para medir lucro operacional, ou também como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. O EBITDA é uma informação adicional da capacidade de pagamento das dívidas, da manutenção de investimentos e da capacidade de cobrir necessidades de capital de giro.
4. As disponibilidades são superiores ao endividamento total.
5. Inclui investimentos societários, imobilizado, ativos intangíveis e diferido.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A comparação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido Consolidados com os correspondentes Patrimônio Líquido e Lucro Líquido da Petrobras (Controladora), pode ser demonstrada como segue:

	R\$ MILHÕES	
	PATRIMÔNIO Lei 11.638	LUCRO Lei 11.638
. Conforme informações da Petrobras em 31.12.2008	144.051	36.470
. Lucro na venda de produtos em estoques nas Subsidiárias	(660)	(660)
. Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores	-	686
. Juros capitalizados	(460)	38
. Absorção de PL negativo da controlada *	(4.160)	(3.507)
. Outras eliminações	(406)	(39)
. Conforme informações Consolidadas em 31.12.2008	138.365	32.988

* De acordo com a Instrução CVM Nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, as perdas ocasionadas por passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio líquido da Petrobras em 2007, gerando item de conciliação entre as Demonstrações Contábeis da Petrobras e as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

2 - RESULTADOS POR ÁREA DE NEGÓCIO

A Petrobras é uma companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da Companhia.

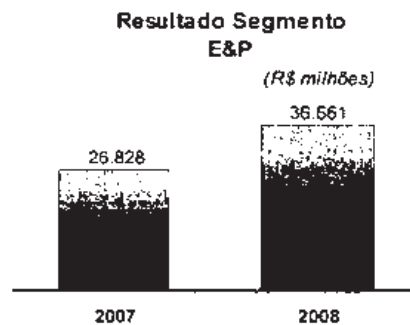
Destacamos, abaixo, os principais critérios utilizados na apuração de resultados por área de negócio:

- Receita operacional líquida: são consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos e transferências entre as áreas de negócio, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas, com metodologias de apuração baseadas em parâmetros de mercado;
- No lucro operacional estão computados, além da receita operacional líquida, os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por área de negócio, considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais, bem como as despesas operacionais efetivamente incorridas em cada área;
- O resultado financeiro é todo alocado ao grupo de órgãos corporativos;
- Ativos: contemplam os ativos identificados a cada área. As contas patrimoniais de natureza financeira são alocadas ao grupo de órgãos corporativos;
- Os comentários sobre o desempenho econômico das áreas de negócios foram elaborados com base em critérios contábeis da Lei 6.404/76.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO



A elevação no resultado decorreu dos maiores preços médios do petróleo nacional e do aumento de 4% na produção diária de óleo e LGN.

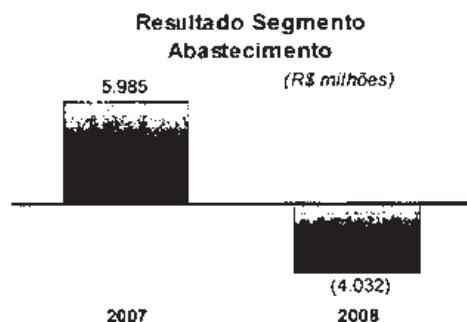
Parte destes efeitos foi compensada pela elevação dos gastos com participações governamentais, com perda estimada na recuperação de ativos – em função da redução na cotação internacional do petróleo ao final do exercício, que afetou as projeções futuras – e com custos exploratórios, decorrentes, principalmente, de baixa de poços secos ou sem viabilidade econômica.

O spread entre o preço médio do petróleo nacional vendido/transferido e a cotação média do Brent aumentou de US\$ 10,95/bbl em 2007, para US\$ 15,44/bbl em 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• ABASTECIMENTO



A redução no resultado decorreu da elevação dos custos de aquisição/transferência de petróleo e de importação de derivados, juntamente com os seguintes fatores:

- Maiores gastos com frete – em função do maior volume vendido de petróleos e derivados nos mercados interno e externo;
- Perdas nas participações societárias em petroquímicas, refletindo a desvalorização do Real frente ao Dólar no endividamento e maiores gastos com aquisição de nafta;
- Perdas com desvalorização dos estoques.

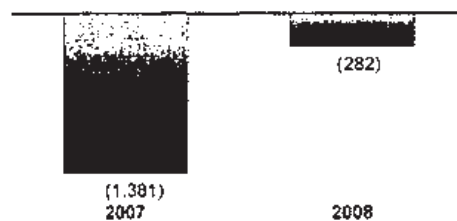
Parte desses efeitos foi compensada pelo aumento no preço médio de realização dos derivados nos mercados interno e externo, e pelo ganho de equivalência patrimonial por mudança de participação devido à reestruturação societária na Quattor, empresa petroquímica.

00951-2 PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• GÁS E ENERGIA

Resultado Segmento Gás & Energia (R\$ milhões)

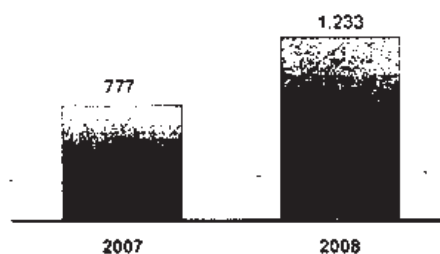


O melhor resultado decorreu do aumento nas margens de comercialização de gás natural e energia elétrica – influenciado por melhores preços de realização – e pelo acréscimo nos volumes de venda de energia elétrica e de gás natural.

Parte desses efeitos foi compensada pela provisão para redução ao valor de mercado dos estoques de gás natural liquefeito (GNL) no valor de R\$ 122 milhões.

• DISTRIBUIÇÃO

Resultado Segmento Distribuição (R\$ milhões)



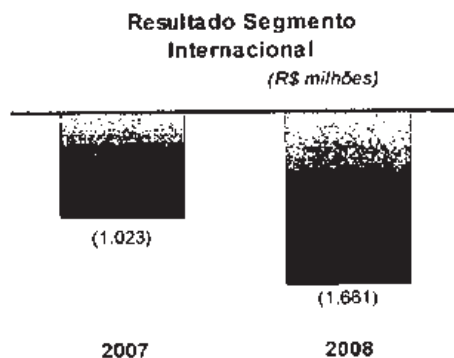
O acréscimo no resultado foi gerado pelo aumento de 10% no volume de vendas e pela redução das despesas operacionais – refletindo, principalmente, a extinção da CPMF e a revisão dos valores envolvidos em processos judiciais, ocorrida em 2007.

O aumento do volume de vendas contribuiu para a elevação da participação no mercado de distribuição de combustíveis, de 34,3% em 2007, para 34,9% em 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• *INTERNACIONAL*

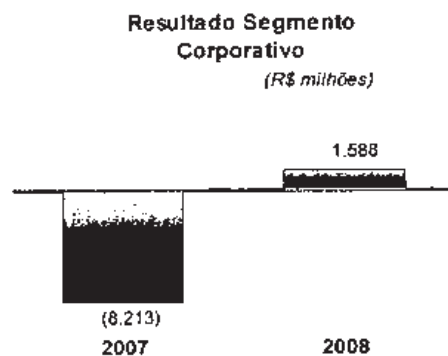


Os principais eventos que influenciaram a redução do resultado de 2008 foram as mudança de patamar dos preços do petróleo e derivados, a partir de setembro/2008 as perdas com desvalorização dos estoques nos EUA, Japão e Argentina (R\$ 699 milhões), a provisão com litígio de royalties de R\$ 220 milhões, a perda pela devolução do bloco 31 no Equador (R\$ 178 milhões), a amortização total do ágio apurado na aquisição da refinaria de Pasadena (EUA) de R\$ 374 milhões e a não recorrência dos ganhos apurados em 2007, pela venda das refinarias da Bolívia e empresas na Argentina (R\$ 111 milhões). Essa redução foi compensada, em parte, pelos efeitos da desvalorização cambial do real em relação ao dólar norte-americano sobre a conversão das demonstrações contábeis (R\$ 1.002 milhões).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

• CORPORATIVO



A redução no resultado negativo foi decorrente dos seguintes fatores:

- Redução nas despesas financeiras líquidas (R\$ 8.043 milhões);
- Reversão do resultado com acionistas não controladores, refletindo a desvalorização do Real frente ao Dólar no endividamento das Sociedades de Propósito Específico e empresas controladas – onde a Petrobras e suas Subsidiárias não possuem participação integral;
- Menores despesas com plano de pensão e saúde (R\$ 1.196 milhões) em decorrência da repactuação do regulamento do Plano Petros ocorrida em 2007;

3 - RESULTADOS CONSOLIDADOS

A fim de possibilitar a comparabilidade, os comentários de análise do resultado, a seguir, foram elaborados com base na Lei 6.404/76 antes dos ajustes da Lei 11.638/07 e complementados com uma conciliação para os novos critérios.

A Petrobras, suas Subsidiárias e Controladas apresentaram um lucro líquido consolidado de R\$ 33.915 milhões no exercício social findo em 31.12.2008, após a eliminação das operações intercompanhias e a dedução da participação dos acionistas não controladores, com um aumento de 53% em relação ao exercício anterior (R\$ 21.512 milhões).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Contribuíram para esse desempenho:

- **Aumento do lucro bruto em R\$ 8.504 milhões, devido:**
 - ✓ **Aumento dos preços médios de realização de derivados e petróleo, no mercado interno e exportações (R\$ 26.289 milhões), com destaque para a Nafta, QAV e Óleos Combustíveis, refletindo o comportamento das cotações internacionais, e para o Diesel e a Gasolina, relacionados aos reajustes aplicados a partir do mês de maio de 15% e 10%, respectivamente, além dos reajustes trimestrais do Gás Natural importado, que contribuem para corrigir os contratos de fornecimento de gás, e aos maiores preços da Energia Elétrica comercializada devido ao acionamento emergencial das térmicas no início do ano;**
 - ✓ **Superando os maiores gastos com importação de petróleo, derivados e gás (R\$ 12.301 milhões), participações governamentais (R\$ 6.011 milhões), transportes marítimos e dutoviários (R\$ 553 milhões) e produtos não petrolíferos, basicamente biodiesel (R\$ 728 milhões), compensados pelos menores gastos com materiais, serviços e depreciação (R\$ 124 milhões).**
- **Aumento em despesas operacionais (R\$ 2.927 milhões), destacando:**
 - ✓ **Vendas (R\$ 1.579 milhões), em decorrência do maior volume das vendas nos mercados interno e externo, que acarretou no aumento de afretamento de navios, além da elevação da cotação dos fretes no mercado internacional complementado pelo efeito da apreciação do Dólar no ano (R\$ 1.157 milhões) e maior provisionamento de créditos de liquidação duvidosa (R\$ 103 milhões);**
 - ✓ **Gerais e Administrativas (R\$ 1.066 milhões), decorrentes do aumento de gastos com pessoal, devido ao aumento da força de trabalho e acordos coletivos no país (R\$ 233 milhões) e no exterior (R\$ 479 milhões), além de serviços de terceiros, em consultorias, auditorias e processamento de dados, no país (R\$ 164 milhões);**
 - ✓ **Custos Exploratórios (R\$ 1.084 milhões), relativo à baixa de poços secos ou sem viabilidade econômica no país (R\$ 971 milhões) devido ao aumento contínuo de poços perfurados nos últimos anos, reflexo da intensificação do programa de investimentos da Companhia e à elevação do custo unitário de perfuração de poços, motivada pela pressão do aquecimento da indústria sobre os insumos;**
 - ✓ **Provisão para perda no valor recuperável dos ativos de Exploração e Produção (R\$ 479 milhões), refletindo a redução na cotação internacional do petróleo;**

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ✓ Outras Despesas Operacionais (R\$ 148 milhões), devido as perdas com desvalorização de estoques (R\$ 1.381 milhões), em função da redução de preços das commodities, compensada pela inexistência de despesa extraordinária incorrida com o Plano Petros (R\$ 1.050 milhões) em 2007 e de outros gastos, tais como: Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e encargos e multas contratuais (R\$ 106 milhões).

Superando a redução ocorrida com despesas relativas a:

- ✓ Plano de Pensão e de Saúde (R\$ 1.068 milhões), em virtude dos compromissos assumidos com o Acordo de Obrigações Recíprocas (R\$ 697 milhões) em 2007, além da redução, em 2008, da despesa atuarial em função do bom resultado dos ativos do Plano em 2007 (R\$ 185 milhões) e da implementação do benefício farmácia em 2007 (R\$ 97 milhões);
 - ✓ Tributárias (R\$ 355 milhões), em virtude da extinção da CPMF, compensado pelo aumento da alíquota do IOF a partir de janeiro de 2008 e pelo aumento de impostos no exterior, destacando os incidentes sobre dividendos e contratos de mútuo.
- Resultado Financeiro positivo (R\$ 8.043 milhões), em virtude dos ganhos com variações cambiais sobre recursos aplicados em ativos no exterior, conforme discriminado a seguir:

	JAN-DEZ/2008	JAN-DEZ/2007	R\$ milhões Variação
Efeito Cambial sobre Endividamento Líquido	(1.316)	(686)	(627)
Variação Monetária s/financiamentos	(321)	(110)	(211)
Despesas Financeiras Líquidas	(2.666)	(1.806)	(751)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(4.203)	(2.603)	(1.599)
Variação Cambial w/ Utilização de Recursos no Exterior via Controladas	8.418	(2.254)	8.672
Hedge sobre operações comerciais e financeiras			
Comercial	605	(410)	1.076
Financeiro	(122)	(19)	(1)
Total Hedge	642	(429)	1.071
Títulos e Valores Mobiliários	246	417	(169)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	684	941	(167)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	330	(95)	425
Resultado Financeiro Líquido - Lei 9.404/96	4.020	(4.023)	8.043

- Maior ganho no resultado de investimentos em participações societárias relevantes (R\$ 66 milhões), efeito da variação cambial sobre a conversão das Demonstrações Contábeis das controladas no exterior (R\$ 1.315 milhões), reflexo da apreciação do dólar no ano (32%) e ganho por mudança de participação, devido à reestruturação societária da Quattor

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participações (R\$ 409 milhões), compensados pelo desempenho das participações no setor petroquímico (R\$ 878 milhões) e amortização de ágio (R\$ 273 milhões).

4 - EFEITOS DA ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007 E DA MEDIDA PROVISÓRIA 449/2008

Após os ajustes decorrentes da implantação da Lei 11.638/07, detalhados a seguir, o lucro líquido do exercício de 2008 foi de R\$ 32.988 milhões no Sistema Petrobras (Consolidado) e R\$ 36.470 milhões na Petrobras (Controladora).

	Consolidado		Controladora	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	32.988	138.385	36.470	144.051
- No exercício de 2008:				
Subvenção e assistência governamentais	(557)	78	(557)	78
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(205)	201	(205)	131
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	740	740	740	740
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	635		451	
Instrumentos financeiros derivativos	314	314	(9)	(9)
	927	1.331	420	938
- Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008:				
Instrumentos financeiros derivativos		49		
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens		(1.387)		(1.387)
		(1.338)		(1.387)
Saldos anteriores à aplicação da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	33.915	138.358	36.890	143.602

• Descrição das novas práticas contábeis:

a. Subvenções e assistências governamentais

O Pronunciamento 07, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, define que os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos, recebidos a partir de 1º janeiro de 2008, sejam reconhecidos como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

- Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem;
- Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado;

Os valores apropriados no resultado do ano de 2008, no montante de R\$ 577 milhões estão sendo destinados a uma Reserva de Lucros, específica para Incentivos Fiscais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os saldos das Reservas de Capital referentes às doações e subvenções para investimento, existentes em 31 de dezembro de 2007, serão mantidos até a sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

b. Instrumentos financeiros

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

Com a adoção do CPC 14, as operações de "hedge" de fluxo de caixa passaram a ser registradas, no balanço patrimonial, pelo seu valor justo, quando se qualificam como "hedge" efetivo, com efeitos no patrimônio líquido, e posterior reclassificação para o resultado, quando a transação objeto de "hedge" tenha impacto sobre o resultado. Anteriormente, essas operações eram registradas no resultado, somente no momento da sua liquidação financeira.

Os instrumentos financeiros derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados, passaram a ser marcados a mercado ao longo de seus períodos de vigência, com impactos no resultado financeiro. Anteriormente, esses ajustes, também, eram registrados no resultado somente quando da sua liquidação financeira. O ajuste ao valor de mercado dos títulos mobiliários classificados como disponíveis para venda passou a ser registrado, no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando será transferido para o resultado. Anteriormente, esses ajustes impactavam o resultado do exercício.

c. Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

O CPC 06 estabelece procedimentos para contabilização e divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens.

A Companhia passou a registrar em seu ativo imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle desses bens, assim como sua obrigação correlata.

Anteriormente, essas operações eram contabilizadas como custo/despesa relacionadas a afretamentos, aluguel ou prestação de serviços.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

d. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

O CPC 02 estabelece critérios para definição da moeda funcional e conversão das demonstrações contábeis de controladas, coligadas e sucursais com moeda funcional distinta da moeda funcional da controladora. A adoção do CPC 02 alterou os seguintes procedimentos:

- As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, passaram a ser registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos. Até o exercício de 2007, essa variação cambial afetava o resultado do exercício, como ganhos ou perdas de equivalência patrimonial.
- A demonstração de resultado das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, passou a ser convertida pela taxa de câmbio média mensal, e os demais itens do patrimônio líquido passaram a ser convertidos pela taxa histórica. Anteriormente, era utilizada a taxa de câmbio do final do exercício para conversão desses itens.

Quanto à adequação da moeda funcional, após análises internas, ficou mantido o entendimento atual, ou seja; A moeda funcional da Petrobras, assim como a de todas as suas controladas brasileiras, é o Real (R\$). A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico (SPE) que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da "Petrobras Energía Participaciones S.A." - PEPSA é o peso argentino.

Além dos efeitos apresentados anteriormente, a Lei 11.638/07 contempla outras alterações que não impactam o resultado e o patrimônio líquido das empresas do Sistema Petrobras e estão discriminadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, anexas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5 - RESULTADO POR EMPRESA

RESULTADO POR EMPRESA		
	R\$ MILHÕES	
	2008 Lei 11.638	2007
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - Controladora	36.470	22.029
Petrobras Química S.A. - Petroquímica - Consolidado	(478)	149
Petrobras Distribuidora S.A. - Consolidado	1.317	539
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro - Consolidado	750	303
Downstream Participações S.A. - Consolidado	(996)	86
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro - Consolidado	381	343
Petrobras International Finance Company - PIFCo - Consolidado	(1.289)	(22)
Petrobras International S.A. - PIB BV - Consolidado	(2.817)	(1.838)
Braspetro Oil Service Company - Brasoil - Consolidado	41	(44)
Braspetro Oil Company - BOC - Consolidado	144	14
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV - Consolidado	1.294	851
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda	46	(23)
Petrobras Negócios Eletrônicos - E-Petro - Consolidado	3	3
FIDC NP do Sistema Petrobras *	1.312	-
5283	(114)	(488)
Termoelétricas **	446	(92)
Fafen Energia	(3)	12
FIL RB Logística	(73)	18
Refinaria Ipiranga S.A. - RPI (Consolidação proporcional a partir de jun/2007)	(10)	-
IASA	10	-
17 de Maio Participações	44	-
SPE ***	(872)	584
Menos: Eliminações e ajustes	(4.425)	(184)
Participação dos acionistas não controladores	1.407	(1.228)
	<u>32.988</u>	<u>21.512</u>

* Consolidada até março/2008 na linha de SPES.

** UTE Norte Fluminense, UTE Nova Piratininga, Termorio, Termobahia, Soc. Fluminense de Energia - SPE, Termo Ceará, Itaipu, Termomacaré, UTE Juiz de Fora, Baixada Santista, Brasil FCH, Brilante e Brasympe

*** Cia. Petrolífera Marlim - CPM, Novamarlim Petróleo, Cayman Cabunas Invest, Barracuda e Caretinga Leasing Company, Albecora Japão Petróleo, Cia. de Recuperação Secundária - CRSoc, Nova Transportadora do Sudeste, Nova Transportadora do Nordeste e Cia. Locadora de Equipamentos Petrolíferos - Clep.

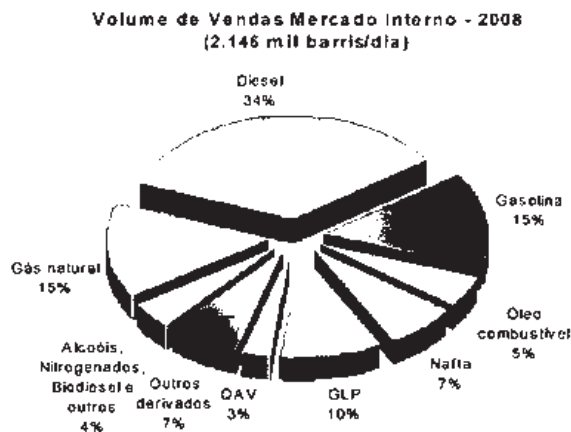
00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6 - VOLUME DE VENDAS

O volume de vendas no mercado interno foi 5% superior ao do exercício de 2007, com destaque para o diesel, a gasolina, o QAV e gás natural. O aumento de 6% nas vendas de diesel reflete o aumento do PIB, o funcionamento de térmicas emergenciais a diesel, o investimento em obras de infra-estrutura, mineração e construção civil, além da redução da produção e importação de outros players. O aumento de 4% nas vendas de gasolina foi influenciado pelo aumento no consumo das famílias e pela menor participação de outros players. O aumento de 7% nas vendas de QAV é decorrente da expansão do turismo, da entrada de novas aeronaves e de novas rotas, aumentando a oferta de vôos. O aumento de 26% nas vendas de gás natural decorre das vendas de gás não térmico para as distribuidoras no Estado de São Paulo e ao aumento de 150% das vendas para o mercado térmico, motivada pela maior oferta de gás, principalmente em função do incremento da produção do campo de Manati, no litoral baiano, e da entrada em operação dos gasodutos Cabiúnas-Vitória e Vitória-Cacimbas.

As vendas internacionais foram 6% inferiores em relação a 2007, devido a paradas para manutenções na refinaria de Pasadena, da venda das refinarias da Bolívia em 2007, redução da produção nos EUA (perda de pressão em Cottonwood e furacão Ike) e Argentina (campos maduros) e redução dos volumes vendidos de óleo e gás na Bolívia com os novos contratos de operação, atenuados pela consolidação das vendas da Refinaria do Japão, a partir do 2T-2008 e pelo início da produção de petróleo na Nigéria, no 3T-2008.

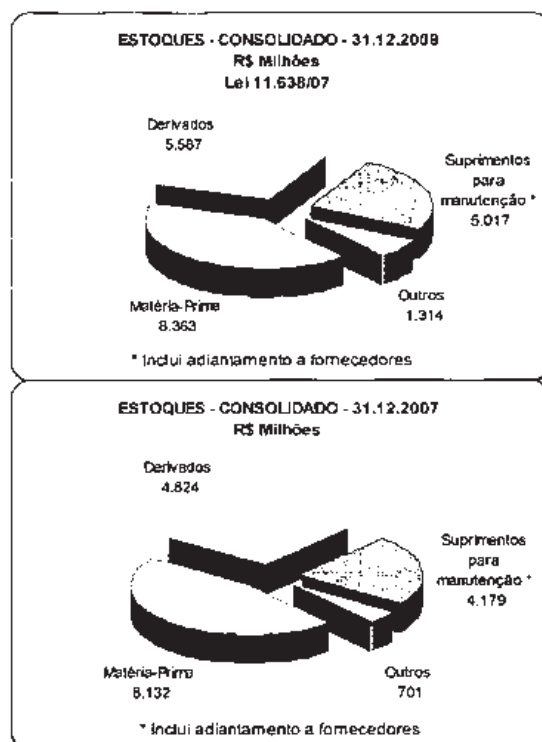


00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7 - ESTOQUES

Os estoques consolidados de petróleo, derivados, matérias-primas e álcoois, atingiram o montante de R\$ 20.122 milhões em 31.12.2008, 14% superiores aos de 31.12.2007. Em função da redução dos preços das commodities, foram constituídas provisões para redução ao valor de mercado que, ao longo de 2008, totalizaram R\$ 1.271 milhões.



00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

8 - ENDIVIDAMENTO

O endividamento referente a empréstimos e financiamentos, no país e no exterior, atingiu R\$ 48.325 milhões, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ MILHÕES		
	31.12.2008 Lei 11.638	31.12.2007	Δ %
Endividamento Curto Prazo (1)	13.859	8.960	55
Endividamento Longo Prazo (1)	50.554	30.781	65
Total	64.413	39.741	63
Disponibilidades	15.889	13.071	
Endividamento líquido (2)	48.824	26.670	83
Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio Líquido) (1)	26%	19%	7
Passivo Total líquido (1) (3)	277.665	219.690	26
Estrutura de capital	50%	46%	2

(1) Endividamento Total - Disponibilidades.

(2) Passivo total líquido de consolidações financeiras.

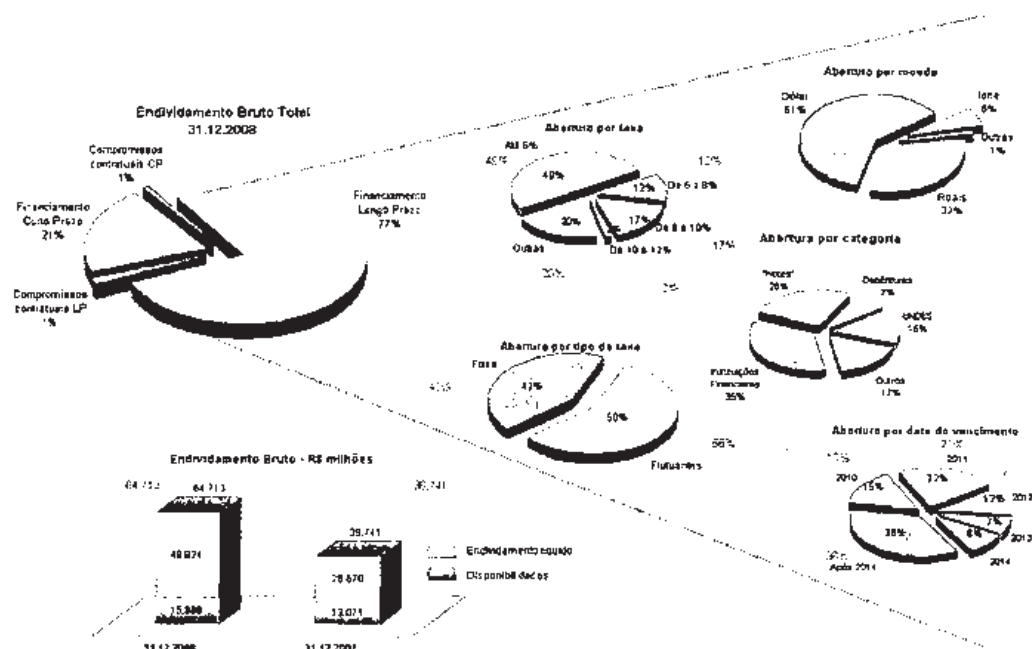
	US\$ milhões		
	31.12.2008 Lei 11.638	31.12.2007	Δ %
Endividamento Curto Prazo (1)	5.930	5.058	17
Endividamento Longo Prazo (1)	21.760	17.378	25
Total	27.691	22.436	23

O endividamento líquido do Sistema Petrobras aumentou 83% em relação a 2007, em decorrência da depreciação do Real no exercício, além de captações nos mercados interno e externo, associado ao uso de recursos com programa intensivo de investimentos.

O nível de endividamento, medido através do índice da dívida líquida/EBITDA aumentou de 0,53 em 31.12.2007 para 0,85 em 31.12.2008. A estrutura de capital está representada por 50% de participação de capitais de terceiros, um aumento de 2 pontos percentuais se comparada a 31.12.2007.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



9 - RETORNO OPERACIONAL SOBRE O CAPITAL EMPREGADO (ROCE) E RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)

PERÍODO	ROCE	ROE
Exercício 2006	23%	28%
Exercício 2007	18%	20%
Exercício 2008 - Lei 6.404	19%	26%
Exercício 2008 - Lei 11.638	19%	25%

O Retorno do Capital Empregado aumentou 1 ponto percentual em relação a dez/2008, em decorrência do aumento na lucratividade já comentada, superando o aumento do capital empregado, por captação de novos financiamentos e variação cambial sobre endividamento.

Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido aumentou 6 pontos percentuais, em decorrência do aumento nas receitas e do melhor resultado financeiro.

A definição dos valores provisionados por empresa, tem por base as disposições constantes nos Ofícios 31/2008/SE/MME, de 09 de janeiro de 2008, e Ofício 694/2007/MP/SE/DEST, de 31 de

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

dezembro de 2007, que definem a aplicação de percentual de 4,17% sobre o lucro líquido consolidado antes das participações dos empregados e administradores, e da participação dos acionistas não controladores, observando-se a legislação em vigor.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 08 de abril de 2009, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DESTINAÇÃO DO RESULTADO E DIVIDENDOS

Em 31 de dezembro de 2008, após ajustes da Lei 11.638/07, o Patrimônio Líquido da Petrobras (Controladora) atingiu o montante de R\$ 144.051 milhões, correspondendo a R\$ 16,41 por ação.

O valor de mercado da Companhia alcançou R\$ 223.951 milhões.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 36.470 milhões, estão sendo propostas as seguintes destinações:

	R\$ milhões	
Lucro Líquido do Exercício		36.470
Destinações		
.. Para Reservas:		
Reserva Legal (art. 193 da Lei 6.404/76) constituída a razão de 5% do lucro líquido	1.824	
Reserva Estatutária (art. 194 da Lei 6.404/76)	395	
Reserva de Incentivos Fiscais (art. 195 - A da Lei 6.404/76)	557	
Retenção de lucros (art. 196 da Lei 6.404/76)	23.779	26.555
.. Para acionistas:		
Juros sobre o capital próprio	7.019	
Dividendos	2.896	9.915

RESERVA DE LUCROS - INCENTIVOS FISCAIS - SUDENE

É constituída mediante destinação da parcela do lucro correspondente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2008, foi apropriado no resultado o valor de R\$ 557 milhões referente ao incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e está sendo proposta a retenção desta parcela do lucro em reserva de incentivos fiscais.

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

Na Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em 08.04.2009, está sendo proposta uma retenção de lucros no montante de R\$ 25.217 milhões, sendo a parcela de R\$ 23.779 milhões provenientes do lucro do exercício de 2008 e R\$ 1.438 milhões do saldo remanescente de lucros oriundos de exercícios anteriores, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos da Companhia, estabelecido no Orçamento de Capital do exercício de 2009, também a ser deliberado na Assembleia Geral de Acionistas.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Conselho de Administração da Petrobras, com base em disposições estatutárias, está propondo à Assembleia Geral Ordinária do dia 08.04.2009, a distribuição de um dividendo relativo ao exercício de 2008, no montante de R\$ 9.915 milhões, correspondente a 29,04% do lucro básico para fins de dividendo equivalente a R\$ 1,13 por ação ordinária e preferencial, indistintamente, conforme abaixo demonstrado:

DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO BÁSICO DA CONTROLADORA PARA FINS DE DIVIDENDOS

	R\$ milhões
Lucro Líquido do Exercício	36.470
Apropriação:	
Reserva Legal (art. 193 da Lei 6.404/76)	(1.824)
Reserva de Incentivos Fiscais	(557)
(+) Reversões/Adições:	
Reserva de Reavaliação	51
(=) Lucro básico para determinação do dividendo	34.140
Dividendo proposto equivalente a 29,04% do lucro básico - R\$ 1,13 por ação composto de:	
Juros sobre Capital Próprio	7.019
Dividendos	2.896
Total de Dividendos Propostos	9.915

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os dividendos propostos para o exercício de 2008, incluem a parcela de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 7.019 milhões (R\$ 0,80 por ação), que será disponibilizada com base na posição acionária de 26 de dezembro de 2008, sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos. A parcela dos dividendos no valor de R\$ 2.896 milhões será disponibilizada com base na posição acionária de 08 de abril de 2009, data da AGO, que deliberará sobre o assunto.

Esses valores serão atualizados monetariamente, a partir de 31.12.2008 até a data de início do pagamento a ser definida em AGO, de acordo com a variação da taxa SELIC.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, dos Pronunciamentos, das Orientações e das Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis de 2008 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória 449, de 3 de dezembro de 2008, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de março de 2009.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

1.1 Relatório por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócios, apresentadas adicionalmente, foram preparadas de acordo com a norma norte-americana de contabilidade SFAS-131 emitida pelo "Financial Accounting Standards Board", a qual foi referendada pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia, Distribuição, Internacional e grupo de órgãos corporativos.

1.2 Balanço social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e foi elaborado de acordo com a Resolução CFC nº 1.003. Algumas informações foram obtidas através de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, subsidiárias e suas controladas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e das seguintes empresas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e sociedades de propósito específicos (SPE):

	Participação no capital - %			
	2008		2007	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
Subsidiárias e controladas				
Petrobras Química S.A. - Petroquisa e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Distribuidora S.A. - BR e suas controladas (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Services Company - Brasil e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Braspetro Oil Company - BOC e suas controladas (i)	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras International Braspetro B.V. - PIBBV e suas controladas (i) (v) (vii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN (viii)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro e sua controlada (x)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e suas controladas (v)	99,97	99,99	99,95	99,99
Petrobras International Finance Company - PifCo e suas controladas (i)	100,00	100,00	100,00	100,00
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e sua controlada	100,00	100,00	100,00	100,00
Downstream Participações Ltda. e sua controlada	99,99	99,99	99,99	99,99
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV e suas controladas (i) (v)	100,00	100,00	100,00	100,00
FAFEN Energia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
5283 Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Baixada Santista Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	100,00	100,00	100,00	100,00
Termorio S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termoceara Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomocaná Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termomucacê Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	99,00	99,00	99,00	99,00
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Termobahia S.A.	98,85	98,85		
Petrobras Biocombustível S.A.	100,00	100,00		
Refinaria Abreu e Lima S.A. (ix)	100,00	100,00		
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.	100,00	100,00		
Ipiranga Asfalto S.A.	100,00	100,00		
Cordoba Financial Services GmbH - CFS	100,00	100,00		
Controladas em conjunto				
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	10,00	10,00	10,00	10,00
GNL do Nordeste Ltda. (ii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termobahia S.A. (iii)			31,00	31,00
Ibiruzerno S.A. (iii)	50,00	50,00	50,00	50,00
Termoçu S.A. (ii)	74,80	74,80	72,10	72,10
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. PC BIOS (ii)	50,00	50,00		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Participação no capital - %			
	2008		2007	
	Subscrito e integralizado	Votante	Subscrito e integralizado	Votante
PMCC Projetos de Transporte de Alcool S.A. (ii)	33,33	33,33		
Brentech Energia S.A. (ii)	30,00	30,00		
Brasil PCH S.A. (ii)	42,33	42,33		
Brasympe Energia S.A. (ii)	20,00	20,00		
Breikener Energética S.A. (ii)	30,00	30,00		
Cia Energética Manauara S.A. (ii)	40,00	40,00		

Direitos e adiantamentos para aquisição de investimentos
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (vi)

Sociedades de Propósito Específico - SPE (iv)
Albacora Japão Petróleo Ltda.
Barracuda & Caratinga Leasing Company B V. (i)
Blade Securities Limited (i)
Cayman Cabiunas Investment CO. (i)
Charter Development LLC - CDC (i)
Codijas Coari Participações Ltda.
Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. - CLEP
Companhia Petrolífera Marlim
Companhia de Recuperação Secundária S.A. - CRSEC
Gasete Participações Ltda.
Manaus Geração Termelétrica Participações Ltda.
Nova Marlim Petróleo S.A.
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS
PDET Offshore S.A.
Companhia Mexilhão do Brasil
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados do Sistema Petrobras

- (i) Empresas sediadas no exterior com demonstrações contábeis elaboradas em moeda estrangeira.
- (ii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas na proporção das participações no capital social.
- (iii) Empresas com administração compartilhada, consolidadas integralmente, cujas atividades são controladas pela Petrobras de acordo com a Instrução CVM 408/2004.
- (iv) Sociedades de Propósito Específico - SPE, que na ausência de sua relação com a Petrobras, indicam que suas atividades operacionais são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela Companhia são consolidadas conforme determina a Instrução CVM 408/2004.
- (v) Empresas com participação em controladas em conjunto.
- (vi) Consolidação proporcional, em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar, em relação à operação de refino da Refinaria de Petróleo Riograndense, anteriormente denominada Refinaria de Petróleo Ipiranga (RPI).
- (vii) Participação de 20,13% da S283 Participações Ltda.
- (viii) Participação de 0,09% da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.
- (ix) Participação de 0,01% da Downstream.
- (x) Participação de 0,05% da Downstream.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não-circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

O deságio não alocado é apresentado no Consolidado, como receita diferida no passivo não circulante.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do exercício da Controladora, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, é demonstrada como segue:

	R\$ mil			
	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2008	2007	2008	2007
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	138.365.282	113.854.127	32.987.792	21.511.789
Lucro na venda de produtos em estoques em				
Subsidiárias e controladas, líquido de impostos	659.645	667.016	659.645	667.016
Reversão de lucros nos estoques de exercícios anteriores			(685.996)	(362.188)
Juros capitalizados	460.139	860.446	(38.188)	183.171
Absorção de passivo a descoberto de controlada (*)	4.160.318	73.274	3.507.491	61.129
Outras eliminações	405.755	557.372	38.805	(32.226)
Conforme demonstrações contábeis da controladora	144.051.139	116.012.235	36.469.549	22.028.691

(*) De acordo com a Instrução CVM 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio da Petrobras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3 Alterações de práticas contábeis

A Lei 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas Lei 6.404/76, visando à convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais. Apresentamos a seguir os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e referendados pela CVM até 31 de dezembro de 2008.

Pronunciamento Técnico/CPC		Deliberação/CVM	
Número	Título	Número	Data de emissão
CPC	Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	539/08	14 de março de 2008
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos	527/07	1º de novembro de 2007
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	534/08	29 de janeiro de 2008
CPC 03	Demonstração dos fluxos de caixa	547/08	13 de agosto de 2008
CPC 04	Ativo intangível	553/08	12 de novembro de 2008
CPC 05	Divulgação sobre partes relacionadas	560/08	11 de dezembro de 2008
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	554/08	12 de novembro de 2008
CPC 07	Subvenção e assistência governamentais	555/08	12 de novembro de 2008
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08	12 de novembro de 2008
CPC 09	Demonstração do valor adicionado	557/08	12 de novembro de 2008
CPC 10	Pagamentos baseados em ações	562/08	17 de dezembro de 2008
CPC 11	Contratos de seguro	563/08	17 de dezembro de 2008
CPC 12	Ajuste a valor presente	564/08	17 de dezembro de 2008
CPC 13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	565/08	17 de dezembro de 2008
CPC 14	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidênciação	566/08	17 de dezembro de 2008

A Medida Provisória 449/08 também instituiu o Regime Tributário de Transição estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os métodos e critérios introduzidos pela nova legislação.

A Companhia adotou pela primeira vez estes pronunciamentos, quando aplicável, na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2008, conforme facultado pela deliberação CVM 565/08, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º janeiro de 2008, data de transição, na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis de 2007.

00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos adotados:

3.1 Demonstração dos fluxos de caixa – DFC e demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia já elaborava e divulgava a DFC e a DVA antes da sua obrigatoriedade, como informação complementar. Todavia, algumas mudanças na estrutura de apresentação dessas demonstrações foram realizadas, em função do disposto nos pronunciamentos técnicos - CPC 03 e CPC 09.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

O CPC 01 define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As avaliações são efetuadas considerando-se a menor unidade geradora de caixa, quando aplicável, e o valor recuperável é o valor de uso determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros antes dos impostos.

A Companhia já adotava esse procedimento, entretanto, as perdas provisionadas, segundo o atual procedimento, poderão ser revertidas se houver indicativos que evidenciem essa recuperação.

3.3 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

O CPC 02 estabelece critérios para definição da moeda funcional e conversão das demonstrações contábeis de controladas, coligadas e sucursais com moeda funcional distinta da moeda funcional da controladora.

A adoção do CPC 02 alterou os seguintes procedimentos:

- a) As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, passaram a ser registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

Até o exercício de 2007, essa variação cambial afetava o resultado do exercício, como equivalência patrimonial.

- b) A demonstração de resultado das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, passou a ser convertida pela taxa de câmbio média mensal, e os demais itens do patrimônio líquido passaram a ser convertidos pela taxa histórica.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Anteriormente, era utilizada a taxa de câmbio do final do exercício para conversão desses itens.

3.4 Ativos intangíveis

O CPC 04 define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos.

A Companhia já apresentava seus ativos intangíveis de acordo com a Deliberação CVM 488/05, de 3 de outubro de 2005.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto) passa a ser apresentado como ativo intangível e o ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas continua a ser apresentado no investimento.

Esses ágios não serão mais amortizados pelo prazo e extensão das projeções que os determinaram, a partir do exercício de 2009, em função do preconizado no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, estando sujeitos ao teste por "impairment".

3.5 Divulgações sobre partes relacionadas

A Companhia ampliou a divulgação de transações e saldos com partes relacionadas, em notas explicativas, em função do CPC 05.

3.6 Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

O CPC 06 estabelece procedimentos de contabilização e de divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens.

A Companhia passou a registrar em seu ativo imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle desses bens, assim como sua obrigação correlata.

Anteriormente, essas operações eram tratadas como custo/despesa com afretamentos, aluguel ou prestação de serviços.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.7 Subvenções e assistências governamentais

O CPC 07 define que os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos, recebidos a partir de 1º janeiro de 2008, sejam reconhecidos como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática, aplicando-se na Petrobras da seguinte forma:

- a) Subvenções com reinvestimentos: na mesma proporção da depreciação do bem;
- b) Subvenções diretas relacionadas ao lucro da exploração: diretamente no resultado.

Os valores apropriados no resultado, no ano de 2008, serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais.

Os saldos das reservas de capital referentes às doações e subvenções para investimento, em 31 de dezembro de 2007, serão mantidos no patrimônio líquido até a sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

3.8 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

O CPC 08 estabelece o tratamento contábil aplicável ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação dos custos de transação incorridos e dos prêmios recebidos no processo de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais e/ou dívida.

A Companhia passou a apresentar os títulos patrimoniais e de dívidas pelo valor recebido, isto é, líquido dos referidos custos de transação, descontos e prêmios incorridos.

3.9 Ajuste a valor presente – AVP

O CPC 12 estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo. A Companhia já adotava esse procedimento para as transações relevantes.

3.10 Instrumentos financeiros

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a adoção do CPC 14, as seguintes alterações foram procedidas:

As operações de "hedge" de fluxo de caixa passaram a ser registradas, no balanço patrimonial, pelo seu valor justo, quando se qualificam como "hedge" efetivo, com efeitos no patrimônio líquido, e posterior reclassificação para o resultado, quando a transação objeto de "hedge" tenha impacto sobre o resultado. Anteriormente, essas operações eram registradas no resultado, quando da sua liquidação financeira.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados passaram a ser marcados a mercado ao longo de seus períodos de vigência, com impactos no resultado financeiro. Anteriormente, esses ajustes eram registrados no resultado somente quando da sua liquidação financeira.

O ajuste ao valor de mercado dos títulos mobiliários classificados como disponíveis para venda passou a ser registrado, no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando será transferido para o resultado. Anteriormente, esses ajustes impactavam o resultado do exercício.

3.11 Investimentos societários

De acordo com a Medida Provisória 449/08, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas nos quais a administração tenha influência significativa, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Não foram identificados efeitos relevantes sobre este item.

Anteriormente, a aplicação do método de equivalência patrimonial era determinada somente para os investimentos relevantes em coligadas que a administração tivesse influência, ou que participasse com 20% ou mais do capital social.

3.12 Diferido

A Medida Provisória 449/08 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de "impairment".

3.13 Resultado de exercícios futuros – REF

O resultado de exercícios futuros foi extinto a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Todavia, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram reclassificados para o passivo não-circulante – receita diferida.

Os deságios decorrentes de expectativa de resultado futuro foram reclassificados, nas demonstrações contábeis consolidadas, para o passivo não-circulante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3.14 Reserva de reavaliação

A Lei 11.638/07 não admite novas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

A Companhia optou por manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

3.15 Receitas e despesas não operacionais

As receitas e despesas não operacionais foram extintas a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Todavia, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 provenientes da alienação e baixa de ativos de natureza permanente foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais, com exceção dos saldos decorrentes de ganhos e perdas de capital nos investimentos que foram reclassificados para o resultado de participações em investimentos.

3.16 Efeitos da adoção da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da adoção da nova legislação, líquidos dos efeitos fiscais quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	32.987.792	138.365.282	36.469.549	144.051.139
- Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008, data de transição:				
Instrumentos financeiros derivativos		48.177		
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens		(1.386.691)		(1.386.691)
		(1.338.514)		(1.386.691)
- No exercício de 2008:				
Subvenção e assistência governamentais	(557.185)	76.574	(557.185)	76.574
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(205.341)	200.522	(205.341)	130.839
Instrumentos financeiros derivativos	314.371	314.371	(8.984)	(8.984)
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	739.814	739.814	739.814	739.814
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	636.264		452.704	
	927.923	1.331.281	421.008	938.243
Saldos anteriores à aplicação da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08	33.915.715	138.358.049	36.890.557	143.602.691

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ATIVO	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2008	2007	2006	2008	2007	2006
	11.638/07	6.404/76	6.404/76	11.638/07	6.404/76	6.404/76
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	15.888.596	15.888.596	13.070.849	11.268.314	11.268.314	7.847.949
Títulos e valores mobiliários	288.751	288.751	589.788			
Contas a receber, líquidas	14.903.732	14.903.732	11.328.967	17.370.050	17.319.294	12.036.476
Dividendos a receber	20.101	20.101	80.596	987.986	987.986	668.501
Estoques	19.977.171	20.289.805	17.599.001	13.847.969	14.160.603	12.800.138
Impostos, contribuições e participações	9.641.247	9.897.998	7.781.536	6.273.161	6.534.467	5.125.217
Despesas antecipadas	1.393.879	1.514.794	1.429.829	1.078.815	1.199.730	1.095.815
Outros ativos circulantes	1.461.801	1.891.402	1.493.200	430.312	386.780	579.999
	63.375.278	64.695.179	53.373.766	51.256.607	51.857.174	40.154.095
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber, líquidas	1.326.522	1.326.522	2.901.902	91.626.391	91.626.391	48.203.621
Conta perdedor e álcool - STN	809.673	809.673	797.851	809.673	809.673	797.851
Títulos e valores mobiliários	4.066.280	4.066.280	3.922.370	3.597.762	3.597.762	3.386.999
Projetos estruturados				2.039.293	2.039.293	1.503.713
Depósitos judiciais	1.853.092	1.853.092	1.693.495	1.542.378	1.542.378	1.443.658
Despesas antecipadas	1.400.072	1.453.755	1.514.301	444.904	498.567	809.332
Adiantamento para plano de pensão			1.296.810			1.296.810
Impostos e contribuição social diferidos	10.238.308	9.917.952	8.333.490	6.614.741	6.398.396	5.557.483
Estoques	303.929	303.929	236.753	303.929	303.929	236.753
Outros ativos realizáveis a LP	1.256.967	1.256.967	1.325.865	640.177	640.177	711.399
	21.254.843	20.988.150	21.022.837	107.619.148	107.356.566	63.949.619
Investimentos						
Imobilizado	5.106.495	5.304.495	7.822.074	28.306.947	28.494.818	26.068.789
Intangível	190.754.167	192.052.249	139.940.726	119.207.092	101.442.046	77.252.144
Diferido	8.003.213	8.003.213	5.532.053	3.781.716	3.233.247	3.074.677
	228.388.554	229.817.983	177.854.034	259.754.260	241.365.934	171.078.915
	292.163.847	294.513.102	231.227.800	311.070.867	293.223.108	211.233.010

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PASSIVO	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2008	2007		2008	2007	
	11.638,07	6.404,76	6.404,76	11.638,07	6.404,76	6.404,76
Circulante						
Financiamentos	12.451.137	12.451.137	7.853.781	2.276.822	2.276.822	625.922
Juros sobre financiamentos	823.330	823.330	647.449	229.334	229.334	122.396
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	585.045			5.052.563		
Fornecedores	17.027.579	18.009.588	13.791.198	72.032.402	72.530.956	36.456.554
Impostos, contribuições e participações	12.741.382	12.734.614	10.006.272	10.537.882	10.537.882	8.493.492
Dividendos propostos	9.914.707	9.914.707	6.580.557	9.914.707	9.914.707	6.580.557
Projetos estruturados	188.858	188.858	41.470	401.148	401.148	408.234
Plano de pensão	627.988	627.988	424.259	579.051	579.051	386.091
Plano de saúde	523.714	523.714	455.736	493.221	493.221	429.666
Salários, férias e encargos	2.016.430	2.016.430	1.688.960	1.561.017	1.561.017	1.375.912
Provisão para contingências	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000	54.000
Adiantamento de clientes	666.107	666.107	493.217	298.032	298.032	120.326
Provisão para participações de empregados e administradores	1.344.526	1.344.526	1.011.914	1.138.078	1.138.078	844.412
Receitas diferidas	5.929	5.929				
Outras contas e despesas a pagar	3.586.429	3.630.980	4.506.198	7.130.338	7.123.318	4.488.096
	61.557.161	62.991.908	47.555.011	111.698.595	107.137.566	60.385.858
Não circulante						
Financiamentos	50.049.441	50.049.441	29.806.589	11.456.564	11.456.564	4.811.988
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	804.998			12.701.708		
Subsidiárias, controladas e coligadas	49.289	49.289	94.664	1.100.528	1.100.528	2.374.256
Impostos e contribuição social diferidos	13.165.132	12.391.301	10.418.754	10.821.894	10.821.894	8.433.677
Plano de pensão	3.475.581	3.475.581	4.520.145	2.966.084	2.966.084	4.138.672
Plano de saúde	10.296.679	10.296.679	9.272.183	9.510.037	9.510.037	8.554.276
Provisão para contingências	890.326	890.326	613.969	203.285	203.285	208.415
Provisão para desmantelamento de áreas	6.581.618	6.581.618	6.132.359	5.975.787	5.975.787	5.854.072
Receitas diferidas	1.292.906	1.216.332	1.391.788	76.574	-	-
Outras contas e despesas a pagar	1.982.355	1.982.355	1.262.114	448.672	448.672	459.561
	88.588.325	87.153.122	63.512.565	55.261.133	42.482.851	34.834.917
Participação dos acionistas não controladores	2.653.074	6.030.053	6.306.097			
Patrimônio líquido						
Capital social realizado	78.966.691	78.966.691	52.644.460	78.966.691	78.966.691	52.644.460
Reservas de capital	514.857	1.148.616	1.553.831	514.857	1.148.616	1.553.831
Reserva de reavaliação	10.284	10.284	61.520	10.284	10.284	61.520
Reservas de lucros	58.643.049	58.232.458	59.594.316	64.442.783	63.477.100	61.752.424
Ajustes acumulados de conversão	636.264			452.704		
Ajustes de avaliação patrimonial	(405.863)			(336.180)		
	138.365.282	138.358.049	113.854.127	144.051.739	143.602.691	116.012.235
	292.163.847	294.813.132	231.227.800	311.010.847	293.223.108	211.233.010

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RESULTADO	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2008	2007		2008	2007	
	11.638/07	6.404/76	6.404/76	11.638/07	6.404/76	6.404/76
Receita operacional bruta						
Vendas						
Produtos	266.217.208	284.265.136	218.050.202	207.484.566	207.484.566	169.965.711
Serviços, principalmente fretes	276.872	314.355	203.972	505.883	505.883	279.243
	266.494.080	284.579.491	218.254.174	207.990.449	207.990.449	170.244.954
	(51.375.544)	(52.396.405)	(47.676.449)	(46.280.943)	(46.280.943)	(43.477.953)
Encargos de vendas						
Receita operacional líquida	215.118.536	232.183.086	170.577.725	161.709.506	161.709.506	126.767.001
Custos dos prod. e serv. vendidos	(141.623.359)	(157.498.508)	(104.398.043)	(97.343.992)	(98.966.486)	(70.444.686)
Lucro bruto	73.495.177	74.684.578	66.179.682	64.365.514	62.743.020	56.322.315
Outras receitas (despesas) operacionais						
Vendas	(7.162.264)	(7.639.137)	(6.059.734)	(6.325.507)	(6.394.074)	(5.314.132)
Financeiras						
Despesas	(4.193.135)	(5.246.351)	(3.292.002)	(7.050.686)	(5.486.521)	(3.096.677)
Receitas	3.494.430	3.797.382	2.417.659	5.991.531	5.955.019	4.662.159
Variações cambiais e monetárias, líquidas	3.827.489	5.471.140	(3.146.547)	8.256.134	9.794.822	(4.713.938)
Gerais e administrativas						
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(35.792)	(37.165)	(29.259)	(5.153)	(5.153)	(4.034)
De administração	(7.211.566)	(7.457.323)	(6.398.633)	(5.012.193)	(5.012.193)	(4.484.176)
Tributárias	(862.766)	(900.656)	(1.255.511)	(425.978)	(425.978)	(717.092)
Custos com pesq. e desenv. tecnológico	(1.705.572)	(1.705.572)	(1.712.338)	(1.690.702)	(1.690.702)	(1.700.342)
Perda na recuperação de ativos	(933.088)	(925.369)	(446.129)	(602.675)	(602.675)	(45.248)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(3.494.258)	(3.653.924)	(2.569.724)	(2.550.569)	(2.550.569)	(1.211.923)
Planos de pensão e saúde	(1.427.395)	(1.427.395)	(2.494.510)	(1.343.773)	(1.343.773)	(2.359.108)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4.712.243)	(5.334.214)	(5.188.393)	(3.366.678)	(3.746.256)	(4.611.454)
	(24.416.160)	(25.058.584)	(30.175.121)	(14.126.249)	(11.508.053)	(23.595.965)
Participações em subsidiárias e coligadas						
Resultado de participações em investimentos relevantes	(874.218)	(399.412)	(465.274)	2.252.380	2.230.495	(643.379)
Lucro operacional	48.204.799	49.226.582	35.539.287	52.491.645	53.465.462	32.082.971
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	48.204.799	49.226.582	35.539.287	52.491.645	53.465.462	32.082.971
Contribuição social	(4.169.529)	(4.258.636)	(2.876.775)	(3.995.909)	(4.142.240)	(2.492.591)
Imposto de renda	(11.792.449)	(12.039.967)	(8.395.983)	(10.888.109)	(11.294.587)	(6.717.277)
Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	-32.242.821	32.927.979	24.266.529	37.607.627	38.028.635	22.873.103
Particip. dos empregados e administradores	(1.344.526)	(1.344.526)	(1.011.914)	(1.138.078)	(1.138.078)	(844.412)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	30.898.295	31.583.453	23.254.615	36.469.549	36.890.557	22.028.691
Particip. dos acionistas não controladores	2.069.497	2.332.262	(1.742.826)			
Lucro líquido do exercício	32.967.792	33.915.715	21.511.789	36.469.549	36.890.557	22.028.691

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência das alterações da Lei 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008. As reclassificações efetuadas não têm impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007 e podem ser assim resumidas:

Demonstração de Resultado	R\$ mil			
	31/12/2007			
	Consolidado		Controladora	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Receitas(despesas) operacionais				
Receitas/Despesas financeiras	2.506.543	2.417.659	(2.983.518)	(3.096.677)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.623.379)	(5.188.393)	(4.365.710)	(4.611.454)
Participações em subsidiárias e coligadas				
Resultado de participações em investimentos	(680.655)	(465.274)	(661.581)	(643.379)
Receitas e despesas não operacionais	(438.517)		(340.701)	

Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de todas as suas controladas brasileiras, é o Real (R\$). A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da "Petrobras Energia Participaciones S.A." - PEPSA é o peso argentino.

Em 2008, a Companhia converteu os ativos e passivos de controladas e sociedades de propósito específico com moeda funcional distinta do Real (R\$) para Reais, à taxa de câmbio corrente de venda em 31.12.2008, e as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa às taxas médias vigentes durante o exercício. O ganho líquido de conversão no montante de R\$ 636.264 mil no Consolidado (R\$ 452.704 mil na Controladora), resultante deste processo, foi apresentado como ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido.

4.2 Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

4.3 Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

4.4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados pela Companhia como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento ou para negociação, com base nas estratégias da administração para esses títulos e valores mobiliários.

Os juros e atualização monetária dos títulos e valores mobiliários para negociação, bem como o ajuste a valor justo desses itens, estão registrados no resultado.

Os encargos e a atualização monetária, se aplicável, sobre os títulos disponíveis para venda, são registrados no resultado, quando incorridos. Os ajustes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado.

4.5 Contabilização de derivativos e operações de "hedge"

Todos os instrumentos derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e foram mensurados pelo valor justo.

Nas operações com instrumentos financeiros derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado como receita ou despesa financeira.

Para as operações de "hedge" de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio dos custos de importação e de produção, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra que não excede ao de reposição, as importações em andamento demonstradas ao custo identificado e os adiantamentos apresentados pelo valor efetivamente desembolsado.

4.7 Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 para as empresas sediadas no Brasil, e no exercício de 2002 para as empresas sediadas na Argentina, e os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Para os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção, é utilizado o método da linha reta. Outros equipamentos e ativos não relacionados com a produção de petróleo e gás são depreciados de acordo com a vida útil estimada.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os custos capitalizados, bens e direitos e concessões vinculados são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os custos capitalizados são depreciados, utilizando-se o método das unidades produzidas em relação às reservas provadas e desenvolvidas. Essas reservas são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com padrões internacionais e revisadas anualmente ou quando há indicação de alteração significativa.

4.8 Abandono de poços e desmantelamento de áreas

De acordo com a prática contábil adotada, apoiada no pronunciamento SFAS 143- "Accounting for Asset Retirement Obligations" do "Financial Accounting Standards Boards" - FASB, a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos.

4.9 Ativos Intangíveis

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os gastos com direitos e concessões que incluem, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural e são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais. Adicionalmente, também são incluídos softwares, marcas e patentes neste grupo, amortizados linearmente pela vida útil estimada.

4.10 Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.11 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme procedimentos previstos na Deliberação CVM 371/00, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

4.12 Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4.13 Paradas programadas (campanha)

A Companhia adota como prática contábil o registro no Imobilizado dos gastos relevantes realizados com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem e desmontagem, entre outros.

Tais paradas ocorrem em períodos programados, em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo de produção até o início da parada seguinte.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e bancos	2.622.270	2.329.575	394.220	866.147
Aplicações financeiras				
- No País				
Fundos de investimentos exclusivos:				
. Cambial				
. DI	1.454.268	1.600.197	7.696	1.048.495
. Títulos Públicos	3.492.197	915.015		
. Direitos Creditórios			6.338.839	2.254.378
Fundos de investimentos financeiros:				
. Cambial	2.223	40.541		
. DI	1.685.713	1.640.094		
Outros	237.519	669.598	85.247	
	6.871.920	4.865.445	6.431.782	3.302.873
- No Exterior				
. "Time deposit"	4.005.280	2.165.182	3.989.814	1.670.407
. Título de Renda fixa	2.389.126	3.710.647	452.498	2.008.522
	6.394.406	5.875.829	4.442.312	3.678.929
Total das aplicações financeiras	13.266.326	10.741.274	10.874.094	6.981.802
Total de caixa e equivalentes de caixa	15.888.596	13.070.849	11.268.314	7.847.949

As aplicações financeiras no país possuem liquidez imediata e são representadas por quotas de fundos exclusivos, cujos recursos estão aplicados em títulos públicos federais e operações de derivativos, executadas pelos gestores dos fundos, com contratos futuros de dólar norte-americano e de DI (Depósito Interbancário) com garantia da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições na BM&F, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas. Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2008, a Controladora mantinha recursos investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimentos é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira do caixa da Controladora e suas Subsidiárias. A Petrobras consolida o FIDC-NP em suas demonstrações contábeis. As cessões de direitos creditórios registradas no passivo circulante da Controladora no montante de R\$ 5.764.529 mil (R\$ 1.978.332 mil em 2007) foram compensadas no Consolidado com os valores aplicados no FIDC-NP. Os investimentos em títulos públicos do FIDC-NP estão registrados em caixa e equivalentes de caixa (Consolidado) em função dos seus respectivos prazos de realização.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia e sua subsidiária PifCo mantinham recursos investidos em fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas de empresas do Sistema Petrobras e de Sociedade de Propósito Específico relacionados a projetos da Companhia, principalmente aos projetos CLEP e Malhas, equivalentes a R\$ 10.746.751 mil e R\$ 7.082.600 mil, respectivamente. Este valor, referente às empresas que são consolidadas, foi compensado no saldo de financiamentos nos passivos circulante e não circulante.

6 Contas a receber, líquidas

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Cientes				
Terceiros	14.273.886	13.237.310	3.550.726	3.445.477
Partes relacionadas (Nota 6.1)	1.198.572	1.163.682	103.132.236 (*)	55.454.964 (*)
Outras	3.571.698	2.117.834	2.604.744	1.542.348
	<u>19.044.156</u>	<u>16.518.826</u>	<u>109.287.706</u>	<u>60.442.789</u>
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.813.902)</u>	<u>(2.287.957)</u>	<u>(291.265)</u>	<u>(202.692)</u>
	<u>16.230.254</u>	<u>14.230.869</u>	<u>108.996.441</u>	<u>60.240.097</u>
Menos: contas a receber não circulante, líquidas	<u>(1.326.522)</u>	<u>(2.901.902)</u>	<u>(91.626.391)</u>	<u>(48.203.621)</u>
Contas a receber a curto prazo, líquidas	<u>14.903.732</u>	<u>11.328.967</u>	<u>17.370.050</u>	<u>12.036.476</u>

(*) Não contempla os saldos de dividendos a receber de R\$ 987.986 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 668.501 mil em 31 de dezembro de 2007), ressarcimentos a receber de R\$ 1.143.898 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 1.297.516 mil em 31 de dezembro de 2007) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de R\$ 5.816.275 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 2.261.413 mil em 31 de dezembro de 2007).

Mutações da provisão para	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
créditos de liquidação duvidosa				
Saldo em 1º de janeiro	2.287.957	2.437.636	202.692	187.482
Adições (*)	561.942	392.091	99.315	293.472
Baixas (**)	(35.997)	(541.770)	(10.742)	(278.262)
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.813.902</u>	<u>2.287.957</u>	<u>291.265</u>	<u>202.692</u>
Circulante	<u>1.499.770</u>	<u>1.323.496</u>	<u>291.265</u>	<u>202.692</u>
Não circulante	<u>1.314.132</u>	<u>964.461</u>		

(*) Inclui variação cambial credora sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

(**) Inclui variação cambial devedora sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em empresas no exterior.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função de a PifCo ser uma subsidiária criada para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, seus rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, com base na análise dos valores a receber e em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, não são esperadas perdas na realização destas contas a receber.

7.1 Ativo

	R\$ mil								
	Controladora								
	Ativo Circulante		Ativo não circulante						
	Contas a Receber, principalizadas por vendas	Disponibilidades a Receber	Dividendos	Adiantamento para aumento de capital	Valores vinculados à construção de passadizo	Operações de crédito	Outras Operações	Resseguramento a Receber	Total do ativo
Controladas (**)									
Petrobras	31.493		15.000						30.493
BR Distribuidora	1.431.990		500.576			233.226			2.167.794
Gaspetro	919.844		175.067			13.364			2.392.233
PifCo	6.749.417			390.475	907.863				80.067.122
PNBV	20.800			11.493		59.244.323	28.380		40.711
Derivacron	48.761					415.863	8.418		464.446
Transpetro	506.935		242.000						748.935
PfB-BV Holanda	279.747						89.122		368.866
Bioet	11.572					28.819.925	4.637		28.837.154
BOC	172					507.895	143		508.210
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda	70.914		51.043						121.981
Apimex Afiliados	17.265						44.777		66.062
Petrobras Comercializadora Energia Ltda	30.129								30.129
Petrobras Negócios Eletricos	2.189		681						2.792
Termoeletricas	364.819		3.123	108.362		243.042			716.649
Demais Controladas	57.341						11		57.372
	10.620.349		987.926	500.530	907.863	89.530.219	130.731		102.697.898
Sociedades de Propósito Específico:									
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	414.243							73.493	487.778
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	453.914							34.136	488.090
Transportadora Unida Manaus - TUM	200.693								200.693
PDET Off Shore	61.390							933.794	1.015.184
Cayman Cabezas Investment								82.346	82.346
Fundo de Investimento em Direitos Creditários (**)	(605.223)	6.338.839							5.733.617
Demais Controladas em Conjunto	67.480							179	67.659
	597.280	6.338.839						1.143.898	8.033.317
Coligadas	274.522								274.522
31/12/2008	11.457.679	6.338.839	987.926	500.530	907.863	89.530.219	130.731	1.143.898	110.997.737
31/12/2007	7.899.158		668.501	1.028.461	875.134	45.335.632	106.575	1.297.516	57.420.981

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto.
(**) Inclui R\$ 67.659 mil de despesas antecipadas

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Indexador	Taxas dos Mútuos Ativos	
	R\$ mil	
	2008	2007
TJLP + 5% a.a.	54.587	293.618
LIBOR + 1 a 3% a.a.	88.577.145	44.578.600
1,70% a.a.	415.665	308.468
101% do CDI	240.780	192.976
14,5% a.a.	85.658	84.788
IGPM + 6% a.a.	176.384	77.178
Outras taxas		4
	<u>89.550.219</u>	<u>45.535.632</u>

Gasoduto Bolívia-Brasil

O Gasoduto Bolívia-Brasil, no território boliviano, é de propriedade da empresa Gás Transboliviano S.A. (GTB), tendo a Gaspetro participação minoritária (11%) no capital dessa Companhia.

Para construção do trecho boliviano, foi firmado um contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), posteriormente repassado à GTB, por empreitada global ("turn key"), no valor de US\$ 350 milhões, que está sendo liquidado em 12 anos, desde janeiro de 2000, através do fornecimento de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo dos direitos ao fornecimento futuro, por conta do custo incorrido na obra, até aquela data, acrescidos de juros de 10,7% a.a., é de R\$ 560.369 mil (R\$ 506.239 mil em 31 de dezembro de 2007), sendo R\$ 416.745 mil classificados no ativo realizável a longo prazo como adiantamento a fornecedores (R\$ 396.781 mil em 31 de dezembro de 2007), que inclui o valor de R\$ 141.530 mil (R\$ 111.143 mil em 31 de dezembro de 2007) relacionado à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás pelo prazo de 40 anos (TCO - "Transportation Capacity Option").

A titularidade do gasoduto no trecho brasileiro é da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), controlada da Gaspetro. Em 31 de dezembro de 2008, o total de créditos da Petrobras junto à TBG, relacionados ao gerenciamento, ao repasse de custos e financiamentos vinculados à construção do gasoduto e à aquisição antecipada do direito de transportar 6 milhões de metros cúbicos de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO), era de R\$ 907.862 mil (R\$ 875.134 mil em 31 de dezembro de 2007), e está classificado no ativo realizável a longo prazo, como contas a receber líquidas.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7.2 Passivo

	R\$ mil									
	Controlada									
	Passivo circulante					Passivo não circulante				
	Fora do Brasil participação em empresas de petróleo e derivados	Adiantamentos de Clientes	Afretamento de Plataformas	Compromissos Controlados com Terc. de Operações com Projetos Estruturados	Fundo de reservas cadas - FIDC	Outras Operações	Compromissos Controlados com Terc. de Operações com Projetos Estruturados	Operações de Médio Prazo	Pagamentos de participações	
Controladas (*)										
Petrobras	(19.332)					(17)				
BR Distribuidora	(242.833)	(24.412)								
Capgem	(679.703)	(189.015)								
Pfizer	(54.009.095)	(3.323.487)								(81.338)
PSCV	(702.617)		(1.790.655)							
DuPont	(44.691)									
Tanagra	(27.310)									
PR-BV Mubada	(139.614)	(15.589)				(50)				
Brazil	(22.642)	(1.121)	(42.411)			(5)				
Petrobras Serviços Eletrônicos	(4.055)									
Servicos Eletron	(376.044)			(18.295)			(683.779)			
Servicos Controlados	(4.029)									
Societades de propósito específico	(16.709.465)	(2.553.652)	(18.433.050)	(18.795)		(82)	(683.779)			(81.338)
PDEI Offshore				(541.078)	(200.333)		(1.682.043)			
Novo Transportes do Nordeste - NTN				(710.367)			(923.037)			
Novo Transportes do Nordeste - NTS				(96.1310)			(924.399)			
Campan Cabanas Lavagem Co				(292.778)			(181.022)			
Ala Locadora de Equipamentos Petrolíferos				(778.320)			(2.507.171)			
CA Petrobras Marlim				(235.805)			(319.115)			
Chamco Development LLC				(333.816)			(3.676.965)			
Formaco Camargo Leasing Do RV				(994.714)			(458.217)			
Camargo Santiago S/A				(175.184)			(1.701.753)			
Fundo de Investimento em Títulos Creditícios				(26.383)	(11.556)					
Debras Controladas em Liquidação				(5.049.747)	(212.289)	(1.764.529)				
Calçados	(32.775)	(14.028)					(1.971.388)			(46.261)
31/12/2008	(16.387.638)	(3.567.080)	(1.433.060)	(5.068.382)	(212.289)	(1.764.529)	(12.654.967)	(46.261)		(81.338)
31/12/2007	(27.443.284)	(426.111)	(1.157.670)		(366.784)		(41.951)			(705.080)

(*) todas as controladas e grupo de controladas em conjunto

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7.3 Resultado

	R\$ mil			
	Controladora			
	Resultado			Total do resultado
Receitas Operacionais, principalmente por vendas	Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Controladas (*):				
Petroquisa	178.771		1.271	180.042
BR Distribuidora	50.378.902	(82.221)	15.201	50.311.882
Gaspetro	4.885.016	(27.605)	241.839	5.099.250
Pi/Co	20.459.095	(242.125)	1.901.889	22.118.859
PNBV			(509.707)	(509.707)
Downstream	4.610.498	5.002	166.146	4.781.646
Transpetro	486.950		10.145	497.095
PIB-BV Holanda	123.431		2.025	125.456
Brasoil		1.354.460	7.638.177	8.992.637
BOC		29.886	127.452	157.338
ALVO	2.281.750			2.281.750
Quator Participações	1.457.703			1.457.703
Ipiranga Asfaltos	214.943	2.293		217.236
Petrobras Comercializadora Energia Ltda.	532.993			532.993
Petrobras Negócios Eletrônicos	3.630		103	3.733
Termoelétricas	199.737	(130.923)	(8.279)	60.535
Demais Controladas	35	10	21	66
	85.813.454	908.777	9.586.283	96.308.514
Sociedades de propósito específico:				
Nova Transportadora do Nordeste - NTN	21.854	(352.136)		(330.282)
Nova Transportadora do Sudeste - NTS	20.299	(411.719)		(391.420)
Transportadora Urucu Manaus - TUM	127.907			127.907
Cia Petrolífera Marlim		(109.636)		(109.636)
Cia. Locadora de Equipamentos Petrolíferos		(533.543)		(533.543)
PDET Offshore		(159.701)		(159.701)
Charter Development LLC		(68.878)	(906.161)	(975.039)
Barracuda Caratinga Leasing Co BV		(43.309)	(381.079)	(424.388)
Cayman Cabiunas Investment Co.		(35.838)	(111.476)	(147.314)
Gasene Participações S/A	109.953	(24.726)		85.227
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		(78.417)		(78.417)
Demais Controladas em Conjunto		(18.117)	(7.473)	(25.590)
	280.013	(1.836.020)	(1.406.189)	(2.962.196)
Coligadas	6.517.248	(4.310)	7.574	6.520.512
31/12/2008	92.610.715	(931.553)	8.187.668	99.866.830
31/12/2007	74.322.002	1.214.112	(3.393.971)	72.142.143

(*) Inclui suas controladas e grupo de controladas em conjunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7.4 Garantias Obtidas e Concedidas

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias e terceiros, garantindo a compra da dívida em caso de inadimplência por parte das subsidiárias e controladas.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, as operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento da Operação	R\$ mil				
	Brasoil	PNBV	PifCo	PIB-BV	Total
2008					14.954
2009		1.857.915	210.330		2.068.245
2010	244.904		759.525		1.004.429
2011		1.109.140	575.720		1.684.860
2012		1.103.064			1.103.064
2013		198.645	874.531		1.073.176
2014 em diante		5.652.930	12.970.607	701.100	19.324.637
	244.904	9.921.694	15.398.713	701.100	26.258.411
					20.297.203

Em conformidade com o Decreto 4.543/2002 que legisla sobre o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural – Repetro, a Petrobras vem efetuando importação e exportação de equipamentos e materiais, sob este regime. O benefício destas operações feitas via Repetro é a suspensão temporária dos impostos federais pelo prazo em que os referidos materiais e equipamentos permaneçam no Brasil. Para a concessão deste benefício, é exigido uma Fiança Idônea, assinada por terceiros, como forma de garantia do recolhimento dos tributos suspensos.

As Fianças Idôneas vêm sendo concedidas pela Petrobras Distribuidora S/A - BR e a Petrobras Gás S/A – Gaspetro e a remuneração cobrada está fixada em 0,30% ao ano, sobre o montante dos tributos federais suspensos.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, as despesas anuais incorridas pela Petrobras na obtenção das Fiança Idônea foram:

	R\$ mil	
	2008	2007
BR	21.582	41.903
Gaspetro	1.297	
Total	22.879	41.903

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7.5 Transações com Entidades Governamentais e Fundos de Pensão

A Companhia é controlada pelo Governo Federal e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações.

As transações significativas com entidades governamentais e com fundo de pensão resultaram nos seguintes saldos:

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2008		2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Petros (Fundo de Pensão)		479.581	1.296.810	411.759
Banco do Brasil S.A.	750.798	5.100.281	2.812.802	601.042
BNDES		10.726.041		6.731.721
Caixa Econômica Federal	1.669	3.617.670		
Governo Federal - Dividendos Propostos		3.193.964		2.119.887
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB)	1.581.541	82.489	1.529.964	155.475
Conta de petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	809.673		797.851	
Títulos Governamentais	7.412.913		3.675.246	
Outros	730.158	589.065	889.799	704.101
	11.286.752	23.789.091	11.002.472	10.723.985
Circulante	4.782.062	7.366.018	3.556.208	4.960.750
Não circulante	6.504.690	16.423.073	7.446.264	5.763.235

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme abaixo:

	R\$ mil			
	Consolidado			
	2008		2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo				
Circulante:	4.782.062		3.556.208	
Caixa e equivalentes de caixa	4.168.488		3.045.885	
Contas a Receber, líquidas	62.305		261.194	
Outros ativos circulantes	551.269		249.129	
Não circulante:	6.504.690		7.446.264	
Conta petróleo e álcool - STN	809.673		797.851	
Depósitos judiciais	1.580.435		1.529.964	
Adiantamento para plano de pensão			1.296.810	
Titulos e valores mobiliários	3.941.889		3.392.129	
Outros ativos realizados a longo prazo	172.693		429.510	
Passivo				
Circulante:		7.366.018		4.960.750
Financiamentos		2.617.666		1.888.573
Dividendos propostos		3.949.365		2.119.887
Outros passivos circulantes		798.987		952.290
Não circulante:		16.423.073		5.763.235
Financiamentos		16.278.387		5.553.025
Outros passivos não circulantes		144.686		210.210
	11.286.752	23.789.091	11.002.472	10.723.985

7.6 Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora (em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2008, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 51.708,73 e R\$ 1.539,43 (R\$ 45.245,18 e R\$ 1.400,88 em 31 de dezembro de 2007), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2008 foi de R\$ 7.916,16 (R\$ 7.250,49 em 31 de dezembro de 2007).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2008, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 59.465,04 (R\$ 52.031,96 em 31 de dezembro de 2007).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2008 foi de R\$ 6.812.072,23 (R\$ 6.357.666,88 em 31 de dezembro de 2007), referente a sete diretores e oito conselheiros.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Estoques

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Produtos:				
Derivados de petróleo (*)	5.587.327	4.823.515	3.993.002	3.378.905
Álcool (*)	598.382	320.131	281.180	89.612
	6.185.709	5.143.646	4.274.182	3.468.517
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto (*)	8.363.429	8.132.362	5.297.904	5.805.167
Materiais e suprimentos para manutenção (*)	3.362.265	2.832.548	2.865.459	2.503.489
Adiantamentos a fornecedores	1.654.610	1.346.742	1.609.257	1.224.645
Outros	715.087	380.456	105.096	35.073
Total	20.281.100	17.835.754	14.151.898	13.036.891
Circulante	19.977.171	17.599.001	13.847.969	12.800.138
Não circulante	303.929	236.753	303.929	236.753

(*) Inclui importações em andamento.

9 Contas petróleo e álcool - STN

Visando a concluir o encontro de contas com a União, de acordo com o previsto na Medida Provisória 2.181, de 24 de agosto de 2001, a Petrobras, após ter prestado todas as informações requeridas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, está buscando equalizar as divergências ainda existentes entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de R\$ 809.673 mil (R\$ 797.851 mil em 31 de dezembro de 2007) poderá ser quitado pela União por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional, de valor igual ao saldo final do encontro de contas ou mediante compensação com outros montantes que a Petrobras porventura estiver devendo ao Governo Federal, na época, inclusive os relativos a tributos ou uma combinação das operações anteriores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 Títulos e valores mobiliários

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Disponíveis para venda	3.773.133	3.378.692	3.589.343	3.378.692
Para negociação	132.178	422.678		
Mantidos até o vencimento	449.720	710.788	8.419	8.307
	<u>4.355.031</u>	<u>4.512.158</u>	<u>3.597.762</u>	<u>3.386.999</u>
Menos: parcela circulante de títulos e valores mobiliários	288.751	589.788		
Parcela de longo prazo de títulos e valores mobiliários	<u>4.066.280</u>	<u>3.922.370</u>	<u>3.597.762</u>	<u>3.386.999</u>

Os títulos e valores mobiliários, classificados no realizável a longo prazo, compõem-se de:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
NTN-B	3.778.198	3.378.692	3.589.343	3.378.692
Títulos bancários		239.685		
Certificados B	119.032	135.682		
Outros	169.050	168.311	8.419	8.307
	<u>4.066.280</u>	<u>3.922.370</u>	<u>3.597.762</u>	<u>3.386.999</u>

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades Sindicais e a Petros, para equacionamento de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B está indexado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros serão pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos são em 2024 a 2035. Em 31 de dezembro de 2008, os saldos das NTN-B estão atualizados de acordo com o seu valor de mercado, tendo como base o preço médio divulgado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA.

Os Certificados B foram recebidos pela Brasoil por conta da venda de plataformas em 2000 e 2001, com vencimentos semestrais até 2011 e rendendo juros equivalentes a Libor mais 0,70% a.a. até 4,25% a.a.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Projetos estruturados

A Petrobras desenvolve projetos em conjunto com agentes financeiros nacionais e internacionais e com empresas do setor de petróleo e de energia com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários nas áreas de negócio em que a Companhia atua.

Considerando que os projetos estruturados são viabilizados através de Sociedades de Propósito Específico, cujas atividades são, na essência, controladas pela Petrobras, os gastos realizados pela Companhia por conta de projetos em negociação ou já negociados com terceiros estão classificados nas demonstrações contábeis consolidadas, no ativo não circulante - Imobilizado.

11.1 Sociedades de propósitos específicos

a) Projetos estruturados

Projeto/Valor estimado do investimento	Finalidade	Principais garantias	Fase atual
Barracuda e Caratinga US\$ 3,1 bilhões	Viabilização do desenvolvimento da produção dos campos de Barracuda e Caratinga, da Bacia de Campos. A SPE Barracuda e Caratinga Leasing Company B.V. (BCLC) é responsável pela constituição de todos os ativos (poços, equipamentos submarinos e unidades de produção) demandados pelo projeto, sendo também proprietária destes.	Garantia da Brasil para cobertura de necessidades financeiras da BCLC.	Em operação.
Marlim US\$ 1,5 bilhão	Consórcio com a Companhia Petrolífera Marlim (CPM), que disponibiliza para a Petrobras equipamentos submarinos de produção de petróleo do campo de Marlim.	70% da produção do campo limitado a 720 dias.	Em operação. Está previsto para o 1º trimestre de 2009 o exercício da opção de compra da MarlimPar pela Petrobras.
NovaMarlim US\$ 834 milhões	Consórcio com a NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim) que disponibiliza equipamentos submarinos de produção de petróleo e reassocia, por meio de adiantamento já efetuado à Petrobras, custos operacionais decorrentes da operação e manutenção dos ativos do campo.	30% da produção do campo limitado a 720 dias.	Em operação.
CLEP US\$ 1,25 bilhão	A Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP) disponibiliza, para a utilização da Petrobras, ativos vinculados à produção de petróleo localizados na Bacia de Campos, através de contrato de aluguel com prazo de 10 anos, ao fim do qual a Petrobras terá o direito de adquirir as ações da SPE ou os ativos do projeto.	Pagamentos antecipados de aluguel, caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	Em operação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Projeto/Valor estimado do investimento	Finalidade	Principais garantias	Fase atual
<p>PDET</p> <p>US\$ 1,18 bilhão</p>	<p>A PDET Offshore S.A. é a futura proprietária dos ativos do projeto cujo objetivo é melhorar a infraestrutura de transferência do óleo produzido na Bacia de Campos para as refinarias da Região Sudeste e para exportação. Os ativos, uma vez constituídos, serão alugados para a Petrobras até o ano de 2019.</p>	<p>Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.</p>	<p>Em operação.</p>
<p>Malthas</p> <p>US\$ 1,11 bilhão</p>	<p>Consórcio entre Transpetro, Transportadora Nordeste Sudeste (TNS), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Nova Transportadora do Nordeste (NTN). A contribuição da NTS e NTN no consórcio ocorre através da constituição de ativos relacionados ao transporte de gás natural. A TAG (companhia 100% Gaspetro) disponibiliza ativos já constituídos anteriormente. A Transpetro contribui como operadora dos gasodutos.</p>	<p>Pagamentos antecipados por capacidade de transporte para cobrir eventuais deficiências de caixa do consórcio.</p>	<p>O trecho Campinas-Rio, em operação, foi concluído em 18 de maio de 2008, enquanto que o trecho Catu-Carmópolis encontra-se em vias de conclusão.</p>
<p>Modernização da Revap</p> <p>US\$ 1,2 bilhão</p>	<p>O objetivo deste projeto é elevar a capacidade da Refinaria Henrique Lage (Revap) em processar óleo pesado nacional, ajustar o diesel por ela produzido às novas especificações nacionais e reduzir a quantidade de emissão de poluentes. Para tanto, foi criada a SPE Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI, que construirá e alugará para a Petrobras uma unidade de Coqueamento Retardado, uma unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque e unidades correlatas a serem instaladas naquela refinaria. A Diretoria Executiva autorizou a elevação do investimento em US\$300 milhões.</p>	<p>Pagamentos antecipados de aluguel para cobrir eventuais deficiências de caixa da CDMPI</p>	<p>Em fase de constituição dos ativos.</p>
<p>Cabiúnas</p> <p>US\$ 850 milhões Consolidados no contrato de leasing</p>	<p>Projeto com objetivo de aumentar a capacidade de escoamento da produção de gás da Bacia de Campos. A Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd. (CCIC) disponibiliza os ativos para a Petrobras através de um contrato de leasing internacional.</p>	<p>Penhor de 10,4 bilhões de m³ de gás.</p>	<p>Em operação.</p>
<p>Outros (Albacora, Albacora/Petros e PCCG)</p> <p>US\$ 495,5 milhões</p>		<p>Titularidade dos ativos ou pagamento adicional de aluguel caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.</p>	<p>Em operação.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Projetos em Estruturação

Projeto/Valor estimado do investimento	Finalidade	Principais garantias	Fase atual
<p>Gasene</p> <p>US\$ 3 bilhões</p>	<p>A Transportadora Gasene S.A. é responsável pela construção e futura propriedade de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil quilômetros e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabimbas no Rio de Janeiro até a cidade de Catu, na Bahia.</p>	<p>Penhor de Direitos Creditórios.</p> <p>Penhor das Ações da SPE.</p>	<p>Assinado em dezembro de 2007 com o BNDES um financiamento de longo prazo no valor equivalente a R\$ 4,51 bilhões, incluindo um repasse de recursos do China Development Bank (CDB), no valor de US\$ 750 milhões. Obtenção de empréstimo junto ao BB Fund SPC no valor de até R\$ 800 milhões para construção do gasoduto, com emissão de US\$ 210 milhões em Notas Promissórias, em outubro de 2006 e US\$ 100 milhões, em dezembro de 2008. O primeiro trecho do projeto Gasene, o Gasoduto Cabimbas-Vitória, entrou em operação em 10 de novembro de 2008. O segundo trecho, o gasoduto Cacimbas-Catu, encontra-se em fase de construção.</p>
<p>Marlim Leste (P-53)</p> <p>US\$ 1,8 bilhão</p>	<p>Para desenvolver a produção do campo de Marlim Leste, a Petrobras utilizará uma Unidade Estacionária de Produção (UEP), a P-53, que será afretada junto à Charter Development LLC. O contrato de afretamento, na modalidade casco nu (Bare Boat Charter), será firmado por um período de 15 anos, contados a partir da data de sua assinatura.</p>	<p>Todos os ativos do projeto serão dados em garantia.</p>	<p>A construção da plataforma foi concluída em setembro de 2008. Projeto entrou em operação no final de novembro de 2008.</p>
<p>Amazônia</p> <p>US\$ 1,4 bilhão</p>	<p>Construção de um gasoduto de 385 km de extensão, entre Coari e Manaus, e de um GLPduto de 285 Km de extensão, entre Urucu e Coari, ambos sob a responsabilidade da Transportadora Urucu-Manaus S.A.; e construção de uma termelétrica, em Manaus, com capacidade de 488 MW através da Companhia de Geração Termelétrica Manauara S.A.</p>	<p>Penhor de Direitos Creditórios.</p> <p>Penhor das Ações da SPE.</p>	<p>Assinado em dezembro de 2007 com o BNDES um financiamento de longo prazo no valor de R\$ 2,49 bilhões. Obtenção de empréstimo junto ao BB Fund SPC no valor de até R\$ 1 bilhão, dos quais, já foram emitidos US\$ 415 milhões em Notas Promissórias. O GLPduto e o gasoduto estão em fase de construção enquanto os ramais de Aparicida e Mauá encontram-se em fase de contratação.</p>
<p>Mexilhão</p> <p>US\$ 756 milhões</p>	<p>Constituição de uma plataforma (PMXL-1) de exploração de gás natural dos Campos de Mexilhão e Cedro, na Bacia de Santos, que será detida pela Companhia Mexilhão do Brasil (CMB), responsável pela captação dos recursos necessários para constituição da referida plataforma. Após constituída, a PMXL-1 será alugada à Petrobras, detentora da concessão para exploração e produção dos referidos campos.</p>	<p>A definir.</p>	<p>Obtenção de recursos de curto prazo, no valor de até US\$ 566 milhões, através da emissão de "Promissory Notes" adquiridas pelo BB Fund. Obtenção de financiamento de curto prazo junto ao BNDES, no valor de R\$ 528 milhões, em dezembro de 2008. Constituição dos ativos em andamento.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

11.2 Ressarcimentos a receber e Empreendimentos em negociação

O saldo a receber, líquido dos adiantamentos recebidos, referente aos gastos realizados pela Petrobras por conta de projetos já negociados com terceiros, está classificado no ativo realizável a longo prazo como Projetos Estruturados e tem a seguinte composição:

	R\$ mil	
	Controladora	
	2008	2007
Projetos		
Cabunas	752.926	752.958
PDET	953.794	952.386
Malhas-Nordeste	96.353	96.347
Malhas-Sudeste	78.645	71.323
Outros	128	128
Total	1.881.846	1.873.142
Adiantamentos	(737.948)	(575.626)
Total líquido de ressarcimentos a receber	1.143.898	1.297.516
Empreendimentos em negociação	895.395 (*)	206.197
Total de projetos estruturados	2.039.293	1.503.713

(*) Compreende os gastos já realizados pela Petrobras com projetos para os quais ainda não há parceiros definidos.

11.3 Obrigações com projetos estruturados

	Projeto	R\$ mil	
		Controladora	
		2008	2007
PDET Offshore S.A.	PDET	200.333	200.333
NovaMarlim Petróleo S.A.	NovaMarlim	11.957	166.431
Total		212.290	366.764

a) Projeto PDET

A PDET Offshore S.A. repassou à Petrobras R\$ 1.198.357 mil a título de adiantamento pela venda futura de ativos e reembolso de gastos incorridos pela Petrobras. Em dezembro de 2007, a Petrobras cedeu um contrato com o Consórcio Norberto Odebrecht Engenharia S.A. (CNO) para a PDET Offshore S.A., no valor total de R\$ 998.024 mil. Com isso, a Petrobras ficou com o saldo de R\$ 200.333 mil, classificados no passivo circulante como Projetos Estruturados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Projeto NovaMarlim

A NovaMarlim Petróleo S.A. disponibilizou recursos para o projeto, cujo saldo, líquido dos gastos operacionais já realizados pela Petrobras da ordem de R\$ 2.102.579 mil (R\$ 1.948.104 mil em 31 de dezembro de 2007) e de ativos transferidos da ordem de R\$ 49.465 mil. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da obrigação alcançou R\$ 11.957 mil (R\$ 166.431 mil em 31 de dezembro de 2007), classificados no passivo circulante como Projetos Estruturados.

11.4 Contas a pagar relacionadas a consórcios

	R\$ mil	
	Consolidado	
	2008	2007
Cia. Petrolífera Marlim	115.515	4.302
Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros	73.343	37.168
Total	188.858	41.470

A Petrobras mantém contratos de consórcios com o objetivo de complementar o desenvolvimento da produção de campos de petróleo, cujo saldo a pagar às empresas consorciadas totalizava, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 188.858 mil (R\$ 41.470 mil em 31 de dezembro de 2007), classificados no passivo circulante como Projetos Estruturados.

12 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Trabalhistas	608.383	570.263	581.623	544.043
Fiscais (*)	895.430	860.126	659.053	675.633
Cíveis (*)	339.508	252.063	298.944	223.024
Outros	9.771	11.043	2.758	2.958
Total	1.853.092	1.693.495	1.542.378	1.445.658

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras informações

- *Busca e apreensão de recolhimentos tidos como indevidos de ICMS/substituição tributária*

No período de 2000 e 2001, a Petrobras foi acionada na justiça dos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará, Maranhão e Distrito Federal, por distribuidoras de petróleo, sob a suposta alegação de não repassar aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS retido, por força de lei, no ato da venda dos combustíveis.

Dos valores dessas ações, cerca de R\$ 80.159 mil foram efetivamente sacados das contas da Companhia, por força de decisões judiciais de antecipação de tutela. Mediante recurso processual, essas decisões antecipatórias de tutela foram cassadas.

A Petrobras, com o apoio das autoridades estaduais e federais, além de ter conseguido impedir a efetivação de outros saques, está empreendendo todos os esforços possíveis para obter o ressarcimento das quantias que foram, indevidamente, sacadas das suas contas.

A posição atual dos nossos assessores jurídicos é que não há expectativa de futuros desembolsos para a companhia sobre esses processos.

- *Outros bloqueios judiciais*

A justiça determinou bloqueios de numerários por conta de processos trabalhistas que totalizavam R\$ 34.767 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 43.956 mil em 31 de dezembro de 2007), classificados no ativo não circulante como bloqueios judiciais.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 Investimentos

13.1 Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas

	R\$ mil Capital subscrito em 31 de dezembro de 2008	Milhares de ações/quotas		R\$ mil	
		Ações ordinárias/quotas	Ações preferenciais	Patrimônio líquido (passivo a (descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Subsidiárias e controladas:					
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	4.482.082	42.853.453		7.360.541	1.317.319
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	2.681.460	1.677	418	4.089.691	739.887
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	30	181		3.087.528	1.294.475
Termorio S.A.	2.785.000	2.785.000		2.811.810	232.395
Braspetro Oil Services Company - Brasil	266.404	106.210		1.913.676	41.132
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	1.470.205	1.470.205		1.895.702	380.989
Petrobras Química S.A. - Petroquisa	1.338.977	13.508.637	12.978.886	1.656.090	(470.589)
Petrobras International Finance Company - PiFCo	531.479	300.050		(1.495.779)	(1.291.139)
Petrobras International Braspetro - PIB BV	3.212	2		(1.151.685)	(1.873.920)
Termomacê Ltda.	934.015	934.015 (*)		832.509	105.815
Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.	630.904	619 (*)		634.124	51.747
Refinaria Abreu e Lima S.A.	474.904	474.904		474.907	3
Braspetro Oil Company - HOC	89	50		(359.132)	144.262
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN	216.852	18.852 (*)		243.207	46.068
FAFEN Energia S.A.	380.574	380.574		219.073	(3.311)
Termocara Ltda.	275.226	275.226 (*)		200.754	22.219
Baixada Santista Energia Ltda.	218.456	218.456 (*)		198.512	(19.944)
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE	255.556	255.556 (*)		183.279	59.678
Downstream Participações Ltda.	630.000	630.000 (*)		168.835	(989.275)
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	109.127	97.863		148.106	2.942
Ipiranga Asfalto S.A.	16.008	16.008		40.860	9.973
Petrobras Biocombustível S.A.	40.010	4.010		40.010	
Termomacê Comercializadora de Energia Ltda.	6.218	6.218 (*)		(38.276)	2.755
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-Petro	21.000	21.000		23.685	2.685
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII	656	117.127 (*)		(22.614)	(73.344)
Termohavia S.A.	311.752	52		(20.032)	(36.168)
5283 Participações Ltda.	1.421.604	1.421.604 (*)		(318)	(114.057)
Cordoba Financial Services GmbH	94	1 (**)		281	(144)
Controladas em conjunto					
Termoaçu S.A.	669.997	1.150.989		672.728	2.731
UTE Norte Fluminense S.A.	481.432	481.432		557.395	44.700
Ibitermo S.A.	7.649	7.652		180.856	66.247
Breitermo Energética S.A.	160.000	77.740		151.939	7.089
Brasil PCH S.A.	109.032	94.188	14.844	140.181	(357)
Brasympe Energia S.A.	26.000	260.000		75.321	223
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	297	100	196	(60.853)	(29.605)
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. - PCBIOS	58.400	58.400		58.355	(37)
Cia Energética Manauara S.A.	32.000	32.000		31.223	7.754
Brenloch Energia S.A.	25.901	40.901		25.901	
Projetos de Transporte de Alcool S.A. - PMCC	2.430	2.430		2.430	
GNI. do Nordeste Ltda.	7.507	7.507 (*)		720	
Coligadas					
Quamor Participações S.A.	2.202.111	19.315		1.533.327	(643.000)
UEG Araucária Ltda.	707.440	707.440 (*)		661.915	(5)
Arembepe Energia S.A.	45.218	45.218		45.218	
Energética Camaçari Muricy I Ltda.	43.436	43.436 (*)		43.436	
Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP	11.091	5.100		10.280	(3.344)
Companhia Energética Potiguar S.A.	7.632	1		7.632	
Energética SUAPE II	6.967	6.967		3.926	
Bioenergética Britarumã S.A.	110	110		110	

(*) Quotas

(**) Quantidade de ações em unidades

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição das atividades das subsidiárias e controladas

a) *Petrobras Química S.A. - Petroquisa*

Participa em sociedades que objetivam a fabricação, comercialização, distribuição, transporte, importação e exportação de produtos das indústrias química e petroquímica e na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as referidas atividades.

b) *Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora*

Opera na área de distribuição, comercialização e industrialização de produtos e derivados de petróleo, álcool, energia e outros combustíveis.

c) *Petrobras Gás S.A. - Gaspetro*

Participa em sociedades que atuam no transporte de gás natural, na transmissão de sinais de dados, voz e imagem através de sistemas de telecomunicações por cabo e rádio, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a tais atividades. Participa também em diversas distribuidoras estaduais de gás, exercendo o controle compartilhado que são consolidados na proporção das participações no capital social.

d) *Petrobras Transporte S.A. - Transpetro*

Exerce, diretamente ou através de controlada, as operações de transporte e armazenagem de grãos, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações, próprias ou de terceiros.

e) *Downstream Participações Ltda.*

Participa em sociedades que atuam no segmento de refino.

f) *Petrobras International Finance Company - PifCo*

Exerce atividades de comercialização de petróleo e derivados no exterior, de intermediação de compra e venda de petróleo, derivados e materiais para empresas do Sistema Petrobras e de captação de recursos no exterior.

g) *Petrobras Internacional Braspetro B.V. - PIB BV*

Participa em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) Braspetro Oil Services Company - Brasoil

Tem como objeto a prestação de serviços em todas as áreas da indústria do petróleo, bem como no comércio de petróleo e de seus derivados.

i) Petrobras Netherlands B.V. - PNBV

Atua, diretamente ou por intermédio de controladas, nas atividades de compra, venda, lease, aluguel ou afretamento de materiais, equipamentos e plataformas para a exploração e produção de óleo e gás.

j) 5283 Participações Ltda.

Sociedade por cota de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como objeto a participação no capital de outras sociedades.

k) Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. - E-PETRO

Participação no capital social de sociedades que tenham por objeto atividades realizadas pela internet ou meios eletrônicos.

l) Braspetro Oil Company - BOC

Tem como objeto promover a pesquisa, lavra, industrialização, comercialização, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e seus derivados, assim como na prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

m) Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística - FII

Tem por objetivo viabilizar a construção de 4 edifícios administrativos em Macaé por meio da emissão de Certificados Recebíveis Imobiliários através da Rio Bravo Securitizadora S.A., lastreado em direitos creditórios locatícios junto à Petrobras.

n) Termelétricas

- Termorío S.A.; FAFEN Energia S.A.; Baixada Santista Energia Ltda.; Termomacaé Ltda.; SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.; Termoceará Ltda.; Termobahia S.A.; Ibiritermo S.A.; e Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

O conjunto de sociedades acima tem por objetivo a implantação e exploração comercial de centrais termelétricas, algumas com processo de cogeração, todas localizadas no território nacional, utilizando gás natural como combustível para geração de energia elétrica.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

São compostas por usinas termelétricas com potência instalada, ou em fase final de instalação, de 3,4 GW (não auditado), estando esta capacidade comercializada através de leilões da ANEEL, contratos de comercialização de energia e exportações.

o) Comercializadoras de Energia Elétrica

- Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. - PBEN; e Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda. - TMC

As comercializadoras acima centralizam a gestão da carteira de compra e venda de energia elétrica do Sistema Petrobras, sendo responsáveis pelas operações de venda de energia elétrica dos ativos de geração do Sistema Petrobras, e eventual compra de energia elétrica do mercado.

p) Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.

Sociedade limitada, que tem por objeto a importação, exportação, armazenamento provisório, beneficiamento, venda, transporte e distribuição de produtos de petróleo, seus derivados e outros produtos conexos, inclusive pneumático, baterias e acessórios automobilísticos, como também os respectivos equipamentos, instalações, aparelhos e máquinas do ramo em geral, seja de origem nacional ou estrangeira, podendo prestar serviços correlatos e ainda realizar quaisquer atividades acessórias.

q) Petrobras Biocombustível S.A.

Tem como objeto desenvolver a produção de etanol, biodiesel e de quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades, bem como promover a integração de diversas áreas da empresa em torno do tema biocombustíveis.

r) Refinaria Abreu e Lima S.A.

Sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo em Ipojuca - PE, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.

s) Ipiranga Asfalto S.A.

Tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfaltos em geral, produtos químicos, anticorrosivos, detergentes, óleos e graxas lubrificantes e produtos derivados de hulha.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1) Cordoba Financial Services Gmbh - CFS

Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, com sede em Viena, Áustria, que tem como objeto a participação no capital de outras sociedades na Áustria e no exterior. Cordoba é a única acionista do World Fund Financial Services (WFFS), Companhia estabelecida sob as leis das Ilhas Cayman, que tem como objeto atuar em operações bancárias e financeiras fora das Ilhas Cayman.

13.2 Descrição das atividades das controladas em conjunto

A Petrobras exerce o controle compartilhado sobre as termoeletricas Termoapu, UTE Norte Fluminense, Brentech, Brasympe Energia, Breitener Energética e Cia Energética Manauara; as empresas de biocombustíveis PMCC e PCBIOS; a unidade de regaseificação de gás natural liquefeito GNL do Nordeste, que foram consolidadas na proporção das participações no capital social, e sobre a Brasil PCH que detém participação em pequenas centrais hidrelétricas.

A GNL do Nordeste é uma unidade de regaseificação de gás natural liquefeito a ser construída no complexo Industrial e Portuário do Suape, em Pernambuco, visando à revaporização do GNL.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

13.5 Informações sobre coligadas

	R\$ mil				
	2008				2007
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Petroquisa					
Deten Química S.A.	27,82	240.583	65.764	180.589	159.104
NITROCLOR Produtos Químicos Ltda.	38,80	213	(2.718)	1.029	3.445
				<u>181.618</u>	<u>162.549</u>

	R\$ mil				
	2008				2007
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à BR					
CDGN - Companhia Distribuidora de Gás Natural	10,00	3.281	688	6.742	37.301
Brasil Supply S.A.	10,00	8.274	525	242	5.370
				<u>6.984</u>	<u>42.671</u>

	R\$ mil				
	2008				2007
	Participação no capital subscrito %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante	Ativo não circulante
Vinculadas à Gaspetro					
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25,00	29.711	(224)	26.121	27.297
				<u>26.121</u>	<u>27.297</u>

13.6 Ágio e deságio

Em setembro de 2006 a Petrobras, através de sua controlada Petrobras América Inc., adquiriu 50% das ações da empresa Pasadena Refining System Inc. com ágio de R\$ 880.428 mil (US\$ 412 milhões), sendo R\$ 430.379 mil pela mais valia de ativos, com amortização em função da vida útil desses ativos, e R\$ 450.049 mil pela expectativa de rentabilidade futura, com amortização no prazo de 10 anos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No exercício de 2008 foi registrada a baixa total do ágio por expectativa de rentabilidade futura apurado na aquisição da empresa Pasadena, no montante equivalente a R\$ 384.431 mil, tendo em vista mudanças na expectativa de rentabilidade. Os fatores que justificam essas mudanças são a diminuição constante e substancial do preço do petróleo bruto e dos derivados nos últimos doze meses, redução do processamento de refino em função da queda da demanda dos produtos refinados e da margem praticada no mercado.

Na aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A. (vide nota 13.8.h), por intermédio da Pramoa Participações S.A., foi apurado ágio de R\$ 1.241.303 mil, tendo como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro, com amortização no prazo de 10 anos.

Esses ágios decorrentes de expectativa de rentabilidade futura não serão mais amortizados a partir do exercício de 2009, tendo em vista as novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Na operação de incorporação de ações da Grust Holding S.A. na Braskem (vide nota 13.8.g), promovida pela Petroquisa para integração dos ativos petroquímicos do Sul, foi apurado um deságio sem fundamentação econômica no montante de R\$ 424.167 mil, com sua amortização apenas por alienação ou perecimento do investimento. Antes dessa operação, a Grust Holding S.A. era detentora de participação direta e indireta de 36,5% em Copesul e participações diretas de 40% em Ipiranga Química (IQ) e 40 % em Petroquímica Paulínia (PPSA).

Movimentação do ágio/deságio:

	R\$ mil	
	Consolidado	Controladora
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2007	1.619.927	1.075.958
Ágio na aquisição de ações da Ipiranga Química	669.841	669.841
Deságio na aquisição de ações da Braskem	(424.167)	
Amortização do ágio	(208.785)	(208.345)
Amortização do deságio	27.316	6.118
Transferência	(741.937)	(109.154)
Outros (*)	2.253	1.195
Saldo do ágio/deságio em 31/12/2008	944.448	1.435.613

(*) Inclui variação cambial sobre saldos de empresas no exterior

Na controladora, o saldo do deságio no montante de R\$ 258.036 mil está contabilizado em investimento e no consolidado o montante de R\$ 59.993 mil está apresentado como receita diferida no passivo não circulante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13.7 Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Apresentamos, a seguir, os investimentos em companhias abertas com ações negociadas em bolsas de valores:

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado R\$	
	2008	2007		2008	2007	2008	2007
Controladas							
Pepsa	1.249.717	1.249.717	ON	1,50	2,19	1.874.576	2.736.880
Pesa (*)	229.729	229.729	ON	4,40	5,23	1.010.808	1.201.483
						<u>2.885.384</u>	<u>3.938.363</u>
Coligadas							
Braskem	59.014	12.111	ON	5,57	15,20	328.708	184.087
Braskem	62.965	18.553	PNA	5,55	14,40	349.456	267.163
Quattor Petroquímica	51.111		PN	8,40		429.332	
PQU		8.738	ON		15,00		131.070
PQU		8.738	PN		14,61		127.662
						<u>1.107.496</u>	<u>709.982</u>

(*) Essas ações não incluem a participação da Pepsa.

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

13.8 Outras informações

a) Investimentos no Equador

Em 18 de outubro de 2007, a Lei de Hidrocarbonetos foi alterada, elevando a participação do Estado sobre os excedentes extraordinários do preço do óleo para 99%, reduzindo a correspondente participação das companhias petroleiras para 1% sobre esta parcela. Em 28 de dezembro, a Assembleia Constituinte do Equador aprovou a "Ley de Equidad Tributaria", que impõe profunda reforma tributária com a criação de novos impostos, a partir de 1º de janeiro de 2008.

O conjunto de mudanças trazidas pela mencionada reforma, modificou as condições estabelecidas entre as partes quando da aprovação dos respectivos contratos de participação, afetando a previsão de rentabilidade dos atuais negócios no Equador e a recuperabilidade dos investimentos realizados. Conseqüentemente, para adequar o valor contábil dos ativos ao seu valor estimado de recuperação, em 31 de dezembro de 2007 foi reconhecida uma provisão no montante de R\$ 308.796 mil (US\$ 174.333 mil).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de dezembro de 2008, a Petrobras Energia Ecuador assinou acordo com o governo do Equador para devolução da concessão do bloco exploratório 31, no qual implicou no reconhecimento de perda no montante equivalente de R\$ 181.645 mil.

b) Investimentos na Bolívia

A partir de 1º de maio de 2006, entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, através do qual se nacionalizaram os recursos naturais de hidrocarbonetos, obrigando as empresas que realizavam atividades de produção de gás e petróleo a entregar em propriedade à YPFB toda a produção de hidrocarbonetos.

Mediante o Decreto Supremo 28.701, o Governo Boliviano nacionalizou as ações necessárias para que a YPFB controlasse com, no mínimo, 50% mais uma ação, a Petrobras Bolívia Refinación S.A. (PBR), da qual a Petrobras detinha indiretamente 100% de participação (Petrobras Bolívia Inversiones e Servicios S.A. – 51% e Petrobras Energia Internacional S.A. – 49%).

Em 25 de junho de 2007, foi assinado o contrato de compra e venda das ações da PBR, com a transferência de 100% das ações para a YPFB pelo montante de US\$ 112 milhões, apurando-se um ganho equivalente, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 66.195 mil (US\$ 37.371 mil).

c) Novos investimentos no exterior

c.1) No Japão

Em 2008 a Petrobras adquiriu 87,5% das ações da empresa japonesa Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS), que compreende uma refinaria com capacidade de 100.000 bpd, que refina petróleo leve e produz derivados de alta qualidade, um terminal de petróleo e derivados com capacidade de armazenamento de 9,6 milhões de barris, três píeres com capacidade de receber navios de produtos de até 97.000 “Deadweight tonnage” (dwt) e uma monobóia para navios “Very Large Crude Carrier” (VLCC) de até 280.000 dwt.

A transferência do controle acionário foi efetivada em abril de 2008.

c.2) No Chile

Em 07 de agosto de 2008, a Petrobras assinou acordo para a compra da participação da ExxonMobil na Esso Chile Petrolera e em outras empresas chilenas associadas.

O acordo abrange o negócio de combustíveis nos mercados de varejo, industrial e de aviação (os negócios químicos, de lubrificantes e de produtos especiais da ExxonMobil no Chile não fazem parte do acordo) e a transferência do controle ocorrerá no segundo trimestre de 2009, juntamente com o pagamento de cerca de US\$ 400 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Investimentos na Venezuela

Em março de 2006, a PESA, através de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. (CVP) Memorandos de Entendimento (MDE) com o objetivo de concretizar a migração dos convênios operacionais para a modalidade de empresas mistas, conforme determinação legal. Os MDE estabeleciam que a participação dos sócios privados nas empresas mistas é de 40%, correspondendo ao governo venezuelano uma participação de 60%.

De acordo com a estrutura societária e de governança definida para as empresas mistas, a partir de 01 de abril de 2006 a PESA deixou de consolidar os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, apresentando-os como investimentos societários em coligadas, avaliados por equivalência patrimonial. A recuperação destes investimentos está relacionada à volatilidade do preço do petróleo, às condições econômicas, sociais e regulatórias na Venezuela, e em particular, aos interesses de seus acionistas em relação ao desenvolvimento das reservas de petróleo. Conseqüentemente, para adequar o valor contábil do investimento ao seu valor recuperável estimado foi reconhecida uma perda sobre investimentos no montante equivalente a R\$ 55.425 mil (US\$ 23.115 mil) em 2008 e R\$ 119.588 mil (US\$ 67.514 mil) em 2007.

e) Opção de venda da Refinaria de Pasadena pela Astra

Em decisão preliminar proferida em 24 de outubro de 2008, no âmbito de processo arbitral existente entre a Petrobras America Inc. e outras ("PAI") e a Astra Oil Trading NV e outras (ASTRA), que tramita segundo as regras de arbitragem do International Centre for Dispute Resolution, foi considerado válido o exercício da opção de venda ("put option") exercido pela ASTRA em relação à PAI dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refinery Systems Inc. ("PRSI"), companhia que detém a Refinaria de Pasadena, e na empresa a ela ligada de "trading", ambas com escritórios operacionais no Texas.

As responsabilidades operacionais, gerenciais e financeiras foram transferidas à PAI, com base nessa decisão preliminar. No entanto o preço final a ser pago por estas ações remanescentes será definido pela decisão final a ser proferida na arbitragem, uma vez que as partes discordam quanto ao valor a ser atribuído às ações.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

f) Grupo Ipiranga

Em 18 de março de 2007, a Ultrapar, por si e com a interveniência e anuência da Braskem S.A e Petrobras, com base no contrato de comissão por elas firmado, adquiriu o controle das empresas do Grupo Ipiranga.

A operação foi devidamente notificada ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), sendo certo que, em 16 de maio de 2007, o Conselho Administrativo de Defesa da Econômica ("CADE") proferiu despacho Gab. LFRV nº 009/2007 aprovando o Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação ("APRO"), no qual a Petrobras e a Ultrapar se comprometeram a implementar uma estrutura de governança que permitisse a segregação das atividades estratégicas e comerciais dos ativos de distribuição, compromisso este que implicou na constituição da sociedade Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda.

A última fase do projeto previa a entrega dos ativos adquiridos, conforme descrito no Acordo de Investimentos celebrado entre as partes.

Assim, em 30 de abril de 2008, o controle da Ipiranga Asfaltos S.A. ("IASA") e da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. ("Alvo") foi transferido da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga ("CBPI") para a 17 de Maio Participações S.A ("17 de Maio"), sociedade anônima de capital fechado, que por sua vez, em 27 de novembro de 2008, foi incorporada pela Petrobras, ocasião em que as empresas IASA e Alvo passaram a integrar o rol de controladas diretas da Petrobras.

Em 17 de dezembro de 2008, o CADE aprovou, em definitivo, a aquisição dos ativos de distribuição e asfaltos do Grupo Ipiranga pela Petrobras, condicionado à assinatura e pleno cumprimento de um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD), firmado pela Petrobras e pela Alvo, possibilitando a gestão imediata e direta destes ativos.

A partir deste resultado favorável, a Petrobras iniciou o processo de transferência dos ativos, representados pelas empresas IASA e Alvo, para a BR Distribuidora, em linha com o planejamento inicial da operação que visava ampliar a liderança da referida subsidiária no mercado brasileiro de distribuição, por meio do aumento de parcela de mercado, com garantia de rentabilidade.

Nos negócios de refino, após a incorporação das ações, a Petrobras passou a ter o direito de receber da Ultrapar, 33,33% de participação na Refinaria de Petróleo Ipiranga (RPI), com previsão de conclusão dessa etapa da operação em março de 2009. A Petrobras consolida proporcionalmente as demonstrações contábeis dos ativos de refino da RPI em função do controle compartilhado em partes iguais com Braskem e Ultrapar.

Em 21 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da RPI aprovou a alteração da sua denominação social para Refinaria de Petróleo Riograndense S.A..

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Acordo de Investimento da Braskem

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado o Acordo de Investimentos entre a Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa, através do qual foi acordada a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petrobras e pela Petroquisa, o que permitiria conjuntamente à Petrobras e Petroquisa aumentarem sua participação no capital votante da Braskem para 30% e 25% no capital total.

Os ativos petroquímicos envolvidos na operação foram: (i) 37,3% do capital votante e total da Copesul; (ii) 40% do capital votante e total da Ipiranga Petroquímica S.A. (IPQ), subsidiária integral da Ipiranga Química (IQ); (iii) 40% do capital votante e total da IQ; (iv) até 100% do capital votante e total da Petroquímica Triunfo (Triunfo); e (v) 40% do capital votante e total da Petroquímica Paulínia (PPSA).

Em 14 de maio de 2008 foi celebrado o Aditivo ao Acordo de Investimentos o qual dividiu a operação de integração em duas fases. A primeira fase foi realizada em 30 de maio de 2008, quando a Petrobras e a Petroquisa integraram na Braskem suas participações de 36,5% em Copesul, 40% em IQ e 40 % em PPSA, passando a deter 30% do capital votante e 23,1% do capital total da Braskem.

Com a implementação da primeira fase, Petrobras, Petroquisa, Odebrecht e Norquisa, com a interveniência da Braskem, em 30 de maio de 2008, celebraram o novo acordo de acionistas da Braskem, ampliando os padrões de governança e possibilitando maior participação da Petrobras no processo decisório, que passou a indicar 3 conselheiros para o Conselho de Administração bem como representantes para todos os comitês de assessoramento à este Conselho.

Dando continuidade ao processo de integração dos ativos, em 11 de setembro de 2008 a IPQ incorporou 100% do capital total da Copesul e em 30 de setembro a Braskem incorporou 100% do capital total da IPQ e da PPSA, que se tornaram unidades operacionais.

Na segunda fase, a Petrobras e a Petroquisa terão a opção de integrar na Braskem até 100% do capital votante e total da Triunfo. Caso o aporte não ocorra, Petrobras e Petroquisa poderão aportar caixa equivalente ao valor econômico deste ativo, aumentando a participação conjunta de Petrobras e Petroquisa no capital total da Braskem, conforme estabelecido no Acordo de Investimentos.

A operação prevista no Acordo de Investimentos foi aprovada em 09 de julho de 2008, pelo CADE.

Em 22 de dezembro de 2008 a Braskem cancelou ações em tesouraria, correspondente a 6.251.744 ações ON, 10.389.665 ações PNA e 209.248 ações PNB, passando a Petroquisa a deter 31,0 % do capital votante e 23,8 % do capital social total da Braskem.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) Aquisição da Suzano Petroquímica S.A.

Em 30 de novembro de 2007, foi concluída a aquisição do controle acionário da Suzano Petroquímica S.A. (SZPQ) por intermédio da aquisição da Pramoa Participações S.A. (Pramoa) e sua controlada Dapean Participações S.A. (Dapean), equivalente a 99,9% das ações ordinárias e de 76,57% do capital total da SZPQ.

O pagamento pela Petrobras aos acionistas vendedores foi no montante global de R\$ 2.100.402 mil, que correspondeu a R\$ 13,27 por ação ordinária e R\$ 10,61 por ação preferencial.

Em 24 de março de 2008, a Pramoa foi incorporada pela Petrobras após aprovação da AGE.

Em 28 de dezembro 2007, foi protocolado junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro e oferta pública de ações (OPA) para aquisição das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SZPQ de propriedade de seus demais acionistas pelos valores de R\$ 13,27 por ação ordinária e R\$ 10,61 por ação preferencial.

Em 30 de abril de 2008, a CVM deferiu o registro da OPA para aquisição das ações da SZPQ, condicionado a ajustes, os quais foram acatados pela Petrobras, inclusive atualização dos valores da oferta.

Em 12 de maio de 2008, a Petrobras publicou o Instrumento de Oferta Pública de Ações (editais). Na mesma data, teve início o período para habilitação e adesão à OPA por parte dos minoritários, que se encerrou em 19 de junho de 2008.

Em 20 de junho de 2008, foi realizado o leilão da OPA da Suzano Petroquímica no qual a Quattor Participações S.A. adquiriu (i) 102.906 das ações ordinárias (92,7% de adesão) pelo preço de R\$ 14,08 por ação ordinária; e (ii) 50.147.172 ações preferenciais (94,6% de adesão) pelo preço de R\$ 11,26 por ação preferencial.

Em 30 de junho de 2008, a Suzano Petroquímica S.A. teve sua denominação social alterada para Quattor Petroquímica S.A.

i) Acordo de Investimento com Unipar

Em 30 de novembro de 2007, foi celebrado Acordo de Investimentos entre Petrobras, Petroquisa e Unipar, onde foram definidos, dentre outros, as etapas de estruturação para a criação de uma companhia integrada na proporção de 60% Unipar e os 40% Petrobras e Petroquisa. O objetivo da criação da Sociedade Petroquímica foi nela integrarem seus ativos dedicados à produção de resinas termoplásticas, petroquímicos básicos e atividades correlatas, com vistas a atingir escala mundial de produção e elevada competitividade.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os ativos petroquímicos que Petrobras e Petroquisa contribuíram para a formação da Sociedade Petroquímica, denominados "Ativos Petrobras" foram: (i) 99,9% do capital votante e 76,57% do capital total da Suzano Petroquímica S.A. (SZPQ), e (ii) 17,48% do capital votante e 17,44% do capital total de titularidade da Petroquisa na Petroquímica União S.A. (PQU).

Da mesma forma, a Unipar contribuiria com os "Ativos Unipar", a saber: (i) 33,3% do capital votante e total da Rio Polimeros S.A. (Riopol); (ii) 54,96% do capital votante e 51,35% do capital total da PQU; (iii) 99,99% do capital votante e total da Polietilenos União S.A. (PU); (iv) todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da Unipar Divisão Química (UDQ); e (v) a importância, em dinheiro, de R\$ 380.000 mil, correspondente ao valor do preço a ser pago por: (a) totalidade da participação de 16,67% do capital total detida pela Petroquisa na Riopol; e 15,98% da participação de SZPQ na Riopol, pelo preço certo e ajustado de R\$ 0,9152 por ação.

Em 14 de fevereiro de 2008, os acionistas de Dapean Participações S.A. (Dapean) deliberaram pelo resgate da totalidade das ações preferenciais classe A da Companhia, mediante a consequente redução de seu capital social de R\$ 495.000 mil.

Em 11 de junho de 2008, a Petroquisa integralizou sua participação na PQU avaliada em R\$ 152.927 mil na Dapean, subscrevendo 19.315.055 ONs e 10.060.727 PNRBs. As ações PNRBs foram resgatadas no mesmo dia pelo valor de R\$ 52.375 mil e participação no capital social de Dapean passou a ser distribuída entre Petrobras e Petroquisa na proporção de 79,8% e 20,2% respectivamente.

Nessa mesma data, as partes equalizaram suas participações em Rio Polimeros conforme nota explicativa 13.8.k (Alienação de parte das ações de emissão da Rio Polimeros S.A.).

Posteriormente, a Dapean incorporou a Fasciatus Participações S.A., sociedade de propósito específico que reuniu os "Ativos Unipar", passando a concentrar assim todos os "Ativos Petrobras e Unipar" sob a Dapean. Esta incorporação foi realizada a valor contábil e a relação de troca estabelecida pelos valores econômicos dos ativos. A operação gerou resultado não operacional de R\$ 326.082 mil (Controladora) e R\$ 408.796 mil (Consolidado) referente ao ganho por variação na porcentagem de participação societária, em função das novas práticas contábeis, estes valores foram reclassificados para resultado de participações em investimentos.

No mesmo ato societário desta incorporação, a Dapean teve sua denominação social alterada para Quattor Participações S.A. (Quattor) e passou a ser controlada pela Unipar, com 60% do capital votante e total da sociedade. A participação do Sistema Petrobras na Quattor passou a ser de 40% do capital votante e total, distribuídos entre Petrobras e Petroquisa em 31,9% e 8,1%, respectivamente.

A operação foi aprovada sem restrições em 09 de julho de 2008 pelo CADE.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 01 de agosto de 2008, a Quattor concluiu a aquisição de (i) 1.670.279 ações ordinárias e 876.216 ações preferenciais da PQU detidas pela Companhia Brasileira de Estireno S.A., ao preço de R\$ 15,2741 por ação, e (ii) 1.489.109 ações ordinárias e 1.314.256 ações preferenciais da PQU detidas pela Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio, ao preço de R\$ 17,1834 por ação ordinária e de R\$ 15,2741 por ação preferencial. Com isso, a Quattor passou a deter direta e indiretamente 86,91% do capital votante e 82,31% do capital total da PQU. Na mesma data, o Acordo de Acionistas da PQU foi resiliado.

Em 02 de dezembro de 2008, a Quattor Participações realizou a OPA da PQU com o objetivo de cancelar o registro de companhia aberta da investida. No processo, foram adquiridas 6.536.039 ações ordinárias e 11.176.718 ações preferenciais pelo valor total de R\$ 272.600 mil e, uma vez que as condições previstas pela CVM foram atendidas, a empresa teve seu registro de companhia aberta cancelado no dia 16 do mesmo mês.

Em 16 de dezembro de 2008, a Quattor Participações realizou a OPA da Quattor Petroquímica visando à descontinuidade das Práticas de Governança Corporativa Nível 2 da Bovespa na empresa. Neste leilão, foram adquiridas 407 ações ordinárias e 1.308.386 ações preferenciais pelo valor total de R\$ 11.962 mil. No dia seguinte, a Quattor Petroquímica descontinuou as Práticas de Governança Corporativa Nível 2, porém permanece com seu registro de companhia aberta com ações negociadas na Bovespa.

Em 31 de dezembro de 2008, a composição acionária dos ativos controlados pela Quattor Participações era de: 75% do capital total da Riopol, 99,3% do capital total da Quattor Petroquímica, 99,2% do capital total da PQU, 100% do capital total da PU, e todos os bens, direitos e obrigações que se relacionam com a operação da UDQ.

j) Venda de participação acionária da empresa Petroquímica Cuyo S.A.I.C.

Em 02 de janeiro de 2008, a Petrobras Energia S.A. (Pesa) vendeu sua participação acionária na empresa argentina Petroquímica Cuyo S.A.I.C. pelo montante de R\$ 56.682 mil.

k) Alienação de parte das ações de emissão da Rio Polímeros S.A

Em 07 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração da SZPQ, aprovou a alienação de parte das ações detidas, de emissão da Rio Polímeros S.A. (Riopol), correspondente a 24,31% do capital social, permanecendo com participação de 9,02% do capital social. O direito de preferência sobre estas ações, previsto no acordo de acionistas, foi exercido parcialmente e de forma não proporcional: (i) 15,98% do capital social foi adquirido pela Unipar através de sua sociedade de propósito específico Fasciatus Participações S.A. (Fasciatus); (ii) 8,33% pelo BNDES Participações e (iii) nenhuma ação detida pela Companhia foi adquirida pela Petroquisa.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 11 de junho de 2008, parte das ações detidas pela SZPQ, representativas de 24,31% do capital social da Riopol, foram alienadas pelo valor de R\$ 283.010 mil para a Fasciatus e BNDES.

Na mesma data, a Petroquisa alienou sua participação de 16,67% do capital social da Companhia pelo valor de R\$ 194.007 mil em favor da Fasciatus.

l) Refinaria Abreu Lima

A Refinaria Abreu e Lima S.A. foi constituída em 07 de março de 2008 como uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem sede no Complexo Industrial Portuário do SUAPE, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco e tem como objeto a construção e operação de uma Refinaria de Petróleo, bem como refino, processamento, comercialização, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, correlatos e biocombustíveis.

O início das operações está previsto para o segundo semestre de 2010, atingindo a carga plena em 2011, a Refinaria Abreu e Lima terá um investimento de US\$ 4,05 bilhões e capacidade para processar 200 mil barris de petróleo por dia. Cerca de 65% do volume processado será de óleo diesel, o derivado de maior consumo no País. Também serão produzidos gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque - combustível sólido com aplicação na siderurgia, indústria cimenteira, térmicas e indústria do alumínio.

O projeto da refinaria é especialmente avançado no que se refere à tecnologia. A unidade será a primeira a processar 100% de petróleo pesado. Além disso, terá capacidade para produzir derivados com baixo teor de enxofre. A Refinaria Abreu e Lima iniciará suas operações produzindo diesel com 50 ppm (partes por milhão) de enxofre e pode chegar a produzir diesel com 10 ppm de enxofre, atual padrão europeu.

m) Aquisição de ações da Termobahia

Em 03 de abril de 2008, a Petrobras concluiu a operação de aquisição, por R\$ 9.363 mil, da totalidade das ações de emissão da Termobahia S.A., detidas pela Blade Securities Limited.

A Blade é uma Sociedade de Propósito Específico, com sede na Irlanda, que através de uma estruturação financeira, acordada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, detinha participações na Termobahia.

Com o pré-pagamento ao BID, cessaram todas as obrigações e restrições derivadas deste financiamento, eliminando-se a barreira ao aumento da participação acionária da Petrobras na Termobahia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

n) Petrobras Biocombustível S.A.

Com a criação da subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. em 16 de junho de 2008, a Petrobras aproveita a oportunidade empresarial decorrente do aumento da demanda mundial de biocombustíveis e, também, fortalece sua posição de empresa comprometida com o meio-ambiente e com o desenvolvimento social. Além de contribuir para a redução do aquecimento global, os biocombustíveis permitem geração de emprego e renda no campo, com a utilização da agricultura familiar na produção das matérias-primas.

Usinas de Biodiesel

Em 29 de julho de 2008, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras. A Usina de Quixadá (CE) foi inaugurada em 20 de agosto de 2008 e em janeiro de 2009 a Usina de Montes Claros (MG) iniciará sua produção. As três usinas têm a mesma capacidade de produção, totalizando 170 milhões de litros por ano. Em 2008, as usinas inauguradas foram operadas pela Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, enquanto a Petrobras Biocombustível S/A aguardava definições relativas à questões regulatórias, envolvendo a autorização para produzir, expedida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Esta autorização foi concedida em 08 de janeiro de 2009.

As implantações das três usinas estão acompanhadas de um programa para desenvolvimento do mercado agrícola regional, que fornecerá a matéria-prima para a produção de biodiesel. Com isso a haverá o incremento da geração de emprego e renda, observando sempre a sustentabilidade empresarial, social e ambiental. A empresa segue as premissas do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e está comprometida com a obtenção do Selo Combustível, já conquistado pelas Usinas de Candeias e Quixadá e em fase final de obtenção pela Usina de Montes Claros.

A Petrobras Biocombustível entregará no primeiro trimestre de 2009 o volume negociado no 12º Leilão da ANP, totalizando 14,5 milhões de litros, através das três usinas de biodiesel.

Convênio internacional para fomento do desenvolvimento da agricultura familiar

A Petrobras Biocombustível, a GTZ - Cooperação Técnica Alemã - e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (Ematerce) assinaram convênio que ampliará a prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores familiares que fornecem matéria-prima para a Usina de Quixadá, no Ceará.

Esta parceria incrementará o trabalho de apoio à organização social e o fortalecimento da agricultura familiar no Ceará, de forma sustentável. Ao todo, serão 47 técnicos e consultores, fornecidos pelos três parceiros, que atuarão no desenvolvimento das atividades previstas por este convênio por um período de dois anos, beneficiando cerca de oito mil agricultores familiares do Sertão Central do Ceará, da região de Quixadá.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A GTZ - empresa pública de direito privado alemã, que gerencia projetos de cooperação técnica em parcerias com instituições públicas e privadas em várias partes do mundo - contribuirá com sua experiência em atividades de apoio à agricultura familiar.

Complexos Bioenergéticos

Foram iniciadas as providências para transferência de participação acionária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na empresa Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. – PCBIOS para a Petrobras Biocombustível S.A.

A PCBIOS é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída sob as normas legais vigentes no Brasil, formada pela Petrobras e a Mitsui & Co. com 50% de participação acionária cada uma, que tem como objetivo a participação em Complexos Bioenergéticos, na qualidade de acionista, ou em qualquer outra sociedade ou empreendimento no Brasil, especialmente para o investimento em sociedades constituídas para o desenvolvimento de projetos de bioenergia.

n) Transferência de ações de empresas de energia

Em 31 de julho de 2008, as participações acionárias em empresas de energia de propriedade da Petrobras Distribuidora foram transferidas para a Petrobras através de uma operação de compra e venda de ações que totalizou R\$ 183.509 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Imobilizado

14.1 Por área de negócio (1)

RS mil				
Consolidado				
	2008		2007	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	156.116.886	(53.827.228)	102.289.658	76.611.403
Abastecimento	54.892.255	(19.047.308)	35.844.947	25.225.884
Distribuição	5.528.182	(2.335.619)	3.192.563	2.793.450
Gás e energia	32.252.362	(5.227.836)	27.024.526	20.751.962
Internacional	32.809.495	(12.725.364)	20.084.131	12.664.055
Corporativo	3.267.401	(949.059)	2.318.342	1.893.972
	<u>284.866.581</u>	<u>(94.112.414)</u>	<u>190.754.167</u>	<u>139.940.726</u>

RS mil				
Controladora				
	2008		2007	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	126.874.063	(48.605.500)	78.268.563	53.091.343
Abastecimento	44.385.083	(16.362.611)	28.022.472	19.442.052
Distribuição				
Gás e energia	11.634.375	(1.326.572)	10.307.803	2.916.141
Internacional	19.688	(9.620)	10.068	9.219
Corporativo	3.546.819	(948.633)	2.598.186	1.793.389
	<u>186.460.028</u>	<u>(67.252.936)</u>	<u>119.207.092</u>	<u>77.252.144</u>

(1) Inclui bens decorrentes de contratos que transfiram os benefícios, riscos e controles, conforme abaixo:

RS mil						
Consolidado			Controladora			
2008			2008			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Exploração e produção	2.157.354	(985.931)	1.171.423	17.936.097	(5.922.710)	12.013.387
Abastecimento	486.874	(146.602)	340.272			
Distribuição	80.648	(6.602)	74.046			
Gás e energia				5.994.449	(590.284)	5.404.165
	<u>2.724.876</u>	<u>(1.139.135)</u>	<u>1.585.741</u>	<u>23.930.546</u>	<u>(6.512.994)</u>	<u>17.417.552</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14.2 Por tipo de ativos

		R\$ mil			
		Consolidado			
		2008		2007	
	Tempo de vida útil estimado em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	9.382.619	(3.115.564)	6.267.055	3.800.350
Equipamentos e outros bens	3 a 30	119.999.208	(55.854.051)	64.145.157	49.414.524
Terrenos		1.138.720		1.138.720	854.848
Materiais		6.034.143		6.034.143	4.247.098
Adiantamentos a fornecedores		5.189.735		5.189.735	2.624.093
Projetos de expansão		59.238.898		59.238.898	39.964.366
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		83.883.258	(35.142.799)	48.740.459	39.035.447
		<u>284.866.581</u>	<u>(94.112.414)</u>	<u>190.754.167</u>	<u>139.940.726</u>

		R\$ mil			
		Controladora			
		2008		2007	
	Tempo de vida útil estimado em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25 a 40	5.318.060	(1.586.522)	3.731.538	2.227.198
Equipamentos e outros bens	3 a 30	70.946.795	(36.824.272)	34.122.523	14.220.645
Terrenos		478.350		478.350	387.240
Materiais		4.579.142		4.579.142	3.608.233
Adiantamentos a fornecedores		1.602.179		1.602.179	786.240
Projetos de expansão		36.977.682		36.977.682	23.684.627
Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás (E&P)		66.557.820	(28.842.142)	37.715.678	32.337.961
		<u>186.460.028</u>	<u>(67.252.936)</u>	<u>119.207.092</u>	<u>77.252.144</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14.3 Gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Gastos capitalizados	83.883.258	69.440.022	66.557.820	58.369.377
Depreciação acumulada	(34.081.244)	(29.792.677)	(27.885.150)	(25.481.760)
Amortização de gastos com abandono	(1.061.555)	(611.898)	(956.992)	(549.656)
Investimento líquido	48.740.459	39.035.447	37.715.678	32.337.961

No exercício de 2008, a Companhia revisou, de acordo com a prática contábil descrita na Nota 4.6, as estimativas de gastos para futuro abandono de poços e desmantelamento de área de produção de óleo e gás, considerando a vida útil econômica dos campos e os fluxos de caixa esperados, a valor presente, por uma taxa de juros livre de riscos, ajustada pelo risco da Petrobras. Esta revisão resultou numa redução na provisão em R\$ 268.520 mil e na rubrica de investimentos exploratórios em R\$ 70.698 mil. O efeito líquido destes ajustes, somado aos gastos incorridos com o abandono de poços no exercício, no montante de R\$ 254.992 mil, resultou no aumento na rubrica de custos exploratórios para extração de petróleo e gás, no montante de R\$ 57.170 mil.

14.4 Depreciação

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 está assim apresentada:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	5.730.051	5.213.856	3.877.298	1.997.067
De gastos de exploração e produção	3.614.225	3.180.201	2.456.143	2.561.313
Custo para abandono de poços capitalizados/provisionados	491.300	303.284	491.086	286.082
	9.835.576	8.697.341	6.824.527	4.844.462
Parcela registrada diretamente no resultado	1.003.399	1.096.558	571.486	507.228
	10.838.975	9.793.899	7.396.013	5.351.690

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14.5 Redução ao valor recuperável de ativos

14.5.1 Por área de negócio

	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2008			2008		
	Impairment	Reversão	Total	Impairment	Reversão	Total
Exploração e produção	602.675		602.675	602.675		602.675
Internacional	330.413		330.413			
Total	933.088		933.088	602.675		602.675

14.5.2 Por tipo de ativo

	R\$ mil					
	Consolidado			Controladora		
	2008			2008		
	Impairment	Reversão	Total	Impairment	Reversão	Total
Edificações e benfeitorias	3.832		3.832			
Equipamento e outros bens	90.766		90.766	89.153		89.153
Gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás	838.490		838.490	513.522		513.522
Total	933.088		933.088	602.675		602.675

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Exploração e Produção

Os ativos foram agrupados em unidades geradoras de caixa para identificação de possíveis perdas por desvalorização de ativos. Cada campo corresponde a uma unidade geradora de caixa.

Durante 2008, o segmento de Exploração e Produção registrou despesas com provisão para perda por desvalorização de ativos no montante de R\$ 602.675 mil.

A perda foi relacionada principalmente aos ativos em produção no Brasil. No ano de 2008, dois fatores influenciaram negativamente os resultados dos campos: o preço do Brent de 31 de dezembro de 2008 e os custos operacionais (equipamentos e serviços) que não tiveram uma queda tão acentuada quanto o do Brent. Esses dois fatores durante a análise econômica tiveram efeitos redutores, que levaram a constituição de provisão para perda por desvalorização em alguns campos.

Internacional

No exercício de 2008 foram reconhecidas perdas por desvalorização de ativos no segmento Internacional no montante de R\$ 330.413 mil, apuradas, principalmente, sobre os gastos exploratórios do campo de Cottonwood, nos Estados Unidos (R\$ 307.784 mil), em decorrência dos baixos preços projetados do petróleo e das altas taxas praticadas, reflexos do novo cenário econômico mundial.

Abastecimento, Gás e Energia e Distribuição

Não houve perdas por desvalorização de ativos em 2008.

14.6 Ações judiciais no exterior

a) Nos Estados Unidos - P-19 e P-31

Em 25 de julho de 2002, Braspetro Oil Service Company (Brasoil) e Petrobras venceram em primeira instância, perante a Justiça norte-americana, ações conexas movidas pelas seguradoras United States Fidelity & Guaranty Company e American Home Assurance Company desde 1997. Por decisão judicial da Corte Federal do Distrito Sul de Nova York, restou reconhecido a Brasoil e a Petrobras o direito ao recebimento por perdas e danos do valor de US\$ 237 milhões, acrescido de juros e reembolso de despesas judiciais na data do efetivo recebimento referentes à "performance Bond", totalizando aproximadamente US\$ 370 milhões. Recurso de apelação movido pelas seguradoras afastou, contudo, a obrigação das seguradoras quanto ao pagamento de multa, honorários advocatícios e custas, reduzindo assim o valor da indenização para US\$ 245 milhões.

Em 21 de julho de 2006, a justiça americana proferiu decisão executiva, condicionando o pagamento dos valores devidos à Brasoil ao encerramento definitivo das ações com idêntico objeto em curso perante a Justiça Brasileira, o que vem sendo providenciado pelas partes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Em Londres - P-36

Com relação ao afundamento, em 2001, da Plataforma P-36, nos contratos relativos à construção da Plataforma, a Brasoil e a Petrobras se obrigaram a depositar a indenização do seguro, em caso de sinistro, em favor de um Agente das Garantias ("Security Agent"), para pagamento aos credores, de acordo com um mecanismo ajustado contratualmente. Está em curso, perante Cortes Londrinas, ação judicial de autoria de empresas que julgam serem credoras de parte desses pagamentos que a Brasoil e a Petrobras entendem ser direitos seus.

Na fase atual do litígio, a Petromec, parte contratual envolvida, protocolou, em 29 de setembro de 2008, contra a Brasoil e a Petrobras, pleito no montante de US\$ 154 milhões, mais juros. A defesa da Brasoil e da Petrobras deve ser protocolada em maio de 2009. O julgamento do pleito da Petromec deve ocorrer no ano de 2010.

c) Outras ações de ressarcimento

Na construção/conversão de navios em unidades produtoras e de escoamento de produção do tipo FPSO e FSO, a Brasoil aportou recursos financeiros no montante de US\$ 624 milhões, equivalentes a R\$ 1.460.583 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 1.092.067 mil em 31 de dezembro de 2007) diretamente aos seus fornecedores e subcontratados, com o intuito de evitar atrasos nas construções/conversões e, conseqüentemente, prejuízos a Brasoil.

Com base em pareceres dos assessores jurídicos da Brasoil, esses gastos são passíveis de ressarcimento junto aos construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, conservadoramente, está provisionada como crédito de liquidação duvidosa a parcela desse saldo não coberto por garantias reais, no montante de US\$ 553 milhões, equivalentes a R\$ 1.292.223 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 964.460 mil em 31 de dezembro de 2007).

14.7 Devolução à ANP de áreas na fase de exploração

Durante o exercício de 2008, a Petrobras devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP os direitos sobre:

- As concessões exploratórias da Bacia Potiguar Terra: BT-POT-35 (bloco POT-T-791), BT-POT-45 (blocos POT-T-225 e POT-T-241), BT-POT-50 (blocos POT-T-441 e POT-T-442), BT-POT-44 (bloco POT-T-196), BT-POT-62 (bloco POT-T-662), BT-POT-39A (bloco POT-T-881) e BT-POT-42 (bloco POT-T-575) - devolução total dos blocos;
- As concessões exploratórias da Bacia do Recôncavo Terra: BT-REC-19 (bloco REC-T-205), BT-REC-29 (bloco REC-T-250) e BT-REC-4 - devolução total dos blocos;
- As concessões exploratórias da Bacia Sergipe Terra: BT-SEAL-4 (blocos SEAL-T-341 e SEAL-T-356) e BT-SEAL-12 (bloco SEAL-T-367) - devolução total dos blocos;

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- As concessões exploratórias da Bacia Foz do Amazonas: BM-FZA-4 (blocos FZA-M-183, FZA-M-216, FZA-M-251, FZA-M-253, FZA-M-254, FZA-M-286, FZA-M-287, FZA-M-288 e FZA-M-320) e BM-FZA-5 (bloco FZA-M-321) - devolução total dos blocos;
- As concessões exploratórias da Bacia de Campos Mar: BM-C-28 (blocos C-M-231, C-M-265, C-M-298, C-M-332 e C-M-334) e BM-C-26 (bloco C-M-58) - devolução total dos blocos;
- As concessões exploratórias da Bacia de Santos: BM-S-41 (bloco S-M-1478), BM-S-42 (bloco S-M-166) e BM-S-36 (bloco S-M-557) - devolução total dos blocos.

14.8 Devolução à ANP de campos na fase de produção, operados pela Petrobras

Durante o exercício de 2008, a Petrobras formalizou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a decisão de Terminação Antecipada dos Contratos de Concessão relativos aos campos:

- Lagoa Verde, Paramirim do Vencimento e Fazenda Sori – localizados no Estado da Bahia;
- Rio Ibiribas e Rio Doce – localizados no Estado do Espírito Santo.

14.9 Participação na 10ª Licitação de blocos exploratórios da ANP

Em dezembro de 2008, a Petrobras adquiriu vinte e sete novos blocos exploratórios, dos cento e trinta licitados na 10ª Rodada de Licitações promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A Petrobras adquiriu dezessete blocos com exclusividade e outros dez em consórcio com outras empresas, sendo operadora em cinco destes.

Os bônus oferecidos pela Petrobras e seus parceiros totalizaram R\$ 56.677 mil, ficando a parcela da Companhia em R\$ 39.978 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Intangível

15.1 Por área de negócio

RS mil				
Consolidado				
	2008		2007	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	1.974.682	(181.966)	1.792.716	1.741.589
Abastecimento	297.184	(104.606)	192.578	222.231
Distribuição	908.655	(216.406)	692.249	108.307
Gás e energia	377.985	(42.913)	335.072	108.302
Internacional	5.505.695	(1.638.731)	3.866.964	2.277.776
Corporativo	1.984.704	(861.070)	1.123.634	1.073.848
	11.048.905	(3.045.692)	8.003.213	5.532.053

RS mil				
Controladora				
	2008		2007	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Exploração e produção	1.974.183	(181.806)	1.792.377	1.741.222
Abastecimento	226.047	(67.981)	158.066	141.607
Distribuição	472.983	(47.945)	425.038	
Gás e energia	280.689	(28.259)	252.430	94.435
Internacional	56.420	(10.657)	45.763	34.499
Corporativo	1.963.485	(855.443)	1.108.042	1.062.914
	4.973.807	(1.192.091)	3.781.716	3.074.677

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.2 Por tipo de ativos

R\$ mil					
Consolidado					
	Software			Ágio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	Total
	Direitos e Concessões	Adquirido	Desenvolvido Internamente		
Saldo em 31 de dezembro de 2006	4.108.633	440.608	1.102.405		5.651.646
Adição	451.431	103.361	331.321		886.113
Baixa	(93.978)	(768)	(476)		(95.222)
Transferências	(29.771)	78.884	47.340		96.453
Amortização	(125.602)	(91.150)	(243.631)		(460.383)
"Impairment" - constituição					
Ajuste acumulado de conversão	(481.842)	(64.712)			(546.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.828.871	466.223	1.236.959		5.532.053
Adição	1.102.797	154.864	398.416	27.158	1.683.235
Baixa	(87.772)	(74.426)	(473)	(9.438)	(172.109)
Transferências	8.886	(25.257)	(5.764)	1.221.814	1.199.679
Amortização	(196.263)	(131.053)	(278.864)	(118.257)	(724.437)
"Impairment" - constituição				(384.431)	(384.431)
Ajuste acumulado de conversão	630.059	43.639		195.525	869.223
Saldo em 31 de dezembro de 2008	5.286.578	433.990	1.350.274	932.371	8.003.213
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

R\$ mil					
Controladora					
	Softwares			Ágio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")	Total
	Direitos e Concessões	Adquirido	Desenvolvido internamente		
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.438.634	243.437	1.096.702		2.778.773
Adição	224.220	13.126	321.939		559.285
Baixa	(4.962)		(476)		(5.438)
Transferências		24	47.340		47.364
Amortização	(2.260)	(59.416)	(243.633)		(305.309)
"Impairment" - constituição					
Ajuste acumulado de conversão					
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.655.632	197.171	1.221.872		3.074.675
Adição	98.927	80.951	389.542	27.158	596.578
Baixa	(43.858)	(86)	(473)		(44.417)
Transferências	(640)	(8.968)	(450)	553.853	543.795
Amortização	(2.200)	(75.309)	(278.864)	(32.542)	(388.915)
"Impairment" - constituição					
Ajuste acumulado de conversão					
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.707.861	193.759	1.331.627	548.469	3.781.716
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida	

15.3 "Impairment" do ágio com expectativa de rentabilidade futura ("goodwill")

A Petrobras América Inc., controlada indireta da Petrobras, registrou em 2008 uma perda por desvalorização do ágio pago na aquisição das empresas Pasadena Refining System, Inc. e Pasadena Trading Company no valor de R\$ 384.431 mil. Os fatores determinantes para o cálculo foram: (a) declínio constante e substancial do petróleo bruto e preço dos produtos nos últimos doze meses, (b) diminuição do refino e margem bruta do mercado atacadista, e (c) diminuição da demanda de produtos refinados.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 Financiamentos

	R\$ mil			
	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
No exterior				
Instituições financeiras	8.216.007	4.175.723	17.144.130	11.344.416
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes" e "Global step-up Notes"	740.483	784.182	12.989.912	9.201.691
Trust Certificates - "Senior/Junior"	159.719	122.241	762.432	705.686
Fornecedores	597	279		20.310
Outros	252.749	3.565	233.700	
Subtotal	9.369.555	5.085.990	31.130.174	21.272.103
No País				
Notas de Crédito à Exportação	578.559		3.367.472	513.514
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.137.540	1.714.283	7.642.362	3.832.157
Debêntures	328.590	321.671	3.740.615	3.635.062
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	99.475	76.738	244.967	262.508
Cédula de Crédito Bancário	11.735		3.605.934	
Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC)	1.614.543			
Outros	134.470	1.302.548	317.917	291.245
Subtotal	3.904.912	3.415.240	18.919.267	8.534.486
	13.274.467	8.501.230	50.049.441	29.806.589
Juros sobre financiamentos	(823.330)	(647.449)		
Principal	12.451.137	7.853.781		
Parcela circulante dos financiamentos no passivo não circulante	(8.541.232)	(3.588.684)		
Total dos financiamentos de curto prazo	3.909.905	4.265.097		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil			
	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
No exterior				
Instituições financeiras	423.041	463.682	1.186.744	1.126.410
Obrigações ao portador - "Notes", "Global Notes" e "Global step-up Notes"				
Trust Certificates - "Senior/Junior"				
Fornecedores				
Outros				
Subtotal	423.041	463.682	1.186.744	1.126.410
No País				
Notas de Crédito à Exportação	578.559		3.367.472	513.514
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				
Debêntures	175.858	165.562	3.056.412	2.880.014
FINAME - vinculados à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil	96.427	73.800	240.002	254.669
Cédula de Crédito Bancário	11.735		3.605.934	
Adiantamento sobre contrato de câmbio (ACC)	1.179.159			
Outros	41.377	45.474		37.381
Subtotal	2.083.115	284.836	10.269.820	3.685.578
	2.506.156	748.518	11.456.564	4.811.988
Juros sobre financiamentos	(229.334)	(122.596)		
Principal	2.276.822	625.922		
Parcela circulante dos financiamentos no passivo não circulante	(1.108.321)	(625.922)		
Total dos financiamentos de curto prazo	1.168.501			

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.1 Vencimentos do principal e juros dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil	
	2008	
	Consolidado	Controladora
2010	7.431.453	2.652.073
2011	11.052.920	6.605.612
2012	5.720.413	1.896.249
2013	3.477.626	196.672
2014 em diante	22.367.029	105.958
Total	50.049.441	11.456.564

16.2 Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
No exterior				
Até 6%	21.952.589	8.451.249	924.473	667.088
De 6 a 8%	5.361.720	8.736.284	262.271	459.322
De 8 a 10%	3.207.172	3.586.745		
De 10 a 12%	245.882	119.706		
Acima de 12%	362.811	378.119		
	31.130.174	21.272.103	1.186.744	1.126.410
No País				
Até 6%	2.630.226	3.064.816	240.002	37.681
De 6 a 8%	769.745	603.369		
De 8 a 10%	5.563.772	1.397.414	367.966	688.488
De 10 a 12%	2.840.893	3.249.621	2.688.447	2.959.409
Acima de 12%	7.114.631	219.266	6.973.405	
	18.919.267	8.534.486	10.269.820	3.685.578
	50.049.441	29.806.589	11.456.564	4.811.988

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.3 Saldos por moedas no passivo não circulante

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Dólar norte-americano	30.516.815	21.316.838	1.043.814	1.040.497
Iene	3.211.342	892.679	382.237	338.564
Euro	109.031	125.924	695	2.018
Real	15.828.040	7.125.126	10.029.818	3.430.909
Outras	384.213	346.022		
	50.049.441	29.806.589	11.456.564	4.811.988

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da Controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2008, era, respectivamente, R\$ 10.831.361 mil e R\$ 47.016.130 mil calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 11.456.564 mil e R\$ 50.049.441 mil.

As operações de "hedge", contratadas para cobertura de "Notes" emitidos no exterior em moedas estrangeiras, estão divulgadas na Nota 29.

16.4 Pré-pagamento de exportações

A Petrobras e a PFL mantêm contratos ("Master Export Contract" e "Prepayment Agreement") entre si e, também, com uma Sociedade de Propósito Específico, não relacionada à Petrobras, denominada "PF Export Receivables Master Trust" (PF Export), referentes a pré-pagamento de recebíveis de exportação a serem gerados pela PFL, por intermédio de vendas, no mercado internacional, de óleo combustível adquirido da Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo do pré-pagamento das exportações totalizava R\$ 813.358 mil no passivo não circulante (R\$ 705.686 mil em 31 de dezembro de 2007) e R\$ 176.336 mil no passivo circulante (R\$ 121.150 mil em 31 de dezembro de 2007).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
--	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.5 Contratação de financiamentos para exportações

Em 17 e 26 de março de 2008, a Petrobras contratou financiamento de R\$ 750.000 mil e R\$ 500.000 mil com o Banco do Brasil. A operação foi viabilizada através da emissão de Notas de Créditos à Exportação - NCE, que tem por finalidade exclusiva incrementar as exportações de etanol, tendo em vista as perspectivas de crescimento dos negócios de biocombustíveis da Companhia. Esta operação foi negociada com as seguintes condições:

- Prazo: 2 anos e 3 anos com liquidação de principal e juros no final;
- Taxa de juros: 95% do CDI;
- Cláusula de pré-pagamento a partir de 180 dias do saque sem penalidades;
- Isenção de IOF mediante comprovação das operações de exportação;
- Dispensa de garantias.

Em 04 e 11 de abril de 2008, a Petrobras contratou financiamento de R\$ 400.000 mil e R\$ 1.600.000 mil com o Banco do Brasil. A operação foi viabilizada através da emissão de Notas de Créditos à Exportação - NCE, que tem por finalidade incrementar as exportações de petróleo e derivados da Companhia. Esta operação foi liquidada antecipadamente em 23 de dezembro de 2008, sendo recontratada pelo mesmo montante renegociado inicialmente, porém com as seguintes condições:

- Prazo: Vencimento do principal em 12 de janeiro de 2011 e vencimentos das parcelas dos encargos financeiros semestralmente a partir de 12 de julho de 2009;
- Taxa de juros: 108,20% do CDI + Flat Fee de 2% (pagamento em 09/01/2009);
- Cláusula de pré-pagamento a partir de 180 dias do saque sem penalidades;
- Isenção de IOF mediante comprovação das operações de exportação;
- Dispensa de garantias.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.6 Contratação de Adiantamento de Contrato de Câmbio

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras negociou um Adiantamento de Contrato de Câmbio-ACC junto ao Banco do Brasil no montante de US\$ 300.000 mil, equivalente a R\$ 750.990 mil. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- Prazo: 179 dias, com vencimento em 20/04/2009;
- Taxa de juros: 6,30% a.a. com pagamento em 20/04/2009;
- Isenção de IOF e IR desde que a exportação se concretize.

Em 03 de dezembro de 2008, a Petrobras negociou um Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC junto ao Bradesco no montante de US\$ 200.000 mil, equivalente a R\$ 480.470 mil. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- Prazo: 360 dias, com vencimento em 28/11/2009;
- Taxa de juros: 6% a.a. com pagamento em 28/11/2009;
- Isenção de IOF e IR desde que a exportação se concretize.
- Cláusula de antecipação, com observância da legislação cambial e pagamento dos custos inerentes a antecipação.

16.7 Contratação de Cédula de Crédito Bancário

Em 31 de outubro de 2008, a Petrobras negociou um empréstimo (Cédula de Crédito Bancário), junto à Caixa Econômica Federal - CEF no montante de R\$ 2.022.700 mil. O Empréstimo tem como objetivo reforçar o capital de giro da companhia. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- Prazo: 180 dias, principal e encargos com amortização única ao fim do prazo;
- Taxa de juros: 104% do CDI-Over;-
- Incidência do IOF;
- Cláusula de amortização extraordinária e liquidação antecipada. A qualquer tempo, a companhia poderá fazer pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, bem como efetuar a liquidação antecipada.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 22 de dezembro de 2008, a Petrobras negociou com a Caixa Econômica Federal – CEF um Termo de aditamento e novação da Cédula de Crédito Bancário de R\$ 1.583.234 mil. Essa operação foi negociada com as seguintes condições:

- Prazo: 760 dias, com pagamento dos encargos trimestralmente e do principal ao final do prazo;
- Taxa de juros: 110% do CDI Over;
- Incidência do IOF.

Em razão do empréstimo adicional e do pagamento dos encargos financeiros do empréstimo concedido anteriormente, as partes consolidaram o valor total mutuado em R\$ 3.605.934 mil.

16.8 Financiamento para o Projeto Amazônia

Em 2008, a Transportadora Urucu Manaus S/A (TUM) captou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o valor de R\$ 1.028.170 mil referente à linha de crédito de longo prazo contratada em 06 de dezembro de 2007, no valor de R\$ 2.489.500 mil, com interveniência da Codajás Coari Participações Ltda. (Codajás).

A captação desse recurso tem como objetivo a construção, pela TUM, de um gasoduto de transporte de gás natural de aproximadamente 383 km de extensão, ligando Coari a Manaus, bem como ramais de distribuição a sete municípios localizados no percurso do gasoduto, além de outros ativos a ele relacionados e de um duto de transporte de gás liquefeito de petróleo (GLP) de aproximadamente 279 km de extensão, ligando o Pólo Arara, em Urucu ao Terminal de Solimões, em Coari, e ativos a ele relacionados, todos no Estado do Amazonas.

Parte dos recursos de R\$1.295.394 mil liberado em dezembro de 2007 foi utilizada para o pagamento em 17 de dezembro de 2007 do empréstimo ponte de R\$ 800.000 mil até então concedido pelo mesmo Banco para a TUM.

Esta operação foi negociada com as seguintes condições:

- Prazo: Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 48 parcelas trimestrais (12 anos);
- Carência de Principal e Juros: até 15/08/2010
- Taxa de juros efetiva: TJLP + 1,96% a.a, com a constituição das garantias em até 60 dias antes do término do período de carência;
- Custos de transação e prêmios: 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre o valor do crédito, a título de Comissão de Estudos e Estruturação.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em janeiro de 2009, R\$ 60.000 mil foram liberados. Da linha de crédito contratada, ainda existe R\$ 105.936 mil a serem liberados pelo BNDES, mediante comprovação dos investimentos realizados no Projeto.

16.9 Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF)

A Transpetro assinou em 2007 contratos de compra e venda condicionada com três estaleiros nacionais para a construção de 23 navios petroleiros, no valor de R\$ 5.216.642 mil. A captação desse recurso foi feita junto ao BNDES e com as seguintes condições:

Navios		Estaleiro	R\$ mil Valor	Taxa de Juros	Prazo
Qtd.	Tipo				
10	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2.462.646	TJLP + 2,5% a.a.	20 anos e carência de 48 meses a contar do 1º saque
5	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.266.902		
4	Tanque /Produto	Estaleiro Mauá - Petro UM S.A.	630.688		
4	Panamax	EISA - Estaleiro Ilha S.A.	856.406		

No período de julho a dezembro de 2008, a Transpetro efetuou os pagamentos referentes aos adiantamentos no total de R\$ 17.045 mil, sendo:

- R\$ 14.550 mil Recursos Financiados BNDES/Transpetro (36% do preço do navio);
- R\$ 2.496 mil Recursos Próprios Transpetro (5% do preço do navio).

O Estaleiro Atlântico Sul registrou, durante o exercício de 2008, a movimentação financeira no valor total de R\$ 168.230 mil, cujo financiamento junto ao BNDES será repassado para a Transpetro, após a assinatura do "Termo de entrega e aceitação" do navio, distribuída, conforme abaixo:

- R\$ 18.040 mil Recursos Próprios Estaleiro (8% do preço do navio);
- R\$ 150.190 mil Recursos Financiados BNDES/Estaleiro (46% do preço do navio).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.10 Contratação de financiamento da SPE Companhia de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI

Em 2006, foram contratados pela CDMPI uma linha de crédito no montante de US\$ 900 milhões através de uma estruturação financeira em que participaram o "Japan Bank for International Corporation" - JBIC (US\$ 486 milhões), um grupo de bancos comerciais (US\$ 378 milhões) e duas "trading companies" japonesas, acionistas da CDMPI (US\$ 36 milhões). Essas operações foram negociadas com as seguintes condições, respectivamente:

Operação "JBIC Loans":

- Prazo: pagamentos semestrais com vencimento em 2021;
- Taxa de juros: Libor + 0,7881% a.a. + comissão de compromisso de 0,50% a.a.;
- Carência para pagamento de principal: até 23 de maio de 2014.

Operação "Commercial Loans":

- Prazo: pagamentos semestrais com vencimento em 2013;
- Taxa de juros: Libor + 0,75% a.a. + comissão de compromisso de 0,50% a.a.;
- Carência para pagamento de principal: até 24 de novembro de 2009.

Operação "Subordinated Loans":

- Prazo: pagamentos semestrais com vencimento em 2021;
- Taxa de juros: 12% a.a.;
- Carência para pagamento de principal: até 23 de maio de 2014.

Em 2008, foram utilizados os saldos remanescentes das linhas de crédito contratadas, no montante US\$ 392 milhões, sendo US\$ 221 milhões pelo JBIC e US\$ 171 milhões pelos bancos comerciais.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.11 Contratação de financiamento da subsidiária Petrobras Netherlands BV junto ao banco BNP Paribas

A subsidiária Petrobras Netherlands BV (PNBV) contratou financiamento com o Banco BNP Paribas no valor de US\$ 204 milhões, incluído o seguro de risco político e comercial da SACE S.P.A. no montante de US\$ 4 milhões. Foram pagas despesas contratuais no valor de US\$ 1 milhão. O prazo de vencimento será de 12 anos e a taxa de juros contratada foi de 2,60% a.a..

Contratou, ainda, financiamento com Export Development Canadá (EDC) e Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC), Mizuho Corporate Bank Ltd. (MHCB) e The Bank Of Tokyo-Mitsubishi Uj Ltd. (BMTU), no valor de US\$ 500 milhões (descontadas despesas de crédito de US\$ 2 milhões) e ¥ 75.142 milhões, equivalentes a US\$ 837 milhões (as despesas de crédito e seguro somam ¥ 3.730 milhões, equivalentes a US\$ 41 milhões), com prazo de vencimento de 12 e 10 anos. A taxa de juros contratada foi de 4,74% a.a e de 1,59% a.a, respectivamente.

O financiamento junto ao BNP destina-se ao financiamento de gastos corporativos da PNBV. Os demais financiamentos destinam-se à liquidação de mútuos com a Braspetro Oil Services Company – (Brasoil).

Adicionalmente, a PNBV renovou em 03 de outubro e 01 de dezembro de 2008, linhas de crédito contratadas com o Santander Overseas Bank, Inc – SANTANDER, nos montantes de US\$ 75 milhões e US\$ 200 milhões, cujo prazo de vencimento será de um ano, podendo ser renovado integralmente por mais um ano e parcialmente pelo prazo final de seis anos. A taxa de juros contratada foi de 3,62% a.a. e 3,11% a.a., respectivamente.

16.12 Contratação de financiamento da SPE Mexilhão junto ao BNDES

A SPE Mexilhão assinou, em 12 de dezembro de 2008, contrato de financiamento (Offshore Loan Agreement) com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, segregado em Subcrédito “A” de US\$ 55 milhões e Subcrédito “B” de R\$ 400 milhões. O custo incorrido, nesta operação, foi a Comissão de Estudos e Estruturação cobrada pelo BNDES no valor de R\$ 1 milhão, equivalente a 0,2% do financiamento total. O vencimento ocorrerá dentre os três eventos descritos a seguir, o que ocorrer primeiro: (i) em 15 de novembro de 2009; ou (ii) três meses após a data de entrega do Termo de Recebimento Definitivo da plataforma marítima fixa (PMXL1); ou (iii) no desembolso de recursos oriundos de um eventual Financiamento de Longo Prazo. A taxa de juros contratada para o Subcrédito “A” foi de 2,76% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 (dezesesseis) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira e para o Subcrédito “B” foi de 2,76% ao ano, capitalizados trimestralmente, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Esses recursos foram destinados à construção da plataforma PMXL-1.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.13 Captações do segmento internacional

No exercício de 2008 as controladas da Petrobras no exterior captaram recursos no montante equivalente a R\$ 2.760.135 mil, basicamente para financiar o capital de giro e projetos associados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

As captações mais relevantes foram realizadas pelas seguintes empresas, controladas indiretas da Petrobras:

Refinaria Nansei Sekiyu K.K. - Realizou captações de curto prazo no montante total de US\$ 471.875 mil equivalentes a R\$ 1.051.280 mil, através da Sumitomo Mitsui Bank, Mizuho Bank, Bank Tóquio of Mitsubishi e Development Bank Japan, com vencimento médio de 320 dias e taxa média 1,09%a.a. + spread de 0,5%a.a. a 1,0%a.a. e de longo prazo o montante de US\$ 6.952 mil equivalentes a R\$ 16.247 mil basicamente para financiar o capital de giro da empresa;

Petrobras Energia S.A. - Realizou captações de longo prazo no montante de US\$ 44.457 mil, equivalentes a R\$ 75.200 mil, e de curto prazo no montante de US\$ 353.042 mil, equivalentes a R\$ 698.439 mil, através do Banco HSBC, Banco Rio, Itaú, BBVA, Banco Ciudad, ABN Amro Bank, Banco do Brasil e Banco Santander, tendo como modalidade principal operações de ACC e ACE, objetivando a manutenção do capital de giro da empresa e a reposição de estoque. As operações de longo prazo têm como vencimento final o ano de 2015, e têm como taxa média de juros entre 6%a.a. a 10% a.a.

A P&M Drilling captou recursos de longo prazo através da Sumitomo Mitsui Banking, no montante de US\$ 97.818 mil, equivalentes a R\$ 180.981 mil, com vencimento para 2010. As taxas contratadas variam entre 3,625%a.a. a 3,9375%a.a. e têm como finalidade financiar a construção do Navio sonda PETROBRAS 10000.

16.14 Financiamento para o Projeto Gasene

Em 2008, a Transportadora Gasene captou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os seguintes valores referentes às linhas de crédito de longo prazo contratadas em 27 de dezembro de 2007: (i) o valor de US\$ 750.000, do contrato de financiamento mediante repasse de recursos externos do BNDES (proveniente do China-Development Bank), e (ii) o valor de R\$ 907.671 mil do contrato de financiamento mediante recursos próprios do BNDES referente ao subcrédito "A" para o GASCAV, e o valor de R\$ 1.032.410 mil referente ao subcrédito "B" para o GASCAC.

Em 26 de fevereiro de 2008, os empréstimos-ponte contratados com o BNDES, no valor de R\$ 2.028.099 mil, foram integralmente quitados junto a este Banco, em contrapartida ao primeiro recebimento das linhas de crédito.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A captação desses recursos tem como objetivo a construção do gasoduto de transporte de gás natural Cabiúnas-Vitória, de aproximadamente 300 km de extensão, ligando Cabiúnas, no Município de Macaé/RJ, ao Município de Vitória/ES e outros ativos a ela relacionados ("GASCAV"), bem como do gasoduto de transporte de gás natural Cacimbas-Catu, de aproximadamente 940 km, ligando Cacimbas, no Estado de Espírito Santo, a Catu, no Estado da Bahia, e ativos a ele relacionados ("GASCAC"), ambos integrantes do Projeto Gasoduto Sudeste-Nordeste (Projeto GASENE).

Estas linhas de créditos foram negociadas com as seguintes condições:

a) Financiamento mediante recursos externos do BNDES

- Valor do contrato: US\$ 750.000;
- Prazo: Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 20/12/2022;
- Taxa de juros efetiva: 3,20% a.a. + variação cambial;
- Custos de transação e prêmios: 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre o valor do crédito, a título de Comissão de Estudos e Estruturação, totalizando US\$ 1.500, equivalentes a R\$ 2.513 mil, + Comissão Financeira ("Up front Fee") no valor de 5,0% de US\$ 750.000, totalizando US\$ 37.500, equivalentes a R\$ 62.832 mil + Encargos por Reserva de Crédito (Commitment Fee) de 0,3% a.a., totalizando US\$ 885, equivalentes a R\$ 1.464 mil.

b) Financiamento mediante recursos próprios do BNDES

- Valor do contrato: R\$ 3.164.312 mil, sendo R\$ 949.491 mil referente ao subcrédito "A" para o GASCAV, e R\$ 2.214.821 mil referente ao subcrédito "B" para o GASCAC;
- Prazo: (i) Subcrédito "A" - Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 15/10/2020, e (ii) Subcrédito "B" - Vencimento do principal e das parcelas dos encargos financeiros em 48 parcelas trimestrais (12 anos) após a entrada em operação do Gascac;
- Taxa de juros efetiva: TJLP + 1,96% a.a, com a constituição das garantias em até 60 dias antes do término do período de carência;
- Custos de transação e prêmios: 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre o valor do crédito, a título de Comissão de Estudos e Estruturação, no montante de R\$ 6.329 mil.

Da linha de crédito contratada, ainda existe R\$ 41.820 mil a serem liberados pelo BNDES em referência ao subcrédito "A", e R\$ 1.182.411 mil para o subcrédito "B", mediante comprovação dos investimentos realizados no Projeto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
--	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.15 Outras informações

Os empréstimos e financiamentos se destinam, principalmente, à compra de matéria-prima, desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais.

a) Debêntures

As debêntures emitidas com a finalidade de financiar, através do BNDES, a aquisição antecipada do direito de transportar, no Gasoduto Bolívia-Brasil, o volume de 6 milhões de m³/dia de gás, pelo prazo de 40 anos (TCO - Transportation Capacity Option), totalizaram R\$ 430.000 mil (43.000 títulos, com valor nominal de R\$ 10,00) com vencimento em 15 de fevereiro de 2015. Essas debêntures são garantidas por ações ordinárias a TBG.

Em agosto de 2006, a Alberto Pasqualini - Refap S.A. emitiu debêntures simples, nominativas e escriturais, objetivando a ampliação e modernização de seu parque industrial, com as seguintes características (condições básicas aprovadas pelo BNDES e BNDESPAR em 23 de junho de 2006): amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures subscritas pelo BNDES com juros de TJLP + 3,8% a.a.; 10% das debêntures subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3% a.a. Em maio de 2008 a REFAP efetuou uma segunda emissão com características similares e com valor total de R\$ 507.989 mil, tendo captado R\$ 54.841 mil em 2008. O saldo em 31 de dezembro de 2008 totalizava R\$ 733.968 mil, sendo R\$ 120.064 mil no passivo circulante.

a.1) Garantias

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, TBG, Petrobras, Petroquisa e Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

Em garantia às debêntures a Refap possui uma conta de aplicações financeiras (depósitos vinculados a operações de crédito), atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A Refap deve manter três vezes o valor da soma da última parcela vencida da amortização do principal e acessórios.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Endividamento da CIESA e TGS

A fim de promover o saneamento financeiro da Companhia de Inversiones de Energia S.A. - CIESA (sociedade controlada em conjunto), a Pesa transferiu a sua participação de 7,35% no capital social da Transportadora de Gás Del Sur S.A. - TGS (controlada da CIESA) para a ENRON e, de forma simultânea, a ENRON transferiu 40% de sua participação no capital da CIESA para um agente fiduciário.

Em uma segunda etapa do processo, conforme o acordo de reestruturação da dívida financeira, uma vez que se obtivessem as aprovações necessárias do Ente Nacional Regulador Del Gas - ENARGAS e da Comisión Nacional de Defensa de la Competencia, a ENRON transferiria os 10% de participação remanescentes na CIESA para os credores financeiros em troca de 4,3% das ações ordinárias - classe B da TGS que a CIESA entregaria a seus credores financeiros como pagamento parcial da dívida. O saldo remanescente da dívida financeira seria capitalizado pelos credores.

O acordo de re-estruturação estabelecia um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2008, data a partir da qual, qualquer uma das partes poderia considerar o acordo como terminado unilateralmente.

O prazo de vigência do acordo expirou sem que se obtivessem as aprovações governamentais e, em 9 de janeiro de 2009, a Ashmore Energy International Limited (atualmente denominada AEI) declarou ser a única proprietária das obrigações negociáveis da CIESA em 1997, notificando sua decisão de terminar o acordo de reestruturação.

Em 28 de janeiro de 2009, a CIESA impetrou uma ação judicial nos Tribunais do Estado de Nova York, nos Estados Unidos da América, contestando a prescrição das mencionadas Obrigações negociáveis.

Por estar operando sob restrições de longo prazo que prejudicam significativamente a sua capacidade de transferir recursos para os investidores e enquanto as ações para saneamento financeiro da empresa não forem concluídas, a CIESA continuará sendo excluída do processo de consolidação da Petrobras, conforme Instrução CVM 247/96.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía compromissos financeiros em função de direitos decorrentes de operações com e sem transferência de benefícios, riscos e controles desses bens.

a) Pagamentos mínimos futuros de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens:

	R\$ mil 31.12.2008	
	Consolidado	Controladora
2009	650.079	5.641.377
2010 - 2013	846.758	4.024.698
2014 em diante	42.309	17.862.017
Pagamentos futuros de compromissos estimados	1.539.146	27.528.092
Menos montante dos juros anuais	149.103	9.687.875
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.390.043	17.840.217
Menos parcela circulante das obrigações	585.045	5.138.506
Parcela de longo prazo das obrigações	804.998	12.701.711

b) Pagamentos mínimos futuros de compromissos contratuais, sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens:

	R\$ mil 31.12.2008	
	Consolidado	Controladora
2009	10.866.604	15.507.136
2010 - 2013	33.265.602	45.184.125
2014 em diante	10.916.334	36.889.432
Total	55.048.540	97.580.693

Em 2008, a Companhia pagou um montante de R\$5.561.577 mil no Consolidado (R\$ 8.846.625 mil na Controladora) reconhecidos como despesa do exercício.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Receitas e despesas financeiras

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2008 e de 2007, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Resultado cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	762.126	(1.198.624)	577.142	(1.284.092)
Resultado cambial sobre financiamentos	(2.077.211)	510.540	(498.157)	370.294
Resultado cambial s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com terceiros	(27.263)		(27.263)	
	(1.342.348)	(688.084)	51.722	(913.798)
 Variação Monetária s/ financiamentos	 (321.426)	 (109.619)	 (279.679)	 (102.084)
 Despesa com financiamentos	 (3.320.973)	 (2.563.653)	 (861.695)	 (504.332)
Despesa com compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	(4.489)		(4.489)	
Receita com aplicações financeiras	755.460	871.332	101.683	477.684
Receita líquida com FIDC			11.583	4.738
	(2.570.002)	(1.692.321)	(752.918)	(21.910)
Despesas com reestruturação de dívida		(112.387)		
 Resultado financeiro sobre endividamento líquido	 (4.233.776)	 (2.602.411)	 (980.875)	 (1.037.792)
 Variação cambial sobre ativos no exterior	 6.417.693	 (2.253.350)	 9.329.950	 (3.291.327)
Variação cambial s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com subsidiárias	(1.398.715)		(1.398.715)	
"Hedge" sobre operações comerciais e financeiras	671.090	(391.061)	30.384	(113.159)
Titulos e Valores Mobiliários	584.994	416.914	451.465	119.058
Juros s/ compromissos contratuais com transf. de benef., riscos e controles de bens com empresas do sistema			(1.896.354)	
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	615.213	904.512	1.108.266	1.581.492
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	472.285	(95.494)	552.858	(406.728)
 Resultado Financeiro Líquido	 <u>3.128.784</u>	 <u>(4.020.890)</u>	 <u>7.196.979</u>	 <u>(3.148.456)</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Outras despesas operacionais, líquidas

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Gastos com repactuação Plano Petros (*)		(1.050.967)		(972.143)
Relações institucionais e projetos culturais	(1.227.680)	(1.267.288)	(1.143.793)	(1.190.967)
Despesas operacionais e/termoelétricas	(593.353)	(523.015)	(897.372)	(357.922)
Gastos corporativos de segurança, meio ambiente e saúde (SMS)	(382.170)	(474.520)	(371.971)	(464.991)
Acordos coletivos de trabalho	(542.675)	(482.016)	(542.673)	(456.387)
Perdas e contingências com processos judiciais	(502.246)	(389.312)	(262.656)	(290.397)
Multas contratuais e regulatórias	(434.029)	(448.437)	(477.712)	(412.965)
Encargos contratuais com serviços de transporte - "ship or pay"	(101.198)	(89.842)		(88.369)
Paradas não programadas em instalações e equipamentos de produção	(205.958)	(137.760)	(203.439)	(135.292)
Ajuste ao valor de mercado dos estoques	(1.340.706)		(84.167)	
Outros	617.772	(325.236)	617.105	(242.021)
	<u>(4.712.243)</u>	<u>(5.188.393)</u>	<u>(3.366.678)</u>	<u>(4.611.454)</u>

(*) Refere-se ao incentivo financeiro pago aos participantes e outros gastos correlatos, visando viabilizar a repactuação do Plano.

20 Impostos, contribuições e participações

20.1 Impostos a recuperar

Ativo Circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
No país:				
ICMS	2.527.495	2.878.563	1.916.608	2.455.357
PASEP/COFINS	1.323.099	1.545.852	883.206	1.030.782
CIDE	222.938	239.259	34.008	32.385
Imposto de renda	2.005.575	723.234	1.460.462	271.363
Contribuição social	801.491	156.105	663.702	25.990
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.658.708	1.418.173	1.090.270	1.122.215
Outros impostos	408.943	319.108	224.905	187.125
	<u>8.948.249</u>	<u>7.280.293</u>	<u>6.273.161</u>	<u>5.125.217</u>
No exterior:				
Imposto sobre valor agregado - IVA	313.039	217.786		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.370	70.004		
Outros impostos	266.589	213.453		
	<u>692.998</u>	<u>501.243</u>		
	<u>9.641.247</u>	<u>7.781.536</u>	<u>6.273.161</u>	<u>5.125.217</u>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.2 Impostos, contribuições e participações a recolher

Passivo Circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
ICMS	1.741.030	2.123.583	1.402.632	1.894.268
PASEP/COFINS	1.064.304	944.514	901.787	749.339
CIDE	447.324	606.101	411.103	548.553
Participação especial/Royalties	2.528.153	2.871.914	2.491.731	2.826.134
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.221.996	677.212	872.235	589.079
Imposto de renda e contribuição social correntes	793.687	783.679		213.548
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.196.372	1.716.006	4.070.151	1.554.655
Outras taxas	748.516	283.263	388.243	117.916
	12.741.382	10.006.272	10.537.882	8.493.492

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Medida Provisória 449/08, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios da Lei 6.404/76 antes das alterações da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08. A confirmação da opção por este regime se dará quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. Dessa forma, os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram provisionados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

20.3 Impostos e contribuição social diferidos - não circulante

Não circulante	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.970.881	3.921.534	477.183	1.776.187
ICMS diferido	1.998.157	990.878	1.538.410	755.058
PASEP e COFINS diferidos	4.842.359	3.145.403	4.599.148	3.026.238
Outros	426.911	275.675		
	10.238.308	8.333.490	6.614.741	5.557.483
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.100.459	10.352.712	10.821.894	8.433.677
Outros	64.673	66.042		
	13.165.132	10.418.754	10.821.894	8.433.677

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Natureza	R\$ mil 2008		Fundamento para realização
	Consolidado	Controladora	
Plano de Pensão	248.677	240.379	Pelo pagamento das Contribuições da Patrocinadora.
Lucros não realizados entre companhias do sistema	1.247.912		Mediante a realização efetiva dos lucros.
Provisões para contingências e para créditos duvidosos	502.698	336.416	Pela efetivação fiscal da perda, e ajuizamento das ações e créditos vencidos
Prejuízos fiscais	732.572		Com lucros tributários futuros
Provisão para Participação nos Lucros	428.286	383.641	Pelo pagamento.
Provisão para investimento de pesquisa e desenvolvimento	179.504	179.504	Mediante a realização dos gastos.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	142.215	87.917	Realização no prazo da depreciação linear dos bens.
Absorção de financiamentos condicionais	74.281		Término dos contratos de financiamento
Diferença temporária entre pagamentos de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens e depreciação	(24.777)	(24.777)	Realização dos ativos
Variação Cambial sobre financiamento	194.741		
Provisão para exportação em andamento	55.615	55.615	Mediante o reconhecimento da receita
Outros	961.235	308.758	
Total	4.742.959	1.567.453	
Não circulante	2.970.881	477.183	
Circulante	1.772.078	1.090.270	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	R\$ mil		Fundamento para realização
	Consolidada	Controladora	
	2008		
Custos com prospecção e perfuração para extração de petróleo	11.720.752	11.720.753	Conforme depreciação pelo método de unidades produzidas em relação às reservas provadas/desenvolvidas dos campos de petróleo.
Diferença temporária entre os critérios de depreciação contábil e fiscal	760.714	86.606	Mediante depreciação pela vida útil do bem ou alienação
IR e CS sobre lucros no exterior	360.669	219.483	Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Investimentos em controladas e coligadas	258.640		Mediante a ocorrência de fatos geradores para disponibilização dos lucros.
Variação Cambial	3.138.541	2.865.203	Mediante liquidação dos contratos
Prejuízos Fiscais	11.223		Com lucros tributários futuros
Outros	1.046.292		
Total	17.296.831	14.892.045	
Não circulante	13.100.459	10.821.894	
Circulante	4.196.372	4.070.151	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Na Controladora, a realização dos créditos fiscais diferidos ativos no montante de R\$ 1.567.453 mil não depende de lucros futuros porque estes serão absorvidos anualmente pela realização do passivo fiscal diferido. No consolidado, para a parcela que excede o saldo da Controladora, quando aplicável, as administrações das subsidiárias, com base em projeções efetuadas, têm expectativa de compensar estes créditos no prazo de até dez anos.

	R\$ mil			
	Expectativa de realização			
	Consolidado		Controladora	
	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de Renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de Renda e CSLL diferidos passivos
2009	1.772.078	4.196.372	1.090.270	4.070.151
2010	668.730	1.736.601	30.966	1.212.242
2011	251.273	1.430.186	30.966	1.219.672
2012	194.884	1.396.808	24.846	1.219.355
2013	442.378	1.479.212	286.293	1.202.535
2014	75.774	1.574.502	7.961	1.200.900
2015 em diante	1.337.840	5.683.150	96.151	4.767.190
Parcela registrada contabilmente	4.742.959	17.296.831	1.567.453	14.892.045
Parcela não registrada contabilmente	1.106.551		582.104	
Total	5.849.510	17.296.831	2.149.557	14.892.045

A controlada Petrobras Energía S.A. (Pesa) e suas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais acumulados de aproximadamente R\$ 280.440 mil (US\$ 120.000 mil) não registrados em seu ativo. Em função de legislação tributária específica da Argentina e de outros países onde a Pesa tem investimentos, que define prazos de prescrição para tais créditos, somente poderão ser utilizados para compensação com futuros tributos a pagar, no máximo até 2009, o montante de R\$ 212.667 mil (US\$ 91.000 mil), e de 2010 em diante o montante de R\$ 67.773 mil (US\$ 29.000 mil).

Adicionalmente, a controlada Petrobras America Inc. - PAI possui créditos tributários não registrados no montante de R\$ 969.168 mil (US\$ 414.706 mil) decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, oriundos, principalmente, das atividades de exploração e produção de óleo e gás. De acordo com legislação específica dos Estados Unidos, país em que a PAI se encontra domiciliada, os créditos fiscais prescrevem em 20 anos. Dessa forma, poderão ser compensados os montantes de R\$ 196.516 mil (US\$ 84.089 mil) até 2027, R\$ 252.805 mil (US\$ 108.175 mil) até 2028 e R\$ 519.847 mil (US\$ 222.442 mil) em 2029.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

Algumas controladas no exterior possuem prejuízos fiscais acumulados na fase exploratória. Esses créditos serão reconhecidos, caso o empreendimento seja bem sucedido, mediante a geração de lucros tributáveis futuros.

20.5 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2008 e de 2007 estão apresentados a seguir:

a) Consolidado

	R\$ mil	
	2008	2007
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	46.860.272	34.527.373
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(15.932.493)	(11.739.307)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Adições permanentes, líquidas	(1.775.554)	(951.411)
• Incentivos fiscais	226.942	224.967
• Crédito em razão da inclusão de JSCP como despesas operacionais	2.386.549	2.160.685
• Créditos fiscais de empresas no exterior em fase exploratória	(1.544.744)	(565.470)
• Outros	677.323	(402.222)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(15.961.977)	(11.272.758)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(4.769.951)	(477.234)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(11.192.026)	(10.795.524)
	(15.961.977)	(11.272.758)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,1%	32,6%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Controladora

	R\$ mil	
	2008	2007
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	51.353.567	31.238.559
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(17.460.213)	(10.621.110)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Adições permanentes, líquidas	(99.760)	(821.461)
• Incentivos fiscais	214.780	216.114
• Crédito em razão da inclusão de JSCP como despesas operacionais	2.386.549	2.160.685
• Outros itens	74.626	(144.096)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(14.884.018)	(9.209.868)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(5.736.891)	(619.148)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(9.147.127)	(8.590.720)
	(14.884.018)	(9.209.868)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	28,9%	29,5%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 Benefícios concedidos a empregados

21.1 Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)

a) *Plano Petros*

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. O Plano Petros está fechado aos empregados do Sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2008, o Plano Petros está representado pelas seguintes patrocinadoras no âmbito do Sistema Petrobras: Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e a Alberto Pasqualini - Refap S.A.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. Com os mais recentes ajustes regulamentares do Plano Petros, esse plano passou a receber das empresas patrocinadoras, em lugar dos 12,93% até então praticados sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano, contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos empregados e aposentados, ou seja, de forma paritária, valores estes que representam, em média, 12% da folha de salário de participação. A relação das contribuições entre patrocinadores e participantes do Plano Petros, considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2008 foi de 1,00.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste no plano de custeio, através de contribuições extraordinárias calculadas pelo método do valor agregado, devendo tal custo ser rateado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados no balanço da Companhia, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecido durante o seu período laborativo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais (hipóteses biométricas e econômicas), entre outras estimativas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 23 de outubro de 2008, a Petrobras e as subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades Sindicais e a Petros assinaram Termo de Compromisso Financeiro, após a homologação judicial no dia 25 de agosto de 2008, para cobrir obrigações com plano de pensão no montante de R\$ 5.801.740 mil (R\$ 5.572.477 mil na Controladora), atualizado retroativamente a 31 de dezembro de 2006 pelo IPCA + 6%a.a, que serão pagos em parcelas semestrais de juros de 6% a.a. sobre o saldo devedor, atualizados atuarialmente e pelo IPCA, pelos próximos 20 anos, conforme previamente estabelecido no processo de repactuação. Nesta mesma data, a Petrobras utilizou o saldo de adiantamento para o plano de pensão no valor de R\$ 1.393.906 mil (R\$ 1.296.810 mil em 31 de dezembro de 2007), para quitar parte das obrigações com o Plano Petros, conforme estabelecido no Termo de Compromisso Financeiro.

A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio do Termo de Compromisso Financeiro, representa uma contrapartida às concessões feitas pelos participantes/beneficiários do Plano Petros na alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e no encerramento de litígios existentes.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da obrigação da Petrobras e subsidiárias referente ao Termo de Compromisso Financeiro totalizava R\$ 4.324.173 mil (R\$ 4.091.676 mil na Controladora), dos quais R\$ 83.770 mil (R\$ 79.266 mil na Controladora) vencem em 2009.

Em 31 de dezembro de 2008, a Petrobras e subsidiárias possuíam Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 3.773.133 mil (R\$ 3.589.343 mil na Controladora), adquiridas para contrapor passivos com a Petros, que serão mantidas na carteira da Companhia para garantia do Termo de Compromisso Financeiro.

b) Plano Petros 2

A partir de 1º de julho de 2007, Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini - Refap S.A., implementaram um novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, para os empregados sem previdência complementar. Em 2008 ocorreram adesões das seguintes empresas: Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA, Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. e FAFEN Energia S.A.

A parcela deste plano com característica de benefício definido, refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida, destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. No exercício de 2008, a contribuição da Petrobras e das subsidiárias para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$ 274.117 mil (R\$ 262.088 mil na Controladora).

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As patrocinadoras Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquisa e Alberto Pasqualini - Refap S.A. assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não haverá mais o pagamento do Serviço Passado.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras.

c) Ativos dos Planos de Pensão

Os ativos dos planos de pensão do Sistema Petrobras são investidos principalmente em títulos do governo, fundos de investimento, instrumentos patrimoniais e outros.

	Consolidado			
	2008		2007	
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável
Títulos do governo	43%		41%	
Fundos de investimento	38%	92%	33%	100%
Participações em ações	12%	8%	20%	
Outros	7%		6%	
	100%	100%	100%	100%

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2008, era constituída por 70% de renda fixa, com rentabilidade esperada de 7,37% a.a.; 24% de renda variável, com rentabilidade esperada de 6% a.a.; 6% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura), com rentabilidade esperada de 8% a.a., que resultou numa taxa de juros média de 7,02% a.a.

Os ativos dos planos de pensão administrados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros incluem os seguintes títulos de partes relacionadas:

	R\$ mil	
	2008	2007
Ações ordinárias da Petrobras	313.698	718.013
Ações preferenciais da Petrobras	512.312	1.065.999
Companhias controladas pelo governo	261.567	228.996
Títulos do governo	13.348.545	12.055.229
Títulos de outras partes relacionadas	240.001	304.214
	14.676.123	14.372.451

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
--	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Plano Petros tem 43% dos investimentos em títulos do governo, dos quais 94% são representados por NTN-B, que por fideicomisso com a Secretaria de Previdência Complementar, serão mantidos até o vencimento.

21.2 Petrobras Internacional Braspetro B.V. – PIB BV

21.2.1 Petrobras Energia S.A.

a) Plano de pensão de contribuição definida

Em 2005, a Petrobras Energia S.A. (Pesa), implementou este plano de adesão voluntária para todos os empregados que cumpram com determinadas condições. Os aportes são realizados em montantes equivalentes às contribuições dos empregados, de acordo com a contribuição definida para cada nível salarial.

O custo do plano é reconhecido de acordo com as contribuições que a sociedade efetua, que em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$ 4.619 mil equivalentes (R\$ 3.684 mil em 31 de dezembro de 2007).

b) Plano de pensão de benefício definido

b.1) Plano "Termination Indemnity"

É um plano de benefícios pelo qual os empregados que cumprem determinadas condições estão aptos para receber um mês de salário por ano de serviço na empresa, de acordo com uma escala decrescente, conforme os anos de vigência do plano, no momento de sua aposentadoria.

b.2) Plano "Fondo Compensador"

Têm direito a este benefício os empregados da Pesa que tenham aderido aos planos de contribuições definidas vigentes ao longo do tempo e que tenham ingressado na sociedade antes de 31 de maio de 1995, e acumulem o tempo de serviço requerido. O benefício é calculado complementarmente aos benefícios outorgados por estes planos e pelo sistema de aposentadorias, de tal modo que a soma dos benefícios totais recebidos por cada empregado seja equivalente ao definido neste plano.

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da Pesa, a Companhia realiza as suas contribuições ao fundo com base em uma proposta da Diretoria à Assembléia até um máximo equivalente a 1,5% dos resultados líquidos de cada exercício.

00951-2	PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Caso se produza um valor excedente, devidamente certificado por um atuário independente, dos fundos aportados a fideicomissos destinados a pagar os benefícios definidos outorgados pelo plano, a Pesa poderá dispor do mesmo, devendo, apenas, fazer a devida comunicação ao agente fiduciário.

21.2.2 Nansei Sekiyu S.A.

a) Plano de pensão de benefício definido

A Refinaria Nansei Sekiyu oferece aos seus empregados um plano de benefícios de aposentadoria complementar programada, na modalidade benefício definido, onde o participante para se tornar elegível ao benefício precisa ter no mínimo 50 anos de idade e 20 anos de serviço na Companhia. As contribuições são efetuadas somente pela patrocinadora. O plano é administrado pela Sumitomo Trust.

21.3 Plano de Saúde

a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras, suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora, Petroquisa e a controlada Alberto Pasqualini - Refap S.A., mantém um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.4 Outros Planos de Contribuição Definida

A subsidiária Transpetro e algumas controladas da Petrobras patrocinam planos de aposentadoria aos seus empregados, de natureza de contribuição definida, tais como: Petroquímica Triunfo S.A. e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

21.5 O saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação:

	R\$ mil					
	Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	41.411.603	254.049	12.217.790	36.867.058	265.207	11.615.993
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	83.770					
• Atuarial	4.060.932	37.936	1.227.765	3.929.505	14.242	1.228.466
Custo do serviço corrente	448.888	161.826	197.686	399.770	60.371	197.595
Benefícios pagos	(1.707.640)	(1.026)	(441.760)	(1.625.809)	(94)	(421.752)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(6.963.363)	(155.258)	(3.326.628)	1.346.446	32.663	(402.512)
Alteração de plano				524.017		
Outros	189.889	2.640		(29.384)	(118.340) *	
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	37.524.079	300.167	9.874.853	41.411.603	254.049	12.217.790
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício	33.178.866	15.876		27.805.938		
Rendimento esperado dos ativos do plano	3.441.863	32.783		3.056.793	5.123	
Contribuições recebidas pelo fundo	835.269	70.432	441.760	775.572	132.779	421.752
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	1.393.906					
Benefícios pagos	(1.707.640)	(1.026)	(441.760)	(1.625.809)	(94)	(421.752)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(4.258.433)	(31.906)		3.264.703	(3.592)	
Outros	16.006	143		(98.331)	(118.340) *	
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	32.899.837	86.302		33.178.866	15.876	

* Parcela da contribuição definida do Plano reclassificada para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil					
	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	38.822.922	245.368	11.406.884	34.584.902	253.740	10.817.017
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	79.266					
• Atuarial	3.799.444	36.641	1.146.066	3.685.191	13.626	1.143.749
Custo do serviço corrente	403.657	156.687	180.139	360.319	57.359	180.125
Benefícios pagos	(1.617.327)	(787)	(414.895)	(1.540.475)	(94)	(398.767)
(Ganho)/Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(6.599.485)	(153.441)	(3.087.030)	1.222.407	35.021	(335.240)
Alteração de Plano				510.578		
Outros				(114.284)	*	
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	34.888.477	284.468	9.231.164	38.822.922	245.368	11.406.884
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício	31.236.450	15.237		26.224.871		
Rendimento esperado dos ativos do plano	3.239.012	31.543		2.886.575	4.877	
Contribuições recebidas pelo fundo	769.271	67.709	414.895	727.745	128.150	398.767
Recebimentos vinculados ao termo de compromisso financeiro	1.393.906					
Benefícios pagos	(1.617.327)	(787)	(414.895)	(1.540.475)	(94)	(398.767)
Ganho/(Perda) atuarial sobre os ativos do plano	(4.261.627)	(31.011)		3.019.514	(3.412)	
Outros	(31.349)			(81.780)	(114.284)	*
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	30.728.336	82.691		31.236.450	15.237	

* Parcela da contribuição definida do Plano reclassificada para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	R\$ mil					
	Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	4.624.242	213.865	9.874.853	8.232.737	238.173	12.217.790
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(462.836)	22.265	985.112	(3.106.864)	(29.188)	(2.446.161)
Custo do serviço passado não reconhecido	(178.967)	(115.000)	(39.572)	(198.739)	(191.715)	(43.710)
Passivo atuarial líquido	3.982.439	121.130	10.820.393	4.927.134	17.270	9.727.919

	R\$ mil					
	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	4.160.141	201.777	9.231.164	7.586.472	230.131	11.406.884
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidas	(584.210)	22.848	808.370	(2.908.380)	(31.401)	(2.382.870)
Custo do serviço passado não reconhecido	(146.429)	(108.992)	(36.276)	(169.012)	(183.047)	(40.072)
Passivo atuarial líquido	3.429.502	115.633	10.003.258	4.509.080	15.683	8.983.942

	R\$ mil							
	Consolidado				Controladora			
	31.12.2008		31.12.2007		31.12.2008		31.12.2007	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Passivo circulante:								
Plano de benefício definido	582.510	523.714	406.989	455.736	534.215	493.221	370.408	429.666
Plano de contribuição variável	45.478		17.270		44.836		15.683	
	627.988	523.714	424.259	455.736	579.051	493.221	386.091	429.666
Passivo não circulante:								
Plano de benefício definido	3.399.929	10.296.679	4.520.145	9.272.183	2.895.287	9.510.037	4.138.672	8.554.276
Plano de contribuição variável	75.652				70.797			
	3.475.581	10.296.679	4.520.145	9.272.183	2.966.084	9.510.037	4.138.672	8.554.276
Total	4.103.569	10.820.393	4.944.404	9.727.919	3.545.135	10.003.258	4.524.763	8.983.942

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	RS mil					
	Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Saldo em 1º de janeiro	4.927.134	17.270	9.727.919	3.462.610		8.419.171
(+) Custos incorridos no período	900.941	146.017	1.534.011	1.834.636	113.558	1.730.500
(-) Pagamento de contribuições	(490.533)	(35.148)	(441.760)	(458.773)	(96.288)	(421.752)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(1.393.906)					
Outros	38.803	(7.009)	223	88.661		
Saldo em 31 de dezembro	3.982.439	121.130	10.820.393	4.927.134	17.270	9.727.919

	RS mil					
	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Saldo em 1º de janeiro	4.509.080	15.683	8.983.942	3.168.967		7.769.189
(+) Custos incorridos no período	732.570	133.728	1.434.214	1.685.684	108.787	1.613.520
(-) Pagamento de contribuições	(450.442)	(33.778)	(414.895)	(427.351)	(93.104)	(398.767)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(1.393.906)					
Outros	32.200		(3)	81.780		
Saldo em 31 de dezembro	3.429.502	115.633	10.003.258	4.509.080	15.683	8.983.942

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A despesa líquida com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, e de saúde para o exercício de 2008, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil					
	Consolidado					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	448.888	161.826	197.686	407.674	60.371	197.595
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	83.770					
• Atuarial	4.060.932	37.936	1.227.765	3.926.016	14.242	1.228.466
Rendimento estimado dos ativos do plano	(3.441.863)	(32.783)		(3.056.900)	(5.123)	
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidas	3.959	(21)	104.645	871.431		160.347
Contribuições de participantes	(362.082)	(107.162)		(317.230)	(29.424)	
Custo do serviço passado não reconhecido	25.087	77.046	4.138		73.492	144.092
Outros	82.250	9.175	(223)	3.645		
Custo líquido no exercício	908.941	146.017	1.534.011	1.834.636	113.558	1.730.500

	R\$ mil					
	Controladora					
	2008			2007		
	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	403.656	156.687	180.139	360.319	57.359	180.125
Custo dos juros:						
• Com termo de compromisso financeiro	79.266					
• Atuarial	3.799.444	36.641	1.146.066	3.685.191	13.626	1.143.749
Rendimento estimado dos ativos do plano	(3.239.012)	(31.542)		(2.886.575)	(4.877)	
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais não reconhecidas			104.213	164.502		155.007
Contribuições de participantes	(333.366)	(102.112)		(300.894)	(28.014)	
Custo do serviço passado não reconhecido	22.582	74.054	3.796	663.141	70.693	134.639
Custo líquido no exercício	732.570	133.728	1.434.214	1.685.684	108.787	1.613.520

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A atualização das obrigações foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

RS mil					
Consolidado					
2008			2007		
Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais					
252.163	73.043	272.848	273.402	65.345	317.539
Diretamente no resultado					
270.361	72.970	212.189	244.667	48.213	235.018
378.417	4	1.048.974	1.316.567		1.177.943
900.941	146.017	1.534.011	1.834.636	113.558	1.730.500

RS mil					
Controladora					
2008			2007		
Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benef. Definido	Plano de Pensão Contrib. Variável	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais					
237.420	72.205	263.903	257.342	63.967	307.969
Diretamente no resultado					
143.243	61.523	178.445	180.304	44.820	194.481
351.907		991.866	1.248.038		1.111.070
732.570	133.728	1.434.214	1.685.684	108.787	1.613.520

21.6 Variação nos custos com assistência médica

As premissas de evolução de custos com assistência médica têm impacto significativo nos saldos dos valores provisionados e respectivos custos reconhecidos. Uma variação de 1% nessas premissas teria o seguinte impacto nos valores apresentados:

	RS mil			
	Consolidado		Controladora	
	1% de acrécimo	1% de redução	1% de acrécimo	1% de redução
Passivo atuarial	1.293.044	(1.074.009)	1.203.207	(999.879)
Custo do serviço e juros	204.553	(167.718)	190.043	(155.888)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21.7 Premissas atuariais

As principais premissas adotadas no cálculo das empresas brasileiras foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício (pensão e saúde)	Benefício definido/Contribuição variável e Assistência médica supletiva
Método de avaliação atuarial	Unidade de Crédito Projetada
Tábua de mortalidade	AT 2000 *
Invalidez	ZIMMERMANN ajustada pela GLOBALPREV e TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 *
Rotatividade Plano de Pensão	0% a.a.
Rotatividade AMS	% médio anual de desligamento - 0,607% a.a. **
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 7,70% a.a. *** + inflação: 5,0% a 4,0% a.a. ****
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 7,02% a.a. + inflação: 5,0% a.a. ****
Crescimento salarial	2,24% a.a. + inflação: 5,0% a 4,0% a.a. ****

(*) Separada por sexo (masculino e feminino).

(**) Varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(***) Com base em estudos realizados internamente que constataram a elevação considerável da robustez e liquidez de mercado dos títulos soberanos brasileiros nos últimos anos, a Companhia implantou uma metodologia para apuração de uma taxa real a partir da curva de juros dos títulos de mais longo prazo do governo, que foi utilizada para desconto do passivo atuarial. Esta alteração foi necessária para manter o alinhamento entre a mensuração do valor presente de ativos e passivos dos planos de pensão e saúde e para adequação às normas internacionais de contabilidade (IFRS) referente à precificação de ativos pelo seu valor de mercado.

(****) Inflação linearmente decrescente, partindo de 5,0% a.a. (2009) a 4,0% a.a. (2014) e constante em 4% a.a. de 2014 em diante.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
--	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, no exercício de 2008, a Petrobras provisionou R\$ 1.344.526 mil no Consolidado (R\$ 1.011.914 mil em 2007) e R\$ 1.138.078 mil na Controladora (R\$ 844.412 mil em 2007), de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados (PLR). O valor da provisão respeita os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controles das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 08 de abril de 2009, na forma disposta pelos artigos 41 e 56 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

23 Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidos a partir de 01 de janeiro de 2008 estão registrados como receita diferida no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de R\$ 76.574 mil é decorrente da parcela do projeto de reinvestimento aprovada pela SUDENE e será apropriado ao resultado do exercício na mesma proporção que o ativo correspondente for depreciado.

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 78.966.691 mil (R\$ 52.644.460 mil em 2007) está representado por 5.073.347.344 ações ordinárias e 3.700.729.396 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 04 de abril de 2008 aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 52.644.460 mil para R\$ 78.966.691 mil, mediante a capitalização de reserva de capital no montante de R\$ 1.019.821 mil e R\$ 25.302.410 mil com parte de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

24.1.1 Desdobramento de Ações

Em 3 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de desdobramento de ações da Petrobras e consequentemente, a alteração do artigo 4º do Estatuto Social.

Em 24 de março de 2008 a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) de Acionistas, deliberou e aprovou o desdobramento de ações da Petrobras. A data de efetivação da operação foi a partir de 25 de abril de 2008.

Cada ação, tanto ordinária quanto preferencial, passou a ser representada por duas ações pós-desdobramento. Consequentemente, o capital social da Petrobras passou a ser composto de 8.774.076.740 (oito bilhões, setecentos e setenta e quatro milhões, setenta e seis mil e setecentas e quarenta) ações sem valor nominal, sendo 5.073.347.344 (cinco bilhões, setenta e três milhões, trezentos e quarenta e sete mil e trezentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 3.700.729.396 (três bilhões, setecentos milhões, setecentos e vinte e nove mil e trezentas e noventa e seis) ações preferenciais. Portanto os acionistas receberam 1 (uma) ação nova para cada ação possuída da mesma espécie.

Para os investidores detentores de Certificados Americanos de Depósitos – “American Depository Receipt” - (ADR) após o desdobramento das ações foi mantida a relação de troca de duas ações para cada ADR da Petrobras negociado na “New York Stock Exchange” (Nyse).

24.2 Reservas de capital

a) Subvenções - AFRMM

Constituída pelo montante dos recursos provenientes do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que são aplicados na aquisição, ampliação ou reparação da frota de navios, em conformidade com a Portaria do Ministério da Fazenda nº 188, de 27 de setembro de 1984.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Incentivos fiscais

Inclui incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas, no montante de R\$ 514.857 mil até 31 de dezembro de 2008, e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

As doações e subvenções para investimento contabilizadas até 31 de dezembro de 2007 serão mantidas em reserva de capital até a sua total utilização.

24.3 Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, contabilizadas por controlada em conjunto e por coligadas de subsidiária, em exercícios anteriores.

A Companhia optou por manter o saldo das respectivas reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2007, até sua total realização.

A realização desta reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi integralmente transferida para lucros acumulados no montante de R\$ 51.236 mil (R\$ 4.903 mil em 2007).

24.4 Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei 11.638/07, a partir de 01 de janeiro de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No exercício de 2008, foram destinados do resultado o valor de R\$ 557.185 mil referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no Nordeste, no âmbito da SUDENE, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas,

d) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 25.217.273 mil, sendo a parcela de R\$ 23.779.347 mil proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 1.437.926 mil do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2009, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas em 08 de abril de 2009.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24.5 Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2008, que está sendo encaminhada pela Administração da Petrobras à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 08 de abril de 2009, no montante de R\$ 9.914.707 mil, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 5º), distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais o dividendo calculado sobre o lucro básico ajustado para esse fim, podendo ser assim demonstrado:

	R\$ mil	
	2008	2007
Lucro líquido do exercício (controladora)	36.469.549	22.028.691
Apropriação:		
Reserva legal	(1.823.477)	(1.101.435)
Reserva de incentivos fiscais	(557.185)	
	34.088.887	20.927.256
Reversões/adições:		
Reserva de reavaliação	51.236	4.903
Lucro básico para determinação do dividendo	34.140.123	20.932.159
Dividendos propostos, equivalente a 29,04% do lucro básico - R\$ 1,13 por ação, (31,44% em 2007, R\$ 0,75 por ação após o desdobramento das ações) composto de:		
Juros sobre o capital próprio	7.019.261	6.361.205
Dividendos	2.895.446	219.352
Total de dividendos propostos	9.914.707	6.580.557

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 9.914.707 mil, incluem juros sobre o capital próprio, aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, que serão disponibilizados em data a ser fixada pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas em 08 de abril de 2009, atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2008 até a data de início do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC, com base na posição acionária de 26 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 7.019.261 mil, correspondente a R\$ 0,80 (oitenta centavo) por ação ordinária e preferencial.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei 9.249/95.

Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM 207/96, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.386.549 mil (R\$ 2.160.685 mil em 2007).

25 Processos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais provisionados

A Petrobras e suas subsidiárias, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2008, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Contingências previdenciárias	54.000	54.000	54.000	54.000
Reclamações trabalhistas	96.640	90.022	13.233	11.905
Processos fiscais	141.677	205.039	1.592	9.948
Processos cíveis (*)	500.759	248.544	188.460	186.562
Outras contingências	151.250	70.364		
Total do passivo não circulante	890.326	613.969	203.285	208.415
Total das contingências	944.326	667.969	257.285	262.415

(*) Líquido de Depósito Judicial, quando aplicável.

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro - FEPERJ

A FEPERJ pleiteia, em nome dos seus representados, indenizações diversas em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente a todos que comprovaram ser pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização.

Em 02 de fevereiro de 2007, foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo pericial e que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos que, por tais critérios, alcançaria a importância de R\$ 1.102.207 mil. A Petrobras recorreu dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. O recurso foi provido. Em 29 de junho de 2007, foi publicada decisão da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro negando provimento ao recurso da Petrobras e dando provimento ao recurso da FEPERJ, o que representa significativa majoração no valor da condenação, uma vez que, além de ter mantido o período indenizatório em 10 anos, aumentou a quantidade de pescadores beneficiários. Contra essa decisão foram interpostos Recursos Especiais pela Companhia que se encontram pendentes de julgamento perante o STJ. Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da Companhia, foi mantido o valor de R\$ 36.058 mil, atualizado para 31 de dezembro de 2008, por representar o montante que entendemos será fixado, ao final do processo, pelas instâncias superiores.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25.2 Processos judiciais não provisionados

Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais com probabilidade de perda possível:

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Porto Seguro Imóveis Ltda.</p> <p>Natureza: Cível</p> <p>A Porto Seguro, acionista minoritária da Petroquisa, ajuizou ação contra a Petrobras, relativa a alegados prejuízos decorrentes da venda da participação acionária da Petroquisa em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Na aludida ação, pretende a autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da Petroquisa, seja obrigada a recompor o "prejuízo" causado ao patrimônio da mesma Petroquisa, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas.</p>	<p>Em 30 de março de 2004, o Tribunal de Justiça do RJ, por unanimidade, deu provimento ao novo recurso interposto pela Porto Seguro, para condenar a Petrobras a indenizar à Petroquisa a importância de US\$ 2.370 milhões mais 5% a título de prêmio e 20% de honorários advocatícios.</p> <p>A Petrobras interps recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram inadmitidos. Contra essa decisão a Petrobras ofereceu Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF.</p> <p>Aguarda-se, agora, em cumprimento à decisão publicada em 05 de junho de 2006, a designação de pauta para o re julgamento da questão relativa ao bloqueio do Recurso Especial da Petrobras, perante o STJ e o STF.</p> <p>Com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo.</p> <p>Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à Petroquisa, incluindo atualização monetária e juros, seria de R\$ 13.679.734 mil em 31 de dezembro de 2008. Como a Petrobras detém 100% do capital social da Petroquisa, parte da indenização à Petroquisa, estimada em R\$ 9.028.625 mil, não representará um desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a Porto Seguro, autora da ação, R\$ 683.987 mil a título de prêmio e a Lobo & Iboas Advogados R\$ 2.735.947 mil a título de honorários advocatícios.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre remessas de pagamentos de fretamentos de embarcações, referente ao período de 1999 a 2002.</p>	<p>A Petrobras apresentou novos Recursos Administrativos para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa, que se encontram pendentes de julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 4.247.144 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Inspeção da Receita Federal em Macaé</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Juros e multa sobre II e IPI - Naufrágio da Plataforma P-36</p>	<p>Decisão de primeira instância desfavorável à Petrobras.</p> <p>Interposto Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento. A Petrobras impetrou o Mandado de Segurança obtendo sentença favorável no sentido de sustar, até a conclusão das apurações das causas do afundamento da plataforma, qualquer cobrança de tributos. Há recurso da União Federal/Fazenda Nacional, pendente de julgamento.</p> <p>Com a decisão do Tribunal Marítimo, a Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal e obteve liminar suspendendo a cobrança do tributo.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 352.287 mil.</p>
<p>Autor: SRP - Secretaria da Receita Previdenciária</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Notificações fiscais, relativas aos encargos previdenciários, em decorrência de processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia na contratação de serviços de construção civil e outros.</p>	<p>Dos valores desembolsados pela Companhia, a fim de garantir a interposição de recursos e/ou a obtenção de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, R\$ 115.465 mil estão registrados em depósitos judiciais e poderão ser recuperados no âmbito das próprias ações em curso, relativos a 331 notificações, no montante de R\$ 363.293 mil em 31 de dezembro de 2008. A posição da área jurídica da Petrobras para essas notificações é de expectativa de perda possível, por considerar mínimo o risco de desembolso futuro.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>Auto de infração referente ao Imposto de Importação e sobre Produtos Industrializados (II e IPI), questionando a classificação fiscal como Outros Grupos Eletrogêneos, na importação do conjunto de equipamentos pertencentes à usina termoeletrônica Tomorio S.A.</p>	<p>Em 15 de agosto de 2006, a Sociedade protocolou, na Inspeção da Receita Federal do Rio de Janeiro, impugnação a este Auto de Infração ao considerar que as classificações fiscais efetuadas estavam amparadas por laudo técnico de instituto de conhecimento notório. Em sua sessão de 11 de outubro de 2007, a 1ª Turma de Julgamento julgou improcedente o lançamento do Auto de Infração, vencido um Julgador que votou pela procedência parcial. A Inspeção da Receita Federal interps recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes, sendo que tal solicitação ainda não foi julgada.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 647.248 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p>Natureza: Tributária</p> <p>CIDE - Combustíveis. Não recolhimento no período de março de 2002 a outubro de 2003, em obediência às ordens judiciais obtidas por Distribuidoras e Postos de Combustíveis, imunizando-os da respectiva incidência.</p>	<p>Na primeira instância, julgado procedente o lançamento. A Companhia interps Recurso Voluntário.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 1.107.243 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p><i>Natureza:</i> Tributária</p> <p>IRRF - Remessas para pagamento de importação de petróleo</p>	<p>Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento. Houve recurso de Ofício (da Receita Federal) ao Conselho de Contribuintes que foi provido. A Petrobras aguarda intimação para interposição de recurso voluntário.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 719.897 mil.</p>
<p>Autor: Delegacia da Receita Federal/Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza:</i> Tributária</p> <p>IRPJ/2003 e CSLL/2003 - Cobrança de multa de mora em pagamento por denúncia espontânea</p>	<p>Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento, a Petrobras interpôs recurso voluntário.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 239.735 mil.</p>
<p>Autor: IBAMA</p> <p><i>Natureza:</i> Cível</p> <p>Descumprimento da cláusula Termo de Acordo e Compromisso - TAC da Bacia de Campos de 11 de agosto de 2004 por continuidade de perfuração sem aprovação prévia</p>	<p>Decisão em primeira instância administrativa, condenando a Petrobras ao pagamento pelo inadimplemento do TAC. A companhia interpôs recurso Hierárquico ao Ministro do Meio Ambiente que aguarda julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 131.736 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p><i>Natureza:</i> Tributária</p> <p>Cobrança de CIDE sobre Importação de Propano e Butano</p>	<p>Em primeira instância julgado procedente o lançamento. A Petrobras interpôs recurso voluntário que aguarda julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 182.703 mil.</p>
<p>Autor: Secretaria da Receita Federal</p> <p><i>Natureza:</i> Tributária</p> <p>Não recolhimento da CIDE pela Petrobras em operações de importação de Nafta revendida à Braskem</p>	<p>Em primeira instância foi julgado procedente o lançamento por maioria. A Petrobras interpôs recurso voluntário que aguarda julgamento.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 1.421.364 mil.</p>
<p>Autor: Estado do Rio de Janeiro</p> <p><i>Natureza:</i> Tributária</p> <p>ICMS - Naufrágio da Plataforma P-36</p>	<p>Decisão na 1ª instância favorável à Petrobras. Interposto recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Própria Petrobras, em relação ao valor dos honorários. Por maioria, deu-se provimento ao Recurso do Estado do Rio de Janeiro, e julgou-se prejudicado o recurso pela Companhia. Aguardando publicação do Acórdão.</p> <p>Exposição máxima atualizada: R\$ 773.283 mil.</p>

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Situação Atual
<p>Autor: Agência Nacional do Petróleo - ANP</p> <p>Natureza: <i>Tributária</i></p> <p>Participação especial do campo de Marlim – Bacia de Campos.</p> <p>A participação especial foi estabelecida pela Lei do Petróleo 9.478/97, e é recolhida como forma de compensação pelas atividades de produção de petróleo, incidindo sobre os campos produtores de grandes volumes.</p> <p>A metodologia do cálculo empregada pela Petrobras na apuração da participação especial devida para o Campo de Marlim baseia-se em interpretação juridicamente legítima da Portaria 10 de 14 de janeiro de 1999, referendada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.</p> <p>Em 16 de agosto de 2006, a Diretoria Colegiada da ANP aprovou o Relatório de Certificação do Pagamento da Participação Especial do Campo de Marlim que estabeleceu a metodologia que deveria ser adotada no cálculo da Participação Especial de Marlim, bem como determinou que a Petrobras efetuasse o pagamento adicional no valor de R\$ 400 milhões, referentes a valores que teriam sido recolhidos a menor, em função da utilização da metodologia de cálculo inicialmente definida pela ANP.</p> <p>A Petrobras acatou a determinação da ANP pelo fato de que a nova metodologia não seria aplicada retroativamente, garantindo assim a observância de princípios constitucionais como o da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito e recolheu o valor adicional determinado através de decisão final da mais alta esfera da ANP – a sua Diretoria Colegiada.</p>	<p>Em 18 de julho de 2007, a Petrobras foi notificada de nova Resolução de Diretoria da ANP, estabelecendo o pagamento de novas verbas consideradas devidas, retroativamente a 1998, anulando a anterior Resolução da Diretoria.</p> <p>A Petrobras impetrou mandado de segurança e obteve liminar para suspender a cobrança das diferenças da Participação Especial mencionadas na Resolução de Diretoria ANP 400/2007, até que o processo judicial esteja concluído, o qual está em tramitação na Justiça Federal/RJ.</p> <p>A cobrança administrativa que havia sido sustada em razão de liminar concedida em Mandado de Segurança foi retomada em razão do indeferimento do pleito da Petrobras. A Companhia interpôs recurso de Apelação Cível além de pedido cautelar de concessão de efeito suspensivo, que aguardam exame pelo Tribunal.</p> <p>Questão judicializada. O valor reclamado alcança o montante de R\$ 3.191.908 mil.</p>

a) *Questões ambientais*

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das operações da Companhia devem ser por ela corrigidos ou mitigados. A seguir a situação dos principais processos ambientais com probabilidade de perda possível.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2000, um derramamento de óleo ocorrido no Terminal São Francisco do Sul, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar lançou em torno de 1,06 milhão de galões de óleo cru no arredor. Naquela época, foram gastos em torno de R\$ 74.000 mil com intuito de proceder à limpeza total da área atingida, bem como para fazer frente às multas impostas pelas autoridades ambientais. Há o seguinte processo com relação a esse derramamento:

Descrição	Situação Atual
Autor: AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária	Sem decisão em primeira instância. Aguarda-se o início da perícia para qualificação do valor.
<i>Natureza:</i> Ambiental	Exposição máxima atualizada: R\$ 109.259 mil.
Indenização de danos moral e patrimonial ambiental.	O juízo determina conexão com a ação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP para julgamento conjunto.

Em 2001, o oleoduto de Araucária - Paranaguá rompeu com um movimento sísmico e derramou aproximadamente 15.059 galões de óleo combustível em vários rios no Estado do Paraná. Naquela época, foram concluídos os serviços de limpeza das superfícies dos rios, recuperando aproximadamente 13.738 galões de óleo. Como resultado do acidente foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Instituto Ambiental do Paraná - IAP	Defesa procedente, em parte, em primeira instância, reduzindo a multa. Recurso da Petróbras pendente de julgamento na segunda instância.
<i>Natureza:</i> Ambiental	Exposição máxima atualizada: R\$ 112.789 mil.
Multa aplicada por supostos danos causados ao meio ambiente.	O juízo determinou conexão com a ação da AMAR para julgamento conjunto.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 20 de março de 2001, a plataforma P-36 afundou na Bacia de Campos. Em consequência do acidente, foi apresentado o seguinte ato contra a Companhia:

Descrição	Situação Atual
Autor: Ministério Público Federal/RJ Natureza: Cível Indenização de dano patrimonial ambiental - P-36.	Em publicação havida no dia 23 de maio de 2007, foi julgado procedente, em parte, o pedido, apenas para condenar a Petrobras ao pagamento da quantia de R\$ 100.000 mil, a título de indenização pelos danos causados ao meio ambiente, a ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso. Contra essa decisão a Petrobras interpôs recurso de Apelação Cível que se encontra pendente de julgamento. Exposição máxima atualizada: R\$ 212.755 mil.

b) Recuperação de PIS e COFINS

A Petrobras e sua controlada Gaspetro ajuizaram ação ordinária contra a União perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, referente à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidentes sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002 e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 09 de novembro de 2005 o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado §1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 09 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Petrobras ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor de R\$ 2.110.313 mil da Petrobras e de R\$ 68.746 mil da Gaspetro relativo às citadas ações, não estão refletidos nestas demonstrações contábeis.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26 Compromissos assumidos pelo segmento de energia

26.1 Compromissos de compra de gás natural

A Petrobras assinou contrato com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, tendo por objeto a compra de um total de 201,9 bilhões de m³ de gás natural ao longo de sua vigência, comprometendo-se a comprar volumes mínimos anuais a um preço calculado segundo fórmula atrelada ao preço do óleo combustível. O contrato tem vigência inicial até 2019, que será prorrogada até que todo o volume contratado seja consumido.

Estão sendo negociados valores adicionais com YPFB, referente à quantidade de líquidos (hidrocarbonetos pesados) presentes no gás natural adquirido através do GSA. A alteração do GSA considerará valores adicionais entre US\$ 100 milhões e US\$ 180 milhões por ano, aplicados a volumes de gás entregues a partir de maio de 2007.

No período entre 2002 e 2005, a Petrobras comprou um volume menor do que o mínimo estabelecido no contrato com a YPFB e pagou US\$ 81.409 (equivalentes a R\$ 190.189 mil em 31 de dezembro de 2008) referentes aos volumes não transportados, cujos créditos serão realizados por retiradas de volumes futuros.

Os compromissos de compra de gás, até o final do contrato, representam volumes de 24 milhões de metros cúbicos por dia.

27 Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo - ANP no total de R\$ 5.873.564 mil para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.915.792 mil, líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.696.481 mil correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 1.219.311 mil referem-se a garantias bancárias.

28 Informações sobre segmentos de negócios

A Petrobras é uma Companhia que opera de forma integrada, sendo que a maior parte da produção de petróleo e gás, oriunda da área de Exploração e Produção, é transferida para outras áreas da Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão apresentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado em 23 de outubro de 2000, pelo Conselho de Administração da Petrobras, contendo as seguintes áreas:

- a) Exploração e Produção: abrange, por intermédio de Petrobras, Brasoil, PNBV, PifCo, PIB B.V., BOC, Fundo de Investimento Imobiliário e Sociedades de Propósito Específico, as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e, ainda, comercializando nos mercados interno e externo o excedente de petróleo, bem como derivados produzidos em suas plantas de processamento de gás natural.
- b) Abastecimento: contempla, por intermédio de Petrobras, Downstream (Refap), Transpetro, Petroquisa, PifCo, PIB B.V., Refinaria Ipiranga, Quator Participações e PNBV, Refinaria Abreu Lima e Sociedade de Propósito Específico, as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de derivados, petróleo e álcoois, além das participações em empresas petroquímicas no Brasil e duas plantas de fertilizantes.
- c) Gás e Energia: engloba, por intermédio de Petrobras, Gaspetro, Petrobras Comercializadora de Energia, Petrobras Distribuidora, PifCo, Sociedades de Propósito Específico e Termoeletricas, as atividades de transporte e comercialização do gás natural produzido no país ou importado, assim como as atividades de transporte e comercialização de GNL importado, a geração e comercialização de energia elétrica e as participações societárias em transportadoras e distribuidoras de gás natural e em termoeletricas.
- d) Distribuição: responsável pela distribuição de derivados, álcoois e gás natural veicular no Brasil, representada pelas operações da Petrobras Distribuidora e da Alvo Distribuidora.
- e) Internacional: abrange, por intermédio de PIB B.V., PifCo, 5283 Participações, BOC e Petrobras, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, de abastecimento, de gás e energia e de distribuição, realizadas no exterior, em diversos países das Américas, África, Europa e Ásia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o "overhead" relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

As informações contábeis por área de negócio foram elaboradas com base na premissa da controlabilidade, objetivando atribuir às áreas de negócio somente os itens sobre os quais estas áreas tenham efetivo controle.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial ("hedge") e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

29.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Petrobras mantém uma política global de gerenciamento de riscos que vem se desenvolvendo sob a gestão dos diretores da Companhia. Em 2004, a Diretoria Executiva da Petrobras instituiu o Comitê de Gestão de Riscos formado por gerentes executivos de todas as áreas de negócio e de diversas áreas corporativas. Esse comitê, além de ter objetivo de garantir o gerenciamento integrado das exposições aos riscos e formalizar as principais diretrizes de atuação da Companhia, visa concentrar as informações e discutir sobre as ações de gerenciamento dos riscos, facilitando a comunicação com a Diretoria e o Conselho de Administração em aspectos relacionados às melhores práticas de governança corporativa.

A política de gestão de riscos do Sistema Petrobras visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos - físicos, financeiros e humanos - a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Além de assegurar proteção adequada aos seus ativos fixos, instalações, operações e administradores e orientar as avaliações de exposição aos riscos financeiro, tributário, regulatório, de mercado, das operações de crédito, dentre outros, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras busca explicitar seu caráter de complementaridade às ações estruturais que criarão fundamentos econômico-financeiros sólidos, capazes de garantir que as oportunidades de crescimento serão aproveitadas, mesmo em meio a condições externas adversas.

29.2 Gerenciamento de riscos de mercado de petróleo e derivados

a) Política de proteção patrimonial ("hedge")

Tendo em vista que o plano de negócios da Companhia utiliza premissas de preço conservadoras e que, em condições normais, as flutuações de preços de "Commodities" não representam risco substancial para a consecução dos objetivos estratégicos, a Petrobras, mantém a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas, ou seja, a compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais do Sistema Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não obstante, as deliberações referentes a este tema são periodicamente revisadas e recomendadas ao Comitê de Gestão de Riscos. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial ("hedge") deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Seguindo a premissa de considerar apenas a exposição líquida consolidada do risco de preço de petróleo e derivados, as operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações realizadas no mercado internacional de cargas físicas, ou seja: são operações de proteção patrimonial ("hedge") nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

b) Principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial ("hedge")

As principais operações objetos de proteção patrimonial ("hedge"), realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, destinam-se à proteção dos resultados esperados das transações realizadas no exterior.

Com esse objetivo, as operações de proteção patrimonial ("hedge") são usualmente de curto prazo, acompanhando os prazos das operações comerciais. Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, "swaps" e opções. As operações são realizadas nas Bolsas NYMEX - "New York Mercantile Exchange" e ICE - "Intercontinental Exchange", bem como no mercado de balcão internacional.

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e resultados obtidos em relação aos objetivos propostos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços de petróleo e derivados da Petrobras são, para as avaliações de médio prazo, o fluxo de caixa operacional em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco ("Value at Risk"-VAR) e "Stop Loss". São definidos limites corporativos para os parâmetros VAR e "Stop Loss".

As operações de proteção patrimonial ("hedge") liquidadas, durante o período de janeiro a dezembro de 2008, correspondiam a aproximadamente (40%) do volume comercializado de importação e exportação a partir do Brasil mais o volume total das cargas comercializadas no exterior.

d) Critérios de determinação do valor justo

O valor justo dos derivativos de petróleo e derivados é definido através dos preços cotados (sem ajustes) no mercado, para ativos ou passivos idênticos.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Valores de referência (nacional), justo e em risco da carteira

As principais contrapartes de operações de derivativos de petróleo e derivados são a Bolsa Mercantil de Nova York (NYMEX), IntercontinentalExchange e JP Morgan.

A carteira de operações comerciais realizadas no exterior, bem como as operações de proteção patrimonial ("hedge") associadas à sua proteção por meio de derivativos de petróleo e derivados, apresentava, em 31 de dezembro de 2008, uma perda máxima estimada para um dia (VAR—"Value at Risk"), calculada a um nível de confiança de 95%, de aproximadamente US\$ 12 milhões.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

Derivativos de petróleo e derivados

	Consolidado				Vencimento
	Valor de Referência (Nacional) em mil bbl*		Valor justo contabilizada R\$ mil**		
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	
Contratos Futuros	(5.205)	(5.721)	81.590	17.837	2009
Compromissos de compra	4.218	29.212			
Compromissos de venda	(9.423)	(34.933)			
Contratos de Opções		(8.090)		(2.256)	2009
Compra		(2.790)		(1.711)	
Posição Titular	220	1.110			
Posição Lançadora	(220)	(3.900)			
Venda		(5.300)		(546)	
Posição Titular	320				
Posição Lançadora	(320)	(5.300)			
Contratos a termo	(442)	(1.608)	1.348	(31.809)	2009
Posição Comprada	2.530	7.253			
Posição Vendida	(2.972)	(8.861)			
Total registrado em outros ativos circulantes			82.938		

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora				Vencimento
	Valor de Referência (Nacional) em mil bbl*		Valor justo contabilizado R\$ mil**		
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007	
Contratos Futuros	(661)	(5.180)	26.606	36.450	2009
Compromissos de compra	158	7.908			
Compromissos de venda	(819)	(2.728)			
Contratos de Opções		(8.090)		(2.256)	2009
Compra		(2.790)		(1.711)	
Posição Titular	220	1.110			
Posição Lançadora	(220)	(3.900)			
Venda		(5.300)		(546)	
Posição Titular	320				
Posição Lançadora	(320)	(5.300)			
Contratos a termo	(600)	(1.534)	9.921	(22.000)	2009
Posição Comprada	978	2.372			
Posição Vendida	(1.578)	(3.906)			
Total registrado em outros ativos circulantes			36.527		

* Valor de Referência (Nacional) negativo representa posição vendida.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo. Os valores de 2007 são apresentados somente para fins comparativos.

f) Ganhos e perdas no período

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Derivativos de petróleo e derivados				
Ganho (perda) registrado no resultado	729.458	(396.755)	30.384	(113.159)
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido				

g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As garantias dadas como colaterais se constituem, em geral, em depósitos. O saldo das margens dadas para a cobertura das operações de derivativos de commodities transacionadas nas bolsas de valores e no mercado de balcão da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2008, era respectivamente de R\$ 30.050 mil e R\$ 318.700 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de petróleo e derivados. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2008, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Mercado de petróleo e derivados	Risco	R\$ mil		
		Consolidado		
		Cenário Provável em 31.12.2008	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Petróleo Brent	Queda do Petróleo Brent	(2.481)	(6.318)	(10.156)
Butano	Alta do Butano	(602)	(2.099)	(3.594)
Óleo Combustível	Alta do Óleo Combustível	16.258	10.761	5.263
Diesel	Alta do Diesel	55.445	11.977	(29.450)
Propano	Alta do Propano	(12)	(3.177)	(6.343)
Gasolina	Alta da Gasolina	2.161	(33.500)	(66.362)
Petróleo WTI	Alta do Petróleo WTI	12.169	(29.776)	(53.965)
		82.938	(52.132)	(164.607)

29.3 Gerenciamento de riscos cambiais

a) Política de proteção patrimonial ("hedge")

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade da taxa de câmbio. No que se refere ao gerenciamento destes riscos, a Petrobras busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, buscando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial ("hedge").

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais ("hedges" naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva. A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais envolve o uso de instrumentos derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da Companhia.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A subsidiária Petrobras Distribuidora realiza operações de proteção patrimonial ("hedge") cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às exportações (segmento aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação, contratada concomitantemente à definição do custo dos produtos exportados, é garantir que as margens comerciais pactuadas com os clientes estrangeiros sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. A política interna limita o volume de operações de proteção patrimonial ("hedge") cambial ao volume dos produtos exportados.

b) Principais transações e compromissos futuros objeto de proteção patrimonial ("hedge")

Em setembro de 2006, contratamos uma operação de proteção patrimonial ("hedge") denominada "cross currency swap" para cobertura dos "Bonds" emitidos em ienes de forma a fixar em dólares os custos da Companhia nesta operação. No "cross currency swap" ocorre uma troca de taxas de juros em diferentes moedas. A taxa de câmbio do iene para dólar norte-americano é fixada no início da transação e permanece fixa durante sua existência. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

Em 2008, a subsidiária Petrobras Distribuidora contratou operações que consistem na venda de contratos a termo de dólar PTAX sem entrega física (NDFs) no mercado de balcão brasileiro, o que permite a fixação do câmbio e a proteção contra uma possível queda da taxa no período. Em média, o prazo de exposição é de 3 meses.

c) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e resultados obtidos em relação aos objetivos propostos

A operação de proteção patrimonial ("hedge") denominada "cross currency swap" segue a Deliberação CVM 566/08 que referendou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação.

São realizados trimestralmente testes de efetividade que permitem medir o quanto as alterações de valor justo ou do fluxo de caixa do item protegido estão sendo absorvidas pelos mecanismos de proteção patrimonial ("hedge"). O cálculo de efetividade indicou que o "cross currency swap" é altamente efetivo com relação à variação no fluxo de caixa dos "Bonds" emitidos em ienes.

A Companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDFs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representou 98,3% das operações contratadas do período, o prazo de exposição é de 3 meses em média e a proteção patrimonial ("hedge") é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. No período em questão foram contratadas operações no valor de US\$ 584.851 milhões.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O volume de proteção patrimonial ("hedge") contratado para as vigências do ano de 2008 do segmento de aviação representou 74,3% do volume de exportação efetivamente ocorrido.

d) Critérios de determinação do valor justo

O valor justo dos derivativos é calculado com base em práticas usuais de mercado, usando os valores de fechamento das taxas de juros em iene, dólar e real para todo o período dos contratos.

e) Valores de referência (nacional), justo e em risco da carteira

A tabela abaixo resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes. As transações de derivativos consideraram os limites aprovados e saldo de crédito de cada instituição de acordo com as orientações normativas e procedimentos estabelecidos pela Companhia. As principais contrapartes dessas operações são: Citibank, HSBC e Bradesco.

	Consolidado				Vencimento	Valor em Risco R\$ mil *
	Valor de Referência (Nacional) em \$ mil		Valor justo contabilizado R\$ mil**			
	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2007		
Contratos a termo de dólar						
Posição Vendida (USD)	67.506	117.313	(3.823)	2.782		4.422
		117.313		2.782	2009	
Contratos de "swaps"						
"Cross Currency Swap"			110.489	5.657	2016	59.655
Posição ativa						
Taxa Média de Recebimento (JPY) = 2,15%	35.000.000	35.000.000	978.268	584.451		
Posição passiva						
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69%	297.619	297.619	(867.779)	(578.795)		

* Valor em Risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais do mercado.

** Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo circulante e os positivos no ativo não circulante. Os valores de 2007 são apresentados somente para fins comparativos.

f) Ganhos e perdas no período

Derivativos de moeda estrangeira	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ganho (perda) registrado no resultado	(58.368)	5.694		
Ganho (perda) registrado no patrimônio líquido	(69.683)			

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

b) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2008, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Consolidado		
		R\$ mil		
		Cenário Provável em 31.12.2008	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar	Valoração do Dólar frente ao Real	(3.823)	(43.284)	(82.746)
Cross Currency Swap	Desvalorização do Real frente ao Dólar	110.489	(85.165)	(215.600)

29.4 Gerenciamento de riscos das taxas de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

29.5 Instrumentos financeiros

No decorrer normal de seus negócios a Companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumentos financeiros.

a) Risco de concentração de crédito

Uma parcela significativa dos ativos da Companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil. Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são, principalmente, disponibilidades, títulos governamentais, contas a receber e contratos futuros.

A Companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado dos ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seu valor contábil.

29.6 Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2008 e 2007 instrumentos financeiros não derivativos, devidamente reconhecidos nas demonstrações contábeis, tais como: Caixa e equivalente de caixa (Nota 5), Títulos e valores mobiliários (Nota 10) e Financiamentos (Nota 15).

30 Seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Petrobras tem por filosofia básica transferir, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. Os demais riscos são objeto de autoseguro, com a Petrobras, intencionalmente, assumindo o risco integral, mediante ausência de seguro. A Companhia, assume parcela expressiva de seu risco, contratando franquias que podem chegar ao montante equivalente a US\$ 50 milhões.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2008 podem ser assim demonstradas:

Ativo	Tipos de cobertura	R\$ mil	
		Importância segurada	
		Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos operacionais	100.545.218	85.083.797
Navios-tanque e embarcações auxiliares	Cascos	4.075.541	
Plataformas fixas, sistemas flutuantes de produção e unidades de perfuração marítimas	Riscos de petróleo	42.763.632	15.736.624
Total		147.384.391	100.820.421

00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
---------	--------------------------------------	--------------------

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Petrobras não faz seguros de lucros cessantes, controle de poços e da malha de dutos no Brasil.

Considerando seu porte financeiro e seus compromissos e investimentos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Qualidade, a Petrobras, a exemplo das empresas petrolíferas de porte semelhante ao seu, retém uma parcela significativa de seu risco, inclusive através do aumento de suas franquias, que podem atingir US\$ 50 milhões.

31 Segurança, meio ambiente e saúde

Em 2008, os principais indicadores de segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras mantiveram-se compatíveis com os das melhores empresas mundiais do setor, não tendo se registrado, no período, nenhuma ocorrência significativa de vazamento de óleo.

A Petrobras investe continuamente em treinamento, capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias visando à prevenção de acidentes e à segurança e saúde dos trabalhadores. Além disso, mantém no país dez Centros de Defesa Ambiental, de prontidão 24 horas por dia para poder responder com rapidez e eficácia a qualquer acidente com derramamento de óleo.

Esse modelo responsável de atuação contribuiu para que a Petrobras se mantivesse, em 2008, entre as empresas que compõem o Índice "Dow Jones" de Sustentabilidade, o mais importante do gênero. No Brasil, além da Petrobras, só mais sete empresas integram esse índice – e, no mundo, a Petrobras é a única do setor de petróleo e gás dos países em desenvolvimento.

Os gastos totais da companhia em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), considerando investimentos e operações, atingiram no acumulado de janeiro a dezembro de 2008 o montante de R\$ 4.482.000 mil, sendo R\$ 2.401.000 mil em segurança, R\$ 1.715.000 mil em meio ambiente e R\$ 365.000 mil em saúde, não estando aí computados os gastos com Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e apoio a programas e/ou projetos ambientais externos.

Nesse total estão incluídos os gastos realizados através do Pegaso (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional), que somaram no período, entre investimentos e operações, R\$ 652.000 mil.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

32 Eventos Subseqüentes

32.1 Criação de empresas do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

A Petrobras, em prosseguimento à implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, constituiu em 5 de fevereiro de 2009 seis (6) sociedades anônimas no Rio de Janeiro, subsidiárias integrais, a saber:

- Comperj Participações S.A.: Sociedade de Propósito Específico, que deterá as participações da Petrobras nas sociedades produtoras do COMPERJ;
- Comperj Petroquímicos Básicos S.A.: Sociedade produtora de Petroquímicos Básicos;
- Comperj PET S.A.: Sociedade produtora de PTA/PET;
- Comperj Estirênicos S.A.: Sociedade produtora de Estireno;
- Comperj MEG S.A.: Sociedade produtora de Etileno Glicol e Óxido de Eteno; e
- Comperj Poliolefinas S.A.: Sociedade produtora de Poliolefinas (PP/PE).

Em um primeiro momento, a Petrobras deterá 100% (cem por cento) do capital total e votante dessas companhias, quando será feita a implantação do modelo de integração e relacionamento das empresas do COMPERJ. Esse modelo busca capturar as sinergias decorrentes da localização de várias companhias em um mesmo site de produção. Os bens, obrigações e direitos relativos ao COMPERJ serão oportunamente transferidos pela Petrobras para essas sociedades.

Com a constituição dessas empresas, a Petrobras inicia a fase de preparação do Projeto para a entrada de potenciais sócios.

32.2 PifCo

Em 11 de fevereiro de 2009, a Petrobras International Finance Company – PifCo, uma subsidiária integral da Petrobras, concluiu a emissão de US\$ 1,5 bilhões em títulos do tipo “Global Notes” no mercado internacional de capitais, com vencimento em 15 de março de 2019, taxa de juros de 7,875% a.a. e pagamento semestral de juros, a partir de 1º de setembro de 2009. Os recursos captados serão destinados a propósitos corporativos gerais, inclusive para o financiamento do Plano de Negócios da Petrobras 2009-2013.

Este financiamento teve custos de emissão estimados em US\$ 6 milhões, prêmio de US\$ 26 milhões e taxa de juros efetiva de 8,187% a.a.. Os “Global Notes” constituem-se em obrigações não garantidas (unsecured) e não subordinadas da PifCo e contam com a garantia completa e incondicional da Petrobras.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - Base de Cálculo	2008	2007
Receito líquido Consolidado (RL)	215.118.536	170.577.725
Resultado operacional Consolidado (RO)	48.204.799	35.977.804
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.500.291	7.919.274

2 - Indicadores Sociais Internos (i)	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	578.966	6,09%	0,27%	547.790	6,92%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	4.633.742	48,77%	2,15%	3.355.374	42,37%	1,97%
Previdência privada	412.641	4,34%	0,19%	554.845	7,01%	0,33%
Saúde	2.009.498	21,15%	0,93%	2.138.366	27,00%	1,25%
Segurança e saúde no trabalho	110.736	1,17%	0,05%	95.031	1,20%	0,06%
Educação	106.440	1,12%	0,05%	95.284	1,20%	0,06%
Cultura	14.982	0,16%	0,01%	22.794	0,29%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	426.832	4,49%	0,20%	386.452	4,88%	0,23%
Creches ou auxílio-creche	2.825	0,03%	0,00%	2.319	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.344.526	14,15%	0,63%	1.011.914	12,78%	0,59%
Outros	152.581	1,61%	0,07%	66.335	0,84%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	9.793.769	103,09%	4,55%	8.276.504	104,51%	4,85%

3 - Indicadores Sociais Externos (I)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho (ii)	35.752	0,07%	0,02%	58.838	0,16%	0,03%
Educação para a Qualificação Profissional (i)	72.693	0,15%	0,03%	64.878	0,18%	0,04%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (i)	90.159	0,19%	0,04%	110.615	0,31%	0,06%
Cultura (i)	206.751	0,43%	0,10%	205.518	0,57%	0,12%
Esporte (i)	68.952	0,14%	0,03%	79.989	0,22%	0,05%
Outros (i)	26.473	0,05%	0,01%	14.275	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	500.780	1,04%	0,23%	534.113	1,48%	0,31%
Tributos (excluídos encargos sociais)	80.140.559	166,25%	37,25%	73.441.877	204,13%	43,05%
Total - Indicadores sociais externos	80.641.339	167,19%	37,49%	73.975.990	205,62%	43,37%

4 - Indicadores Ambientais (i)	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.919.751	3,98%	0,89%	1.924.698	5,35%	1,13%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	53.763	0,11%	0,02%	51.728	0,14%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.973.514	4,09%	0,92%	1.976.426	5,49%	1,16%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 - Indicadores do Corpo Funcional (i)	2008	2007
Nº de empregados(as) no final do período	74.240	68.931
Nº de admissões durante o período (II)	6.351	4.263
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	260.474	211.566
Nº de estagiários(as) (II)	1.213	1.213
Nº de empregados(as) acima de 45 anos (II)	28.447	26.073
Nº de mulheres que trabalham na empresa (II)	11.511	10.722
% de cargos de chefia ocupados por mulheres (II)	13,01%	13,50%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (IV)	10.581	3.004
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)	29,9%	3,10%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.068	1.026

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (VI) - valor (i)	31,59			31,59		
Número total de acidentes de trabalho (VII) (i)	444			437		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: (i)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: (i)	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: (i)	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla: (i)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (i)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: (i)	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: (i)	() não se envolve	() aplica	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (VII) (i)	na empresa 9.578	no Procon 1	na Justiça 29	na empresa 4.000	no Procon 1	na Justiça 20
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VII) (i)	na empresa 97,6%	no Procon 100%	na Justiça 51,72%	na empresa 99%	no Procon 100%	na Justiça 51,72%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	Em 2008:	141.483.416		Em 2007:	127.633.602	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60% governo 6% acionistas	10% colaboradores(as) 8% terceiros 16% retido		58% governo 6% acionistas	11% colaboradores(as) 13% terceiros 12% retido	

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 - Outras Informações

- 1) CNPJ: 33.000.167/0001-01 - Setor econômico: Indústria/Petróleo, Gás e Energia - UF da sede da companhia: Rio de Janeiro.
 - 2) Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Telefone (+55 21) 3224-1009 - E-mail: comunicacao@petrobras.com.br
 - 3) Essa companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
 - 4) Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
 - 5) O Programa Petrobras Jovem Aprendiz contou com investimentos de R\$ 20.034 em 2008.
- I. Inclui R\$ 48,5 milhões de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
- II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil.
- III. Informações de 2007 são relativas à Petrobras no Brasil. Valor de 2008 passa a englobar todo o Sistema Petrobras.
- IV. Informações de 2008 relativas à Petrobras Controladora com base no Censo para a Diversidade Petrobras, realizado de agosto a outubro.
- V. Do total de 74.240 empregados do Sistema Petrobras, 6.775 pertencem aos quadros da Área internacional, não sujeita à legislação brasileira. Do restante, 17.924 ocupam cargos onde é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Destes empregados, 1.068 são pessoas com deficiência, o que corresponde a 5,95% do efetivo naquela condição.
- VI. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pelos SAC da Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora. As metas para 2009 na empresa contém somente a estimativa da Petrobras Controladora.
- (i) Não auditada.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DA SEGMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS (CONSOLIDADO)

2008						
	FA.P.	Aquisições	Gás & Energia	Distribuição	Intermediária	Corporativo
Ativo	116.174.626	64.782.225	36.179.125	10.320.163	33.243.388	40.592.412
Circulante	5.920.892	23.620.084	5.243.579	5.680.866	5.948.063	25.007.856
Disponibilidades	1.880.892	21.620.084	5.243.579	1.680.866	5.948.064	9.119.260
Outros ativos circulantes	4.039.999	1.999.999	0	4.000.000	0	15.888.596
Não circulante	110.253.734	41.162.141	30.935.546	4.639.297	27.295.325	15.574.556
Realizável a longo prazo	4.197.705	1.890.639	2.323.390	734.694	1.334.571	11.992.201
Imobilizado	102.289.658	39.271.502	28.612.156	3.904.603	25.960.754	2.261.204
Outros	3.816.368	3.420.555	1.487.680	734.694	3.975.602	1.246.134
2007						
	FA.P.	Aquisições	Gás & Energia	Distribuição	Intermediária	Corporativo
Ativo	89.156.777	55.352.719	17.940.537	9.690.957	11.405.383	36.411.603
Circulante	5.174.218	14.390.814	4.423.357	4.946.037	4.212.302	20.049.798
Disponibilidades	3.174.218	14.390.814	4.423.357	4.946.037	4.212.302	13.079.849
Outros ativos circulantes	2.000.000	0	0	0	0	6.979.949
Não circulante	83.982.559	40.961.905	13.517.180	4.744.920	7.193.081	16.361.805
Realizável a longo prazo	4.046.461	1.324.226	1.840.846	701.623	1.087.833	12.102.139
Imobilizado	76.611.403	39.637.679	11.676.334	4.043.297	6.105.248	1.911.171
Outros	3.424.695	4.302.283	924.372	1.448.847	4.441.773	1.348.499

As premissas utilizadas no elaboração desta demonstração estão descritas na Nota 29.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração do Resultado	2008					
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Interação	Corporativo
Receita Operacional Líquida	106.235.561	173.176.848	13.987.871	85.762.758	22.464.350	(128.498.845)
Integreiros	104.453.913	48.549.773	2.217.559	1.358.178	1.897.924	(138.498.843)
Taxação	4.771.638	174.627.075	13.770.315	84.404.582	20.566.426	
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(43.633.680)	(172.114.682)	(14.177.235)	(51.829.930)	(19.414.411)	158.846.911
Lucro Bruto	62.592.067	1.061.166	1.810.146	4.632.708	3.049.939	348.079
Despesas Operacionais	(5.361.540)	(5.657.824)	(2.339.339)	(2.799.893)	(4.343.814)	(7.315.679)
Vendas, Geração e Administração	(729.122)	(4.976.520)	(970.329)	(2.813.052)	(1.698.977)	(7.486.897)
Tributárias	(109.239)	(114.013)	(68.261)	(22.249)	(272.743)	(775.972)
Custos Exploratórios p/ Extração de Petróleo e Gás	(2.550.369)				(943.689)	
Perda na recuperação de ativos	(902.635)				(320.413)	
Pesquisa e Desenvolvimento	(899.212)	(126.564)	(72.600)	(13.728)	(4.633)	(438.755)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(470.413)	(750.727)	(1.278.089)	49.437	(1.093.040)	(1.886.670)
Lucro (Prejuízo) Operacional	57.230.507	(1.595.658)	(529.193)	1.833.196	(8.393.576)	(7.315.679)
Finanças Líquidas						3.128.784
Resultado de Participação em Investimentos		(334.100)	17.594	76.645	(414.270)	(487)
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos e Part. dos Acionistas não Controladores	57.230.507	(5,449,758)	(511,199)	1,909,841	(8,707,845)	(4,187,382)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(19,307,077)	1,657,928	194,917	(596,513)	(7,552,389)	2,655,884
Participação dos Acionistas não Controladores	136,911	184,188	42,644		301,307	1,444,432
Participação dos Empregados e Administradores	(445,102)	(720,604)	(41,444)	(78,749)	(96,637)	(401,970)
Lucro Líquido (Prejuízo)	37,615,239	(1,888,246)	(315,982)	1,334,579	(1,958,439)	(489,016)

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 28.

Demonstração do Resultado	2007					
	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Interação	Corporativo
Receita Operacional Líquida	81.093.476	123.148.370	9.864.871	45.070.459	19.380.988	(117.998.831)
Integreiros	78.591.052	36.575.793	2.109.127	729.103	1.393.754	(117.998.831)
Taxação	4.502.424	96.572.577	7.756.744	44.340.356	17.986.224	
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(34.934.677)	(118.921.679)	(9.044.135)	(40.828.831)	(16.213.863)	115.545.144
Lucro Bruto	46.158.799	14.227.091	821.746	4.241.626	3.176.117	(2.453.687)
Despesas Operacionais	(3.984.591)	(5,114,818)	(2,445,633)	(2,980,459)	(5,281,490)	(8,581,421)
Vendas, Geração e Administração	(370.709)	(4,619,205)	(1,131,804)	(2,528.283)	(1,403.963)	(3,064.207)
Tributárias	(48.637)	(147,027)	(70.957)	(175.923)	(138.001)	(668,944)
Custos Exploratórios p/ Extração de Petróleo e Gás	(1,213,923)				(1,357,801)	
Perda na recuperação de ativos	(45,249)				(490,850)	
Pesquisa e Desenvolvimento	(864,076)	(233,339)	(102,908)	(1,636)	(3,412)	(312,975)
Plano de Trabalho e Saúde						(2,494,110)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1,242,365)	(610,963)	(1,053,874)	(264,612)	27,462	(7,721)
Lucro (Prejuízo) Operacional	42.174.208	9,110,243	(1,623,897)	1,269,167	(1,054,178)	(8,581,421)
Finanças Líquidas						(4,020,890)
Resultado de Participação em Investimentos		191,842	153,817	(14,317)	(25,216)	(777,400)
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos e Part. dos Acionistas não Controladores	42.174.208	9,306,405	(1,469,080)	1,254,850	(1,080,694)	(1,315,301)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14,214,966)	(3,033,083)	361,762	(408,149)	(523,954)	3,594,424
Participação dos Acionistas não Controladores	(764,246)	(1,462,11)	(447,438)		(310,182)	(206,136)
Participação dos Empregados e Administradores	(563,100)	(278,237)	(28,342)	(68,730)	(25,862)	(219,543)
Lucro Líquido (Prejuízo)	26,829,506	5,993,364	(1,387,098)	777,971	(1,871,695)	(1,461,093)

As premissas utilizadas na elaboração dessa demonstração estão descritas na Nota 28.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008				
	U&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo
Área Internacional					
Ativo	24.206.697	6.904.636	3.241.587	859.271	4.104.016
Demonstração do Resultado					
Receita Operacional Líquida	5.280.103	14.838.549	1.980.068	4.924.670	4.485
Interesses em Terceiros	2.675.517	3.113.133	345.578	133.760	(4.428.064)
Lucro (Prejuízo) Operacional	533.958	(1.353.383)	307.798	(15.365)	(851.264)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(127.488)	(1.405.991)	179.325	(11.436)	(486.458)
	2007				
	U&P	Abastecimento	Gás & Energia	Distribuição	Corporativo
Área Internacional					
Ativo	14.987.316	4.636.112	3.378.118	819.267	2.542.641
Demonstração do Resultado					
Receita Operacional Líquida	4.638.000	12.999.060	1.899.358	3.653.825	25.814
Interesses em Terceiros	2.389.301	2.818.030	371.561	41.191	(3.836.377)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(55.157)	178.217	425.756	(95.608)	(582.717)
Lucro Líquido (Prejuízo)	(772.183)	245.169	325.774	(70.641)	(719.789)

As perdas são utilizadas no abastecimento de gás demonstrado opção descrita na Nota 28

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

i. Informações sobre reservas

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas foram estimadas pela Companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela "Securities and Exchange Commission", de acordo com o SFAS Nº 69 - Divulgações Sobre Atividades Relativas à Produção de Petróleo e Gás (SFAS 69).

As reservas de petróleo e gás provadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e condensado que pela análise dos dados de geo-engenharia, podem ser estimados com razoável certeza, considerados comerciais, de um reservatório conhecido, sob condições econômicas definidas, métodos de operação conhecidos e sob as condições regulatórias vigentes, numa determinada data.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem às quantidades de hidrocarbonetos que se espera recuperar de poços existentes com os equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem aos volumes de hidrocarbonetos que se esperam recuperar em função de investimentos futuros em perfuração de poços, em equipamentos adicionais.

A estimativa de reservas possui incertezas inerentes ao negócio, e assim sendo alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

Em 2008, embora os volumes de reservas tenham sido impactados pela redução do preço internacional do petróleo, a Companhia, apresentou uma significativa apropriação de reservas provadas em função dos excelentes resultados obtidos em campos já existentes, através de projetos que visavam aumento da recuperação dos mesmos. É importante ressaltar que, nas estimativas de reservas de 2008, não foram considerados os volumes do Pré-Sal da Bacia de Santos. Porém, o Pré-Sal do Espírito Santo está contribuindo para as reservas provadas de 2008.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia estão apresentados na tabela a seguir:

	Petróleo (bilhões de bbl)			Gás (bilhões de m³)			Petróleo + Gás (bilhões de boe)		
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional ⁽¹⁾	Total
Saldo em 31/12/2007	9,139	0,414	9,553	267,050	68,002	335,052	10,818	0,815	11,633
Variação das reservas	0,223	0,015	0,238	(3,377)	17,155	13,778	0,203	0,116	0,319
Produção	(0,646)	(0,039)	(0,685)	(16,030)	(6,057)	(22,087)	(0,747)	0,075	(0,672)
Saldo em 31/12/2008	8,716	0,390	9,106	247,643	79,100	326,743	10,274	1,006	11,280
Reserva de empresas não consolidadas									
Saldo em 31/12/2007		0,060	0,060		1,894	1,894		0,071	0,071
Saldo em 31/12/2008		0,048	0,048		2,142	2,142		0,061	0,061
Reservas provadas e desenvolvidas									
Em 31/12/2007	5,249	0,210	5,459	122,814	46,143	168,957	6,022	0,482	6,504
Em 31/12/2008	5,346	0,211	5,557	134,340	49,694	184,034	6,191	0,504	6,695

⁽¹⁾ Inclui reservas de 110 milhões de boe em 2008 (199 milhões de boe em 2007) correspondentes a uma participação de não controladores de 41,38% na Pepsa.

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidente

SILAS RONDEAU CAVALCANTI SILVA
Conselheiro

GUIDO MANTEGA
Conselheiro

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Conselheiro

FRANCISCO ROBERTO DE
ALBUQUERQUE
Conselheiro

FÁBIO COLLETTI BARBOSA
Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER
Conselheiro

LUCIANO GALVÃO COUTINHO
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Presidente

ALMIR GUILHERME BARBASSA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

RENATO DE SOUZA DUQUE
Diretor de Serviços

GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA
Diretor de Exploração e Produção

PAULO ROBERTO COSTA
Diretor de Abastecimento

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
Diretora de Gás e Energia

JORGE LUIZ ZELADA
Diretor Internacional

MARCOS MENEZES
Contador - CRC-RJ 35.286/O-1

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2008.

2. Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da **PETROBRAS** à deliberação de **Assembléia Geral Ordinária – AGO**: 1ª) Aprovar a parcela que cabe aos administradores da Companhia relativamente à participação nos lucros ou resultados (PLR) do exercício de 2008; 2ª) Aprovar as Demonstrações Contábeis da **PETROBRAS** (Controladora e Consolidadas) do exercício social de 2008; 3ª) Aprovar a proposta de retenção de lucros no Patrimônio Líquido, em reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 25.217 milhões, sendo a parcela de R\$ 23.779 milhões do saldo do lucro líquido do exercício e R\$ 1.438 milhões do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos, estabelecido no orçamento de capital de 2009, no montante de R\$ 42.538 milhões (Recursos Próprios: R\$ 25.824 milhões; e Recursos de Terceiros: R\$ 16.714 milhões); e 4ª) Aprovar as propostas de destinação do resultado que considera a distribuição do dividendo do exercício de 2008 no montante de R\$ 9.915 milhões (equivalente a 29,04% do lucro básico – R\$ 1,13 por ação ordinária e preferencial), que inclui a parcela de R\$ 7.019 milhões de juros sobre o capital próprio (equivalente a R\$ 0,80 por ação).

3. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da **KPMG Auditores Independentes**, de 06 de março de 2009, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na **Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas da PETROBRAS**, a ser realizada em 08 de abril de 2009.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2009

Marcus Pereira Aucélio
Presidente

César Acosta Rech
Conselheiro

Maria Lúcia de Oliveira Falcón
Conselheira

Nelson Rocha Augusto
Conselheiro

Túlio Luiz Zamin
Conselheiro

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

As alterações foram:

No Relatório de Administração:

- Informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa pelo auditor independente – Instrução CVM 381/2003, com alteração no 3º parágrafo
- Alteração do item de Análise Financeira

Demonstrações Contábeis

- Grupo 02.02 Balanço patrimonial passivo, com alteração dos valores nos códigos 2.01.08.04 e 2.01.08.05
- Grupo 05.01 e 10.01 Demonstração das mutações do patrimônio líquido de 01/01/2008 a 31/12/2008, com alteração dos valores nos códigos 5.05.01 Dividendos e 5.05.02 Juros sobre Capital Próprio
- Grupo 05.02 Demonstração das mutações do patrimônio líquido de 01/01/2007 a 31/12/2007, com alteração dos valores nos códigos 5.05.01 Dividendos e 5.05.02 Juros sobre Capital Próprio
- Grupo 06 Demonstração do valor adicionado, com alteração de valores nas colunas 3 e 4, nos códigos 6.08.04.01, 6.08.04.02 e 6.08.04.03
- Grupo 11 Demonstração do valor adicionado Consolidado, com alteração nas colunas 3 e 4, nos códigos 6.08.04.01, 6.08.04.002 e 6.08.04.03

Nas Notas Explicativas:

- Apresentação das demonstrações contábeis (Nota 1), com alteração do texto dos parágrafos 1º e 2º
- Princípios de Consolidação (Nota 2), com alteração do texto do item (vi)
- Alterações de práticas contábeis (Nota 3)
 - Alteração do 1º parágrafo
 - Alteração da descrição do subitem 3.7 e do 2º parágrafo
- Partes Relacionadas (Nota 7)
 - Alteração do texto do 4º parágrafo do subitem 7.4
- Investimentos (Nota 13)

00951-2 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS 33.000.167/0001-01

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

- Exclusão da alínea (p) do subitem 13.8
- Receitas e despesas financeiras (Nota 18), com alteração dos valores no Consolidado em 2008 e 2007, nas seguintes linhas:
 - Hedge sobre operações comerciais e financeiras
 - Títulos e valores mobiliários
 - Outras despesas e receitas financeiras líquidas
- Benefícios concedidos a empregados (nota 21)
 - Alteração do texto, no 1º parágrafo da alínea (b) do subitem 21.1
 - Alteração do texto, no 1º parágrafo da alínea (a) do subitem 21.3
 - Alteração do texto do subitem 21.4
- Patrimônio líquido (Nota 24)
 - Exclusão do 2º parágrafo da alínea (b) do subitem 24.2
 - Inclusão de parágrafo no subitem 24.3
 - Alteração de texto, no 3º e 5º parágrafo do subitem 24.5
- Instrumentos financeiros derivativos, proteção patrimonial ("hedge") e atividades de gerenciamento de riscos (Nota 29)
 - Alteração de texto no 1º parágrafo da alínea (c) do subitem 29.3
- Seguros (Nota 30)
 - Alteração de texto do 1º parágrafo
 - Inclusão de texto
- Balanço Social
 - Alteração de valor adicionado total a distribuir (consolidado) em 2007
 - Alteração dos percentuais de distribuição do valor adicionado dos acionistas e retido em 2008
- Alteração de valores constantes no Parecer do Conselho Fiscal

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Representação Espontânea

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00951-2	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	33.000.167/0001-01

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	8
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	9
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	10
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	11
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	19
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	20
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	21
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	22
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	23
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	24
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	26
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	135
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	270/271

ANEXO VI

Este Anexo VI é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Declarações do Distribuidor e da Instituição Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

Eu, Pedro Augusto Botelho Bastos, Administrador de Empresas, com domicílio profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3064 – 7º andar – Itaim Bibi – São Paulo - SP, portador da cédula de identidade RG nº 47.432.893, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 775.821.527-00, diretor estatutário do **HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, instituição administradora do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços" (doravante designado simplesmente "Fundo"), designado nos termos da Resolução nº 2.451, de 27 de novembro de 1997, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), com as modificações introduzidas pela Resolução nº 2.486, de 30 de abril de 1998, do CMN, responderei, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 356, de 12 de dezembro de 2001, conforme alterada. Declaro também que:

- i) estou ciente de minhas obrigações para com o Fundo;
- ii) sou responsável pela movimentação dos direitos creditórios do Fundo; e
- iii) sou responsável, nos termos da legislação em vigor, inclusive perante terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia na administração do Fundo, sujeitando-me, ainda, à aplicação das penalidades previstas no artigo 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Curitiba, 12 de junho de 2009.


Pedro Augusto Botelho Bastos
Diretor



DECLARAÇÃO

Declaramos, sob pena de prática de crime de falsidade ideológica, que o regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços” está em conformidade com a legislação vigente.

Declaramos, também, que assumimos o compromisso de seguir as normas da Instrução CVM^{nº} 356/01 e adotar as providências necessárias para o atendimento das exigências que venham a ser formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Curitiba, 12 de junho de 2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Pedro A. B. Bastos", written over a circular stamp.

Pedro A. B. Bastos
CEO Investments
Matr. 3297723

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

Instituição Administradora do

**“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 –
Industrial e Serviços”**



DECLARAÇÃO

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, instituição administradora do “**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços**”, declara que firmou contrato com instituição legalmente habilitadas a executar o serviço de distribuição de cotas, nos termos do artigo 20, § 1º, I, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários.

Curitiba, 12 de junho de 2009.

Pedro A. B. Bastos
CEO Investments
Matr. 3297723

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

Instituição Administradora do

“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços”



DECLARAÇÃO

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 01.701.201.0001-89, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços” (doravante designado simplesmente “Fundo”), vem, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que as informações constantes do prospecto da primeira distribuição pública de cotas seniores do Fundo (“Prospecto”) são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores conhecimento das referidas cotas seniores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, bem como uma tomada de decisão fundamentada a respeito das cotas seniores, tendo o Prospecto sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Curitiba, 12 de junho de 2009.

Pedro A. B. Bastos

CEO Investments

Matr. 3297723

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

Instituição Administradora do

“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços”



DECLARAÇÃO

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, instituição administradora do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços”, declara que empreendeu esforços razoáveis para obter as informações de que trata o item 2.6 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, sem, contudo, haver conseguido obtê-las.

Curitiba, 12 de junho de 2009.

Pedro A. B. Bastos
CEO Investments
Matr. 3297723

HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

Instituição Administradora do


“Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços”



DECLARAÇÃO

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 58.229.246/0001-10, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública das cotas seniores integrantes da 1ª série de emissão do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços", declara que empreendeu esforços razoáveis para obter as informações de que trata o item 2.6 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, sem, contudo, haver conseguido obtê-las.

São Paulo, 4 de setembro de 2009


Vian Ermano Bracco
DIRETOR EXECUTIVO CTVM
Matr. 2132267


Leonardo Farias Taves
HEAD OF INSTITUTIONAL
SALES & TRADING
Matr. 3458288

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

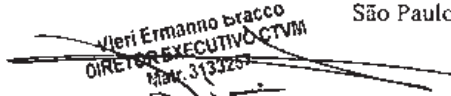
Por:

Cargo:



DECLARAÇÃO

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 58.229.246/0001-10, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 3.200 (três mil e duzentas) cotas seniores integrantes da 1ª série emitidas pelo "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços" ("Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, perfazendo o total de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) ("Emissão"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Emissão na Comissão de Valores Mobiliários, que: (i) o prospecto de distribuição relativo à Emissão: (a) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das cotas seniores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações referentes ao Fundo e ao cedente dos direitos creditórios por ele adquiridos são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão.


Vieri Ermanno Bracco
DIRETOR EXECUTIVO CVM
Matr. 3133257

São Paulo, 4 de setembro de 2009.


Leonardo Farias Taves
HEAD OF INSTITUTIONAL
SALES & TRADING
Matr. 345821

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Por:

Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Este Anexo VII é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Modelo de Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CRÉDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, doravante denominado simplesmente “Contrato de Cessão”.

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL], sociedade com sede na Cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [CNPJ], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], [PROFISSÃO DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado na [ENDEREÇO], inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº [CPF] e portador da Cédula de Identidade nº [IDENTIDADE], expedida pela [ÓRGÃO EXPEDIDOR], doravante designada simplesmente “Fornecedor”; e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS, com seu regulamento registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81, doravante designado simplesmente “Fundo” ou “Cessionário”, neste ato representado pela sua instituição administradora, **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**, abaixo qualificada, doravante designada “Instituição Administradora”; e

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte”, e conjuntamente “Partes”;

e, como intervenientes,

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89, na qualidade de custodiante dos ativos do Fundo, doravante designado simplesmente “Custodiante”; e

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Benedito, 634, Alto da Boa Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.449.499/0001-32, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 7981 a prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento, doravante denominada simplesmente “Gestora”;

CONSIDERANDO QUE:

- i) o Fornecedor é empresa que celebra Contratos com a Petrobras, constituindo, desta forma, Direitos Creditórios;
- ii) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, destinado preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios, nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e demais alterações, bem como de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento;
- iii) o Custodiante é o responsável, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01 e do disposto no Regulamento, pela prestação dos serviços de custódia para o Fundo;
- iv) o Fornecedor pretende ceder ao Fundo os Direitos Creditórios que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão;
e
- v) o Fundo, por sua vez, tem interesse em adquirir os Direitos Creditórios do Fornecedor, desde que atendam a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, tendo em vista que a cessão dos Direitos Creditórios é elemento essencial da operação de securitização em cujo contexto se insere o Fundo, e nesse contexto se dará a determinação do valor a ser pago pelos Direitos Creditórios cedidos.

as Partes têm justo e contratado o disposto nas cláusulas a seguir:

1. DEFINIÇÕES

1.1 Quaisquer termos ou expressões iniciados em letras maiúsculas neste Contrato de Cessão, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos no glossário que integra este Contrato de Cessão como Anexo I.

2. PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1 Como elemento essencial do presente negócio, o Fornecedor cederá, ao Fundo, Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios, títulos, instrumentos que os representam, respectivos anexos e garantias constituídas, mediante solicitação da Gestora e de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão.

2.1.1 O Fundo não estará obrigado a adquirir Direitos Creditórios que venham a ser ofertados pelo Fornecedor.

2.2 Os Direitos Creditórios serão considerados perfeitamente cedidos e inclusos nos termos do presente Contrato de Cessão, após observado o seguinte procedimento:

- i) apresentação prévia, pelo Fornecedor à Gestora, de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, bem como de cópia autenticada do CRCC e do BAD, quando for o caso;
- ii) seleção pela Gestora, observadas as Condições de Cessão, a Política de Investimento e os Critérios de Elegibilidade, de Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como fixação, pela Gestora, do percentual de cada parcela do Contrato que poderá ser adquirida pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade;
- iii) envio pela Gestora ao Custodiante de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios, acompanhada de cópia autenticada do CRCC e do BAD, quando for o caso, para que o Custodiante realize análise dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão pelo Fornecedor e selecionados pela Gestora, que incluirá a checagem da autenticidade do CRCC e do BAD junto à Petrobras, por meio de procedimento a ser estabelecido pela Petrobras, bem como análise do enquadramento dos Direitos Creditórios com relação à Política de Investimento e aos Critérios de Elegibilidade;
- iv) após a análise referida no item anterior, o Custodiante informará seu resultado à Gestora, que solicitará ao Fornecedor que obtenha a Autorização de Cessão junto à Petrobras;
- v) envio, pelo Fornecedor à Gestora, da Autorização de Cessão, cujo modelo integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo II, por meio da qual a Petrobras manifesta ciência e autorização à cessão dos Direitos Creditórios, pelo

Fornecedor ao Fundo, em observância ao artigo 290 do Código Civil, e envio, pela Gestora ao Fornecedor, de Termo de Cessão, gerado pelo Custodiante, contendo indicação dos Direitos Creditórios que a Gestora deseja adquirir para o Fundo e o preço total de aquisição dos referidos Direitos Creditórios, calculado com base nas taxas discriminadas no item 4.1 abaixo;

- vii) envio, pelo Fornecedor à Gestora, que o repassará ao Custodiante, do Termo de Cessão assinado pelos representantes legais do Fornecedor, com reconhecimento de firma dos signatários, e envio, pela Instituição Administradora ao Custodiante, do Termo de Cessão devidamente assinado pela Instituição Administradora;
- viii) após a validação, pelo Custodiante, do Termo de Cessão assinado pela Instituição Administradora e pelo Fornecedor, pagamento do preço de cessão, pelo Custodiante ao Fornecedor; e
- ix) registro do Termo de Cessão em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e da sede do Fornecedor, na forma prevista no item 16.2 abaixo.

2.3 Ao formalizar a cessão do Direito Creditório por meio de cada Termo de Cessão, o Fornecedor estará cedendo automaticamente, ao Fundo, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações legal e contratualmente previstos que sejam relativos ao respectivo Direito Creditório, inclusive (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face da Petrobras para exigir o cumprimento da obrigação de pagar deste ou visando resguardar direito do Fundo; (iii) as garantias eventualmente existentes, sejam reais ou pessoais; e (iv) o direito de declarar o Direito Creditório vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com a Petrobras e naquelas previstas na legislação aplicável, cabendo à Gestora informar a Instituição Administradora a respeito. O Fundo, sempre que a Gestora informar a Instituição Administradora a respeito, irá declarar vencida antecipadamente a parcela que lhe couber do Contrato, podendo utilizar, para tanto, os poderes que lhe forem conferidos no mandato outorgado nos termos deste Contrato de Cessão.

2.4 O Fornecedor desde já autoriza que a Petrobras forneça ao Fundo, à Instituição Administradora, à Gestora e ao Custodiante, toda e qualquer informação sobre o Fornecedor e os respectivos Contratos cujos Direitos Creditórios serão cedidos

ao Fundo, em especial, mas não somente, os respectivos boletins de medição, CRCC e BAD, quando houver.

2.5 O Fornecedor e o Fundo declaram, em caráter irrevogável e irretratável, que será aplicável a toda e qualquer operação de cessão de Direitos Creditórios que vier a ser constituída entre eles por meio deste Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão, automaticamente e independentemente de qualquer ulterior formalidade ou manifestação de vontade, o disposto neste Contrato de Cessão, no respectivo Termo de Cessão e nos artigos 286 e seguintes do Código Civil.

2.6 Em caso de divergência ou contradição entre os Termos de Cessão e o presente Contrato de Cessão, deverá prevalecer o disposto neste Contrato de Cessão, exceto se o presente Contrato de Cessão determinar expressamente a prevalência do Termo de Cessão.

3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1 O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios que preencham a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, definidos no Regulamento.

3.2 O Fornecedor, neste ato, declara conhecer a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão e entender que o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios que não os atendam integralmente.

3.3 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório elegível não dará ao Fundo e seus Cotistas qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra o Fornecedor, o Custodiante ou terceiros.

4. DO PREÇO DA CESSÃO E DO PAGAMENTO

4.1 Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Valor.Aquisição = \frac{Valor.No\ mínimo}{\left(1 + \frac{Taxa.Aquisição}{100}\right)^{\frac{prazo}{252}}}$$

onde:

“Valor Aquisição” é o valor de aquisição do Direito Creditório;

“Valor Nominal” é o valor nominal do Direito Creditório;

“Prazo” é a diferença de dias úteis, conforme informação registrada no campo “Cálculo Aquisição” no “Cadastro Fundos de Recebíveis” integrante dos sistemas internos do Custodiante, entre a data de aquisição do Direito Creditório, exclusive, e sua respectiva data de vencimento, inclusive; e

“Taxa Aquisição” corresponde à taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios Performados e dos Direitos Creditórios Não-performados, que será apurado pela Gestora a cada cessão de Direitos Creditórios, sendo no mínimo de:

BAD DO FORNECEDOR	TAXA MÍNIMA DE DESCONTO
Abaixo de 7 ou ausente	200% da Taxa DI
De 7 até 7,9	180% da Taxa DI
De 8 até 8,9	170% da Taxa DI
De 9 a 10	160% da Taxa DI

4.1.1 Para efeito do cálculo da Taxa Aquisição, nos termos do item anterior, será utilizado o BAD atribuído ao Fornecedor com relação ao Contrato de que os Direitos Creditórios são oriundos. Caso a Petrobras não tenha emitido BAD para o Contrato de que os Direitos Creditórios são oriundos, será utilizada a média das notas dos BAD em vigor atribuídas ao Fornecedor no cumprimento dos contratos celebrados com a Petrobras nos últimos 12 (doze) meses.

4.2 O pagamento do preço de cessão será efetuado em até 1 (um) dia útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo Custodiante, que não poderá exceder a 10 (dez) dias da oferta dos Direitos Creditórios pelo Fornecedor, por meio de TED para a seguinte conta de titularidade do Fornecedor:

Conta nº [COMPLETAR]

Agência [COMPLETAR]

[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA].

4.3 Em caso cessão de Direito Creditório Não-performado em que o Fornecedor não apresente o CRCC, o Fundo reterá 10% (dez por cento) do respectivo preço de cessão do Direito Creditório, para formação de Reserva de Performance.

4.3.1 Os recursos segregados na reserva acima referida deverão ser utilizados somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor ou do recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver; e/ou (ii) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo Contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo, hipótese em que o Fornecedor não fará jus ao recebimento da parcela retida nos termos do item 4.3 acima.

4.3.2 Por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem alienado ou serviço prestado pelo Fornecedor, ou em caso de recebimento pelo Fundo do valor integral do seguro garantia previsto na respectiva apólice, se houver, o Fundo pagará ao Fornecedor quantia correspondente ao valor retido, remunerada pela Taxa DI incidente *pro rata temporis* desde a data de aquisição do Direito Creditório pelo Fundo até a data do pagamento do valor retido ao Fornecedor.

5. DO RECEBIMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

5.1 Nos termos da Autorização da Cessão, os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deverão ser efetuados pela Petrobras mediante transferência de recursos para a Conta de Recebimento.

5.1.1 Com base nos relatórios de medição e nos demais documentos que evidenciam o adimplemento por parte do Fornecedor do Contrato do qual os Direitos Creditórios são oriundos, periodicamente enviados pela Petrobras ao Agente de Recebimento, este realizará a conciliação dos valores depositados na Conta de Recebimento de acordo com as instruções do Custodiante, transferindo em até 1 (um) dia útil contado do respectivo recebimento os valores nela depositados pela Petrobras aos seus respectivos titulares.

5.1.2.1 Recursos depositados pela Petrobras na Conta de Recebimento que correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios serão transferidos pelo Agente de Recebimento para a seguinte conta de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante:

Conta nº: [COMPLETAR]

Agência nº: [COMPLETAR]

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

5.1.2.2 Recursos depositados pela Petrobras na Conta de Recebimento que não correspondam ao pagamento de Direitos Creditórios serão transferidos pelo Agente de Recebimento para a seguinte conta de titularidade do Fornecedor:

Conta nº: [COMPLETAR]

Agência nº: [COMPLETAR]

[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]

5.2 O Fornecedor não poderá receber, da Petrobras ou de quaisquer terceiros, montantes decorrentes dos Direitos Creditórios.

5.3 Não obstante o disposto no item 5.2 acima, o Fornecedor se compromete a transferir à conta corrente de titularidade do Fundo mantida no Custodiante, no dia útil seguinte do recebimento, todo e qualquer montante relativo ao pagamento dos Direitos Creditórios eventualmente recebido da Petrobras ou de terceiros, comunicando tal fato à Instituição Administradora.

5.4 O não cumprimento do disposto no item 5.3 acima acarretará para o Fornecedor a obrigação de pagamento de juros de mora correspondentes à mesma taxa de desconto informada no respectivo Termo de Cessão, incidente *pro rata temporis* desde a data do descumprimento até a data da efetiva transferência dos recursos pelo Fornecedor ao Fundo, acrescido de 1% (um por cento) sobre o valor não transferido, a título de multa.

5.5 As Partes convencionam que, se o Fornecedor vier a receber qualquer valor da Petrobras relativo a Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo por meio deste instrumento e do respectivo Termo de Cessão, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, ficando o Fornecedor nomeado como fiel depositário de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em até 1 (um) dia útil, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Aplica-se ao ora avençado os artigos 627 e seguintes do Código Civil.

5.6 O Custodiante comunicará à Gestora o integral pagamento pela Petrobras de todos os Direitos Creditórios oriundos de um mesmo Contrato no dia útil seguinte à ocorrência deste pagamento. Em até 1 (um) dia útil contado desta comunicação, a Gestora solicitará ao Fornecedor que obtenha junto à Petrobras a transferência do domicílio bancário do Contrato da Conta de Recebimento para outra conta.

5.7 O Fornecedor se compromete a comunicar à Gestora a obtenção da autorização da Petrobras para a transferência do domicílio bancário do Contrato nos termos do item anterior em até 1 (um) dia útil contado da ciência deste fato pelo Fornecedor, devendo a Gestora, no mesmo prazo, comunicar este fato ao Custodiante, na condição de Agente de Recebimento.

6. DO MANDATO E COBRANÇA

6.1 As Partes convencionam que a aquisição de parcela dos Direitos Creditórios oriundos de um Contrato pelo Fundo não gera qualquer espécie de responsabilidade solidária, condomínio ou propriedade comum entre Fornecedor e Fundo sobre tal Contrato ou direitos dele emergentes, sendo, portanto, a parcela do Fundo e a parcela do Fornecedor divisíveis.

6.2 Não obstante o disposto no item 6.1, o Fornecedor outorga mandato ao Fundo, conforme procuração que integra o presente Contrato de Cessão como seu Anexo IV.

6.3 O mandato a que se refere o item 6.2 acima é outorgado como condição essencial do negócio celebrado neste ato e por ocasião de cada Termo de Cessão e visa garantir plena eficácia ao disposto neste instrumento.

6.4 Na hipótese de o Fundo decidir exigir extrajudicial (inclusive por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório, cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Fornecedor e que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras, o Fornecedor concorda, em caráter irrevogável e irretratável, que serão tomadas medidas conjuntamente com o Fundo, de acordo com as políticas previstas no Regulamento, visando a buscar o recebimento do valor cabível, devendo as despesas de qualquer natureza, inclusive honorários advocatícios, decorrentes dessas medidas serem rateadas entre Fornecedor e Fundo de forma proporcional entre a parcela do Fundo e a parcela do Fornecedor referente aos Direitos Creditórios. O mandato outorgado na forma do Anexo IV inclui poderes para a

nomeação de advogados mediante cláusula “*ad juditia*”. Caso seja ingressada medida judicial para o fim ora previsto, caberá ao Fundo a escolha do advogado que irá representar as Partes.

6.5 Para o fim do disposto no item anterior, o Fornecedor deverá disponibilizar todos e quaisquer documentos que vierem a ser solicitados pelo Fundo no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar do recebimento da respectiva solicitação.

6.6 Sem prejuízo do disposto acima, a Gestora poderá solicitar ao Fornecedor a recompra de quaisquer Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, a seu exclusivo critério, em caso de inadimplemento que não decorra da insolvência da Petrobras, comprometendo-se o Fornecedor a recomprá-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação por escrito encaminhada pela Gestora, por seu valor contábil.

6.6.1 Caso o inadimplemento de um Direito Creditório decorra da insolvência da Petrobras, a Gestora não poderá solicitar ao Fornecedor a recompra deste Direito Creditório.

7. DO SEGURO

7.1 No caso de cessão de Direitos Creditórios Não-performados cujo Fornecedor não possua CRCC, o Fornecedor deverá contratar seguro de performance perante Seguradora Autorizada, nos termos do Regulamento, tendo o Fundo como beneficiário. O Seguro deverá garantir o integral adimplemento da obrigação do Fornecedor em relação à Petrobras no que se refere ao fornecimento de produtos e/ou de serviços, mediante a previsão de indenização em quantia que seja suficiente para garantir que o Fundo receba valor integral dos Direitos Creditórios Não-performados a ele cedidos.

7.2 O custo de contratação do Seguro caberá exclusivamente ao Fornecedor e o respectivo prêmio deve ser integralmente quitado pelo Fornecedor previamente à cessão de Direito Creditório Não-performado ao Fundo.

7.3 Somente serão aceitos seguros cujas apólices e Seguradoras Autorizadas atendam aos termos do Regulamento.

8. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS

8.1 Sem prejuízo da guarda pelo Custodiante de cópia autenticada dos Documentos Comprobatórios entregues pelo Fornecedor à Gestora nos termos do item 2.2 (i) acima, a cada cessão de Direitos Creditórios, todos os Documentos Comprobatórios originais ficarão sob a posse do Fornecedor, para que este os guarde na qualidade de fiel depositário, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de vencimento do Contrato cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo, devendo ser apresentados à Instituição Administradora ou ao Custodiante em até 5 (cinco) dias a contar do recebimento de solicitação por escrito de qualquer desses.

8.1.1 O Fornecedor pagará multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por cada dia útil que ultrapasse o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tão atraso.

8.2 Todos os Documentos Comprobatórios deverão ser guardados em perfeita ordem e estado de conservação pelo Fornecedor em arquivos segregados que permitam sua identificação.

8.3 O Fornecedor não fará jus a qualquer remuneração pelo depósito ora avençado, nem a reembolso por quaisquer despesas decorrentes da prestação de tais serviços.

8.4 O Fornecedor se compromete a guardar todos os Documentos Comprobatórios com o máximo cuidado e diligência, em nome e por conta do Fundo.

8.5 O Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão realizar a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios, por amostragem ou não, na sede do Fornecedor ou em local que este indicar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar de notificação do Custodiante e/ou da Instituição Administradora neste sentido, conforme o caso.

8.5.1 O Fornecedor pagará multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por cada dia útil que ultrapasse o prazo para apresentação dos respectivos Documentos Comprobatórios estabelecido no item anterior, sem prejuízo do direito do Fundo, da Instituição Administradora e/ou do

Custodiante de buscar em juízo indenização complementar por eventuais perdas e danos sofridos em razão de tão atraso.

8.6 O Fornecedor se compromete a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Comprobatórios dadas pelo Custodiante e/ou pela Instituição Administradora, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

8.7 O Fornecedor declara conhecer as conseqüências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, de documentos relacionados aos Direitos Creditórios sob sua guarda, nos termos do artigo 652 do Código Civil. O Fornecedor aponta, neste ato, [NOME DA PESSOA FÍSICA], [NACIONALIDADE, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL], inscrito no CPF/MF sob o nº [COMPLETAR] e portador da cédula de identidade RG nº [COMPLETAR] para ser responsável pessoalmente pelo depósito dos Documentos Comprobatórios, assumindo solidariamente com o Fornecedor as responsabilidades atribuídas ao fiel depositário nos termos da legislação aplicável.

8.8 Uma vez decorrido o prazo referido no item 8.1 acima em relação a determinado Documento Comprobatório, o Custodiante e/ou a Instituição Administradora poderão exigir que o Fornecedor deixe a partir de então de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo o Fornecedor neste caso observar as instruções que lhe der o Custodiante e/ou a Instituição Administradora quanto à destinação deste.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DO FORNECEDOR

9.1 O Fornecedor somente oferecerá à cessão ao Fundo Direitos Creditórios que preencham, cumulativamente, a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstas no Regulamento.

9.1.1 Sem prejuízo da verificação pela Gestora, a observância das Condições de Cessão será de exclusiva responsabilidade do Fornecedor.

9.2 O Fornecedor obriga-se a não ceder ao Fundo quaisquer Direitos Creditórios caso tal ato (ou como decorrência dele) configure fraude contra credores, fraude à execução, fraude à execução fiscal ou ainda fraude falimentar.

9.3 O Fornecedor será responsável:

- i) pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- ii) pela performance (entrega do bem e/ou prestação do serviço) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- iii) por eventuais exceções apresentadas pela Petrobras contra o Fornecedor quando da notificação da cessão, nos termos do artigo 294 do Código Civil; e
- iv) por prejuízos sofridos pelo Fundo em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança de Direitos Creditórios cedidos que tenham qualquer vício em sua formação.

9.3.1 Na hipótese de responsabilidade do Fornecedor conforme o item 9.3 acima, o Fundo poderá compensar a quantia devida com quaisquer valores que tenha a pagar ao Fornecedor.

9.4 Se, por qualquer razão, inclusive em decorrência de defeito dos produtos ou dos serviços fornecidos pelo Fornecedor, a Petrobras tiver o direito de reter, deduzir, compensar ou reduzir o valor dos Direitos Creditórios, tal retenção, dedução, compensação ou redução deverá recair sobre a parcela remanescente do Contrato pertencente ao Fornecedor, se houver. Se o valor de tal parcela não existir ou se o valor da parcela do Fornecedor não for suficiente para cobrir o montante da retenção, dedução, compensação ou redução eventualmente efetuada pela Petrobras, e esta deixar de efetuar o pagamento integral devido ao Fundo, este poderá (i) exigir do Fornecedor a complementação do valor devido ao Fundo, cujo pagamento deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da competente notificação; ou (ii) instruir o Agente de Recebimento a abater o valor devido ao Fundo de quaisquer quantias de titularidade do Fornecedor que sejam depositadas na Conta de Recebimento, sem prejuízo da possibilidade de determinar a recompra do Direito Creditório pelo Fornecedor nos termos do item 6.6 acima.

9.5 Na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo, qualquer fato ou ato praticado pelo Fornecedor, pela Petrobras ou por qualquer terceiro, que não o Fundo, a Instituição Administradora, o Custodiante ou a Gestora, que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ou

sua inexigibilidade, inclusive em decorrência do atraso ou vício na entrega do produto ou do fornecimento do serviço, da prorrogação ou da antecipação do prazo de vencimento do respectivo Direito Creditório, da prorrogação ou da antecipação da entrega do produto ou da prestação do serviço contratado ou do cancelamento do pedido de fornecimento do produto e/ou do serviço pela Petrobras no caso de Direito Creditório Não-performado, o Fundo poderá, de igual maneira, exercer a prerrogativa referida no item 9.4 acima, sem prejuízo da possibilidade de determinar a recompra do Direito Creditório pelo Fornecedor nos termos do item 6.6 acima. Adicionalmente, o Fundo poderá optar por renegociar o preço do Direito Creditório cedido caso ele continue a ser exigível da Petrobras, mediante a devolução do correspondente valor pelo Fornecedor, se for o caso.

9.6 Será vedada, a partir da data de celebração de cada Termo de Cessão, a prática de qualquer ato pelo Fornecedor em relação aos Direitos Creditórios objeto daquele instrumento ou a qualquer garantia real ou pessoal eventualmente outorgada pela Petrobras ou terceiro em relação a tais Direitos Creditórios sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora. Qualquer ato praticado pelo Fornecedor em desacordo com o disposto neste instrumento e no Termo de Cessão será nulo e ineficaz em relação ao Fundo. O ora disposto não exclui qualquer outra penalidade prevista neste Contrato de Cessão, nos Termos de Cessão ou na legislação aplicável, especialmente o direito de exigir perdas e danos.

9.6.1 Sem prejuízo da vedação disposta no item anterior, se o Fornecedor, sem a anuência prévia e por escrito do Fundo, alterar as condições do Direito Creditório cedido ao Fundo ou da relação comercial estabelecida entre ele e Petrobras, de forma a gerar uma mudança nas condições do Direito Creditório ou na perda do seguro garantia, se houver, o Fornecedor pagará uma multa não compensatória equivalente a 50% (cinquenta por cento) da taxa de desconto que tiver sido utilizada para fixação do preço de cessão do respectivo Direito Creditório, a qual poderá ser recebida pelo Fundo mediante compensação de qualquer valor devido por este ao Fornecedor, sem prejuízo do exercício dos direitos previstos nos itens 9.5 e 9.4 acima, quando aplicáveis.

9.7 O exercício de qualquer dos direitos previstos nos itens anteriores não extingue os demais estabelecidos neste Contrato de Cessão, que poderão ser exercidos concomitantemente ou em diferentes momentos até que o Fundo seja integralmente satisfeito em seu crédito.

9.8 Além das demais obrigações e responsabilidades previstas neste Contrato de Cessão, o Fornecedor também se obriga a:

- i) comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora o início de qualquer procedimento administrativo ou judicial contra si, em montante superior a 2% (dois por cento) de seu PL;
- ii) comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora caso venha a inadimplir obrigação em montante superior a 2% (dois por cento) de seu PL;
- iii) comunicar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer protesto de títulos de crédito de sua responsabilidade, em valor superior a 2% (dois por cento) de seu PL;
- iv) comunicar imediatamente à Instituição Administradora a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Resilição de que tiver conhecimento;
- v) durante o período de vigência do presente Contrato de Cessão, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;
- vi) manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações necessárias à execução deste instrumento;
- vii) cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente instrumento e perante a Petrobras;
- viii) não proceder a alterações, aditamentos ou cessões com terceiros que sejam relativos a Direitos Creditórios cedidos para o Fundo, sem a prévia e expressa anuência do Fundo;
- ix) cumprir as obrigações previstas no Contrato, nos documentos ou títulos constitutivos dos Direitos Creditórios cedidos para o Fundo, dentro dos prazos ali estabelecidos;
- x) utilizar seus melhores esforços a fim de colaborar com o Fundo em tudo o que se fizer necessário para que o Fundo receba a totalidade dos Direitos Creditórios a este cedidos;

- xi) encaminhar à Gestora, durante todo o prazo de vigência deste instrumento, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados do de cada exercício social, cópia autenticada de suas demonstrações financeiras, relatório de administração e parecer dos auditores independentes ou conselho fiscal, se aplicável;
- xii) informar à Gestora, prontamente, qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira que possam afetar a decisão do Fundo de adquirir Direitos Creditórios do Fornecedor, como, por exemplo, insolvência, oneração de maquinário necessário à execução do Contrato, contingências judiciais que possam alterar a capacidade operacional do Fornecedor, entre outras hipóteses;
- xiii) entregar à Gestora, nesta data, cópia autenticada de seu estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, bem como apresentar cópias autenticadas dos documentos que alteram o referido estatuto ou contrato social no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua alteração;
- xiv) encaminhar à Gestora quaisquer comunicações ou notificação recebida da Petrobras, bem como informá-lo a respeito de (i) alterações nas condições dos contratos que originaram os Direitos Creditórios; (ii) atrasos na entrega dos produtos e/ou fornecimento dos serviços; e (iii) recebimento de quaisquer valores e/ou adiantamentos relacionados aos Direitos Creditórios cedidos; e
- xv) no caso de Direitos Creditórios Não-performados cedidos ao Fundo, informar à Gestora sobre o andamento da obrigação de fazer (i.e. manufatura e entrega do produto e/ou prestação de serviços) mensalmente ou sempre que a Gestora o solicite, informação esta que deverá ser disponibilizada em até 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da solicitação.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ADICIONAIS

10.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato de Cessão, o Agente de Recebimento se obriga a cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, os pagamentos dos Direitos Creditórios, transferindo os valores recebidos para a conta corrente do Fundo.

10.2 A Instituição Administradora se obriga a fornecer ou disponibilizar ao Custodiante cópia de todos os Termos de Cessão celebrados entre o Fornecedor e o Fundo, em até 1 (um) dia a contar da data da respectiva celebração.

II. DECLARAÇÕES DAS PARTES

11.1 O Fornecedor, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura à Instituição Administradora que, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo:

- i) é uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- ii) a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e a assunção das obrigações deles decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;
- iii) os signatários do presente Contrato de Cessão e seus respectivos Anexos têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações aqui estabelecidas, nos termos definidos neste Contrato de Cessão;
- iv) a situação econômica, financeira e patrimonial do Fornecedor, na data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- v) até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não há quaisquer títulos de emissão do Fornecedor ou sacados contra este que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a 2% (dois por cento) de seu patrimônio líquido, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- vi) a celebração deste Contrato de Cessão e do Termo de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarreta, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais o Fornecedor, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de

qualquer norma legal ou regulamentar a que o Fornecedor, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Fornecedor, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

- vii) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão, nos termos deste Contrato de Cessão, são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que possam obstar a cessão prometida e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos Creditórios a este cedidos, nos termos deste Contrato de Cessão;
- viii) os contratos e demais instrumentos que dão origem aos Direitos Creditórios, uma vez obtida a respectiva Autorização de Cessão, não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a cessão dos Direitos Creditórios do Fornecedor ao Fundo ou do Fundo para terceiros;
- ix) os Direitos Creditórios oferecidos à cessão ao Fundo não são ou foram objeto (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte da Petrobras, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;
- x) os Contratos que dão origem aos Direitos Creditórios não apresentam e não apresentarão, no momento da cessão ao Fundo, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;
- xi) não está inscrito na SERASA ou qualquer outra entidade cadastral de cheques sem fundo, protesto, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e não possui cheques sem fundo que, considerados em conjunto, sejam superiores a 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido;
- xii) não há e nem tampouco haverá no momento da celebração de cada Termo de Cessão qualquer motivo que permita à Petrobras efetuar deduções, a qualquer título, dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;

- xiii) os documentos que constituem os Direitos Creditórios serão emitidos em conformidade com critérios legais e as determinações da Petrobras, de modo que estes não poderão se recusar a efetuar o pagamento por vício ou defeito de tais documentos;
- xiv) assinará todos e quaisquer documentos e tomará todas as medidas exigidas pela Petrobras e pelo Fundo para que aquela efetue o pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo;
- xv) envidará os melhores esforços para que qualquer cessão de crédito que venha a ser formalizada com o Fundo não seja passível de anulação ou nulidade por qualquer terceiro, especialmente em virtude de caracterização de fraude contra credores, fraude à execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; contudo, caso qualquer cessão de crédito venha a ser considerada nula ou anulável, o Fornecedor compromete-se a indenizar o Fundo nos termos deste Contrato de Cessão;
- xvi) leu e compreendeu integralmente o Regulamento, especialmente a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão nele estabelecidos; e
- xvii) todas as declarações e garantias acima são válidas na data deste instrumento e o serão na data de cada Termo de Cessão.

11.2 A Instituição Administradora, devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, declara e garante que:

- i) o Fundo é um condomínio validamente constituído, regularmente registrado e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- ii) é uma sociedade anônima validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia;

- iv) as pessoas que assinam este Contrato de Cessão e os respectivos Anexos em nome da Instituição Administradora têm poderes para assumir em seu próprio nome ou, conforme o caso, por conta e ordem do Fundo, as obrigações nele estabelecidas;
- v) a celebração deste Contrato de Cessão e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão dos quais a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos, e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Instituição Administradora, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e
- vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitada e autorizada a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento, dos demais documentos relacionados ao Fundo e da legislação aplicável.

12. DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Considerar-se-á resolvida a cessão de um Direito Creditório, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Fornecedor e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o pagamento do Direito Creditório seja recusado, conforme o caso, pela Petrobras por alegação de vícios, defeitos ou inexistência de lastro ou caso sejam opostas pela Petrobras quaisquer outras exceções quanto à legalidade, legitimidade ou veracidade dos Direitos Creditórios e seus respectivos títulos transferidos ao Fundo;

- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de direitos, ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição desses pelo Fundo;
- iii) se os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo forem objeto de acordo entre o Fornecedor e a Petrobras, que possa gerar arguição, compensação e/ou outras formas de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem quaisquer dos direitos emergentes dos Direitos Creditórios cedidos; e
- iv) não pagamento do Direito Creditório em caso de (a) ato de responsabilidade do Fornecedor; (b) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada em fato de responsabilidade do Fornecedor ou contrário aos termos deste Contrato de Cessão; (c) qualquer exceção, defesa ou justificativa da Petrobras baseada na recusa da aceitação de mercadoria e/ou serviço ou qualquer demora, inadimplemento do Fornecedor perante a Petrobras; (d) contra-protesto da Petrobras e/ou reclamação judicial da Petrobras contra o Fornecedor; ou (e) caso fortuito ou força maior.

12.2 Sem prejuízo da resolução da cessão, o Fornecedor deverá notificar por escrito a Instituição Administradora da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que este tomar conhecimento do evento.

12.3 O Fornecedor estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis contados da ocorrência de qualquer uma das Condições Resolutivas da Cessão, o preço de cessão dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, nos termos deste Contrato de Cessão, (i) apurado na forma da cláusula 4 acima, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se a taxa de desconto utilizada na determinação do respectivo preço de cessão; e (ii) acrescido de 10% (dez por cento), a título de multa. Neste caso, os valores pagos ao Fundo em razão da resolução da cessão, sem considerar o valor da multa acima, não poderão ser superiores ao valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos ou vincendos.

13. RESILIÇÃO E MORA

13.1 Este Contrato de Cessão poderá ser resilido de pleno direito pela Instituição Administradora a seu exclusivo critério e em nome do Fundo, sem qualquer ônus, penalidade ou necessidade de justificar sua decisão, a qualquer tempo, mediante notificação do Fornecedor com 30 (trinta) dias de antecedência.

13.2 Na hipótese de resilição deste Contrato de Cessão, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer, assumidas pelo Fornecedor relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até o resgate das Cotas.

13.3 O descumprimento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de natureza financeira previstas neste instrumento caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação da outra Parte, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (i) juros de mora de 4% (quatro por cento) ao mês; (ii) atualização monetária calculada pelo Índice Geral de Preço – Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, em caso de extinção ou impossibilidade de aplicação, por outro índice que vier a substituí-lo; e (iii) multa de mora convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total devido após juros e atualização monetária. Os juros e a atualização mencionados nos itens (i) e (ii) acima serão calculados sobre o montante devido *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento se tornar devido até o seu integral recebimento pela Parte credora.

14. INDENIZAÇÃO

14.1 O Fornecedor se obriga a indenizar integral e imediatamente o Custodiante, o Fundo e a Instituição Administradora, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, por parte do Fornecedor, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação oriunda deste Contrato de Cessão.

14.2 Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato de Cessão, a Parte prejudicada poderá exigir da parte inadimplente a execução específica da obrigação devida.

15. ANUÊNCIA DA PETROBRAS

15.1 Para os fins do artigo 290 do Código Civil e como condição para formalização da cessão dos Direitos Creditórios, o Fornecedor deverá apresentar à Gestora a Autorização de Cessão de que trata o item 2.2 (v) acima, devidamente assinada e confirmada pela Petrobras.

16. REGISTRO DO CONTRATO E DOS TERMOS DE CESSÃO

16.1 A Instituição Administradora deverá requerer o registro do presente Contrato de Cessão, em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data da sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca de Curitiba, e o Fornecedor o requererá em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, no mesmo prazo, devendo o Fornecedor arcar com todos os custos e despesas decorrentes de ambos os registros.

16.2 O Custodiante deverá requerer o registro de cada Termo de Cessão celebrado entre o Fundo e o Fornecedor sob este Contrato de Cessão em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de sua assinatura, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos situado na comarca de Curitiba, e o Fornecedor o requererá em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de sua respectiva sede, no mesmo prazo, devendo o Fundo arcar com os custos e despesas decorrentes do registro requerido pelo Custodiante, e devendo o Fornecedor arcar com os custos e despesas decorrentes do registro por ele requerido.

16.3 Os prazos previstos nos itens 16.1 e 16.2 acima deverão ser observados de modo independente pelo Custodiante e pelo Fornecedor, não havendo, em nenhuma hipótese, cumulação entre o prazo para registro da via do Contrato de Cessão ou do Termo de Cessão relativa ao Fundo e o prazo para registro da via do Contrato de Cessão ou do Termo de Cessão relativa ao Fornecedor.

16.4 Caso o último dia dos prazos mencionados nos itens 16.1 e 16.2 acima não seja dia útil, o registro do Contrato de Cessão ou do Termo de Cessão, conforme o caso, deverá ser requerido pelo respectivo responsável no último dia útil que anteceda o decurso destes prazos. Para efeito da presente cláusula, entende-se por dia útil qualquer dia da semana exceto sábados, domingos, feriados nacionais, feriados no Estado do Paraná e na Cidade de Curitiba, e feriados no Estado e na Cidade da sede do Fornecedor.

17. CONFIDENCIALIDADE

17.1 As Partes e o Custodiante se obrigam a guardar segredo sobre as informações confidenciais adquiridas por força do presente Contrato de Cessão, durante e após seu período de duração. São informações confidenciais todos os documentos e informações relativos aos negócios das Partes e do Custodiante que não sejam de conhecimento público, tais como, a título exemplificativo, custos, lucros, participações de mercado, produtos, serviços, preços, lista de clientes, lista de fornecedores, *know-how*, técnicas de produção e estratégias de mercado.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Este Contrato de Cessão tornar-se-á eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de duração do Fundo.

18.2 Quaisquer pagamentos efetuados sob este Contrato de Cessão sofrerão dedução de tributos e/ou retenções incidentes diretamente sobre eles, desde que devidos nos termos de qualquer lei ou regulamentação aplicável.

18.3 Todas as notificações decorrentes deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão deverão ser feitas por escrito e serão consideradas eficazes: (i) quando entregues pessoalmente à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, mediante protocolo; ou (ii) após 5 (cinco) dias contados (a) da postagem de carta com aviso de recebimento à Parte a ser notificada ou ao Custodiante ou (b) da transmissão da notificação por fax à Parte a ser notificada ou ao Custodiante, desde que acompanhada de postagem do original por carta registrada, que também deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias da respectiva transmissão. Para efeito de qualquer notificação, observar-se-ão os dados abaixo fornecidos pelas Partes e pelo Custodiante, que poderão ser alterados por notificação enviada por uma Parte ou pelo Custodiante aos demais:

[FORNECEDOR]

At.: [RESPONSÁVEL]

[ENDEREÇO]

fax nº: [COMPLETAR]

correio eletrônico: [COMPLETAR]

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS,**

representado por

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

At.: [RESPONSÁVEL]

Travessa Oliveira Bello nº 34, 4º andar

80020-030 – Curitiba - PR

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar

01451-000 – São Paulo – SP

fax nº: (11) 3847.5502/(41) 3777-5382

correio eletrônico: [COMPLETAR]@hsbc.com.br

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

At.: Reinaldo Zakalski

Rua São Benedito, nº 634

04735-001 - São Paulo – SP

fax nº: (11) 5525-5851

correio eletrônico: reinaldo@bi-invest.com.br

18.4 Qualquer alteração ao presente Contrato de Cessão somente será considerada válida e eficaz se feita por escrito, assinada por todas as Partes, com interveniência do Custodiante e da Gestora, e registrada nos termos do item 16.1 acima.

18.5 Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato de Cessão (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e (ii) só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato de Cessão não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.

18.6 Se qualquer disposição deste Contrato de Cessão for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato de Cessão.

18.7 As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver através de negociações qualquer disputa ou controvérsia relacionada a este Contrato de Cessão.

18.8 Este Contrato de Cessão será regido pelo direito brasileiro.

18.9 As Partes neste ato elegem o Foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com expressa exclusão de qualquer outro, ainda que privilegiado, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Curitiba, [DATA]

[FORNECEDOR]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**

representado por

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:

R.G.:

Nome:

R.G.:

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

GLOSSÁRIO

Agente de Recebimento	HSBC
Autorização de Cessão	“Autorização de Cessão de Direitos Creditórios” emitida pela Petrobras, cujo modelo consta do presente Contrato de Cessão como seu Anexo II
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho elaborado pela Petrobras para cada Contrato em vigor
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Condições de Cessão	São as condições definidas no item 12.1 do Regulamento, que devem ser atendidas antes da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pela Gestora
Condições Resolutivas da Cessão	Hipóteses descritas na cláusula 12 deste Contrato de Cessão, em que a cessão será considerada resolvida
Conta de Recebimento	Conta reserva de titularidade do

	Custodiante, na qualidade de Agente de Recebimento, para receber da Petrobras os recursos oriundos de parcelas de Contrato que contenham Direitos Creditórios cedidos ao Fundo
Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato celebrado entre Fornecedor e a Petrobras cujos Direitos Creditórios sejam passíveis de aquisição pelo Fundo de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão
Contrato de Cessão	Este Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças
Cotistas	São os titulares de Cotas
Cotas	São as cotas do Fundo
CPF/MF	Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda
CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor de seus fornecedores
Custodiante	HSBC
Critérios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos na cláusula 11 do Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Direitos Creditórios	Significa cada prestação devida pela

	<p>Petrobras, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de contratação de prestação de serviços, contrato de compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens entre o Fornecedor e a Petrobras, nos termos de qualquer instrumento ou contrato, que estejam de acordo com a Política de Investimento, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão</p>
Direito Creditório Não-performado	<p>Significa um Direito Creditório cuja prestação ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, pelo Fornecedor, de serviço ou bem objeto do respectivo Contrato</p>
Direito Creditório Performado	<p>Significa um Direito Creditório cuja prestação é exigível da Petrobras em decorrência da entrega de bem ou serviço objeto do respectivo Contrato, pelo Fornecedor</p>
Documentos Comprobatórios	<p>São documentos relacionados aos Direitos Creditórios, incluindo comprovantes de entrega de produtos e/ou prestação de serviços e outros títulos que consubstanciem os Direitos Creditórios ou tenham função de garantia do pagamento dos Direitos Creditórios, se houver</p>
Fornecedor	<p>[COMPLETAR COM O NOME DO FORNECEDOR]</p>
Fundo	<p>Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços</p>

Gestora	BI Capital Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Benedito, nº 634b, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.449.499/0001-32, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 7981 a prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento
HSBC	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89, ou sua sucessora
Instituição Administradora	HSBC
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas
Política de Investimento	Significa a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento.
Regulamento	Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços
Reserva de Pagamento	Reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo

Reserva de Performance	Reserva composta de ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional, utilizada somente (i) para o pagamento ao Fornecedor do respectivo valor do preço de cessão retido, por ocasião da aceitação final e definitiva da Petrobras em relação ao bem ou serviço prestado pelo Fornecedor; e/ou (ii) para absorção de perdas ocasionadas pelo não pagamento, total ou parcial, da Petrobras em função do não cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações no respectivo Contrato que deu origem ao Direito Creditório adquirido pelo Fundo
Seguradora Autorizada	Fator Seguradora S.A., J. Malucelli Seguradora S.A., Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A. e Bradesco Seguros S.A.
Seguro	Seguro de performance a ser contratado pelo Fornecedor junto a Seguradoras Autorizadas sempre que exigido por este Contrato de Cessão e/ou pelo Regulamento
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Cessão	Instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios pelo Fornecedor ao Fundo a que o primeiro se compromete por meio do Contrato de

Cessão

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante do "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº [COMPLETAR], doravante denominada PETROBRAS, atendendo à solicitação da Empresa CONTRATADA [COMPLETAR RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E INSCRIÇÃO NO CNPJ], ora denominada CEDENTE, autoriza condicionalmente, por meio desta, a Cessão de Direitos Creditórios referentes ao Contrato nº ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no [Nº DO CARTÓRIO] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de [COMPLETAR] ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], ora CESSIONÁRIO, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

1. A CEDENTE permanece integralmente responsável perante a PETROBRAS pelo total cumprimento das cláusulas do Contrato, em especial, pela execução dos serviços e/ou entrega dos materiais objeto do Contrato.
2. Os direitos de crédito, objeto da presente autorização, serão efetivados desde que verificado pela PETROBRAS o integral cumprimento pela CEDENTE das obrigações estabelecidas no Contrato. O CESSIONÁRIO não poderá reclamar perante a PETROBRAS pelo não recebimento dos direitos de crédito a ele cedido relativos ao Contrato, se não gerados créditos por falta de cumprimento das obrigações contratuais pela CEDENTE.
3. O relacionamento comercial entre CEDENTE e PETROBRAS não será modificado em razão da presente Autorização.

4. A presente autorização não gera ao CESSIONÁRIO qualquer direito sobre os materiais e/ou serviços objeto do Contrato.

5. Nos termos do art. 290 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02, a PETROBRAS manifesta ciência e autorização à Cessão, pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO abaixo descrito, dos direitos de crédito em razão do Contrato, correspondente a [COMPLETAR]% do valor total do contrato, observadas as condições citadas nesta Autorização.

NOME DO CESSIONÁRIO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços
CNPJ do CESSIONÁRIO: [COMPLETAR]

6. A remessa dos valores a serem remetidos pela PETROBRAS, por conta e ordem da CEDENTE, ao CESSIONÁRIO, será realizada através de transferência bancária, para a seguinte conta indicada pelo CESSIONÁRIO:

Titular da Conta: HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo
CNPJ do Titular: 01.701.201.0001-89
Número do Banco: XXX.
Número da Agência: XXX-X.
Número da Conta Corrente: XXXXXXXX.X.

6.1 Os dados bancários acima indicados, não poderão ser alterados pela PETROBRAS e/ou pela CEDENTE, sem a prévia e expressa autorização do CESSIONÁRIO.

7. A PETROBRAS declara que opõe ao CESSIONÁRIO dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que as remessas ao CESSIONÁRIO estão condicionadas ao preenchimento pela CEDENTE de todas as suas obrigações contratuais.

8. A PETROBRAS não se responsabiliza por quaisquer despesas, seja a que título for, em razão da Cessão dos Créditos objeto da presente AUTORIZAÇÃO.

9. A CEDENTE desde já autoriza que a PETROBRAS forneça ao CESSIONÁRIO, à sua Instituição Administradora, Gestora, ao Custodiante e Agente de Recebimento, informações sobre o Cedente e os respectivos contratos cujos direitos creditórios serão

cedidos ao CESSIONÁRIO, em especial, mas não somente, os respectivos boletins de medição, CRCC e BAD, quando houver.

10. A presente Autorização entra em vigor na data de sua assinatura.

[LOCAL], [DATA]

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Nome da empresa

Testemunhas

Nome:

RG:

Nome:

RG:

ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº [.]

1. Por meio do presente Termo de Cessão, o [CEDENTE], sociedade com sede na cidade de [COMPLETAR], Estado de [COMPLETAR], na [ENDEREÇO], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob nº [CNPJ], neste ato representada na forma do seu [ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO SOCIAL], doravante designada simplesmente “Fornecedor”, formaliza a cessão de direitos creditórios de sua titularidade (“Direitos Creditórios”) ao **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS**, com seu regulamento registrado no [Nº DO CARTÓRIO] Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de [COMPLETAR] (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob nº [CNPJ], doravante designado simplesmente “Fundo”, neste ato representado pela sua instituição administradora, **HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.701.201.0001-89, doravante designada “Instituição Administradora”.

2. O presente Termo de Cessão é celebrado em conformidade com o disposto no “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre o Fornecedor e o Fundo, tendo o Custodiante e a Gestora como intervenientes, em [COMPLETAR] (“Contrato de Cessão”). O presente Termo de Cessão está sujeito aos termos e condições do Contrato de Cessão, constituindo parte integrante deste a partir da data de sua assinatura.

3. Os termos e expressões definidos terão o mesmo significado a eles atribuídos no Contrato de Cessão.

4. A taxa de desconto a ser praticada na aquisição de cada Direito Creditório é de [COMPLETAR]% ([COMPLETAR] por cento).

5. O valor total a ser recebido pelo Fornecedor em razão da presente cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, apurado com base na taxa referida no item 4 acima, é de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]). [Desse valor, será retido o montante de R\$ [COMPLETAR] ([COMPLETAR POR EXTENSO]), nos termos do item 4.3 do Contrato de Cessão.]

6. O pagamento ao Fornecedor do valor mencionado acima será efetuado à vista, na data da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios na conta de custódia do Fundo no Custodiante.

7. Os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Fornecedor.

8. O Fornecedor declara que (i) todos os Direitos Creditórios descritos abaixo se enquadram na Política de Investimento, nos Critérios de Elegibilidade e nas Condições de Cessão estabelecidos no Regulamento e no Contrato de Cessão; (ii) todas as declarações constantes do item 11.1 da cláusula 11 do Contrato de Cessão permanecem verdadeiras; e (iii) os Direitos Creditórios ora cedidos são oriundos de contrato(s) de prestação de serviços, compra e venda mercantil e/ou fornecimento de bens celebrados com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras, performados ou a performar, conforme o caso, que são legítimos e que encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

9. As características gerais dos Direitos Creditórios cedidos pelo Fornecedor ao Fundo encontram-se abaixo descritas.

DIREITO(S) CREDITÓRIO(S) CEDIDO(S)		
Sacado:		CNPJ/ME:
I.E.:		I.M.:
Endereço:		
CEP	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.
		Fax:
		e-mail:

Autorização de Cessão obtida em _____

Documento(s) Originador(es) do(s) Direito(s) Creditório(s):

Tipo: [Contrato/NF/DM/DS]	Data:
Natureza: [Produtos e/ou Serviços]	
Valor Exigível:	Vencimento:
Data de entrega ou prestação:	Aceito por [sacado]
Tipo de cobrança:	
Número total de parcelas do Contrato	
Parcelas cedidas:	Da _____ª parcela ate a _____ª parcela

Características das parcelas cedidas

Número da parcela	Data de vencimento	Percentual cedido

Garantias:

Tipo:	Valor:
Condições:	
Garantidor:	CNPJ/MF - CPF/MF:
Endereço:	
CEP	Município
Estado:	
Contato(s):	Tel.:
	Fax:
	e-mail:

Seguro Garantia:

Apólice No	Valor de Cobertura:
Observações:	
Seguradora:	CNPJ/MF:

SUSEP:		
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

Seguro de Crédito:

Apólice No.:		Valor de Cobertura:
Observações:		
Seguradora:		CNPJ/ME:
SUSEP:		
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

TAXAS COBRADAS DO FORNECEDOR

Denominação da Taxa	Valor da Taxa
Taxa de Desconto	
Despesas Administrativas	
Despesas de Análise e Abertura de Crédito	

10. Este Termo de Cessão de Direitos Creditórios, firmado na presença de 2 (duas) testemunhas, constitui título executivo extrajudicial, de acordo com o art. 585 do Código de Processo Civil, podendo ser executado em face do Fornecedor.

11. Fica eleito o foro da comarca Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

12. O presente Termo de Cessão deverá ser registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Curitiba e [COMPLETAR] na forma do Contrato de Cessão.

E por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Cessão de Direitos Creditórios em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas que também o assinam.

Curitiba, [DIA] de [MÊS] de [ANO].

[FORNECEDOR]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FORNECEDORES PETROBRAS BR2 – INDUSTRIAL E SERVIÇOS
representado por **HSBC BANK BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO**

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
R.G.:

Nome:
R.G.:

ANEXO IV

Este Anexo IV é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

REGULAMENTO

ANEXO V

Este Anexo V é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

PROCURAÇÃO

[CEDENTE], sociedade legalmente organizada e existente sob as leis brasileiras, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [COMPLETAR], com sede na cidade de [CIDADE], estado de [ESTADO], na [ENDEREÇO], neste ato representada nos termos de seu [ESTATUTO/CONTRATO] social (“Outorgante”), nomeia e constitui seu bastante procurador o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Petrobras BR2 – Industrial e Serviços, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81 (“Outorgado”), representado por sua instituição administradora, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Travessa Oliveira Bello, nº nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201/0001-89 (“Instituição Administradora”), com poderes para, em nome do Outorgante, (i) receber o valor da parcela de contrato (“Contrato”) celebrado entre o Outorgante e a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), devida por esta última, e dar quitação, não podendo o Outorgado transigir ou renegociar o valor dessa parcela (exceto em relação ao direito de declarar vencido antecipadamente o respectivo crédito), sob pena de ser obrigado a responder pelas perdas e danos que seu ato acarretar ao Outorgante; (ii) renegociar o preço do Direito Creditório, conforme definido no regulamento do Outorgado, cedido pelo Outorgante ao Outorgado, caso este Direito Creditório continue a ser exigível da Petrobras, na hipótese de ocorrer, após a cessão do respectivo Direito Creditório ao Outorgado, qualquer fato ou ato praticado pelo Outorgante, pela Petrobras ou por qualquer terceiro que não o Outorgado, a Instituição Administradora, o custodiante dos ativos de titularidade do Outorgado (“Custodiante”) ou a gestora da carteira do Outorgado (“Gestora”) que acarrete a alteração das condições de pagamento do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou sua inexigibilidade; (iii) restabelecer as condições do Direito Creditório cedido ao Outorgado ou da relação comercial estabelecida originalmente entre Outorgante e Petrobras, na hipótese de alteração, pelo Outorgante, sem autorização prévia do Fundo, das condições do Contrato com a Petrobras ou na

perda do seguro garantia, se houver; e (iv) escolher e nomear advogados, mediante cláusula “*ad iudicia*”, para exigir extrajudicial (incluindo-se por meio de protesto) e/ou judicialmente o valor do Direito Creditório cuja obrigação de fornecimento de produtos e/ou serviços tenha sido cumprida pelo Cedente que não houver sido pago pontualmente pela Petrobras. A Instituição Administradora, na condição de representante do Outorgado, poderá substabelecer, total ou parcialmente, os poderes ora conferidos ao Outorgante. O presente mandato é conferido de modo irrevogável e irretratável, conforme o artigo 684 do Código Civil, extinguindo-se somente ao término da vigência do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado em [DATA] entre o Outorgante e o Outorgado, com a interveniência da Instituição Administradora e da Gestora, sem prejuízo de outras hipóteses que, por lei, tornem tal extinção obrigatória.

[LOCAL], [DATA]

[CEDENTE]

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

ANEXO VI

Este Anexo VI é parte integrante do “Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças” firmado entre [CEDENTE], Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços e, na qualidade de intervenientes, HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e BI Capital Gestão de Recursos Ltda., em [DATA].

PROCEDIMENTOS PARA VERIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII

Este Anexo VIII é parte integrante do “Prospecto Definitivo da Distribuição Pública de Cotas da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 - Industrial e Serviços”

Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

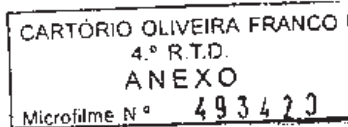
**ANEXO II AO 1.044º ATO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E
SUPERVISÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS**

SUPLEMENTO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. Número deste Suplemento:		1
2. Número desta Série de Cotas Seniores		1ª
3. Valor unitário das Cotas Seniores desta Série		R\$25.000,00
4. Limite mínimo de Cotas Seniores a ser emitido		N/A
5. Limite máximo de Cotas Seniores a ser emitido		3.200
6. Proporção mínima de Cotas Subordinadas em relação ao PL		20%
7. Remuneração desta Série		120% da Taxa DI
8. Prazos desta Série	8.1 Prazo de duração	4 anos
	8.2 Prazo de Carência	24 meses

9. O presente documento constitui o suplemento com o número indicado no item 1 acima ("Suplemento") referente à Série de Cotas Seniores indicada no item 2 acima ("Presente Série") emitida nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores Petrobras BR2 – Industrial e Serviços", registrado sob o nº 481.414 no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.814.233/0001-81 e administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Travessa Oliveira Belto, nº 34, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.701.201.0001-89 ("Instituição Administradora").

10. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento Cotas Seniores com o valor unitário indicado no item 3 acima na data da primeira subscrição de cotas da Presente Série ("Data de Subscrição Inicial"). Fica a critério da Instituição



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 321 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3908 - Curitiba - PR



Administradora a quantidade de Cotas Seniores da Presente Série a ser inicialmente emitida, desde que observado o disposto no Regulamento e (i) o limite máximo de Cotas Seniores da Presente Série indicado no item 5 acima e o número mínimo indicado no item 4 acima de Cotas Seniores da Presente Série; e (ii) a proporção mínima indicada no item 6 acima de Cotas Subordinadas sobre o total de Cotas emitido.

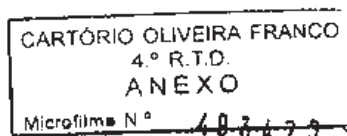
11. A subscrição e a integralização das Cotas Seniores da Presente Série está sujeita à condição suspensiva de subscrição e integralização da totalidade das Cotas Subordinadas da 1ª Classe Especial e das Cotas Subordinadas de Classe Júnior.

12. Na subscrição de Cotas Seniores da Presente Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva subscrição, observado ainda o disposto no Regulamento quanto à integralização das respectivas Cotas subscritas.

13. A remuneração das Cotas Seniores da Presente Série, calculada na forma prevista na cláusula 16 do Regulamento, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas do Fundo, será equivalente a até o percentual da Taxa DI indicado no item 7 acima, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da Presente Série.

14. A partir do 25º mês (inclusive) contados da Data de Subscrição Inicial, o pagamento de amortizações das Cotas Seniores da Presente Série será realizado em 24 (vinte quatro) parcelas mensais e sucessivas, no mesmo dia de cada mês, o qual será definido pela Instituição Administradora, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização, e limitado, em cada Data de Amortização, ao respectivo Valor Máximo de Amortização, conforme o quadro abaixo, sendo VCS o valor das Cotas Seniores no dia útil anterior à Data de Amortização:

#	Parcelas de Amortização Programada	Amortização Programada
1	1ª parcela	VCS / 24
2	2ª parcela	VCS / 23



138

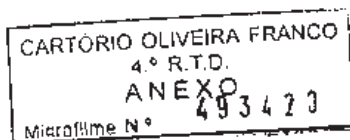
2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3995 - Curitiba - PR



3	3ª parcela	VCS / 22
4	4ª parcela	VCS / 21
5	5ª parcela	VCS / 20
6	6ª parcela	VCS / 19
7	7ª parcela	VCS / 18
8	8ª parcela	VCS / 17
9	9ª parcela	VCS / 16
10	10ª parcela	VCS / 15
11	11ª parcela	VCS / 14
12	12ª parcela	VCS / 13
13	13ª parcela	VCS / 12
14	14ª parcela	VCS / 11
15	15ª parcela	VCS / 10
16	16ª parcela	VCS / 9
17	17ª parcela	VCS / 8
18	18ª parcela	VCS / 7
19	19ª parcela	VCS / 6
20	20ª parcela	VCS / 5
21	21ª parcela	VCS / 4
22	22ª parcela	VCS / 3
23	23ª parcela	VCS / 2
24	24ª parcela	VCS / 1

15. As Cotas Seniores da Presente Série deverão ser resgatadas na última data de amortização da respectiva Série pelo seu respectivo valor contábil. O prazo de duração da Presente Série será aquele indicado no item 8.2 acima, prazo este contado a partir da Data de Subscrição Inicial.

16. Os termos e condições definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado atribuído quando utilizados no Regulamento.



139

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



17. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas Seniores da Presente Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

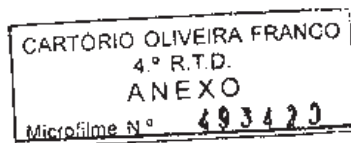
18. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba.

Curitiba, 10 de novembro de 2009

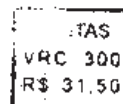
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO
Instituição Administradora

Luiz Roberto de Oliveira
Matr. 1666967

Luiz Garcia Escorcio
Matr. 3076377



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



140





Distribuidor, Instituição Administradora e Custodiante

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, 01451-000
São Paulo - SP

Estruturadora e Gestora

BI CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Rua São Benedito, nº 634, 04735-001
São Paulo - SP

Auditoria

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, 04530-904
São Paulo - SP

Agência Classificadora de Risco

FITCH RATINGS BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, nº 904, 4º andar, 01415-000
São Paulo - SP

Assessor Legal

LEVY & SALOMÃO ADVOGADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.601, 12º andar, 01452-924
São Paulo - SP

www.luzpublicidade.com.br



(11) 3121-5555